REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA - PB

VOLUME II

Administração
FORUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA
Rua João Teixeira de Carvalho, nº 480
CEP 58031-220 - João Pessoa - PB.

Rev. Parahyba Judiciária. João Pessoa, a.1 n.2 314p. 1998

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

“PARAHYBA JUDICIÁRIA”

Diretor da Revista
JUIZ JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS MINISTRO TORREÃO BRAZ

COORDENAÇÃO:
Gabinete da Revista
Seção de Editoração Eletrônica do Tribunal Regional Federal da 5ª Região

REVISTA PARAYBA JUDICIÁRIA. João Pessoa: Centro
de Estudos Jurídicos Ministro Torreão
Braz. a. 1, n. 2, 1998. 314p.

1. PODER JUDICIÁRIO - PARAÍBA - HISTÓRIA. 2.
PODER JUDICIÁRIO - BRASIL. 3. DIREITO PROCESSUAL -
PARAÍBA

CDU 342.56

Composição da Seção Judiciária do Estado da Paraíba

Juiz Federal Diretor do Foro
Dr. JOSÉ FERNANDES DE ANDRADE

Diretor da Secretaria Administrativa
Bel. Otto Marcelo Navarro Cruz

Juiz Federal da 1ª Vara
Dr. JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA

Juiz Federal Substituto
Dr. Janilson Bezerra de Siqueira

Diretor da Secretaria
Bel. Genival Veloso de F. Filho

Juiz Federal da 2ª Vara
Dr. ALEXANDRE COSTA LUNA FREIRE

Diretor da Secretaria
Bel. Ricardo Correia de Miranda Henriques

Juiz Federal da 3ª Vara
Dr. JOSÉ FERNANDES DE ANDRADE

Juíza Federal Substituta
Drª. Cristina Maria Costa Garcez

Diretora da Secretaria
Belª. Maria da Conceição Carvalho

Juiz Federal da 4ª Vara
Dr. ROGÉRIO DE MENESES F. MOREIRA

Diretor da Secretaria
Bel. José Alves de Lima Filho

NOTA

Este segundo volume da REVISTA, editado graças à generosa acolhida que lhe foi proporcionada pelos Exmos. Srs. Drs. Juízes NEREU SANTOS, Presidente do TRF da 5ª Região, FRANCISCO FALCÃO Vice-Presidente e Corregedor e, também de JOSÉ MARIA LUCENA, Diretor da Revista do TRF da 5ª Região, enfeixa as duas monografias sobre a Justiça Federal - na Primeira República até a Constituição de 1937 -, quando foi extinta, onde os vencedores do certame - Hélio Nóbrega Zenaide e Agassiz de Almeida Filho - o primeiro escritor, jornalista e membro do Instituo Histórico e Geográfico Paraibano e o segundo estudante de Direito da Universidade Autônoma de João Pessoa - UNIPÊ -, resgataram parte de nossa memória jurídica e da própria historiografia da Paraíba e, principalmente, julgados dos antigos juízes federais da Primeira Fase da Justiça Federal na Paraíba.

A coletânea de sentenças, pareceres, editais e artigos nele contida consta do ***Adendo*** *apresentado pelo escritor HÉLIO NÓBREGA ZENAIDE com a tese "A JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA", vencedora em primeiro lugar no Concurso de Monografia, instituído por esta Seção Judiciária.*

O documentário foi recolhido em coletâneas da REVISTA DO FORO, do Tribunal de Justiça da Paraíba e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, dos jornais A UNIÃO, A IMPRENSA, A NOTÍCIA, JORNAL DA PARAHYBA e o PARAHYBANO, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, bem como dos livros "MINHAS CAMPANHAS", do jornalista Luiz de Oliveira, publicado pelas Of. Gráficas do JORNAL DO COMMÉRCIO, Recife, 1943, "UM RADICAL REPUBLICANO CONTRA AS OLIGARQUIAS", do escritor Wellington Aguiar, Ed. "A UNIÃO", João Pessoa, 1981, "A Tipografia do Beco da Misericórdia", de Eduardo Martins, A UNIÃO Editora, 1978 e em documentário organizado pelo então juiz federal Dr. TRAJANO AMÉRICO DE CALDAS BRANDÃO, existente no arquivo do Salão Nobre da Seção Judiciária da Paraíba.

Os temas de que trata o presente volume permitem maior conhecimento de momentosas questões julgadas desde a última década do século XIX até o advento da Constituição de l937, quando a Justiça Federal de Primeira Instância foi extinta, reunidas num único volume cujo objetivo também é o de assinalar a expressão de saudade deixada pelos antigos juízes federais, também conhecidos como juízes seccionais.

João Pessoa, 19 de dezembro de 1996

JOSÉ FERNANDES DE ANDRADE
Juiz Federal e Diretor do Foro

SUMÁRIO

MONOGRAFIA (Seção I)

"A Justiça Federal na Paraíba. Uma contribuição
para sua história até 1937". 15

"Justiça Federal na Paraíba. Perspectiva histórica". ..... .111

ADENDO (Seção II)

Documentário. Doutrina e Jurisprudência.
Sentenças, Pareceres, Editais, Artigos e Julgados Eleitorais. 147

Seção I

CONCURSO DE MONOGRAFIAS
SOBRE A JUSTIÇA FEDERAL

Tema

"A JUSTIÇA FEDERAL ENTRE AS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS DE 1891 E 1937.

Aspectos Históricos, Juízes, Jurisdição, Competência e Funcionamento."

"**A Justiça Federal na Paraíba**.
Uma contribuição para a sua história até 1937."

Hélio Nóbrega Zenaide. (1º lugar) 15

"**Justiça Federal na Paraíba**.
Perspectiva Histórica."

Agassiz de Almeida Filho. (2º lugar) 111

João Pessoa (PB), Outubro/1996

“A JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA
Uma contribuição para a sua história até 1937”

Hélio Nóbrega Zenaide

João Pessoa (PB), Outubro/1996

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. José Fernandes de Andrade, Juiz Federal Diretor do Foro, pelo incentivo a grande número de pessoas para participarem do concurso.

Ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, pelas consultas aos seus arquivos.

Ao Tribunal de Justiça do Estado, pelas consultas na sua Biblioteca.

À Srtª Mary Mércia Marinho, pela inestimável colaboração na digitação e computação.

Índice

Apresentação 19
Justiça Federal nos Estados 21
Constituições de 1889 e 1890 22
Constituição de 1934 24
Constituição de 1937 25
Organização e Competência: Regulamentação 25
Primeiro Juiz Federal na Paraíba: Honório Horácio de Figueiredo 29
Habeas-corpus concedido pelo juiz Honório Horácio de Figueiredo para garantir o jornal “O PARAHYBANO” 31
Os escândalos que envolveram o Dr. Honório 33
Francisco de Assis e Eutychiano Barretto 34
O segundo escrivão da Justiça Federal 34
Venâncio Neiva: Presidente do Estado e Juiz Federal 35
Justiça Federal na Paraíba em 1908 37
Justiça Federal - 1909 39
Gouveia Nóbrega é substituto de Venâncio Neiva 41
Os juízes federais e a política 41
Quarto juiz federal na Paraíba 43
Ficha do requerente 45
Os concursados 46
Em 1916 Justiça Federal funcionava no prédio 58 da Visconde de Pelotas 46
Mudou-se para a praça 1817 46
Edital de Arrematação em 1920 47
Em 1922, na Praça 1817 47
Apuração da eleição de Arthur Bernardes e do Monsenhor Walfredo Leal 49
Manifestação de pesar pela morte de Ruy Barbosa 50
Procurador João Monteiro da Franca 51
Oração fúnebre de Bôtto de Menezes 51
Homenagem da Justiça Federal 53
Caldas Brandão - Sacerdote da Justiça e Apóstolo da Caridade 53
Gouveia Nóbrega assume no lugar de Caldas Brandão 55
Dr. Ismael de Souza, juiz federal no Piauí, removido para a Paraíba 56

O juiz Francisco de Gouveia Nóbrega 56
Ismael de Souza se afasta e Gouveia Nóbrega assume 57
José Américo diz que Gouveia Nóbrega não queria comprometer-se e resistiu 58
Juiz Eugênio Carneiro Monteiro 58
A quem ficou entregue a Justiça Federal 58
A apuração 59
A consumação da comédia 60
Contestação dos deputados eleitos 60
Como funcionou a Junta Apuradora 60
Como se fez a apuração 62
Em que se baseou a Junta? 63
A verdade eleitoral 64
A aposentadoria do Desembargador Heráclito Cavalcanti em exame no Supremo Tribunal Federal 66
Juiz Federal manda prender jornalista Luiz de Oliveira no quartel do 22º BC 69
"O Habeas-Corpus" concedido ao Sr. Luiz de Oliveira 70
Carta de João Pessoa ao juiz federal 71
João Pessoa responde ao Supremo Tribunal Federal sobre garantias aos juízes 74
A Revolução nomeia novo juiz federal 77
Flodoardo Lima da Silveira 78
Procurador Adhemar Vidal 78
Procurador Synesio Guimarães 79
Perfil de Galdino Guedes 79
Discurso do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho 82
Outros dados biográficos 82
Na véspera da extinção, funcionava na rua General Osório nº 482 84
Galdino Guedes Governador 85
Outros casos rumorosos apreciados pela Justiça Federal 86
O Habeas-Corpus do "Rasga-Vales" 86
O desfalque na Delegacia Fiscal 90
"Processo do incêndio" da Delegacia Fiscal 93
Bibliografia 109

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa objetivou levantar dados para uma história da Justiça Federal na Paraíba, do advento da República à implantação do Estado Novo, em 1937.

Dois fatores restritivos impediram um melhor desenvolvimento do trabalho: a exigüidade do prazo para elaboração da monografia e a escassez de fontes documentais nos arquivos locais.

Ainda assim foram levantados, ao lado de textos constitucionais, os nomes dos magistrados que exerceram a sua titularidade, a começar do primeiro, juiz Honório Horácio de Figueiredo, seguido do juiz Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, do juiz substituto Francisco de Gouveia Nóbrega, do juiz Trajano Américo de Caldas Brandão, igualmente substituído pelo juiz Francisco de Gouveia Nóbrega, do juiz Ismael de Souza e do juiz Antônio Galdino Guedes, além de outros suplentes eventualmente chamados a substituírem os titulares, como o juiz suplente Eugênio Carneiro Monteiro e o juiz suplente Flodoardo Lima da Silveira.

São referidos os titulares e suplentes da Procuradoria da República, desde o procurador Antônio Hortêncio Cabral de Vasconcelos, aos doutores João Monteiro da Franca, Adhemar Vidal e Synesio Guimarães.

Ao longo desse período, a Justiça Federal na Paraíba lidou com casos de fortes implicações políticas que incendiaram a Paraíba e com rumorosos escândalos que abalaram a nossa vida político-administrativa. Os casos foram evocados e registrado o desempenho da nossa Seccional.

Alguns juízes e suplentes foram envolvidos em suspeições e acusações de parcialidade política. Um capítulo é dedicado ao tema: a Justiça Federal e a Política.

Antes de ser nomeado, o juiz Honório Horácio de Figueiredo esteve envolvido em inquérito policial, acusado de subtrair valores das cartas nos Correios e Telégrafos.

A pesquisa desceu a detalhes de todos esses acontecimentos, particularmente no período da Revolução de 1930.

É também apresentado o perfil de cada juiz.

Uma história acidentada, sem dúvida, como a própria vida da Paraíba. Mas onde vemos revelações de grande cultura jurídica e valor moral, nomes ainda hoje reverenciados na galeria de honra dos nossos maiores.

Extra-monografia, um adendo documenta extensa coletânea de doutrina e jurisprudência extraída de jornais da época e da REVISTA DO FORO, editada pelo Tribunal de Justiça do Estado, que dedicava uma seção à Justiça Federal.

O trabalho desbravador vale pelo menos como um desafio a historiadores de maior fôlego.

Hélio Nóbrega Zenaide
(Do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano)

Martim Afonso de Souza chegou ao Brasil trazendo uma carta do rei de Portugal, de 20 de novembro de 1530, que lhe conferia ampla jurisdição administrativa e judiciária com alçada no cível e no crime.

Com a instalação do regime das capitanias, competia aos donatários o exercício da jurisdição civil e criminal, mas podiam delegar essa competência a ouvidores, superintendendo, por si ou por seus ouvidores, na eleição dos juízes e oficiais.

Aliomar Baleeiro, num estudo sobre a formação gradual da justiça brasileira[1] escreve:

"Todavia, o sistema judiciário do Brasil teve como embrião a chegada do Dr. Pero Borge, Ouvidor-Geral vindo com Tomé de Sousa e instalado na recém fundada capital, Salvador - (Bahia) em 1549. Tratava-se de magistrado de carreira e que já fora Corregedor do reino de Algarves. A pena de morte podia ser cominada pelo Ouvidor-Geral sem apelação nem agravo se lograsse a concordância do Governador-Geral. Os recursos excedentes da alçada eram julgados em Lisboa. Vigoravam no Brasil, então, as Ordenações Manuelinas, isto é, o direito português, mais tarde substituídas pelas Ordenações Filipinas, que, na parte penal, subsistiu até o Código Criminal de 1830, e na civil, até o Código Civil de 1916. Afinal, no século XVI, o magistrado supremo era o próprio monarca luso.

O Ouvidor-Geral do Brasil era a maior instância local, recebendo recursos interpostos de juízes ordinários eletivos e também dos "juízes de fora", estes designados pelo poder régio. Esses magistrados tinham como insígnia uma vara branca para os letrados e vermelha para os leigos. Até hoje, perdura a palavra "Vara" para designar certos Juízes de 1ª instância.

Além disso, havia "juízes de vintena" ou "pedâneos", que ministravam justiça nas aldeias ou povoados, com alçada reduzida e processo verbal. E ainda Juízes de Órfãos.

Em 1587, foi criado o primeiro Tribunal Brasileiro, a Relação do Brasil com sede na capital, a Bahia. Mas só foi instalado muito mais tarde, em 1609, com dez Desembargadores. Presidia-a, sem voto, o Governador-Geral do Brasil, a mais alta autoridade da Colônia.

A invasão holandesa com a ocupação da Bahia pelo inimigo levou a metrópole a abolir a Relação do Brasil, em 1626, voltando a competência da mesma ao Ouvidor-Geral. Só viria a ser restaurada em 1652, com oito desembargadores.

Os colonos, aliás, não viam com bons olhos a Relação e atribuíam a seu funcionamento a multiplicação de demandas e a elevação dos gastos com estas.

Só em 1751, foi instalada a segunda Relação, com sede no Rio e jurisdição sobre as capitanias do sul e atual oeste do país.

Tão difícil era a navegação para o extremo Norte que el-Rei criou em 1602, o Estado do Maranhão, separado do Estado do Brasil, e dispôs que os recursos interpostos do Ouvidor-Geral daquele, em certos casos graves, deveriam ser conhecidos pela Casa da Suplicação de Lisboa, o mais elevado tribunal do Reino, e não pela Relação da Bahia.

Quando a Corte portuguesa, fugitiva dos exércitos de Napoleão Bonaparte, se instalou no Rio, dentre as primeiras medidas políticas do Príncipe Regente, o futuro Dom João VI, contou-se a elevação da Relação do Rio, criada em 1751, ao nível da Casa de Suplicação do Brasil, pelo Alvará de 10 de maio de 1808, com as atribuições de igual Tribunal em Lisboa.

Ao entrar em vigor a Constituição do Império, em 1824, tínhamos essa Casa de Suplicação

[1] *Aliomar Baleeiro, "Poder Judiciário", artigo publicado na Revista de Direito Administrativo, da Fundação Getúlio Vargas, nº 107, janeiro-março de 1972, pgs. 1 e seguintes.*

e as Relações da Bahia, Maranhão e Pernambuco.

Com a nova Casa de Suplicação, instituiu-se também no Brasil o Desembargo do Paço, segundo o modelo da Metrópole.

A Constituição de 1824 criou Relações em todas as Províncias e o Supremo Tribunal de Justiça, composto de Juízes togados, "tirados das Relações por suas antigüidades e condecorados com o título de Conselheiros". Era, enfim, a transformação da Casa de Suplicação do Rio, com 17 conselheiros.

Com a proclamação da República, por iniciativa de Campos Sales, Ministro da Justiça do Governo Provisório, no Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890, deu-se o primeiro passo para a instituição do Supremo Tribunal Federal, à imagem da Côrte Suprema dos Estados Unidos.

Mas o novo órgão só passou a funcionar depois de estruturado com 15 juízes no art. 55 da 1ª Constituição republicana de 1891. Foram aproveitados, já agora com o título de Ministros, vários dos juízes do extinto Supremo Tribunal de Justiça, inclusive o primeiro presidente, Freitas Henriques. Velhos e inadaptados à concepção da nova Carta, aposentaram-se algum tempo depois, permitindo a entrada da nova geração identificada com o espírito republicano.

Sob o regime das Constituição de 1891 e de 1934, havia juízes federais, julgando em primeira instância com recurso para o Supremo Tribunal Federal. A Carta Política outorgada com o golpe de Estado de 1937 extinguiu os juízes federais, entregando à Justiça estadual de 1ª instância o processo e julgamento das causas de interesse da União, ou crimes contra ela, com recursos para aquela Corte. A Constituição de 1946 criou o Tribunal Federal de Recurso como segunda instância para as sentenças dos juízes estaduais em matéria de interesse da União. Finalmente, a Emenda Constitucional nº 16, de 1965, restaurou os juízes federais em todos os estados, cometendo-lhes o julgamento de causas do interesse da União, suas autarquias e empresas públicas e outros feitos, inclusive os relativos a crimes em detrimento dos bens, serviços e interesses federais (Constituição Federal 1969, art. 125)."

Na Paraíba, nosso primeiro ouvidor geral foi Diogo Rangel Castel Branco. Ele teria sido, de um certo modo, nosso primeiro juiz "federal"...

A respeito, escreveu Deusdédit Leitão[2] :

"... com a instalação da Comarca da Paraíba, criada pela Carta Régia de 12 de dezembro de 1687, que teve como primeiro titular o Ouvidor Geral Diogo Rangel Castel Branco, a quem, por determinação da citada Carta Régia, coube a vasta jurisdição que se estendia pelo território das Capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte."

CONSTITUIÇÕES DE 1889 E 1890

"No Brasil do Império - escreveu Pinto Ferreira[3] - o Poder judiciário era um dos quatro poderes do Estado. Os seus membros gozavam de independência, mas relativa. Os juízes de direito eram perpétuos (art. 15), mas podiam ser removidos e suspensos pelo Imperador (art. 154).

Ao lado destes juízes de direito existiam os juízes de paz, eleitos com os vereadores

[2] *Deusdédit Leitão, "Ministério Público Paraibano", pg. 17, Editora "A União", 1995.*

[3] *Pinto Ferreira, Curso de Direito Constitucional, pg. 216, Livraria Freitas Bastos, 1964.*

municipais, e aos quais se atribuía uma função conciliatória das partes, como preliminar para o ingresso no juízo contencioso.

O coroamento do sistema era um Supremo Tribunal de Justiça, na Corte, ao lado dos Tribunais de Relação nas capitais das províncias. Tal sistema era completado com juízes de comarcas e de municípios, com júris e com juízes de paz nos distritos.

Quanto à origem da magistratura, esta era diversa: o Imperador nomeava a justiça togada dentre as pessoas habilitadas; a justiça de paz e a de fato era eletiva e o júri era escolhido por sorteio. Tanto a lei como o procedimento eram unitários."

Em "Poder Judiciário", Alcino Salazar nos fala das modificações introduzidas pela República[4]:

> "***27. Primeira Constituição republicana. Dualidade da Justiça. Texto decretado em 1889.*** - Com o advento da República, quase 70 anos depois da Carta política da Independência, é que se extinguiu o organismo da Justiça única, nacional, substituído pelo sistema da Justiça fracionada em dois corpos paralelos - a federal e a estadual.
>
> Pelo ato governamental com que, originariamente, se instaurou a nova ordem política - o Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889 - expedido pelo Governo Provisório então instituído, foi "proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo" a República Federativa. As Províncias "reunidas pelo laço da Federação" ficaram constituindo "os Estados Unidos do Brasil" (arts. 1º e 2º) e cada um desses Estados, "no exercício de sua legítima soberania" decretaria oportunamente a sua Constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locais" (art. 3º).
>
> ***28. Decreto de 1890: Justiças federal e estadual. Discriminação de competência.*** - Pouco depois, o mesmo Governo Provisório formulou e fez publicar, com o Decreto nº 510, de 22.6.1890, "a Constituição dos Estados Unidos do Brasil" para ser submetida ao Congresso Nacional.

No texto dessa fórmula inicial de Constituição, enunciada a transformação das antigas Províncias em Estados, já sem alusão à condição de soberania a estes antes atribuída, ficou estabelecido:

a) que o Poder Judiciário da *União* teria por órgãos um Supremo Tribunal Federal "e tantos juízes e tribunais federais, distribuídos pelo país quantos o Congresso criasse" (art. 54);
b) ao Supremo Tribunal competiria, entre outras atribuições, julgar recursos "das sentenças da *Justiça dos Estados*" em casos em que afetasse à legislação federal ou à Constituição da República (art. 58);
c) aos juízes ou tribunais federais competiria decidir as causas fundadas em disposição da Constituição federal, os litígios em que fossem partes os Estados, os pleitos "entre Estados estrangeiros e cidadãos brasileiros" ou daqueles contra a União, as questões de direito marítimo e navegação, as questões de direito criminal ou civil internacional, os crimes políticos (art. 59);
d) cada Estado reger-se-ia pela Constituição e leis que adotasse, contanto que se organizasse sob a forma republicana e não contrariasse os princípios constitucionais da União, entre os quais o de que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

[4] *Alcino Salazar, "Poder Judiciário", pgs. 61 a 63, Ed. Forense, 1975.*

seriam “discriminados e independentes” (art. 62);

e) na competência privativa do Congresso Nacional se incluiria a atribuição de “codificar as leis civis, criminais, comerciais e processuais da República” (art. 33, nº 24).

Em suma: “criava-se a *Justiça federal* para determinados casos ou espécies de questões e a ***Justiça estadual*** para a generalidade das causas cíveis ou criminais, incluída na competência da União a legislação sobre o direito processual em geral.”

CONSTITUIÇÃO DE 1934

A Constituição de 1934 manteve o sistema da dupla jurisdição federal e estadual, relacionando como órgãos do Poder Judiciário, os juízes e tribunais federais, os juízes e tribunais militares, os juízes e tribunais eleitorais. Foram omitidos os juízes e tribunais estaduais, que eram órgãos do Poder Judiciário, porém local, em contraposição aos do Poder Judiciário federal.

Quanto aos juízes federais, assim dispôs:

> **Art. 80:** “Os juízes federais serão nomeados dentre brasileiros natos, de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada, alistados eleitores, e que não tenham menos de 30, nem mais de 60 anos de idade, dispensado este limite aos que forem magistrados”. Parágrafo único: “A nomeação será feita pelo Presidente da República dentre cinco cidadãos, com os requisitos acima exigidos, e indicados, na forma da lei, e por escrutínio, pela Côrte Suprema”. Art. 81: “Aos juízes federais compete processar e julgar em primeira instância: a) as causas em que a União for interessada como autora ou ré, assistente ou opoente; b) os pleitos em que alguma das partes fundar a ação ou a defesa, direta e exclusivamente em dispositivo da Constituição; c) as causas fundadas em concessão federal ou em contrato celebrado com a União; d) as questões entre um Estado e habitantes de outro, ou domiciliado em país estrangeiro, ou contra autoridade administrativa federal, quando fundadas em lesão de direito individual, por ato ou decisão da mesma autoridade; e) as causas entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil; f) as causas movidas com fundamento em contrato ou tratado do Brasil com outras nações; g) as questões de direito marítimo e navegação no oceano ou nos rios e lagos do país, e de navegação aérea; h) as questões de direito internacional privado ou penal; i) os crimes políticos, e os praticados em prejuízo de serviços ou interêsse da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral e Militar; j) os habeas-corpus, quando se tratar de crime de competência da Justiça Federal, ou quando a coação provier de autoridades federais, não subordinadas imediatamente à Côrte Suprema; k) os mandados de segurança contra atos de autoridades federais, excetuado o caso do art. 76, 1, letra i; l) os crimes praticados contra a ordem social, inclusive o de regresso ao Brasil de estrangeiro expulso”. Parágrafo único: “O disposto no presente artigo, letra a, não exclui a competência da justiça local nos processos de falência e outros em que a Fazenda Nacional, embora interessada, não intervenha como autora, ré, assistente ou opoente”.

CONSTITUIÇÃO DE 1937

A Constituição outorgada de 1937 estabeleceu em seu art. 90: "São órgãos do Poder Judiciário: a) o Supremo Tribunal Federal; b) os juízes e tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; c) os juízes e tribunais militares."

Como se vê, a Carta decretada pela chamada Ditadura do Estado Novo, não adotou o sistema dual das Constituições (cada uma ao seu modo) de 1891 e de 1934.

O sistema passou a ser não o da Justiça dual e sim o da justiça única, mas a estadual, salvo a competência do Supremo Tribunal.

Foram extintas, assim, as Seções Estaduais da Justiça Federal.

ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA: REGULAMENTAÇÃO

O decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, regulamentou a organização da Justiça Federal "exercida por um Supremo Tribunal Federal e por juízes inferiores intitulados - Juízes de Seção." (art. 1º).

"Os juízes federais - dispunha o art. 2º - serão vitalícios e inamovíveis e não poderão ser privados dos seus cargos senão em virtude de sentença proferida em juízo competente e passada em julgado."

Art. 3º -"Na guarda da Constituição e das leis nacionais a magistratura federal só intervirá em espécie e por provocação da parte."

Art. 4º - "Ao Presidente da República compete nomear os juízes federais, dependendo da aprovação do Senado a nomeação dos membros do Supremo Tribunal Federal."

Capítulo II

Do Supremo Tribunal Federal

Art. 5º - O Supremo Tribunal Federal terá a sua sede na Capital da República e compor-se-á de quinze juízes, que poderão ser tirados dentre os juízes secionais ou dentre os cidadãos de notável saber e reputação, que possuam as condições de elegibilidade para o Senado.

Parágrafo único - Os parentes consangüíneos ou afins, na linha ascendente e descendente e na colateral até o segundo grau, não podem ao mesmo tempo ser membros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 6º - O Presidente da República nomeará um dos membros do Supremo Tribunal Federal para exercer as funções de Procurador Geral da República.

Art. 7º - O Tribunal funcionará com a maioria dos seus membros. Na falta de número legal serão chamados sucessivamente os juízes das seções mais próximas, aos quais competirá jurisdição plena, enquanto funcionarem como substitutos.

Art. 8º - O Tribunal decidirá as questões afetas a sua competência, ora em primeira e única instância, ora em segunda e última conforme a natureza ou o valor da causa.

Art. 9º - Compete ao Tribunal:

I - Instruir os processos e julgar em primeira e única instância:

a) o Presidente da República nos crimes comuns;
b) os juízes de seção nos crimes de responsabilidade;
c) os ministros diplomáticos nos crimes comuns e nos de responsabilidade;
d) os pleitos entre a União e os Estados ou destes entre si;
e) os litígios e as reclamações entre as nações estrangeiras e a União ou os Estados;
f) a suspeição oposta a qualquer dos seus membros;
g) os conflitos de jurisdição entre os juízes federais, ou entre estes e os dos Estados.

II - Julgar em grau de recurso e em última instância:
a) as questões decididas pelos juízes de seção e de valor superior a 2.000$000;
b) as questões relativas à sucessão de estrangeiros, quando o caso não for previsto por tratado ou convenção;
c) as causas criminais julgadas pelos juízes de seção ou pelo júri federal;
d) as suspeições opostas aos juízes de seção.

Parágrafo único - Haverá também recurso para o Supremo Tribunal Federal das sentenças definitivas proferidas pelos Tribunais e Juízes dos Estados:
a) quando a decisão houver sido contrária à validade de um tratado ou convenção, à aplicabilidade de uma lei do Congresso Federal, finalmente, à legitimidade do exercício de qualquer autoridade que haja obrado em nome da União - qualquer que seja a alçada;
b) quando a validade de uma Lei ou ato de qualquer Estado seja posta em questão como contrária à Constituição, aos tratados e às leis federais e a decisão tenha sido em favor da validade da Lei ou ato;
c) quando a interpretação de um preceito constitucional ou de lei federal, ou da cláusula de um tratado ou convenção, seja posta em questão, e a decisão final tenha sido contrária à validade do título, direito e privilégio ou isenção, derivado de preceito ou cláusula.

III - Proceder à revisão dos processos criminais em que houver sentença condenatória definitiva, qualquer que tenha sido o Juiz ou Tribunal julgador.

§ 1º - Este recurso é facultado exclusivamente aos condenados, que interporão por si ou por seus representantes legais nos crimes de todo o gênero excetuadas as contravenções.

§ 2º - A pena poderá ser relevada ou atenuada quando a sentença revista fôr contrária a direito expresso ou à evidência dos autos, mas em nenhum caso poderá ser agravada.

§ 3º - No caso de nulidade absoluta ou de pleno direito, o réu poderá ser submetido a novo julgamento.

§ 4º - Em ato de revisão é permitido conhecer de fatos e circunstâncias que, não constando do processo, sejam entretanto alegados e provados perante o Supremo Tribunal.

§ 5º - A revisão será provocada por petição instruída com a certidão autêntica das peças do processo e mais documentos que o interessado queira juntar, independentemente de outra qualquer formalidade.

§ 6º - O Supremo Tribunal poderá exigir do juiz ou Tribunal recorrido os documentos ou informações e mais diligências que julgar necessárias para o descobrimento da verdade.

IV - Conceder ordem de *habeas corpus* em recurso voluntário, quando tenha sido denegada pelos Juízes federais ou por juízes e tribunais locais.

V - Apresentar anualmente ao Presidente da República a estatística circunstanciada dos trabalhos e relatórios dos julgados.

Art. 10 - Os membros do Supremo Tribunal Federal serão julgados pelo Senado nos crimes de responsabilidade.

Capítulo III

Do Presidente do Supremo Tribunal Federal

Art. 11 - Os membros do Supremo Tribunal Federal elegerão dentre si um presidente e um vice-presidente, que servirão durante três anos, podendo ser reeleitos.

Em seus impedimentos temporários será o presidente substituído pelo vice-presidente, e este pelo membro mais idoso do Tribunal.

Art. 12 - Compete ao Presidente:

a) dar posse aos membros o Tribunal e aos juízes de seção nomeados que se apresentem para esse fim;
b) nomear e demitir os empregados da secretaria e do juízo, nos casos em que isto lhe é facultado por Lei, empossá-los de seus cargos e ofícios, e na sua falta ou impedimento dar-lhes substitutos;
c) executar e fazer executar o Regimento interno;
d) dirigir os trabalhos do Tribunal e presidir às suas seções;
e) distribuir os feitos e proferir os despachos de expediente;
f) conceder licença nos termos da Lei aos membros do Supremo Tribunal e aos juízes de seção;
g) organizar e enviar ao Presidente da República e à secretaria do Senado a lista nominal dos juízes secionais, pela ordem da antigüidade, sempre que se derem vagas no Supremo Tribunal.

Capítulo IV

Dos Juízes da Seção

Art. 13 - Cada Estado, assim como o Distrito Federal, formará uma seção judicial, tendo por sede a respectiva capital, com um só juiz.

Art. 14 - Os juízes de seção serão nomeados pelo Presidente da República dentre os cidadãos habilitados em direito com prática de quatro anos, pelo menos, de advocacia ou de exercício de magistratura, devendo ser preferidos, tanto quanto possível, os membros atuais desta.

Art. 15 - Compete aos juízes de seção processar e julgar:

a) as causas em que alguma das partes fundar a ação ou a defesa em disposições da Constituição Federal, ou que tenham por origem atos administrativos do Governo Federal;
b) os litígios entre um Estado e habitantes de outros Estados ou do Distrito Federal;
c) os litígios entre os habitantes de Estados diferentes, inclusive os do Distrito Federal, quando sobre o objeto da ação houver diversidade nas respectivas legislações, casos em que a decisão deverá ser proferida de acordo com a lei do fôro do contrato;
d) as ações que interessarem ao fisco nacional;
e) os pleitos entre nações estrangeiras e cidadãos brasileiros, ou domiciliados no Brasil;
f) as ações movidas por estrangeiros e que se fundem, quer em contratos com o Governo da União, quer em convenções ou tratados da União com outras nações;
g) as questões relativas à propriedade de posse de embarcações, sua construção, reparos, vistoria, registro, alienação, penhor, hipoteca e pessoal; as que versarem sobre o ajuste e soldada dos oficiais e gente da tripulação; sobre contratos de fretamento de navios, dinheiros e risco, seguros marítimos; sobre naufrágios e

salvados, arribadas forçadas, danos por abalroação, abandono, avarias; e em geral as questões resultantes do direito marítimo e navegação, tanto no mar como nos rios e lagos da exclusiva jurisdição da União, compreendidas nas disposições da parte segunda do Código Comercial;

h) as causas provenientes de apresamento e embargos marítimos em tempo de guerra, ou de auxílios prestados em alto-mar e nos portos, rios e mares em que a República tenha jurisdição;

i) os crimes políticos classificados pelo Código Penal, no Livro 2º, Tít. 1º e seus capítulos, e Tít. 2º. Cap. 1º.

§ 1º - Os crimes cometidos em alto-mar a bordo de navios nacionais, os cometidos nos rios e lagos que dividem dois ou mais Estados, nos portos, nas ilhas que pertençam à União, e, em geral, nos lugares de absoluta jurisdição do Governo Federal, serão, entretanto, julgados pelas justiças locais, desde que não revistam o caráter de crimes políticos.

§ 2º - Para o efeito do disposto no parágrafo antecedente, quando o criminoso não puder ser processado e julgado no lugar em que praticou o delito, sê-lo-á respectivamente às hipóteses constantes do mesmo parágrafo, perante a justiça local do primeiro pôrto nacional em que entre o navio, ou perante a mais próxima do lugar do delito, onde fôr encontrado o delinqüente, ou, finalmente, perante aquela que haja prevenido a jurisdição.

§ 3º - Igual regra se observará relativamente aos juízes de seção, quando os crimes mencionados forem de natureza política.

Art. 16 - Quando um pleito, que em razão das pessoas ou da natureza do seu objeto deva pertencer à competência da Justiça Federal, fôr, não obstante, proposto perante um juiz ou tribunal de Estado, e as partes contestem a lide sem propor exceção declinatória, se julgará prorrogada a jurisdição, não podendo mais a ação ser sujeita à jurisdição federal, nem mesmo em grau de recurso, salvo nos casos especificados no art. 19º, II, parágrafo único.

Art. 17 - O domicílio em cada Estado e no Distrito Federal será presumido, para os efeitos da competência e jurisdição, pela residência contínua de um ano, pelo menos, e em qualquer tempo pelo domínio de bens de raiz e propriedade de estabelecimento industrial ou comercial, ou outro qualquer fato que induza a intenção de residir.

Capítulo V

Dos Substitutos dos Juízes de Seção

Art. 18 - Haverá em cada seção de Justiça Federal um juiz substituto, nomeado pelo Presidente da República, que servirá seis anos, não podendo ser removido durante esse prazo, salvo se o requerer.

Art. 19 - Compete ao juiz substituto:

a) conhecer e julgar as suspeições opostas aos juízes de seção, com apelação devolutiva tão-somente para o Supremo Tribunal;

b) substituir os juízes de seção em todos os impedimentos destes.

Art. 20 - O Presidente da República nomeará um juiz *ad-hoc* em todos os casos em que não puder funcionar o juiz substituto.

Capítulo VI

Do Ministério Público

Art. 21 - O membro do Supremo Tribunal Federal, que for nomeado Procurador-Geral da República, deixará de tomar parte nos julgamentos e decisões, e, uma vez nomeado, conservar-se-á vitaliciamente nesse cargo.

Art. 22 - Compete ao Procurador-Geral da República:

a) exercer a ação pública e promovê-la até final em todas as causas da competência do Supremo Tribunal;
b) funcionar como representante da União, e em geral oficiar e dizer de direito em todos os feitos submetidos à jurisdição do Supremo Tribunal;
c) velar pela execução das leis decretos e regulamentos, que devam ser aplicados pelos juízes federais;
d) defender a jurisdição do Supremo Tribunal e a dos mais juízes federais;
e) fornecer instruções e conselhos aos procuradores secionais e resolver consultas destes, sobre matéria concernente ao exercício da Justiça Federal.

Art. 23 - Em cada seção de Justiça Federal haverá um Procurador da República, nomeado pelo Presidente do República, por quatro anos, durante os quais não poderá ser removido, salvo se o requerer.

Art. 24 - Compete ao Procurador da República na seção:

a) promover e exercitar a ação pública, funcionar e dizer de direito em todos os processos criminais e causas que recaiam sobre a jurisdição da Justiça Federal;
b) Solicitar instruções e conselhos do Procurador-Geral da República, nos casos duvidosos;
c) Cumprir as ordens do Governo da República relativas ao exercício das suas funções, denunciar os delitos ou infrações da lei federal, em geral promover o bem dos direitos e interesses da União;
d) Promover a acusação e oficiar nos processos criminais sujeitos à jurisdição federal até o seu julgamento final, quer perante os juízes singulares, quer perante o Júri.

Art. 25 - Os procuradores secionais serão julgados nos crimes de responsabilidade pelos juízes das respectivas seções, com recurso para o Supremo Tribunal, no caso de condenação.

Art. 26 - Nas faltas ou impedimentos temporários dos procuradores secionais, o Procurador Geral da República nomeará quem os substitua.

Primeiro Juiz Federal na Paraíba: Honório Horácio de Figueiredo

Implantada a República, foi organizada a Justiça Federal nos Estados, e para a Seccional da Paraíba foi escolhido, como primeiro juiz federal, um cunhado do governador Venâncio Neiva, o dr. Honório Horácio de Figueiredo.

Filho de Francisco Honório de Figueiredo, o dr. Honório era irmão da esposa do presidente Venâncio Neiva, Joana Batista de Figueiredo, cujo casamento teve lugar em Patos, terra da família. Quando o general João Batista de Figueiredo assumiu a Presidência da República, a imprensa da Paraíba o deu como ligado aos Batista de Figueiredo de Patos.

Não foi um bom começo, porque o dr. Honório Horácio de Figueiredo teve seu nome envolvido em verdadeiro escândalo, acusado de improbidade como veremos mais adiante.

A 3 de julho de 1891 no jornal “Estado da Parahyba” já era divulgado este edital do novo juiz federal:

“O doutor Honório Horácio de Figueiredo, juiz seccional do Estado da Parahyba, etc.

Faz público que no dia 3 de julho próximo, na Alfândega desta capital, às 11 horas da manhã, serão vendidos em leilão, sob a sua presidência, a quem mais der, os seguintes gêneros que foram encontrados fluctuando no mar, na altura das praias de Tambaú e do Bessa, alijados por um navio, com nome, nacionalidade e procedência, ignora-se: 97 caixas de batatas, tendo a marca VV; 56 ditas com a marca V & F; 61 ditas com a marca MJO; 2 ditas sem número e sem marca, contendo ácidos; 6 ditas com a marca HLF e contra marca EM; uma dita com a marca MBL; uma dita com a marca CP; onze botijões com o mesmo gênero e sem marca, e 3 ditas com marca HLF e contra marca EM.

E para que chegue a notícia de todos se fez este edital que será afixado na porta da casa das audiências deste juízo e publicado na imprensa.

Parahyba, 30 de junho de 1891.

Eu, Francisco de Assis Pereira Tejo, escrivão, o escrevi.

Honório Horácio de Figueiredo.”

Celso Mariz[5] faz referência à escolha do dr. Venâncio Neiva para substituir o juiz seccional Honório Horácio de Figueiredo, que acabara de se aposentar: “Venâncio mesmo, com a aposentadoria de Honório de Figueiredo, é o juiz seccional na Paraíba.”

Foi ao juiz Honório Horácio de Figueiredo que Irineu Pinto, fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, pediu sua futura esposa em casamento, como se vê no livro “Irineu Pinto”[6] :

Assim fez Irineu. Enviou uma carta ao Juiz Seccional Honório de Figueiredo, tutor e tio de sua amada, pedindo sua mão, tendo sido portador o seu primo, Isaac Leão Pinto. Esta carta, muito interessante e bem escrita, faz parte hoje do Livro do Tombo, espécie de arquivo de família e merece transcrição “ad literam”. Eis a carta pedido:

Ilmo. Snr.

Cumprimento Vsa., e a Exma., família a quem apresento os meus respeitos.

Assumpto da mais elevada consideração para mim, obriga-me neste momento a dirigir-vos a presente missiva, na qualidade de prestimoso chefe de vossa prezada família.

Tendo a felicidade de conhecer vossa digna sobrinha, a Exma. Snra. D. Marcionilla e não me sendo indifferentes os dons com que a natureza se dignou prenda-la meu coração foi desde logo tocado pela centelha electrica que na humana vida, desperta o mais elevado e generoso sentimento - o amor.

Absorto, pois, nesse sentimento que de modo lisongeiro me afaga e expande o coração, acariciando-o com uma paixão vehemente, peço licença para confessar-vos que adoro sinceramente aquella Snra. em quem folgo de reconhecer o anjo predestinado para acompanhar-me no trajecto da existencia terrena.

[5] *Celso Mariz, “Apanhados Históricos da Paraíba”, UFPB Editora Universitária, 1980, pg. 190.*

[6] *Piragibe Pinto, “Irineu Pinto”, 1980, pg. 26.*

Entretanto, não sendo licito retrahir-me por mais tempo em assumpto tão melindroso por se antepor a isto o meu caracter e as conveniencias sociaes, tomei o alvitre de solicitar-vos a preciosa mão da Exma. Snra. D. Marcionilla, a quem tenho dedicado toda a minha amizade e votado o mais sincero e puro amor.

Faço votos para que o meu pedido seja aceito com benignidade, tornando assim completa a minha ventura.

Reitero-vos os protestos de minha mais alta estima, distincta consideração e respeito com que tenho a honra de assignar-me,

De V. Sa

Revte Obrmo. Crdo

(ass) Irineu Ferreira Pinto

Parahyba do Norte, 16-7-903

HABEAS CORPUS CONCEDIDO PELO JUIZ HONÓRIO HORÁCIO DE FIGUEIREDO PARA GARANTIR O JORNAL "O PARAHYBANO"

Foi no Governo do Presidente Álvaro Machado. O jornal "O PARAHYBANO" vinha divulgando violentos ataques ao Governo. Elementos do situacionismo chegaram a tentar a quebra de suas máquinas.

O jornal noticiou:

"Frustrado o plano de quebramento da tipografia por terem sido repelidos os seus ineptos e desassados assaltantes, o Sr. Antônio Baltar fica desorientado, porque todos quantos dele tem conhecimento o apontam como autor, testemunhas oculares tem visto o seu irmão Augusto Baltar rondar até alta noite nas imediações das oficinas em que se imprime a nossa folha, e cheio de coragem subscreve o atentado mandando José da Silva Neves Júnior, 2º suplente de delegado em exercício, intimar-nos que o **O Parahybano** não podia continuar a ser publicado! E José Neves, tão corajoso como o amo que o mandou dar-nos o recado, em lugar de dirigir-se a nós, para o que não tinha nem tem coragem, dirige-se às proprietárias da tipografia e ameaça os nossos empregados, sob pena de prisão, para não comporem mais o nosso jornal!".

Eduardo Martins assim noticia os fatos:

Fato talvez virgem na história do jornalismo brasileiro - acrescenta o mesmo jornal - causará assombro o dizer-se um dia que na Paraíba do Norte, sendo seu governador o sr. major Álvaro Lopes Machado e chefe de polícia o sr. Antônio Ferreira Baltar, foi preciso, para o livre exercício da imprensa, que a esta fosse concedido um **habeas-corpus** preventivo contra as ameaças e violências policiais!

E o digno e ilustre juiz seccional, dr. Honório Horácio de Figueiredo, concedendo esse **habeas-corpus** acaba de elevar-se tão alto que já não podemos nos envergonhar do enxovalhamento que atirava-se aos nossos brios de paraibanos.

E concluí: eis a luminosa sentença do honrado magistrado:

"**MANDADO DECLARATÓRIO** - O doutor Honório Horácio de Figueiredo, juiz seccional do Estado da Paraíba, etc. Faço saber que nos autos de **habeas-corpus** preventivamente requerido por d. Calecina Rodrigues da Costa e pelo doutor Eugenio Toscano de Brito e Arthur Achilles dos Santos, proferi a seguinte decisão: "Visto etc. etc. Dona Calecina

Rodrigues da Costa, consenhora e possuidora da tipografia em que se imprime diariamente **O Parahybano** e os cidadãos doutor Eugenio Toscano de Brito e Arthur Achilles dos Santos, principais redatores desse jornal, fundados nas disposições do decreto número 848 de 11 de outubro de 1890 e da Constituição da República (art. 72 e seus parágrafos) na petição á folhas duas requerem em seu favor uma ordem de **habeas-corpus** preventiva por se considerarem sofrendo constrangimento ilegal e ameaça de prisão por parte da autoridade policial desta capital e alegam:

a) que em seus dois últimos números o Correio Official de que juntaram a edição de 29 de outubro próximo findo, contém ameaça bem caracterizada de que o governo do Estado empregará os meios para suprimir a imprensa da oposição, visto reputá-la um elemento perturbador; b) a tentativa de quebramento da tipografia na madrugada de um do corrente mês por um grupo de capangas; c) a intimação feita no dia seguinte pelo suplente do delegado de polícia José da Silva Neves Júnior de ordem do doutor chefe de polícia interino, à impetrante, dona Calecina Rodrigues da Costa para não editar mais em sua tipografia o dito jornal, sob pena de prisão para ela e os operários; d) a invasão e ocupação do prédio em que funciona a tipografia por força policial sob as ordens do referido suplente do delegado José Neves durante algumas horas do dia três, com proibição expressa de entrar qualquer pessoa. Em suas respostas nos autos de perguntas de folhas cinco a dez, os impetrantes acrescentam, que durante a noite de três estiveram postadas nas imediações do aludido prédio diversas praças de polícia com o fim de impedirem que funcionassem a tipografia. Produziram eles três testemunhas, cujos depoimentos decorrem de folhas onze e quatorze. Conforme vê-se da certidão às folhas dez, verso, em ofício dirigido por este juízo no dia 4 do corrente ao chefe de polícia interino, doutor Antônio Ferreira Baltar, foram solicitadas informações que, não tendo sidos prestadas até agora, tornam-se dispensáveis em vista das provas existentes nos presentes autos. Com efeito, está provado ter sido intimado pelo suplente de delegado de polícia José da Silva Neves Júnior no dia dois do corrente a impetrante dona Calecina Rodrigues da Costa para cessar a publicação d' **O Parahybano** em sua tipografia, intimação que não tendo como não tem base em lei alguma, golpeia fundamente o parágrafo primeiro: "Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei", suprime a liberdade de imprensa garantida no parágrafo doze, e ultrapassa os limites marcados ao livre goso do direito de propriedade no parágrafo 17 tudo do art. 72 da Constituição Federal. Também está provado e é de notoriedade pública, e incontestável, por ter sido presenciado por grande parte da população desta cidade que no dia 3 do corrente o dito suplente de delegado, José Neves, de ordem do doutor chefe de polícia interino mandou invadir e ocupar durante algumas horas por policiais (dezesseis a dezoito) que o acompanhavam, o andar térreo do prédio onde estão situadas as oficinas d'**O Parahybano**, proibida terminantemente a entrada a qualquer pessoa; importando esse procedimento da polícia em flagrante violação do parágrafo onze do citado artigo, atenta a falta de concurrência de qualquer dos casos ali apontados. Estes dois fatos só por si, independentemente dos outros alegados constantes dos autos constituem constrangimento ilegal aos impetrantes em vista da ofensa aos direitos que lhes garante a lei fundamental da União aos parágrafos citados e séria e iminente ameaça aos outros direitos consagrados à liberdade individual pela mesma lei. Assim que, deferindo a petição a folhas duas concedo o **habeas-corpus** impetrado, e mando que fique de nenhum efeito a aludida intimação policial, a fim de que cessem o constrangimento ilegal e ameaças de prisão de que se queixam os impetrantes, passando-se em favor destes o respectivo mandado declaratório, e comunicando-se a sua concessão à chefatura de polícia. Hei por publicado a presente em mão do escrivão, que fará as necessárias intimações. Custas **ex-causa**. Paraíba, 7 de novembro de 1892. Honório H. de Figueiredo".

E mando que se cumpra dita decisão tão exatamente como na mesma se contém. Dado e passado nesta cidade da Paraíba, em 7 de novembro de 1892. Eu, Eutychiano Ignacio de Loyola Barreto, escrivão interino, o escrevi. Honório H. de Figueiredo".

(Estava inutilizada uma estampilha de quatrocentos réis).[7]

Os Escândalos que Envolveram o Dr. Honório

O senador Coelho Lisboa, que rompera com o dr. Venâncio Neiva, passando a fazer-lhe agressiva oposição, levou para a tribuna do Congresso o escândalo: o dr. Honório Horácio de Figueiredo, cunhado do governador, era acusado da prática de desonestidade, por subtrair, das correspondências despachadas nos correios os valores que eram enviados aos destinatários nas mais diversas cidades.

O historiador Wellington Aguiar dedica algumas páginas de seu livro sobre o senador Coelho Lisboa[8] a esse caso que estarreceu a opinião pública naquela época.

O senador Coelho Lisboa fora chefe de polícia e o governador Venâncio Neiva o exonerara do cargo e num dos seus pronunciamento, que Wellington Aguiar transcreve, denunciou:

"Direi somente que o chefe de polícia da Paraíba do Norte foi exonerado pelo Ministro da Justiça do Governo Provisório, porque procedia a um inquérito policial sobre descaminho de dinheiros, e nas pesquisas que o inquérito lhe apontava, encaminhou os seus passos para a casa do cunhado do governador do Estado! do crime que eu investigava era principal culpado o Dr. Honório Figueiredo, cunhado do governador, o poderoso chefe da oligarquia; mas com a minha educação republicana, com a minha educação cívica, eu não podia recuar; levei as investigações até à casa do cunhado do governador. Foi então que o tenente-coronel João Neiva, patrocinado pelo marechal Almeida Barreto e acompanhado pelo general Tude Neiva, dirigiram uma carta assinada pelos três, ao generalíssimo Chefe do Governo Provisório, pedindo a exoneração do chefe de polícia do Estado. Esta carta me foi mostrada depois pelo Dr. Campos Salles, ministro da Justiça do mesmo Governo.

Eu tinha conhecimento, Sr. Presidente, de que dinheiros que seguiam para o sertão, em cartas pelo Correio, desapareciam. De todos os lados vinham acusações contra o procedimento do cunhado do governador, que era quem dirigia o serviço do porte de malas.

Por que contra o cunhado do governador? perguntará o Senado! Pelo fato muito simples de que o contrato para o transporte de malas do Correio para os centros do Estado, era, no princípio da ***oligarquia dos Neivas***, feito com o sogro do governador. O sogro do governador era o contratante do porte de malas do Correio para os centros, o pai do governador era o procurador do sogro do governador e o Dr. Honório Horácio de Figueiredo, filho e genro dos dois velhos, era o encarregado de contratar os pedestres e enviar os malotes do Correio para as agências do centro".

Continua Wellington Aguiar:

"Coelho Lisboa prossegue contando que certo dia, chegou a Palácio e encontrou o governador Venâncio Neiva a invectivar a conduta funcional do coronel Dulcídio Cézar, pois queria que este assumisse, como administrador dos Correios, "a responsabilidade das ladroeiras que se praticavam nas cartas (...)". E em seguida diz que Dulcídio Cézar, para "vencer dificuldades já tinha feito correr uma subscrição, entre os empregados daquela repartição, para ressarcir desfalques; muitos porém dos empregados dignamente se negaram a isso, porque os malotes do Correio, em lugar de saírem da repartição para a estação da estrada de ferro pela manhã, saiam de véspera, à tarde, para a casa do Dr. Honório de Figueiredo, e lá com a sua gente, ele, Dr. Honório abria os malotes, tirava

---

[7] *Eduardo Martins, "A Tipografia do Beco da Misericórdia", "A União Cia Editora", 1978, pgs. 46 a 49.*

[8] *Wellington Aguiar, "Um radical republicano contra as oligarquias", pgs. 57 a 59. "A União Editora", 1981.*

cartas, botava cartas, e violava as correspondências. Todo mundo sabia disso, mas o poderoso oligarca era cunhado do criminoso!"- arremata Coelho Lisboa.

O fato é que defendeu o administrador dos Correios. Venâncio Neiva não gostou e tiveram um desentendimento. O governador Venâncio perguntou se ele, como Chefe de Polícia, já havia mandado abrir inquérito para apurar as irregularidades. Coelho Lisboa disse que já havia determinado a medida, no que se refere a Catolé do Rocha, local do desaparecimento de correspondências com valores. Venâncio disse-lhe que "seria conveniente abrir também aqui um inquérito policial" sobre o caso.

Coelho Lisboa prontamente cumpriu a determinação. Ele conta que:

"Fui para o sobrado da polícia, mandei intimar o administrador e mais empregados do Correio, e abri inquérito (...)".

Tinha certeza de que em face do desentendimento com Venâncio, "não podia ficar no lugar de chefe de polícia" e, por isso, conta que "abri não um, mas dois inquéritos: interrogava uma testemunha em sala contígua ao meu gabinete de trabalho, e passeando vinha interrogar outro na sala próxima; em cada uma delas um empregado da secretaria servia de escrivão."

Apressou os inquéritos esperando a sua exoneração. E confessa:

"Um inquérito era o que devia deixar na repartição, para ser depois arquivado ou queimado; o outro... o que eu guardo em meu poder(...)".

Mas ainda tentou junto ao Ministério da Justiça uma licença das funções de chefe de Polícia da Paraíba, "para vir à Capital da República representar ao Governo contra a Oligarquia dos Neivas". Nada conseguiu. Foi exonerado sumariamente, como já dissemos, a pedido de dois irmãos de Venâncio Neiva, ambos militares de alta patente, que ainda tiveram o apoio do marechal Almeida Barreto."

Francisco de Assis e Eutychiano Barretto

Vimos anteriormente que aparece Francisco de Assis Pereira Tejo como primeiro escrivão da Justiça Federal, num edital do juiz Honório Horácio de Figueiredo.

Em seguida, em 1892, ainda com o mesmo juiz, aparece o segundo escrivão, Eutychiano Barreto.

O Segundo Escrivão da Justiça Federal

Nascido em Canafístula, hoje Caldas Brandão, em 31 de julho de 1868, Eutychiano Ignácio de Loyola Barreto foi jornalista, integrando o corpo redacional de "A Província", que se editava no Recife, e de "O Estado da Parahyba", do qual foi gerente.

Era também poeta, autor de sonetos inspirados que deixou inéditos.

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Foi o segundo escrivão da justiça Federal, instalada na Paraíba em 1890, após o advento da República, conservando-se no cargo por 43 anos - quase meio século - ali prestando excelente folha de serviços durante a judicatura de oito juízes.

Eutychiano Ignácio de Loyola Barretto faleceu na capital paraibana a 30 de setembro de

1933.

VENÂNCIO NEIVA: PRESIDENTE DO ESTADO E JUIZ FEDERAL

O dr. Venâncio Augusto de Magalhães Neiva governou a Paraíba e foi juiz durante mais de três décadas em nosso Estado.

Juiz municipal e juiz de direito de 1877 a 1895, e juiz federal de 1899 a 1915.

O jornal "A União" assim noticiou, em 19 de fevereiro de 1939, o seu falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro:

"Por notícias particulares, soubemos haver falecido, ante-ontem, às 17 horas, no Rio de Janeiro, onde residia há vários anos, o eminente conterrâneo dr. Venâncio Neiva, ex-presidente da Paraíba e figura de destaque nos meios sociais da metrópole do país.

A notícia da dolorosa ocorrência foi motivo de consternação nesta capital, onde o ilustre desaparecido desfrutava de admiração e simpatia em vasto círculo de parentes e amigos.

Nascido nesta capital, a 21 de julho de 1849, o dr. Venâncio Neiva fez seus estudos secundários no Liceu Paraibano, matriculando-se, em seguida, na Faculdade de Direito de Recife, onde colou grau em 1873.

Em 19 de novembro do mesmo ano foi nomeado promotor público em Teixeira, exercendo essas funções até 31 de março de 1877.

Em 1874 casou-se na vila de Patos com a srta. Joana Batista de Figueiredo, membro de distinta família local.

A 18 de janeiro de 1877 foi nomeado juiz municipal de Pombal, cargo em que se conservou até 30 de novembro do mesmo ano.

De 1º de dezembro de 1877 a 24 de junho de 1878, exerceu, interinamente, o cargo de juiz de direito de Pombal, voltando ao exercício de juiz municipal desta data até 19 de novembro do mesmo ano.

Ainda em 1878,a 18 de outubro, foi o dr. Venâncio Neiva nomeado juiz municipal de Cunha, no Estado de São Paulo, em cujas funções se conservou até 12 de dezembro de 1881.

Em 15 de novembro de 1886 foi nomeado juiz municipal de Catolé do Rocha, neste Estado, permanecendo no exercício dessas funções até 27 de novembro de 1889.

A 1º de dezembro do mesmo ano, o Governo Provisório escolheu-o para o alto cargo de governador do Estado, tendo tomado posse no dia 6.

A 25 de junho de 1891 o eleitorado escolheu-o para o primeiro mandatário republicano, que ele exerceu com inteligência e honradez até 1º de janeiro de 1892, quando se retirou à vida privada.

A 25 de junho de 1895 foi aposentado como juiz de direito e a 7 de janeiro de 1899 foi nomeado juiz seccional neste Estado, tendo reafirmado no exercício dessas funções suas virtudes de magistrado douto e conspícuo.

Nesse cargo foi o dr. Venâncio Neiva aposentado a 25 de agosto de 1915, quando transferiu sua residência para o Rio de Janeiro.

Aí foi eleito senador em várias legislaturas, tendo prestado na Alta Câmara do Congresso larga folha de serviços à Paraíba.

Do seu consórcio com a sra. Joana Batista Figueiredo Neiva, o pranteado extinto, que contava com a avançada idade de 89 anos, deixa os seguintes filhos: Venâncio de Figueiredo

Neiva, funcionário aposentado do Tesouro Nacional; Leôncio de Figueiredo Neiva, tenente-coronel reformado do Exército; dr. Eugênio de Figueiredo Neiva, alto funcionário dos Correios e Telégrafos no Rio de Janeiro; dr. Frederico de Figueiredo Neiva, advogado no fôro da metrópole do país; sra. Maria Augusta Neiva Câmara, esposa do dr. Manoel Arruda Câmara, desembargador aposentado do Tribunal de Apelação de Santa Catarina; e srtas. Deolinda e Joanita de Figueiredo Neiva, residentes no Rio de Janeiro.

Deixa ainda 12 netos e 1 bisneto."

Sobre Venâncio Neiva, queremos transcrever estas palavras do ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo:

"A história registra, curiosamente, que os dois fundadores da República, na Paraíba, não eram republicanos. Pelo menos não se distinguiram na propaganda, ou na conspiração que derrubou o regime monárquico. O primeiro deles, Venâncio Neiva, que era civil, foi nomeado por influência dos irmãos militares. O segundo, Álvaro Machado, que era militar, foi nomeado por indicação de um tio civil que, por acaso, era amigo do Marechal Floriano.

O primeiro malogrou em sua missão, que era a de implantar, no Estado, o governo republicano. Mas isso não ocorreu por culpa sua ou da situação política de que era a figura central. Venâncio Neiva, sem dúvida, foi hábil e pessoalmente bem sucedido: manteve a Paraíba tranquila, e dirigiu a política corretamente, de acordo com os usos e costumes de seu tempo e as injunções do novo regime. Mas é óbvio que ele não teria como resistir ao despotismo de Floriano, que mandou varrer do governo, por bem ou por mal, todos os governadores em exercício que, expressa ou tacitamente, haviam apoiado o golpe de estado. Por isso, foi deposto pela guarnição federal, se bem que sob o ingênuo disfarce de um levante de caráter popular, limitado a um troço de moradores e agregados, arrebanhados em alguns engenhos da Várzea. De todo o modo, ele foi um político sério e respeitável, que, tempos depois, retornou triunfante ao cenário político do Estado. Apoiado pelos amigos e correligionários mais fiéis, enfrentou dez ou doze anos de ostracismo total. Mas, a partir de 1904, os antigos venancistas foram voltando às posições políticas e, a partir de 1912, já sob a chefia do antigo Secretário Epitácio Pessoa, reconquistaram o Estado, erradicando, para sempre, a oligarquia alvarista. De 1898 a 1917, Venâncio Neiva abrigou-se no cargo de Juiz Federal na Seção da Paraíba, função que àquele tempo não era legalmente incompatível com a política, da qual ele participava discreta e moderadamente. Em 1918, depois de aposentado, foi eleito senador federal, conservando esse mandato até a dissolução do congresso Nacional, pela Revolução de 1930. Faleceu em 1939, aos noventa anos de idade.

Venâncio Neiva não se destacou por dotes intelectuais de exceção. Não foi jornalista nem orador, qualidades que, em seu tempo, davam brilho especial às biografias políticas. Mas foi, sem contestação, um homem de reputação ilibada e de grande autoridade moral. Depois de sua deposição, conseguiu ele sobreviver fora e acima de toda a polêmica partidária. Para os antigos correligionários, ficou sendo o patriarca da República na Paraíba. Para os adversários passou a ser, sem demora, um paraibano merecedor de todo o respeito, pela dignidade com que se conduzia na vida pública.

Do ponto de vista das convicções políticas, tinha ele as suas simpatias, quando não as suas vinculações, com o positivismo, que tanta influência exerceu sobre as instituições, nos albores da era republicana.

Ele não era radical ou intolerante. Também não se distinguia pela agressividade. Mas, não era fraco. De sua coragem pessoal ficou expressivo atestado num dos episódios do movimento que o derrubou. Quando ele se decidiu a deixar o governo, saiu do Palácio a pé, em hora de expediente e pela porta da frente. A turba que representava o *povo* - para os efeitos desejados pelo Governo Federal - investiu contra ele, com ameaças de agressão e de morte. Venâncio Neiva não recuou nem apressou o passo. Encarou os amotinados e

proferiu, com firmeza, a frase que o celebrizou: “para me matarem, são muitos; para me amedrontarem, são poucos”.[9]

JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA EM 1908

O “Almanak” da Paraíba em 1908 dava a seguinte composição da Justiça Federal na Paraíba:

Justiça Federal

Juiz Seccional - Dr. Venâncio Neiva

Juiz Substituto - Dr. Francisco de Gouveia Nóbrega

Procurador da República - Dr. Antônio Hortêncio Cabral de Vasconcellos

Escrivão - Eutychiano Barretto

Porteiro (Official de Justiça) - José Antônio Barbosa

Supplentes do Juiz Substituto e ajudantes do Procurador da República

CAPITAL - 1º supplente, Dr. Manoel Deodato Henrique de Almeida; 2º,Tenente Coronel Francisco C. de L. e Moura; ajudante, Dr. João Fernandes da Silva.

SANTA RITA - 1º supplente, Clementino Augusto de Oliveira; 2º, Olyntho Gil de Freitas; 3º, João Baptista de Vasconcelos Maia; ajudante, Terencio Ferreira.

ESPÍRITO SANTO - 1º supplente, Walfredo Rufino Carneiro da Cunha; 2º, Antonio Patricio Pereira; 3º, Secundino Fernandes de Carvalho; ajudante, João Alves Massa.

CABEDELLO - 1º supplente, vago; 2º, Manoel Martins de Carvalho; 3º, João Martins Barbosa; ajudante, Antônio José Vianna.

PEDRAS DE FOGO - 1º supplente,Abilio Pereira Guedes; 2º, Capitão Antônio José do Espírito Santo; 3º, Antonio Silvino Correia da Silveira; ajudante, Luiz Alvares de Carvalho Cesar.

ITABAYANNA - 1º supplente, Major Francisco Resende de Mello; 2º, Luiz Antônio de Souza; ajudante, José Soares de Mendonça.

PILAR - 1º supplente, José Marinho Falcão; 2º, José da Silva Maroja; 3º, Pedro Leite Rangel Filho; ajudante, Coronel Manoel Ferreira de Andrade.

INGÁ - 1º supplente, José Gonçalves de Mello; 2º, Trajano Gonçalves de Oliveira; 3º, Virgolino de Souza Campos; ajudante, Elias Rodrigues de Farias.

MAMANGUAPE - 1º supplente, Alberto Cesar de Albuquerque; 2º, Firmino Caetano Alves de Lima; 3º, Ildefonso Theotonio de Carvalho; ajudante, Victorino Gomes Bezerra.

GUARABIRA - 1º supplente, Tenente Coronel Manoel P. da S. Simões; 2º, Cícero Leal; ajudante, Seraphim Ferrer da Silva.

BANANEIRAS - 1º supplente, Coronel Felinto Florentino da Rocha; 2º, Joaquim Rodrigues de Castro Mello; 3º, Deocleciano Bezerra Cavalcante; ajudante, Coronel Cassiano Cícero

[9] *Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, “A Paraíba na Primeira República”, “A União Cia Editora”, 1982, pgs. 18 e 19.*

Carneiro da Cunha.

ARARUNA - 1º supplente, Antonio Amancio da Silva; 2º, Francisco de Assis Costa Lima; 3º, João Gomes de Oliveira; ajudante, Major Pedro Targino Pereira da Costa.

AREIA - 1º supplente, João Aureliano Camello; 2º, Graciano Soares Cavalcante; 3º, Simão Patrício da Costa; ajudante, Francisco Galdino de Almeida.

SERRARIA - 1º supplente, Capitão João Baptista Uchôa de Andrade; 2º, João P. de Sá Serrão; 3º, José Anizio da Costa Maia; ajudante, Elvidio Duarte dos Santos.

PICUHY - 1º supplente, vago; 2º, Joaquim Xavier de Macêdo; 3º, José dos Santos de Macêdo; ajudante, Francisco Ferreira de Macêdo.

ALAGOA GRANDE - 1º supplente, Ephigenio Franklin de Miranda; 2º, José Zacharias Martins Casado; 3º, Joaquim Velho Pereira de Mello; ajudante, Capitão Antero Peregrino de Albuquerque.

ALAGOA NOVA - 1º supplente, João Fernandes do Amorim; 2º, Chrispim Pereira de Araújo; 3º, João Virgino de Moura; ajudante, Manoel Ferreira de Veras.

CAMPINA GRANDE - 1º supplente, Jovino de Souza do Ó; 2º, João Maria de Souza Ribeiro; 3º, Ildefonso Pessôa de Luna; ajudante, vago.

UMBUZEIRO - 1º supplente, José Luiz do Egypto; 2º, José Carneiro de Mesquita; 3º, Antonio Joaquim da Costa Gomes; ajudante, Gonçalo Calixto Cavalcanti de Albuquerque.

SOLEDADE - 1º supplente, Francisco J. da Nobrega; 2º, José Felix dos Santos; ajudante, Francisco Elvidio Pires da Nobrega.

S. JOÃO DO CARIRY - 1º supplente, Capitão Enéas Correia Lima; 2º, Antonio de Moraes Coutinho; 3º, Adelino Raphael da Cunha; ajudante, Luiz de Medeiros Maracajá.

CABACEIRAS - 1º supplente, Olyntho José de Vasconcellos; 2º, Aprígio Americo de Vanconcellos Cavalcante; ajudante, Francisco de Assis Pereira Tejo Sobrinho.

TAPEROÁ - 1º supplente, Jocelyno Villar de Carvalho; 2º, Antonio Joaquim de Mello; 3º, Lauro Mariz; ajudante, Domingos da Costa Limeira.

ALAGOA DO MONTEIRO - 1º supplente, vago; 2º, Guilherme Beserra da Silva; 3º, Manoel Baptista da Silva; ajudante, Francisco Candido de Mello Falcão.

TEIXEIRA - 1º supplente, Tenente Coronel José J. de B. Ribeiro Filho; 2º, Tenente Coronel Ignacio Dantas C. de Góes; 3º, Capitão Pedro Soares de Freitas; ajudante, Coronel Dario Ramalho de Luna Carvalho.

PATOS - 1º supplente, Horacio Flávio de Barros Ribeiro; 2º, Francisco Lustosa Cabral;ajudante, Miguel Satyro e Souza.

S. LUZIA DO SABUGY - 1º supplente, José Emygdio da Nobrega; 2º, Joaquim Bezerrade Oliveira; 3º, Antonio Alves da Nobrega; ajudante, Esequiel de Araujo Fernandes.

POMBAL - 1º supplente, Alfredo Dantas Rocha; 2º, Francisco José Vieira; 3º, Horácio Mecenas de Torres Brasil.

CATOLÉ DO ROCHA - 1º supplente, Coronel Francisco H. Maia de Vasconcellos; 2º, Symphronio Gonçalves da Costa; 3º, Sergio Hermenegildo Maia de Vasconcellos; ajudante, Manuel Limeira Filho.

BREJO DO CRUZ - 1º supplente, João Ferreira Linhares; 2º, vago; 3º, Manoel Zuzade Oliveira; ajudante, Constantino José Baptista.

PRINCEZA - 1º supplente, Capitão Adriano Feitosa Cavalcante; 2º, Antonio Pereira de Andrade Lima; 3º, José Frazão de Medeiros Lima; ajudante, João Toscano Leite Ferreira.

CAJASEIRAS - 1º supplente, Felismino de Souza Coelho; ajudante, Januário Sizenando

Coelho.

PIANCÓ - 1º supplente, Francisco de Paula e Silva; 2º, Francisco Theotonio dos Santos; 3º, Julio de Carvalho Rangel; ajudante, José Pereira da Silva.

MISERICÓRDIA - 2º supplente, José de Souza Lacerda; ajudante, vago.

CONCEIÇÃO - 1º supplente, Bellarmino de Souza Moreno; 2º, Antonio Rodrigues Leite; 3º, Manoel José Diniz Larangeira; ajudante, João Lopes Leite

S. JOSÉ DE PIRANHAS - 1º supplente, Malaquias Gomes Barboza; ajudante, Vicente Ferreira de Sousa.

S. JOÃO DO RIO DO PEIXE - 1º supplente, Manoel G. de Sá Filho.

JUSTIÇA FEDERAL - 1909

Juiz Seccional - Dr. Venâncio Neiva

Juiz Substituto - Dr. Francisco de Gouveia Nóbrega

Procurador da República - Dr. Antônio Hortêncio Cabral de Vasconcellos

Escrivão - Eutychiano Barretto

Porteiro (Official de Justiça) - José Antônio Barbosa

Supplentes do Juiz Substituto e Ajudantes do Procurador da República

CAPITAL - 1º supplente, Dr. Francisco Carlos Cavalcanti d'Albuquerque; 2º,Tenente Coronel Francisco Coutinho de Lima e Moura.

SANTA RITA - 1º supplente, Clementino Augusto de Oliveira; 2º, Olyntho Gil de Freitas; 3º, João Baptista de Vasconcelos Maia; ajudante, Terêncio Ferreira.

ESPÍRITO SANTO - 1º supplente, Laurentino de Mello Cavalcanti; ajudante, Alceo Ferreira Balthar.

PEDRAS DE FOGO - 1º supplente,Abilio Pereira Guedes; 2º, Capitão Antônio José do Espírito Santo; 3º, Antonio Silvino Correia da Silveira; ajudante, Luiz Alvares de Carvalho Cesar.

ITABAYANNA - 1º supplente, Francisco Camello de Andrade; ajudante, José Soares de Mendonça.

PILAR - 1º supplente, Joaquim Pio Napoleão; 2º, José da Costa Medeiros Sobrinho; 3º, Pedro Leite Rangel Filho; ajudante, Seraphim Leocádio dos Santos.

INGÁ - 1º supplente, José Gonçalves de Mello; 2º, Trajano Gonçalves d'Oliveira; ajudante, Elias Rodrigues de Farias.

MAMANGUAPE - 1º supplente, Alberto Cesar de Albuquerque; 2º, Firmino Caetano Alves de Lima; 3º, Ildefonso Theotonio de Carvalho; ajudante, Victorino Gomes Bezerra.

GUARABIRA - 1º supplente, Tenente Coronel Manoel P. da S. Simões; ajudante, Seraphim Ferrer da Silva.

BANANEIRAS - 1º supplente, Coronel Felinto Florentino da Rocha; ajudante, Coronel Cassiano Cícero Carneiro da Cunha.

ARARUNA - 1º supplente, Antonio Amancio da Silva; 2º, Francisco de Assis Costa Lima; 3º, João Gomes de Oliveira; ajudante, Pedro Targino Pereira Costa.

AREIA - 1º supplente, João Aureliano Camello; 2º, Graciano Soares Cavalcante; ajudante,

Francisco Galdino de Almeida.

SERRARIA - 1º supplente, Capitão João Baptista Uchôa de Andrade; ajudante, Estevão Gomes.

ALAGOA GRANDE - 1º supplente, vago; 2º, José Zacharias Martins Casado; 3º, Joaquim Velho Pereira de Mello; ajudante, Capitão Antero Peregrino de Albuquerque.

ALAGOA NOVA - 1º supplente, João Fernandes do Amorim; 2º, Chrispim Pereira de Araújo; 3º, João Virgino de Moura; ajudante, Manoel Ferreira de Veras.

CAMPINA GRANDE - 1º supplente, Jovino de Souza do Ó; 2º, João Maria de Souza Ribeiro; 3º, Ildefonso Pessôa de Luna.

UMBUSEIRO - 1º supplente, José Luiz do Egypto; 2º, José Carneiro de Mesquita; ajudante, Genésio Travassos Sobrinho.

SOLEDADE - 1º supplente, Francisco J. da Nobrega; 3º, Belisário da Costa Souto; ajudante, Francisco Elvídio Pires da Nobrega.

S. JOÃO DO CARIRY - 1º supplente, Capitão Enéas Correia Lima; 2º, Antonio de Moraes Coutinho; 3º, Adelino Raphael da Cunha; ajudante, Luiz de Medeiros Maracajá.

CABACEIRAS - 1º supplente, Olyntho José de Vasconcellos; 2º, Aprígio Americo de Vanconcellos Cavalcante; ajudante, Francisco de Assis Pereira Téjo Sobrinho.

BATALHÃO - 1º supplente, Manoel de Farias Castro; 2º, Antonio Joaquim de Mello; ajudante, Pedro Fernandes Pimentel.

ALAGOA DO MONTEIRO - 2º supplente, Guilherme Beserra da Silva.

PATOS - 1º supplente, Horácio Flavio de Barros Ribeiro; ajudante, Miguel Satyro Souza.

S. LUZIA DO SABUGY - 1º supplente, José Emygdio da Nobrega; 2º, Joaquim Bezerrade Oliveira; 3º, Antonio Alves da Nobrega; ajudante, Esequiel de Araujo Fernandes.

POMBAL - 1º supplente, Alfredo Dantas Rocha; 2º, Francisco José Vieira; 3º, Horácio Mecenas de Torres Brasil.

CATOLÉ DO ROCHA - 1º supplente, Rochael Ferreira Maia.

BREJO DO CRUZ - 1º supplente, Joaquim Gomes de Farias; ajudante, João Baptista Saraiva Leão.

PRINCESA - 1º supplente, Capitão Adriano Feitosa Cavalcante; 3º, Antonio Bellarmino Barbosa; ajudante, Marcolino Pereira Lima

CAJASEIRAS - Ajudante, Victaliano José Antonio da Costa Cartaxo

PIANCÓ - 1º supplente, Francisco de Paula e Silva; 2º, Francisco Theotonio dos Santos; ajudante, José Pereira da Silva.

MISERICÓRDIA - 2º supplente, José de Souza Lacerda; 3º, Salustino Alves de Albuquerque; ajudante, Antonio de Sousa Lacerda.

CONCEIÇÃO - 1º supplente, Bellarmino de Souza Moreno; 2º, Antonio Rodrigues Leite; 3º, Manoel José Diniz Larangeira; ajudante, João Lopes Leite.

Gouveia Nóbrega é Substituto de Venâncio Neiva

O jornal “A União” noticia em sua edição de 21 de agosto de 1914:

“No termo da audiência de hontem, o dr. Gouveia Nóbrega, juiz substituto, no exercício do cargo de juiz federal, fez menção de um voto de veneração e agradecimento ao Exmo. Dr.

Venâncio Neiva que, entrando no goso de uma licença para tratamento de saúde, retirou-se para o Rio, declarando que pretendia não tornar ao exercício de seu cargo, uma vez que desejava aposentar-se antes de esgotar-se a licença.

Consoante as declarações feitas no referido termo, essa homenagem, merecidamente prestada ao integérrimo magistrado, é motivada pelos relevantes serviços por ele prestados á causa pública, nomeadamente os que fez na qualidade de juiz, e também pela orientação que sempre o dr. Venâncio Neiva imprimiu ao serviço público a seu cargo."

Era escrevente da justiça Federal, na época, Augusto Toscano Espínola.

O dr. Francisco de Gouveia Nóbrega permaneceria no cargo de juiz seccional até a nomeação do dr. Trajano Américo de Caldas Brandão, por decreto presidencial de 22 de outubro de 1915.

Os Juízes Federais e a Política

O envolvimento de juízes federais na política não era novidade naquele tempo.

Os fatos têm de ser vistos à luz do espírito da época.

Em primeiro lugar, sob a Constituição de 1891, os juízes federais eram selecionados e classificados mediante concurso de títulos, promovido pelo Supremo Tribunal Federal, que organizava listas tríplices para a escolha final do presidente da República.

Na prática, e na maioria dos casos, a política obtinha a classificação de seus candidatos e, em conseqüência, a preferência para a nomeação.

Antes de 1930, os juízes participavam da política. As leis não proibiam os juízes de incursionarem na política. Em verdade, tínhamos juízes íntegros, corretos, mas que eram políticos.

O juiz Francisco Peregrino de Albuquerque Montenegro, por exemplo, era um magistrado respeitado e admirado por sua integridade à frente da comarca de Alagoa Grande, onde exerceu, paralelamente, a chefia política do município.

Essa tradição vinha do Império.

O ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo analisou assim o problema:

"Decerto, ninguém hoje compreenderia que um magistrado tentasse conciliar a função judicante com a ingerência direta nos embates políticos, a chefia partidária ou o jornalismo polêmico. Antes de 1930, porém, não era assim. As leis não proibiam a incursão dos juízes na arena política. Tínhamos a tradição do Império, no qual a magistratura e a política eram intercomunicantes: os juízes, em geral, eram filiados aos velhos partidos monárquicos e, freqüentemente, se afastavam da função para o exercício temporário de cargos da administração ou de mandatos legislativos. Além disso, a República, em que eram tão visíveis as influências americanas, tinha diante dos olhos o exemplo dos Estados Unidos, onde a Justiça, no plano estadual, é ainda hoje predominantemente política, pelo recrutamento dos juízes, mesmo os dos Tribunais superiores, através do voto popular.

Entre nós, a atividade partidária dos membros do Poder Judiciário somente veio a ser proibida pela Constituição de 1934, cujo art. 66 dispôs terminantemente a esse respeito. É verdade que, já na Primeira República, a participação dos magistrados na política era alvo de censura. Em alguns Estados, como Minas Gerais e São Paulo, a prática não era tolerada. A ela mostrava-se particularmente infenso o Presidente Wenceslau Braz, e essa prevenção quase impediu, em 1917, que o desembargados Caldas Brandão sucedesse a Venâncio Neiva no Juizado Federal. Tratava-se, sem sombra de dúvida, de um dos nossos

juízes mais ilustres e íntegros. Classificado, em primeiro lugar, no concurso realizado perante o Supremo Tribunal, o Presidente da República relutou em nomeá-lo, ante a informação de que ele presidira a Convenção partidária que, em 1912, indicou Castro Pinto para a presidência do Estado. Sem a enérgica interferência de Epitácio Pessoa, Caldas Brandão não teria obtido o cargo que tanto honrou.

Na Paraíba, como na maioria dos Estados, principalmente os do Norte, eram freqüentes as carreiras que se desenvolviam pelos caminhos da magistratura e da política, os quais muitas vezes se confundiam. A política do Rio Grande do Norte foi chefiada, durante muitos anos, pelo desembargador Ferreira Chaves; a do Rio Grande do Sul, pelo desembargador Borges de Medeiros. Pernambuco teve dois governadores oriundos do Judiciário: o desembargador Segismundo Gonçalves, sogro de João Pessoa, e o juiz federal Sérgio Loreto, eleito no acordo interpartidário de 1922. Um dos chefes da política da Bahia, o governador Luiz Viana, fora conselheiro do Tribunal de Justiça e seu presidente. Em 1919, as oposições baianas, sob a chefia de Rui Barbosa, enfrentaram a candidatura de J. J. Seabra a governador, com a do Juiz Federal Paulo Fontes, titular efetivo desse cargo.

Nessa matéria, não será inacurado afirmar-se que a Paraíba teve certa primazia. Na Primeira República, foi ela talvez o Estado em que a justiça e a política estiveram mais entrelaçadas. Dada a escassez de empregos, era na magistratura que os governos colocavam os bacharéis que revelavam vocação para a vida pública. Era, por igual, na magistratura, que os governos iam buscar, muitas vezes, os chefes de polícia, os secretários, os deputados, os senadores, os presidentes.

Nenhum exemplo, a esse propósito, é mais ilustrativo que o de Venâncio Neiva, com justiça considerado, no plano estadual, o patriarca da República. Em 1889, veio ele diretamente do Juizado de Catolé do Rocha para o governo do Estado. Deposto dessa investidura, na derrubada geral que se seguiu ao advento de Floriano Peixoto, voltava pouco depois à atividade judiciária, como Juiz Federal. Nesse cargo permaneceu cerca de vinte anos, até a aposentadoria e imediata eleição para o Senado, onde esteve até 1930.

Além de Venâncio Neiva, tivemos, naquele período, mais três presidentes oriundos da magistratura: o desembargador José Peregrino de Araújo, João Suassuna, que fora Juiz Municipal em Umbuseiro e Juiz de Direito em Monteiro, e João Pessoa, que chegou ao governo após um tirocínio de vinte anos na Justiça castrense, como Auditor em Recife e no Rio de Janeiro e Ministro do então Supremo Tribunal Militar.

Entre os Vice-Presidentes do Estado, tivemos, além de Antônio Massa, antigo Juiz em Campina Grande e na Capital, Pedro Bandeira e Francisco Montenegro, que ocuparam a vice-presidência, sem prejuízo de suas funções judiciais, respectivamente, em Guarabira e Alagoa Grande. Sob a dominação alvarista, vários juízes do interior, como o próprio Heráclito Cavalcanti, Francisco Montenegro, Inácio Brito e Geminiano Jurema - exerciam, cumulativamente, a chefia municipal. No período epitacista, o mesmo ocorreu, entre outros, com João Suassuna, José Gaudêncio, Sizenando de Oliveira e Pereira Gomes. Ainda às vésperas da Revolução de 1930, o Juiz Municipal de Brejo do Cruz, João Minervino de Almeida, acumulava esse cargo com o mandato de deputado estadual, afastando-se da função judicial apenas durante os dois ou três meses de funcionamento da Assembléia.

Nos dez anos em que serviu no Supremo Tribunal, Epitácio Pessoa não exerceu, ostensivamente, a política partidária. Mas, quem ler os documentos publicados em suas Obras Completas dificilmente poderá concluir que, naquele período, ele tivesse sido indiferente ao desenrolar dos acontecimentos políticos em seu Estado.

À participação dos magistrados na política paraibana nunca foi tão maciça quanto na campanha de 1930, em que soçobrou, com seus erros e suas virtudes, a Primeira República. Naquele ano, a suprema chefia política ainda estava nas mãos de Epitácio Pessoa, Ministro

aposentado do Supremo Tribunal e Juiz em exercício da Corte Permanente de Justiça Internacional. O Presidente do Estado, João Pessoa, era juiz licenciado do Supremo Tribunal Militar. O chefe da oposição, Heráclito Cavalcanti, era desembargador em exercício no Supremo Tribunal de Justiça. Os três senadores - Epitácio, Venâncio e Massa - tinham vindo da magistratura. O senador reconhecido naquele ano - José Gaudêncio - fizera a carreira política como juiz de São João do Cariri."[10]

Quarto Juiz Federal na Paraíba

Depois dos juízes Honório Horácio de Figueiredo, Venâncio Augusto de Magalhães Neiva e Francisco Gouveia da Nóbrega, tivemos o desembargador Trajano Américo de Caldas Brandão no Juízo Seccional na Paraíba, em 1915.

Inscreveu-se ele em concurso e teve seu nome aprovado pelo Supremo Tribunal Federal para o provimento do cargo de juiz federal da secção da Paraíba.

Num documentário de família, hoje sob a guarda da Justiça Federal, no Forum Ridalvo Costa, contendo recortes de jornais e anotações de próprio punho, ao lado de muitas das suas sentenças, dois recortes se referem a insinuações de ligações políticas dos candidatos.

A primeira nota é a seguinte:

"Um pequeno incidente no Supremo Tribunal - O Sr. Ministro Pedro Lessa diz ter a melhor das coragens: a de votar de acordo com a lei e com a justiça.

O Supremo Tribunal Federal, na sessão de hontem, procedeu à classificação dos candidatos ao cargo de juiz federal no Estado da Parahyba, que se acha vago.

Foram classificados: em 1º lugar, o desembargador Trajano Américo de Caldas Brandão, por 9 votos; em segundo, o dr. Aprígio Carlos de Amorim Garcia, por 9 votos; em 3º, o dr. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, por 10 votos.

Antes da votação do relatório da comissão, usou da palavra o sr. ministro Godofredo Cunha, para uma explicação. Desejava s. ex. saber, desde que a comissão de ministros do Tribunal declarára que os candidatos que apontára eram estranhos à política da Parahyba, se os outros candidatos tinham ligações políticas.

Os srs. ministros Muniz Barreto e Pedro Lessa explicaram, então, que o intuito da comissão de que fizeram parte, foi apenas acentuar que os candidatos apontados por eles eram estranhos à política do Estado da Parahyba.

O sr. ministro Godofredo Cunha insiste, porém: acha que a comissão deu a entender que havia candidatos políticos, e que se elle fosse da comissão teria a coragem necessária para fazer as declarações nesse sentido.

Responde-lhe o sr. ministro Pedro Lessa declarando que teve sempre, até hoje, a melhor das coragens: a de votar de acordo com a lei e com a justiça, sem olhar os interesses pessoaes de quem quer que fosse.

Afinal, procedeu-se à votação, cujo resultado demos acima."

Um outro recorte de jornal:

"Concurso para o provimento do cargo de juiz federal da secção da Parahyba - No prazo

[10] *Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, Obra Citada, pags. 184 a 186.*

legal de 30 dias, inscreveram-se 21 candidatos, dos quais o Supremo Tribunal em sessão de 9 do mez de outubro, escolheu 3 nomes, que classificou conforme os títulos e documentos que foram exibidos com a petição de cada candidato. A classificação foi feita da seguinte forma:

Dr. Trajano A. de Caldas Brandão, em 1º logar por 9 votos; Dr. Aprígio Carlos de Amorim Garcia, em segundo logar por 9 votos; Dr. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque Junior, 5 votos para o 1º logar; Dr. Tranquilino Leite obteve 5 votos para o 2º logar. O dr. Tranquilino ainda obteve 2 votos e o dr. Francisco de Gouveia Nóbrega 1 voto para o 3º logar."

Ao lado, o dr. Trajano escreveu de próprio punho:

"Fui classificado em 1º logar no concurso para o logar de juiz secional no dia 9 de outubro de 1915. Fui nomeado por decreto de 22 do mesmo mez.

Assumí o exercício no dia 10 de novembro, tendo prestado compromisso por procuração ao senador Epitácio Pessoa, no dia 27 daquelle mez.

O Diário Official de 22 de outubro publicou a seguinte nota que foi dirigida a toda a imprensa:

"O Presidente da República resolve um caso político-judiciário.

Foi nomeado hoje, no despacho collectivo, juiz federal da Parahyba, o desembargador Trajano Américo de Caldas Brandão.

A respeito dessa nomeação, a secretaria do Palácio do Catete forneceu-nos a seguinte nota:

"Dentre os candidatos propostos pelo Supremo Tribunal Federal, o governo preferiu para juiz federal da Parahyba o desembargador Trajano Américo de Caldas Brandão, pelas razões seguintes:

a) Nomeado promotor no anno de 1883, em que se formou em direito, acceitou em 1885 um logar de juiz municipal e de então até hoje a sua profissão foi sempre e exclusivamente a de juiz;
b) É o mais antigo no serviço da magistratura (decreto 221 de 20 de novembro de 1894, art. 27 § 4º);
c) Foi classificado em 1º logar no concurso de títulos pelo Supremo Tribunal Federal;
d) Não provaram perante o governo a allegação de ser um candidato político militante; ao passo que documentos diversos, inclusive jornaes neutros ou contrários à situação dominante na Parahyba, convencem de que é realmente e proclamada a integridade daquele jurista, que é magistrado ha 24 annos e juiz ha 30."

Ficha do Requerente

Um outro recorte de jornal dá a sua ficha:

"Desembargador Trajano Américo de Caldas Brandão - O requerente bacharelou-se em ciências jurídicas e sociaes na Faculdade de Direito do Recife em 9 de novembro de 1883 e está exercendo actualmente o cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado da Parahyba do Norte, cargo esse para que foi nomeado em 26 de agosto de 1899, sendo que, de 1905 a 1910, teve a seu cargo a funcção de procurador geral.

Logo após a sua formatura em 1883, foi nomeado e exerceu o cargo de promotor público da comarca de Alagoa Grande, na então Província da Parahyba, onde se conservou até agosto de 1885, sendo em julho desse anno nomeado juiz municipal e de órphãos do termo de Bananeiras, no mesmo Estado, onde fez o seu quatriênio. Em julho de 1890 foi nomeado juiz para identico cargo no de Cabaceiras, onde permaneceu até junho de 1891, quando foi removido para o termo de Areia.

Em outubro de 1891, em virtude da organização judiciária do Estado, foi nomeado juiz de direito da comarca de Umbuseiro, cargo que deixou em princípios de 1892, por ter sido dissolvida a magistratura, voltando então ao exercício da vara municipal de Areia, onde entrou em exercício da vara de direito por se achar ausente o respectivo juiz, sendo em fevereiro de 1883, provido effectivamente nesse cargo, onde permaneceu até ser declarado avulso em dezembro de 1895.

Em 1896 submeteu-se a concurso em Pernambuco, sendo aprovado com distincção, e como não lograsse ser nomeado juiz, aceitou em 1898 o cargo de juiz de direito da comarca de Mamanguape na Parahyba, sendo dias depois removido para a vara dos Feitos da Fazenda na capital do Estado, cargo esse que exerceu até ser nomeado desembargador do Supremo Tribunal de Justiça, sendo dessa forma o seu tirocínio como magistrado de cerca de 32 annos, durante os quaes tem prestado serviços ao Estado e à Justiça, conforme atesta o actual governador.

Grande é a cópia de documentos e trabalhos de sua lavra, que instruem a sua petição de inscripção, como sejam um projecto para a Constituição da Parahyba, offerecido logo após a proclamação da República ao estudo da Assembléia Constituinte, a organização do regimento de custas, regulamento do registro especial de títulos e documentos, vários relatórios apresentados ao Governo como procurador geral, e diversos artigos sobre questões jurídicas e accordãos que tem lavrado como desembargador, publicados na revista do Forum, e de jurisprudência, cujos volumes offerece à biblioteca deste Tribunal.

Não obstante os seus grandes afazeres como magistrado, não olvidou o requerente os serviços devidos à humanidade, assim é que dirigiu em 1913 o Montepio dos Funcionários do Estado, e como provedor da Santa Casa de Misericórdia tem sido incansável em dedicação, dando-lhe uma feição modelar, que lhe tem valido o reconhecimento público, conforme attestam o governo, em suas mensagens, e os periódicos que junta, unânimes todos em declarar ser essa instituição a verdadeira assistência pública do Estado."

A suspeita de envolvimento político do dr. Trajano Américo de Caldas Brandão deu-se pelo fato de que teria presidido, em 1912, a comissão partidária que indicara Castro Pinto à presidência da Paraíba.

Para que fosse nomeado houve enérgica interferência de Epitácio Pessoa, segundo o ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo.

OS CONCURSADOS

O Jornal "A Notícia" de 15 de outubro de 1915 noticiou:

"No concurso que se realizou para o provimento do Juízo Seccional deste Estado increveram-se os seguintes cidadãos:

Aprígio Carlos de Amorim Farias, Arthur Hortêncio Cabral de Vasconcelos, Carlos Xavier Paes Barreto, Desembargador Honório Hermeto Carneiro da Cunha, Tranquilino Graciano de Mello Leitão, Desembargador Trajano Américo de Caldas Brandão, Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Francisco de Gouveia Nóbrega, Felismino Norberto da Costa,

Odylo de Moura Costa, Heráclito Cavalcante Carneiro Monteiro, Alfredo Odilon Silveira, Pedro Luiz Simpson, Sezinio Barbosa do Vale, Arthur da Silva Jucá, Antônio Augusto Rodrigues de Moraes, Thomaz Miranda de Paula Pessoa, Antônio Gitirana, Luiz Barreiros e José Eduardo Torres Câmara."

Em 1916 Justiça Federal Funcionava no Prédio 58 da Visconde de Pelotas

É o que se vê deste edital publicado em "A União" de 4 de outubro de 1916:

"O dr. Trajano Américo de Caldas Brandão, juiz federal na secção deste Estado da Parahyba do Norte, etc;

Faz saber aos que o presente edital virem ou delle tiverem notícia, que no dia onze do corrente, às onze horas, na sala das audiências deste Juizo, à Rua Visconde de Pelotas, nº 58 A, o porteiro..."

Mudou-se para a Praça 1817

Em 1920, porém, a Justiça Federal já havia se mudado para a Praça 1817, conforme se vê deste edital:

Juízo Federal

Acção de demarcação da propriedade Jacarequara.

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa e em cumprimento do disposto no art. 16 § 2º do regulamento nº 720 de 5 de setembro de 1890, que foram recolhidos a cartório todos os mandados e precatórias requeridos por João Francisco de Sousa Rego, expedidos pelo exmo. sr. dr. Juiz Substituto Seccional neste Estado aos srs. Juízes Seccionais do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal, referentes à demarcação da propriedade Jacarequara, sita no munícipio de Espírito Santo deste Estado, assim como já terminou o prazo de noventa dias da citação inicial. As audiências do dr. Juiz Substituto Seccional se realizam às treze horas, no prédio nº 78, à praça 1817, desta cidade.

Parahyba, 6 de setembro de 1920.

O escrivão federal

Eutychiano Barreto.

(Publicado no jornal "A União", edição de terça-feira, 14 de setembro de 1920).

Edital de Arrematação em 1920

"De primeira praça, com o prazo de 20 dias, para venda e arrematação do imóvel constante de uma casa de telha, à rua Maciel Pinheiro, nº 750, penhorada aos herdeiros de Luiz Bezerra dos Santos Lima, no executivo hypothecario que lhes movem os commerciantes Iona & Cª desta praça.

O dr. Trajano Américo de Caldas Brandão, juiz federal na secção do Estado da Parahyba

do Norte, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou delle tiverem noticia, que no dia sete de outubro próximo, às onze horas, na sala das audiencias deste juizo, o porteiro interino dos auditores trará a publico pregão de venda e arrematação, a quem mais der e maior lance offerecer acima da respectiva avaliação, o predio nº 751, à rua Maciel Pinheiro, desta cidade, com cinco janellas de frente, sendo três salientes, um portão de entrada pelo norte, salas de visita e de jantar, oito quartos, cosinha, apparelho sanitario, alpendres lateraes, encanamento d'agua, e uma dependencia, todo construido de tijolo, coberto de telhas, com treze metros de frente, murado e ladeado por um terreno pelo norte medindo dezoito metros e pelo sul dezenove metros e quarenta centimetros, com cincoenta e três metros de fundo e diversas arvores fructiferas, em terrenos foreiros ao coronel Antonio dos Santos Coelho, avaliado em vinte contos de reis (20.000$000); bem este penhorado aos herdeiros de Luiz Bezerra dos Santos Lima para pagamento aos credores hypothecarios Iona & Cª, commerciantes desta praça, da quantia de sete contos quinhentos e cincoenta e cinco mil oitocentos e oitenta reis (7.550$880) e mais dois contos de reis (2.000$000) do contrato de advogacia e custas. E quem o dito predio quizer arrematar, deverá comparecer no dia, hora, logar indicados, onde o porteiro o trará a publico pregão de venda e arrematação a quem mais der e maior lance offerecer acima da respectiva avaliação, advertindo-se ao arrematante o disposto no art. 50 do dec. nº 737 de 1850 (dinheiro à vista ou fiador idoneo por três dias). E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente edital que será affixado no logar de costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta capital do Estado da Parahyba, em 9 de setembro de 1920. Eu Eutychiano Barreto, escrivão federal, o escrevi.

(Assignado) - Trajano A. de Caldas Brandão."

(Publicado em "A União", edição de terça-feira, 14 de setembro de 1920).

EM 1922, NA PRAÇA 1817

Em 1922, quando terminava o governo do presidente Epitácio Pessoa, a Justiça Federal funcionava na Praça 1817, nº 78, e a sua composição no Estado era a seguinte, segundo o "Almanak" da Paraiba:

Juiz seccional - Dr. Trajano Américo de Caldas Brandão

Juiz substituto - Dr. Francisco de Gouveia Nóbrega

Procurador da República - Dr. Antônio Hortêncio Cabral de Vasconcellos

Escrivão - Eutychiano Barretto

Porteiro-official de justiça - Antônio Manuel do Nascimento

Suplentes do juiz substituto e ajudantes do procurador da República

CAPITAL - 1º, 2º e 3º supplentes, vagos; ajudante, dr. João Alcides Bezerra Cavalcanti.

CABEDELLO - 1º e 2º supplentes, vagos; 3º, Antonio Chagas Gondim; ajudante, José Delphino do Nascimento.

SANTA RITA - 1º supplente, Enéas de Souza Carvalho; 2º, Raul Dias Cardoso; 3º, Samuel Pereira Borba; ajudante, Terencio Ferreira.

ESPÍRITO SANTO - 1º supplente, Antonio do Rego Barros; 2º, Luiz Aranha de Vasconcellos; 3º, vago; ajudante, João Alves Massa.

PEDRAS DE FOGO - 1º supplente, Abilio Pereira Guedes; 2º, Alfredo José de Souza; 3º, José Antonio dos Santos; ajudante, Antonio Cesar Alvares de Carvalho.

PILAR - 1º, 2º e 3º supplentes, vagos; ajudante, Manuel Ferreira de Andrade.

ITABAYANA - 1º e 2º supplentes, vagos; 3º, Rodrigo de Medeiros A. Mello; ajudante, vago.

INGÁ - 1º supplente, Manuel Honorato Fiel Teixeira; 2º, Avelino Rodrigues do Rego; 3º, José Aprígio de Araújo; ajudante, Vago.

MAMANGUAPE - 1º supplente, Manuel Maximiano de Oliveira; 2º, Bernardo José Bezerril; 3º, Fernando Florentino de Carvalho; ajudante, vago.

GUARABIRA - 1º e 2º, supplentes, vagos; 3º, João Ribeiro de Sampaio; ajudante, José Lycarião de Mendonça Furtado.

BANANEIRAS - 1º, 2º e 3º supplentes, vagos; ajudante, Antonio Pessôa Guimarães.

CAIÇÁRA - 1º supplente, Francisco Carneiro da Costa; 2º e 3º, vagos; ajudante, Miguel Pedro da Silva.

CAMPINA GRANDE - 1º supplente, Manuel Gustavo de Farias Leite; 2º, José Ferreira de Mello; 3º, Luiz do Rego Malheiros; ajudante, vago.

ALAGOA GRANDE - 1º supplente, Antonio Barbosa de Lucena; 2º, Amaro Feliciano José Coêlho; 3º, Rogaciano Filgueiras de Britto; ajudante, Pedro Damião Peregrino de Albuquerque.

ALAGOA NOVA - 1º supplente, vago; 2º, José Vicente Pereira Guimarães; 3º, Rodolpho Eugenio de Assumpção; ajudante, José Augusto Tavares Romeiro.

AREIA - 1º e 2º supplentes, vagos; 3º, José Laureano dos Santos Netto; ajudante, Manuel de Lemos Pessôa.

SOLEDADE - 1º, 2º e 3º supplentes, vagos; ajudante, Antonio Guedes Bezerra.

UMBUZEIRO - 1º supplente, Oscar Moura; 2º, Antonio Gonçalves de Assis; 3º, vago; ajudante, Gonçalo Calixto Cavalcanti de Albuquerque.

SERRARIA - 1º supplente, Pedro de Miranda Henriques; 2º e 3º, vagos; ajudante, Elvidio Duarte dos Santos.

ALAGOA DO MONTEIRO - 1º, 2º e 3º supplentes, vagos; ajudante, Delfino Mendes de Andrade.

ARARUNA - 1º supplente, Pedro Targino Pereira da Costa; 2º e 3º, vagos; ajudante, vago.

CABACEIRAS - 1º supplente, Joaquim da Cunha Pedrosa; 2º e 3º, vagos; ajudante, vago.

TAPEROÁ - 1º supplente, Jocelyno Villar de Carvalho; 2º, Bento da Costa Villar; 3º,vago; ajudante, Domingos da Costa Limeira.

S. JOÃO DO CARIRY - 1º supplente, Joaquim Gaudencio de Queiroz; 2º, Pedro Celestino Correia Lima; 3º, vago; ajudante, Antero Torreão Junior.

PICUHY - 1º supplente, Hortiano de Araújo Bezerra; 2º, Ananias Ferreira de Azevedo; 3º, vago; ajudante, Francisco Ferreira de Macêdo.

TEIXEIRA - 1º supplente, José Jeronymo de Barros Ribeiro Filho; 2º, Quintino Leite Ferreira de Albuquerque;3º, Felizardo Nunes de Souza; ajudante, Dario Ramalho de Luna Carvalho.

CATOLÉ DO ROCHA - 1º supplente, vago; 2º, João Alves da Silva; 3º, Manuel Joaquim Filho; ajudante, Manuel Limeira Filho.

BREJO DO CRUZ - 1º supplente, Nathercio Maia; 2º, Cornelio Alves de Azevêdo; 3º, Manuel Paulino de Moraes; ajudante, Miguel Baptista da Cunha.

PRINCEZA - 1º, 2º e 3º supplentes, vagos; ajudante, João Toscano Leite Ferreira.

CAJAZEIRAS - 1º supplente, Hygino Gonçalves Ferreira Rolim; 2º, Joaquim Vieira Carneiro; 3º, vago; ajudante, Manuel Lycarião da Trindade.

CONCEIÇÃO - 1º supplente, vago; 2º, João Bezerra Leite; 3º, Antonio Francisco de Alencar; ajudante, Jayme Pinto Ramalho.

PIANCÓ - 1º, 2º e 3º supplentes, vagos; ajudante, João Lacerda Moreira de Oliveira.

PATOS - 1º supplente, Pedro Xavier dos Santos; 2º, Juvenal Lucio de Souza; 3º, Manuel Henriques da Silva; ajudante, Clovis Satyro e Souza.

SANTA LUZIA - 1º supplente, Martinho de Medeiros Barros; 2º, Julio Leopoldino da Costa; 3º, vago; ajudante, Cleodon Dantas da Nóbrega.

POMBAL - 1º, 2º e 3º supplentes, vagos; ajudante, José Fernandes Vieira.

S. JOÃO DO RIO DO PEIXE - 1º supplente, vago; 2º, Raymundo Fernando Coutinho; 3º, Juvêncio Cyrillo de Sá; ajudante, Benedicto Marques Formiga.

S. JOSÉ DE PIRANHAS - 1º supplente, vago; 2º, José Thimoteo de Souza; 3º, Severino Pereira Leite; ajudante, Vicente Ferreira de Souza.

MISERICÓRDIA - 1º, 2º e 3º supplentes, vagos; ajudante, vago.

Apuração da Eleição de Arthur Bernardes e do Monsenhor Walfredo Leal

Na sucessão do presidente Epitácio Pessoa, a Justiça Federal fez publicar os resultados do pleito através do seguinte edital no jornal "A União" de 4 de abril de 1922:

"O dr. Trajano Américo de Caldas Brandão, juiz federal na secção do Estado da Parahyba do Norte e presidente da Junta Apuradora das eleições federaes procedidas para presidente e vice-presidente da República e deputado por este Estado ao Congresso Nacional, etc.

Faço saber aos que o presente edital virem ou delle notícia tiverem, que tendo a junta de Apuração Geral das eleições procedidas em primeiro de março findo para presidente e vice-presidente da República e um deputado ao Congresso Nacional por este Estado, dando começo aos trabalhos de apuração no dia 1 de março findo, e tendo funccionado sucessivamente nos dias 1 do mez findo e abril corrente, lavrando-se diariamente as actas de seus trabalhos, terminando hoje os referidos trabalhos, lavrando-se a acta geral da qual consta que o resultado total da apuração procedida foi o seguinte: para presidente da República, dr. Arthur Bernardes, 12.926 votos; dr. Nilo Peçanha, 3.079 votos. Para vice-presidente da República, dr. Urbano Santos da Costa Araújo, 12.915 votos; dr. José Joaquim Seabra, 3.076 votos. Para deputado federal, Monsenhor Walfredo Leal, 9.598 votos; dr. Antonio Marques da Silva Mariz, 3.499 votos; dr. Romulo Rubens Cavalcanti de Avellar, 672 votos; dr. Augusto Santa Cruz de Oliveira, 154 votos; dr. Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, 66 votos. Em branco, 109 votos, e outros menos votados. E para constar mandei lavrar este para ser affixado no logar de costume e publicado na imprensa. Dado e passado nesta cidade da Parahyba, aos 2 de abril de 1922. Eu, Eutychiano Barretto, escrivão federal, o escrevi. Ass. Trajano Américo de Caldas Brandão. Está conforme o original: dou fé. Eutychiano Barretto."

Manifestação de Pesar pela Morte de Ruy Barbosa

A Justiça Federal na Paraíba, quando da morte de Ruy Barbosa, prestou-lhe homenagem póstuma que foi registrada em ata transcrita no jornal "A União" de 11 de abril de 1923:

"Cópia - Audiencia do doutor juiz seccional aos onze dias do mez de abril de mil novecentos e vinte e trez, na sala das audiencias do Juizo Seccional, às onze horas, presente o juiz seccional doutor Trajano Américo de Caldas Brandão, comigo escrivão de seu cargo, abaixo nomeados, aberta a audiencia a toque de campainha e com todas as formalidades legaes, pelo porteiro interino do auditório, Antonio Manuel do Nascimento, pelo juiz foi dito que cumpria o doloroso dever de consignar na audiencia de hoje, a primeira após as férias forenses, um voto de profundo pesar pelo inesperado fallecimento do dr. Ruy Barbosa, ocorrido em Petropolis, às vinte horas e cinco minutos de primeiro de março. Não é preciso descrever os seus meritos excepcionaes como philosopho, publicista, orador, jurisconsulto e sabio, basta pronunciar-lhe o nome para que venha à memoria de todos a acção fulgurante desse grande brasileiro em toda uma vida de esforços pertinazes e de luctas incessantes em prol do direito, da democracia e da liberdade. A Aguia de Haia é inconfundivel, a sua acção no mundo é imorredoira. Com a palavra, a Justiça Federal da Paraíba lamenta a grande perda.

Pedindo a palavra, o dr. procurador da República, Antonio Hortencio Cabral de Vasconcelos, disse que, associando-se à justa manifestação de profundo pesar que acaba de ser consignada no termo desta audiencia a proposito do infausto e lutuosissimo acontecimento que fora a morte do dr. Ruy Barbosa, pedia que fosse o mesmo termo consignado o seu voto de solidariedade, tal como acabava de ser feito pelo meritissimo juiz, sobre o acontecimento de que se trata, o que foi deferido pelo juiz.

Achando-se presente o advogado doutor João da Matta Correia Lima, disse que ratificava e subscrevia as justas expressões em que foi formulado o voto de pesar pelo meritissimo e ilustrado doutor juiz seccional, e requeria que fosse consignado este seu modo de pensar, o que foi deferido pelo juiz.

Em seguida o doutor João de Andrade Espinola disse que se associava ao voto de pesar pela morte do egregio brasileiro conselheiro Ruy Barbosa, fallecido em primeiro de março do corrente anno, e requeria que se publicasse o presente termo e se enviasse uma cópia á viuva do mesmo conselheiro, o que foi deferido pelo juiz. Eu, Eutychiano Barretto, escrivão federal, o escrevi. Trajano Américo de Caldas Brandão, Antonio Hortencio Cabral de Vasconcelos, João da Matta Correia Lima e João de Andrade Espínola."

Procurador João Monteiro da Franca

A 3 de fevereiro de 1926 "A União" noticiou que o procurador geral da República dr. Antônio Hortêncio Cabral de Vasconcelos entrou em licença e foi substituido pelo procurador João Monteiro da Franca.

O dr. Antônio Hortêncio Cabral de Vasconcelos formou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1888 e foi nomeado procurador geral da República em 1897. Era professor de física e inventor. Foi também procurador dos feitos da Fazenda em 1890.

O procurador substituto, dr. João Monteiro da Franca, formou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1908, sendo colega de turma do dr. José Américo de Almeida.

Foi pai do prefeito Damásio Barbosa da Franca, que teve também um filho prefeito da

capital, Fancisco Franca.

Oração Fúnebre de Bôtto de Menezes

Quando da morte do desembargador Trajano Américo de Caldas Brandão, em 12 de setembro de 1933, o advogado Antônio Bôtto de Menezes pronunciou, no seu enterro, o seguinte discurso:

"Abeiram-se do túmulo de Caldas Brandão os que, animados da reverência aos símbolos majestosos e sagrados, não descreêm, nem se desiludem da divina justiça, e, revendo o imenso ciclo dos destinos humanos, medem, contam, bitolam, enfim, o imperativo doloroso e impreenchível desta morte.

Ah! nos defrontamos, agora mesmo, com o corpo do Magistrado, de molde romano, figura rígida e impertubável, no exame meticuloso da prova forense, na aplicação inflexível da lei, compreendedor e exegeta da melhor doutrina judiciária.

Bebêra, no planalto da vida, as águas lustrais da sabedoria; bebêra, sequioso missionário, o agri-doce nectar do sacrifício, por amor à ciência; modelára o peregrino caráter, à feição antiga, como quem aclima os seus surtos de trabalho e batiza, sem alardes, a sua fé pública.

A ascensão desapercebida, quase no deserto, sem ruídos e sem aplauso. Para subir, subiu sozinho, e, agora, vem rolar, uno, perfeito, para a terra, que é o descanso nivelador de todos nós. Ninguém sentiu melhor do que ele a chama da Justiça, o clarão da augusta e perene Verdade da Lei.

Mais do que isto. Uma profissão de renúncia, um asilo de contrição inviolável.

Abriram-se-lhe, aquí, os olhos nesta planura soberba, que é uma subida crescente do espírito à imortalidade do pensamento e da alma; e o desencanto da paisagem turva não lhe modificou o sentido moral da função. Nunca.

Isto lhe seria massacre vilipendiador da dignidade do ofício, e Caldas Brandão armara-se à gladiador do bem social, do bem público, numa escalada reta, sem atalhos nem devezas, para a luta dos interesses em litígio; nascera, por assim dizer, com a predisposição da magistratura togada, ou antes, para expressar e sentir, acentuadamente, com a vocação de sacrificio, que é a nossa carreira.

Ser magistrado no Brasil! Ainda não se condensou o martírio da classe em lanços de oratória ou em torneio de imprensa.

A dose desse sofrimento só a conhece quem é magistrado, para lhe medir, de perto, o estalão da angústia, segundo por segundo, minuto por minuto, a sobrenceria das decisões, e o tormento mudo das inquietudes íntimas, por que se atritam as feições, e o homem se expões à análise, tanta vez parcial, de certas conjecturas e raciocínios.

Alonguemos os olhos em sentido retrospectivo, e vejamos o combate travado na alma do magistrado, rompendo as reservas do coração e as convenções sociais, e servindo, estritamente, dignamente, superiormente, o princípio da razão.

Os documentos antigos de boa fonte, como os fragmentos das Doze Tábuas e da Legoe Agrariae da Lei Julia e da Papia Popoea perto de Tarento - Tabula Heracleensis - até os nossos códigos modernos, outorgam aos cultores do Direito a responsabilidade tradicional de respeito aos nossos cânones imutáveis e numes tutelares do Estado - aos juizes, de tão alta função e modelo, hoje, infelizmente, relegados a um outro plano. Eles são os doutores e intérpretes do novo Evangelho.

Em Trajano Américo de Caldas Brandão harmonizaram-se as qualidades de juiz arquétipo e padrão da classe às de administrador espontâneo e gratuito das casas de caridade.

Aí está a Santa Casa de Misericórdia a dever-lhe os hospitais que enxugam, no infortúnio, tanto desconsolo e tanta lágrima. Construira aqueles edifícios, como quem cumpria um dispositivo legal da Galia Cisplatina, na Roma memorável - uma tábua de bronze, com a relação dos terrenos destinados por Trajano a um asilo de órfãos - Obligatio prediorum ou Tabula Trajani alimentadia.

Das suas obras morais, ficarão os alicerces eternos: pareceres, sentenças, contornos e o relevo da personalidade sem carvão e sem jaças, muito rara mesmo nos tempos de hoje.

Caldas Brandão já não vive; acerquemo-nos do seu túmulo para dizer, sem hipérbole ou artifício:

- Dorme, grande Magistrado, agora, quando o torvelinho das paixões já não pode macular teu nome, que espargiu tanta luz e irradiou tanta força na aceleração ardente da justiça contemporânea. Dorme, integérrimo juiz. A cúpula heráldica do teu ministério constitui e expressa o marco das constelações morais da nossa terra, e resiste à ação do tempo e à ação dos homens, sejam estes gigantes ou pigmeus, bárbaros ou civilizados.

Punge-nos e crucia-nos, nesta hora amarga do mundo, que mais parece um fim de civilização, a tua queda de cedro no meio da floresta vasia de árvores soberbas, de sombra e raizes, mas consola-nos o teu exemplo imaculado, o teu exercício de cinqüenta anos de serviço à Justiça, à Nação e à Ordem.

Dorme, em paz, discípulo de Justiniano; nós ajuntaremos e amealharemos as lavras do teu saber.

Descansa, afinal, de tanta labuta em silêncio, que germinou em frutos magníficos, e ao lado dos companheiros de romagem e provação, Gonçalo de Aguiar Bôtto de Menezes, Amaro Beltrão, Ernesto Freire e tantos outros, repousa, consciência impoluida, entre os mortos veneráveis da nossa justiça."[11]

HOMENAGEM DA JUSTIÇA FEDERAL

Em 22 de agosto de 1996, a Justiça Federal homenageou a memória do desembargador Trajano Américo de Caldas Brandão, com a aposição do seu retrato na galeria de honra do salão nobre do Forum Ridalvo Costa.

Na oportunidade, o cônego Eurivaldo Caldas Tavares, sobrinho do homenageado e membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, pronunciou o seguinte discurso de agradecimento em nome da família:

"CALDAS BRANDÃO - SACERDOTE DA JUSTIÇA E APÓSTOLO DA CARIDADE

Senhores: "Vir erat in terra Hus, nomine Job et erat vir ille simplex et rectus, ac timens Deum, et recedens a malo". O que em nosso idioma se traduz: Havia na terra de Hus, um varão de nome Job, era ele simples e reto, temente a Deus e afastado do mal. (Job cap. I, vers.1).

---

[11] Antônio Bôtto de Menezes, "Minha Terra - Memórias e Confissões", Ed. Epasa, rio de Janeiro, 1944, pags. 90 e 92.

Achei por bem transcrever, aqui, este texto das Sagradas Escrituras e, ousadamente, ajustar seu sentido ao intento que, ora, me traz a esta tribuna. Qual seja, o de proferir o elogio de alguém que tendo existido em terras paraibanas, fora, sem dúvida, um **varão simples, reto, temente a Deus e afastado do mal**, cujo nome era: TRAJANO AMÉRICO DE CALDAS BRANDÃO.

Aliás, senhores, já tivera eu oportunidade de estabelecer, de público, tal comparação, na ocorrência do centenário de seu nascimento, em 22 de agosto de 1961.

Assim, me justificava, então: **Homem simples** - Sentia-se ao primeiro contato na modéstia de sua casa, na sobriedade de sua mesa, no porte correto, digno mas sem afetação que nele não era apenas simplicidade, verdadeira humildade cristã. Estudioso e culto, não se envaidecia nem usava linguagem afetada e no trato era afável e delicado com todos, de modo particular, com os pobres e os ignorantes.

Reto - De inteireza de caráter que chegava, às vezes, às raias do escrúpulo. Consciência delicada, era o tipo de homem de boa fé que, sendo honesto, acreditava na honestidade alheia. Era incapaz de um juízo apressado e leviano sobre o próximo. Sendo inflexível em condenar o erro, era deveras condescendente em perdoar o culpado. Se assim se portava em sua vida privada, mais se afirmavam na função pública essas altas qualidades, na mais legítima e genuina interpretação do Direito e na mais equânime distribuição da Justiça, de que falam bem alto os luminosos pareceres do Procurador e os serenos, brilhantes e respeitáveis julgados do Juiz Togado.

Temente a Deus e afastado do mal - Possuidor de fé arraigada, temia e amava ao Deus de sua crença e de seus maiores. Sem vícios, retraido, vivia para o lar, para os estudos, para os deveres da profissão, ainda encontrando tempo para dedicar-se às boas obras sociais e de caridade, que é uma forma de amar a Deus encarnado no pobre e no desvalido da sorte.

Senhores: Para melhor juízo, em especial, das novas gerações, creio oportuno acrescentar alguns dados esclarecedores de quem fora e do que fizera esse notável paraibano, nascido a 22 de agosto do recuado ano de 1861, em Canafístula, ex-Acaú, atualmente Cidade, batisada CALDAS BRANDÃO.

Seu nome por inteiro, como declinamos, de início era TRAJANO AMÉRICO DE CALDAS BRANDÃO, o mesmo de seu pai, fazendeiro, comprador de algodão e considerado um dos fundadores do primitivo povoado.

Em 1883, aos 22 anos, formou-se em Direito pela tradicional Faculdade do Recife. Logo, e, 1885, iniciou a vida pública tornando-se Juiz Municipal de Bananeiras e de outros Termos. Daí por diante, em linha ascencional, foi Promotor, Juiz de Direito no interior e na Capital, até ser elevado a Desembargador. No antigo Superior Tribunal de Justiça do Estado, ocupou ainda as funções de Procurador Geral. Não terminaria, no entanto, aí, sua atuação na magistratura. Submetendo-se a concurso foi classificado em 1º lugar, tendo sido nomeado pelo Presidente da República, em 1915, para o cargo de Juiz Federal, na secção da Paraíba, de onde somente se afastou por motivo de saúde, quando lhe foi concedida a aposentadoria, em 1929.

Ainda Juiz, quando em disponibilidade, dedicou-se com êxito à advocacia.

Além de magistrado, entregou-se a outros misteres, como seja, o jornalismo, tendo fundado jornais, entre outros, **O DEMOCRATA**, na cidade de Areia, e colaborado em diversas folhas, inclusive como redator de **A UNIÃO**.

Criou e foi Diretor, por algum tempo, da **Revista do Fôro**, ainda hoje em circulação.

Pertenceu ao quadro de sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Coube a CALDAS BRANDÃO a iniciativa de sugerir em 1913 ao Presidente João Pereira

de Castro Pinto a criação do antigo Montepio dos Funcionários Públicos Civis do Estado, atual IPEP, do qual foi o autor de seu Regimento, contando-se juntamente com Rodrigues de Carvalho e Thomás Mindelo entre os seus primeiros Diretores, por escolha do referido Presidente Castro Pinto.

Quando Provedor da Santa Casa de Misericórdia, imortalizou seu nome ao construir o novo edifício do Hospital Santa Isabel, cuja inauguração ocorreu em 8 de novembro de 1914. A propósito de tal obra, ele próprio assinala em Relatório de 2 de julho de 1915 à Mesa Administrativa da Santa Casa: "Realização por alguns considerada inexequível, por outros, como ato de loucura e ainda por muitos com o sorriso irônico da indiferença e da incredibilidade".

Senhores: Para que se não venha alegar que o que até aqui foi dito signifique apenas fruto do natural sentimentalismo ou vaidade dos que lhe herdaram o sangue, ouso proclamar alto e bom som que o julgamento dos que o conheceram de perto e testemunharam sua conduta particular e pública, excede em muito ao que, ora, deixei expresso.

Antônio Bôtto de Menezes, na pureza de seu estilo e força de sua eloquência, em oração à beira-túmulo, disse textualmente: "Ninguém sentiu melhor do que ele (Caldas Brandão) a chama da Justiça, o clarão da perene e augusta verdade da Lei". E perorando, exclamou patético: "Dorme intergérrimo Juiz. A cúpula heráldica do teu ministério constitui e expressa o marco das constelações morais de nossa terra. Dorme em paz, discípulo de Justiniano, nós ajuntaremos e amealharemos as lavras do teu saber... Repousa consciência impoluida entre os veneráveis mortos da nossa Justiça".

Dr. Sabiniano Maia, notável escritor e amante da história, referindo-se ao construtor do Hospital Santa Isabel, explica: "Quando lhe perguntavam como prosseguir nas obras estando o cofre baldo de recursos, costumava dizer que recorreria à Providência Divina reconhecendo-lhe o poder misterioso que tinha sobre as causas humanas e ainda por confiar de modo absoluto no seu amparo... O Des. CALDAS BRANDÃO tinha razão. Foi a Providência Divina que levantou o primeiro hospital em 1700, a Ela devemos a ampliação de 1861 e com Ela tivemos o atual de 1914, aqui na Cruz do Peixe. Bem certo estava o Des. CALDAS, foi a Providência Divina que fez o Des. José Ferreira de Novais, concluir em 1932, o seu projeto primitivo, completando o Santa Isabel".

Aliás, sobre o tema referido o saudoso e eficiente Des. Novais, em discurso na solenidade de 1932, depõe: "É dever nosso relembrar o nome do varão ilustre, o DR. CALDAS BRANDÃO, principal obreiro deste prédio hospitalar, o Provedor da Santa Casa, cheio de fé, grande na tenacidade e arrojado no demover das dificuldades".

A IMPRENSA, folha arquidiocesana, em edição de 28 de setembro de 1933, registra de autoria do piedoso e culto Mons. João Coutinho, o comentário seguinte: "O DR. TRAJANO CALDAS foi um dos maiores paraibanos do seu tempo. Juiz, honrou sempre sua toga, pai de família, afirmou-se digno da missão que de Deus recebeu; cidadão, imortalizou o seu nome como provedor da Santa Casa de Misericórdia e acrescenta, concluindo: De Afonso Campos ouvi este elogio do grande morto de poucos dias: "Estou satisfeito. Perdi a causa no Tribunal, mas tive ao meu lado o voto do Desembargador CALDAS. E para mim é tudo".

O imortal escritor e jornalista Cônego Mathias Freire, em carta dirigida a CALDAS BRANDÂO e publicada em CORREIO DA MANHÃ, de 4 de julho de 1933, assim se expressa: "Quero apenas levar uma palavra de justiça e de relevo a um paraibano que no ocaso de sua vida terrena, tem a iluminar-lhe a estada percorrida a projeção estelar de um astro que não se apaga nunca, que brilha sempre mais - o sol divino da Caridade. Felizes aqueles que souberam semear o bem, que amaram a Deus sobre todas as cousas e ao próximo como a si mesmos".

O testemunho que aqui transcrevo e está inserto à página 256 da **História da Faculdade de Direito do Recife** pelo peso da autoridade do nacionalmente celebrado jurista Clóvis

Bevilaqua, reputo eu a definitiva consagração de CALDAS BRANDÃO: Juiz íntegro e estudioso da boa raça dos que fazem da Justiça um sacerdócio".

Senhores: em hora oportuna a Justiça Federal de nosso Estado, para comemorar o 30º aniversário de sua reorganização, programou uma série de eventos que, além de assinalar a data, visa a conclamar intelectuais à juventude universitária, os cultores do Direito e, sobremodo, os estudiosos da historiografia paraibana a um enfoque especial da atuação da magistratura federal, através de fatos e pessoas a ela ligados.

Digno de destaque é sem dúvida, senhores, a iniciativa já vitoriosa do meritíssimo Juiz Federal, Diretor do Foro, Dr. José Fernandes de Andrade.

Por Sua Excia. fui, há alguns dias, convidado a, na qualidade de parente de um dos antigos Juízes seccionais da Paraíba, tomar parte nas solenidades que ora se concretizam. Sou imensamente grato por tão honroso convite e pelas inúmeras atenções e gentilezas com que tenho sido cumulado por parte do eminente magistrado, agradecimento, este, que torno extensivo aos demais ilustres componentes do Juizado Federal.

Neste dia evocativo dos 135 anos de seu nascimento, a figura e a memória de TRAJANO AMÉRICO DE CALDAS BRANDÃO ficarão presentes através de sua efígie nesta honrosa galeria, ao lado de vultos inolvidáveis da nossa terra, como Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, Francisco Gouveia da Nóbrega e Antônio Galdino Guedes.

Gratidão imorredoura da família CALDAS e glória e louvor ao Sacerdote da justiça e ao Apóstolo da Caridade."

Gouveia Nóbrega Assume no Lugar de Caldas Brandão

No dia 27 de maio de 1928 "A União" noticiou que o juiz federal Trajano Américo de Caldas Brandão transmitiu o cargo ao juiz substituto, dr. Francisco de Gouveia Nóbrega.

Entrou no gozo de férias e depois licença para tratamento de saúde, vindo, afinal, a aposentar-se, em 1929.

Dr. Ismael de Souza, Juiz Federal no Piauí, Removido para a Paraíba

O jornal "A União", em sua edição de 28 de dezembro de 1929, noticiou:

"Pelo vapor Pará chegou hontem a esta capital o dr. Ismael de Souza, juiz federal no Piauí, ultimamente removido para idêntico cargo na secção deste Estado.

O ilustre magistrado hontem mesmo esteve em palácio retribuindo os cumprimentos de boas vindas que o Chefe do Governo lhe enviara por intermédio do seu assistente militar.

Nessa visita, o dr. Ismael de Souza fez-se acompanhar do dr. Gouveia Nóbrega, juiz substituto federal, sendo acolhido com distinta cortezia pelo presidente Alvaro de Carvalho."

O dr. Francisco de Gouveia Nóbrega vinha exercendo as funções em substituição ao dr. Trajano Américo de Caldas Brandão.

O Juiz Francisco de Gouveia Nóbrega

Em "A Família Nóbrega"[1 2], Trajano Pires da Nóbrega registra: "Dr. Francisco de Gouveia Nóbrega, nascido em S. Brás, município de Soledade, no dia 18.06.1865.

Iniciando os seus estudos na terra natal, foi logo transferido para o famoso colégio do professor Demétrio Toledo, de Pilar.

O curso de humanidades foi feito no Liceu Paraibano.

Matriculou-se, depois, na Faculdade de Direito de Recife, onde se bacharelou no ano de 1892.

Advogou no foro da terra natal e no de Campinas, Estado de S. Paulo. Foi promotor público na comarca de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

Retornando à Paraíba, devido à morte do seu genitor, ocorrida em 25.03.1894, foi eleito deputado à Assembléia Legislativa do Estado, na 3ª legislatura, de 1896 a 1899.

Em seguida, ocupou o cargo de fiscal do Governo Federal junto ao Liceu Paraibano e Juiz Substituto na Paraíba durante vinte e nove anos.

Sofreu, em 1930, atroz campanha de difamação, atacando-se nele o Juiz Substituto Federal, membro nato da Junta Apuradora da eleição federal então procedida. Desafeto de um dos candidatos, não quis tomar parte na apuração em que o mesmo era parte, aceitando um convite do Ministro da Justiça para ir ao Rio de Janeiro.

Substituto na Junta Apuradora por um suplente que carecia de compostura e demais virtudes inerentes a um magistrado, este prestou-se à mais indecorosa depuração de que há memória na Paraíba.

Revoltadas com o resultado da apuração, as vítimas culparam injustamente o Juiz Gouveia Nóbrega, pelo desbragamento do seu substituto eventual.

O dr. Gouveia Nóbrega foi sempre juiz honesto e brioso; na sua longa permanência da Magistratura Federal, teve muitas oportunidades de demonstrar as suas raras virtudes de homem de bem e de juiz íntegro.

Ao morrer, deixou aos seus um nome impoluto e um exemplo de honestidade e de dignidade inatacáveis.

Casou-se, em 16.04.1898, com d. Maria da Cunha Nóbrega, nascida na cidade de Bananeiras, no dia 13.02.1869, filha do coronel Cassiano Cícero Carneiro da Cunha, comerciante e senhor de engenho, e sua esposa d. Maria Amélia Carneiro da Cunha.

O dr. Francisco de Gouveia Nóbrega faleceu na capital da República no dia 20.03.1936.

Sua viúva, d. Maria da Cunha Nóbrega (Maroquinha), faleceu na mesma cidade, no dia 26.12.1939.

Foram os pais de:

Silvino Carneiro da Cunha Nóbrega

dr. Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega

Maria da Piedade Nóbrega de Andrade

Francisco Carneiro da Cunha Nóbrega

dr. Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega

---

[12] *Trajano Pires da Nóbrega, "A Família Nóbrega", Instituto Genealógico Brasileiro, S. Paulo, 1956, pgs. 150 e seguintes.*

dr. Genard Carneiro da Cunha Nóbrega

dr. Aplônio Carneiro da Cunha Nóbrega

dr. Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega."

O dr. Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega foi deputado estadual, prefeito de João Pessoa, deputado federal e ministro do Trabalho e da Agricultura, além de presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Foi igualmente ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

O dr. Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, membro da Academia Paraibana de Letras e Reitor da Universidade Federal da Paraíba, tendo sido um dos fundadores da Escola de Medicina da Paraíba.

Ismael de Souza se afasta e Gouveia Nóbrega assume

Realizadas as eleições de 1º de março de 1930, quando seriam procedidas as apurações, eis que, de repente, o juiz federal dr. Ismael de Souza entra de férias e transmite o cargo ao dr. Francisco de Gouveia Nóbrega.

Este assume e comunica o fato ao presidente João Pessoa através de telegrama.

Mas logo que o dr. Francisco de Gouveia Nóbrega assume o Juizado Federal, o Ministro da Justiça o convoca a comparecer em seu gabinete no Rio de Janeiro.

Parecia haver uma manobra do Palácio do Catete para entregar as apurações da eleição a um juiz faccioso.

E foi o que aconteceu com a posse do juiz suplente dr. Eugênio Carneiro Monteiro.

O presidente João Pessoa denunciou imediatamente a manobra do Palácio do Catete (presidente Washington Luiz).

José Américo diz que Gouveia Nóbrega não queria comprometer-se e resistiu

Pela leitura do noticiário da época, particularmente de "A União", porta-voz do pensamento oficial, no Estado, depreende-se que estava em marcha a trama para fraudar os resultados das eleições. Articulava-se uma "degola" dos candidatos apoiados pelo presidente João Pessoa.

Tal manobra, entretanto, não seria possível com o juiz federal substituto Francisco de Gouveia Nóbrega na presidência da Junta de Apuração, por sua integridade.

É o que ressalva José Américo de Almeida em entrevista publicada em "A União" do dia 15 de abril de 1930, na primeira página, com amplo destaque:

-"Nas vésperas da apuração, o juiz federal dr. Ismael de Souza entrou em goso de férias, e o seu substituto Gouveia Nóbrega foi chamado ao Rio, com urgência, a objeto de serviço, pelo Ministro da Justiça. Está visto que eles não queriam deslustrar, com tamanho sacrifício da lei e dos direitos irrecusáveis, as suas responsabilidades de magistrados.

A trama urdida pelo desembargador Heráclito Cavalcanti só poderia ser cometida a homens sem nenhuma imputabilidade moral. E é assim que foram nomeados suplentes, e com o propósito feito do esbulho, o sr. Eugênio Carneiro Monteiro e o sr. Porphirio Marinho. O

primeiro é primo do chefe oposicionista e homem absolutamente destituido de qualquer escrúpulo, com precedentes desonrosos. O segundo, além de homem desclassificado, é comerciante falido."

Juiz Eugênio Carneiro Monteiro

A partir da posse do Juiz Eugênio Carneiro Monteiro, a Justiça Federal na Paraíba passou a ocupar as manchetes da imprensa paraibana e do país, envolvida em verdadeiro escândalo, com repercussão no Congresso Nacional.

Formara-se ele pela Faculdade de Direito de Recife, turma de 1925.

Uma turma que deu dois grandes desembargadores ao Tribunal de Justiça da Paraíba: José Flóscolo da Nóbrega e Manoel Maia de Vasconcelos.

A turma anterior havia dado Argemiro de Figueiredo, Oswaldo Trigueiro de Alburquerque Melo e José Marques da Silva Mariz - que governaram a Paraíba - e José Lins do Rego, que a imortalizou nas letras.

A quem ficou entregue a Justiça Federal

O próprio presidente João Pessoa, em sua mensagem à Assembléia Legislativa sobre o período administrativo julho/1929 a junho/1930, assim relatou os acontecimentos:

"A compressão e o suborno, não deram resultados apreciáveis. E por isso, após as eleições, começaram as manobras para o esbulho dos nossos candidatos.

O juiz federal entrou em gozo de férias, passando o exercício ao juiz substituto, que, por sua vez, foi chamado, com urgência, ao Rio de Janeiro, pelo sr. ministro da Justiça, passando o exercício ao primeiro supplente, bacharel Eugênio Carneiro Monteiro.

Documenta-se o facto com o seguinte offício recebido pelo meu governo:

Nº 70 - JUIZO FEDERAL, SECÇÃO DO ESTADO DA PARAHYBA*. - Parahyba, 28 de março de 1930. - Exmo. sr. dr. Presidente do Estado.*

Communico a V. Exc. que, nesta data, assumi o exercício do cargo de juiz federal da secção, porque o proprietário do dito cargo participou-me haver entrado em gozo de ferias forenses e o passei immediatamente a meu substituto legal por haver sido chamado ao Rio, com urgencia, pelo Exmo. Snr. Ministro da Justiça.

Saudações - Francisco de Gouveia Nóbrega, juiz substituto, em exercício de j. federal.

Consummou-se, assim, uma verdadeira acrobacia de substituições no juizo federal, percebendo toda gente, que esses factos não se haviam dado por simples coincidencia, senão por se approximar a reunião da Junta Apuradora das eleições, que tinha dado evidente victoria aos nossos candidatos.

Avulta nesse passo, pondo em relevo a combinação, a pressa com que o juiz substituto correu a attender ao chamado de uma autoridade administrativa da qual não tem nenhuma dependencia, sabido como é que os juizes federaes se subordinam somente ao Supremo Tribunal.

Não querendo deixar passar sem protesto este grave facto que era uma ameação aos legitimos direitos dos nossos concidadãos, expedi o seguinte despacho ao presidente do

Supremo Tribunal Federal:

PARAHYBA, 29 - Levo ao conhecimento de vossa excellencia que o juiz federal na secção deste Estado, todo entregue aos manejos da política de opposição ao meu governo, acaba de entrar em gozo de férias, embarcando immediatamente para essa capital, precisamente, na vespera da apuração das eleições de 1º de março. O ministro da Justiça, por sua vez, acaba de chamar também a essa capital, aliás sem nenhuma autoridade parra tanto, e com urgencia, o juiz substituto federal. Asseguro a v. exc. que tudo isto foi feito com o fim de entregar a direcção da Junta Apuradora a elementos facciosos. Lamento profundamente que a magistratura federal, que nenhuma subordinação tem ás autoridades administrativas, sirva assim ao manejo do partidarismo que procura fraudar os direitos dos que foram verdadeiramente eleitos na Parahyba. Os supplentes em exercício são pessoas sem nenhuma imputabilidade e foram nomeadas especialmente para servirem nessa manobra. O 1º, parente proximo do chefe da opposição, e o segundo, além de espírito faccioso, como o 1º, sem qualidades que o recommendem a tamanha responsabilidade, é um commerciante fallido. O 3º, foi recentemente processado por desvio de material dos serviços do porto.

Respeitosas saudações - João Pessoa.

Sua excellencia respondeu-me:

RIO, 1 - Recebi telegramma, como sabe, nenhuma providencia posso tomar. Cordiaes saudações - Godofredo Cunha.

A Apuração

No dia 31 de março, data em que deviam ter inicio os trabalhos da apuração, a cidade, sob o dominio de apprehensões creadas pelo apparato de força federal de que se cercava o supplente de juiz seccional em exercicio, o já alludido bacharel Eugenio Carneiro Monteiro, assistia estarrecida, e certa de quanto se tramava, os primeiros ensaios da comedia.

Os trabalhos continuaram nos dias subsequentes no mesmo ambiente de intolerância creada pelos membros da Junta.

Os candidatos governistas, presentes ás sessões, nada puderam fazer quanto á defesa dos seus direitos postergados, pois a Junta recusou, systematicamente, todos os protestos formulados.

A Consummação da Comedia

Afinal, apurando apenas as eleições dos municipios de Princesa, Teixeira e as sessões de Sant'Anna dos Garrotes e Mogeiro, onde não se deram eleições regulares e legaes, parte das sessões da capital e não sei quaes outros districtos, encerraram os trabalhos a 10 de abril, expedido diploma de senador ao sr. José Gaudencio e de deputados aos drs. Flavio Ribeiro Coutinho, João Suassuna, Arthur dos Anjos, Oscar Soares e Accacio de Figueirêdo.

Os factos são de uma notoriedade tal que dispensam commentários.

Sob a pressão da vontade do sr. Washington Luis, presidente da Republica, os deputados parahybanos foram esbulhados na Camara, soffrendo a mesma violencia o nosso senador.

Recebi protestos de todos os pontos do paiz contra o innominavel attentado de que foi victima a nossa terra. Dou a seguir uma pequena copia delles para que fique perpetuado, neste documento que tenho a honra de enviar ao poder Legislativo do meu Estado, a que ponto de degradação chegou o regimen federativo no Brasil.

Também vae abaixo transcripto o trabalho de defesa que os nossos deputados apresentaram à Camara, perante a Commissão de Reconhecimento de Poderes!

Contestação dos Deputados Eleitos

"Exmos. srs. membros da 2ª Commissão de Inquerito: Os deputados eleitos pelo Estado da Parahyba vêm, na defesa do mandato que a 1º de março do corrente anno lhes foi conferido constestar os diplomas concedidos pela Junta Apuradora do referido Estado aos candidatos drs. João Suassuna, Accacio de Figueirêdo, Flavio Ribeiro Coitinho, Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos e Claudio Oscar Soares.

Fazendo-o, os contestantes reconhecem, entretanto, e desde já, que, entre os candidatos acima citados, ha um legitimamente eleito, por ter sido reservada a representação das minorias, conforme se verificará das conclusões deste trabalho. Nem por isto, é menos certo que o processo de vicios e illegalidades, de tamanho porte, que attingiram completamente a validade dos diplomas expedidos por ella.

Como Funcionou a Junta Apuradora

Desde o primeiro momento de sua actividade, até o instante actual, outra preoccupação não teve o primeiro supplente do substituto do juiz federal, na capital, investido, pelos ardis da politicagem, na presidencia da Junta Apuradora da Parahyba, sinão a de roubar os livros das actas, authenticos documentos da eleição dos contestantes, ao exame dos interessados. Para esse fim, fel-os recolher, onde ficaram sob a guarda da força federal. (Documento nº 1).

Que razão poderia dictar essa cautela quando, sendo os livros alludidos a base essencial dos direitos dos candidatos mais votados, somente os seus adversarios vencidos, correligionarios do presidente da Junta, poderiam ter interesse em destruil-os ou deturpal-os? E ainda, no momento actual, os mesmos livros permanecem afastados do seu destino legal, que é a apuração pela Secretaria da Camara e o exame do poder verificador. (Documento nº 2). Assim se fez, para que a Camara não tenha outro conhecimento da eleição sinão o que decorre da acta geral da apuração, aliás o corpo de delicto mais vivo e palpitante do crime praticado, não só contra os direitos dos votados como principalmente contra os dos votantes, - a grande maioria do povo parahybano.

Outro documento, srs. membros da 2ª Comissão, até este momento não vos foi apresentado, sinão a acta geral. Façamos, portanto, a analyse desse documento. Que elle não resume a verdade dos factos, que não é um transumpto fiel, como quer a lei, das occurrencias no processo apuratorio, se verifica, mesmo sem a leitura das actas parciaes, por indicios vibrantes colhidos nesse proprio documento, não obstante a capciosidade com que foi redigido.

Em primeiro logar, isto resulta de modo evidente e palpavel do voto vencido do honrado procurador geral do Estado, o dr. Francisco Seraphico da Nóbrega, nome aliás conhecido na politica geral e que figura com honra nos annaes parlamentares, como representante

que foi de nosso Estado, em duas legislaturas nessa Camara, voto corroborado pela carta junta. (Documento nº 3).

Mas, a flagrante differença entre os resultados apurados na eleição do presidente e vice-presidente da Republica e as de senador e deputados, procedidas no mesmo acto, e com o concurso dos mesmos eleitores, demonstra ainda mais irrefragavelmente a subtração escandalosa de suffragios, a fim de chegar á espoliação premeditada dos direitos dos legitimamente eleitos. Assim é que, a despeito de ter a Junta annullado, de ordinario sem apoio legal, grande numero de actas da eleição presidencial, ainda contou para o dr. Getulio Dornelles Vargas e seu companheiro de chapa 26.095 votos e para os drs. Julio Prestes de Albuquerque e Vital Henrique Baptista Soares 10.579 votos, num total de 36.674 votos. Entretanto, os votos que apparecem na mesma acta geral, para senador e deputados são reduzidos de maneira que esses 36.674 eleitores ficam limitados a 14.747, porquanto ao candidato a senador, dr. José Gaudencio Correia de Queiroz, são dados 11.804 votos e ao seu competidor, dr. Manuel Tavares Cavalcanti 2.943. Todavia, a votação dos deputados oscilla entre 11.238 votos atribuidos ao dr. João Suassuna, e 1.030 contados ao dr. Octacilio de Albuquerque. Vê-se, portanto, que não houve apuração nem contagem de votos, mas, apenas, enumeração de resultados, por calculos erroneos, de ante-mão determinados, desaparecendo na votação para senador 21.927 eleitores, o que também se verifica relativamente á eleição para deputados.

A acta geral da apuração não faz referencia, como é de exigencia legal, a quaesquer protestos ou reclamações, quando se observa, e mostraremos opportunamente, pelo exame das actas parciaes, que houve não só protestos e reclamações por parte dos candidatos e seus procuradores, como também até autos de flagrancia por suppostos crimes de desacatos á Junta. Mas, a summa gravidade do procedimento da Junta consiste no facto inedito, absolutamente sem precedentes, de haver ella exorbitado, de modo confesso, das suas atribuições e entrado em investigações que lhe são defesas por lei.

Como se fez a Apuração

Os votos de senador e deputados pelo Estado da Parahyba foram contados pela Junta, em suas reuniões de 5 e 7 do corrente, conforme as actas parciaes juntas por certidão (Documentos nºs 4 e 5). Antes de examinar esses documentos, vejamos os limites traçados por lei á acção das Juntas Apuradoras.

A lei eleitoral tem disposições expressas, das quaes decorre que a faculdade da Junta se limita a verificar se os livros estão devidamente authenticados e se as actas estão assignadas pelos eleitores e mesarios e se satisfazem as exigências do art. 17 e paragraphos da lei nº 3.028, de 27 de dezembro de 1916. Essas disposições acham-se reproduzidas nas ultimas e recentes Instrucções, que baixaram com o decreto nº 18.991, de 18 de novembro de 1929, em seu artigo 51, o qual ainda se reporta ao decreto legislativo nº 4.215, de 20 de dezembro de 1920, cujo artigo 22 resa expressamente: “À Junta Apuradora é defeso entrar no exame e indagação dos vicios intrinsecos das actas eleitoraes”.

Como procedeu, porém, a Junta? Depois de haver apurado as eleições de presidente e vice-presidente da Republica, iniciou a apuração das de senador e deputados, concluindo nesse dia a apuração do municipio da capital. Na sessão seguinte, fale por nós a acta da apuração parcial do dia 7 de abril. (Documento nº 5): “Foram exibidos pelo procurador dos candidatos (sic) dr. José Gaudencio Correia de Queiroz e pelo procurador dos drs. João Suassuna, Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos, Flavio Ribeiro Coitinho, Claudio Oscar Soares e Accacio de Figueirêdo dos requerimentos instruidos com numerosos documentos, constantes de certidões, justificações, telegrammas, exemplares dos jornaes desta capital,

em que, allegando grande coação exercida pelo governo do Estado, no pleito, em quasi todos os municipios do interior, por meio da Força Policial e ainda mediante compressão dos chefes politicos, prefeitos, administradores de Mesas de Rendas, agentes fiscaes, delegados e sub-delegados de policia, tropas volantes, capangas, alliciados, pediram que fossem expurgados, em cada secção eleitoral os votos obtidos por essa forma violenta, só se apurando a votação verdadeira que foi constatado em face de copiosa documentação. A Junta examinando todos os documentos referentes ás mesmas eleições, deliberou, contra o voto do dr. procurador geral do Estado, attender ao pedido (!!!) e também contra o voto do procurador dr. Antonio Bôtto de Menezes (!!!) em vista de estar verificada a verdade do allegado".

Suspendamos a transcripção para assignalar a serie de anomalias que se encontram nesse periodo, digna photographia dos trabalhos da Junta Apuradora da Parahyba. Temos, em primeiro logar, a allegação de vicios intrinsecos, em cujo exame e investigações é prohibido á Junta entrar. Comprehende-se que os candidatos ou os seus procuradores apresentassem quaesquer requerimentos instruidos com os documentos que entendessem. Mas, o que se não comprehende é que a Junta, contravindo texto expresso de lei, se arvorasse em poder verificador, julgando materia alheia á sua competencia, em vez de encaminhar o assumpto á deliberação de quem de direito. Contra semelhante proceder, aberrante das normas legaes, houve voto vencido e houve protesto do candidato José Americo de Almeida, conforme consta da alludida acta de apuração parcial. (Documento nº 5), embora do mesmo se não faça menção na acta geral, como se não faz, também, de outros constantes de actas anteriores. Nota-se ainda na deliberação a anomalidade de ter votado o dr. Antonio Bôtto de Menezes, procurador de um dos candidatos, nos termos precisos da acta. Tamanha aberração por parte da Junta não podia deixar de despertar a indignação popular e esta vibrou pela voz do cidadão Luiz de Oliveira, injustamente autoado por se lhe attribuir um supposto desacato á Junta, conforme se colhe da mesma acta.

Mas, não ficaram ahi os absurdos desse dia. A Junta não se limitou a deferir requerimentos e a annullar eleições; foi além, porquanto diz, falsamente, ter apurado as actas; mas, nos precisos termos do requerimento, expurgou todos os votos que nos foram dados, dando como apuradas as actas para o effeito de sobre ellas se contarem exclusivamente, por simples cálculos divinatorios, pretensos suffragios que favorecessem os candidatos de sua parcialidade. Foram dessa forma eliminadas, sem sequer abrir os livros eleitoraes, as votações dos candidatos verdadeiramente eleitos!!!

É assim que a Junta declara ter procedido a apuração de 37 municipios que enumera. (Doc. mº 5). Para chegar ao resultado phantastico com o qual diplomou os seus correligionarios, sem cair em si de que já havia declarado, linhas atrás, que a mesma apuração fôra feita em face de documentos graciosos, apresentados pelos ditos candidatos. Note ainda a honrada commissão que para contar as actas de presidente e vice-presidente da Republica,a Junta consumira cinco dias ao passo que para chegar a esse resultado pasmoso que acabamos de assignalar, em relação a eleição de senador e deputados, não precisou mais de que poucas horas!!!

E é desta forma, srs. membros da 2ª commissão, que vieram á Camara esses diplomas, fructo da audacia facciosa e da inventiva fertil de cultores da fraude eleitoral, com os quaes se quer forçar a porta de ingresso ao recinto dos legítimos legisladores brasileiros. Mas é mister demonstrar ainda, sob outro aspecto, quão violento e illegal foi o proceder da Junta.

EM QUE SE BASEOU A JUNTA?

A resposta encontra-se na propria acta que estamos a examinar. (Doc. nº 5). A Junta baseou-se em dois requerimentos dos procuradores dos contestados, "instruidos com numerosos documentos, constantes de certidões, justificações, telegrammas, exemplares dos jornaes da capital, em que, allegando grande coação exercida pelo presidente do Estado, no pleito, em quasi todos os municípios pediram que fossem expurgados em cada secção eleitoral, os votos obtidos por essa forma violenta, só se apurando a votação verdadeira que foi constatada em face de copiosa documentação". Por ahi se vê claramente que a Junta despresou as actas e passou a fazer a apuração por essa "copiosa documentação", a que se refere.

Não podia ser mais exdruxulo o seu proceder, pois que, em absoluto, se distanciou da tarefa mecanica de contar votos, constantes de actas eleitoraes authenticadas e, com as formalidades legaes extrinsecas, para investigar, em face de "justificações, telegrammas e artigos de jornaes", casos de coação allegados por interessados no pleito, com documentação toda ella capciosa e graciosa. Mas, quando mesmo devidamente provada, poderia a coacção ser objeto de exame da Junta Apuradora? Certamente que não, porque: primeiro á Junta é defeso entrar na apreciação de vicios intrinsecos de actas eleitoraes; segundo, não lhe é egualmente permittido afastar-se das actas para apreciar documentos a ellas estranhos.

Accresce que as nullidades eleitoraes são expressa e taxativamente enumeradas na lei nº 3.208, de 27 de dezembro de 1916, em seus artigos 40 e 41 e reproduzidas no artigo 71 das instruções actualmente em vigor. Entre esses motivos de nullidade, não figura absolutamente a coação, nem se comprehende que podesse figurar, porque o seu autor ou os seus autores estão apenas sujeitos ás sanções penaes para os criminosos contra o livre exercicio dos direitos politicos. Sem o processo criminal anterior, quem poderia provar a coação exercida contra o direito de voto? Mas o que se vê claramente é que os contestados, a fim de obterem diploma, que de outro modo não lhes poderia chegar ás mãos, se apegaram a esse chavão predilecto dos derrotados de todos os tempos e logares, sem apoio na lei e ainda menos na verdade dos factos. De qualquer modo, porém, e mesmo que o fundamento da coacção tivesse assento na lei e nos factos, sómente o poder verificador teria competencia para della conhecer. Como admitir agora que a illustrada commissão de inquerito e a Camara acceitem, como razão de decidir, allegações produzidas perante as Juntas com pretensos documentos que lhes não forem enviados, como nem ao menos o foram até agora os livros das eleições?! O certo é que as eleições parahybanas foram realizadas num ambiente de maior liberdade e de mais plenas garantias, que desafiam as syndicancias mais attentas e rigorosas.

Em regra juridica, as justificações são tidas e havidas como documentos graciosos, sem força probante, salvo nos casos especiais em que é indicado esse meio de prova. Mas mesmo nesses casos especiaes, têm ellas de obedecer a umas tantas normas assecuratorias de direitos alheios a que possam prejudicar. Por isso não procedem justificações produzidas sem audiências dos interessados, sequer sem a intervenção de representantes do Estado, como essas que foram presentes á Junta Apuradora da Parahyba. A esses interessados, bem como ao poder accusado de violencia, deveria ter sido facultada a impugnação de testemunhos eivados de paixões e interesses, como soem ser os daquelles que prestam depoimentos para servir a intuitos partidarios. Facil nos fôra produzir outras justificações, illidindo essa prova precaria. Não o fizemos, entretanto, por não lhe attribuirmos nenhum valor juridico, mormente contra o teor de actas eleitoraes, documentos esses aos quaes a lei confere os effeitos de prova preestabelecida. Não querendo porém, deixar sem uma contradicta essas allegações inverazes, contidas em "justificações, telegrammas e exemplares de jornaes", nos servimos dos proprios elementos

fornecidos pelos contestados, juntando um exemplar do orgam de seu partido. (Doc. nº 6) Dahi se vê, por telegrammas de seus chefes locaes, que em diversos municipios do Estado, apontados como centro de compressão das autoridades e cujas eleições não foram apuradas sob esse falso fundamento, como S. José de Piranhas, S. Luzia, Serraria, etc., o pleito "correu em plena calma" (textuaes) conforme communicado expresso desses chefes.

A Verdade Eleitoral

Depois de havermos patenteado o escandalo em toda a sua hediondez, nas paginas anteriores, cumpre-nos agora, em obediencia a disposições regimentaes, apresentar a relação de todas as secções eleitoraes, cuja apuração é proposta com os resultados respectivos discriminados por candidatos.

A nossa tarefa nesse ponto é simples, porque não precisamos pedir que se annulle a eleição em nenhum ponto do Estado em qualquer secção eleitoral. Limitamo-nos a pleitear que as eleições da Parahyba sejam apuradas com criterio e verdade, para que fique patente a nossa esmagadora victoria.

Não estão presentes á commissão os livros das actas para que sobre elles baseiemos os nossos calculos. Entretanto, a lei que não deixa desamparados os direitos legitimos, indica quaes os documentos de que nos poderemos servir para suprir a ausencia desses livros. Em seu artigo 1, § 13, a lei nº 3.208, de 27 de dezembro de 1916, determina infine: "O resultado da apuração será immediatamente publicado em edital affixado no edifício em que se tiver realizado a eleição e publicado pela imprensa, se houver, entregando-se aos fiscaes, mediante recibo, um boletim com o referido resultado, assignado pela mesa, reconhecidas as firmas dos mesarios pelo secretario". São esses boletins, (Doc. nºs 6 a 43) que offerecemos com a presente contestação, que vão constituir a prova irrefragavel do nosso direito. Juntamos ainda, para corroboral-os, dois exemplares do **Diario do Congresso Nacional** (Docs. 44 e 45) datados de 1º e 3 do corrente, nos quaes se acham publicados, por ordem do sr. presidente da Camara, os boletins por este recebidos dos telegraphistas e agentes do Correio, conforme a disposição expressa do paragrapho citado, e em sua alinea 3ª.

De accordo com os boletins em nosso poder e aqui juntos, foi organizado o quadro appenso a esta contestação, cujo resultados, na eleição para deputados, são os seguintes:

José Americo de Almeida	29.108 votos
Carlos da Silva Pessoa	28.456 votos
Antonio Galdino Guedes	28.418 votos
Democrito de Almeida	28.312 votos
Flavio Ribeiro Coutinho	10.532 votos
Accacio de Figueirêdo	10.333 votos
João Suassuna	9.207 votos
Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos	9.552 votos
Octacilio de Albuquerque	8.658 votos
Alvaro Correia Lima	2.549 votos
Claudio Oscar Soares	2.458 votos

E outros menos votados. Esse resultado está de accordo com o voto vencido do terceiro

membro da Junta, o dr. procurador geral do Estado (Doc. nº 46); e na parte referente ao municipio da capital, confere precisamente com a apuração feita pela Junta (Doc. nº 4).

Não incluimos, porém, no referido quadro, por não termos livros respectivos, os resultados das eleições nos municipios de Princeza e Teixeira, os quaes, segundo as noticias publicadas no orgam opposicionista e boletins constantes do **Diario do Congresso** são os seguintes:

Dr. João Suassuna:

Princeza (4 secções) ..... 3.113 votos

Teixeira (secção de Immaculada) ..... 1.003 votos

Flavio Ribeiro Coutinho:

Princeza ..... 149 votos

Teixeira (secção de Immaculada) ..... 500 votos

Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos:

Princeza ..... 148 votos

Immaculada ..... 100 votos

Accacio de Figueirêdo:

Princeza ..... 147 votos

Teixeira ..... 40 votos

Claudio Oscar Soares:

Princeza ..... 447 votos

Antonio Galdino Guedes:

Immaculada ..... 36 votos

Sommados estes resultados com os já discriminados, apuram-se os totaes seguintes:

José Americo de Almeida ..... 29.108 votos

Carlos da Silva Pessoa ..... 28.456 votos

Antonio Galdino Guedes ..... 28.454 votos

Democrito de Almeida ..... 28.312 votos

João Suassuna ..... 13.328 votos

Flavio Ribeiro Coutinho ..... 11.181 votos

Accacio de Figueirêdo ..... 10.520 votos

Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos ..... 9.800 votos

Octacilio de Albuquerque ..... 8.658 votos

Claudio Oscar Soares ..... 2.905 votos

Alvaro Correia Lima ..... 2.549 votos

Não se alterou, portanto, a posição dos contestantes, que continuam a occupar os quatros primeiros logares na ordem da votação, grandemente distanciados de seus competidores, passando porém ao 5º logar o candidato João Suassuna.

Os contestantes esperam que os seus mandatos, escandalosamente postegardos por uma Junta criminosa, sejam assegurados pela honrada commissão de inquerito, que desse resultado se não poderá afastar, desde que obedeça ao criterio legal de apurar todas as eleições validas, pelos livros eleitoraes, ou, na ausencia destes, pelos boletins devidamente legalizados e authenticados, que supprem essa falta.

Outro proceder não podem os contestantes esperar dos nobres membros da commissão, cujo tirocinio politico lhes terá ensinado quão fataes são as instituições os desvios das normas garantidoras dos direitos dos cidadãos.

Rio de Janeiro, 21 de abril de 1930 - José Americo de Almeida, Antonio Galdino Guedes, P. P. Manuel Tavares Cavalcanti.

A Aposentadoria do Desembargador Heráclito Cavalcanti em Exame no Supremo Tribunal Federal

O jornal A UNIÃO, em sua edição de 29 de abril de 1930, com a manchete acima, publicou a seguinte matéria:

Na última parte da sessão de hontem do Supremo Tribunal, o ministro Pedro dos Santos expõe um recurso de "habeas-corpus" oriundo da Secção do Estado da Parahyba em que é recorrente o proprio juiz federal e recorrido o desembargador Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro.

O Relatório

Refere o relator que o Congresso Legislativo do Estado da Parahyba, em 1929, por lei que votou, reduziu o numero de juizes do Tribunal Superior do Estado de sete para cinco, autorizando, ao mesmo tempo, o presidente a pôr em disponibilidade tantos desembargadores quantos se fizeram necessarios para que a lei entrasse em vigor.

Logo que a lei foi promulgada, um dos juizes da Côrte Estadual pediu a sua aposentadoria, ficando reduzido a seis o numero dos juizes locaes da segunda instancia.

O governador João Pessoa expediu então um decreto reformando compulsoriamente o desembargador Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro. Entre os considerando do decreto, menciona-se a necessidade de afastar a magistratura local das lutas politicas, retirando della o referido magistrado, empenhado em trabalhosa propaganda eleitoral, em prejuízo do exercício das funcções de seu cargo.

Para evitar as consequencias do decreto, o desembargador Heráclito dirigiu ao juiz federal da secção um pedido de "habeas-corpus", fundando-o no texto constitucional que assegura a inamovibilidade dos magistrados. Para justificar a idoneidade do meio invocou o "habeas-corpus" concedido pelo Supremo Tribunal a alumnas do instituto de Musica desta capital.

O juiz federal concedeu a ordem, recorrendo de sua decisão para o supremo Tribunal Federal.

Voto do Relator - Duas Preliminares

Instado a proferir o seu voto, o ministro Pedro dos Santos levanta para logo duas questões preliminares:

- A saber se o "habeas-corpus" é meio idoneo para solver a hypothese em exame;

- Se idoneo o remedio empregado, a de saber se foi bem dirigido o pedido á justiça federal e particularmente, ao juiz seccional.

S. ex. levanta essas preliminares em homenagem a alguns de seus collegas que têm, sobre ellas, opinião conhecida. Por sua parte, repelle-as ambas.

Idoneidade do “Habeas-Corpus” para a espécie

Sobre a primeira questão recorda s. ex. o texto constitucional de 1891, affirmando ser incontestável que o “habeas-corpus” tinha nelle a maior amplitude possivel. Os que se insurgiram contra a amplitude desse remedio apegavam-se as tradições do instituto. S. ex. nunca poude aceitar essa opinião. Recorda todos os textos legaes referentes ao “habeas-corpus”, na historia de nosso direito publico para mostrar que o instituto veiu se desenvolvendo e ampliando desde a sua implantação, entre nós. Os textos favoreciam a interpretação ampliadora e não era possivel interpretal-os restrictamente, em se tratando de liberdade.

Aliás, nem interpretação se fazia necessaria, deante da clareza dos dispositivos legaes, de acordo com a conhecida paremia juridica: - “Interpretatio cessat inclaris”.

Não é licito, outrossim, argumentar com a tradição do instituto, deante da Constituição, pois o constituinte não está obrigado a cingir-se as tradições dos institutos juridicos, nos preceitos que estabelece.

Diz-se que a reforma constitucional quiz restringir o “habeas-corpus”. Mas não o fez em seus termos literaes. Não o fez na opinião de seus mais autorizados interpretes como os srs. João Mangabeira, Francisco Campos e Carlos Maximiliano. A doutrina que prevaleceu no texto outra não foi senão a que no Supremo Tribunal foi defendida por João Mendes, Ruy Barbosa, Pedro Lessa e outros.

Recorda tambem o relator diversos precedentes posteriores á reforma constitucional, em que o Supremo Tribunal admittiu a idoneidade do “habeas-corpus” para assegurar outros direitos que não a simples liberdade physica, como o “habeas-corpus” concedido ao advogado Gameiro para defender sem beca, no Tribunal do Jury, e outro ás alumnas do Institutos de Musica para ingressarem naquella casa sem uniforme,

É de notar que se trata de um magistrado privado de suas funcções pelo governo de um Estado. Qual o remedio que terá, se o “habeas-corpus” não lhe fôr concedido? O Supremo Tribunal tem entendido que para tal fim não é própria a acção do art. 13 da lei nº 221.

A consequencia - a ser inidôneo o “habeas-corpus” - é que o judiciario de todo o paiz está inteiramente á mercê dos outros poderes, estaduaes e federaes, sem garantias para desempenhar a missão que a Constituição e o regimen lhe impõe.

A medida empregada contra o desembargador Cavalcanti pode ser empregada contra tribunaes inteiros e até contra membros do Supremo Tribunal Federal. E é lamentável que, em 40 annos de regimen não haja garantias para o exercício do primeiro poder da Republica.

S. ex. tem a impressão que se a questão fosse proposta a um juiz estrangeiro, completamente desligado de nosso meio e lhe fosse pedida a sua opinião, sua resposta seria: “**- voltae ao período colonial; não tendes desenvolvimento para o regimen que adoptastes**”**.**

A competência da Justiça Federal

Quanto á segunda preliminar, s. ex. considera competente a justiça federal, desde que se trata de acção fundada directamente na Constituição (60 letra a) e a vitaliciedade dos juizes é principio constitucional.

Voto do Ministro Whitaker

O ministro Whitaker reconhece que o pedido se funda directamente na constituição Federal, sendo, portanto, competente a justiça da União para julgal-o. Neste ponto, s. ex. está de acordo com o relator.

Diverge, porém, de s. ex., quanto á admissibilidade do “habeas-corpus”. S. ex. sempre tem julgado que o “habeas-corpus” é medida de garantia da liberdade de locomoção, que, no caso, não está affectada. O que há é uma reclamação contra um decreto de aposentadoria compulsoria. Para isso o magistrado tem a acção civil, se demonstrar que a lei é inconstitucional por offender os princípios de vitaliciedade dos magistrados e irretroactividade das leis. Assim sempre tem votado e assim vota rendendo homenagem ao modo brilhante por que o seu collega defendeu a these opposta.

Voto do Ministro Cardoso Ribeiro

O ministro Cardoso Ribeiro tambem considera competente a justiça da União e inidôneo o “habeas-corpus” para o que se pretende. Entende que o pensamento da reforma for restringir o “habeas-corpus”, que se tinha ampliado - como demonstrou o seu collega - e ampliado demais, como o demonstrou a reacção provocada. S. ex. já teve occasião de oppor á opinião do deputado Mangabeira, citada pelo ministro Pedro dos Santos, a do sr. Herculano de Freitas, que foi o proponente da revisão e o “leader” do parlamento que a votou.

Em aparte, lembra o ministro Arthur Ribeiro que sendo o texto da reforma claramente restrictivo do “habeas-corpus” era o caso de lembrar a regra citada pelo ministro Pedro dos Santos: - “interpretatio cessat in claris”...

Prosseguindo no seu voto, refere o ministro Cardoso Ribeiro o que lhe foi narrado pelo ministro Rodrigo Octávio sobre os processos de “habeas-corpus” nos Estados Unidos em cuja Suprema Côrte ha cinco annos não apparece um caso de “habeas-corpus”.

Aparteia o ministro Pedro dos Santos que os americanos têm outros institutos processuaes apropriados, ao que responde o ministro Cardoso fazendo votos por que se criem taes institutos entre nós, dada a impossibilidade de estender o “habeas-corpus”.

Voto do Ministro Soriano de Souza

O ministro Soriano de Souza radicalmente diverge do relator. Para s. ex. a garantia do magistrado reclamante decorre immediatamente da Constituição parahybana e só mediatamente da Constituição federal. O pedido havia de ser dirigido ao Tribunal do Estado e somente em grau de recurso ao Supremo Tribunal.

Tambem entende s. ex. que o “habeas-corpus” é um remedio específico para protecção da liberdade physica, motivo porque s. ex. não o estende á garantia de outros direitos como se pretende, na especie.

Não indaga dos recursos que pode ter a parte porque s. ex., em judicatura, evita sempre aconselhar as partes.

Aparteia o ministro Pedro dos Santos affirmando que nenhum dos juizes está aconselhando as partes. Atalha o ministro Soriano, dizendo que em suas palavras não ha allusão alguma a nenhum collega o que seria incompativel com a sua educação, mas apenas uma referência accidental a uma norma de julgar.

Reconhece que a evolução do “habeas-corpus” foi o sentido de ampliar o seu campo de incidencia mas do confronto dos dois textos constitucionaes não pôde deixar de reconhecer que a intenção do ultimo legislador constituinte foi restringir a medida. Reconhece, tambem que há alguns julgados em sentido contrário, mas s. ex. sempre lhes negou o seu voto. Dá provimento ao recurso.

Voto do Ministro Arthur Ribeiro

Com o ministro Soriano, o ministro Arthur Ribeiro diverge radicalmente do relator. Faz a exegese de texto legal sobre a competencia dos juizes federaes para concluir que não se trata de um caso da competencia do juiz federal. O "habeas-corpus" devia ter sido requerido perante o Tribunal do Estado. Por outro lado, o remedio não é apropriado para assegurar o exercicio de funcções judiciarias.

É adiado o julgamento

Ao terminar o ministro Arthur Ribeiro o seu voto, é adiado o julgamento, pelo adiantado da hora.

JUIZ FEDERAL MANDA PRENDER JORNALISTA LUIZ DE OLIVEIRA NO QUARTEL DO 22º B.C.

"Habeas-corpus" concedido pelo Supremo Tribunal Federal.

O episódio é narrado pelo próprio jornalista Luiz de Oliveira, em seu livro "Minhas Campanhas":

A contagem de votos da eleição de primeiro de março, pela junta apuradora, precedida pelo suplente de juiz federal Eugênio Carneiro Monteiro teve um cunho de cinismo que chegou a tornar-se engraçado. O **juiz** anulou de um só golpe as eleições de 21 municípios paraibanos, chegando a concluir que o perrepismo havia feito cinco deputados e um senador, não obtendo a situação dominante, ao memos, a representação da minoria!

O autor deste livro, presente, não poude conter a sua íntima revolta, "vis-a-vis" àquela farça desmoralizada.

Protestou energicamente, sendo contra êle lavrado um flagrante de desacato à pessoa do juiz prevaricador.

Recolhido ao quartel do 22º B. C., curtiu uma prisão de 37 dias, sendo afinal pôsto em liberdade por uma ordem de **habeas-corpus** do Supremo Tribunal Federal, requerida pelo ilustre advogado doutor Daniel Vieira Carneiro.

A sua prisão deu lugar a uma constante romaria àquela praça de guerra, tendo João Pessoa o visitado em primeiro lugar. O presidente protestou contra tal violência de modo veemente, junto ao comandante daquele batalhão.

Durante a sua prisão recebeu as provas mais edificantes de simpatia por parte do povo paraibano. ainda recolhido à caserna, foi apresentado candidato à vaga de João da Mata no Congresso Municipal da capital, tendo sido eleito no dia 18 de maio daquele ano, por expressiva manifestação de civismo do povo da metrópole. Os dias passavam assim trágicos e apreensivos, mas o povo não se intimidava, pelo contrário, recrudescia na sua atitude de apôio incondicional à ação do chefe varonil e inesquecivel. Quando o coronel Maurício Cardoso teve a infeliz lembrança de policiar a capital por patrulhas do Exército, o protesto de João Pessoa foi o mais solene perante a nação. "Faz isso, dizia êle, porque sabe que os meus soldados estão em Princeza combatendo o cangaceirismo, mas estão enganados, eu mando o povo reagir!"

O snr. José Américo, homem de indiscutível coragem pessoal, na qualidade de secretário do Interior e Justiça, protestou junto ao comandante do 22º, contra a intromissão da fôrça federal, no policiamento normal da cidade. Êsse encontro quasi resultava um conflito entre as duas autoridades.

A discussão, de uma feita, de João Pessoa com o comandante do 22º, descrita por Ademar Vidal no "Incrível João Pessoa", afirma definitivamente a intrepidez do inolvidável homem de Estado.

"Mande dizer ao presidente da República, que o presidente da Paraíba ainda está dentro da lei, entretanto, na defeza do seu Estado, poderá tornar-se um revolucionário". Foram palavras de João Pessoa ao chefe da guarnição federal.

O "Habeas-Corpus" concedido ao Sr. Luiz de Oliveira

Luiz de Oliveira, tribuno Paraibano, preso no quartel da fôrça federal da Capital da Paraíba, impetrou ao Supremo Tribunal Federal, uma ordem de "habeas-corpus" alegando que sofria prisão injusta, ordenada pelo Sr. Eugênio Carneiro Monteiro, juiz federal, em exercício naquela secção. O paciente afirmava que, acusado do crime de desacato, recusou-se o juiz a admití-lo a prestar fiança, em crime em que o acusado tem o direito de se livrar solto, após a lavratura do flagrante.

O fato imputado ao paciente é de ter êle se apresentado na Junta Apuradora, que alí recentemente diplomou os candidatos do pleito de primeiro de março, armado de revólver.

Sustentou da tribuna, oralmente, o pedido, o dr. Daniel Carneiro, ex-deputado paraibano que procurou demonstrar ao Tribunal a ilegalidade do procedimento do Juiz, porque o crime atribuído ao paciente não está incluído em crimes eleitorais considerados inafiançáveis pelas leis de 1916, e ultimamente consolidadas pelas instruções governamentais baixadas com o decreto nº 18.991, de 18 de novembro de 1929.

Passou depois argumentar no sentido de evidenciar que a palavra "Junta" não podia ser confundida com "Mesa" e "Assembléia", que eram sinônimos e a lei fala claramente "apresentar-se armado na assembléia eleitoral".

O relator, ministro Hermenegildo de Barros, depois de fundamentado voto entendendo que a hipótese criminal atribuída ao paciente não era de crime inafiançável, concedeu a medida impetrada para que fosse o paciente posto em liberdade e depois podesse prestar fiança.

Êste voto foi aceito, por todo o Tribunal, após interessante debate em que se empenharam todos os ministros interpretando as recentes disposições das leis eleitorais. (D'A Noite do Rio).

Em despacho de ontem, o juiz federal na secção deste Estado, snr. Ismael de Sousa impronunciou o tribuno Luiz de Oliveira, processado por um supôsto crime de desacato à Junta Apuradora das eleições federais de primeiro de março. A Paraíba acompanhou com o mais vivo interesse o revoltante atentado à liberdade do destemeroso propagandista das idéias liberais. Si a bravura cívica de Luiz de Oliveira vingou os brios da Paraíba naquela oprobiosa tarde de 7 de abril, a justiça federal, degradada na sua mais alta esfera, desmandou-se numa perseguição cobarde a quem tão altivamente soube protestar contra o esbulho dos eleitos do povo paraibano.

Preso, de sentinela à vista, coagido nos meios de defesa, tendo tôdas as suas petições indeferidas pelo juiz, foi solto, afinal, Luiz de Oliveira por uma ordem de "habeas-corpus" que ainda foi desrespeitada, durante trinta horas! Mas, o que podemos escrever hoje, com o mais justo desvanecimento para nós e para a Paraíba, é que o ânimo do perseguido nunca se abateu durante trinta e sete dias de rigorosa reclusão.

Luiz de Oliveira recebia as perseguições da "justiça", as vêzes, com um riso de piedade para com os seus inimigos, as vêzes, com uma incontida revolta pela covardia dos homens. E muitas vêzes, dali mesmo, escrevia combatendo com letras de fogo os inimigos da

Paraíba.[13]

Carta de João Pessoa ao Juiz Federal

A 30 de novembro, em resposta a um Ofício do Juiz Federal Substituto, que solicitava examinar providências reclamadas numa representação vinda de Areia, de elementos da oposição, o presidente João Pessoa enviou-lhe a seguinte carta:

"Exmo. Sr. Dr. Francisco de Gouveia Nóbrega, D. D. Juiz Substituto em exercício de Juiz na seção deste Estado:

Só em atenção ao ofício de V. Exª. passo a referir-me à representação encaminhada a este Governo, a qual peca por sua manifesta inidoneidade e, ainda mais, por sua inverosimilhança.

Esse documento obedece a um plano sistemático de inverdades e mistificações com que o partido oposicionista tem procurado criar um caso político em Areia, ponto mais sensível, por ser a situação local dirigida por um auxiliar da administração, para explorações dessa natureza.

Permita-me V. Exª. que relacione os precedentes dessa cavilosa campanha.

Começou o Sr. desembargador Heráclito Cavalcanti, chefe da oposição, atribuindo à solidariedade da família Cunha Lima, seus correligionários daquele município, em telegramma de copiosa divulgação em todo o País, a contribuição de oitocentos votos contra duzentos que reservou ao chefe situacionista, sem se lembrar de que era de trezentos a média dos sufrágios alcançada ali nas últimas eleições e sem saber que esse novo chefe, logo depois de sua investidura, não só chegara a dar uma soma superior de votos aos candidatos do seu partido, como alistara para o próximo pleito cerca de quinhentos eleitores. A resposta a esse telegrama foi a moção unânime do Conselho Municipal, legítimo representante das forças políticas locais, em favor da Aliança Liberal. Ficou, assim, desfeita a exploração que pretendia atribuir a redução dos votos da corrente opposicionista á falta de liberdade nas urnas. Depois, transitando duas vezes por Areia, o desembargador Heráclito deve ter sentido como aquela cidade, fiel a um glorioso passado, repudia a sua causa: não teve ele, sequer, a mais modesta recepção, como é notório. Em Lagoa do Remígio, distrito do mesmo município, antigo reduto do saudoso Dr. Cunha Lima, onde todos os elementos se acham atualmente com a situação dominante, foi ele obsequiado por um digno correligionário do chefe local, Dr. José Américo de Almeida.

Quando se desvaneceu a impressão dessa primeira falsidade, comunicou o desembargador Heráclito Cavalcanti para o Rio, em telegrama dirigido ao Dr. Arthur dos Anjos e dado a lume pela imprensa, que o tenente-coronel Estevam d'Avila Lins, comandante do 22º Batalhão de Caçadores, tinha ido em companhia do secretário do Interior, Dr. José Américo de Almeida, promover comícios de propaganda liberal em Areia. Essa inverdade não precisou ser destruída: bastava o alheiamento político daquele militar, espírito experimentado de disciplina e legalidade, para evidenciar o contrasenso da intriga. E precisamente no dia determinado pelo desembargador Heráclito o Dr. José Américo de Almeida estava doente de cama nesta cidade.

Depois assegurou o mesmo magistrado que o Governo do Estado estava adquirindo grande quantidade de material bélico em Areia, informando, simultaneamente, que estavam sendo levados para aquele ponto caminhões carregados de armamento. Não havia necessidade

[13] *Luiz de Oliveira, "MINHAS CAMPANHAS", Oficinas Gráficas do JORNAL DO COMMERCIO, de Recife, Pernambuco, 1943, pgs. 29 a 31 e 51 a 53.*

de elidir mais essa balela: primeiro, porque todo o mundo sabia que no comércio de Areia não se encontra, talvez, carga para dois revólveres; segundo, porque a invencionice se anulava pela sua própria contradição, dando aquela cidade como, ao mesmo tempo, fornecendo e adquirindo armas e munições.

Afirmam, agora, que o destacamento policial de Areia se eleva a cento e oitenta praças, quando o seu número não passa de vinte e poucos soldados para todo o município.

Essa lenda procurou completar-se com a versão que atribuí à direção de Areia a prática de feroz intolerância, a essa direção que aceitou o supremo sacrifício de livrar aquele ponto do Estado das inomináveis violências dos irmãos Cunha Lima, destituídos, no início do meu governo, da situação dominante por seus processos de terror.

Muito antes de assumir a administração do Estado já recebia eu a representação dos areienses em geral contra esse quadro de tragédia: o distrito de Lagoa do Remígio deserto e ensanguentado por sucessivos conflitos acesos e explorados pela situação local; proprietários indefesos corridos de seus domicílios para estados e municípios estranhos, como o cel. Affonso Cabral, que me pediu garantias do Rio Grande do Norte; o opróbrio exercido contra um cidadão qualificado - Alfredo Chianca - que foi obrigado pelos irmãos Cunha Lima a deglutir um bilhete de cobrança; o dedo todo poderoso de José Cunha Lima, dividindo e demarcando os imóveis do município com iniquidades que ainda estão chegando ao conhecimento do meu governo nas audiências públicas; o mesmo José Cunha Lima, ferindo a tiros em plena feira a João Henriques, homem morigerado e pertencente à melhor sociedade areiense, donde se expatriou até hoje; Manuel Cunha Lima, pronunciado em Parelhas, do Rio Grande do Norte, por um homicídio revestido de circunstâncias gravíssimas, ostentando a sua impunidade; o caso do usineiro Adaucto Mello, que me pediu garantias para voltar às suas propriedades, donde escapara com ferimentos que o deformaram para sempre e onde o seu filho, bacharelando Péricles Pereira, fora, logo após, agredido por pessoas de Pedro Cunha Lima; o mesmo Pedro Cunha Lima mandando seviciar em plena cidade pobres presos, a cujo clamor acudiam as famílias implorativamente; criminosos de toda a espécie com homizios certos e absolvições contratadas, tendo sido alguns réus pronunciados presos depois pelo meu governo. De um longo domínio de quinze anos só havia esse traço de sangue. Com a substituição da chefia política, inaugurou-se em Areia uma era de paz e de garantias só agora perturbada pela competição partidária.

Foi ainda a família Cunha Lima que restaurou ali os seus hábitos de terror na propaganda eleitoral. Os eleitos da situação passaram a ser ameaçados de assaltos dos bandoleiros Bitó e Pilão, de todos os instrumentos de compressão e represália de que se serviam os antigos mandões a título de prestígio político. E, como, apesar dessa coação, Areia procura libertar-se dos seus impenitentes opressores, tentam eles dissimular a situação de desprestígio em que se encontram com a fantasia da intolerância policial.

Aquele município é, ao contrário, um exemplar ambiente de legalidade e garantias. A família Cunha Lima que, antes do rompimento político, tivera suas propriedades varejadas para a prisão de pronunciados nela homiziados, nunca mais sentiu essa ação da polícia, sequer para o fim do desarmamento geral que não distingue adversários de correligionários; Manuel Borges tem uma escola do Estado na própria residência, regida pela própria filha e, conquanto haja subscrito um soez manifesto contra o meu governo e a direção local, não foi atendido o pedido de transferência dessa escola, por falta de frequência, para outro mais populoso; o Sr. Sizenando Cunha Lima conseguira do prefeito, seu cunhado, uma concessão ilegal para a iluminação da cidade, a qual tem sido mantida pelo atual prefeito com os pagamentos em dia; a justiça não tratou sequer de restaurar o processo de José Cunha Lima, apesar da circular do Procurador Geral do Estado dirigida a todos os promotores, recomendando a restauração dos processos anulados por *habeas-corpus*. São provas não só de respeito aos direitos dos adversários, mas também de condescendência com os seus interesses.

Toda a Paraíba sabe como tenho punido os abusos do poder. Mas, a ação da polícia em Areia tem sido simplesmente de manter a ordem e de resguardar a população das ameaças dos irmãos Cunha Lima que chegam a procurar intimidar-me e ao chefe local Dr. José Américo de Almeida, em telegramas endereçados à imprensa e em declarações feitas, publicamente, em hotéis desta cidade, com ameaças de atentados pessoais.

Ainda há poucos dias, a Secretaria da Segurança Pública, ao que me informou, foi procurada por um proprietário residente em Areia que denunciava a permanência no sítio Mundo Novo, de propriedade da mesma família, dos bandoleiros Bitó e Pilão. Acrescentou o mesmo proprietário, na presença de testemunhas, que era forçado a declarar-se partidário da candidatura Prestes para poder ficar a salvo de assaltos desses bandidos.

Informada ainda a Secretaria da Segurança de que haviam sido adquiridos vários rifles no comércio de Campina Grande, destinados a Areia, recomendou à autoridade policial daquele município que apreendesse essas armas. Daí, a diligência que deu lugar à esdrúxula representação de que trata V. Exª.

Tendo chegado ao conhecimento do Dr. José Américo de Almeida, chefe político do município de Areia e secretário da Segurança Pública, que se achava nesta Capital um indivíduo dizendo-se seviciado naquela diligência, seu primeiro cuidado foi mandar intimá-lo a comparecer à polícia e submetê-lo a corpo de delito, para que se apurasse a responsabilidade dos autores da violência. O laudo não constatou, porém, senão uma ligeira escoriação que não foi atribuída à causa indicada. Ainda assim, foram oferecidas todas as garantias ao paciente que, ouvido em auto de perguntas, declarou que a polícia fora a sua residência em missão de desarmamento e não indagar de suas crenças políticas, como acentua, agora, a representação.

Para maiores esclarecimentos, foram pedidas informações ao delegado regional de Areia que ainda não as forneceu por se achar em diligência.

Os outros fatos alegados como coação política são de uma inanidade que excusa qualquer explicação. A ação da polícia não pode ficar coibida por exploradores dessa natureza; ela tem de exercer-se normalmente e tornar-se mais vigilante em meios suspeitos, como Areia, infestada de banditismo a serviço partidário.

Posso assegurar a V. Exª. que o meu governo não tolerá qualquer excesso contrário às suas normas de proteção à liberdade dos cidadãos; mas saberá colocar, em qualquer emergência, acima de tudo, o princípio de autoridade.

Reitero a V. Exª. meus protestos de estima e consideração.[14]"

JOÃO PESSOA RESPONDE AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE GARANTIAS AOS JUÍZES

Transcrevemos ainda:

"O Presidente do Supremo Tribunal Federal, em telegramma capcioso, pediu a João Pessoa para dar providências no sentido do livre exercício dos juízes federal e substituto que funcionam no Estado, como se porventura estivessem eles sofrendo qualquer constrangimento por parte do governo parahybano.

João Pessoa, respondendo ao despacho do ministro presidente da mais alta corte de justiça do país, enviou-lhe o enérgico, leal e expressivo despacho subsequente, em que a verdade toma realce extraordinário:

"Parahyba, 20 de abril. Presidente do Supremo Tribunal Federal - Rio - Já havia redigido um telegramma a vossa excellencia denunciando mais um crime do primeiro supplente do juiz federal, em exercício, telegramma que sinto a necessidade de ampliar, uma vez recebido

o despacho de vossa excellencia datado de hontem, no qual, transcrevendo o que lhe foi dirigido pelo alludido supplente, me pede providencias urgentes no sentido de garantir o livre exercicio dos juizes federaes. Sou magistrado também, membro de um alto Tribunal da Republica e sempre desempenhei minhas funcções, aliás, bem ao alcance dos olhos de vossa excellencia, sem brilho, é verdade, porém com muita dignidade e altivez. Por isso mesmo não seria capaz de autorizar ou consentir, como presidente do Estado, qualquer constrangimento ao livre exercício dos juizes, mesmo aquelles que não são dignos desse nome. Os supplentes de juizes nomeados ultimamente por influencia dos meus adversarios são pessoas absolutamente desconceituadas. O primeiro é simples bacharel, de profissão não definida, que, quando não tivesse outros crimes para enfeitar-lhe a folha corrida, como opportunamente vossa excellencia conhecerá, bastaria para attestar sua falta de escrúpulos lembrar a desenvoltura com que, há pouco, na Junta Apuradora das eleições de primeiro de março, com assombro de todo o paiz, depurou candidatos legitimamente eleitos para diplomar, com votação que arbitrou, cidadãos seus correligionarios que não chegaram a receber um terço da votação total. O segundo é semi-analphabeto e commerciante fallido, com a fallencia reaberta, e o terceiro, quasi analphabeto como o segundo, além de arruaceiro é incorrigivel contraventor do jôgo do bicho. Por felicidade minha, não os conheço, nunca os vi, delles não tenho aggravos pessoaes, mas são estas informações que me dão autoridades e pessoas de conceito. Devo informar a vossa excelencia que a justiça federal não precisa de garantias do meu governo, pois garantida está ella pela força federal collocada á sua disposição sem audiencia, aliás, do Tribunal que vossa excelencia tão dignamente preside, como já tive a honra de communicar. O primeiro supplente passou a residir no palacete do desembargador Heráclito Cavalcante, que hoje já tem recursos para alugal-o, e que é seu parente proximo e seu mentor perverso, para onde transferiu também as audiencias do juízo. Alli se faz cercar, dia e noite, por contingente de força do Exercito. Vem a rua em automovel do desembargador Heraclito, que hoje já o possue, acompanhado de soldados. O dr. Antonio Sá, procurador da Republica, há poucos dias recebeu, dando publicidade, um telegramma do ministro do Interior, dizendo que o governo federal reiterava ao commandante do batalhão daqui ordens no sentido de garantir os juizes e todos os funccionarios federais. Bem vê vossa excellencia, portanto, que a justiça federal não tem necessidade de outras garantias. O facto levado ao conhecimento de vossa excellencia, imprudentemente adulterado, passou-se do seguinte modo: Cyro Pessôa, terceiro supplente, accusou determinado investigador policial de lhe haver furtado uma carteira com certa importancia. Detido o investigador, o delegado da capital, homem brando, não querendo chamar Cyro á delegacia, para o chamado não servir de exploração politica, foi ao escriptório de sua casa vendedora de bicho, bem como de sorteios prohibidos pela polícia, colher informações sobre a accusação. Mal approximou-se da porta, sem dizer palavra, Cyro, avistando-o, saccando de um revolver, o intimou a não entrar, sob pena de fazer fogo. Como o delegado não recuasse, descarregou a arma duas vezes. Accorrentando a ordenança do delegado, Cyro continuou desfechando a arma contra ella, sendo attingida por uma das balas, que lhe varou um dos braços. Subjugado e preso o criminoso e, tomada a arma, foi encontrada com cinco capsulas deflagradas. Levado á Chefatura de Policia, ahi lavrou-se auto de flagrante com toda regularidade. Ouvido, confessou Cyro que sua intenção era matar o delegado. Este não fez uso de arma. A ordenança, porém, usando seu sabre, feriu levemente Cyro. O ocorrido foi presenciado por dezenas de pessoas de todas as classes. É absolutamente falsa a affirmativa de que Cyro presidia na occasião feitos crimes, mesmo porque não estava em exercício, nem nunca esteve. Na ausencia dos juizes seccional e substituto, passaram a occupar esses cargos o primeiro e o segundo supplentes, conforme communicação em meu poder. Mal tinha se concluído o auto de

[14] *"Do Grande Presidente", maio de 1931, publicação da iniciativa do Governo da Paraíba, com notas explicativas do sr. Adhemar Vidal, Editora A UNIÃO, pgs. 38 a 41.*

flagrante, chega um officio para o dr. Adhemar Vidal, secretario da Segurança, assignado pelo primeiro supplente, scientificando haver concedido “habeas-corpus” ao preso, posto logo em liberdade de minha ordem, embora se tratasse de crime commum, fóra da competencia da justiça federal. O “habeas-corpus” fôra concedido sem conhecimento da nota de culpa e certidão do auto da flagrante, para exame de sua validade, e sem ser pedida qualquer informação ao governo. Antes disto, comparecera á Secretaria da Segurança o commandante do vinte e dois batalhão, acompanhado do major fiscal e outro official e pedira ao respectivo secretario a liberdade e entrega do preso, o que lhe foi negado, sob o fundamento de que o mesmo só podia ser solto pelos meios regulares -”habeas-corpus”, impronuncia ou absolvição. Não fica ahi a desenvoltura do procedimento do primeiro supplente. O secretario da Segurança acaba de receber mais dois officios seus, avocando o processo de Cyro e communicando que concedera “habeas-corpus” a um agente fiscal e a um individuo mecânico, sob o fundamento, attenda bem vossa excellencia, de estarem sendo perseguidos pela policia por terem votado nos eminentes drs. Julio Prestes e Vital Soares. De modo que a competencia para conceder esse remédio legal a qualquer eleitor, cinco dias após as eleições de primeiro de março, elle estendeu até agora. Todos estes e outros despauterios - com a mais profunda tristeza de brasileiro e patriota o digo - são praticados com o fim preconcebido de provocar qualquer reação de minha parte e assim ficar justificada a intervenção no Estado, tão ambicionada pelos meus adversarios e tão no proposito do governo federal, simplesmente porque, dentro da ordem e do maior acatamento ás autoridades constituídas, não quiz apoiar, por um dever de consciencia e sincero patriotismo, a candidatura do Cattete. Simplesmente por isso, têm-se imposto ao meu Estado todos os vexames, pertubado sua ordem, ferido gravemente sua autonomia. Antes das eleições de primeiro de março foram removidos e demittidos todos os funccionarios publicos suspeitos de sympathia á causa liberal. Alguns foram demittidos nas vesperas do pleito, com ordem de passarem immediatamente o exercicio, outros formam removidos sem motivo conhecido, duas e três vezes dentro de um mez, sem ajuda de custo. Após o pleito é o que o paiz tem assistido boquiaberto. A força federal aqui, com visível constrangimento da mesma, está sendo arrastada a garantir os caprichos da politicagem. Um chefe politico, dado ao cangaço, revolta-se contra a ordem legal, recruta facionoras nos peores antros do nordeste e desafia o govêrno do Estado. O facto é communicado pelo presidente do Estado ao presidente da Republica. Este timbra em não responder esta e outras communicações, porém se corresponde com o chefe sublevado, porque este, sublevando-se, foi servir a sua politica. Estando a Força Publica desmuniciada, porque a munição que possuia foi gasta em defesa do governo federal, ao lado da força do exercito, por occasião da passagem dos revoltosos no territorio deste Estado, e precisando restabelecer a ordem no municipio sublevado, dirigi-me ao Ministro da Guerra, por intermedio do general commandante da Setima Região, solicitando ceder certa quantidade de munição - e o mesmo não respondeu. Peço-lhe permissão para adquirir armas e munições dentro ou fóra do paiz e o ministro indaga se a Força Publica tem cumprido o accôrdo assignado com o governo federal para poder ser reserva do Exercito. Obtida resposta affirmativa, termina negando permissão, sob o fundamento de que a Força não está sendo commandada por official do Exercito, possuidor do curso de aperfeiçoamento, exigencia esta que não consta do accôrdo. Além de sobrepôr-se á Constituição, privando um Estado da Republica dos elementos de que necessita para a manutenção da ordem em seu territorio, falta assim á palavra empenhada no mesmo accôrdo. Satisfaço a exigencia, rogando-lhe pôr a minha disposição um official com esse curso, a fim de lhe entregar o commando da Força, e insistindo, ao mesmo tempo, pela permissão, mostro-lhe ser inconstitucional a restricção ao municiamento da Força Publica do Estado, obrigado a manter a ordem e garantia de propriedade e vida aos seus habitantes. O ministro nega uma coisa e outra. Volto a insistir, expedendo outros argumentos e nova recusa me chega. O ministro da Fazenda, por seu lado, em telegramma confidencial aos inspectores das Alfandegas do Recife e Parahyba, recommendou a apreensão de toda munição que désse entrada para o govêrno deste

Estado e, nesse sentido, varias diligências espectaculosas e ridiculas têm sido feitas. O Telegrapho Nacional está inteiramente á disposição dos bandoleiros e de todos aquelles que os estão auxiliando. Telegrammas são passados, em linguagem corrente, denunciando aos cangaceiros todos os passos das forças legaes e com pedido delles de auxilios materiaes e outras providencias para resistirem melhor ao restabelecimento da ordem. Na pratica desse crime se empenham presidentes de Estado e até - triste vergonha nossa - magistrados em exercicio. O desembargador Heraclito é um delles. Recursos de toda especie são enviados de outros Estados aos cangaceiros. Os Estados vizinhos não permittem a passagem de nossas forças pelas estradas que aqui e alli tocam insignificantes partes dos seus territorios. Estações telegraphicas são mantidas em localidades enquanto estão em poder dos facínoras. Logo que as forças legaes conseguem occupal-as, estas são logo fechadas. Em resumo, sou obrigado a manter a ordem do Estado, garantir a propriedade e vida de seus habitantes, mas o governo federal, além de ferir ostensivamente por outros modos a autonomia da Parahyba, nega-me armas e munições para submeter os sublevados e não consente que as receba de fóra ou dentro do paiz. Quiz privar-me de toda a defesa para ser forçada a entregar o Estado a bandoleiros e facinoras. Os govêrnos que assim procedem, encorajando os sublevados contra a ordem legal de um Estado da Republica, estão sem duvida insuflando e justificando a revolução. Devo ainda informar a vossa excellencia que o secretario da Segurança recebeu do chefe de policia dessa capital o seguinte telegramma: “Peço a vossencia providenciar no sentido de serem revistados com o maior cuidado os navios que ahi aportarem, a fim de verificar se nelles viaja o capitão revolucionário Juarez Tavora, cuja prisão e remessa a esta capital solicito com interesse. Saudações. - Coriolano de Góes, chefe de policia.” Logo depois, o commandante do 22º batalhão aqui estacionado, procurou-me em nome do govêrno federal, encarecendo-me a captura de officiaes revoltosos fugidos, que, segundo lhes constava, tinham vindo para o norte. Accrescentou que recebera denuncia do apparecimento de dois desconhecidos na cidade de Campina Grande e Patos, parecendo tratar-se de dois delles, que se iam incorporar ás forças policiaes, que estavam combatendo os cangaceiros. Verificou depois o proprio commandante ser tudo falso. Combinamos então um policiamento mais rigoroso. Assentámos mandar deter nesta capital e nos municipios do Estado todos os individuos que apparecessem suspeitos e desconhecidos, até serem identificados. Esta ordem tem sido cumprida severamente, causando não pequenos aborrecimentos ás autoridades e pessoas attingidas. Têm dormido nas delegacias, porque são detidos alta noite, até correligionarios meus, vindos de fóra e do interior, desconhecidos da policia. Entretanto, não a revoguei, para que não se diga que recuso ajudar o governo federal numa providencia legal. Quando attingidos por essas medidas policiaes são adversarios meus, sou tratado com linguagem virulenta e o supplente de juiz federal em exercicio, invadindo a esphera da justiça estadual, servindo a indecentes manejos politicos, apressa-se em dar “habeas-corpus” sem ouvir o govêrno. Ante o exposto, e antes que o attentado contra a ordem constitucional e autonomia deste Estado se consumma de todo, venho protestar perante o egregio Supremo Tribunal Federal, suprema guarda da Constituição, a quem rogo dar deste conhecimento. Respeitosas saudações - JOÃO PESSOA, presidente do Estado.”[15]

A Revolução nomeia novo Juiz Federal

Uma das providências mais esperadas, com a vitória da Revolução de 1930, era a substituição do juiz federal, que seria, naturalmente, além de jurista, um homem ligado ao sistema político revolucionário.

A notícia foi estampada na primeira página de “A União”, na sua edição de 12 de fevereiro de 1931, sob o título “O Novo Juiz Federal Neste Estado”:

"O Governo Provisório acaba de nomear para as altas funções de Juiz Federal na secção deste Estado, o dr. Antônio Galdino Guedes, director de "A União" e advogado no nosso foro.

No regime de completa renovação que se está inaugurando no paiz, a justiça não podia deixar de receber as modificações necessárias ao seu saneamento.

Fructo do movimento revolucionário, a reforma da magistratura brasileira vae se operando de molde a crear-se uma justiça culta e independente.

O Governo Provisorio, para a restauração judiciaria, tem procurado para os cargos de juizes, cidadãos de comprovada idoneidade moral e intelectual.

A nomeação do dr. Antônio Guedes, advogado de real conceito pela sua esclarecida inteligencia, conhecimentos juridicos e integridade de caracter, é bem o indice certo dessa selecção de valores em que estão empenhados os dirigentes da nova Republica.

Por essa merecida distinção, o nosso prezado director tem recebido muitos cumprimentos do meio forense e social de João Pessoa."

Anteriormente, o dr. Antônio Galdino Guedes exercera o cargo de prefeito de Guarabira e deputado estadual, sendo político ligado ao presidente Epitácio Pessoa.

Para juiz federal substituto foi nomeado o dr. Flodoardo Lima da Silveira e para procurador da Republica o dr. Adhemar Vidal.

O escrivão continuava sendo Euthychiano Barretto e o porteiro e oficial de justiça, Antônio Manuel do Nascimento.

A justiça Federal funcionava na rua Conselheiro Henriques, 159.

Os atos de nomeação foram feitos por José Américo de Almeida, na condição de Chefe da Revolução no Norte.

O jornal "A União" haveria de registrar em suas edições vários atos desse Governo Revolucionário Provisório.

O "Almanak da Paraíba" de 1935, na pg. 22, assinala:

"Ocupa o cargo de Juiz Federal na secção deste Estado o dr. Antônio Galdino Guedes, nomeado logo após o advento da Revolução pelo então Chefe do Governo Provisório do Norte, dr. José Américo de Almeida, acto que foi confirmado posteriormente por um decreto do Presidente Getúlio Vargas."

FLODOARDO LIMA DA SILVEIRA

Nascido em João Pessoa, a 18 de setembro de 1899, o dr. Flodoardo Lima da Silveira, formou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1922.

Antes da Revolução de 1930 fora secretario das Finanças (1928).

Após a Revolução foi secretario do Interior e Justiça (1931) e juiz federal substituto.

A 1º de abril de 1932 foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba, sendo substituido no cargo de juiz federal pelo juiz substituto Antônio Leitão Vieira, que exercia o cargo em Pernambuco.

---

[15] *"Do Grande Presidente", maio de 1931, publicação da iniciativa do Governo da Paraíba, com notas explicativas do sr. Adhemar Vidal, Editora A UNIÃO, pgs. 88 a 92.*

Foi diretor da Faculdade Direito da Paraíba e faleceu em 23 de dezembro de 1968.

Procurador Adhemar Vidal

Adhemar Victor de Menezes Vidal nasceu na capital paraibana a 7 de outubro de 1899, formando-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1920 (foi colega de turma dos desembargadores José de Farias e João Santa Cruz de Oliveira).

Jornalista e historiador, foi membro da Academia Paraibana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Foi jornalista dos quadros de "A União" e redator de debates da Assembléia Legislativa da Paraíba.

Oficial de Gabinete do presidente Solon de Lucena e secretário do Interior e Segurança do presidente João Pessoa, substituindo o secretário José Américo de Almeida, que se afastou do cargo para candidatar-se a deputado.

Ele vinha ocupando o cargo de procurador geral da República e foi demitido por perseguição política pelo presidente Washington Luiz, diante do que o presidente João Pessoa o nomeou para substituir José Américo de Almeida na pasta política do governo.

No seu livro "João Pessoa e a Revolução de 30", o próprio Adhemar Vidal faz esta confidência, na pg. 72:

"Algum tempo antes o sr. Artur dos Anjos teve coragem de remeter ao meu sogro, sr. Gentil Lins, este telegrama: - "Se prezado amigo conseguir solidariedade seu genro dr. Adhemar Vidal favor candidatura Júlio Prestes ele não será demitido do cargo de procurador da República nesse Estado. Responda urgência. Abraços."

Teve como resposta: "Surpreende seu desembaraço propondo-me indignidade vender nosso apoio. Repelindo afronta tenho informar todos os bons paraibanos se acham ao lado João Pessoa para enfrentar qualquer situação. Gentil Lins."

Poucos dias depois, eu era demitido, recebendo então do presidente João Pessoa o convite, que aceitei por força das circunstâncias, para ocupar simultaneamente duas Secretarias de Estado, Interior e Justiça e Segurança Pública.

Procurador Synesio Guimarães

Foi também nomeado em 1931 para o cargo de procurador da República substituto o dr. Synesio Guimarães.

Natural de Bananeiras, o dr. Synesio Pessoa Guimarães nasceu em 8 de outubro de 1897 e era filho de Alfrêdo Apolônio Pessoa Guimarães e d. Benedita Laudelina Pessoa Guimarães.

Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife, turma de 1927.

Casou-se com d. Corina Pessoa da Silveira Guimarães.

Foi diretor da revista "Era Nova" (1921-1923), do jornal "A União" e do jornal "O Liberal", em 1929 e 1930, respectivamente.

Em 1947 foi Diretor do Departamento de Educação.

Era professor do Liceu Paraibano e faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 1952.

Cleodon Coelho, que acompanhou sua carreira política em Guarabira, deixou estas anotações biográficas:

"O bel. Antônio Galdino Guedes nasceu em Cachoeira, distrito de Guarabira.

Filho do casal Virgínio Guedes Pereira e d. Mirandolina Cunha Guedes, proprietários que foram de Cachoeira, hoje pertencente aos descendentes.

Depois de completar os dois cursos, primário e de madureza, ingressou na Faculdade de Direito de Recife, colando grau no ano de 1910.

Volvendo à terra de origem, aureolado das vitórias alcançadas na Faculdade que dera à Paraíba Castro Pinto, Carlos Dias Fernandes, Epitácio Pessoa e tantos outros homens ilustres, teve luminosa carreira política.

Casou-se no ano de 1912 com a exma. sra. d. Francisca Vilar de Oliveira Azevedo.

Foi secretário da Câmara Municipal, de 15 de dezembro de 1913 a 31 de dezembro de 1914.

Secretário da Prefeitura de 11 de janeiro de 1915 a 30 de dezembro de 1918.

Delegado de Polícia de 10 de março de 1916 a 12 de novembro de 1917.

Promotor Público da Comarca de 13 de novembro de 1917 a 15 de setembro de 1920.

Promotor Público da Capital de 21 de setembro de 1920 a 12 de outubro de 1923.

Prefeito de Guarabira de 23 de setembro de 1923 a 7 de fevereiro de 1929.

Deputado Estadual de 1 de março de 1924 a 31 de dezembro de 1930.

Ocupou os cargos de secretário e líder da maioria, depois presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Diretor do jornal oficial "A União" e da Imprensa Oficial de 25 de novembro de 1930 a 25 de fevereiro de 1931.

Juiz Federal de março de 1931 a 18 de novembro de 1937. Com a supressão da Justiça Federal em 1937, ficou em disponibilidade.

No período da disponibilidade veio a ocupar o lugar de Diretor do Departamento de Educação, Secretário da Fazenda, Secretário do Interior e Interventor interino.

Em 12 de maio de 1941 assumiu o exercício do cargo de juiz presidente do Tribunal Regional da Justiça do Trabalho na Bahia, no qual se manteve até julho de 1951, quando requereu e obteve aposentadoria, voltando à sua terra."

Ao deixar aquele Egrégio Tribunal, lembra Cleodon Coelho a homenagem de que foi alvo:

Se êle foi grande no conceito dos homens de bem da nossa enternecida Paraíba, muito maior ainda o foi na Baía, conquistando daquele cenáculo de luminares da ciência de Thémys o grande e luminoso título de "Grande Juiz" como dissera o Exmo. Sr. presidente daquela magna côrte de justiça com um voto de louvor secundado pelos demais membros daquela câmara de justiça.

"Proponho que conste da ata de nossos trabalhos de hoje um voto de louvor e homenagem ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Galdino Guedes ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região, e que acaba de ser aposentado por decreto do Sr. Presidente da República. Deixando o mais alto posto da magistratura trabalhista da 5ª região recolheu-se S. Excia. á vida tranqüila do lar, aureolado pelo respeito e pela admiração de seus colegas e jurisdicionados. Sua atuação como magistrado do Trabalho já impuzera neste Tribunal Superior através de luminosas sentenças e despachos, nos quais não sabiamos o que

mais admirar, se a lucidêz do espirito e o culto da justiça, ou a consciência, a independencia e o brilhantismo com que eram proferidas. No decurso de sua longa carreira revelou sempre essas qualidades que sintetizam figura de um grande Juiz, dos maiores que já teve a Justiça do Trabalho, fazendo da verdade a sua única preocupação e do Direito um instrumento sensível ás necessidades de seus juridicionados. É justo, portanto, que se juntem as homenagens que certamente terá recebido de seus colegas do Tribunal Regional, as deste Tribunal Superior".

Associando-se a essa monumental homenagem, falaram ainda o Exmo. Sr. Ministro Edgard de Oliveira Lima e o ilustre Sr. Procurador Gilberto Crochatt de Sá, em nome do Ministério Público.

A imprensa baiana em apoio àquela festividade deu ampla reportagem tecendo sinceros comentários sobre a personalidade do Dr. Antonio Galdino Guedes.

Foi-lhe dado o nome a uma das salas do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e, na oportunidade da homenagem, Maria Natividade Guedes fez este discurso de agradecimento em nome de seu pai:

"O desgaste fisiológico, a que não fogem os organismos vivos, impediu meu pai de vir até aqui receber dos seus antigos pares e companheiros de trabalho, tão significativa distinção.

Coube a mim, como uma de suas filhas, a mais ligada à sua passagem pela Justiça do Trabalho da 5ª Região, a honra e o orgulho de representá-lo nesta homenagem que, hoje, lhe tributa esta Egrégia Côrte.

Estou certa de que, se meu pai, aqui tivesse podido comparecer, a emoção dificultaria sua voz e, talvez, o seu coração de 83 anos não suportasse a enorme comoção que, a bondade de todos, iria proporcionar-lhe.

A intransigência, que presidia o cumprimento dos seus deveres de magistrado e chefe de família, escondia, na verdade, a doçura e a emotividade, que só aos íntimos se permitia revelar.

Relembro, nesta hora, expressões de carinho com que sempre demonstrou o seu reconhecimento à acolhida que recebeu de todos na Bahia, desde maio de 1941, quando aqui desembarcava com a família, até julho de 1951, dez anos depois, quando, aposentado, retornava à sua pequena propriedade no Estado da Paraíba, onde, entre a família e as rosas, passou a viver acompanhado das recordações que, até hoje, guarda do desempenho da magistratura, na terra de Ruy Barbosa.

Não esqueço, por outro lado, que durante o efêmero período de sua remoção para Pôrto Alegre, em reconhecimento aos bons serviços que vinha prestando à Justiça do Trabalho, não lhe faltou, mais uma vez, o carinho dos baianos, que a êle se juntaram na luta pelo retorno a esta boa e querida terra.

Desnecessário seria confessar o orgulho e a emoção que me dominam ao comparecer a esta solenidade quando me faltam palavras para transmitir, condignamente, aos magistrados e funcionários da Justiça do Trabalho da 5ª Região, o agradecimento e as expressões de todo o nosso amor e gratidão, pelo que acabam de fazer.

Seja-me, finalmente, permitido e perdoado deixar nos anais desta Casa o voto de louvor com que o Colendo Tribunal Superior do Trabalho distinguiu o meu pai, quando do encerramento de sua carreira de Magistrado, ou seja: "Proponho que conste da Ata de nossos trabalhos de hoje um voto de louvor e homenagem ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Galdino Guedes, Ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, da 5ª Região, que acaba de ser aposentado, por decreto do Sr. Presidente da República. Deixando o mais alto pôsto da Magistratura Trabalhista da 5ª Região, recolheu-se S. Excelência à vida tranquila do lar, aureolado pelo respeito e pela administração de seus colegas e jurisdicionados. Sua atuação como Magistrado do Trabalho já se impusera neste Tribunal Superior através de luminosas sentenças e despachos, nos quais não sabíamos o que mais admirar, se a

lucidez do espírito e o culto da justiça, ou a consciência, a independência e o brilhantismo com que eram proferidas. No decurso de sua longa carreira revelou sempre essas qualidades que sintetizam a figura de um grande Juiz, dos maiores que já teve a Justiça do Trabalho, fazendo da verdade a sua única preocupação e do Direito um instrumento sensível às necessidades de seus jurisdicionados. É justo, portanto, que se juntem às homenagens que certamente terá recebido de seus colegas do Tribunal Regional, as dêste Tribunal Superior".

Ao reunir estas duas homenagens, a de ontem e a de hoje, desejo expressar o reconhecimento de todos os membros da família, ao carinho que sempre dispensaram ao nosso pai, que aqui viveu dez anos, dentre os mais felizes de sua vida, que agora se eternizam nesta homenagem.

A todos, do fundo do nosso coração, muito obrigado.

Discurso do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho

Transcrevemos ainda parte do discurso pronunciado, durante a homenagem, pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Juiz Carlos Coqueijo Costa, em julho de 1971:

O milagre da memória me permite, neste instante tão significativo, evocar o Juiz a quem conheci na Presidência dêste Tribunal, quando mal me iniciava, ainda estudante, nos misteres e mistérios da advocacia trabalhista.

Sua figura é hoje presença viva nesta cadeira para os que, como eu, conviveram profissionalmente com o velho Antônio Galdino Guedes. Para os pósteros, êlle está relembrado alí, na placa que encima o portal desta sala, a que demos o seu nome honrado e em que doravante nos reuniremos sob a bela imagem do Cristo que os colegas gaúchos nos ofereceram, simbolizando a união nacional pelo ideal comum.

Antes do mais, portanto, devo exaltar o antigo juiz Federal da Paraíba, que em sua terra foi também Secretário de Estado, e, repentinamente aposentado em 1937, voltou à liça judicial na presidência do então conselho Regional do Trabalho, em 1941. Imprimiu um estilo muito próprio do rigor do seu espírito bem formado, fincando os pilares de uma verdadeira escola de juízes trabalhistas na Bahia.

Inflexível na sua judicatura serena, estruturou a incipiente Justiça do Trabalho da 5ª Região. Tributamos-lhe, hoje, a homenagem que merece no ócio da sua velhice no Rio, onde o acomete longa e irreversivel moléstia, que o impede de voltar à sua antiga casa.

Ele nos infundiu uma lição de amor à coisa pública. Acima de tudo, deve estar o primado da Justiça, que se confunde com o da Pátria, em nome da verdade, da segurança, da luta por um Brasil impetuoso, coordenado, irmanado de civis e militares, empresários e empregados, leigos e religiosos, jovens e velhos, pelo bem geral, nessa cruzada a que nos convoca um Govêrno íntegro, sério, chefiado por um homem identificado com a alma nacional, que acerou o seu caráter nos quartéis, silenciosamente, imbuindo de brasilidade tôda a sua vida.

OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS

Queremos acrescentar ainda estas outras notas biográficas com mais detalhes da vida do último juiz Federal da Paraíba até a decretação de Estado Novo, fornecidas por um seu parente:

"Antônio Galdino Guedes, nasceu no dia 11 de junho de 1888, na povoação de Cachoeira, do município de Guarabira, estado da Paraíba, sendo filho de Virgínio Pereira Guedes e Ana Mirandolina da Cunha Guedes.

Fez o curso primário na cidade de Guarabira com as professoras Maria das Dores da Penha Furtado de Mendonça, concluindo-o em 1900. O secundário foi feito no Colégio Diocesano e no Liceu Paraibano, tendo-o terminado em dezembro de 1905. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1910.

Durante o curso secundário, perdeu apenas a prova escrita de geografia, por circunstâncias de ocasião. No curso de Direto, ao tempo feito com 14 cadeiras, obteve oito distinções, cinco plenamente nove e uma plenamente seis.

Não é filiado à associação cultural alguma.

Nunca se dedicou a estudos literários, só os estudos jurídicos o interessaram na sua formação intelectual. Tem trabalhos esparsos sobre assuntos vários de Direito principalmente e algumas conferências e discursos publicados em jornais e revistas especializadas.

É casado com Francelina Vilar Guedes, a 10 de novembro de 1912, na cidade de Campina Grande. Tem os seguintes filhos vivos:

a) Silvio Vilar Guedes, engenheiro civil e de minas pela Escola de Engenharia de Ouro Preto da Universidade do Brasil, atualmente ocupando o cargo de geólogo do Conselho Nacional de Petróleo;

b) Maria Nair Guedes Tassino, diplomada pela Escola Doméstica de Natal, casada com o engenheiro agrônomo Juvêncio Tassino Neto Filho, professor da Escola Agronômica da Bahia;

c) Glaura Guedes Barboza, diplomada pelo Colégio Nossa Senhora das Neves, atualmente professora de música e canto orfênico da Escola Industrial de João Pessoa, casada com o Dr. João Fernandes Barboza, médico e chefe do Serviço de Defesa Sanitária animal em João Pessoa;

d) Maria Natividade Vilar Guedes, diplomada pelo colégio Nossa Senhora das Neves de João Pessoa e com o curso de música e canto orfônico pelo Conservatório Bahiano de Canto Orfônico; e

e) Blesila Vilar Guedes, diplomada pelo Colégio Nossa Senhora das Neves, com o curso de piano pela Escola de Música Antenor Navarro de João Pessoa e com o curso de canto orfônico pelo Conservatório Nacional de Canto Orfônico.

Data de 1915 a sua atuação na vida política da Paraíba, quando da luta partidária entre o Monsenhor Walfredo Leal e Epitácio Pessoa, tendo tomado posição ao lado de Epitácio.

Fundou e manteve em Guarabira, por algum tempo, dois jornais: o **Correio do Interior** e o **Município**.

Tomou parte ativa no movimento revolucionário de 1930, pois havia tomado posição ao lado de João Pessoa na luta contra o Catête. Fez parte da chapa de deputados federais de 1930, juntamente com José Américo de Almeida, Carlos Pessoa e Demócrito de Almeida, candidatos todos eleitos, mas depurados pelo mandonismo político da época. Em 1945, aberta a luta política entre o PSD e a UDN filiou-se ao PSD tendo sido incluido na chapa

para senadores, juntamente com o atual ministro José Pereira Lyra. Em 1946 abandonou a política partidária, renunciando a posição que ocupava no PSD, Diretório de Guarabira, para dedicar-se exclusivamente à função pública que exercia e ainda exerce na Bahia.

Começou a exercer funções públicas quando acadêmico ainda, como secretário do então Conselho Municipal de Guarabira.

Depois de formado, ocupou o cargo de secretário da Prefeitura de Guarabira, na administração do prefeito Dr. Luiz Galdino de Sales. Na esfera estadual, o seu primeiro cargo foi o de delegado de policia do municipio de Guarabira, nomeado em 1915, no governo do Coronel Antônio Pessoa.

Começou de então por diante a sua carreira pública tendo ocupado muitas das mais altas funções no Estado. Deixou a Delegacia de Policia de Guarabira por ter sido nomeado promotor público da Comarca. Em 1921, foi nomeado promotor público da comarca da Capital, cargo que exerceu até setembro de 1923 quando passou a exercer o cargo de prefeito de Guarabira e foi eleito deputado estadual, tendo sido reeleito para as legislaturas seguintes, até 1930, época em que, com o golpe de Estado, foi dissolvida a Assembléia Legislativa. Exerceu as funções de 1º secretário, lider da maioria e presidente da Assembléia, neste último cargo em substituição ao Coronel Inácio Evaristo, tendo o seu nome indicado por Epitácio Pessoa, de uma lista que lhe fora enviada.

Exerceu as funções de Prefeito do Município de Guarabira durante quatro anos e meses.

Em 1931, foi nomeado Juiz Federal na secção da Paraíba, cargo que exerceu até 1937, quando a Constituição então decretada suprimiu a Justiça Federal, em consequência do que ficou em disponibilidade.

No govêrno Argemiro de Figueiredo ocupou o cargo de diretor do Departamento de Educação, Secretário da Fazenda e Secretário do Interior. Assumiu interinamente o Govêrno o Estado, por ordem do Presidente da República, no período compreendido entre a exoneração do interventor Argemiro de Figueiredo e a posse do novo interventor Ruy Carneiro.

Em maio de 1941 passou a exercer o cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Trabalho da 5ª Região (Bahia e Sergipe) em cujas funções ainda se encontra.

O seu avô paterno, major Antônio Guedes Bezerra, pernambucano, era membro de tradicional família de senhores de engenho das várzeas de Goiana e municípios vizinhos. Foi o fundador da povoação, hoje vila de Cachoeira, do município de Guarabira, onde constitui numerosa descendência, tornando-se também senhor do engenho, indústria que depois abandonou para dedicar-se ao incipiente comércio de algodão, há cerca de 70 anos.

Quando se construia a estrada de ferro Conde D'Eu, depois **Great Western**, cedeu gratuitamente, em grande extensão, todo o terreno necessário á construção da estrada e respectivas instalações. Desse seu gesto, vem o nome de "Antônio Guedes" dado a estação da vila, homenagem póstuma prestada à sua benemerência.

O avô materno foi o coronel Antônio Galdino de Araújo Cunha, também membro de tradicional familia norte-riograndense. Político de grande prestigio e influência no Rio Grande do Norte, juntamente com seu irmão, o padre João Jerônimo da Cunha, chegou a coronel, Antônio Galdino de Araújo Cunha a ser presidente da Provincia. Também senhores de engenho no município de Goianinha, pertenceram-lhes, entre outros de menor importância, os engenhos Ilha Grande, Bosque, Cametá e Paquetá, e grandes fazendas de criação no Trairi, municipio de Santa Cruz.

NOTA: O juiz Antônio Galdino Guedes, aposentado em 1951 como Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, regressou ao seu estado natal, fixando residência na sua propriedade "Cachoeira", no município de Guarabira.

Em 1967, por motivo de saúde, mudou-se para o Rio de Janeiro onde moram seus filhos, permanecendo na companhia deles até a sua morte em 12 de agosto de 1974."

Na Véspera da Extinção, Funcionava na Rua General Osório nº 482

Pouco tempo antes do golpe de 10 de novembro de 1937, que haveria de extinguir a Justiça Federal nos Estados, a Seccional na Paraíba funcionava na Rua general Osório, nº 482.

Naquela rua morava também o juiz federal substituto dr. Francisco de Gouveia Nóbrega.

Eis um edital da época, com o endereço da Seccional:

"Edital - Jornal "A União" de 22.10.1936.

Arrematação de uma machina Underwood, penhorada pela Fazenda a Oliver Baptista Peixoto de Vasconcelos. Aviso aos interessados, que está affixado na frente da casa das audiencias do Juízo Federal, avenida general Osório 482, um edital de venda e arrematação de uma machina de escrever Underwood, com pouco uso, nº 4.264.955-II, modelo 6, typo 11, penhorada pela Fazenda Nacional em executivo fiscal que move contra Oliver Baptista de Vasconcelos, avaliada em um conto e quinhentos mil reis (1.500$000), a qual poderá ser examinada no escritorio da firma Oliver & Cia, à rua Barão do Triunfo 460. Quem pretender arrematar deverá comparecer na sala das audiencias do Juiz Federal ás 14,00 horas do próximo dia 22 de outubro corrente, dia designado para a primeira praça. A arrematação será feita á vista ou com fiador idoneo. João Pessoa, 19 de outubro de 1936. Clóvis de Almeida Albuquerque, Escrivão do Juizo Federal."

Galdino Guedes Governador

No segundo semestre de 1940, o presidente Getúlio Vargas resolveu aceitar o pedido de exoneração do interventor Argemiro de Figueiredo, escolhendo, para substituí-lo interinamente, até a nomeação e posse do novo interventor, o dr. Antônio Galdino Guedes, que vinha ocupando a Secretaria do Interior.

Neste sentido o dr. Antônio Galdino Guedes recebeu o seguinte telegrama, datado de 29 de julho de 1940:

"Dr. Antônio Galdino Guedes - Secretaria do Interior - João Pessoa - Paraíba - dia 29 - De acordo com o telegrama que acabo de transmitir ao dr. Argemiro de Figueiredo, o sr. presidente da República autorizou-o a assumir o Governo desse Estado até a chegada do novo interventor. Cordiais saudações, Luiz Vergara, secretário da Presidência da República."

O dr. Antônio Galdino Guedes ficou no governo do dia 29 de julho ao dia 16 de agosto, quando transmitiu o cargo ao novo interventor federal nomeado, Ruy Carneiro.

Ao passar o cargo ao seu novo titular, pronunciou ele, no Palácio da Redenção, o seguinte discurso:

"Sr. Interventor Ruy Carneiro:

Por expressa deliberação do Sr. Presidente da República, tive de investir-me na Chefia interina do Governo do Estado.

Recebendo essas funções das mãos do dr. Argemiro de Figueiredo, para as passar ao novo Interventor, não sei com que mais me deva sentir honrado, se com a confiança do Chefe da Nação, numa fase delicada da vida administrativa da Paraíba; se pela circunstância de ter substituido, embora por alguns dias, a um amigo com que colaborei algum tempo, na sua operosa direção dos negócios públicos; se com a incumbência de ter de passar o Governo do Estado a um paraibano que traz o propósito de agir sem ódios nem paixões, com os olhos fitos no progresso da Paraíba e bem estar do seu povo, e a respeito de quem, na razão direta de sua inteligência, espírito de sacrifício pela coisa pública e valor perante os altos poderes federais, pode-se prognosticar um período governamental de inestimáveis benefícios à Paraíba.

Transmito, pois, a V. Excia., sr. dr. Ruy Carneiro, o Governo do Estado, informando-o que só autorizei e assinei, na minha interinidade, atos indispensáveis à marcha normal da administração.

E com a confortante emoção de um homem público a quem a consciência não acusa, nem de haver desservido à coletividade, ao regime e às suas instituições, nem de haver abjurado os mandamentos da lealdade, encerro, neste instante, as minhas atividades na alta administração do Estado.

Antes, porém, de retirar-me, permito-me fazer os melhores votos para que V. Excia. Sr. Interventor, reconduza nossa Paraíba ao caminho de sua pujante expansão cultural e material, do qual eu a desviaria de certo por falta de descortino e capacidade de mando, se não fora tão curta e fugaz a minha passagem por esta Casa."

Outros Casos Rumorosos Apreciados pela Justiça Federal

Já nos referimos, anteriormente, ao caso do atentado contra o jornal "O Parahybano", e também ao caso da depuração dos deputados eleitos e depurados em 1930.

Mas inúmeros outros casos rumorosos foram parar na Justiça Federal. Casos que ganharam as manchetes dos jornais, provocando polêmicas e debates extra-judiciais e provocando escândalo perante a opinião pública do Estado e do País.

O "Habeas-Corpus" do "Rasga-Vales"

Foi também no tempo em que o dr. Honório Horácio de Figueirêdo era Juiz Seccional, que explodiu, em Campina Grande, o rumoroso caso do "rasga-vales".

O historiador Elpídio de Almeida, na sua "História de Campina Grande", registra o episódio[16]:

"Era comum, naquele ano de 1895, em Campina Grande, e em outros lugares, a irregularidade da emissão de **vales**, papel impresso com a assinatura do comerciante responsável, cujo fim estava na facilitação das transações comerciais, dada a escassez de moedas de pequeno valor em circulação. Constituía uma infração a dispositivos legais mas era frequentemente usado, de preferência nos dias de feira, para desembaraço do troco."

"Na República constou a proibição da Lei Magna. O Código Penal, nos artigos 294 e 304, estabelecia penalidades para os transgressores, mas a violação continuava em toda parte, o que levou o Ministro da Justiça a fazer recomendações especiais aos dirigentes dos Estados.

Na Paraíba, em ofício de 1º de julho, encaminhou o presidente Álvaro Machado a advertência ministerial ao chefe de polícia, que por sua vez a transmitiu aos delegados do interior."

O que aconteceu em Campina Grande foi contado numa carta por Cristiano Lauritzen (principal vítima das medidas) transcritos do livro de Elpídio de Almeida:

"A 3 de agosto de 1895, o promotor público da comarca bacharel José da Costa Agra, apresentou-se inopinadamente na feira da cidade, acompanhado de praças de polícia, e entrou a apoderar-se violentamente de vales emitidos por diversos negociantes do lugar, e que se achavam em circulação entre os feirantes.

Após o primeiro momento de surpresa, os populares, notando que os soldados embolsavam os vales apreendidos, em vez de inutilizá-los, entenderam de resistir a tão vergonhoso, a tão escandaloso abuso de autoridade e de força.

Travou-se então renhida luta.

Receosos de suas consequências e instados por contínuas reclamações que vinham exigir de nós, emissores, a importância de que haviam sido despojados, dirigimo-nos ao promotor público, eu e o sr. Lindolfo Montenegro, também negociante, para pedir-lhe que fizesse cessar a apreensão, que nós nos comprometíamos a concluir o recolhimento de **vales**.

Fomos, porém, recebidos de modo grosseiro por aquela autoridade que, presa duma superexcitação extraordinária, teria vitimado o meu companheiro, a quem agrediu de faca em punho, se não fosse a intervenção oportuna de diversos cidadãos, entre os quais alguns amigos mesmo do trêfego representante da justiça pública.

A esse tempo continuava a luta em outro ponto da feira; já se contavam feridos de um e de outro grupo; já um soldado mortalmente ferido expirou ao chegar ao quartel e Deus sabe a que resultados levaria esse conflito, provocado pelos caprichos de uma autoridade tresloucada, a não ser a intervenção combinada de todos os negociantes da cidade e do comandante policial.

Estava achado o pretexto para o aniquilamento dos chefes oposicionistas de Campina. Convinha aproveitá-lo quanto antes, de acordo com o plano previamente assentado.

Não inspirando confiança para a realização desse plano o digno juiz de direito dr. Gonçalo Boto e não tendo sido ainda lavrado o famoso decreto com que se pretendia ferir aquele magistrado, o governo do Estado comissionou o bacharel Santino de Assis Pereira Rocha, com razão julgado apto para a misérrima empreitada a fim de sindicar dos acontecimentos e tomar as medidas necessárias.

Aqui chegando, o juiz comissionado mostrou desde logo os intuitos de que era portador, entrando em relações oficiais com o delegado de polícia, criminoso condenado no art. 207 do Código Penal e, não obstante, em exercício do cargo, recebendo dele a indicação dos indiciados e testemunhas, e promovendo acção criminal contra mim e outros membros da oposição, como **mandantes** da morte do soldado, a que há pouco me referi.

Tendo sido toda pacífica a nossa intervenção, tratando-se de um fato delituoso cometido em um ponto de que nos achávamos afastados, em meio de uma luta travada entre numerosas pessoas e de que não fôramos nós os provocadores; sendo certo, além disso, que, se tivéssemos a intenção de aproveitar o conflito para uma represália e houvessémos, efetivamente, tomado parte nele, não teríamos agredido pobres soldados sem responsabilidades, mas o próprio promotor e mais adversários presentes que, entretanto, nada sofreram; compreende-se facilmente que a extravagante classificação do delito que ocorreu ao servilismo do juiz comissionado, nos fez desde logo prever com segurança a sorte que nos aguardava.

Apressamo-nos, pois, em requerer ao juiz seccional uma ordem de **habeas-corpus**, a

qual nos foi concedida em vista da incompetência da justiça local para conhecer do crime de emissão de **vales** e delitos conexos.

Apesar disso, porém, e apesar da carta avocatória expedida pelo mesmo juiz, o monstruoso processo seguiu os seus trâmites até a pronuncia de oito cidadãos indicados pelo delegado criminoso, pronuncia que foi logo confirmada pelo Tribunal da Relação, previamente remontado para este fim.

Não nos assustamos porém; tranquilizava-nos a garantia suprema do **habeas-corpus**, concedido por um fundamento que a pronuncia, decretada por um juiz incompetente, não poderia anular. E parece que os fatos concorriam para dar-nos razão; porquanto, mais de dois meses decorreram sem que fôssemos incomodados pelos agentes do governo estadual.

Em dezembro seguimos para a capital e diversos outros cidadãos, entre os quais mais dois dos pronunciados, o dr. Alfredo Deodato de Andrade Espínola e o comerciante Lindolfo de Albuquerque Montenegro, a fim de assistirmos à apuração da eleição de deputados. Alí estivemos dois dias, comparecendo a reuniões públicas, avistando-nos com as autoridades, freqüentando os lugares mais públicos sem, todavia, sermos de modo algum inquietados.

Entretanto, no dia de nossa volta, pouco depois de chegarmos à estação da estrada de ferro, eis que nos aparece o delegado de polícia Francisco Primo Cavalcanti de Albuquerque, que à frente de imensa força armada e municiada, vinha efetuar a nossa prisão.

Exibimos-lhes então a ordem de **habeas-corpus**; mas o delegado, depois de ter ouvido o chefe de polícia, voltou a insistir na sua intimativa, explicando-nos que o chefe declarara de nenhum valor aquela ordem.

Revoltou-nos essa pretensão do chefe de polícia de querer sentenciar sobre a validade de uma ordem de **habeas-corpus**; os drs. Venâncio Neiva, Cunha Lima e outros amigos, cavalheiros da mais elevada sociedade paraibana que nos acompanhavam ao embarque, protestaram com energia contra esse excesso de autoridade e todos, levados por um movimento espontâneo e irreprimível, nos preparamos para resistir à violência.

Diante desta atitude, o delegado evacuou a estação, pôs-lhe cerco e aguardou ordens. Sucessivamente vieram entender-se conosco o major fiscal do corpo de segurança, Manuel Maurício Lopes Lima, e o comandante tenete-coronel Cousseiro, para convencer-nos de que nos devíamos entregar à prisão.

Mas os nossos amigos fizeram sentir que estávamos garantidos por uma ordem de habeas-corpus da justiça federal, que, ainda mesmo que fosse ilegal essa ordem, o que contestavam, não seria o chefe de polícia o competente para julgá-la; que, portanto, o mandado de prisão era uma violência e por isso estávamos dispostos a resistir-lhe por todos os meios.

Retiraram-se os dignos oficiais certos de que arrostaríamos todas as conseqüências, na defesa de nossos direitos, e eis porque mais tarde, ao receberem das autoridades superiores a ordem bárbara de fazerem fogo sobre os resistentes se, novamente intimados, continuarem a manter a mesma atitude, preferiram demitir-se de seus postos a manchar a sua farda com o sangue inocente de seus concidadãos. Honra lhes seja feita; eles evitaram com a sua conduta inúmeras desgraças e criaram, por este modo, mais um título à gratidão da família paraibana.

A exoneração dos briosos oficiais trouxe o desânimo no seio da tropa; começaram as defecções; dez praças passaram logo ostensivamente para o nosso lado. Ainda assim, por três vêzes, os soldados fiéis ao governo, comandados pelo capitão Milanês, primo do presidente do Estado, e por um conhecido desordeiro de nome Antônio Miguel, sob a direção geral do chefe de polícia em pessoa, tentaram, mas debalde, apoderar-se da estação, onde prudentemente havíamos tomado algumas medidas de defesa; por três

vezes também receberam ordem de fazer fogo, e, se deixaram de cumprí-la, foi devido à coragem, sangue frio e energia dos nossos amigos, que lhes fizeram sentir a gravidade dessa ordem e as grandes responsabilidades que adviriam de sua execução.

Era sem dúvida uma cena digna de admiração e de respeito essa de um pequeno grupo de cidadãos, cercados de numerosa força armada, a arriscarem a sua liberdade e a sua vida na defesa de uma das mais belas garantias da Constituição. Nada mais imponente do que ver essa força, de armas já apontadas, baixá-las sob a voz do comando daqueles mesmos que deviam ser vitimados! Nada mais sublime do que o desprendimento com que todos à porfia disputavam entre si as posições mais arriscadas!

Ato do maior interesse e coragem assinalou essa memorável resistência. Como nota tocante e característica, seja-me lícito lembrar nesta ocasião a figura veneranda do desembargador Jovita Cavalcanti, a atravessar as alas dos soldados sitiantes e a responder altivo e solene àqueles que o aconselhavam a fazer retirar seu filho do grupo dos resistentes: "Não. Que morra ao lado de seus amigos, é o seu dever!" Belo traço de abnegação e de civismo, que há de ser perenemente um título de glória para o nome paraibano.

O delegado de polícia insistiu com o dr. Venâncio para que este se retirasse em companhia dele e dos três pronunciados, sem uma só praça, prometendo que, mediante uma declaração de responsabilidade que assinasse na secretaria de polícia, não seríamos perturbados em nossa liberdade.

O dr. Venâncio respondeu-lhe que não tinha que assinar coisa alguma e que continuaria a manter a resistência até o levantamento do cerco com respeito à ordem de **habeas-corpus**.

O chefe de polícia reconheceu afinal que não poderia efetuar a prisão; porquanto a tropa já se recusava a obedecer às suas ordens, e também já não fazia reserva das suas simpatias pela nossa causa. À vista disso aceitou pressurosamente o alvitre que lhe propôs o juiz seccional de retirar a força e aguardar a resposta de um telegrama que o mesmo magistrado dirigira ao Presidente da República requisitando a força federal para tornar efetivo o **habeas corpus**, garantindo o juiz que nos entregariamos à prisão, se aquela resposta nos fosse desfavorável.

Levantando o cerco recolhemo-nos à casa do nosso intimorato chefe dr. Venâncio Neiva, e aí aguardamos a palavra do chefe da Nação. Três dias depois, havendo-se este recusado, apesar de formais promessas anteriores, a garantir a ordem de **habeas corpus** da justiça federal **por ter esta ordem caducado com a sentença de pronúncia da justiça local**, entregamo-nos às autoridades do Estado, de acordo com o compromisso do juiz seccional.

Podia o Presidente da República proceder assim? Que o digam os competentes. Tendo sido o **habeas corpus** concedido por motivo de incompetência, a pronúncia não poderia anulá-lo antes de se decidir o conflito entre a justiça federal e a do Estado, e, em todo caso, que não ao poder executivo e sim ao Supremo Tribunal Federal é que cabe julgar da validade ou insubsistência das sentenças proferidas pelos juizes de secção. Como quer que seja, porém, tínhamos a nossa palavra empenhada e forçoso era cumprí-la.

Conhecida a resposta do Presidente da República, reacenderam-se os furores do governo do Estado contra nós. Ele que durante o cerco e na iminência de uma completa desmoralização, descia a nos propor, a nós os assassinos, que, se capitulassemos, teríamos como prisão o salão nobre de um edificio público, logo que nos teve em suas mãos, submetidos e impotentes, mandou atirar-nos à enxovia da casa de detenção! Felizmente no dia seguinte parece que o governo mesmo compreendeu toda a covardia de seu procedimento, porquanto houve por bem subtrair-nos à promiscuidade de ladrões e assassinos e mandou dar-nos uma prisão em separado; mas, ainda assim, não pôde libertar-se de todo ao desejo pequenino duma desforra, e, por um ato de requintada prepotência, declarou-nos incomunicáveis, portanto vale impor aos nossos amigos a obrigação humilhante a que jamais se submeteriam, de pedir como favor o direito que a lei

lhes facultava de visitar-nos em nossa prisão.

Vencidos, mas não desanimados, dirigimo-nos então, por intermédio do nosso incansável amigo dr. Venâncio Neiva, ao Supremo Tribunal Federal, requerendo uma ordem de **habeas corpus** ao mesmo tempo em que outro ilustre amigo nosso, o dr. Inojosa Varejão, interpunha, sem resultado, como era de esperar, idênticos recursos perante a Relação do Estado.

O Tribunal concedeu-nos a ordem requerida, requisitando o nosso comparecimento à sessão de 4 de março. Aqui ainda uma vez revelou-se a pequenez moral do governo do Estado, recorrendo a todas as tricas para embaraçar a nossa viagem; de sorte que só devido às ordens terminantes daquele Tribunal e aos esforços do digno juiz de secção, é que podemos chegar ao Rio de Janeiro, precisamente à data fixada. Mas, durante a viagem parece que as coisas haviam mudado de feição. O Tribunal, que na primeira audiência aceitara a preliminar de ser a justiça federal a competente para conhecer do crime de que éramos acusados, na segunda negou-nos a ordem de soltura justamente pelo fundamento oposto! E, o que é ainda mais digno de nota, julgou prejudicado com esta decisão o segundo recurso que o Dr. Inojosa interpusera da sentença da Relação do Estado, quando ainda não conhecia os fundamentos desse recurso e, por conseguinte, não podia saber se o prejulgava a decisão que acabava de proferir!

Agora que só nos restava o recurso do júri, e este mesmo numa comarca onde todas as autoridades, cheias de ódio e rancores, haviam sido agentes devotados da monstruosa perseguição. De volta ao Estado, era de justiça e de lei que fossemos logo submetidos a julgamento; assim, porém, não aconteceu; na capital o chefe de polícia recorria a pretextos para protelá-lo; em Campina Grande o novo juiz de direito, sogro do celebérrimo Santino, alegava que o processo não se podia preparar por falta do promotor.

Compreendi a manobra. Para fugir aos efeitos e forçado pelas circunstâncias melindrosas em que nos achávamos, resolvi entender-me com um homem que, sem renegar o seu passado, não podia faltar-me com os seus serviços. O passado autorizava-me a reclamá-los, o presente impedia-me de fazê-lo; tive, porém, de acceder às exigências imperiosas do momento e aceitei como favor o que por direito e justiça não podia ser negado.

Entretanto, seja dito de passagem, fí-lo sem tomar conhecimento algum de ordem política, como já vai assoalhando a política partidária.

Consegui assim que fosse fixado o tempo para nosso julgamento. A 21 de abril chegamos a Campina; a 24 fomos julgados e absolvidos por unanimidade de votos, sem que tivéssemos recusado um só juiz de fato e sem que nos houvéssemos defendido mais do que o estritamente necessário para satisfação da exigência legal.

É que dentre sessenta jurados efetivos e suplentes que compareceram ao tribunal, apenas três ou quatro galopins da situação poderiam deixar de proclamar a nossa inocência e, com ela, a torpeza de quantos nos arrastaram à suplicativa posição em que nos achamos durante cerca de quatro meses.

Retirando-nos do tribunal e antes mesmo de abraçar nossas famílias, fomos levar os nossos agradecimentos ao cidadão pobre, mas honrado, João Batista dos Santos, que, com seu genro Manoel Maurício Lopes de Lima e seu filho alferes Miguel Arcanjo Basta, tanto concorreu para que não fôssemos vitimados no dia em que a polícia do presidente do Estado procurava em nós o ódio dos nossos adversários.

Quisemos por este modo tornar mais significativa a homenagem a que tinha direito o honrado cidadão."

O Desfalque na Delegacia Fiscal

O Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, na Paraíba, verificando, em balanço procedido de 31 de março a 2 de abril de 1916, a existência de alcance na Tesouraria daquela Delegacia, no valor de 23:428$333, decretou a prisão administrativa do fiel de tesoureiro, sr. Aurélio Henriques Filgueiras, que se encontrava respondendo pelo titular do cargo, coronel Manoel Henriques de Sá, que entrara de licença desde 11 de janeiro.

A notícia estourou como uma bomba, um verdadeiro escândalo na sociedade e nos meios político-administrativos.

O dr. Miguel Santa Cruz de Oliveira deu entrada a um pedido de **habeas-corpus** em favor do fiel de tesoureiro e o Juiz Federal Trajano Américo de Caldas Brandão negou a ordem impetrada por aquele renomado advogado pelos seguintes fundamentos:

"Considerando que a prisão administrativa para os fins determinados no Decreto 657 de dezembro de 1849 permanece em vigor no actual regimen (arts. 14 da Lei 221 de 20 de novembro de 1894 e 354 e 356 parte 2ª do Decreto nº 3.084 de 5 de novembro de 1898);

Considerando que são condições de legalidade da prisão administrativa:

a) que tenha sido decretada pelas auctoridades a que se referem os citados artigos da Lei 221 e Decreto 3.084;

b) que haja justa causa para ellas (disposições citadas);

c) que não excede o maximo de trez mezes (idem);

Considerando que o Delegado Fiscal e o Inspetor da Alfandega nos Estados são as auctoridades competentes para decretar a prisão administrativa dos responsáveis pelos dinheiros e valores pertencentes à Fazenda Nacional ou que por qualquer título se acharem sob a guarda da mesma, nos casos de alcance, remissão ou omissão em fazer as entradas nos devidos prasos (disposições citadas e Acc. 3.315 de 11 de abril de 1914, do Supremo Tribunal Federal, Revista do mesmo, pg. 89, vol. 2 nº 2);

Considerando que, nos termos expostos, é justa causa para a prisão administrativa daquelle que tiver a guarda legal de um cofre, o desfalque verificado nos dinheiros e valores a seu cargo;

Considerando que, no caso dos autos, o Delegado Fiscal, verificando, em balanço procedido de 31 de março a 2 de abril, o desfalque de 23:428$333, decretou a prisão administrativa do fiel Aurelio Henriques Filgueiras, que se achava, desde o dia 11 de janeiro último, no exercício pleno de thesoureiro, como substituto legal do thesoureiro effectivo, em goso de licença, uma vez que o mesmo fiel não entrou no prazo determinado com a importância do desfalque referido (informação do Delegado Fiscal e auto de perguntas ao paciente);

Considerando que o fiel de tesoureiro, embora sirva sob a responsabilidade deste (art. 16 do Decreto 5.390, de 10 de dezembro de 1904), desde que assume, como substituto legal do tesoureiro, a direcção das Caixas, recebe e colloca os dinheiros e valores a seu cargo, tem alterado a sua situação jurídica, creando responsabilidade propria e directa, e por isto responde pela guarda daquelles dinheiros e valores;

Considerando que esta é a doutrina juridica decorrente da legislação em vigor e da jurisprudência patria (sentença de 26 de abril de 1900 de Juiz Federal na Secção de Pernambuco - Direito vol. 82, pag. 523, Acc. do Supremo Tribunal Federal de 24 de maio de 1899 - Revista de Jurisprudência vols. 8 e 9 de 1900, pag. 145);

Considerando que, em observância a estes principios de direito, o Supremo Tribunal Federal tem negado **habeas-corpus** impetrado em favor de responsáveis por dinheiro e valores pertencentes à Fazenda Nacional, quando presos administrativamente (Pedro Lessa - Do

Poder Judiciario - pag. 270 e Octavio Belley - Manual de Jurisprudência Federal pag. 289);

Considerando que a prisão decretada está no início de seu praso legal de duração;

Considerando que não tem aplicação á especie aos Accs. do Supremo Tribunal Federal, de 23 de janeiro e 3 de abril de 1897, citados na inicial do impetrante, porquanto o 1º refere-se a um auxiliar do escriptorio do Engenheiro Chefe do Districto Telegraphico em São Paulo, que não tinha qualidade juridica para conservar em sua guarda dinheiros recolhidos aos cofres da sub-contadoria; e o 2º refere-se a um escrivão de collectoria estadoal de Caicó, no Rio Grande do Norte, que por supposta solidariedade com o collector alcançado, foi preso administrativamente, quando foi verificado que elle não deu desfalque, como substituto do collector referido, o que bem ponderado não favorece o impetrante (Jurisprudencia do Supremo Tribunal vol. de 1897, pags. 3 e 22);

Considerando tudo isto e o mais que consta dos autos, e afastando-me do parecer do dr. Procurador da República, nego o pedido de **habeas corpus** para ser o paciente mantido na prisão administrativa decretada pelo Delegado Fiscal.

Custas na forma da lei.

Intime-se o impetrante e dê-se sciencia ao dr. Procurador da Republica.

Parahyba, 12 de abril de 1916.

Trajano A. de Caldas Brandão."

No curso do inquérito administrativo, entretanto, novas circunstâncias e fatos foram se configurando e o dr. Miguel Santa Cruz de Oliveira entrou com um segundo pedido de **habeas corpus** que o juiz Trajano Américo de Caldas Brandão concedeu nestes termos:

"Considerando que a formação da culpa nos crimes de peculato e outros deve ficar concluída no praso de 15 dias (art. 24 do decreto nº 2110 de 30 de setembro de 1909);

Considerando que, conquanto a prisão administrativa possa legalmente durar até meses, todavia, desde que a auctoridade que a decretou, remette á justiça federal o preso com documentos que a fundamentam, a prisão administrativa perde este caracter para ficar subordinada aos princípios comuns do direito e poder ser examinada em face dos preceitos constitucionaes e os do direito judiciário;

Considerando que a prisão para ser legal deve ser effectuada em flagrante delicto, ou em virtude do mandado da auctoridade competente, quer se trate da prisão preventiva, quer da que é decretada em virtude da pronuncia (Const. Federal art. 72 §§ 13 e 14, arts. 2,79 e 80 do decreto nº 084 de 5 de novembro de 1898);

Considerando que nenhuma destas hypotheses ocorreo, isto é, o paciente não foi preso em flagrante delicto, nem por mandado do juiz da culpa preventivamente ou em consequencia da pronuncia;

Considerando que, recebido o inquerito administrativo no dia 17 e transmitido imediatamente ao Dr. Procurador da Republica, não offereceu este a denuncia no praso legal por deficiencia de elementos que a fundamentem, tanto que requereu em juizo novas e complementares diligencias acerca do desfalque e sua autoria, tornando-se, assim, o caso, assas complicado e delicado;

Considerando que a deficiencia de taes elementos não deve, logica e juridicamente, aggravar a situação do paciente preso desde o dia 3 do corrente, quando certo que a lei garante a formação da culpa dentro do prazo de 15 dias;

Considerando que o Dr. Juiz Substituto informou que não decretou a prisão preventiva do paciente, mesmo porque até o momento actual não havia base para essa decretação (offício de fls. 14);

Considerando que a informação do juiz formador da culpa, ao mesmo tempo que justifica

a atitude do Dr. Procurador da Republica, requerendo novas diligencias para completa ellucidação do facto criminoso, dá a nota decisiva da complexidade do caso em foco no Juizo Federal;

Considerando que, se o inquerito procedido na Delegacia Fiscal, que determinou a prisão administrativa do paciente, não offerece base segura para a denuncia, que ligeiros elementos podem fundamentar, tanto que novas diligencias se estão procedendo em juizo, com maioria de razão não pode dito inquerito fornecer base juridica para a prisão preventiva, que exige fundamentos de certa importancia (arts. 79 e 80 do decreto nº 3.084 parte 2);

Considerando que os interesses da Fazenda Nacional estão devidamente acautelados, como afirma o Delegado Fiscal no officio junto por copia;

Considerando que a concessão do habeas corpus não põe termo ao processo, nem obsta a qualquer procedimento judicial que possa ter logar em juizo competente (art. 77 do decreto nº 3.084 parte 2);

Considerando que estando manifestamente excedido o praso da formação da culpa, pelos motivos apontados, não é legal a permanencia do paciente na prisão;

Considerando tudo isto, e tendo em vista o parecer do Dr. Procurador da Republica, que acceito com restrições, e a informação do dr. Juiz Substituto, concedo o **habeas corpus**, para que seja o paciente imediatamente posto em liberdade, sem prejuizo das diligencias iniciadas e ulterior procedimento de direito.

Custas ex-causa.

Recorro desta decisão para o Egregio Supremo Tribunal Federal, a quem subirão imediatamente os autos.

Parahyba, 26 de abril de 1916.

Trajano A. de Caldas Brandão."

A verdade é que o caso da Delegacia Fiscal assumiu proporções ainda mais escandalosas quando se viram envolvidos no inquérito o coronel Manuel Henriques de Sá Filho, thesoureiro que se licenciara, o escriturário Alexandre Botelho Seixas e o escriturário José Lourival Mindelo da Cruz, ex-tesoureiros interinos.

O escândalo ganhou tintas ainda mais escandalosas com o irrompimento de um incêndio na Delegacia Fiscal.

Documentos importantes foram devorados pelo fogo.

Mas o fogo que mais queimava era o fogo da maledicência das ruas, queimando, sem piedade, os nomes envolvidos no escândalo.

O "processo do incêndio" foi parar nas mãos da Justiça Federal, esperando-se, em clima de suspense, o desfecho, pois todos aqueles altos funcionários haviam sido presos.

Eis o desfecho, que transcrevemos da Revista do Foro, editada pelo Tribunal de Justiça do Estado:

"Processo do Incêndio" da Delegacia Fiscal

"Na audiencia de hontem do juizo Federal foi lida, pelas 12 horas, a sentença que o juiz desta secção, ilustre dr. Caldas Brandão, proferiu no processo sobre o incendio da Delegacia Fiscal. Procedeu a leitura o sr. dr. Gouveia Nobrega, juiz substituto, a quem passara o exercicio o dr. Caldas Brandão, que ha dias se acha enfermo.

O edificio do Juizo achava-se repleto de pessoas que anciosas aguardavam o veredictum do egregio magistrado nesse caso de grande sensação.

Foram absolvidos o cel. Manuel Henriques de Sá Filho, Alexandre Botelho Seixas e Aurelio Filgueiras, e postos imediatamente em liberdade, e condennado a 7 annos de prisão simples, custas e multas, Lourival Mindello da Cruz.

Achavam-se presentes todos os advogados dos acusados. Damos abaixo a luminosa peça do integerrimo juiz federal deste Estado:

"Vistos os autos, etc.

Em cumprimento ao venerando accordão de fls. 742 que confirmou o despacho de pronuncia, mandei que os autos fossem com vista ao Dr. Procurador da Republica para a organização do libello accusatorio, que foi offerecido na audiencia de fls. 805, acompanhado de documentos tendo protestado o Dr. Procurador da Republica junto as justificações que se estavam processando.

Recebi o libello e determinei as providencias legaes para que se iniciasse o julgamento na audiencia de 12 de Setembro. Os R. R. tendo recebido copia do libello offereceram as contrariedades escriptas, que se vêm ás fls. 818, 821, 823 e 825, tendo sido instruida com documentos a do R. Cel. Manoel Henriques de Sá Filho e todas foram recebidas, tendo se determinado a citação das testemunhas nellas arroladas.

Na audiencia de 5 de Setembro o Dr. Procurador da Republica requereu que se designasse novo dia para o julgamento dos R.R. uma vez que não havia sido expedida carta precatoria para a notificação da testemunha, Dr. José Francisco de Moura Junior, funccionario do Thesouro Nacional. Requereu ainda que a bem da accusação fossem postos á sua disposição não só os autos do incendio, como outros que indicou.

E tendo vindo os autos á conclusão, decidi pelo despacho de fls. 880, que não era opportuno o momento para expedição de nova providencia, devendo iniciar-se o julgamento na audiencia de 12, para isto designada uma vez que havia sido requisitado o comparecimento da testemunha ao Sr. Ministro da Fazenda, na forma do art. 155, da Consolidação das Leis da Justiça Federal, parte 2ª, ficando, desde logo, á disposição do Dr. Procurador da Republica, os autos a que se referiu em seu requerimento.

Na audiencia de 12 de Setembro á fls. 885, presentes o Dr. Procurador da Republica e os R. R. acompanhados de seus advogados, verificou-se o comparecimento de diversas testemunhas da accusação e da defesa, tendo deixado de comparecer 2 destas e 4 daquella, sendo 1 do summario da culpa.

Immediatamente o Dr. Procurador da Republica, pedindo a palavra fez considerações no sentido de se adiar o julgamento por não constar que houvessem sido notificadas as testemunhas, Dr. José Francisco de Moura Junior, funccionario do Thesouro Nacional, residente no Rio e Dr. Antonio Batista Neiva de Figueiredo residente nesta Cidade, por cujas notificações insistio. Este requerimento foi impugnado pelo advogado de um dos R. R. que procurou mostrar que no caso se devia expedir carta inquisitoria nos termos do final do art. 151 da Consolidação cit. parte 2º, para que fossem ouvidas as testemunhas ao juizo de sua residencia. No mesmo sentido manisfestaram-se os advogados dos outros R. R.

Tomando conhecimento da materia do requerimento e de sua impugnação, decidi que se expedisse carta precatoria para a inquirição da testemunha Dr. José Francisco de Moura Junior, perante o Juizo Federal da 1ª Vara do Rio sobre os artigos do libello que devia ser transcripto na mesma precatoria; que, quanto á testemunha, Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueiredo, fosse notificada nesta Capital, onde o libello a diz residente.

Deixei de attender ao adiamento, porque os principios reguladores do julgamento perante o jury não tem *in-totum* applicação ao julgamento perante o juizo singular, que, se rege por

principios peculiares.

O jury, uma vez organisado, é indissoluvel e incommunicavel; e, alem disto, o principio economico, que se deve observar em todos os processos, impõe o aproveitamento das diligencias já feitas e a não suspensão do julgamento desde logo, podendo-se sem prejuizo da accusação e da defesa iniciar-se o julgamento com a leitura do processo que é longo e a inquirição de testemunhas que é morosa, levando-se o processo até onde for juridicamente possivel.

O Dr. Procurador da Republica protestou contra esta decisão em nome dos interesses da accuzação.

Em seguida o advogado do R. Te. José Lourival Mindello da Cruz, requereu que em face do art. 72 § 16 da Const. Federal se determinasse a separação do julgamento de seo constituinte.

Indeferi esse requerimento, não só em vista do principio economico, informativo do processo, a que alludi ha pouco, com ainda, porque a separação só é permittida nos julgamentos perante o jury, quando as partes não combinam nas recusações (Art. 224 da Consol. parte 2ª).

E sendo a hora adiantada encerrou-se a audiencia, designando-se uma extraordinária para o dia seguinte.

Em data de 13, foi expedida a carta precatória para o Juizo Federal da 1º Vara do Rio.

Aberta a audiência do dia 13 não houve trabalho porque não compareceu o official da Guarda Nacional para acompanhar o R. Cel. Manuel Henriques, tendo, sido marcada outra audiência para o dia 14, em que com a presença das partes, iniciou-se a leitura do processo, que prosseguiu nas audiencias seguintes e, ficou concluida no dia 20, em que foram os R. R. interrogados (fls. 909 e seguintes).

No dia 15 foi notificada a testemunha da accusação, Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueiredo (art. de fls 898).

Na audiencia de 21 iniciou-se a inquirição das testemunhas da accusação, tendo deposto o Inspector da Alfandega. E como a proposito de, documentos juntos pelos R. Cel. Manoel Henriques, não pudesse a testemunha saber sí taes documentos eram de natureza dos que podem permanecer em poder do thesoureiro, por não tel-os visto, requereu o advogado que fossem exhibidos; e, sendo a hora adiantada e avultado o numero de documentos, determinei que se fizesse a exhibição opportunamente, ficando encerrada a audiencia.

Na audiencia seguinte depoz a 2ª testemunha da accusação e em seguida determinei que se notificasse o Inspector da Alfandega para dizer sobre os Docs. a que se referiu o advogado do R. Cel. Manoel Henriques na audiencia do dia 21.

Na audiencia de 24 foram exhibidos e verificados os documentos alludidos (fls. 909).

O advogado do R. José Lourival requereu que se requisitasse do Dr. Chefe de Policia o Livro Caixa Particular ao thesoureiro a que se referiu a testemunha o Contador Francisco Eugenio, o que foi deferido.

Também requereu o Dr. Procurador da Republica, que se ouvissem sobre referencias feitas pela testemunha Francisco Eugenio, o Dr. João Suassuna e o ex-Delegado Fiscal Candido Borges, que foram testemunhas do summário: o que foi deferido quanto á testemunha Dr. João Suassuna, não tendo sido quanto ao ex-Delegado Fiscal, que tendo sido notificado no Amazonas, não compareceu, além do que já depoz diversas vezes e a nova notificação retardaria muito o processo, não se sabendo, si ainda continua naquelle Estado.

Na audiencia do dia 25 requereu o advogado do R. Cel. Manoel Henriques, que se nomeassem peritos, que, examinando os documentos ha muito depositados em Juizo,

reconstituissem a escripta das folhas de pagamento a pensionistas nos exercicios de 1912 e 1913, de modo a se apurar a existencia de algum pagamento illegal.

Requereu ainda que se requisitasse da Delegacia Fiscal o livro de folhas de pagamento referido para melhor facilidade do exame.

O Dr. Procurador da Republica manifestou-se de accordo com o requerimento, contanto que o exame fosse commetido a funccionarios da fazenda e requereu tambem que se requisitassem os destroços dos livros salvos do incendio, dos quaes possa constar a escripta de que se trata.

Estes requerimentos foram deferidos. Em seguida depoz uma testemunha da accusação.

Na audiencia de 26 determinei a notificação da testemunha Dr. João Suassuna para depor no dia 28 e nomeei peritos para o exame e reconstituição da escripta na forma anteriormente requerida.

Depoz também outra testemunha da accusação.

Na audiencia de 28, os peritos, sob compromisso legal, procederam ao exame requerido em face dos livros do exercicio de 1912 e documentos existentes em Juizo.

Pelo Dr. Procurador da Republica foi requerido que se ouvissem as testemunhas referidas, Dr. João de Andrade Espinola e Annibal de Britto, e assim o deferi.

Os peritos apresentaram o resultado do exame determinado.

Afinal depoz a testemunha. Dr. João Suassuna.

Na audiencia do dia 29 requereu o Dr. Procurador da Republica que fosse ouvido o negociante Francisco Navarro, a quem se referio a testemunha Horacio Fortes, Inspector da Alfandega e que esta fosse acareada com Annibal de Britto.

Deferi este requerimento. Depuzeram as testemunhas referidas Annibal de Britto e Dr. João Espinola.

Na audiencia de 3 de Outubro requereu o Dr. Procurador da Republica, que antes de ser inquerida a testemunha que se achava presente fosse ella ouvida sobre si considerava-se garantida para depor sem coacção; e que verificando-se o contrário, se adiasse indefinidamente o julgamento, fazendo o Dr. Procurador da Republica largas considerações a respeito.

Requereu ainda que fossem ouvidos o Cel. Candido Jayme e o Major João Vergara, não como testemunhas, mas como indiciados.

Tomando conhecimento do assumpto, indeferi o primeiro requerimento quanto á coacção da testemunha, porque o julgamento está correndo regularmente, com as garantias proprias de uma cidade civilizada e policiada, e porque as polemicas em jornaes entre particulares não têm os effeitos que se afiguram ao Dr. Procurador da Republica, que não fica inhibido de ouvir a respeito a testemunha quando tiver a palavra reinquiri-la.

E quanto á audiencia do Cel. Candido Jayme e o Major João Vergara, objecto do segundo requerimento, opportunamente será determinada. Em seguida depoz a testemunha Francisco Navarro, que foi acareada com a testemunha Horácio Fortes, tendo do Dr. Procurador da Republica desistido da acareação desta testemunha com Annibal de Britto. E por ter de funccionar, como presidente da Junta de Recursos Eleitoraes e da Junta de Apuração da eleição federal, ocorrida em 4 de Setembro adiei a audiencia para o dia 8 de Outubro. Nas audiencias de 8 e 10 depuseram testemunhas de defesa do R. Cel. Manoel Henriques. Em data de 9 fiz juntar aos autos a precatoria devolvida da Capital Federal, onde foi ouvida perante o juizo da 1ª vara a testemunha da accusação Dr. José Francisco de Moura Junior.

Na audiencia de 11 requereu o advogado do R. Cel. Manoel Henriques a dispensa da

inquirição das outras testemunhas de sua contrariedade; e tendo o Dr. Procurador da Republica impugnado o requerimento, decidi pela dispensa, attenta á amplitude do direito de defesa, assegurada na Constituição Federal. Também o advogado do R. Alexandre Seixas requereu a mesma dispensa com relação as testemunhas de sua contrariedade, o que foi ainda impugnada pelo Dr. Procurador da Republica e da mesma forma decidi pela dispensa. Em audiencia do dia 13 requereu o advogado do R. Aurelio Figueiras que suas testemunhas fossem ouvidas somente sobre o 8 item da contrariedade e, não impugnando o dr. Procurador da Republica, requereu que lhe ficasse assegurado o direito de reinquirir a testemunha. Attendi ao requerimento da defesa de accordo com o requerimento do ministerio publico. Em seguida dispuseram duas testemunhas. Na audiencia de 16 dispuseram duas testemunhas da contrariedade do R. José Lourival Mindello da Cruz. Em seguida, o advogado requereu dispensa das outras testemunhas, que foi impugnado pelo Dr. Procurador da Republica, que também requereu que se ouvisse a testemunha Carlos Lopes Machado, que depoz no summario da culpa.

A estes requerimentos deferi na forma da lei. Na audiencia de 17 foi ouvida a testemunha Carlos Lopes Machado, conforme havia sido requerido anteriormente pelo Dr. Procurador da Republica. Fiz juntar aos autos a precatoria devolvida pelo juiz federal de Pernambuco, onde depoz uma testemunha da accusação. Em 18 foi junta ao processo uma das justificações, a que se referiu ao ministerio publico no final do libello. Na audiencia de 19 o advogado do R. Cel. Manoel Henriques em longas considerações protestou contra a juntada aos autos da justificações processadas a requerimento do Dr. Procurador da Republica, depois de offerecido o libello accusatorio, muito embora tenha o mesmo procurador protestado no final do libello fazer aquella juntada, porque a isto se oppõem os arts. 199 do dec. 3.084 e 7 da lei 515. O Dr. Procurador fez várias considerações em contrario ao protesto daquelle advogado, que foi secundado pelo advogado do R. José Lourival.

O Dr. Procurador requereu, que fossem lidos os requerimentos das testemunhas, para cujas inquirição se expediu precatoria. Tomando conhecimento do protesto mantive o despacho, que havia mandando juntar as justificações, por haverem sido processadas com citação das partes e assistencias dos advogados respectivos, além do que o art. 202 da Consolidação parte segunda implicitamente o autorisa. Determinei a leitura dos depoimentos pedidos. Em seguida o Dr. Procurador da Republica leu o libello e desenvolveu a accusação, que concluiu, pedindo a condenação nos termos do libello.

Na audiencia do dia 20 requereu o advogado do R. Te. José Lourival que se transcrevesse no termo respectivo uma caderneta da Caixa Economica, pertencente a D. Cora de Hollanda, uma vez que do depoimento prestado pela testemunha Castello Branco Nunes e lido hontem ha referencia de ter agido com falsidade e seo constituinte, quando é certo que de tal caderneta não consta retirada de dinheiro por intermédio do mesmo seo constituinte. Requereu ainda que achando-se a caderneta original, junta ao processo administractivo, ora na delegacia fiscal fosse elle, requisitado para ser dita caderneta examinada em confronto com a que exhibia. O Dr. Procurador da Republica requereu, que se nomeasse uma commissão para exame entre as duas cadernetas, das quaes e viciada a que se acha nos autos do processo administrativo, que devera ser requisitado. Tomando conhecimento da materia, deferi o requerimento para ser requisitado o processo e proceder-se ao exame não podendo determinar a juntada aos autos do processo administrativo, por estar correndo seus tramites perantes as repartições administrativas, além do que não é de direito que se junte nesta phase do julgamento um processo preparado sem audiencia dos implicados em irregularidades da Delegacia Fiscal. Em seguida teve a palavra o advogado do R. Alexandre Seixas, que desenvolveu longamente a defesa, concluindo pelo pedido de absolvição. Na audiencia de 22 nomeei 2 funccionarios de fazenda para o exame da caderneta de D. Cora de Hollanda, tendo o advogado do R. José Lourival apresentado alguns quesitos. O advogado do R. Aurelio Filgueiras desenvolveu a defesa do seu

constituinte e terminou pedindo a absolvição e que se juntasse aos autos o Diário Official de 12 de Abril deste anno em que vem publicada uma sentença do juiz Federal, Dr. Raul Martins. Determinei a juntada.

Na audiencia de 23 o advogado do R. Manoel Henriques desenvolveu á defesa de seu constituinte, cuja absolvição pedio, e exhibindo uma caderneta da Caixa Economica, pertencente a D. Anna Jacintha Henriques de Sá, requereo que fosse junta aos autos e se requisitasse sua substituição pela Delegacia Fiscal. Requereu que se juntassem aos autos as certidões que exhibia, o que deferi.

Os peritos incumbidos do exame da caderneta de D. Cora Hollanda, apresentaram o laudo respectivo.

Na audiencia de 24 determinei que fosse remetida à Delegacia Fiscal a fim de ser substituida a caderneta entregue na audiência anterior pelo advogado do R. Cel. Manoel Henriques depois de sobre a mesma ser feito detido exame naquella Repartição.

O Dr. Procurador da Republica requereu que, com a caderneta, fosse remettida ao Delegado Fiscal um quesito que formulara, para ser respondido pelos peritos.

Assim o deferi. Em seguida o advogado do R. Te. José Lourival desenvolveu a defesa de seu constituinte, cuja summa escripta requereu, se juntasse aos autos, o que deferi por não haver preceito prohibitivo.

Na audiencia de 25, tendo recebido o exame procedido na Delegacia fiscal sobre a caderneta de D. Anna Jacintha Henriques de Sá, determinei, que se procedesse pelos tabelliães Raphael Hermenegildo da Silveira e Severino Candido Marinho o necessario exame das assignaturas de D. Anna Jacintha, lançadas em datas differentes, na mesma caderneta, em retiradas de quantias.

O Dr. Procurador da Republica requereu que fosse solicitada informação do advogado do R. Manoel Henriques sobre as condições em que fôra encontrada a caderneta alludida, uma vez quie é a mesma que havia sigo anteriormente requisitada pelo Delegado especial Francisco Castello Branco Nunes.

O advogado do R. Manoel Henriques impugnou a prestação de informações, porque o segredo profissional o inhibe de ser testemunha, alem de que expoz por occasião da defesa o modo como foi encontrada a caderneta pela proprietaria D. Anna Jacintha.

Indeferi o requerimento em vista de constar dos autos o modo como foi achada a caderneta por occasião da defesa expendida e hoje reproduzida na audiencia.

Em seguida o advogado do R. Lourival Mindello desenvolveu a defesa terminando por pedir a absolvição.

Na audiencia de 26 requereu o Dr. Procurador da Republica que se procedesse a exame no livro Caixa Particular do Thesouro da Delegacia, o qual está depositado em juizo, a fim de se verificar se em Janeiro de 1915 se achava em exercicio de Thesoureiro interino o R. José Lourival ou Aurelio Filgueiras, o que era reclamado pelo interesse da justiça.

O advogado do R. Manoel Henriques requereu que para maior authenticidade do exame da assignatura de D. Anna Jacintha Henriques de Sá, na caderneta em questão se admitisse a mesma Senhora a escrever perante o Juizo e peritos o seu nome, podendo tambem ser ella ouvida sobre o reapparecimento da caderneta.

Tambem os advogados de José Lourival e Alexandre Seixas requereram que fossem seus constituintes ouvidos sobre as presumidas irregularidades da mesma caderneta.

Estes requerimentos foram deferidos e requeridas as diligencias respectivas que foram juntas aos autos.

Na audiencia de 27 requereu o Dr. Procurador da Republica que fosse ouvido o escripturario

da Delegacia Fiscal, Oscar Guerra Fontes, sobre referencias feitas pelo accusado José Lourival em seu auto de declarações, tendo sido designada para isto a audiencia de 29.

A respeito manifestou-se o advogado do R. Manuel Henriques, que apoiou o requerimento para melhor esclarecimento dos factos.

Na audiencia de 29 requereu o Dr. Procurador da Republica, que se consultasse o R. Cel. Manuel Henriques e se ouvisse D. Anna Jacintha sobre a rasura notada na caderneta de sua propriedade.

O advogado do mesmo R., ponderando que o accusado só podia responder as perguntas legaes do interrogatorio, como ja fez, declarou, entretanto, que o mesmo poderia prestar informações pedidas; e, nesta accusação, declarou o accusado não ter visto semelhante rasura na caderneta.

Quanto á audiencia da proprietária da caderneta, indeferi o pedido por ter ella prestado informações no dia anterior, o que não impedia que posteriormente se procedesse quanto a vicios verificados.

Em seguida o Dr. Procurador da Republica desenvolveu a sua replica, e continuando com a palavra para a audiencia seguinte.

Na audiencia de 30 prosseguiu o Dr. Procurador na replica e requereu que se juntasse aos autos um documento que exhibia.

Indeferi por se tratar de um processo feito em segredo da justiça e sem audiencia dos accusados.

Sendo a hora adiantada encerrei a audiencia, ficando com a palavra o Dr. Procurador da Republica.

Na audiencia de 31, presidida pelo Dr. Juiz Substituto, no exercicio pleno do cargo de Juiz Federal, requereu o Dr. Procurador da Republica desenvolvendo longas considerações que o julgamento recomeçasse, pois tendo o Juiz Singular de julgar de facto e direito, devia estar habilitado a faze-lo em face do allegado e provado.

O Juiz deixou de attender sobre o fundamento de que a Lei não veda que o julgamento iniciado por um juiz possa ser concluido por outro em exercicio pleno.

Tendo o Dr. Procurador insistido em novas considerações a respeito e declarado que ia consultar a respeito ao Exmo. Ministro Procurador Geral da Republica, o Dr. Juiz Substituto adiou o julgamento por 24 horas.

Na audiencia de 1º de Novembro o Dr. Procurador, por não ter recebido ainda a solução da consulta, insistiu no adiamento do julgamento fazendo diversas considerações, além de se ter de proceder a uma satisfação de protesto maritimo.

O Dr. Juiz Substituto indeferiu o requerimento, sendo pelo Dr. Procurador declarado que protestara contra a decisão em salvaguarda dos interesses da justiça e que ia fazer a replica, começando do Artigo 1º do Libello.

Com o modo de entender do Dr. Procurador manifestaram-se os advogados dos R. R. Tenente José Lourival, Alexandre Seixas e Aurelio Filgueiras e de accordo com a decisão do Dr. Juiz Substituto e advogado do R. Cel. Manuel Henriques.

Na audiencia de 3 de Novembro o Dr. Procurador da Republica deu sciencia ao Dr. Juiz Substituto da solução dada pelo Exmo. Ministro Procurador Geral á consulta que fizera, abstendo-se de requerer qualquer providência a respeito deixando-a ao critério do mesmo Juiz, que declarou acatar a solução, adiando o julgamento para o dia 5 em que procederia de accordo com a veneranda decisão.

Nas audiencias dos dias 5 e 6, por mim presididas, o Dr. Procurador da Republica prosseguiu

na replica e os advogados dos recusados fizeram a treplica, concluindo aquelle pelo pedido de condennação e estes pelo da absolvição.

Em seguida achando-se terminados os trabalhos do julgamento, determinei, ao encerrar a audiencia, que os autos subissem a julgamento.

Antes, porem, de tomar conhecimento do merito da causa devo affirmar que o processo seguiu o curso regular, tendo sido observados os principios de direito aplicáveis a esta especie de julgamento.

Tive sempre em vista no preparo do processo e na decisão dos diversos incidentes occorridos, de que dão noticia os termos de audiencia, assegurar o pleno exercicio da acção do Ministerio Publico e, ao mesmo tempo, a amplitude constitucional da defesa.

O libello comprehendeu os crimes de damno e incendio, verificados no despacho de procuncia e mais ainda o de peculato, que o Dr. Procurador da Republica entendeu existir em face de documentos que juntou e de justificações que protestou juntar.

E, achando-se o libello revestido dos requisitos legaes, o recebi, como fundamento do Juizo Plenario, tendo em vista quanto à addição de um novo crime, que é isto permitttido, quando se trata de crimes connexos ou estreitamente relacionados como ensina Pimenta Bueno nos Apontamentos do Proc. Crim. Brasil. Pags. 111, nº 194.

É verdade não ser esta a doutrina mais liberal; entretanto entendi que tratando-se de facto tão grave, não devia estorvar a acção da justiça pública, deixando de acceitar o libello com a addição de um novo crime, e obstando a que depois de offerecido elle, processasse a justiça justificações para completar-lhe a instrucção.

As diligencias requeridas, que foram deferidas visaram ora o interesse da justiça publica, ora o interesse da defesa.

Recusei, porém, á justiça publica juntar no final da replica documentos processados em segredo de justiça, como um relatorio sobre o incendio da Delegacia Fiscal, apresentado ao Ministerio da Fazenda por um seu Delegado Especial.

As garantias asseguradas á defesa não justificariam semelhante surpreza.

Mesmo depois de encerradas as inquirições das testemunhas da accusação e da defesa, houve, por occasião dos debates, necessidade de se proceder a exames e informações diversas, requeridas a bem da verdade, ora pela justiça publica, ora pela defesa.

Taes foram as occurrencias e incidentes havidos no processo do julgamento.

E assim, examinadas as peças dos autos e ponderadas as considerações desenvolvidas pelas partes no debate oral, passo a tomar conhecimento das provas produzidas com relação a cada um dos accusados.

O incendio da Delegacia Fiscal foi proposital: verificou-o o summario com todas as suas peças de ilustracção, e, de modo algum, illidio o plenario esta verdade.

As diligencias, realizadas até o summario, não conseguiram a reconstituição do facto criminoso em toda a sua integridade, como o affirmei no despacho de pronuncia.

Esta reconstituição tambem não se conseguiu operar na phase longa do plenario, em que o Dr. Procurador da Republica muito se esforçou para colligir provas necessarias ao reforço da accusação.

Visou o incendio destruir vicios e irregularidades de escripta, compromettedores de empregados da Repartição, ou apenas apagar vestigios da subtração de sellos adhesivos na importancia superior a 2.694 contos, verificada no balanço procedido, horas antes do incendio, ou visou a uma e outra coisa?

O exame pericial de fls. 381 affirma a existencia de sellos adhesivos carbonizados, mas, no Recife descobriu-se excesso de sellos adhesivos em casas que eram autorizadas a

vende-los, verificando-se isto, após o incendio da Delegacia desta Capital.

Investigações e diligencias alli se procederam e nada positivo se apurou a respeito.

Fez-se mesmo allusão a terem sido comprados sellos a alguem, vindo da Parahyba (inquerito junto ao libello).

Tambem no plenario, do depoimento da testemunha Francisco Eugenio Gonçalves de Medeiros, Contador da Delegacia Fiscal, depreende-se que os sellos foram subtrahidos.

Entretanto, nada há de positivo e certo a respeito.

Si para a decretação da pronuncia, é indispensavel, que o juiz obtenha pleno conhecimento do crime e indício vehemente de seo autor (arts. 184 e 185 da Consol. das Leis da Justiça Federal, Parte 2ª), é fora de duvida, que tratando-se de plenario, da condemnação, não se pode absolutamente prescindir da certeza quanto ao facto criminoso.

E esta certeza não fornecem os autos quanto ao crime de peculato, articulado no libello pelo Dr. Procurador da Republica.

Neste e em outros pontos permanecem-se no campo das conjecturas e no terreno das presumpções e probabilidades.

Nos autos, continuam patentes os crimes de incendio e damno á Fazenda Nacional, capitulados no libello: a prova é a mais completa possivel.

Quanto á autoria, porem, o plenario nada avançou.

A prova é a circumnstancial feita no summario e sobre seu merecimento e alcance para o effeito da condenação, é indispensavel que a estude segundo os principios de direito e a doutrina de mestres autorizados.

Era de crer que o effeito moral da pronuncia e das prisões realizadas contribuisse para a remoção da timidez provavel de se dizer a verdade, tratando-se de pessoa qualificada; era de esperar: que estimulado o civismo por aquella forma, se chegasse a completar a prova necessaria para a condemnação, com affirmativas claras, positivas, categoricas da responsabilidade dos accusados.

Este effeito, porém não se produziu.

É pois, indispensavel estudar a prova circumstancial para a prolação da sentença definitiva de absolvição ou de condemnação, cujos effeitos têm maior alcance e extensão que os do despacho de pronuncia.

As peças mais importantes destes autos são as vistorias de fls. 76 e 380 e a planta schematica a fls. 392.

Ellas constatam irrefragavelmente os crimes commettidos e, mais do que isto pela força irresistivel da logica, apontam os criminosos funccionarios da Delegacia Fiscal e indicam precisamente o thesoureiro interino. Tenente José Lourival Mindello da Cruz, como centro de toda a acção criminosa.

As portas da Pagadoria e Casa Forte, fechadas horas antes, foram encontradas abertas pois as linguetas das fechaduras se achavam recolhidas ás respectivas caixas: citadas vistorias e inquerito administrativo fls. 305, declaração do mesmo R. a fls. 118 A e 325, depoimento do Contador a fls. 205 e no inquerito judiciario.

A fls. 325 declarou o referido thesoureiro interino que, terminado o balanço, fechou os cofres e a Casa Forte em presença do Delegado Fiscal, Contador e outros funccionarios, levando comsigo todas as chaves.

Ora, aquelle thesoureiro não deu explicação sobre se encontrarem abertas as portas da Casa Forte, quando, dado o alarma do incendio, penetraram na Repartição o Contador e outras pessoas.

Também é uma circunstancia de alto alcance, que, chegando o R. José Lourival ao local do incendio, entregasse ao Delegado Fiscal as chaves do Cofre e não fizesse o mesmo com relação as da Casa Forte, que só pela manhã e depois de ter o R. se ausentado por horas, foram entregues por elle, ao voltar, á policia:

O R. entregou promptamente as chaves dos Cofrres porque tinha certêza, de se acharem fechados, como na vespera os havia deixado.

O mesmo não fez com relação às da Casa Forte, porque atordoava-o a certeza de se achar aberta a Casa Forte, que foi o ponto central da disposição dos rastilhos de fazendas embebidas em Kerozene e gazolina, que deviam propagar o incendio pela Caixa Economica, Archivo e mais pontos da Repartição.

Os indicios sãos testemunhos mudos, mas por vezes de uma eloquencia assaz persuasiva e tem a dupla vantagem de ser incorruptiveis e de estar ao abrigo da suspeita de mentira (Bonnier et Lagrese cit, por Navarro Paiva Trat. da Prova nº 378).

O indicio é tanto mais grave, quanto mais certa parece a lei, a relação necessaria entre o facto primitivo e o facto consequente desconhecido.

Se esta relação se acha plenamente justificada pela experiencia, se não se póde admitir, de modo algum, outra conclusão ou outra interpretação, a consciencia do juiz declara-se satisfeita e o raciocinio forma a convicão. (Mittermayer - Trat. da Prova pag. 362).

A prova circumnstancial ou indiciaria, conforme a natureza das circumnstancias ou indicios, pode gerar a convicção necessaria a certeza juridica para fundamentar a sentença condemnatoria.

E não é a esta prova indiciaria a que se refere o art. 67 do Cod. Penal, que prescreve que nenhuma presumpção, por mais vehemente que seja, dara lugar a imposição de pena.

Qualquer que tenha sido o movel do crime, o R. José Lourival não foi extranho a elle esteve a par de sua delineação, resolução e execução.

E no plenario, não conseguiu abalar os elementos de prova contra elle accumulados desde o summario, e assim a condemnação deve ser imposta, conforme a doutrina dos Accs. 493 de 4 de Novembro de 1911 e 514 de 29 de junho de 1912, Octavio Kelley, M. de Jurisp. Federal nº 397.

Quanto ao réo Aurelio Henrique Filgueiras a quem o libello distribue o duplo papel de auctor intellectual ao lado dos outros co-réos, e de auctor material, passo a examinar as provas dos autos.

O autor ou autores materiaes do incendio e damno ficaram occultos na Repartição, pois não é acceitavel a hypothese de terem penetrado nella ao anoitecer porque, alem da guarda propria da Repartição, havia em frente à Delegacia Fical a guarda da Chefatura e da 1ª Delegacia de Policia e é bem movimentadado o trecho da rua, onde era localizado o predio e tudo isto constitue obstaculo a qualquer escalada ou entrada no edificio pela janella que se encontrou aberta.

Nos autos não ha prova alguma ou indicio sequer de que o R. Aurelio Filgueiras tenha ficado no interior da Repartição.

Depois de ter estado na Cidade, retirou-se para sua residencia em Mandacarú, onde chegou ás 20 horas, mais ou menos, como se vê dos autos de perguntas a fls. 118 A a 138 e isto é confirmado pelas duas testemunhas de defesa que depuzeram no plenario a fls. 1.044 e 1.147.

Nestas condições é claro que o mesmo R. não ficou na Repartição, onde tivesse entrado, quando ahi se procedia ao balanço e menos poderia penetrar depois disto, quando está verificado, que ás 20 horas se recolhia elle á sua residencia, onde em ensaios de lapinha tocava violão até alta noite.

A sua responsabilidade, como autor material, fica desta forma removida.

Tem-na como autor intellectual? É necessário examinar a prova circumstancial para verificar essa responsabilidade sob tal aspecto.

O accusado Aurelio Filgueiras havia sido fiel de Thesoureiro e desse logar foi destituido depois de se ter verificado um desfalque de 20 e tantos contos de réis, quando estava no exercicio pleno de thesoureiro, em substituição ao effectivo, que se achava licenciado.

Com a prisão administrativa e o inquerito aberto na Delegacia Fiscal constatou-se a responsabilidade do fiel.

O desfalque verificado foi recolhido no prazo assignado de 60 dias pelo Thesoureiro effectivo, sob cuja responsabilidade civil servia o fiel na forma de direito e assim a Fazenda Nacional foi ressarcida.

Este precedente é um indício de gravidade contra o accusado, mas por si só não fundamenta a responsabilidade delle no caso do incendio.

Nenhuns outros indicios de importancia decorrem dos autos, que concorram com aquelle, formando uma cadeia racional e logica de modo a ficar constatado o interesse que pudesse ter o accusado no facto criminoso do incendio.

O indicio capital é o desfalque, mas esse tornou-se publico e notorio e foi objecto de um processo administrativo, após o qual a Fazenda foi indenizada.

Por este lado nenhum interesse podia ter o accusado no incendio.

As allegações do libello não ficaram provadas, de modo a gerar a convicção de que o R. Aurelio Filgueiras tivesse cooperado como auctor intellectual do crime.

A assiduidade com que este accusado frequentava a Delegacia Fiscal, depois de demitido do cargo de fiel e a ida de José Lourival á casa de Aurelio Filgueiras na madrugada de 31 de Dezembro são outras circumstâncias que por si sós ou conjunctamente com a circumstancia do desfalque, não deixam a consciencia do juiz ao abrigo de duvidas e hesitações quanto á responsabilidade criminal do R. Aurelio Filgueiras.

Quanto ao R. Alexandre Botelho Seixas não fornecem os autos elementos decisivos para a sua condemnação.

Levanta-se contra elle a retirada da quantia de 900$000 de uma caderneta pertencente a uma irmã do Pe. Mathias Freire, e que elle gasta desproporcionalmente a seus vencimentos.

Mas aquella retirada não foi devida e plenamente apurada e o proprio Pe. Mathias Freire examinando o livro de movimento da Caixa Economica, declarou que a lettra parecia ser de Alexandre Seixas.

Foram feitas correcções na caderneta e precisamente não se chegou á certeza de ter havido fraude ou engano.

Si é verdade que o accusado Alexandre Seixas gasta em desproporção com seus vencimentos de 1º Escripturario, o que nem todas as testemunhas affirmam, havendo algumas de responsabilidade como o Contador da Delegacia Francisco Eugenio Gonçalves de Medeiros e o Dr. Procurador Fiscal João Suassuna, que apenas affirmam que elle traja decentemente, consta dos autos que esse accusado foi interessado em uma Empreza Cinematographica e ultimamente em um café de que auferiu proventos.

Tambem não está provado que elle, como Thesoureiro interino, tenha commetido qualquer desfalque fraudulento.

O que a respeito ocorreu foi mero engano, como verificou o Thesouro Nacional que determinou a indemnisação por deducção mensal nos vencimentos como dizem as testemunhas do summario e do plenario em sua maioria.

Ha ainda o indicio da remoção de um cofre velho da Thesouraria, para o Archivo.

Mas esta remoção occorreu em tempo bem anterior ao incendio no mez de abril, que não se pode attribuir que tal remoção visasse occultar no Cofre alludido combustiveis para o incendio.

É esse um indicio vago e remoto, e que se não concilia com a circumstancia que attribue o incendio á abertura do inquerito administrativo em 29 de Dezembro.

Também dos autos não fica absolutamente provado que este accusado tenha fornecido combuistiveis e pannos de algodão para os rastilhos, como affirma o libello (testemunhas do plenario).

Há, entretanto a affirmativa de testemunhas do summario e do plenario, de que o accusado referido foi sempre um funccionario correcto no desempenho de seus deveres, (depoimento do Contador).

Nestas condições, não encontro nos autos a base necessaria para a condemnação do accusado.

Quanto ao R. cel. Manuel Henriques de Sá Filho passo a examinar as provas resultantes do processo.

No libello estão mensionadas as circumstancias das quaes a justiça publica faz decorrer a responsabilidade deste accusado, que, é preciso notar achava-se fora do exercicio do cargo de Thesoureiro ha quasi um anno.

São muitas as circumstancias apontadas no libello, mas é força notar que ellas não revestem o caracter de gravidade ou antes o caracter de indicios necessarios, ou, ao menos proximos, além de que muitos delles não poderam ser provados.

Não tem o caracter de indício as retiradas de dinheiro da Caixa Economica nas proximidades do incendio, desde que é a posse da caderneta o título de propriedade.

Queimado o dinheiro dos cofres publicos, nem por isto o possuidor da caderneta estaria com o seu diheiro perdido: o seu titulo de propriedade permaneceria a despeito de tudo.

E se se quizesse converter em indicio a retirada de dinheiros, este indicio só poderia ser a favor do R. que assim demonstrava ser extranho ao incendio projectado.

Quanto a permanencia do accusado 2 ou 3 dias na estação balnearia, consta dos autos, que para ahi se dirigira em convalescença de grave molestia que o collocara às bordas do túmulo, e assim, esta circumstancia não tem o valor que lhe empresta o libello.

Ainda se articula contra o R. Cel. Manuel Henriques com o caracter de indicio comprometedor a posse pelo accusado de documentos que, devendo achar-se na Repartição e, por consequencia, entregue às chammas do incendio, foram depois exhibidos pelo R. a titulo de defesa.

Sobre taes documentos manifestaram-se as testemunhas Horacio Fortes, Inspector da Alfandega e Francisco Eugenio, Contador do Thesouro, no plenario, de que consta um exame feito por aquelle (fls. 916, 933 e 949).

O R. exhibiu alguns documentos (fls. 595 a fls. 605) que conservava em seu poder, e o fez mostrar que estranho foi ao arranque da fls. 7 do Caixa de 1914.

Da folha arrancada devia constar uma despesa de 22 contos ou pouco mais e para demonstrar essa despesa exhibiu os referidos documentos.

Ha, entretanto entre elles um de data posterior à da escripturação daquella parte do Caixa, mas é de valor insignificante em relação ao total, pois, representa uma despesa de 312$000.

Ora, não era de certo pela subtracção de tal quantia que o R. praticaria o arranque, que é mais natural attribuir a manobras dos incendiarios para desviar a attenção da justiça como

allegou o accusador em seu interrogatorio no plenario.

Alem daquelles documentos o mesmo R. depositou em Juizo, mais de dez mil, que conservava em seu poder, poristo que não havia, ultimado a sua prestação de contas (fls. 606).

Do que depuzeram o Inspector da Alfandega e o Contador e do exame procedido (cits. fls. 916, 923 e 949) ficou apurado que tais documentos são do Thesoureiro até a respectiva pretação de contas, e depois disto é que passam para o Archivo da Repartição.

As cadernetas da Caixa Economica são titulos particulares que se conservam em poder de seus proprietarios; e assim o facto de não terem sido attingidos pelo incendio, os que pertenciam a pessoas da familia do R. não constitue indicio de criminalidade contra o mesmo.

A quasi totalidade de proprietarios de cadernetas teve as suas salvas do incendio, porque as conservava em seu poder.

Alem disto a substituição das Cadernetas da Caixa Economica effectuou-se em virtude de edital da Delegacia Fiscal que, após o incendio, chamou os proprietarios dellas para essa substituição; e por esta razão foram substituidas as que pertenciam a pessoas da familia do R. como as de muitos outros proprietarios.

Consta dos autos o motivo por que deixou de ser substituida uma caderneta pertencente a uma irmã do accusado Cel. Manuel Henriques, a qual tendo sido encontrada posteriormente, foi exhibida em Juizo na audiencia do julgamento (a fls. 1.272).

De todas as indagações procedidas não ficou, de modo algum, provado que essa caderneta representasse uma fraude.

Emitida em 1889 com o recolhimento da importância de 4 contos de réis, em favor de uma irmã do accusado, tendo-se realizado as operações ordinárias a respeito, não ha motivo para crêr que quem recolheu naquelle anno a importancia de 4 contos, não pudesse recolher, passados tantos annos, em 1915, a quantia de dez contos de réis.

As duvidas levantadas quanto à authenticidade das assignaturas da proprietaria da caderneta, em retiradas da datas differentes, desappareceram com os exames procedidos e as informações e indagações realizadas não autorisam a considerar-se fraudulento aquelle recolhimento de 10 contos de reis (fls. 1.269 a 1.290).

Ainda não ficou provada a allegação do libello de que se não poude verificar se o dinheiro encontrado carbonizado num dos cofres era verdadeiro ou falso.

Os exames procedidos nesta Capital e no Rio de Janeiro, á requisição deste juízo não deixam duvida sobre ser verdadeiro o dinheiro carbonizado (fls. 51,76 e 566).

Seria circumstancia de alta gravidade o facto a que allude o libello, de ter o R. respondido em 1910 a 1911 por crime de peculato, constituido por emprestimos de dinheiros publicos; e em 1916, por outro peculato pelo desfalque de 20 e tantos contos.

Mas essa circumstancia perde tal gravidade, desde que o R. foi despronunciado pelo Juiz Federal de então e a respectiva sentença foi unanimamente confirmada pelo Egregio Supremo Tribnunal em Acc. nº 256 de 13 de Abril de 1912.

Tambem foi o mesmo R. impronunciado no processo instaurado em 1916, e, não se deu recurso da decisão pelo procurador interino da Republica.

Quanto a este facto occorreu a circumstancia de se achar em exercicio de Thesoureiro, não o R. Cel. Manuel Henriques, mas o fiel Aurelio Filgueiras, cuja responsabilidade ficou apurada no inquerito administrtivo, e que, entretanto, não foi denunciado.

Deste desfalque, a que já alludi anteriormente foi resarcida a Fazenda Nacional.

Destaca-se no libello como circumstancia de gravidade a tomada de contas do mesmo R.

na qual foi omittido o movimento da Caixa Economica.

A isto se referem algumas testemunhas do summario; mas no plenario ficou verificado que se não deu tal omissão, como se vê do depoimento do Contador, Francisco Eugenio e sobretudo da certidão do Tribunal de Contas a fls. 736, de que consta que o processo de tomada de contas foi devolvido por motivos outros que não autorizam a allegação de fraude.

Quanto á tomada de contas está nos autos o testemunho do 1º, escripturario João Honorato Pereira Leal, no summario e no plenario, de que se verifica que a prestação de contas comprehendia a gestão de R. como Thesoureiro até 1913, e que os livros e papeis consultados por aquele escripturario encarregado do processo se achavam sem vicios. Accresce ainda que o R. requereu a tomada de contas do periodo de 1 de janeiro a 7 de abril de 1914, ao deixar o exercicio por ter entrado no goso de licença(fls. 1.247).

E essas tomadas de contas requeridas pelo proprio R. são circumstancias favoraveis ao mesmo.

A circumstancia da passagem de dinheiro falso na propria Repartição é de tão alta gravidade, que por si só, seria decisiva de responsabilidade.

Mas, iniciadas a requerimento do Dr. Procurador da Republica em fins de 1914, as diligencias necessarias, nenhuma base para procedimento se conseguio até que, em 1916, a requerimento do Procurador interino da Republica, foram archivadas taes diligencias(fls. 1.245);

Finalmente reputo indicio favoravelmente ao accusado Cel. Henriques de Sá a circumstancia de ter o R. José Lourival, então thesoureiro interino, occultado a guia de recolhimento de Itabayanna na importancia de quasi 6 contos, por ter de passar o exercicio ao Thesoureiro efectico, o R. Manuel Henriques de Sá.

Si houvesse entre elles solidariedade para os crimes de defraudação á Fazenda Nacional, não haveria necessidade de ser occultada a guia e da apropriação do dinheiro que ella representava, para preencher no cofre o vacuo, deixado pelo desfalque que deu o referido thesoureiro interino josé Lourival.

Tal é o peso, o valor das provas com relação a cada um dos R. R.

E assim...

Considerando, que a prova indiciaria é perfeita, quando o facto que se quer provar, resulta necessariamente, como causa de effeito, de um ou varios indicios considerados em seu conjuncto (Astolfo Resende – Rev. Do Direito – Vº 8º Pag. 56);

Considerando que com relação ao R. Tenente José Lourival Mindello da Cruz, á sua responsabilidade criminal está plenamente verificada em face da prova acima apreciada, julgo provado o libello e procedente a accusação para julgal-o incurso nos Arts. 326 § unico e 139 do Cod. Penal, e assim o condemno á pena de 7 annos de prisão simples nos termos do Art. 6 § 3º e 409 do mesmo Cod. á multa de 20% e custas devendo cumprir a pena na Cadeia desta Capital.

Quanto, porém, aos R. R. Aurelio Henriques Filgueiras, Alexandre Botelho Seixas e Cel. Manuel Henriques de Sá Filho;

Considerando, que são fracas as provas quer a testemunhal, quer a circumstancial, que ficou enfraquecida com as provas produzidas e desenvolvidas no plenario;

Considerando que a prova testemunhal é de ouvida vaga e que a circumstancial é constituida por indicios remotos, insufficientes para fundamento de uma sentença condemnatoria;

Considerando, que, comquanto deva haver o maximo rigor, em se tratando de crimes, como o de incendio, esse rigor o desenvolvi até a pronucia para mais discussão e conhecimento no plenario, todavia esse rigor não pode chegar ao ponto de se sacrificarem os principios fundamentaes de direito com relação á defesa e a prova necessaria á condemnação;

Considerando, que no crime de incendio proposital deve se procurar o responsavel naquelles a quem o crime aproveita e dos autos não ficou, de modo claro e, decisivo, verificado que o incendio aproveitasse a esses accusados, e assim, o *cui prodest* só deve ser tido como indicio de alta relevancia e proximo ou necessario, quando o interresse ficar razoavelmente provado;

Considerando tudo isto e mais dos autos, julgo não provado o libello e improcedente a accusação contra estes R. R. e mando que se lhes expeça alvará de soltura se por ai não estiverem presos e custas na forma da lei.

Publicada, intime-se.

Parahyba, 27 de Novembro de 1917.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO."

BIBLIOGRAFIA

1. – BALEEIRO, Aliomar – PODER JUDICIÁRIO, Rev. De Dir. Adm. Da Fundação Getúlio Vargas, nº 107, 1972.

2. – LEITÃO, Deusdedit – MINISTÉRIO PÚBLICO PARAIBANO. Ed. "A UNIÃO", 1995.

3. – FERREIRA, Pinto – CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, Liv. Fr. Bastos, 1964.

4. – SALAZAR, Alcino – PODER JUDICIÁRIO, Ed. Forense, 1975.

5. – MARTINS, Eduardo – A TIPOGRAFIA DO BECO DA MISERICÓRDIA, Ed. "A UNIÃO", 1978.

6. – MARIZ, Celso – APANHADOS HISTÓRICOS DA PARAÍBA, UFPB – Ed. Universitária, 1980.

7. – PINTO, Piragibe – IRINEU PINTO, 1980.

8. – AGUIAR, Wellington – UM RADICAL REPUBLICANO CONTRA AS OLIGARQUIAS, Ed. “A UNIÃO”, 1981.

9. – MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque – A PARAÍBA NA PRIMEIRA REPÚBLICA, Ed. “A UNIÃO”, 1982.

10. – MENEZES, Antônio Bôtto de – MINHA TERRA – MEMÓRIAS E CONFISSÕES, Ed. Epasa, Rio de Janeiro, 1944.

11. – NÓBREGA, Trajano Pires da – A FAMÍLIA NÓBREGA, Instituto Genealógico Brasileiro, São Paulo, 1956.

12. – PESSOA, João – Mensagem do seu Governo 1929/1930, Ed. “A UNIÃO”.

13. – OLIVEIRA, Luiz de – MINHAS CAMPANHAS, Of. Gráf. Do JORNAL DO COMMÉRCIO, Recife, Pernambuco, 1943.

14. – DO GRANDE PRESIDENTE, documentário sobre o Presidente João Pessoa, com notas explicativas de Adhemar Vidal, Ed. “A UNIÃO”, 1931.

15. – ALMEIDA, Elpídio de – A HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE. Ed. Universitária, UFPB, 1979.

16. – COLETÂNEA dos Jornais “A UNIÃO”, A IMPRENSA, A NOTÍCIA, O PARAHYBANO.

17. – COLETÂNEA da REVISTA DO FORO, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

18. – COLETÂNEA da Revista O ALMANAK DA PARAÍBA, existente no Instituto

Histórico e Geográfico da Paraíba.

“JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA
Perspectiva Histórica”

Agassiz de Almeida Filho

João Pessoa (PB), Outubro/1996

JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA:
PERSPECTIVA HISTÓRICA

Monografia produzida com o escopo de delinear a problemática referente ao contexto histórico em relação ao qual se instalou e extinguiu-se a Justiça Federal na Paraíba, sua competência, jurisdição, funcionamento e vultos, personificados estes nos Juízes Federais de outrora, que lhe direcionaram os caminhos para o futuro.

Agassiz de Almeida Filho

João Pessoa, 28 de outubro de 1996.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, cujo exemplo afigura-se como modelo a ser seguido, a ensejar o eterno orgulho de seu filho.

A minha mãe, pelo carinho e confiança sempre e ternamente dedicados.

À Danielle, inspiração e amor que redundam no constante incentivo.

RESUMO

Houve-se que preparar a presente monografia, atentando-se para as vicissitudes estruturais que fizeram ensejar a consubstanciação da realidade política na Paraíba do início da República. Não se teria por verdadeiramente delineada a fisionomia do Poder Judiciário, sem que se fizesse proceder, ainda que de forma incipiente, à análise de questões que lhe excediam os limites lógico-formais de atuação, adentrando-se nas searas da ciência política.

A consecução das resumidas biografias que se intentou apresentar por intermédio desta, não se fez levar a termo de modo a tornar mais conhecidas as vidas dos Juízes Federais da Paraíba, no período compreendido entre 1890 e 1937, uma vez que outras obras já o fizeram com mais talento e profundidade. Trata-se de mera introdução, de relato parco e insuficiente, desconsonante ao escopo daqueles cujo objetivo veja-se definido pela ânsia de identificar-lhe a verdadeira substância, prestando-se mais ao despertar das comunidades acadêmicas para a pesquisa e o resgate da verdade histórica.

No decorrer desta monografia, fez-se almejar a identificação dos motivos que vieram a propiciar a criação do Poder Judiciário da União: as correntes políticas que sobre as filigranas da questão se esmeraram, a determinar a existência da dualidade judiciária até a instalação do Estado Novo, bem como a extinção da competência legiferante dos Estados-membros para deliberar em matéria processual (Constituição Federal de 1934). Dentro de tal perspectiva, fez-se vislumbrar como o Estado da Paraíba, altaneiro e progressivo, posicionou-se frente à questões cuja complexidade atingia toda a nação.

Abstract

This monography analysis the politics'changes that had an influene on the union politics' idea in the Paraíba, because in the past the judicial power didn't have limits of action, yet. This biography presents the judges federal's life of Paraíba, from 1890 to 1937. Is a simple introduction with be examined the cause events that creating the union judicial power, the politics opinions about two justices until the installacion of new state and the finish of state's ability for laws production in the process (Federal Constitution of 1934).

Sumário

Introdução 123
Capítulo I: Justiça Federal (1891/ 1937) 125
Criação 125
Acesso, Composição e Funcionamento 131
Jurisdição e Competência 133
Capítulo II: Juízes - Biografia e Atuação 135
Honório Horácio de Figueiredo 135
Venâncio Augusto de Magalhães Neiva 136
Francisco de Gouveia Nóbrega 137
Trajano Américo de Caldas Brandão 139
Flodoardo Lima da Silveira 141
Antônio Galdino Guedes 142
Conclusão 143
Bibliografia 145

Introdução

Empreender análise concernente à realidade histórica, faz nascer em relação ao ser cognoscente a impostergável necessidade da delimitação da atividade investigatória, pois que, assim, preservado o objeto na sua inteireza e integridade em seu relacionamento com o todo. No que tange à observância da história da Justiça Federal na Paraíba, intenta-se a efetivação de pesquisa coerente com a verdade histórica, posto que, sua compleição no Estado se deve, em parte, à fenomenologia sócio-política de então. Urge, portanto, que se faça efetivar sua análise por entre dois períodos distintos e estanques, a saber: quando de sua criação, em 1890, por intermédio do Decreto n. 848, e da sua extinção, em 1937, por meio do Decreto-Lei n. 06; o segundo período nasce a partir da publicação do ato institucional n. 02, de 27 de outubro de 1965, que restabeleceu a Justiça Federal, e estende-se até os dias correntes. Tal gênese, entretanto, faz-se verificar, tão-somente, em relação à Justiça Federal de Primeira Instância, porquanto, em 1946, por intermédio da promulgação da Constituição Federal (art. 94.), instituído foi o Tribunal Federal de Recursos, permanecendo a prestação jurisdicional de primeiro grau, no que concerne às questões federais, até o restabelecimento da Justiça Monocrática da União, efetivada pelos Juízes Estaduais das capitais dos Estados.

A pesquisa, quando direcionada em relação ao levantamento da vida daqueles que exerceram a Magistratura Federal na Paraíba, desde o advento da Justiça da União, em 1890, até sua extinção, em 1937, peca pelo insuficiente desenvolvimento do tema, visto que, as fontes fidedignas de pesquisa existentes encontram-se disseminadas por entre múltiplos centros documentais e arquivos, alguns dos quais não localizados no Nordeste, a exemplo dos anais do Ministério da Justiça. Ainda assim, com o escopo de concluí-la com o necessário apego à temática, fez-se emergir ao conteúdo desta monografia a inteireza das informações até aqui amealhadas em relação àqueles que compuseram a Justiça da União, mesmo que não diretamente relacionadas estas com o exercício efetivo do cargo de Juiz Federal.

No presente trabalho, por determinação do próprio tema proposto, adentraremo-nos no cerne da problemática tangente à configuração política do período em que institucionalizado o sistema da dualidade judiciária, bem como no que pertine ao estudo biográfico dos membros que compuseram a Justiça Federal de Primeira Instância na Paraíba, no período de 1890, quando foi instituída, até os idos de 1937, momento de sua extinção. Para tanto, valendo-nos da metodologia indutiva, empreenderemos considerações acerca das questões pertinentes a sua criação, competência e funcionamento, almejando o alcance do paralelo existente entre a atuação da Justiça Federal de Primeira Instância na Paraíba e os efeitos sócio-políticos dela decorrentes. Em um segundo instante, procuraremos delimitar a natureza do pensamento dos Juízes Seccionais paraibanos em tal contexto, as escolas que lhes influenciaram o pensamento, bem como as principais decisões e acontecimentos que marcaram o referido período.

CAPÍTULO I: JUSTIÇA FEDERAL (1891/ 1937)

CRIAÇÃO

A Justiça Federal, criada com o advento do Decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, veio a consolidar a nova realidade política vigente no país, cuja forma de governo se houve por transmudada do sistema monárquico para República Federativa, por natureza tendente à descentralização. Ora, as mudanças que então se iniciavam faziam ensejar o fortalecimento do Estado republicano, composto agora por Estados-membros organizados em Federação, autônomos e independentes[1], não mais sujeitos, notadamente sob a ótica jurídica, ao controle do Poder Central absoluto, podendo este intervir em seus negócios, tão-somente, nas hipóteses previstas pela Constituição Federal de 1891 (art. 5.°).

À forma federativa tem sido sempre aplicada a hipótese da dualidade das esferas judiciárias. Foi assim nos Estados Unidos, na Suíça, no México, na Colômbia, na Venezuela e na Argentina, quando se pode observar, ao lado da justiça local, o funcionamento de uma justiça federal, cuja competência se tem delimitado em razão da especialidade e natureza de certas causas, indicadas, quase sempre, pela própria letra constitucional.

Pouco antes da proclamação da República no Brasil, vislumbrava-se a esmagadora maioria dos partidários do federalismo enquanto forma de Estado a se adotar no país, enquanto regime compatível com os elementos geográficos, físicos e humanos da nação. É o que se afere do conteúdo do manifesto de 03 de dezembro de 1870, a possuir como signatários, entre outros, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo.

No que se refere a Constituição Federal de 1891 à dualidade da Justiça, houve esta que sujeitar-se às mais severas críticas de seus opositores, posto que estes apregoavam a existência de uma só Justiça e de um sistema processual uno, conclamando, assim, a pronta extinção da faculdade atribuída aos Estados-membros de legislarem em matéria processual.

A problemática relacionada com a competência legislativa concorrente dos Estados encontra supedâneo nos incomensuráveis transtornos vivenciados pelos operadores do Direito, mormente aqueles exaltados pela classe dos advogados no que se referia à aplicação da solução jurídica adequada a determinado caso concreto, uma vez que estava esta transvestida de dessemelhante roupagem processual, quando observada a realidade legal de cada uma das unidades federadas. Não se aferiam opiniões, salvo o registro da intransigência de alguns grupelhos, cujo conteúdo versasse diretamente contra a existência da Justiça Federal. A divergência instalada entre os que propugnavam pela manutenção de uma Justiça especializada nas questões da União e aqueles que apregoavam sua extinção, residia, basilarmente, na questão relacionada com a supramencionada competência legislativa dos Estados-membros no que tange ao processo. Ora, não se fazia possível conceber, àquele tempo, a convivência lógica entre o regime processual unificado (competência legiferante privativa da União em relação à matéria processual) e a dualidade judiciária (existência da Justiça Federal e da Justiça Local), hipótese em que aplicado o aludido regime a esferas jurisdicionais dessemelhantes. Concebendo-se tal fenômeno de modo hermético, ou seja, no sentido de admitir-se a existência da multiplicidade dos sistemas processuais enquanto compatível, tão-somente, com o confederalismo, em sendo

[1] Quando menciona-se a autonomia e a independência dos Estados-Membros nascidos com o advento da República, não se intenciona afirmar que as antigas Províncias de tais fossem desprovidas, mas que o regime imperial, por sua própria compleição política, sujeitava-as à dependência constante do poder emanado do governo central.

o Brasil uma Federação de Estados, entende-se justificada a reação que se seguiu à promulgação da Carta Magna de 1891, quando se exaltava a unidade legislativa da União em matéria processual e, assim, a conseqüente unificação do Poder Judiciário (Esta corrente veio fortalecer-se já no início do século).

A controvérsia insculpida em torno da temática legislativo-processual erigiu seu ápice na contenda estabelecida entre Pedro Lessa e João Mendes, "adversário, este, daquela competência, que tinha por ilegitimamente exercida pelos Estados, e extremado, aquele, na defesa da prerrogativa dos Estados, que tinha por mais consentânea com o regime federativo e mais conveniente pelas possibilidades maiores de adaptação das normas às peculiaridades variáveis de Estado para Estado "(Castro Nunes).

Dentro do contexto político nacional, sobreleva-se a figura de Nilo Peçanha, estadista que iniciou o fomentar dos debates, infrutíferos é bem verdade, no sentido de consubstanciar a unificação processual por intermédio de acordos firmados entre os Estados, independentemente da interferência da União. Tal entendimento, a despeito de ver-se malogrado, foi preconizado em Congresso Jurídico sediado no Rio de Janeiro, em 1908.

O então Deputado Federal Leví Carneiro, quando no exercício do cargo de Consultor-Geral da República, nos primeiros momentos da Revolução de 30, apresentou sugestão no sentido da unificação da Lei de Processo da Justiça Federal, devendo-se adotar, a partir de então, o Código do Distrito Federal, mais aperfeiçoado e em diapasão com as mudanças vivenciadas na Alemanha e na Itália: "Continua a União com a sua múltipla legislação processual, sendo que a da Justiça Federal se acha infestada das mais ridículas velharias, das mais esdrúxulas e obsoletas formalidades, das mais vergonhosas ciladas à boa-fé dos litigantes, como, para citar um exemplo, a absurda e extravagante exigência da citação da Lei ofendida, nos casos de interposição de agravos e, também, a da solenidade de lançamento de provas em audiência". Tal posicionamento de Leví Carneiro, relator da parte do Projeto Constitucional de 1933 referente ao Poder Judiciário, vem refletir o sentimento generalizado da nação, desde os primeiros anos da República. Almejava-se a unidade processual acima de tudo. Essa a incontestável realidade vivenciada pelo próprio Poder Judiciário, a efetivar a prestação jurisdicional utilizando-se de legislação processual, salvo as exceções de alguns Estados, desconsonante e defasada em relação aos avanços que a moderna ciência jurídica impunha.

No que se relaciona com a questão da unidade judiciária, urge que se aponte a proposta formulada pelo Itamarati, cujo conteúdo foi, a princípio, abraçado pelos Legisladores Constituintes de 33. A proposta advogava a tese do sistema misto, quando seriam as causas de jurisdição federal julgadas em primeira instância por juízes estaduais e, em segundo grau, pelos tribunais federais ou de circuito (este o entendimento adotado pela Constituição Federal de 1946, quando se concretizou a criação do extinto Tribunal Federal de Recursos, órgão da Justiça Federal de segunda instância, com competência para julgar as decisões proferidas pelos Juízes Estaduais das capitais, em matéria federal).

O substitutivo elaborado pelos Deputados Raul Fernandes, Carlos Maximiliano e Leví Carneiro[2] , esposou o entendimento então dominante na Assembléia Constituinte: "Entendeu a Comissão que, antes do mais e irrecusavelmente, lhe cumpria investigar o pensamento dominante na Assembléia acerca da organização da Justiça". Aduziu em seguida: "Três são os sistemas propostos para a organização da Justiça: o da unidade completa, o da unidade mista e o da dualidade. Por este último parece que se inclina o plenário e por isso o adota a Comissão, sem embargo da opinião individual de alguns de seus membros, partidários declarados do primeiro".

---

[2] O Deputado Leví Carneiro, cujo entendimento no que tange à unificação do Direito Processual supramencionou-se, filiou-se, também, favoravelmente à unificação do Judiciário e à criação de uma justiça nacional.

Tal foi o entendimento exaltado no texto da Constituição Federal de 1934, sendo mantida a dualidade da esfera judiciária, reservando-se, entretando, à União a competência para legislar sobre processo.

Como sustentáculo da existência e permanência da Justiça Federal nos moldes institucionais da República, tem-se que, no limiar do surgimento dessa nova forma de governo, em meio às mudanças políticas emergentes, inimaginável a concepção federalista sem a coexistência paralela de dois âmbitos jurisdicionais distintos, correspondentes, diretamente, à partilha do poder entre a União e as antigas Províncias, agora Estados independentes. Explicitando a complexidade do novo quadro doutrinário que se delineava nas searas do país, fosse em meio à ambiência política, fosse no seio da comunidade jurídica, assim pronunciou-se Campos Sales: "Não há governo federal sem Poder Judiciário independente da Justiça dos Estados, para manter os direitos da União, guardar a Constituição e as leis federais".

A jurisdição federal tinha-se por delimitada na Constituição de 1891, partindo-se do princípio geral, nela pressuposto, de assegurar o *imperium* constitucional e outros interesses relacionados com a unidade nacional. Significava a Justiça da União, segundo Rui Barbosa, a própria Justiça "posta de guarda à Constituição".

A Justiça da União, segundo o tratamento que lhe deu a primeira Carta Constitucional da República, funcionava, em primeiro grau, por meio dos Juízes Federais; em segundo grau, através do Supremo Tribunal Federal, Corte de Justiça responsável pela guarda da Constituição e da interpretação uniforme da legislação federal, além de funcionar como instância recursal em relação à Justiça Federal de primeira instância: "O Poder Judiciário da União terá por órgão um Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e tantos juízes e tribunais federais, distribuídos pelo país, quantos o Congresso criar" (art.55). O Congresso Nacional jamais criou os mencionados tribunais federais, reservando-se ao Supremo, portanto, a competência para o julgamento, em grau de recurso, das questões resolvidas pelos Juízes Federais de primeiro grau. Esses tribunais de segundo grau, interpostos entre os Juízes Federais e o Supremo Tribunal Federal, foram viabilizados, entretanto, por intermédio do Decreto Legislativo n. 4.381, de 05 de dezembro de 1921, quando então denominados de Tribunais Regionais ou Tribunais de Circuito. Naquela ocasião, o próprio Supremo, por intermédio de emenda regimental, fulminou embrionariamente a medida, impedindo a instalação dos Tribunais por entendê-la inconstitucional. A Reforma Constitucional de 1926 permitiu a estruturação legislativa dos tribunais federais de segunda instância sob a forma de alçada. Ainda assim, permaneceu obstaculada sua criação e instalação concreta.

Por ocasião das discussões dos efeitos que a Constituição Federal de 1934 viria a surtir, acirrados foram os debates acerca da imediata criação dos Tribunais Federais nela prevista (art. 78.). Especulava-se já, notadamente na esfera da então denominada Corte Suprema, acerca da questão do excesso de demandas processuais a tornar inócua, senão prejudicada, a efetividade da prestação jurisdicional.

Apregoando a imperiosa necessidade da efetivação do disposto na Constituição, assim posicionou-se o Ministro Edmundo Lins, Presidente da Corte Suprema: "O número de processos entrados na Secretaria, como se vê dos mapas annexos, tem augmentado de anno para anno. Esse accréscimo vai, d'ora avante, ser muito, muitíssimo maior. A Suprema Côrte Norte-Americana, por dispositivo expresso do seu Regimento Interno, não póde decidir mais de cinco feitos em cada assentada. Qual, pois, o remédio para a demora excessiva, que equivale à denegação da justiça, como bem diz Voltaire? O único é o de que, para sanar mal idêntico, lançaram mão as Nações que nos precederam na adopção da dualidade de justiça- os Estados Unidos da América do Norte e a Argentina. É a criação dos tribunaes regionaes de que fala o art. 78. da nossa actual Constituição" (Araújo Castro).

O anteprojeto da Constituição Federal de 1934 estabelecia a criação de um Tribunal de Reclamações para julgar, em grau ordinário de recurso: as questões em que tomasse parte a União, ou empresa ou instituição, em cuja administração interviesse, salvo aquelas para cujo julgamento fosse competente a Corte Suprema; os delitos perpetrados contra a Administração Federal ou contra a Fazenda da União. Na primeira hipótese, poderia o recurso ser também interposto em relação às decisões administrativas, nos termos das disposições legais.

Acerca de tal criação, vejamos o entendimento de João Mangabeira: "O substitutivo eliminou o Tribunal de Reclamações, que o ante-projeto criava, para julgamento, em grau de recurso, das questões em que fosse" parte a União, ou empresa, sociedade ou instituição, em cuja administração interviesse, salvo os do n. 2 do artigo 54" (Araújo Castro).

O arcabouço organizacional e a competência do Tribunal de Reclamações previsto no anteprojeto constitucional, em seu art. 48, em essência diferia do modelo afinal consagrado pela Assembléia Constituinte de 1933, uma vez que competente este para julgar, originariamente, as contendas verificadas entre a União e os seu credores, derivados de contratos públicos, ao passo que aquele poderia fazê-lo, tão-somente, em instância recursal.

Efetivada, portanto, a previsão legal de "um tribunal, cuja denominação e organização a lei estabelecerá..." (art. 79, da Constituição Federal de 1934). Ora, não delimitado pela letra constitucional prazo para que o Legislativo viesse a regulamentar tal dispositivo, reservando-se a este, assim, a faculdade de fazê-lo em tempo e modo julgados convenientes, fez-se estender tal omissão até 1937, quando então extinta a Justiça Federal de Primeira Instância.

Impunha-se, destarte, a premente necessidade de se fazer consolidar a unidade nacional, porquanto a monarquia centralizadora, catalisando os recursos e as atividades econômicas em torno de si, fez nascer o descontentamento e o sentimento separatista em algumas províncias, notadamente naquelas em cujo âmbito desenvolviam-se as atividades econômicas necessárias à manutenção do Império. O Estado organizado sob a forma federativa, portanto, tal qual delineado pelo disposto na Carta Magna de 1891, a representar as maiores possibilidades de unidade da nação, deu origem ao fortalecimento da figura do desenvolvimernto econômico nas antigas províncias. Tal expansão, a fomentar a valoração dos elementos regionais, a despeito de representar o crescimento econômico e global da recém-instituída República, fez surgir o receio de que se pudessem exacerbar os valores e ânimos regionalistas, no sentido da eclosão de movimento que viesse a ameaçar a unidade nacional, porquanto alguns Estados experimentavam a autonomia política sob os auspícios de vigoroso e promissor desenvolvimento econômico. Versando sobre tais questões, impõe-se a maestral pena de Pedro Calmon: "As províncias - a maior novidade! - tinham sido elevadas à categoria de Estados. Estados Unidos do Brasil, dissera o decreto número um, de 15 de novembro. A vara de condão da ditadura fizera brotar do bloco nacional a fonte federalista. E Estados no rigor do termo - exageraram os políticos locais, deslumbrados com uma descentralização cômoda. O Ceará teve até ministério, ao qual não faltou ministro... da marinha.. Cada Estado, uma organização... No Maranhão se decretou, antes da União, a separação do Igreja e do Estado. Em dissidência com os históricos, o Visconde de Pelotas, Governador do Rio Grande do Sul, falou de plebiscito para permanecer no cargo. Mais tarde, a Constituição rio-grandense, de Castilhos, autorizou o presidente do Estado a nomear o vice-presidente, seu eventual substituto. A Constituição do Amazonas habilitava o governador a decretar estado de sítio". Continua o ilustre historiador: "Desordem política, na crise de instalação do poder permanente depois de promulgada a Constituição Federal, de 24 de fevereiro de 1891. Desordem moral, no vazio causado pelas demolições sistemáticas, pelo "emplastro adesivo que cobrira o país" - na frase de Carlos de Laet, pelo litígio de convicções... Mas, por toda parte, a despeito dessas perturbações graves, os indícios de uma prosperidade espontânea, de uma riqueza

múltipla, de uma civilização penetrante e expansiva". Nasciam, destarte, problemas políticos nunca antes verificados, cujas soluções se deviam concretizar por intermédio de medidas tendentes a contrapor, à força econômica dos Estados, a autoridade coordenadora e unificadora do Poder nacional.

O Governo Federal, capitaneando o próprio movimento constituinte, direcionou-se no sentido de se promulgar uma constituição que viesse a consubstanciar a unidade nacional em elementos de força, cuja eficiência, em última análise, dependia do assentimento dos Estados. Não fosse assim, ou seja, para que se tivesse por instalado um regime em que as unidades provinciais de outrora experimentassem a autonomia político-econômica, como se haveria de conceber o movimento republicano? Não lograria este nenhum êxito sem a anuência e o apoio das províncias favoráveis à derrocada do Império, bem como da inércia daquelas que não se posicionavam abertamente em relação às iminentes e definitivas reformulações políticas que haveriam de ocorrer.

O Legislador Constituinte de 1891, almejando a consubstanciação da unidade da nação em torno da República, idealizou, nos moldes da sistemática política norte-americana, dois instrumentos que viriam a tornar-se o sustentáculo dessa unificação, um de caráter iminentemente moral; outro, direcionado para a ação material, senão vejamos: o Poder Judiciário Federal e as Forças Armadas Nacionais. Concebidos foram estes conforme o estatuído na Constituição da Filadélfia, pois que, após a libertação das colônias inglesas, houve-se que conceber fórmula capaz de manter a instável unidade advinda do anterior sistema confederativo. A grande problemática relacionada com a adoção do modelo norte-americano àquele instituído com a proclamação da República, fez-se concernente ao fato de que a realidade brasileira, tanto do ponto de vista sócio-político, quanto do ponto de vista econômico, em nada, ou em pouco, assemelhava-se com a realidade norte-americana, fazendo com que, conforme a prática colonial, se tivesse por adotado, sob a vestimenta do liberalismo democrático, a desconformidade e a inadequação institucional.

A aspiração e os anseios que se tinham fomentado, direcionavam-se para o escopo da criação de uma justiça nacional, orientação que congregava as mais diversas e antagônicas facções do pensamento então em vigor. De um lado, postavam-se aqueles filiados à doutrina da centralização, cuja ideologia tendia à hostilização do federalismo e à reestruturação do espírito vigorante no Império, corrente esta, intrinsecamente conservadora, a refutar a dualidade das magistraturas e a multiplicidade processual; de outro, vislumbrava-se a situação pela qual passava a Justiça Estadual, completamente sujeita à influência advinda da política local, além de vivenciar o esmagamento consubstanciado pelos baixos vencimentos, nem sempre pagos pontualmente[3].

Com o decorrer do tempo, diante da dualidade das esferas judiciárias, surgiu a impostergável necessidade de se fazer extensivas aos Magistrados Estaduais as garantias constitucionais que a Carta Magna de 1891 adotava, tão-somente, em relação aos Juízes Federais. O Supremo Tribunal Federal estendeu à Justiça dos Estados as garantias inerentes à função de magistrado, entendimento jurisprudencial consolidado com o advento da tão almejada reformulação constitucional de 1926.

Não obstante as vicissitudes verificadas em relação à Magistratura Estadual, persistiram as correntes cujo discurso apregoava a unificação imediata da Justiça, dando vez ao surgimento de uma única esfera judiciária: a tão almejada justiça nacional. Estas, vale salientar, sempre em maioria, propugnavam também pela unificação da competência para legislar em matéria processual.

---

[3] O exercício da função jurisdicional fazia-se flexionar, portanto, diante das determinações do Poder Executivo, pois que, a elite política, não atendida em seus interesses imediatos pela Justiça Local, fazia atingir os membros da magistratura com perseguições das mais diversas: transferências, esmagamento salarial, enfim, desvirtuando a neutralidade e a independência necessárias à escorreita efetividade da atividade jurisdicional.

Segundo nos afirma Castro Nunes, versando sobre a divergência àquele tempo verificada, "três soluções estariam indicadas: a) ou manter a justiça federal de primeira instância melhor aparelhada e articulada com as justiças locais para as diligências e instrução probatória no interior, dilatada a sua competência em correspondência com o desenvolvimento dos interesses e serviços da União nos Estados, solução que, diga-se de passagem, jamais se alvitrou e não encontraria ambiente; b) ou federalizar toda a Justiça, unificando-a no plano nacional; c) ou, não sendo isso possível, unificá-la no plano estadual, isto é, confiar às justiças locais todas as causas, inclusive as atribuídas à justiça federal de primeira instância".

A Justiça Federal, instrumento indispensável, segundo o entendimento dos idealizadores do modelo constitucional de 1891, à consecução da unidade nacional em torno do arquétipo republicano, embora houvesse desempenhado sua função jurisdicional com eficácia e racionalidade até a queda da Primeira República, conforme se pode aferir dos seus julgados e dos grandes vultos que lhe compuseram os quadros, não efetivou, sob a ótica política, o que de sua atuação se tinha por esperado. A observação empírica demonstrava o quanto não se prestava a Justiça Federal, por conta de seu aparelhamento defasado, à consecução dos objetivos ensejadores de sua criação, conforme a previsão efetivada por José Higino[4] . Limitada a atuação da Justiça Federal às capitais dos Estados, onde tinha sede o juízo de cada seção, não dispunha esta de órgãos idôneos à efetivação da almejada prestação jurisdicional, realidade nunca revertida pelo Legislativo e Executivo, por intermédio das providências que lhe seriam possíveis realizar.

A dualidade do âmbito de atuação do Poder Judiciário, que tão satisfatoriamente atuou na evolução política dos Estados Unidos da América, não fez surtir, no caso brasileiro, resultados que, de qualquer modo, se pudessem comparar, ainda que de longe, àqueles experimentados pelo exemplo norte-americano. Não se pode afirmar, portando, que a atuação da Justiça Federal, no transcorrer dos seus primeiros quarentas anos de existência, tornou-a órgão de unificação nacional, devendo-se mencionar que tal realidade não se verificou pela completa impossibilidade de consubstanciar-se no modelo político e jurídico vigente no Brasil do início do século. Não seria este o papel institucional do Judiciário da União.

De qualquer forma, sob o aspecto político não se poderia prescindir, em virtude da instabilidade a circundar os primeiros anos da República, da criação de uma jurisdição de âmbito federal. Todavia, esta não foi, propriamente, politicamente concebida como elemento de unificação nacional, mas como meio através do qual a União, pela sobrelevada importância que lhe cabe no sistema federativo, viesse a litigar em âmbito jurisdicional especializado nas questões constitucionais, no problema verificado nos conflitos ocorrentes entre esta e os Estados, enfim, que pudesse embrionariamente corresponder às prementes necessidades advindas da proclamação da República. A criação da Justiça Federal deu-se, também, em virtude da fragilidade vivenciada pelo Poder Judiciário Estadual àquele tempo[5] , pelo que se tinha por instalado o verdadeiro desequilíbrio dos Poderes do Estado. A criação de uma Justiça forte, cuja competência direcionar-se-ia para dirimir questões especializadas em matéria federal, serviu à efetivação da doutrina do sistema de freios e contrapesos, cuja harmonia tem-se por indispensável à estruturação idealizada por Montesquieu e ao próprio êxito da democracia preconizada pelos reclames do moderno Estado de Direito.

Por ocasião da promulgação do Decreto 848, em sua exposição de motivos, assim se manifestou o então Ministro da Justiça, Campos Sales: "A necessidade da imediata

[4] José Higino Duarte Pereira, então Ministro da Instrução Pública do Governo do Marechal Floriano Peixoto, foi nomeado para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, em 25 de maio de 1892, função que exerceu até 1897, ano em que lhe foi encomendado o projeto da Consolidação das Leis referentes à Justiça Federal, aprovada pelo Decreto n. 3.084, de 05 de novembro de 1898.

organização da Justiça Federal está no papel de alta preponderância que ela se destina a representar como órgão de um poder no campo social. A magistratura, que se instala no país, graças ao regime republicano, não é um instrumento cego ou mero intérprete da execução dos atos do Poder Legislativo. Antes de aplicar a lei, cabe-lhe o direito de exame, podendo dar-lhe ou recusar-lhe sanção se lhe parecer conforme ou contrária à lei orgânica. De resto, dirimem-se na Justiça Federal não só as contendas que resultam do Direito Civil, como aquelas que mais possam avultar na elevada esfera do Direito Público" (Edgard Costa).

Acesso, Composição e Funcionamento

Em 20 de novembro de 1894, em consonância com o disposto na Lei n. 221, cujas disposições alterou parte dos dispositivos do Decreto 848, foram criados os cargos de Suplentes de Substituto de Juiz Seccional[6] nas diversas seções, nomeados estes por proposta do Juiz Federal titular, para um período de quatro anos[7].

No que tange à nomeação dos Juízes Seccionais, seria esta efetivada mediante proposta do Supremo Tribunal Federal ao Presidente da República, contendo os nomes de três candidatos, classificados em 1.°, 2.° e 3.° lugares pelo Pretório Excelso, em concurso de títulos e documentos. Como critério de aprovação para o concurso de Juiz Federal, o requisito "documentos", segundo entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal, fazia-se concernente à apresentação de obras jurídicas (artigos, livros, monografias,etc.) por meio das quais se pudesse aferir os conhecimentos científicos dos concursandos. Em 06 de novembro de 1909, por ocasião do encaminhamento de lista tríplice ao Supremo, a Comissão encarregada de classificar, por ordem de merecimento, os candidatos ao cargo de Juiz Federal da secção do Rio de Janeiro, registrou o seguinte esclarecimento em seu parecer: "Unicamente três concorrentes ofereceram trabalhos jurídicos. Pôsto que sejam em grande parte compilações de leis, ligeiramente anotadas, em todo caso são elementos para uma classificação".

Do que se afere do teor dos comentários do Ministro Pedro Lessa, é de se concluir pela lisura dos concursos efetivados para o provimento do cargo de Juiz Federal, fato este a revestir-se de grande relevância e caráter inovatório, uma vez que se faziam comuns interferências de toda ordem dos governos estaduais em relação ao provimento dos cargos de Juiz Estadual, tendo-se conduzido, muitas vezes, indivíduos não qualificados para seu exercício.

A Constituição Federal de 1891, portanto, não opunha exigência condicional para a nomeação de Juiz Federal (salvo o disposto na Lei n. 221, de 1894), limitando-se a determinar esta como sendo uma das atribuições da competência privativa do Presidente da República, mediante proposta do Supremo Tribunal Federal.

---

[5] Esta a realidade originada pela falta de garantias constitucionais inerentes ao Juiz Estadual, quando o Constituinte de 1891, diante de questão de tão graves conseqüências políticas, dela omitiu-se.

[6] Com o escopo de fazer evitar enganos freqüentemente operados no que concerne à denominação dos membros da Justiça da União, esclarecemos que o termo "Juiz Federal" tem sido utilizado por tratamento constitucional, enquanto que "Juiz Seccional" é designação empregada pela lei. Qualquer dos empregos terminológicos utilizados caminham por entre as veredas da boa técnica histórico-jurídica.

[7] O Suplente de Substituto de Juiz Seccional possuia, ordinariamente, no desenvolver da prestação jurisdicional, atribuições equiparadas às funções que atualmente exercem os serventuárioas da Justiça Federal, posto que, atuava, tão-somente, na efetivação de atos meramente preparatórios. Sobrelevava-lhe importância na hipótese de vacância do cargo de Juiz Federal, quando investido o Suplente de todas as prerrogativas da função.

Tal proposta, segundo preceituado na Lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, não poderia abranger número que excedesse a três candidatos, indicados para cada uma das vagas acaso existentes. Na hipótese da verificação de mais de uma vaga, a proposta deveria abranger quatro indicações, observando-se essa proporção, à medida que mais vagas se devessem preencher.

Ocorrida a vacância do cargo, o Presidente do Supremo haveria de marcar prazo de trinta dias para que os concursandos, bacharéis em Direito, pudessem dirigir às respectivas secretarias das secções as petições, devidamente instruídas, pelas quais declinavam estes o intuito de participar do processo seletivo. Condição exigível para tanto residia, tão-somente, na obrigatoriedade do exercício da advocacia por período mínimo de quatro anos.

A Carta Constitucional de 1934, no parágrafo único de seu art. 80, entretanto, determinava: "Os juízes federais serão nomeados dentre brasileiros natos de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada, alistados eleitoralmente, e que não tenham menos de trinta nem mais de sessenta anos de idade, dispensado este limite aos que forem magistrados. A nomeação será feita pelo Presidente da República dentre cinco cidadãos, com os requisitos acima exigidos, e indicados, na forma da lei e por escrutínio secreto, pela Corte Suprema". Essa a sistemática utilizada, também, na hipótese de provimento dos cargos dos Juízes que viriam a compor os Tribunais Federais, órgão de segundo grau que, na sistemática constitucional de 1934, poderiam vir a ser criados.

Esse foi o regime adotado para o ingresso na carreira da Magistratura Federal, até o dia 20 de abril de 1937, quando o Supremo realizou o último concurso para o provimento dos cargos de Juiz Seccional, de que participaram novecentos e oitenta e nove candidatos, antes que extinta a Justiça Federal de Primeira Instância pelo Decreto-Lei n. 06, que dispunha em seu art. 1.°: "Ficam extintos os cargos de juízes federais dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, e os dos respectivos escrivães e demais serventuários". Quando de sua extinção, foram declarados em disponibilidade os Juízes Substitutos pelo tempo que restava para completar o prazo para o qual foram nomeados ou conduzidos, com os vencimentos proporcionais aos anos de investidura na função (Decreto-Lei n. 327, de 14 de março de 1938).

Por meio do Decreto n. 3.135, de 26 de novembro de 1898, foram criadas na Paraíba as seguintes circunscrições judiciárias da Justiça Federal: Santa Rita, Espírito Santo, Areia, Serraria, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Mamanguape, Guarabira, Bananeiras, Araruna, Cuité, Itabaiana, Pilar, Ingá, Campina Grande, Natuba, Soledade, São João do Cariri, Cabaceiras, Batalhão, Patos, Santa Luzia do Sabugi, Teixeira, Alagoa do Monteiro, Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Pombal, Piancó, Conceição, Misericórdia, Princesa, Sousa, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas e Cajazeiras. Em 30 de dezembro do mesmo ano, foi nomeado o respectivo pessoal para compor o quadro funcional das recém-criadas circunscrições, os Suplentes de Juiz Substituto e os Ajudantes de Procurador. Através do Decreto n. 3.321, de 24 de junho de 1900 efetivou-se a criação da circunscrição judiciárias de Pedras de Fogo e, em 26 de junho do mesmo ano, nomeados os Suplentes dos Substitutos dos Juízes Seccionais.

O Decreto n. 967, de 02 de janeiro de 1903, regulamentando o funcionamento da Justiça da União no interior dos Estados, determinou que fossem criados, em cada circunscrição estadual, os cargos de Ajudante de Procurador e três Suplentes do Juiz Seccional Substituto, nomeados pelo Poder Executivo entre pessoas idôneas, preferidos os bacharéis e doutores em Direito, e percebendo pelos atos que exercerem parte das custas segundo o Regimento em vigor. O Decreto n. 19.910, de 23 de abril de 1931, dispondo sobre a taxa judiciária referente às custas da Justiça Federal, determinava fossem elas pagas em estampilhas, que seriam inutilizadas pelo respectivo juiz, antes de proferir o despacho inicial do feito, e pelo Secretário do Supremo Tribunal Federal, nos recursos extraordinários

vindos dos Estados, nas homologações de sentenças estrangeiras e nas ações cíveis originárias, por ocasião da apresentação dos respectivos processos.

Os vencimentos anuais percebidos pelos Juízes Federais nos vários Estados, em 1907, a despeito de possuírem idênticas atribuições e competência, configuravam-se de modo dessemelhante, senão vejamos: o Juiz Seccional de São Paulo, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Maranhão e Amazonas, percebia o equivalente a 13:800$000 e o Juiz substituto, 7:200$000; nos demais Estados, incluindo-se a Paraíba, os vencimentos dos Juízes tinha-se por reduzido a 11:000$000, enquanto os Substitutos percebiam 6:400$000. Havia, à época, uma tendência de justificar-se tal disparidade salarial, valendo-se do argumento de que a quantidade superior de questões ajuizadas nos Estados que compumham o primeiro grupo ensejava a percepção de maiores vencimentos. Por outro lado, alegava-se que, em alguns Estados, como o Amazonas, por ainda inóspito seu território, justificar-se-ia compensação àqueles que lá fossem exercer a Judicatura Federal.

Funcionava a Justiça Federal, portanto, através de organização calcada em secções, com sede em cada Estado-membro, e circunscrições, distribuídas através de seu interior. O titular da secção seria um Magistrado vitalício, cujo acesso à carreira haja-se verificado devido à aprovação de seu nome pelo Supremo Tribunal Federal e posterior nomeação pelo Presidente da República. As secções podiam ser compostas de mais de uma Vara Federal, sendo designado para cada uma dessas um determinado Magistrado Federal, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais onde, em 1928, foi criada a 2.ª Vara Federal em suas respectivas secções e o Distrito Federal onde, no mesmo ano, foi criada sua 3.ª Vara Federal.

As circunscrições eram compostas, por sua vez, conforme se já mencionou, por três Suplentes de Substitutos de Juiz Seccional e um Ajudante de Procurador.

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

Relacionam-se as temáticas referentes à jurisdição e à competência da Justiça Federal de Primeira Instância com a literalidade textual das Constituições promulgadas durante o primeiro período de existência desta. Sendo assim, por já existentes obras de grande fôlego a desenvolver magistralmente o assunto, notadamente o esforço hermenêutico depreendido por comentaristas da estirpe de Pontes de Miranda e Rui Barbosa, não nos estenderemos no desenvolvimento desta matéria, pois que, em pouco viríamos a acrescentar à abundante literatura nacional, bem como nos apegaríamos com o tópico, entendemos, momentaneamente de menor importância devido à natureza do presente trabalho.

As considerações aqui empreendidas, no que se relacionam com a questão da jurisdição e competência da Justiça Federal de Primeira Instância, conforme se já fez efetivar até o momento, devem adquirir, em virtude da unidade do objeto analisado, caráter de generalidade. Tal significa que sua fenomenologia deve-se observar nacionalmente, sem que se possa esmiuçar, por inexistentes, considerações especiais ao Estado da Paraíba. A competência da Justiça Federal não faz-se referir em relação a determinado Estado ou Região, mas à própria nação como um todo, una e indivisível.

Jurisdição pode-se conceituar como sendo a "função do Estado, mediante a qual este se substitui aos titulares dos interesses em conflito para, imparcialmente, buscar a pacificação do conflito que os envolve, com justiça" (Ada Pellegrini Grinover). Sendo assim, a jurisdição é reflexo e elemento próprio da soberania estatal, uma vez que, através de sua atuação, almeja-se assegurar o fomento do bem estar e da paz social.

A terminologia empregada pela Carta Constitucional de 1891 (art. 56), no que se refere ao "Poder Judiciário da União", deve-se entender enquanto sistemática judiciária organizacional comum, de jurisdição ordinária. Ademais, deve-se sobrelevar que, ao tempo de sua promulgação, não se haviam ainda institucionalizado órgãos judiciários de jurisdição especializada, tornando-se, portanto, despiciendas tais menções. O Poder Judiciário (Justiça Local e Justiça Federal) tinha-se por organizado, tão-somente, por sobre o âmbito da jurisdição comum. Pode-se, entretanto, entender a figura jurídica do Juiz Seccional, enquanto magistrado especializado em razão de sua competência, dessemelhante*, ratione personae*, daquela exercitada pelo Judiciário Estadual, pois que, jurisdicionalmente, concentravam ambos sua atuação no âmbito da jurisdição civil (incluindo-se aqui matéria eleitoral) e da jurisdição penal.

O preclaro discernimento de Pedro Lessa, a despeito do entendimento corrente nos meios jurídicos, parecia entender a Justiça da União enquanto órgão de jurisdição especial, ainda que "entre os juristas da Argentina, em que há a mesma dualidade judiciária, o entendimento vigorante fosse o de que a Justiça Federal pertence aos quadros da magistratura ordinária" (Frederico Marques). Ora, a despeito do entendimento de tão consagrado jurista, a alteração institucionalizada pela Constituição Federal da Primeira República atingiu a delimitação da distribuição das esferas de competência, determinadas agora, quando se delineando a competência da Justiça Federal, basicamente, em razão das contendas em que estavam presentes interesses próprios da União, o que importa afirmar-se que esta é órgão especializado, mas de jurisdição ordinária. Essa a orientação verificada em relação à jurisdição federal no decorrer de todos os regimes constitucionais delineados na República, exercendo-a a Justiça Federal em todo o território nacional.

Competência, segundo nos informa Enrico Liebman, é a "quantidade de jurisdição cujo exercício é atribuído a cada órgão ou grupo de órgãos" jurisdicionais, ou seja, a delimitação da esfera de atuação do Poder Judiciário.

Interessam-nos aqui, os preceitos constitucionais que vieram, no período de 1890 a 1937, a determinar a competência da Justiça Federal, analisada esta, tão-somente, no que concerne ao primeiro grau de jurisdição. Em vista disso, não adentraremo-nos no âmbito da competência do Supremo Tribunal Federal, a esta mencionando quando forem necessários esclarecimentos acerca da compreensão do objeto analisado.

A Carta Constitucional de 1891 delimitou a competência da Justiça Federal, órgão judiciário consubstanciado no exercício da jurisdição ordinária, conforme supramencionado, nos moldes e nos limites do interesse federal. Nas contendas em que se não incluía propriamente o interesse da União, direcionada a competência judicante para a esfera da Justiça dos Estados. Competentes os Juízes Federais, portanto, sob a égide deste regime constitucional, para julgar as seguintes questões: quando existentes "causas em que alguma das partes fundar a ação, ou a defesa, em disposição da Constituição Federal; todas as causas propostas contra o governo da União ou Fazenda Nacional, fundadas em disposições da Constituição, leis e regulamentos do Poder Executivo, ou em contratos celebrados com o mesmo governo", entre outras preceituadas em seu art. 60.

A competência da Justiça Federal, por ocasião da Reforma Constitucional de 1926, permaneceu nos moldes delimitados pelo regime anterior, sendo-lhe adulterada a substância, tão-somente, em relação às seguintes alíneas do art. 60. da Carta de 1891, cujo *caput* prescrevia: "Compete aos juízes ou tribunais federais processar e julgar: d) os litígios entre um Estado e cidadãos de outro, ou entre cidadãos de Estados diversos, diversificando as leis destes"; h) "as questões de Direito Criminal ou Civil Internacional".Na primeira hipótese, a Reforma substituiu a palavra "cidadãos" por "habitantes" e eliminou as expressões "ou entre cidadãos de Estados diversos, diversificando as leis destes"; na segunda hipótese, suprimiu inteiramente a letra "h", deslocando para a competência da Justiça Local as contendas referentes à matéria de Direito Criminal ou Civil Internacional. A competência

recursal, no que se relaciona com tais decisões, entretanto, permanece no âmbito da Justiça Federal, pois que estas poder-se-íam reformar mediante recurso extraordinário a ser interposto perante o Supremo Tribunal Federal.

A Constituição de 1934 inovou, também, no que concerne à matéria relacionada com a questão das concessões e contratos federais, ou ainda, quando firmados estes contratos ou tratados entre Estados estrangeiros e a União. Nas duas hipóteses mencionadas, a competência da Justiça Federal, na conformidade com a Constituição de 1891, verificava-se quando a ação era proposta por estrangeiro. Na sistemática do regime constitucional de 1934, pouco importava que tal proposta se fizesse efetivar por estrangeiro ou brasileiro. Em qualquer hipótese, a competência federal estava assegurada, desde que a ação fosse fundada em concessão federal ou em contrato firmado com a União, bem como, quando consubstanciada levando-se em conta a celebração de contratos ou tratados do Brasil com Estados estrangeiros.

A matéria referente à competência da Justiça Federal, em virtude de sobrelevada sua importância, veio sempre delimitada em âmbito de deliberação constitucional, porquanto denuncia os interesses diretos da União e do próprio sistema federativo.

CAPÍTULO II: JUÍZES- BIOGRAFIA E ATUAÇÃO

O empreender-se por entre os meandros da atividade essencialmente biográfica, faz surgir ao exegeta o emaranhado fático necessário à compreensão dos eventos em relação aos quais houve o biografado de relacionar-se. A observância de tal matéria serve aos escopos da investigação histórica como fonte indispensável ao restabelecimento da realidade social e política vigente à época investigada, uma vez que os posicionamentos pessoais de cada indivíduo vêm a demonstrar o modo pelo qual pautou-se na ambiência societária, notadamente quando exercitava este função política no organismo do Estado.

A exposição da biografia daqueles que compuseram os quadros da Justiça Federal na Paraíba no período de 1890 a 1937, ainda que, em alguns casos, sucintamente desenvolvida, melhor esclarece a realidade histórica do período, trazendo-nos núcleos informativos que em muito auxiliarão na compreensão integral da presente temática.

HONÓRIO HORÁCIO DE FIGUEIREDO

Sobre Honório Horácio de Figueiredo, parcas e insuficientes foram as informações biográficas amealhadas, como o foram também os informes sobre seu efetivo exercício na Magistratura Federal.

Filho de Francisco Honório de Figueiredo, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1872, havendo sido o primeiro Juiz Federal da Paraíba, nomeado em 26 de novembro de 1890. Foi aposentado, por Decreto de 26 de novembro de 1898.

A biografia dos demais Magistrados que integraram a Justiça Federal na Paraíba, no período analisado, desenvolver-se-á com mais riqueza de detalhes, procedendo-se assim pelo fato de que alguns deles figuraram destacadamente no tumultuado ambiente político Estadual, ensejando, destarte, um emaranhado de registros levados a termo por múltiplos órgãos, oficiais e privados.

VENÂNCIO AUGUSTO DE MAGALHÃES NEIVA

Nasceu na cidade de João Pessoa (antiga Paraíba), em 21 de julho de 1849, vindo a falecer no Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 1939. Fez o curso de Humanidades no Liceu Paraibano, havendo-se diplomado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1873. Recebeu sua primeira nomeação pública, por influência do Barão de Abiahy, para o exercício do cargo de Promotor de Justiça, em Teixeira. Posteriormente, assumiu a função de Juiz de Direito da Comarca de Catolé do Rocha.

Em virtude de articulações políticas em âmbito federal, amigo íntimo que era do General José de Almeida Barreto, cuja participação nos eventos que culminaram com a proclamação da República foi decisiva[1] , Venâncio Neiva sucedeu à Junta Governativa que ocupava a vacância verificada com a deposição de Gama Rosa, do Governo da Província, chegando ao Governo da Paraíba em 06 de dezembro de 1889. Ao tempo em que foi Venâncio Neiva nomeado para o cargo de Delegado do Governo Provisório no Estado, é de ressaltar-se a nomeação de seu afilhado político, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, para o cargo de Secretário Geral do Estado.

Após a promulgação da Carta Magna de 1891, Venâncio Neiva conclamou a Paraíba para a convocação dos nomes que viriam a compor a Assembléia Constituinte Estadual, pelo que, escolhidos que eram pelo próprio Governador, não faltaram em sua composição homens de estirpe e calorosa intelectualidade. A Assembléia, momentos antes da promulgação da Constituição, em 25 de junho de 1891, legitimou o nome de Venâncio Neiva, elegendo-o Presidente do Estado para gestão que compreenderia o período de 1891 a 1894.

Assumindo o Poder, Floriano Peixoto fomentou a deposição daqueles que se haviam aliado a Deodoro da Fonseca, para a consecução do Golpe de 03 de novembro. O então Presidente da Paraíba, a despeito de não se haver envolvido diretamente nos acontecimentos, reservou-se a não estender maiores explicações ao Governo Federal, limitando-se a enviar-lhe um telegrama acusando a ciência das notícias que lhe chegaram acerca dos fatos: “Recebi vosso telegrama. O Estado continua em paz” (Inês Rodrigues).

Intentando a manutenção da hegemonia necessária ao sucesso de sua empreitada, Floriano Peixoto providenciou a deposição de Venâncio Neiva, em 27 de dezembro de 1891, assumindo o poder, temporariamente, o Sr. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, deposto quatro dias depois por uma comissão “popular”, posteriormente reconhecida pelo Governo Federal. Por ocasião do ato de deposição de Venâncio Neiva, Apolônio Nóbrega registra passagem que, por dimensionar a grandeza do caráter e a personalidade do então Presidente da Paraíba, deve-se então mencionar: “Na hora suprema de sua derrocada política, o Governador Venâncio Neiva demonstrou possuir a fibra paraibana de um autêntico antepassado de Vidal de Negreiros. Intimado pelo Comandante Salvaget para deixar o poder e render-se à vontade popular, replicou-lhe: “o movimento não é popular e sim de quatro capangas”. O Comandante Salvaget estava à frente do seu batalhão formado. No momento em que o Dr. Venâncio Neiva descia as escadas do Palácio, na companhia de seu Oficial de Gabinete, Antônio Camilo de Holanda e do grande Castro Pinto, um dos soldados, em atitude ameaçadora, de baioneta escalada, visava agredir o Governador deposto. Este, com a maior frieza, gritou para Salvaget: “Para matar-me basta um, para meter-me medo, o batalhão é pouco”. Emocionado com tal gesto, o Comandante Salvaget ordenou que o batalhão prestasse todas as honras a que tem direito um Chefe de Estado que soube manter uma conduta varonil e austera no momento supremo da adversidade”.

Afastado das lides políticas, nomeado o Bacharel Venâncio Neiva, em 07 de janeiro de

---

[1] O nome do Gal. Almeida Barreto foi, inclusive, nos primeiros dias da República, indicado para a Vice-presidência, ao lado do Marechal Deodoro da Fonseca.

1899, no Governo de Campos Sales, para o cargo de Juiz Federal. Aposentou-se em 1918, quando conduzido então ao Senado Federal por Epitácio Pessoa, desempenhando a função, ardorosamente, até a Revolução de 30.

No exercício da Magistratura Federal, pautou-se Venâncio Neiva por entre os caminhos da extrema legalidade, pelo que se aferia sua filiação à doutrina positivista que se fazia instalar no país, por intermédio das ilações oriundas da Escola do Recife[2] . Notadamente no âmbito da matéria eleitoral[3] , quando reunida a turma de recursos composta pelo Dr. Venâncio Neiva, pelo Dr. Francisco de Gouveia Nóbrega, Juiz Seccional Substituto e pelo Procurador-Geral do Estado, Dr. Trajano Caldas Brandão, pode-se vislumbrar o total comprometimento destes baluartes da judicatura brasileira com a imparcialidade e a lisura dos julgamentos. Tal comportamento, digno de menção, em virtude da influência demasiada exercida pela política no âmbito estatal e judiciário, mormente em relação ao Dr. Venâncio Neiva, profundamente envolvido no primeiro plano da política estadual.

FRANCISCO DE GOUVEIA NÓBREGA

Nasceu em Soledade, em 18 de junho de 1865, iniciando em sua cidade natal a vida estudantil. Transferiu-se, posteriormente, para a cidade de Pilar, onde funcionava o Colégio do Professor Demétrio Toledo. Concluiu o Curso de Humanidades no Liceu Paraibano, havendo-se, depois, tornado Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1892. Casou-se, em 1898, com D. Maria da Cunha Nóbrega. Advogou na Paraíba e em São Paulo, assumindo depois a função de Promotor de Justiça na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais. Retornando à Paraíba, elegeu-se Deputado à Assembléia Legislativa do Estado, na legislatura compreendida entre 1896 e 1899. Ocupou ainda, antes da nomeação que o conduziria à Magistratura Federal, o cargo de Fiscal do Governo Federal perante o Liceu Paraibano.

Alguns episódios políticos deflagaram-se na carreira do Juiz Gouveia Nóbrega, marcando-o severamente durante o período de vinte e nove anos em que exerceu a judicatura. Tal ocorreu, provavelmente, em virtude das contingências políticas vivenciadas nos efervescentes momentos anteriores à Revolução de 30.

Nos dias que antecederam as eleições de 1930, a Coligação Republicana da Paraíba possuía vários correligionários que compunham os quadros da magistratura, fosse em âmbito estadual, fosse em esfera federal. À época, foram encaminhados muitos *habeas corpus*, logo acolhidos pela Justiça Federal, em favor do Barão de Santa Rosa, e das cidades de Areia e Brejo do Cruz, contra os quais desferiu "A União" acirrada campanha.

---

[2] A denominada Escola do Recife direcionava-se, a partir de sua instalação, para a aplicação e o fomento das elucubrações calcadas nos princípios do liberalismo europeu, fossem estes desenvolvidos na Filosofia, nas Ciências Jurídicas e mesmo na Literatura, segundo pode-se depreender das maestrais linhas de Hermes Lima: "Desde cedo, informa Gilberto freire, circunstâncias peculiares ao Nordeste tornaram Pernambuco em foco de cultura européia, ao qual não foram estranhas as próprias teorias revolucionárias do Velho Mundo.
No Recife, o ponto convergente de todo esforço foi a revolução intelectual, em que as cogitações imediatamente políticas passaram para segundo plano. Basta dizer que o homem representativo dêste período alí é Tobias Barreto, que não tinha convicções republicanas, embora se possa dizer que não as tinha tão pouco monárquicas. O que a chamada escola de Recife debateu, foram as grandes correntes do pensamento no século passado. À luz das mesmas, procurou reformar, no Brasil, a filosofia, a crítica, a história, a poesia e o direito, reformar, numa palavra, as concepções, o modo de interpretar o mundo". Deve-se atentar, desta forma, para o fato de que as idéias vigentes na intelectualidade do Recife vieram a influenciar o pensamento e as tendências de várias gerações de juristas, políticos, filósofos, enfim, intelectuais em geral. Entre estes posicionavam-se todos os bacharéis em Direito que vieram a ocupar a função de Juiz Federal na Paraíba (1890 a 1937), lhes sendo inerentes, destarte, a influência liberal que Pernambuco exportava para o Brasil.

[3] Diz-se "notadamente" pelo fato de observar-se à época, em matéria eleitoral, comportamento que veio a denegrir a imagem de inúmeros magistrados, bem como do próprio Poder Judiciário.

É de se observar que o instrumento de *habeas corpus*, àquele tempo, na inexistência do mandado de segurança a resguardar a integridade jurídica de direito líquido e certo, possuía compleição dilargada, senão vejamos: "Dar-se-á habeas corpus sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência, ou coação por ilegalidade ou abuso de poder" (art. 72, § 22, da Constituição Federal de 1891). Ademais, pronunciara-se o Supremo Tribunal Federal no sentido de admitir o recurso ao *habeas corpus* para resguardar direito pessoal ameaçado ou violado.

Sendo assim, levando-se em consideração a interpretação reiterada da jurisprudência pátria, no sentido da largueza das hipóteses em relação às quais poder-se-ia impetrar *habeas corpus,* tinha-se por freqüente sua concessão. Em virtude de tal posicionamento jurídico, foi o Juiz Gouveia Nóbrega deliberadamente acusado de estar envolvido com o coligacionismo, intentando o favorecimento de intervenção federal no Estado.

Por motivos pessoais, consubstanciados em inimizade declarada em relação a um dos candidatos que concorreram ao pleito de 1930, licenciou-se do cargo, uma vez que compunha a Junta Apuradora da eleição federal a se verificar brevemente. Aproveitando convite do Ministro da Justiça, já sob licença, afastou-se do Estado para ir de encontro a este no Rio de Janeiro.

O Juiz Gouveia Nóbrega foi substituído "por um suplente que carecia de compostura e demais virtudes inerentes a um Magistrado", prestando-se este "à mais indecorosa depuração de que há memória na Paraíba" (Trajano Nóbrega). Sobre os detalhes que envolveram tais acontecimentos, esclarecedoras as linhas do Prof. José Otávio de Arruda Melo: "Senhora da burocracia federal, a Coligação Republicana da Paraíba apostará nesta, de tal sorte que, após os pedidos de férias e licenciamento requeridos pelo titular e substituto do Juizado Federal, a facção heraclista apropriar-se-á da Junta Apuradora que, encampada por coligacionistas chefiados pelo Suplente de Juiz Federal Substituto Eugênio Monteiro, sobrinho de Heráclito, pôs-se a trabalhar, sob proteção armada e a portas cerradas, na intenção de adulterar os resultados do pleito, favorecendo os candidatos de sua predileção... A União que segue num crescendo de expectativas, desde "Os Pródomos do esbulho eleitoral" a 29.03.30, até o desabafo do dia oito de abril - "O último ato da comédia - A Junta Apuradora concluiu ontem seus trabalhos, esbulhando os candidatos verdadeiramente eleitos pelo povo- Denuncia-se a farsa".

O Juiz Federal Gouveia Nóbrega, foi envolvido no escândalo pelas forças políticas derrotadas e inconformadas com tão espúria apuração, fato este que não chegou a macular-lhe a imagem, consubstanciada sempre na integridade e na serenidade dos julgamentos, conforme se pode aferir da observância das quase três décadas em que exerceu a Magistratura Federal na Paraíba.

Gouveia Nóbrega faleceu, no Distrito federal, em 20 de março de 1936.

TRAJANO AMÉRICO DE CALDAS BRANDÃO

Nascido em 22 de agosto de 1861, em Canafístula, antigo povoado de Acaú, atual cidade de Caldas Brandão. Filho de Trajano Américo de Caldas Brandão, fazendeiro e negociante de algodão, e D. Ana Salvina de Caldas Cavalcanti. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1883, contando à época com vinte e dois anos de idade. No ano de sua formatura, assume a titularidade da Promotoria de Justiça da Comarca de Alagoa Grande, onde permaneceu até nomeação para o cargo de Juiz, na Comarca de Bananeiras. Voltou aos quadros do Ministério Público em 1889, pelo que passou a exercer a função de Promotor de Justiça em Pilar. Em 02 de junho de 1890, foi nomeado para o Termo de

Cabaceiras, sendo transferido, em 1891, para a Comarca de Areia. O Decreto n. 64, de 04 de dezembro de 1895, tornou-lhe "avulso" (Deusdedit Leitão)[4] . Retornou à magistratura como Juiz de Mamanguape, sendo então transferido para a Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, em 1898.

Durante o período em que permaneceu em "disponibilidade", Caldas Brandão dedicou-se fervorosamente ao exercício da advocacia, desistindo da militância em virtude daquilo que viria a marcar sua vida pessoal e pública: a investidura de sua marcante personalidade na toga da qual se despiu, tão-somente, quando, por motivos de saúde, ficou impossibilitado de exercê-la com a maestria que dignificou seu nome e os dos seus. Quando no exercício da Magistratura Estadual, judicando na Capital, em 26 de agosto de 1899, foi nomeado para o exercício do cargo de Desembargador junto ao Superior Tribunal de Justiça do Estado.

Caldas Brandão foi nomeado, em 26 de junho de 1905, para a função de Procurador-Geral do Estado, cargo que atualmente equivale ao de Procurador-Geral de Justiça e que, à época, era privativo dos membros do Superior Tribunal de Justiça. Em 1908, foi reconduzido ao cargo de Procurador-Geral, pelo Presidente do Estado, Monsenhor Walfredo Leal, permanecendo no exercício até 08 de outubro de 1910.

Jurista arraigado em sua personalidade, catalisou atuação que se pode denominar de fulgurante ou mesmo portentosa, distinguindo-se na sacrossanta função jurisdicional que exercia com tanto apego. Caldas Brandão, segundo se pode depreender da observância de seus julgados que hoje transparecem, não decidiu jamais sem fundamentar-se em doutrina e filosofia por ele calorosamente defendidas até a prolação de sua última sentença.

Julgando em via de *habeas corpus*, muitas vezes denegou a almejada concessão, fazendo-o com fulcro em entendimento que defendeu por toda a vida: "O direito de punir, sejam quais forem os fundamentos que lhe assinalem as diversas escolas filosóficas, é um atributo essencial às sociedades humanas, sem o qual elas não se poderiam conceber. A ordem, como condição da coexistência social dos homens, seria impossível, se os poderes constituídos não tivessem o direito de punir. Este direito supremo prende-se intimamente à natureza das sociedades humanas, lhes é congênito".

Efetivou o lançamento, em 1907, da "Revista do Foro", publicação responsável pelo apanhado doutrinário, jurisprudencial e legal que circundou a Paraíba no início do século. Sem o conteúdo de suas páginas, muito do que hoje se conhece da história do Judiciário no Estado se haveria por submerso no passado. Em março de 1907, por ocasião da publicação do seu primeiro número, escreve o Procurador Geral do Estado prefácio que lhe delineou a substância e a finalidade: "Parece ter vindo algum tanto tarde; mas nunca é tarde para o cumprimento de deveres sociais, para a satisfação de necessidades públicas, para a colaboração no bem geral, o mais elevado objetivo de todos os operários do progresso

---

[4] Em 25 de julho de 1895, o então Presidente da República, Prudente de Morais, promulgou o Decreto n. 2.056, por intermédio do qual foram aposentados todos os juízes e desembargadores que não houvessem sido aproveitados na composição da Justiça Federal, bastando, para tanto, que não contassem, ao tempo de sua publicação, com trinta anos de efetiva judicatura. Esclarecedoras as colocações de Rubem Nogueira sobre a questão: "A medida era muito violenta e atingia a um avultado número de magistrados ainda moços, os quais, de um momento para o outro, se viram despojados das prerrogativas tradicionais da sua carreira e lançados a uma inatividade não-solicitada, além de sofrivelmente remunerada.

Mobilizaram-se as vítimas do antipático decreto, primeiramente no Distrito Federal, de onde logo mais irradiaria o movimento contra aquelas aposentadorias em massa. Devia-se formular um protesto vigoroso e imediato, não de inúteis demagogias (tão freqüentes naquele período vacilante da República), mas de tão maneira eficiente, que pudesse conjurar, sem delongas, a crise desencadeada. Um protesto de juízes, é claro, só havia de traduzir-se em termos judiciais". Tantas foram as ações julgadas procedentes no sentido de declarar a inconstitucionalidade do malsinado ato, que o Presidente Campos Sales, por meio da promulgação do Decreto n. 2.056, de 10 de junho de 1899, revogou o decreto de Prudente de Morais, reiteradamente julgado nulo pelos tribunais.

Quer parecer que Caldas Brandão, por meio do Decreto n. 64, publicado pelo Governo do Estado, em 04 de dezembro de 1895, foi abrangido pelas disposições do já mencionado Decreto Federal.

Como retornou à magistratura, em 31 de março de 1898, portanto antes da "anistia" de Campos Sales, imagina-se que o tenha feito Caldas Brandão através de decisão judicial.

humano que é indefinido... O nosso meio social é modesto; acanhado é o meio literário e não menos o meio jurídico. O Estado não possui bibliotecas e institutos regulares, onde se consultem os mestres em todos os ramos da ciência. Nas condições expostas, não podemos fazer melhor: está cumprido o nosso dever."

Em 1913, por iniciativa sua junto ao Presidente do Estado, o Sr. João Pereira de Castro Pinto, foi criado o Montepio dos Funcionários Públicos Civis da Paraíba (atual Instituto de Previdência do Estado da Paraíba- IPEP). No ano seguinte, procedeu-se sua nomeação para a função de Diretor da Instituição, juntamente com Rodrigues de Carvalho e Thomás Mindelo, devendo-se acentuar sua designação para a incumbência de redigir o Regimento Interno do recém-originado Montepio.

Provedor da Santa Casa de Misericórdia, Caldas Brandão efetivou a construção da nova sede do Hospital Santa Isabel, bem como a reforma geral de sua Igreja. Segundo nos informa Eurivaldo Caldas Tavares, seu descendente direto, "a propósito de tal obra, ele próprio assinala no relatório de 02 de julho de 1915 à Mesa Administrativa da Santa Casa: "Realização por alguns considerada inexequível, por outros, como ato de loucura e ainda por muitos com o sorriso irônico da indiferença e da incredibilidade".

Nomeado, em 12 de novembro de 1915, para o cargo de Juiz Federal na Paraíba, para cujo exercício foi aprovado em primeiro lugar dentre os candidatos que se fizeram apresentar. Tal tem-se por constatado, além do que se pode vislumbrar de seu passado, enquanto integrante das mais variadas funções públicas, em virtude do episódio que cercou a indicação de seu nome ao Presidente da República, pelo Supremo Tribunal, em primeiro lugar, para eventual nomeação. Acirrada foi a perseguição política que se fez então instalar, conforme nos é esclarecido por intermédio de carta enviada por Epitácio Pessoa ao Presidente da República, acerca da nomeação de Caldas Brandão para compor a vacância surgida na Justiça Federal da Paraíba: "Rio, 10 de outubro de 1915. Exmo. Sr. Presidente- O Supremo Tribunal, em sua sessão de ontem, classificou em primeiro lugar, na lista dos candidatos ao Juizado Federal da Paraíba, o Desembargador Caldas Brandão. Fê-lo divergindo da maioria de sua Comissão, por sentir que o esforço quase escandaloso desenvolvido contra o candidato mais capaz por essa maioria, constituída de dois inimigos meus, precisamente os Ministros que mais esforçosamente se têm batido ali pela classificação de candidatos políticos, era apenas uma manifestação de ódio pessoal contra mim.- Queira V. Ex.ª comparar os documentos apresentados pelo Desembargador Caldas Brandão com os dos candidatos preferidos por essa maioria, e veja em sã consciência se não era realmente a negação de toda a justiça a exclusão daquele magistrado... procuro entregar as funções públicas aos mais competentes e capazes; neste propósito fecho o coração à amizade mais íntima e o espírito partidário ao devotado mais abnegado para propor à vaga seccional um Juiz estranho à política militante, de idoneidade reconhecida por amigos e adversários... e ver-me hoje, com o conluio de certos anônimos, obrigado a pleitear essa nomeação como se eu me empenhasse pela escolha de um galopim político, há de convir V. Ex.ª que é motivo para um profundo desalento".

A defesa perpetrada por Epitácio Pessoa encontrou guarida na excrescência que a Comissão responsável pela indicação do nome a ser escolhido pelo Presidente da República estava por cometer, uma vez que, os concorrentes de Caldas Brandão à vaga, depois de selecionados entre tantos, reduziam-se a dois nomes: Salvador Pires, que, a despeito de suas qualidades pessoais e políticas, não possuía a qualificação, tampouco os requisitos legais[5] para o exercício do cargo, haja visto haver contabilizado, reservando-se o tempo em que foi Deputado Federal e Chefe de Polícia, apenas dois anos de efetiva judicatura; o Dr. Amorim Garcia, o qual, salvo os três meses em que figurou como Suplente de Substituto de Juiz federal, cuja função restringia-se ao auxílio efetivado junto ao Juiz Federal, nunca se investiu da toga. Quanto à prática e à antiguidade, Caldas Brandão contava com trinta anos de magistratura, única profissão por ele exercida. Em boa hora, o Supremo Tribunal

Federal refutou a escolha da indigitada Comissão, para indicar o nome do Desembargador paraibano em primeiro lugar.

Deixou de efetivar, por motivos de saúde e ocasião de sua aposentadoria, o exercício da Magistratura federal em 1929, quatro anos antes de seu falecimento, que veio a consubstanciar-se, em 12 de setembro de 1933, nesta Capital.

FLODOARDO LIMA DA SILVEIRA

Nasceu, em 18 de setembro de 1899, na então cidade da Paraíba, capital do Estado. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1923. Exerceu o Tabelionato Público do 3.° Ofício, por nomeação, em 20 de janeiro de 1920, sendo para o cargo de Solicitador dos Feitos da Fazenda Estadual, nomeado em outubro do mesmo ano. Em 1929 nomeado foi Procurador Fiscal dos Feitos da Fazenda Estadual. No governo de João Pessoa, assumiu a função de Secretário da Fazenda, em 10 de maio de 1930. Também em 1930, por intermédio do Interventor Antenor Navarro, vê-se nomeado para o cargo de Secretário do Interior e Segurança Pública. Em 05 de janeiro de 1931, foi nomeado Substituto de Juiz Federal na Paraíba, cargo este exercido até 21 de março do ano subseqüente, quando então nomeado Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado, do qual foi Presidente em 1939. Registrada sua nomeação pela Revista do Foro, que em seu noticiário assim expressa-se: "Acaba de ser nomeado para o cargo de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado, o Dr. Flodoardo da Silveira, nosso distinguido conterrâneo e redator da "Revista do Foro", que vinha exercendo as funções de Juiz Substituto Federal. Espírito equilibrado e culto, caráter retilíneo, e, sobretudo, um apaixonado pelo estudo dos problemas jurídicos, sua indicação para membro da nossa mais alta côrte de justiça causou a mais lisonjeira impressão em todos os círculos do Estado, nomeadamente nos meios forenses". Os advogados paraibanos, capitaneados por Irineu Joffily e Francisco Lianza, fazendo demonstrar o apreço e admiração da classe pelo recém-nomeado Desembargador, cuja lisura e integridade no exercício dos inúmeros cargos públicos que ocupou vieram a honrar a toga de que se fazia investir, promoveram, nos salões do Hotel Globo, merecida homenagem ao Dr. Flodoardo da Silveira.

No parco período em que se investiu da toga federal, consubstanciou Flodoardo da Silveira a postura judicante que iria marcar toda sua atuação enquanto magistrado, conforme se pode aferir de sentença proferida em 06 de abril de 1931, em processo-crime em que denunciados dois réus por conduta tipificada como introdução, na circulação, de estampilhas falsas do selo adesivo. Agiu o Substituto de Juiz Federal de acordo com a estrita legalidade, abstraindo o nascedouro genealógico dos réus para condená-los na sanção do art. 16, do Dec. n. 4.780, de 27 de dezembro de 1923.

Exerceu a Presidência do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba, no período compreendido entre 1939 e 1944. Com o súbito falecimento do Desembargador Archimedes Souto Maior, então Presidente, houve de se proceder à nova eleição para que se completasse o mandato interrompido. O Desembargador Paulo Hipácio da Silva, vice-presidente naquela ocasião, apesar de eleito, não aceitou a nomeação, pelo que efetivada foi nova eleição em que escolhido o nome de Flodoardo da Silveira para o exercício da Presidência.

Reconhecidamente, exalta-se seu nome como aquele que levou a termo a organização do Tribunal em Câmaras especializadas, pelo que se pôde vislumbrar o tão almejado

---

[5] *A Lei n. 221, de 1894, versando sobre a nomeação dos Juízes Federais, estabelecia ordem de preferência àquele que houvesse, ao tempo da publicação do Dec. 848, de 1890, efetivado o exercício de dois anos de magistratura e possuísse maior antiguidade real no cargo (art. 27, § 4°).*

disciplinamento dos julgamentos proferidos pelo Superior Tribunal (cumpria-se o estatuído no Decreto n. 39, de 10 de abril de 1940).

Quando da posse de seu sucessor na Presidência, anota o Prof. Deusdedit Leitão parte de seu discurso que, em tempo, rememoramos: "O seu sucessor, no Relatório de 1945, a ele se referiu com essas palavras: "Ao deixar a Presidência do Tribunal, o Desembargador Flodoardo apresentou o projeto de regimento interno, de cuja elaboração fora incumbido, o qual foi aprovado com ligeiras modificações. Entre as inovações desse regimento figura a proibição da reeleição do Presidente. Trata-se de uma providência de maior alcance, visando o não afastamento da função judicante, por muito tempo, de Juízes de ação destacada no seio da corporação".

Instalada a Faculdade de Direito da Paraíba, foi indicado como Professor (lecionava na cátedra de Direito Civil) e seu primeiro Diretor. Aposentou-se Flodoardo da Silveira em 24 de agosto de 1959, havendo falecido, em sua terra natal, no dia 23 de dezembro de 1968.

ANTÔNIO GALDINO GUEDES

Natural de Cachoeira, localidade pertencente ao Município de Guarabira. Exerceu mandato como Prefeito Municipal daquela cidade, bem como, junto à Assembléia Legislativa do Estado, quando foi Presidente desta Instituição, em sua décima primeira legislatura (1928/1931). Esta foi, talvez, uma das legislaturas que mais conseqüências políticas fizeram ensejar ao Estado da Paraíba, posto que, os Parlamentares que a compunham, por ocasião dos acontecimentos de 30, quando a Assembléia funcionava ainda no Salão Nobre do Teatro Santa Rosa, deflagraram pulsante movimento de resistência política e caráter revolucionário. Houve quem comparasse o Parlamento, capitaneado pelo Presidente Antônio Galdino, com a célebre Convenção Francesa de 1789, pois que passou este a deliberar ininterruptamente, adentrando-se as sessões pela madrugada.

Como Juiz Federal na Paraíba, pautou-se por entre as veredas da legalidade e do descomprometimento político, como bem se pode constatar por intermédio das decisões prolatadas no decorrer de sua carreira enquanto magistrado. Permaneceu por longa data à frente da redação da prestigiosa "Revista do Foro".

Decisão que marcou sua atuação e definiu-lhe a linha de pensamento foi aquela proferida em relação à "Questão da Ilha Tiriri". Tal caso desenvolveu-se a partir de contenda travada entre o Governo do Estado e a Companhia Industrial Cimento Brasileiro, sediada no Rio de Janeiro. A mencionada empresa, em determinado momento, viu-se sem capital suficiente para a consecução de seus objetivos, pelo que solicitou ao então Presidente Álvaro Machado, com a autorização da Assembléia Legislativa, um empréstimo no valor de 600.000$000, em apólices da dívida pública, no valor de 1.000$000 cada uma. As apólices não tiveram curso, mas, ainda assim, o Estado permaneceu como depositário de todos os bens da firma na Paraíba. Valendo-se de fundamentação calcada em vasta doutrina e jurisprudência reiterada, decidindo de encontro aos interesses de grupos que, situados nas altas esferas da República, comandavam empreitadas dessa natureza, a envolver Estados nas mais espúrias negociatas, decidiu pela pronta desconstituição daquela sociedade. Maurício Furtado nos esclarece do que se tratava a demanda: "Muitos gestos humanos e desumanos nos têm impressionado pelo arrojo, bem poucos pela coragem com que ora se vem à face da Justiça, em nome de uma sociedade anônima que não é mais do que um senhor João Domingues que quer a fina força ser uma sociedade anônima, defender supostas relações de Direito, tão lendárias e grotescas, que mais parecem passes de espiritismo profissional".

Atentando para o golpe que se estava para efetivar na Paraíba o Juiz Galdino Guedes decidiu em sentença de trinta laudas, cujo dispositivo, em parte, transcrevemos: "Julgo

nula, por vícios de organização, a "Companhia Industrial Cimento Brasileiro", e, em conseqüência anulo *ab initio* o presente processo". Diante de tão altaneira e corajosa decisão, passou a assumir, pessoalmente, qualquer eventual conseqüência política que, da prática desse ato, pudesse vir a verificar-se.

Esta a compostura do Dr. Antônio Galdino Guedes, calcada na serenidade, na postura e, essencialmente, na veneração da Justiça e da verdade extremada do Direito.

CONCLUSÃO

Almejamos, com o desenvolver da presente monografia, atingir, ainda que de forma superficial, o cerne das questões pertinentes à natureza do movimento político-doutrinário que veio a culminar com o surgimento da Justiça Federal, fenômeno ensejador da efetiva modificação da organização judiciária brasileira. As considerações para tanto declinadas vieram a demonstrar, após seu advento, o extenso plexo de conseqüências políticas a atingir o federalismo e à própria República.

O conteúdo da matéria aqui suscitada, ainda que despretencioso em sua essência, quando analisada a figura da Justiça Federal na Paraíba, enalteceu a atuação dos magistrados que honraram a toga de que se viram investidos, abdicando, quase sempre, das benesses e vantagens político-sociais que poderiam auferir por intermédio do exercício de seus cargos. Dignidade e senso de justiça foram conceitos por demais apregoados em quantas e tantas decisões prolatadas neste Estado, em cujo seio abrigavam-se Juízes Federais que a verdade e a história encarregaram-se de exaltar.

Empreender a observação e análise da Justiça da União, entidade-meio da finalidade apregoada pelos republicanos, a saber, a consubstanciação da almejada unidade nacional, levou-nos a entender a sobrelevada importância atribuída à sua criação, quando a fragilidade das instituições políticas alcançava limites não ainda imaginados, notadamente na Paraíba, Estado em que a efervescência política prestou-se sempre à derrocada da estabilidade. Prestou-se a Justiça Federal como órgão institucional a congregar os elementos necessários à instalação do Poder Judiciário, em conformidade com o sistema apregoado pela doutrina da separação dos poderes, que passaram a ser independentes e harmônicos entre si. Os membros da Justiça da União passaram a gozar de garantias constitucionais para o exercício efetivo da função, pelo que dignificaram a toga e escreveram, finalmente, por entre os meandros da independência política, a tão esperada e necessária história do Poder Judiciário brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- ***AMARAL**, Azevedo.* O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro. Livraria José Olímpio Editora, 1938.*
- ***BEVILÁQUA**, Clóvis.* História da Faculdade de Direito do Recife*. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1927.*
- ***CALMON**, Pedro.* História Social do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1939.*
- ***CASTRO**, Araújo.* A Nova Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro. Livraria Freitas Bastos, 1935.*
- ***CINTRA**, Antônio Carlos de Araújo,* ***GRINOVER**, Ada Pellegrini,* ***DINAMARCO**, Cândido Rangel.* Teoria Geral do Processo*. 8.ª edição. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 1991.*
- ***COSTA**, Edgard.* Efemeridades Judiciárias*. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro,*

1961.
- ***DIAS**, Floriano Aguiar.* Constituições do Brasil*. Editora Liber Jus. 1975.*

- ***LESSA**, Pedro.* Do Poder Judiciário*. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1.° milheiro, 1915.*
- ***LEITÃO**, Deusdedit.* História do Tribunal de Justiça da Paraíba*. 3.ª edição. João Pessoa, 1991.*
- ***LIMA,** Hermes.* Tobias Barreto- A Época e o Homem*. 5.ª Série. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1939.*
- ***MAIA**, Sabiniano.* Crônicas e Comentários*. João Pessoa, 1980.*
- ***MARIZ**, Celso &* ***LEITÃO**, Deusdedit.* Memória da Assembléia Legislativa*. João Pessoa, 1987.*
- ***MARQUES,** José Frederico. Manual de Direito Processual Civil. 2.ª edição. Saraiva. São Paulo, 1974, Vol. I.*
- ***MELO**, José Octávio de Arruda.* A Revolução Estatizada*. 2.ª edição. João Pessoa, 1992.*
- ***NÓBREGA**, Trajano Pires da.* A Família Nóbrega*. São Paulo. Instituto Genealógico Brasileiro, 1956.*
- ***NOGUEIRA,** Rubem.* O Advogado Rui Barbosa*. 4.ª edição. Edições Ciência Jurídica. Belo Horizonte. 1996.*
- ***NUNES**, Castro.* Teoria e Prática do Poder Judiciário*. Rio de Janeiro. Revista Forense, 1943.*
- ***PESSOA**, Epitácio. Obras Completas de Epitácio Pessoa:* Defesas Diversas*. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1965.*
- ***PESSOA**, Epitácio. Obras Completas de Epitácio Pessoa:* Na política da Paraíba*. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1962.*
- ***PESSOA**, Epitácio. Obras Completas de Epitácio Pessoa:* No Ministério da Justiça*. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1959.*
- ***PORDEUS**, Terezinha de Jesus Ramalho.* História da Paraíba na Sala de Aula*. João Pessoa, 1977.*
- ***REVISTA DO FORO**, vol. 04-06; Anais: Biblioteca do Tribunal de Justiça da Paraíba.*
- ***REVISTA DO FORO**, vol. 10-12; Anais: Biblioteca do Tribunal de Justiça da Paraíba.*
- ***REVISTA DO FORO**, vol. 23; Anais: Biblioteca do Tribunal de Justiça da Paraíba*
- ***REVISTA DO FORO**, vol. 24; Anais: Biblioteca do Tribunal de Justiça da Paraíba*
- ***REVISTA DO FORO**, vol. 30-31; Anais: Biblioteca do Tribunal de Justiça da Paraíba.*
- ***RODRIGUES**, Inês Caminha Lopes.* A Gangorra do Poder*. João Pessoa, 1989.*
- ***SILVA**, Hélio.* 1934- A Constituinte*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1969.*
- ***TAVARES**, Eurivaldo Caldas.* Caldas Brandão- Sacerdote da Justiça e Apóstolo da Caridade*. João Pessoa. Jornal O Norte, 29/ 08/ 96.*

A JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

A D E N D O

Seção II

DOCUMENTÁRIO
Doutrina e Jurisprudência
Sentenças, Pareceres, Editas, Artigos e Julgados Eleitorais

FONTE:

REVISTA DO FORO
Editada pelo Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba

DOS JUÍZES FEDERAIS:

Dr. Honório Harácio de Figueiredo
Dr. Vernâncio Augusto de Magalhães Neiva
Dr. Trajano Américo de Caldas Brandão
Dr. Francisco de Gouveia Nóbrega
Dr. Antônio Galdino Guedes
Dr. Flodoardo Lima da Silveira

DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA:

Dr. Antônio Hortêncio Cabral de Vasconcelos
Dr. Synésio Pessôa Guimarães

HONÓRIO HORÁCIO DE FIGUEIREDO

EDITAL

O jornal “ESTADO DA PARAHYBA” de 3 de julho de 1891 publicou este Edital da Justiça Federal:

“O Dr. Honório Horácio de Figueiredo, Juiz Seccional do Estado da Parahyba, etc.

Faz público que no dia 3 de julho próximo, na Alfândega desta Capital, ás 11 horas da manhã, serão vendidos em leilão, sob sua presidência, a quem mais der, os seguintes gêneros que foram encontrados fluctuando no mar, na altura das praias de Tambau e do Bessa, alijados por um navio, com nome, nacionalidade e procedência, ignora-se: 97 caixas com batatas, tendo a marca VV ; 56 ditas com a marca V&F; 61 ditas com a marca MJO; 2 ditas sem número e sem marca, contendo ácidos; 6 ditas com marca HLF e contra marca EM; uma dita com a marca MBL; uma dita com a marca CP; onze botijões com o mesmo gênero e sem marca, e ditas com marca HLF e contra marca EM.

E para que chegue a notícia de todos se fez este edital que será afixado na porta da casa das audiências deste Juízo e publicado na imprensa.

Parahyba, 30 de junho de 1891.

Eu , Francisco de Assis Pereira Tejo, escrivão, o escrevi

HONÓRIO HORÁCIO DE FIGUEIREDO.”

HABEAS CORPUS CONCEDIDO PELO JUIZ HONÓRIO HORÁCIO DE FIGUEIREDO PARA GARANTIR O JORNAL " O PARAHYBANO"

Foi no Governo do Presidente Álvaro Machado. O jornal " O PARAHYBANO" vinha divulgando violentos ataques ao Governo. Elementos do situacionismo chegaram a tentar a quebra de sua máquinas.

O jornal noticiou:

"Frustrado o plano de quebramento da tipografia por terem sido repelidos os seus ineptos e desassados assaltantes, o Sr. Antônio Baltar fica desorientado, porque todos quantos dele tem conhecimento o apontam como autor, testemunhas oculares têm visto o seu irmão Augusto Baltar rondar até alta noite nas imediações das oficinas em que se imprime a nossa folha, e cheio de coragem subscreve o atentado mandando José da Silva Neves Júnior, 2.º suplente de delegado em exercício, intimar-nos que o **O Parahybano** não podia continuar a ser publicado! E José Neves, tão corajoso como o amo que o mandou dar-nos o recado, em lugar de dirigir-se a nós, para o que não tinha nem tem coragem, dirige-se às proprietárias da tipografia e ameaça os nossos empregados, sob pena de prisão, para não comporem mais o nosso jornal!".

Eduardo Martins assim noticia os fatos:

Fato talvez virgem na história do jornalismo brasileiro — acrescenta o mesmo jornal — causará assombro o dizer-se um dia que na Paraíba do Norte, sendo seu governador o sr. major Álvaro Lopes Machado e chefe de polícia o sr. Antônio Ferreira Baltar, foi preciso, para o livre exercício da imprensa, que a esta fosse concedido um **habeas-corpus** preventivo contra as ameaças e violências policiais!

E o digno e ilustre juiz seccional, dr. Honório Horácio de Figueiredo, concedendo esse **habeas-corpus** acaba de elevar-se tão alto que já não podemos nos envergonhar do enxovalhamento que atirava-se aos nossos brios de paraibanos.

E conclúi: eis a luminosa sentença do honrado magistrado:

"MANDANDO DECLARATÓRIO — o doutor Honório Horácio de Figueiredo, juiz seccional do Estado da Paraíba, etc.

Faço saber que nos autos de **habeas-corpus** preventivamente requerido por d. Calecina Rodrigues da Costa e pelo doutor Eugênio Toscano de Brito e Arthur Achilles dos Santos, proferi a seguinte decisão: "Visto etc. etc. Dona Calecina Rodrigues da Costa, consenhora e possuidora da tipografia em que se imprime diariamente **O Parahybano** e os cidadãos doutor Eugênio Toscano de Brito e Arthur Achilles dos Santos, principais redatores desse jornal, fundados nas disposições do decreto número 848 de 11 de outubro de 1890 e da Constituição da República (art. 72 e seus parágrafos) na petição á folhas duas requerem em seu favor uma ordem de habeas-corpus preventiva por se considerarem sofrendo constrangimento ilegal e ameaça de prisão por parte da autoridade policial desta capital e alegam: a) que em seus dois últimos números o **Correio Official** de que juntaram a edição de 29 de outubro próximo findo, contem ameaça bem caracterizada de que o Governo do Estado empregará os meios para suprimir a imprensa da oposição, visto reputá-la um elemento perturbador; b) a tentativa de quebramento da tipografia na madrugada de um do corrente mês por grupo de capangas; c) a intimação feita no dia seguinte pelo suplente do delegado de polícia José da Silva Neves Júnior de ordem do doutor chefe de polícia interino, à impetrante, dona Calecina Rodrigues da Costa para não editar mais em sua tipografia o dito jornal, sob pena de prisão para ela e os operários; d) a invasão e ocupação do prédio em que funciona a tipografia por força policial sob as ordem do referido suplente do delegado José Neves durante algumas horas do dia três, com proibição expressa de entrar qualquer pessoa. Em suas respostas nos autos de perguntas de folhas cinco a

dez, os impetrantes acrescentam, que durante a noite de três estiveram postadas nas imediações do aludido prédio diversas praças de polícia com o fim de impedirem que funcionasse a tipografia. Produziram eles três testemunhas, cujos depoimentos decorrem de folhas onze e quatorze. Conforme vê-se da certidão à folhas dez, verso em ofício dirigido por este juizo no dia 4 do corrente ao chefe de polícia interino, doutor Antônio Ferreira Baltar, foram solicitadas informações que, não tendo sido prestadas até agora, tornam-se dispensáveis em vista das provas existentes nos presentes autos. Com efeito, está provado ter sido intimado pelo suplente de delegado de polícia José da Silva Neves Júnior no dia dois do corrente a impetrante dona Calecina Rodrigues da Costa para cessar a publicação d' **O Parahybano** em sua tipografia, intimação que não tendo como não tem base em lei alguma, golpeia fundamente o parágrafo primeiro: " Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei", suprime a liberdade de imprensa garantida no parágrafo doze, e ultrapassa os limites marcados ao livre goso do direito de propriedade no parágrafo 17 tudo do art. 72 da constituição federal. Também está provado e é de notoriedade pública, e incontestável, por ter sido presenciado por grande parte da população desta cidade que no dia 3 do corrente o dito suplente de delegado, José Neves, de ordem do doutor chefe de polícia interino, mandou invadir e ocupar durante algumas horas por policiais (dezesseis a dezoito) que o acompanhavam, o andar térreo do prédio onde estão situadas as oficinas d' **O Parahybano** proibida terminantemente a entrada a qualquer pessoa; importando esse procedimento da polícia em flagrante violação do parágrafo onze do citado artigo, atenta a falta de concurrencia de qualquer dos casos ali apontados. Estes dois fatos só por si, independentemente dos outros alegados constantes dos autos constituem constrangimento ilegal aos impetrantes em vista da ofensa aos direitos que lhes garante a lei fundamental da União aos parágrafo citados e iminente ameaça aos outros direitos consagrados à liberdade individual pela mesma lei. Assim que, deferindo a petição a folhas duas concedo o **habeas-corpus** impetrado, e mando que fique de nenhum efeito a aludida intimação policial, a fim de que cessem o constrangimento ilegal e ameaças de prisão de que se queixam os impetrantes, passando-se em favor destes o respectivo mandado declaratório, e comunicando-se a sua concessão à chefatura de polícia. Hei por publicado a presente em mão do escrivão, que fará as necessárias intimações. Custas ex-causa. Paraíba, 7 de novembro de 1892. Honório H. de Figueiredo". E mando que se cumpra dita decisão tão exatamente como na mesma se contém. Dado e passado nesta cidade da Paraíba, em 7 de novembro de 1892. Eu Eutychiano Ignacio de Loyola Barreto, escrivão interino, o escrevi.

Honório H. de Figueiredo."
(estava inutilizada uma estampilha de quatrocentos réis).[1]

[1] *Eduardo Martins, "A Tipografia do Beco da Misericórdia", " A união Cia Editora", 1978, pgs. 46 a 49.*

VENÂNCIO NEIVA

Consideram-se em imminente perigo de constrangimento illegal os matriculados na Capitania do Porto, sorteados para o serviço da marinha nacional; podendo-se, portanto, conceder-se-lhes habeas-corpus.

Vistos e examinados estes autos, em que o cidadão brazileiro, acadêmico de direito, Claudio Oscar Soares requer uma ordem de habeas-corpus preventiva em favor dos matriculados na Capitania do Porto deste Estado—João Ferreira da Penha, Romualdo Rodrigues da Silva, Francisco Pereira de Alcântara, Alfredo Ferreira de Lima, João Camilo Vidal, João Francisco de Macena, Pedro Manoel Ramos, José Ferreira Cavalcante, Antônio Herculono de Lima, Joaquim da Costa e Silva Francisco Domingues Pereira, Ascendino dos Santos, Macellino João Baptista, Ildefonso Gonzaga Pinto e Bernardino Ribeiro de Magalhães, por acharem-se ameaçados de imminente perigo de constrangimento illegal em suas liberdades por parte da mesma Capitania, conforme edital publicado n' «A União», por terem sido illegalmente e contra princípios constitucionaes sorteados para o serviço da Armada Nacional:

Considerando que o artigo 87 § 4º. da Constituição Federal dispõe que o Exército e Armada compor-se-ão pelo voluntariado, sem prêmio, e, na falta d'este, pelo sorteio previamente organizado;

Considerando que pela disposição citada o sorteio só poderá ter lugar em falta do voluntariado sem prêmio;

Considerando que não foram empregados os meios, como convites pela imprensa e outros, para verificar-se a falta de pessoal voluntário;

Considerando que, verificada a falta, deveria ser preenchida por sorteio previamente organizado;

Considerando que não satisfaz esta exigência a simples matrícula na Capitania, a que não precede sequer a verificação das profissões dos candidatos, o mais summário processo de isenções e recursos, de modo que os inscriptos, para fins muito diversos, são agora surprehendidos com tão grande ônus;

Considerando que o sorteio para o Exército e Armada é regido pela Lei n. 2556 de 26 de setembro de 1874, que estabelece o alistamento geral, com isenções e recursos garantidores dos direitos individuais e que inobservadas foram suas disposições;

Considerando que a expressão *in fine* do § 4º. do art. 87 da Constituição: «Concorrem para o pessoal da Armada a Escola Naval, as de Aprendizes Marinheiros e a Marinha Mercante» — não quer dizer que só deste pessoal sairá o da Armada e sim que também prestará o seu contingente ou concurso, pois que sendo todos iguais perante a lei, segundo prescreve o artigo 72 § 2º da Constituição, não se compreende, que apenas uma pequena parte dos brazileiros esteja sujeita a esse onerosíssimo tributo, que assim tornar-se-ia por demais odioso;

Considerando que a Lei n. 478 de 9 de dezembro de 1897, na parte em que auctorizou o Governo a expedir regulamento para execução do § 4º do artigo 87 da Constituição, alem de ser contraria ao disposto no artigo 34 §§ 18 e 34 da mesma Constituição, não deu poderes para decretação de penas, nem para serem os sorteados considerados militares e como tais sujeitos á legislação militar;

Considerando que o Decreto n. 4901 de 22 de Julho de 1903, alem da inconstitucionalidade de sua origem, pois que foi auctorizado por lei inconstitucional, contém exhorbitâncias da auctorisação concedida:

Por tudo isto, julgando os impetrantes ameaçados de imminente perigo de constrangimento illegal, nos termos do art. 72 § 22 da Constituição e do artigo 353 da parte segunda da Consolidação das Leis da Justiça Federal, lhes concedo a ordem de *habeas-corpus* impetrada, dando-se-lhes salvo conducto.

Não tendo comparecido, nem provado impedimento ou justa causa d'ausencia—Joaquim da Costa e Silva, Ascendino dos Santos e Ildefonso Gonzaga Pinto, declaro prejudicado o pedido com relação a elles.

Publique-se e communique-se por offício á Capitania do Porto.

Dê-se vista ao Dr. Procurador da Republica.

Parahyba do Norte, 27 de Janeiro de 1904.

VENÂCIO NEIVA

ACÇÃO ORDINÁRIA CIVEL

O official do exército posto em disponibilidade para exercer as funcções de conselheiro municipal, tem direito á percepção do soldo, etapa, terço da gratificação do exercício de sua patente e ao quantitativo para aluguel de criado.

«Vistos estes auto, etc.

O segundo tenente de infantaria do exercito, Manoel da Gama Cabral intentou contra a Fazenda Nacional a presente acção ordinária para annullação da circular do ministro da guerra de 1º de dezembro de 1903, publicada no « Diário Oficial »» de 13 do mesmo mez e anno, afim de serem pagos, ao auctor os vencimentos de conformidade com a Lei n. 26 de 30 de Dezembro de 1891, com referência ás instrucções approvadas pelo Dec. n. 946 de 1 de Novembro de 1890, no período de 22 de fevereiro a 31 de dezembro de 1905, em que, posto em disponibilidade para exercer as funcções de conselheiro Municipal desta capital, só lhe foi pago soldo, em virtude da citada circular.

O dr. Procurador da República contestou a acção, seguindo a causa seus termos regulares, arrazoando afinal as partes.

O que tudo examinado:

Considerando que pela Constituição da República os militares podem ser eleitos conselheiros municipaes, restando apenas a incompatibilidade das funcções, para a qual existe na lei a situação da disponibilidade;

Considerando que aos militares disponíveis a lei n. 26 de 30 de Dezembro de 1891, no Art. 7 § 1º n. 3, com referência ás instrucções de 1 de Novembro de 1890, manda abonar alem do soldo e etapa, o terço da gratificação que competir á sua patente, quando em exercício;

Considerando que a mesma lei, no n. 5 dos mesmos arts. e parágraphos, manda abonar o quantitativo para o aluguel de criado, a «todo o official do quadro effectivo que não se achar ao serviço de Ministérios extranhos ao da Guerra ou de Governos estudoaes;

Considerando que o autor, sendo official do quadro effectivo, não acha-se ao serviço de Ministérios ou de governo algum, pois, como conselheiro municipal, está exercendo um mandato político, aliás gratuito, manifestação soberana do voto popular, e que, portanto,

não pode attingil-o a restricção de que trata o citado n. 5;

Considerando que competindo privativamente ao Congresso Nacional, pelo art. 34 n.25 da Constituição Federal, estipular vencimentos dos cargos públicos federais, ao Ministério da Guerra falta competência para estipulal-o aos militares, qualquer que seja a situação destes;

Considerando que as patentes são garantidas em toda a sua plenitude pelo art. 74 da citada Constituição, e que esta garantia seria illusória sem a segurança dos vencimentos, deixando estes ao arbítrio do Ministério;

Considerando tudo isto e o mais que dos autos consta: Julgo procedente a acção para annullar a circular do ministro da guerra de 1 de Dezembro de 1903 na parte aplicada ao autor e condenar a Fazenda Nacional à pagar a este, os vencimentos que deixou de pagar-lhe de 23 de fevereiro à 31 de dezembro de 1905, constantes de etapa, terço da gratificação de exercício de sua patente e o quantitativo para o aluguel de criado.

Custas pela Ré.

Publique-se e façam-se as intimações legaes.

Parahyba do Norte, 8 de Janeiro de 1907.

VENÂNCIO NEIVA

RECURSO ELEITORAL
N. 4 VINDO DO MUNICIPIO DO TEIXEIRA

No regimen adaptado pela República, de separação da Egreja do Estado, não tem effeitos civis as justificações eclesiasticas. A prova de edade para ser-se alistado eleitor deve ser por certidão competente ou por documento comprobatório da maioria civil.

Vistos, examinados, relatados e discutidos estes autos de recurso eleitoral do município do Teixeira, em que é recorrente Manoel Dantas Correia de Góes Junior e recorrido João Ferreira da Silva, etc.

Considerando que no regime adoptado pela República, de separação da Egreja do Estado, não tem effeitos civis as justificações eclesiasticas;

Considerando que as certidões eclesiasticas só podem ser acceitas como elemento de prova civil quando extrahidas de assentamentos feitos ao tempo em que havia religião do Estado;

Considerando que, na falta de taes certidões, a prova deve ser produzida de accodo com as leis civis;

Considerando, finalmente, que o recorrido foi incluido no alistamento, sem ter satisfeito, por meio de certidão competente ou de documento comprobatório da maioridade civil, a exigência do art. 18, § 1º. da Lei n. 1269 de 15 de Novembro de 1904, a Junta dicide dar provimento ao recurso para ser o recorrido excluido do alistamento do município do Teixeira no qual foi indevidamento incluido.

Façam-se as communicções e publicações legaes.

Parahyba do Norte, na sala das sessões da Junta de Recursos, no edifício do Governo Municipal, em 25 da Abril de 1907.

VENÂCIO NEIVA, Presidente da Junta e relator do feito.—Francisco de Gouveia Nobrega.—Trajano A. de Caldas Brandão.

RECURSO ELEITORAL
N. 5, VINDO DO MUNICÍPIO DO TEIXEIRA

Annullados os alistamentos procedidos desde 1905, o que se fizer actualmente, deve considerar-se o primeiro; devendo, portanto, ser regido pela respectivas disposições.

Devem ser proclamados membros e supplentes da commissão de alistamento os maiores contribuintes do exercício de 1902;

Os membros e supplentes do Governo Municipal deverão votar cada um em dous nomes para a composição da commissão de alistamento.

Vistos, examinados, relatados e discutidos estes autos de recurso eleitoral do município do Teixeira, em que é recorrente o Bacharel Manoel Dantas Correia de Góes e recorrido a commissão de alistamento, etc.

Considerando que, annullados, como foram, os alistamentos anteriores, o actual deve ser considerado como o primeiro e portanto regido pela respectivas disposições;

Considerando que, assim sendo, deviam ter sido proclamados membros e supplentes da Commissão, nos termos do § 2º. do art. 9 da lei n. 1269 de 15 de Novembro de 1904, os maiores contribuintes do exercício de 1902, como determina o § 2 • do artigo 5 • da mesma lei;

Considerando que, em vez destes, foram proclamados os maiores contribuintes do exercício de 1905;

Considerando que os membros do Governo Municipal e seus supplentes, ao todo em número de cinco, devendo votar cada um em dous nomes para membros e supplentes da Commissão, prefazendo o total de dez votos, de accordo com com o § 1· do art. 9º. da lei citada, votaram de forma que foram apurados trinta votos;

A Junta dicide dar provimento ao recurso para annullar todo o alistamento procedido no corrente anno no município do Teixeira, por inobservância das disposições citadas relativas á organisação da Commissão, de conformidade com o art. 36 da referida Lei.

Façam-se as communicações e publicações legaes.

Parahyba do Norte, na sala da das sessões da Junta, no edifício do Governo Municipal, em 25 de Abril de 1907.

VENÂNCIO NEIVA, presidente da Junta e relator do feito.— Francisco de Gouveia.— Trajano A. de Caldas Brandão.

De accordo com os fundamentos acima deduzidos addiciono o seguinte que reputo de summa importância: a imcompetência do Ajudante do Procurador da República, para presidir á commissão de alistamento, quando tal presidência incumbe nos municípios, sedes de termos judiciários, as respectivas autoridades judiciárias, como é expresso no art. 9· da Lei n. 1269.

Ora, o município do Teixeira, é desde muito, termo judiciário, annexo a comarca de Patos, e hoje pela lei estadual n. 256, 9 de Outubro do anno passado, tem Juiz Municipal lettrado.

E se bem que na accasião de iniciar-se o alistamento, não estivesse no termo o Dr. Juiz Municipal, os seus substitutos legaes deviam presidir a commissão, segundo a ordem respectiva. E isto, quando mesmo já não estivesse nomeado o Dr. Juiz Municipal.

O Ajudante do Procurador da República preside ás commissão de alistamento nos municípios que não tiverem autoridade judiciária.

Por consequência ainda por este fundamento é nullo o alistamento.

RECURSO ELEITORAL
N. 2. VINDOS DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DO FOGO

Nenhuma outra condicção exige a Lei n. 1269 de 15 Novembro de 1904 para o alistamento no município alem das que estão fixadas no seo art. 17.
— Não é necessário ao cidadão alistado em um município eliminar-se previamente para obter a sua inclusão em outro município onde tenha fixado residência.
— O facto de poder votar em 2 municípios ao mesmo tempo, não pode determinar a não inclusão no registro eleitoral do município, onde o cidadão prova residir ha 3 mezes, e sím dar logar a processo criminal.

Vistos, expostos e discutidos estes autos de recurso eleitoral do município de Pedras de Fogo, em que é recorrente Abilio Pereira Guedes e recorrido Manoel Carlos da Silva, verifica-se que o recurso tem seo assento no 1º. do art. 44 da Lei n. 1269 de 15 de Novembro de 1904 e que o recorrente allega como fundamento do mesmo recurso — ter sido indevidamente alistado no município de Pedras de Fogo o recorrido porque não requereo previamente a sua eliminação do registro eleitoral do visinho Município do Itambé.

Assim:

Considerando que a cit. lei n. 1269 não exige nenhuma outra consideração para o alistamento no município além das que se acham estabelecidas no seu art.17;

Considerando que entre estas condições não figura a de previa eliminação de eleitor de outro município em que se tenha anteriormente alistado o cidadão que mudou-se e pretende alistar-se no município de sua nova residência;

Considerando que o recorrido fez a prova legal de ser residente ha 3 mezes no município de Pedras de Fogo, e isto mesmo confessa e prova o recorrente com o attestado do Delegado de Polícia, a fls. 9;

Considerando, finalmente, que não procede a allegação de poder votar o recorrido ao mesmo tempo em dous municípios, porque casos taes são reprimidos pelo Cod. Pen. e não pela não inclusão no registro eleitoral do município onde faz a prova de residir ha 3 mezes e de possuir os mais requisitos legaes na forma do art. 17 da cit. n. 1269, a Junta de Recurso nega provimento ao recurso interposto para confirmar, como confirma, a inclusão do recorrido no alistamento do município de Pedras de Fogo.

Sala das sessões da Junta de Recurso da Capital da Parahyba, no edifício do Governo Municipal em 21 de Março de 1907.

VENÂNCIO NEIVA — Francisco de Gouveia Nobrega — Trajano A. de Caldas Brandão, Relator.

A lei n. 1269 e o Dec. n. 5391 de 1904 permittem a qualquer cidadão, independente de prova de residência ou de domicílio, recorrer de todo alistamento eleitoral.
Attestado de autoridade policial não faz prova de residência em lugares alheios a sua juridicção.
A prova de alistando eleitor não saber ler nem escrever deve ser feita com relação a epoca do alistamento ou revisão.
Os maiores contribuintes de um município podem sel-o tambem de outro, sem que isto importe em prova de domicílio.
A lei n. 1269 e Dec. 5391, de 1904 não exigem eleição de supplentes dos maiores contribuintes e do representante do governo municipal para a revisão eleitoral.
Não compete a Junta de Recursos conhecer de questões de perda do mandato de conselheiros e da mudança de séde do governo municipal; cabendo, porem, conhecer da mudança do local designado para os trabalhos do alistamento da revisão eleitoral.

Vistos relatados e discutidos estes autos, etc.

O Dr. Rodrigo Francisco Pereira interpoz o presente recurso para a annullação da revisão eleitoral procedida no município de Pedra de Fogo, no corrente anno, pelos fundamentos seguintes:

1.º Que os maiores contribuintes Adelino Cavalcante da Cunha Rego (n.º 4 da lista de industria e profissão), José Cesar Marinho Falcão e Firmino de Araújo Lima (n.º 2 a 7 da lista de decima) não têm domicilio no município — doc. n.º 1;

2.º Que os maiores contribuintes Pedro d'Assis e Antonio Braz de Sant'Anna, (n.º 10 — 14 da lista de industria e profissão) não sabem lêr nem escrever tanto que o primeiro, em 3 de Novembro de 1907, não assignou o termo de seu casamento, e o segundo não poude alistar-se eleitor na revisão do mesmo anno — doc. 2 e 3; sendo inteiramente desconhecidos Honorario Bastos e José Cesar Falcão (n.º 8 da lista de industria e profissão e 4 da de decima);

3.º Que José Cesar Marinho Falcão e João Cesar Marinho Falcão (n.º 2 e 5 da lista de decima) figuram na lista dos maiores contribuinte do imposto predial de Itambé, sob n.º 9 e 11. como ali domiciliados, fazendo o ultimo parte da commissão revisora d'aquelle município — doc. 5;

4.º Que não fez-se sorteio de supplentes dos quatro maiores contribuintes — doc. 6 e 7.

5.º Que houve Mundança do local designado para os trabalhos da revisão, sem prova de ruina do edifício, e que os membros e supplentes eleitos pelo Concelho Municipal não foram acceitos — doc. 8 e 9.

O presidente da commissão diz em sua informação que o recurso hoje é cabivel em vista do doc. n.º 1733 de 26 de Setembro de 1907; mas que o recorrente não é competente para interpol-o, por não ter provado ser cidadão do municipio—;

Que o Concelho legitimamente constituido elegeo tres membros que funccionaram na

commissão;

Que os antigos conselheiros municipaes, eleitos em 1904, João Nelson Tavares de Miranda, Manoel Ferreira da Costa Rodrigues d'Assumpção perderam os lugares os dous primeiros por mudança de domicilio e os dous ultimos por terem deixado de comparecer ás sessões determinadas pela lei da organisação dos municipio; tendo sido substituidos, em eleição de 30 de Agosto de 1900 e posterior por Monteiro Guedes Alcoforado, Alfredo José de Souza, Francisco Vellozo Cavalcante de Vasconcellos e Joaquim Francisco Borges;

Que si nas listas dos maiores contribuintes figuram residentes em outros municipios e analfabetos, não se pode verificar; mas que os sorteados são domiciliados, no municipio e sabem ler e escrever;

Que das actas da revisão eleitoral do anno p.passado nada consta com relação ao contribuinte Antonio Braz de Sant'Anna;

Que na lista dos maiores contribuintes figura Pedro d'Assis e o doc. n.º 2 trata de Pedro Francisco de Assis;

Que a commissão Revizora Funccionou no edificio do Governo municipal, em que funcciona o actual Concelho, legalmente eleito e presidido por Manoel Monteiro Guedes Alcofarado.

O que tudo ponderado:

Considerando que o presente recurso é cabivel em vista do dec. n.º 1733 de 26 de Setembro de 1907 e que o recorrente é competente para interpol-o, pois que a lei n.º 1269 de 15 de Novembro de 1904 e o dec. n.º 5319 de 12 de Dezembro do mesmo anno, no art. 36, permittem a qualquer cidadão recorrer de todo a alistamento, sem cogitar de residencia ou de domicilio, e não ha prova de não ser o recorrente cidadão Mendonça, Francisco Felix e Andrade de Veriato da Costa;

Considerando que o attestado do Sub-delegado de Pedras de Fogo (doc. n.º 1) não é sufficiente para provar residencia em districtos alheios ao de sua juridicção e ainda assim não refere-se a domicilio, requisito exigido pela lei n.º 1260, art. 9.º para que os contribuintes possam fazer parte da commissão em que só funccionaram membros de domicilio não contestado;

Considerando que ainda quando não contestado, como o foi na informação do presidente da commissão, o doc. n.º 2 poderia provar que o contribuinte Antonio Braz de Sant'Anna na epoca da revisão eleitoral de 1907 não sabia lêr nem escrever; mas não que não o soubesse na epoca da revisão deste anno;

Considerando que o doc. n.º 3, com que pretende-se provar que o contribuinte Pedro de Assis não sabe lêr nem escrever, é uma certidão de casamento contrahido no dia 3 de Novembro de 1907 por Pedro Francisco de Assis, em que se declara ter alguem assignado a seu rogo; mas que não só o nome não é o mesmo, como differentes são as epocas do casamento e da revisão;

Considerando que nenhuma prova existe nos autos de serem inteiramente desconhecidos Honorio Bastos e José Cesar Falcão;

Considerando que os maiores contribuintes de um municipio não estão inhibidos de ter a mesma classificação em outro e de fazer parte das respctivas commissões revisoras, sem que isto importe em prova de domicilio, que; quando contestado, por outro modo deverá ser dada;

Considerando que a lei n.º 1269 e o dec. n.º 5391 de 1904, tratando da revisão eleitoral não exigem eleição de supplentes dos maiores contribuintes e dos representante do governo municipal;

Considerando que o local designado para os trabalho da commissão revisora foi o mesmo em que esta funccionou, séde do governo municipal, e que os tres representantes do Concelho Municipal foram eleitos pelo actual Concelho, reconhecido pelos poder do Estado,

e que á esta Junta não compete conhecer de questões que deram lugar a perda de mandato de conselheiros e á mudança de séde, não da commissão revisora, mas do Concelho, pois que aquella, como ficou dito, funccionou no local designado;

Considerando tudo isto e o mais que dos autos consta;

A Junta julga improcedente o recurso interposto e mantem a revisão eleitoral procedida no municipio de Pedras de Fogo no corrente anno. Publique-se e faça-se a devida commucicação.

Sala das Sessões da Junta de Recursos, no Edificio do Governo Municipal da Parahyba do Norte, em 19 de Março de 1908

(assignado) VENÂNCIO NEIVA presidente da Junta e relator do feito — Francisco de Gouveia Nobrega — Trajano Americo de Caldas Brandão.

A inobsevancia do art. 2.º da Lei n.º 1269 de 15 de Novembro de 1904, e do art. 6.º do dec. n.º 5391 de 12 de Dezembro do mesmo anno, com relação a publicação das listas dos maiores contribuintes dá lugar a annullação do alistamento eleitoral.

Vistos e relatados os autos de recurso eleitoral, n.º 2, procedente de Campina Grande, sendo recorrente Monsenhor Luiz Francisco de Salles Pessoa e Bacharel Affonso Rodrigues de Souza Campos e recorrida a Commissão revisora do alistamento eleitoral, etc.

Os recorrente pedem que seja julgada e deciarada nulla e insubsistente a Commissão recorrida e consequentemente todos os seus actos na ultima revisão eleitoral e assentam seu pedido em diversos fundamentos.

A Junta Eleitoral de Recursos tomando conhecimento e estudando detidamente todos esses fundamentos, os documentos appensos aos autos e a informação do Presidente da recorrida:

Considerando que nos termos da lei n.º 1269, de 15 de Novembro de 1904, não foram publicados na imprensa ou por editaes, as listas dos maiores contribuintes do municipio de Campina Grande:

Considerando que a não publicação destas listas, antes da organisação da Commissão revisora do alistamento eleitoral, importa em inobservancia do art. 5.º da cit. lei e do art. 6.º do Dec. n.º 5391 de 12 de Dezembro de 1904, e tambem dá lugar a que, quem se jugar prejudicado na respectiva classificação não apresente á autoridade competente, em tempo opportuno, as reclamações de que se poder socorrer;

Considerando que a predita lei n. 1269, no art. 5.º e seus paragraphos, não estatue que os cidadãos que figurarem nas listas dos maiores contribuintes reunam os requisitos indispensaveis, conforme o art. 9.º aos que, como contribuintes, fizessem parte da Commissão do alistamento;

Considerando que, pela lei eleitoral vigente, o cidadão que, em um municipio, for maior contribuintes dos impostos previstos no art. 5.º da lei citada, não está inhibido de fazer parte simultâneamente das duas listas respectivas, só podendo porem ser sorteado uma unica vez;

Considerando que o sorteio dos supplentes dos contribuintes que figurarem na commissão de revisão eleitoral, não é exigido pela lei vigente;

Considerando, finalmente, tudo mais dos autos, decidiu dar provimento ao recurso, para annullar, como annullado tem, o alistamento feito na revisão eleitoral deste anno, no municipio de Campina Grande.

Sala das sessões da Junta Eleitoral de Recursos na Parahyba do Norte em 9 de Abril de 1908. (assignado), VENÂNCIO NEIVA, Presidente — Francisco de Gouveia Nobrega, Relator, Trajano A. de Caldas Brandão.

Não se deve confundir o edital que nos termos do art. 11 da Lei n.º 1269 dá publicidade á organisação da commissão com o edital que de accordo com o art. 8 da cit. Lei convoca os maiores contribuintes e os membros do governo municipal para organisação da commissão:

A dissolução do governo municipal é determinada pela lei organica dos municipios quando se dá annexação ou desmembramento do territorio do municipio.

Em taes casos o governo do Estado nomeia uma commissão para o governo do municipio até a nova eleição.

E' esse um regimen excepcional e transitorio estatuido por leis anteriores.

A divisão administrativa do-territorio do Estado é da competencia constitucional do respectivo poder lesgistativo.

A junta de recursos não tem competencia para conhecer da inconstitucionalidade das leis de organisação municipal.

Para que o maior contribuinte possa ser proclamado membro da commissão é necessario ser cidadão brazileiro, saber ler e escrever e residir no municipio.

Na igualdade de condições prevista no no § 2.º do art. 9. dá Lei n. 1269, é determinado o sorteio mas, se for feita a designação, pelo juiz ella é irregular, mas não annulla a organisação da commissão, é porque são competentes todos os que pagam a mesma quantia, dependendo apenas da designação que é questão de forma, que não ataca o direito de nenhum dos contribuintes.

RECURSO ELEITORAL DO TEIXEIRA

O Bacharel Manoel Dantas Correia de Góes cidadão brazileiro, residente no municipio do Teixeira, fundando-se no art. 36 da Lei n. 1269 de 15 de Novembro de 1904, recorre para a Junta de Recursos, de todo o alistamento procedido no respctivo municipio por inobsevancia dos preceitos legaes relativos á organisação da commissão de alistamento.

O recorrente em 1.º logar transcreve um edital que qualifica de estapafurdio, com que o juiz municipal supllente em exercicio iniciou o alistamento: e feito isto, diz que não é este o edital que prescreve o art. 8 da lei 1269 citada. Para provar o allegado, junta o doc. n.º 1;

e assim considerando desnaturado o edital conclue que está nullo o alistamento.

Declara o recorrente ter requerido certidão da organisação da commissão de alistamento, a qual constituie o doc. n.º 2 que é, segundo entende elle, um arremêdo do referido edital, que chama —edital commissão.

Em 2.º logar, o recorrente faz consideração sobre os membros do governo municipal, mostrando que não são os de que trata a Lei n.º 1269, pois, são de nomeação do governo do Estado em consequencia da dissolução que considera inconstitucional, do conselho municipal.

Em 3.º logar allega que nas listas de contribuintes, remettidas pelo Thesouro está incluido em 2.º logar o juiz que presidio á organisação da commissão de alistamento, seguindo-se 8 nomes de contribuintes da importancia de 48$000 cada um, declarando o recorrente que era o caso do sorteio a que se refere o § 3.º do art. 5 da Lei; em vez disto, affirma ter o juiz chamado o contribuinte. Pedro Soares de Freitas, que reside em Malta, do municipio do Pombal e Lourenço Justiniano de Lima, que já fasiam parte de uma commissão como supplentes.

O recurso está informando pelo Presidente da commissão do alistamento nos termos do art. 36 da lei n.1269, que juntou como fundamento das informações prestadas: 1.º certidão do edital que publicou a lista dos maiores contribuintes; 2.º certidão do edital da convocação dos mesmos contribuintes e dos membros do governo municipal para a organisação da commissão de alistamento; 3.º certidão da acta da referida organisação.

Dos livros das actas da junta de recursos consta que por inobsevancia dos preceitos legaes relativos á organisação da commissão de alistamento foram annullados os alistamentos procedidos no municipio de Teixeira nos annos de 1905, de 1906 e de 1907; e que, assim, o alistamento procedido em Janeiro deste anno é ainda o 1.º e por isto devia ter obedecido ás prescripções da Lei n.º 1269 quando dispõe sobre o 1.º alistamento, conforme foi resolvido por esta junta numa decisão que annullou o alistamento do anno passado.

Assim, relatados, expostos e examinados os fundamentos do recurso em vista dos documentos e informações colhidas, verifica-se que o recurso não tem procedencia juridica.

Effectivamente, quanto ao 1.º fundamento é manifesto que o recorrente confunde o edital, que, nos termos do art. 11 da lei n.º 1269, dá publicidade á organisação da commissão, com o edital que de accodo com o art. 8 da citada lei convoca os maiores contribuintes e os membros effectivos do governo municipal e seus supplentes para a organisação da commissão.

Deste não requereu ou não juntou certidão, como se vê dos documentos, com que instruiu o recurso que alias não estão concertados, e da informação documentada do Presidente da commissão do alistamento.

Requereo, porem e juntou certidão daquelle edital, isto é do que deu publicidade á commissão já organisada.

E' curioso e digno de nota que o recorrente que tantas considerações gastou com semelhante edital, não tenha requerido a certidão do mesmo.

Tudo isto é patente dos doc. ns. 1 e 2 do recorrente e da informação documentada do Presidente da commissão.

Expressões pouco explicitas e ambiguas, a impropriedade de outras empregadas em petições do recorrente, a má redacção de algumas d'esta pétições, como se verifica na do doc. n.º 1.º determinaram a lastimavel confusão notada, que deu logar a considerações acrimoniosas do recorrente.

Quanto ao 2.º fundamento não procede a arguição do recorrente quanto a serem os actuaes membros do governo municipal do Teixeira de nomeação do governo do Estado, pois pelo

art. 9 da Lei Estadoal n.º 9 de 17 de Dezembro de 1892, que é a lei organica dos municipios, quando se dá annexação ou desmembramento do territorio dos municipios, os respectivos conselhos ficam disvolvidos; e pela lei n.º 86 de 19 de Outubro de 1897 dada a dissolução por annexação ou desmembramento ao governo do Estado incumbe nomear uma commissão de 3 membros para o governo do municipio até a eleição e posse dos novos conselhos.

E' um regimen excepcional, transitorio, estatuido por leis anteriores e que se applica ao municipio do Teixeira por haver sido desmembrada uma parte do seu territorio ex-vi da lei n.º 260 de 27 de Outubro de 1906.

N' esse regimen se conserva o municipio do Teixeira até a nova eleição de seo governo, o que ainda se não deu pela annullação successiva do alistamento eleitoral procedido em 1905, 1906 e 1907.

Demais a divisão administrativa do territorio do Estado é da competencia constitucionalmente inrrecuzavel do poder legislativo respectivo nos termos do § 15 do art. 19 da const. do Estado.

Em summa, se taes leis são inconstitucionaes, como pensa o recorrente, ainda não foram declaradas taes segundo os tramites de direito e á Junta de Recursos fallece competencia para conhecer de taes inconstitucionalidades.

Quanto ao ultimo fundamento do recurso, isto é, a forma por que entram para a commissão do alistamento os contribuintes das duas ordens de impostos a lei n.º 1269 no art. 9 § 2.º determina que sejam proclamados pelo presidente os maiores contribuintes, quer para membros effectivos, quer para supplentes, é ainda mister que, com esta qualidade, concorram as 3 condições seguintes: ser cidadão brasileiro, ser residente no municipio e saber ler e escrever.

Alem disto, quando na lista figuram contribuintes de igual importancia, designação será feita pela sorte. Mas a aida nesta hypothese, só podem ser contemplados os cidadãos brasileiros que sejam residentes no municipio e saibam ler e escrever.

Ora o recorrente não fez a prova de que houvessem sido violadas as prescripções da lei nos pontos indicados.

Limitou-se a dizer que era o caso de ser observado o sorteio de accordo com o § 2.º do art. 9 da lei pois havia contribuintes de igual quantia.

Entretanto, o Presidente da commissão informa que uns contribuintes não entraram por não residirem no municipio e outros por não saberem ler e escrever.

Ainda informa o mesmo Presidente que um dos maiores contribuintes é o cidadão que presidio á organisação da commissão do alistamento, como Juiz Supplente e permaneceo neste caracter, e que o cidadão Pedro Soares de Freitas era residente no municipio; quando foi proclamado membro da commissão, não affectando a oganisação da commissão ter se mudado posteriormente para outro municipio. A falta, em casos taes, é preenchida nos temos da lei por um dos supplentes.

Alem disto, na lista de contribuintes do imposto de indrustria e profissão occupa o 1.º logar Bernardo Limeira e o 2.º, Vicente Alves Carneiro de Menezes que foi o juiz que presidio á organisação da commissão e que permaneceu no seu posto de presidente; e nada allegou o recorrente a respeito do referido cidadão contemplado na lista Bernardo Limeira; e assim, ou não reside no municipio ou não sabe ler e escrever e está por esta forma comprehendido entre os que foram excluidos por força da lei, como informa o presidente da commissão.

Excluidos estes, seguem-se 8 nomes de contribuintes da importancia de 48$000 e 2 destes, Pedro Soares de Freitas e Lourenço Justiniano de Lima fazem parte da commissão,

tendo por supplentes os cidadãos Francisco Manoel Ribeiro Barros que contribue com 48$000 e Francisco Nunes da Rocha em 43$200.

Na 2.ª lista (decima urbana) occupa o 1.º logar o C.el. Dario Ramalho de Carvallo Luna em 36$000 e foi proclamado membro da commissão, como o cidadão Ananias de Oliveira Lyra e tendo por supplentes Francelino Pereira de Arruda e Joaquim de Souza Pacheco, contribuintes igualmente da quantia de 5$760. Entre este e o 1.º proclamado ha outros contribuintes de quantia mais elevada, é exacto; mas quanto a exclusão deste nada allegou e menos provou o recorrente e, portanto, prevalece a informação fundamentada do Presidente da commissão.

E ainda mesmo que na igualdade de condições prevista pelo final do § 2.º do art. 9 da Lei 1259, o Juiz Presidente da commissão, em logar de proceder ao sorteio houvesse feito a designação por si, ainda assim dar-se-ia uma irregularidade, mas nunca uma violação da lei com força de inquinar de nullidade a organisação da commissão, porque ha ahi uma questão de forma que não ataca o direito de nenhum dos contribuintes, que tambem teriam ¦de ser preteridos pelo sorteio.

Todos os que pagam igual importancia são competentes para faser parte da commissão faltando apenas a designação directa do Juiz, ou pela sorte.

Só haveria offensa de direitos, se em logar de 2 contribuintes de maior importancia, fossem arbitrariamente escolhidos pelo Presidente dous outros que pagassem quantia inferior, ou submettidos ao sorteio dous outros que pagassem quantia menor, o que importaria manifesta nullidade da organisação da commissão.

Mas quando occorrerem simples irregularidades verificadas e patentes, deve se chamar a attenção da commissão para a restricta observancia das prescripções legas, mas nunca annullar o alistamento. No caso do recurso, a regularidade da organisação da commissão resalta, dos documentos juntos, a informação do Presidente da commissão respectiva. Nestas condições, a Junta nega provimento ao recurso e confirma o alistamento ultimamete procedido no municipio do Teixeira.

Façam-se as comminicações e publicações necessarias.

Sala das sessões da Junta de Recursos na Capital da Prahyba 30 de Abril de 1908.

VENÂNCIO NEIVA
Francisco de Gouveia Nobrega
Trajano A. de Caldas Brandão—Relator.

A lei n. 1269 e o Dec n. 5391 de 1904 permittem a qualquer cidadão, independente de prova de residencia ou de domicilio no municipio recorrer de todo alistamento eleitoral.

Atestado de autoridade policial não faz prova de residencia em lugares alheios a sua jurisdicção.

A prova de o alistando eleitor não saber ler nem escrever deve ser feita com relação a epoca do alistamento ou revisão.

Os maiores contribuintes de um municipio podem sel-o tambem de outro, sem que isto importe em prova de domicilio.

Não compete a Junta de Recursos conhecer de questões de perda do mandato de conselheiros e da mudança de séde do governo municipal; cabendo,

porem, conhecer da mundança do local designado para os trabalhos do alistamento da revisão eleitoral.

Vistos relatados e discutidos estes-autos, etc.

O Dr. Rodrigo Francisco Pereira interpoz o presente recurso para a annullação da revisão eleitoral procedida no municipio de Pedras de Fogos, no corrente anno, pelos fundamentos seguintes:

1.º Que os maiores contribuintes Adelino Cavalcante da Cunha Rego (n.º 4 da lista de industria e profissão), José Cesar Marinho Falcão e Firmino de Araújo Lima (ns.º 2 a 7 da lista de decima) não têm domicilio no municipio — doc. n.º 1;

2.º Que os maiores contribuintes Pedro d'Assis e Antonio Braz de Sant'Anna, (ns.º 10 — 14 da lista de industria e profissão) não sabem lêr nem escrever tanto que o primeiro, em 3 de Novembro de 1907, não assignou o termo de seu casamento, e o segundo não poude alistar-se eleitor na revisão do mesmo anno — doc. 2 e 3; sendo inteiramente desconhecidos Honorario Bastos e José Cesar Falcão (n.º 8 da lista de industria e profissão e 4 da de decima):

3.º Que José Cesar Marinho Falcão e João Cesar Marinho Falcão (n.º 2 e 5 da lista de decima) figuram na lista dos maiores contribuintes do imposto predial de Itambé, sob n.º 9 e 11, como ali domiciliados, fazendo o ultimo parte da commissão revisora d'quelle municipio — doc. 5;

4.º Que não fez-se sorteio de supplentes dos quatro maiores contribuintes — doc.º 6 e 7.

5.º Que houve mundança do local designado para os trabalhos da revisão, sem prova de ruina do edificio, e que os membros e supplentes eleitos pelo Concelho Municipal não foram acceitos — doc. 8 e 9.

O presidente da commissão diz em sua informação que o recurso hoje é cabivel em vista do dec. n.º 1733 de 26 de Setembro de 1907; mas que o recorrente não é competente para interpol-o, por não ter provado ser cidadão do municipio—;

Que o Concelho legitimamente constituido elegeo tres membros que funccionaram na commissão;

Que os antigos conselheiros municipaes, eleitos em 1904, João Nelson Tavares de Miranda, Ferreira da Costa Rodrigues d'Assumpção perderam os lugares: os dous primeiros por mudança de domicilio e os duos ultimos por terem deixado de comparecer ás sessões determinadas pela lei da organisação dos municipios; tendo sido substituidos, em eleição de 30 de Agosto de 1900 e posterior por Manoel Monteiro Guedes Alcoforado, Alfredo José de Souza, Frederico Vellozo Cavalcante de Vasconcellos e Joaquim Francisco Borges;

Que si nas listas dos maiores contribuintes figuram residentes em outro municipios e analfabetos, não se pode verificar; mas que os sorteados são domiciliados, no municipio e sabem ler e escrever;

Que das actas da revisão eleitoral do anno p.passado nada consta com relação ao contribuinte Antonio Braz de Sant'Anna;

Que na lista dos maiores contribuintes figuram Pedro d'Assis e o doc. n.º 2 trata de Pedro Francisco de Assis;

Que a commissão revizora funccionou no edificio do governo municipal, em que funcciona o actual Concelho, legalmente eleito e presidido por Manoel Monteiro Guedes Alcoforado.

O que tudo poderado:

Considerando que o presente recurso é cabivel em vista do dec. n.º 1733 de 26 de Setembro de 1907, e que o recorrente é competente para interpol-o, pois que a lei n.º 1269 de 15 Novembro de 1904 e o dec. n.º 5319 de 12 de Dezembro do mesmo anno, no art. 36,

permittem a qualquer cidadão recorrer de todo a alistamento, sem cogitar de residencia ou de domicilio, e não ha prova de não ser o recorrente cidadão Mendonça, Francisco Felix e Andrade e Veriato da Costa;

Considerando que o attestado do Sub-delegado de Pedras de Fogo (doc. n.º 1 não é sufficiente para provar residencia em districtos alheios ao de sua jurisdicçãoe ainda assim não refere-se a domicilio, requisito exigido pela lei n.º 1269, art, 9.º para que os contribuintes possam fazer parte da commissão em que só funccionaram membro de domicilio não contestado;

Considerando que ainda quando não contestado, como o foi na informação do presidente da commissão, o doc. n.º 2 poderia provar que o contribuinte Antonio Braz de Sant'Anna na epoca da revisão eleitoral de 1907 não sabia lêr nem escrever; mas não que não o soubesse na epoca da revisão deste anno;

Considerando que o doc. n.º 3, com que pretende-se provar que o contribuinte Pedro de Assis não sabe lêr nem escrever, é uma certidão de casamento contrahido no dia 3 de Novembro de 1907 por Pedro Francisco de Assis, em que se declara ter alguem assignado a seu rogo; mas que não só o nome não é o mesmo, como differentes são as epocas do casamento e da revisão;

Considerando que nenhuma prova existe nos autos de serem inteiramente desconhecidos Honorio Bastos e José Cesar Falcão;

Considerando que os maiores contribuintes de um municipio não estão inhibidos de ter a mesma classificação em outro e de fazer parte das respectivas commissões revisoras, sem que isto importe em prova de domicilio que quando contestado, por outro modo deverá ser dada;

Considerando que a lei n.º 1269 e o dec. n. 5391 de 1904, tratando da revisão eleitoral não exigem eleição de supplentes dos maiores contribuintes e dos representantes do governo municipal;

Considerando que o local designado para os trabalhos da commissão revisora foi o mesmo em que esta funccionou, séde do governo municipal, e que os tres representantes do Concelho Municipal foram eleitos pelo actual Concelho, reconhecido pelos poderes do Estado, e que á esta Junta não compete conhecer de questões que deram lugar a perda de mandato de conselheiros e á mundaça de séde, não da commissão revisora, mas do Concelho, pois que aquella, como ficou dito, funccionou no local designado;

Considerando tudo isto e o mais que dos autos consta:

A Junta julga improcedente o recurso interposto e mantem a revisão eleitoral procedida no município de Pedras de Fogo no corrente anno. Publique-se e faça-se a devida communicação.

Sala das Sessões da Junta de Recursos, no Edifício do Governo Municipal da Parahyba do Norte, em 19 de Março de 1908 (assignado) VENÂNCIO NEIVA presidente da Junta e relator do feito— Francisco de Gouveia Nóbrega— Trajano Americo de Caldas Brandão.

RECURSO ELEITORAL

No caso de mudança de domicilio, um eleitor só pode ser eliminado do quadro de eleitores em que estiver alistado, ou a requerimento próprio ou de outrem se este provar que aquelle é obrigado a ter seu domicilio

fora do municipio de cujo alistamento se pretenda exclui-lo.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso eleitoral, numero um, procedente do municipio de Pedras de Fogo, e do qual é recorrente o Bacharel Rodrigo Francisco Pereira e recorrida a commissão de alistamento eleitoral, etc.

Dos autos verifica-se que o recorrente foi pela recorrida excluido do alistamento eleitoral do municipio de Pedras de Fogo por ser jurado no de Itambé do Estado de Pernambuco.

Apresentados os autos em junta na sessão de 21 de Março ultimo, foi preliminarmente dicidido por unanimidade de votos, que se convertesse o julgamento em diligencia para se requisitar do Presidente da recorrida certidão de ter sido ou não, o recorrente alli jurado em 1905 e 1906; porquanto allegou elle não poder instruir convenientemente seo recurso por não lhe ter sido possivel obtel-a.

Feita a requisição, o Presidente da recorrida deu logo as necessaria providencias e seo Escrivão certificou que o recorrente não só foi alli jurado, como nessa qualidade, prestou serviço. Isto feito:

Considerando que, para eliminação dos eleitores dos alistamentos existentes, a lei n. 1269 de 15 de Novembro de 1904, em seo art. 40 n. 1, indica tres casos e são — por morte do eleitor, pela mudança de domicilio e pela perda de capacidade civil e politica;

Considerando que, na hypothese vertente, trata-se de mudança de domicilio do recorrente que, sem cogitar de mudal-o, não requereu á recorrida a exclusão de seo nome da lista dos eleitores de Pedras de Fogo, permanecendo na mesma situação em que estava quando, na vigencia da citada lei 1269, foi alli alistado eleitor;

Considerando que a recorrida nenhuma prova adduziu, demonstrando que o recorrente houvesse acceitado emprego ou exercido qualquer funcção que impusesse-lhe domicilio obrigatorio fora do municipio de Pedras de Fogo e fundamentou seu acto de exclusão do recorrente do predito alistamento, certidão de fls. 30, sem requisição conhecida e passada por um serventuario do Estado de Pernambuco, sem estar reconhecida a firma por notario da Parahyba e nem mesmo d'quelle Estado;

Considerando que por essa razão a lei, dispondo sobre a revisão annual do alistamento deverá se limitar a eliminação dos eleitores mortos, dos mudados do municipio e dos que tiverem perdido a capacidade civil ou politica e a inclusão dos que houverem adquirido as condições de eleitor, achou escusado o recurso geral e só estabeleceu os recursos individuaes do art. 44 do julgamento definitivo das Junta de Recurso;

Considerando que as expressões «deverão ser interpostos pela forma prescripta no Cap. III, usadas pelo legislador no art. 47, só se referem ao processo a observar na marcha dos recursos do art. 44, identicos na sua natureza individual, nos seus effeitos e na competencia da autoridade que os julga em definitiva instancia, aos do art. 32;

Considerando mais que o facto de constar o nome do recorrente da lista dos jurados de Itambé não é bastante para justificar a decisão da recorrida; porquanto ninguem é obrigado a domiciliar-se n'um municipio somente por ter sido alli incluido na lista dos jurados;

Considerando finalmente o mais dos autos, dicidio a Junta Eleitoral de Recursos dar provimento ao presente recurso, para mandar, como manda, que seja o recorrente mantido como eleitor que é, no alistamento do municipio de Pedras de Fogo.

Sala das sessões da Junta Eleitoral de Recurso, na Capital da Parahyba em 11 de Maio de 1907.

VENÂNCIO NEIVA,
— Francisco de Gouveia Nobrega Relator
—. Trajano A. de Caldas Brandão.

RECURSO ELEITORAL
N. 3, VINDO DO MUNICIPIO DE PEDRAS DE FOGO

Não toma-se conhecimento de recurso para annullação de toda revisão eleitoral por não estar comprehendido entre os permittidos pelo art. 44 da Lei n. 1269 de 15 de Novembro de 1904, e só ser cabivel tratando-se do primeiro alistamento nos termos do art. 36 da mesma Lei.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que é recorrente o Padre Dr. Manoel Gonçalves Soares de Amorim e recorrida a commissão de revisão eleitoral do Municipio de Pedras de Fogo, etc.

O recorrente pede a annullação de toda a revisão por inobservancia de preceitos legaes. A Junta preliminarmente dicide não tomar conhecimento do recurso, por não estar comprehendido entre os permittidos pelo art. 44 da lei n. 1269 de 15 de Novembro de 1904, e só ser cabivel tratando-se do 1· alistamento, nos termos do art. 36 da mesma lei, como tem julgado o Supremo Tribunal Federal, dentre outros, pelo Accordam de 2 de Junho de 1906, publicando no «Direito», volume n. 101.

Sala das sessões, no edificio do Governo Municipal da Parahyba do Norte, 21 de Março de 1907.

VENÂNCIO NEIVA, presidente da Junta e relator do feito—Francisco de Gouveia Nobrega — Trajano A. de Caldas Brandão.

Accordam a que se refere a dicisão supra:

«Vistos, expostos e discutidos estes autos de recurso eleitoral, interposto por Feliciano Ferreira Tetéo da decisão da Junta Eleitoral do Rio Grande do Norte não conhecendo das allegações do recorrente contra a validade de toda a revisão do alistamento do Municipio de Macau, e a que se procedeu no corrente anno, e

Considerando que as disposições do art. 36 e 37 da Lei n. 1269 de 15 de Novembro de 1904, instituindo o recurso do alistamento geral, uma vez que não fosse feito por commissão organisada de accordo com os preceitos da mesma lei, são, de sua natureza, transitorias, só vigorando até a conclusão do mesmo alistamento, que, nos termos do art. 39, é permanente, isto é, inalteravel no seu todo;

Considerando, assim, que, quaesquer que sejam as arguições que nos recursos do art. 44 se possam fazer contra a organisação das commissões de alistamento, que houverem procedido a revisão, não poderão autorisar as juntas eleitoraes a annular os trabalhos de revisão em sua totalidade;

Considerando que só da dicisão das Juntas Eleitoraes annullando o alistamento geral do municipio, deu á lei recurso para este Supremo Tribunal:

Accordam não tomar conhecimento do presente recurso —sem custas pela natureza da causa.

Rio, 2 de junho de 1906

Aquino e Castro, presidente—G. Natal—Piza e Almeida — Pindahyba de Matos, á parte a competencia do Tribunal que não acceito—João Pedro—Lucio de Mendoção, Salvo a preliminar |de incompetencial do Tribunal para o caso—André

Cavalcante—Manoel Murtinho—Epitacio Pessoa —
A. A. Cardoso de Castro Albeto Torres—Fui
presente, Oliveira Ribeiro.»

JUSTIÇA FEDERAL

O introductor de moeda falsa, como authentica. na circulação tendo a moeda grande dessemelhança da verdadeira de modo a poder ser conhecida a primeira vista a falsificação, deve ser condemnado no gráo medio do art. 339 do Cod. Penal combinado com os arts. 409 e 62 § 1· do mesmo Codigo e com o art. 17 da Lei n.1785 de 28 de novembro de 1907, uma vez que não concorram aggravantes nem attenuantes, não haja prisão cellular e o valor nominal da moeda não exceda de cem mil reis.

Vistos e examinados estes autos; etc.

Verifica-se que os réos. Manoel Francisco Tavares e Amaro José do Nascimento, foram prezos em S. Thomé, do municipio de Alagôa do Monteiro, no dia 3 de fevereiro deste anno, por estarem introduzindo na circulação, como authenticas, notas falsas do valor nominal de cinco mil reis, imitando as do Thezouro Nacional, da estampa 10.ª serie 6.ª e letra B, tendo em seu poder diversos exemplares.

Denunciados no art. 12 da lei n. 1785 de 28 de novembro de 1907.

Com as formalidades legaes, offerecido e recebido o libello, teve logar o julgamento dos réos na audiencia de 28 deste mez.

O que tudo ponderado, o mais que dos autos consta e tendo attenção a discussão oral entre a accuzação e a defeza, e;

Considerando que o réo Manoel Francisco Tavares, no dia 3 de fevereiro deste anno, no distrito de S. Thomé, do municipio de Alagôa do Monteiro, introduziu na circulação como authenticas, duas notas falsas do valor nominal de cinco mil reis, imitando as do Thesouro Nacional, da estampa 10.ª, serie 6.ª e letra B;

Considerando que aprehendidas estas notas em poder da pessôa que as havia recebido, outras duas iguaes foram aprehendidas em poder do mesmo réo;

Considerando que o réo Amaro José do Nascimento, no mesmo dia e logar, introduziu na circulação, como authenticas, tres notas falsas de igual valor nominal e imitação;

Considerando que aprenhendidas estas notas em poder da pessôa que as havia recebido, foram aprehendidas cincoenta e sete iguaes em poder do mesmo réo;

Considerando que não existem circunstancias aggravantes nem attenuantes contra ou a favor dos réos:

Considerando que os peritos, tendo reconhecido falsas todas estas notas acharam grande dessemelhança das verdadeiras, não só nas tintas e dezenhos, como no papel, accrescendo serem, em quatro grupos, de igual numeração;

Considerando que a falsificação assim reconhecida é tão ostensiva a poder ser conhecida á primeira vista;

Condemno cada um dos réos, Manoel Francisco Tavares e Amaro José do Nascimento, a oito mezes e cinco dias de prisão simples e na multa de doze e meio por cento sobre o valor nominal das notas que introduziram na circulação, gráu do art. 339 do Cod. Penal,

combinando com os arts. 405. 409 e62 § 1º do mesmo Cod. e com o art. 17 da lei n. 1785 de 28 de novembro de 1907; computando-se a prisão sofrida pelos réos desde 3 de fevereiro deste anno, de conformidade com o art. 60 do cit. Cod.

Custas repartidamente pelos réos.

Por não haver no estado estabelecimento federal apropriado, designo a Cadeia desta Capital para o cumprimento da pena, annuido o governo do Estado, de conformidade com o art. 380, parte segunda, do dec. n. 3084 de 5 de novembro de 1898.

Sejam os réos recommendados no prisão em que se acham.

Publique-se e faça-se as intimações legaes. — Parahyba do Norte, 31 de julho de 1908.

VENÂNCIO NEIVA.

RECURSO ELEITORAL

DO MUNICÍPIO DO TEIXEIRA EM 1909

A Assembléia do Estado tem competencia para alterar os limites dos municipios e para determinar que em virtude de desmembramento ou annexação de territorio, os respectevos conselhos municipaes fiquem dissolvidos; tendo o Presidente do Estado competencia para mandar proceder á nova eleição.

— A eleição procedida por alistamento julgado valido não é attigida por provimento ao recurso, pois que este não tem effeito suspensivo.

— O Senado Federal não annullou o alistamento eleitoral, nem tem competencia para fazel-o.

— A declaração da somma dos imposto pagos maiores contribuintes só é exigida na publicação das lista e não no edital de convocação.

— A omissão de sobrenomes na collecta não deve prejudicar o maior contribuintes excluido-o da commissão, verificada a identidade.

O facto de ter-se feito parte de commissões anteriores não justifica a continuação, uma vez reconhecida a não identidade ou incapacidade.

— A proclamação de um dos maiores contribuintes dentre outros que hajam pago somma igual, é regular, colligindo-se da acta ter sido depois do sorteio.

Vistos estes autos, etc.

Desde a primeira execução da lei n. 1269 de 15 de Novembro de 1904 teem sido annullados os alistamentos eleitoraes do municipio do Teixeira, de sorte que o deste anno ainda foi regido pelas disposições relativas ao primeiro alistamento.

Contra a sua validade interpoz recurso o Dr. Manoel Dantas Correia de Góes, que em resumo, allegou os seguintes fundamentos:

1.º Que na commissão de alistamento os representantes dos conselhos municipais e de seus immediatos em votos não são legitimos, porque não foram eleitos pelo conselheiros

municipaes empossados e no exercicio de sua funcções e sim pelos eleitos em virtude de decreto do governo estadoal de abril de 1908;

2.º Que a eleição destes conselheiros e immediatos foi feita por alistamento annullado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Senado Federal;

3.º Que o edital de convocação para a organisação da commissão de alistamento eleitoral mencionou trinta nomes dos maiores contribuintes de 1902 sem discriminar a somma de impostos que cada un tivesse pago;

4.º Que Bernardo de Souza Limeira, o primeiro maior contribuinte do imposto de indrustria e profissão, tendo pago 55$200, não foi proclamado membro da commissão de alistamento e sim Vicente Alves Carneiro de Menezes, que pagou 54$000 e occupa o segundo logar;

5.º Que foi proclamado membro da commissão o Coronel Dario Ramalho de Carvalho Luna, que não figura na listas dos maiores contribuintes, em logar do Coronel Dario Ramalho, que é o primeiro maior contribuinte do imposto de decima urbana;

6.º Que Ananias de Oliveira Lyra foi proclamado membro da commissão como um dos maiores contribuintes do imposto de decima urbana, quando com igual contribuição existem mais de oito relacionados na respectiva lista;

7.º Que Francisco Pereira de Arruda, tendo feito parte da commissão do anno p. passado, como um dos maiores contribuintes do imposto de decima urbana, não foi proclamado neste anno sob o pretexto de não saber ler e escrever;

8.º Que foram considerados desconhecidos os maiores contribuintes João Bento d'Araujo Costa e Manoel José, o que é escandalozo em um circulo tão pequeno como o do Teixeira.

Pela informação do presidente da commissão de alistamento, documentos juntos por elle e pelo recorrente tendo-se attenção a legislação applicavel á materia do recurso evidencia-se.

Que a Assembléa do Estado, no uso das attribuições que lhe confere Constituição de 30 de julho de 1892 no § 15 do art. 19 e no art. 55, alterou os limites do municipio do Teixeira por lei n. 260 de 27 de outubro de 1906, desmembrando uma parte, que annexou ao municipio de Batalhão, hoje Taperoá;

Que em consequencia desse desmembramento e de accordo com o art. 9.º da lei n. 9 de 17 de dezembro de 1892 (da organisação municipal) o conselho municipal então existente no Teixeira ficou dissolvido, tendo o governo do Estado, autorisado pelo art. 54 da mesma lei, baixando o decreto n. 363 de 2 de abril de 1908, marcando o dia 20 de maio para proceder-se á eleição de conselhos municipaes daquella villa, uma vez que já havia alistamento eleitoral;

Que os conselheiros então eleitos foram empossados e conhecidos pelos poderes do Estado, acham-se ao exercicio de suas funções;

Que esses conselheiros e seus immediatos, devidamente convocados, elegeram seus representante na commissão de alistamento e foram estes os que legalmente funccionaram;

Que a eleição desses conselheiros fez-se por alistamento julgado unanimemente valido pela Junta Eleitoral de Recursos, na sessão de 30 de abril de 1908, de cuja decizão interpoz-se recurso, sem effeito suspensivo, nos termos dos arts. 36 e 37 da lei n. 1269 de 15 de novembro de 1904;

Que effectivamente, o Supremo Tribunal Federal, por Accordão de 6 de julho de 1908, deu provimento ao recurso, annullando o alistamento, decizão que não attinge a eleição municipal procedida em 20 de maio do mesmo anno, e que nem siquer foi até hoje comprida, por não terem sido devolvidos os autos do Tribunal;

Que o Senado Federal não annullou o alistamento nem tem competencia para fazel-o, tendo, apenas, no reconhecimento do Senador Apollonio Zenaydes Peregrino d'Abuquerque,

eleito em 10 de julho de 1908, declarado nulla a eleição de duas seccões do Teixeira, por ter sido anullado o allistamento por accórdão de 6 do dito mês, como vê-se do Diario do Congresso Nacional ns. 99 e 102 de 28 de agosto e 1 de setembro de 1908;

Que a exigencia da lei quanto á declaração da somma que tiveram pago os maiores contribuintes, applica-se á publicação das listas dos maiores contribuintes para que os prejudicados possam reclamar sobre irregularidades, e não ao edital de convocação, quando taes irregularidade já devem estar sanadas;

Que não arguiu-se e nenhuma prova existe de falta de publicação das alludidas listas, de conformidade com o § 1. do art. 5· e art. 7· da lei n. 1269 e do § 3· do art. 5· e art. 6· do decreto n. 5391 de 12 de dezembro de 1904;

Que o maior contribuinte Bernardo de Souza Limeira falleceu em 21 de Setembro do anno p. passado, em S. Jozé do Egypto, de Pernambuco;

Que o actual Bernardo de Souza Limeira é filho daquelle, e, em 1902, assignava-se Bernardo de Souza Limeira Filho, não figurando entre os maiores contribuintes;

Que si este fez parte da commissão que procedeu aos alistamentos, aliás annullados, de 1905 e 1906 fel-o indevidamente e isso não justifica a pretenção de figurar na commissão deste anno;

Que o Coronel Dario Ramalho, um dos maiores contribuintes do imposto de decima urbana, é o proprio Coronel Dario Ramalho de Carvalho Luna, que foi proclamado e fez parte da commissão no corrente anno, tendo sido a suppressão de seus dois ultimos sobrenomes na collecta, devida a defeito desta;

Que Ananias d'Oliveira Lyra figura na commissão por ter sido sorteado, colligindo-se da redacção da acta da organização, que fez-se a proclamação depois do sorteio entre os maiores contribuintes que haviam pago somma igual;

Que Francisco Pereira de Arruda um dos maiores contribuintes, não sabe ler e escrever, e que si foi considerado membro de uma das commissões dos alistamentos annullados, só pode-se explicar por não ter sido então conhecida a sua incapacidade;

Que não houve quem respondesse pelos nomes de João Bento d'Araujo Costa e Manoel Jozé, sendo de notar que tendo sido contemplados estes nomes na collecta de 1902 não foram repetidos nas posteriores;

Que todas as occurrencias relativas á eleição, proclamação e sorteio dos membros da commissão estão relatados na acta da organisação, de modo a inferir-se que procedeu-se com regularidade.

Assim, tudo examinado e ponderado e o mais que dos autos consta, não tendo-se verificado inobsevancia de preceitos legaes relativos á organisação da commissão na lei n. 1269 de 15 de novembro de 1904 e no decreto n. 5391 de 12 de dezembro do mesmo anno: A Junta decide negar provimento ao recurso interposto e considerar valido o alistamento eleitoral procedido no municipio do Teixeira no corrente anno.

Publique-se e façam-se communicações legaes.

Sala das Sessões da Junta Eleitoral de Recursos, no edificio do governo municipal da Parahiba do Norte, em 22 de abril de 1909. (Assignados).

VENÂNCIO NEIVA. P. e relator.— Francisco de Gouveia Nóbrega.— Trajano Americo de Caldas Brandão.

Não se deve confundir o edital que nos termos do art. 11 da Lei n.º 1269 dá publicidade á organisação da commissão com o edital que de acordo com o art. 8 da cit. Lei convoca os maiores contribuintes e os

membros do governo municipal para a organização da commissão.

A dissolução do governo municipal é determinada pela lei organica dos municipios quando se dá annexação ou desmem-bramento do território do município.

Em taes casos o governo do Estado nomeia uma commissão para o governo do município até a nova eleição.

E' esse um regime excepcional e transitório estatuido por leis anteriores.

A divisão administrativa do território do Estado é da competencia constitucional do respectivo poder legislativo.

A junta de recursos não tem competencia para conhecer da inconstitucionalidade das leis de organização municipal.

Para que o maior contribuinte possa ser proclamado membro da commissão é necessário ser cidadão brasileiro, saber ler e escrever e residir no municipio.

Na igualdade de condições prevista no § 2.º do art. 9 da Lei n.º 1269, é determinado o sorteio mas, se for feita a designação, pelo juiz ella é irregular, mas não annulla a organização da commissão, é porque são competentes todos os que pagam a mesma quantia, dependendo apenas da designação que é questão de forma, que não ataca o direito de nenhum dos contribuintes.

RECURSO ELEITORAL DO TEIXEIRA

O Bacharel Manoel Dantas Correia de Góes cidadão brasileiro, residente no municipio do Teixeira, fundando-se no art. 36 da Lei n.º 1269 de 15 de Novembro de 1904, recorreu para a Junta de Recursos, de todo o alistamento procedido no respectivo municipio por inobservancia dos preceitos legaes relativos á organisação da commissão de alistamento.

O recorrente em 1.º logar transcreve um edital que qualifica de estapafurdio, com que o juiz municipal supplente em exercicio iniciou o alistamento; e feito isto, diz que não é este o edital que prescreve o art. 8 da lei 1269 citada. Para provar o allegado, junta o doc. n.º 1; e assim considerando desnaturado o edital conclue que está nullo o alistamento.

Declara o recorrente ter requerido certidão da organisação da commissão de alistamento, a qual constitue o doc. n.º 2 que é, segundo entende elle, um arremêdo do referido edital, que chama — edital commissão.

Em 2.º logar, o recorrente faz considerações sobre os membros do governo municipal, mostrando que não são os de que trata a Lei n.º 1269, pois são de nomeação do governo do Estado em consequencia da dissolução que considera inconstitucional, do conselho municipal.

Em 3.º logar allega que nas listas de contribuintes, remettidas pelo Thesouro está incluido

em 2.º logar o juiz que presidio à organisação da commissaão de alistamento, seguindo-se 8 nomes de contribuintes da importancia de 48$000 cada um, declarando o recorrente que era o caso do sorteio a que se refere o §

3.º do art. 5 da Lei; em vez disto, affirma ter juiz chamado o contribuinte Pedro Soares de Freitas, que reside em Malta, do municipio do Pombal e Lourenço Justiniano de Lima, que já fasiam parte de uma commissão como suplentes.

O recorrente ao terminar faz considerações impertinentes que não devem occupar a attenção da Junta por não terem alcance algum perante a Lei n.º 1269.

O recurso está informado pelo Presidente da commissão do alistamento nos termos do art. 36 da lei n.º 1269, que juntou como fundamento das informações prestadas: 1.º certidão do edital que publicou a lista dos maiores contribuintes; 2.º certidão do edital da convocação dos mesmos contribuintes e dos membros do governo municipal para a organisação da commissão de alistamento; 3.º certidão da acta da referida organisação.

Dos livros das actas da junta de recursos consta que por inobservancia dos preceitos legaes relativos á organisação da commissão de alistamento foram annullados os alistamentos procedidos no municipio de Teixeira nos annos de 1905, de 1906 e de 1907; e que, assim, o alistamento procedido em Janeiro deste anno é ainda o 1.º e por isto devia ter obedecido ás prescripções da Lei n.º 1269 quando dispõe sobre o 1.º alistamento, conforme foi resolvido por esta junta na decisão que annullou o alistamento do anno passado.

Assim, relatados, expostos e examinados os fundamentos e informações colhidas, verifica-se que o recurso não tem procedencia juridica.

Effectivamente. quanto ao 1.º fundamento é manifesto que o recorrente confunde o edital, que, nos termos do art. 11 da lei n.º 1269, dá publicidade á organisação da commissão, com o edital que de accordo com o art. 8 da citada lei convoca os maiores contribuintes e os membros effectivos do governo municipal e seus supplentes para a organisação da commissão.

Deste não requereu ou não juntou certidão, como se vê dos documentos, com que instruiu o recurso, que alias não estão concertados, e da informação documentada do Presidente da commissão do alistamento.

Requereo, porem e juntou certidão daquelle edital, isto, é, do que deu publicidade á commissão já organisada.

E' curioso e digno de nota que o recorrente que tantas considerações gastou com semelhante edital, não tenha requerido a certidão do mesmo.

Tudo isto é patente dos docs ns. 1 e 2 do recorrente e da informação documentada do Presidente da commissão.

Expressões pouco explicitas e ambiguas, a impropriedade de outras empregadas em petições do corrente, a má redacção de algumas d'estas pétições, como se verifica na do doc. n.º 1.º determinaram a lastimavel confusão notada, que deu logar a considerações acrimoniosas do recorrente.

Quanto ao 2.º fundamento não procede a arguição do recorrente quanto a serem os actuaes membros do governo municipal do Teixeira do nomeação do governo do Estado, pois pelo art. 9 da Lei Estadoal n.º 9 de 17 de Dezembro de 1892, que é a lei organica dos municipios, quando se dá annexação ou desmembramento do territorio dos municipios, os respectivos conselhos ficam disvolvidos; e pela lei n.º 86 de 19 de Outubro de 1897 dada a dissolução por annexação ou desmembramento, ao governo do Estado incumbe nomear uma commissão de 3 membros para o governo do municipio até a eleição e posse dos novos conselheiros.

E' um regime exepcional, transitorio, estatuido por leis anteriores e que se applica ao

municipio do Teixeira por haver sido desmembrada uma parte do seu territorio ex-vi da lei n.º 260 de 27 de Outubro de 1906.

N'esse regimen se conserva o municipio do Teixeira até a nova eleição de seo governo, o que ainda se não deu pela annullação sucessiva do alistamento eleitoral procedido em 1905, 1906 e 1907.

Demais a divisão administrativa do territorio do Estado é da competencia constitucionalmente irrecuzavel do poder legislativo respectivo nos termos do § 15 do art. 19 da Const. do Estado.

Em summa, se taes leis são inconstitucionaes, como pensa o recorrente, ainda não foram declaradas taes segundo os tramites de direito e á Junta de Recursos fallece competencia para conhecer de taes institucionalidades.

Quanto ao ultimo fundamento do recurso, isto é, a forma por que entram para a commissão do alistamento os contribuintes das duas ordens de impostos a lei n.º 1269 no art. 9 § 2.º determina que sejam proclamados pelo presidente os maiores contribuintes, quer para membros effectivos, quer para supplentes, mas não basta a qualidade de maiores contribuintes, é ainda mister que, com esta qualidade, concorram as 3 condições seguintes: ser cidadão brasileiro, ser residente no municipio e saber ler e escrever.

Alem disto, quando na lista figuram contribuintes de igual importancia, designação será feita pela sorte. Mas ainda nesta hypothese, só podem ser contemplados os cidadãos brasileiros que sejam residentes no municipio e saibam ler e escrever.

Ora o recorrente não fez a prova de que houvessem sido violadas as prescripções da lei nos pontos indicados.

Limitou-se a dizer que era o caso de ser observado o sorteio de accordo com o § 2.º do art. 9 da lei, pois havia contribuintes de igual quantia.

Entretanto, o Presidente da commissão informa que uns contribuintes não entram por não residirem no municipio e outros por não saberem ler e escrever.

Ainda informa o mesmo Presidente que um dos maiores contribuintes é cidadão que presidio á organisação da commissão do alistamento, como Juiz Supplente e permaneceo neste caracter, e que o cidadão Pedro Soares de Freitas era residente no municipio, quando foi proclamado membro da commissão, não affectando a organisação da commissão ter se mudado posteriormente para outro municipio. A falta, em casos taes, é preenchida nos termos da lei por um dos supplentes.

Alem disso, na lista de contribuintes do imposto de industria e profissão occupa o 1.º logar Bernardo Limeira e o 2.º , Vicente Alves Carneiro de Menezes, que foi o juiz que presidio á organisação da commissão e que permaneceu no seu posto de presidente; e nada allegou o recorrente a respeito do referido cidadão contemplado na lista Bernardo Limeira; e assim, ou não reside no municipio ou não sabe ler e escrever e está por esta forma comprehendido entre os que foram excluidos por força da lei, como informa o presidente da commissão.

Excluidos estes, seguem-se 8 nomes de contribuintes da importancia de 43$000 e 2 destes, Pedro Soares de Freitas e Lourenço Justiniano de Lima fazem parte da commissão, tendo por suplentes os cidadãos Francisco Manoel Ribeiro Barros que contribue com 43$000 e Francisco Nunes da Rocha em 43$200.

Na 2.ª lista (decima urbana) ocupa o 1.º logar o C.el Dario Ramalho de Carvallo Luna em 36$000 e foi proclamado membro da commissão, como o cidadão Ananias de Oliveira Lyra e tendo por supplentes Francelino Pereira de Arruda e Joaquim de Souza Pacheco, contribuintes igualmente da quantia de 5$760.

Entre estes e o 1.º proclamado ha outros contribuintes de quantia mais elevada, é exacto;

mas quanto a exclusão destes nada allegou e menos provou o recorrente e, portanto, prevalece a informação fundamentada do Presidente da commissão.

E ainda mesmo que na igualdade de condições prevista pelo final do § 2.º do art. 9 da Lei 1259, o Juiz presidente da commissão, em logar de proceder ao sorteio houvesse feito a designação por si, ainda assim dar-se-ia uma irregularidade, mas nunca uma violação da lei com força de inquinar de nullidade a organisação da commissão, porque ha ali uma questão de forma que não ataca o direito de nenhum dos contribuintes, que tambem teriam de ser preteridos pelo sorteio.

Todos os que pagam igual importancia são competentes para faser parte da commissão faltando apenas a designação directa do juiz, ou pela sorte.

Só haveria offensa de direitos, se em logar de 2 contribuintes de maior importancia, fossem arbitrariamente escolhidos pelo Presidente dous outros que pagassem quantia inferior, ou submettidos ao sorteio dous outros que pagassem quantia menor, o que importaria manifesta nullidade da organisação da commissão.

Mas quando occorrem simples irregularidades verificadas e patentes, deve se chamar a attenção da commissão para a restricta observancia das prescripções legaes, mas nunca annullar o alistamento. No caso do recurso, a regularidade da organisação da commissão resalta, dos documentos juntos, a informação do Presidente da commissão respectiva. Nestas condições, a Junta nega provimento ao recurso e confirma o alistamento ultimamente procedido no municipio do Teixeira.

Façam-se as communicações e publicações necessarias.

Sala das sessões da Junta de Recursos na Capital da Parahyba 30 de Abril de 1908.

VENÂNCIO NEIVA
Francisco De Gouvéa Nobrega
Trajano A. de Caldas Brandão—Relator.

RECURSO ELEITORAL

Não são compreendidos nos arts. 5.º e 9.º da lei e regulamento eleitoraes vigentes, os impostos sobre coqueiros fructiferos e sobre crias de gado vaccum, cavallar e muar, cobrados neste Estado.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, etc.

O dr. Francisco Alves de Lima Filho, firmado no art 36 da lei n.º 1269 de 15 de novembro de 1904, recorreu contra a validade do alistamento eleitoral do municipio do Espirito Santo na revisão deste anno, fundando-se em não terem sido observados dessa lei e o art. 5.º do dec. 5391 de 12 de dezembro daquelle anno, visto terem feito parte da commissão de alistamento contribuintes de impostos de industriais e profissões, com preterição de contribuintes sobre propriedade rural, qualquer que seja a sua denominação. Disse que ha no Estado os impostos sobre coqueiros e sobre crias de gado vaccum, cavallar e muar, incidentes taes impostos sobre propriedade rural, devendo os respectivos contribuintes ser chamados de preferencia aos de industrias e profissões.

Juntou uma certidão do Thesouro provando que effectivamente, ha no Estado os alludidos impostos, sendo o de coqueiros cedido á Santa Casa de Misericordia, que directamente cobra-o e faz a respectativa escripturação, e o de crias de gado vaccum, cavallar e muar, que é cobrado por arrematação ou por prepostos do governo, constando apenas da certidão que são 429 os contribuintes, sem mencionarem-se a quantias pagas.

Vê-se, pois, que o recorrente não provou haver no Estado ou Municipio «imposto sobre a propriedade rural, gravando as terras cultas ou incultas nem qualquer outro sobre a propriedade agricola, incluzive a de creação.»

Não faz-se questão da denominação do imposto mas que elle grave terra cultas e incultas, a propriedade agricola, inclusive a de criação. E o imposto sobre coqueiros nobre crias de gado não grava as terras, não grava a propriedade agricola ou de criação.

Convém notar que o imposto sobre coqueiros só atinge aos fructiferos, o que quer dizer que incide sobre os fructos, embora com taxa fixa.

Tivesse o legislador intenção de comprehender esses impostos, teria facil e explicitamente chamado para a composição da commissão os contribuintes de impostos sobre os productos das propriedades a que referiu-se e, então conjunctamente com os criadores, viriam os productores da borracha, do café, do algodão, do assucar, etc; o que, aliás, seria de justiça, pois pagando muitas vezes quantias elevadissimas, teem interesse em influir na base do systema representativo.

Em todo cazo, taes contribuintes teriam seu logar proprio entre os de industria, como são extractiva, a agricola ou pecuaria.

Assim considerando, e mais que contra a lista publicada dos maiores contribuintes, dentre os quaes foram sorteados 4 membros da commissão, nenhuma reclamação fez-se no prazo legal, a junta decide negar provimento ao recurso para, de accordo com os arts. 5.º e 9.º da lei citada e 5.º e 9.º do respectivo regulamento, declarar como declara, valido o alistamento eleitoral do municipio do Espirito Santo, procedido na revisão do corrente anno.

Publique-se. Sala da Junta Eleitoral de Recursos, no edificio do Governo Municipal da Parahyba do Norte, 24 de Março de 1910. (Assignados)

VENÂNCIO NEIVA,—Presidente e Relator.
Francisco de Gouveia Nobrega.
Trajano Americo de Caldas Brandão.

JUIZO FEDERAL

O Juizo deprecado pode tomar conhecimento da incompetencia allegada do Juizo deprecante; mas não de irregularidades ou nullidades da precatoria.

A. B. Lyra & C.ª, domiciliados nesta cidade, onde são commerciantes estabelecidos, encomendaram a A. Bockmenn & C.ª, domiciliados na secção federal de Pernambuco, no Recife, onde são commeciantes, uma lancha a gasolina e a petroleo para o transporte de passageiros entre o porto desta capital e o de Cabedello.

Aconteceu que, tendo chegado a lancha, não foi acceita por A. B. Lyra & C.ª que allegam não ter vindo de accordo com a encomenda.

Em virtude disto A. Bockmann & C.ª acceitaram a rescisão do contrato e fizeram um protesto por perda e dannos perante o Juizo Federal de Pernambuco, a quem requereram precatoria para este Juizo afim de ser a lancha depositada em poder de Krönke & C.ª, commeciantes nesta praça, e serem A. B. Lyra intimados do protesto.

Cumprida a precatoria, vieram os intimados com embargos por omissão de formalidades extrinsecas da precatoria e por incompetencia do Juizo deprecante para qualquer procedimento judicial com relação aos embargantes, visto ser aqui o seu domicilio que

não renunciaram nem expressa nem tacitamente. Ouvido o Dr. Procurador da Republica, opinou não lhe parecer de todo procedente o allegado nos embargos, por não se tratar de causa principal e sim de uma simples medida preliminar ou antes assecuratoria de direito; e que, ainda quando se tratasse da causa principal, não existe prova de ser este o fôro do contracto. Quanto a falta de formalidades, diz a Procuradoria que efectivamente deo-se.

Os embargantes sustentaram os seus embargos.

O que tudo visto e examinado: deixo de tomar conhecimento dos embargos quanto a irregularidades ou nullidades da precatoria, por não competir ao Juizo deprecado; jugo-os porem, improcedentes quanto a allegada incompetencia do Juizo deprecante e condemno os embagantes nas custas.

E' certo que o fôro competente para acção ou demanda é o do domicilio do réo, salvo renuncia expressa, que é preciso provar, ou tacita; mas no caso presente não se trata de acção ou demanda e sim de um protesto em geral e de requisição para dar-se deposito a uma encommenda não acceita, o que constituem medidas preventivas ou assecuratorias de direito e nenhuma disposição veda a sua promoção em fôro alheio ao do reo.

Dec. n.º 737 de 1850—art. 52 e 60; Dec. n.º 3084, de 5 de Novembro de 1898, parte terceira, art. 19 e 45; Paula Baptista, theoria e pratica do processo civil comparado com o commecial § § 54, 61 e 94. Devolva-se ao Juizo deprecante, ficando traslado e feitas as intimações legaes.

Parahyba do Norte, 30 de Janeiro de 1908 (assignado).

VENÂNCIO NEIVA

RECURSO ELEITORAL

E' permittido a qualquer cidadão, ainda mesmo não domiciliado ou residente no municipio, recorrer contra a validade do respectivo alistamento eleitoral.

São motivos de annullação do alistamento a não discriminação das somma pagas pelos maiores contribuintes e a recusa de fiscal.

N. 3 de 1907.

Vistos, examinados e discutidos estes autos de recurso eleitoral interposto, em 1907, pelo Padre Dr. Manoel Gonçalves Soares d' Amorim, eleitor no municipio de Itambé de Pernambuco, contra a commissão revisora do alistamento eleitoral do municipio de Pedras de Fogo, deste Estado, para a annullação da revisão etc.

Em sessão de 21 de Março d'quelle anno, esta Junta, firmada nos arts. 44 da Lei n. 1269 de 15 de Novembro de 1904 e 45 do Cec. 5391 de 12 de Dezembro do mesmo anno e no Accordam do Supremo Tribunal Federal de 2 de Junho de 1906, não tomou conhecimento do recurso. Desta decisão recorreu o Dr. Amorim para o Supremo Tribunal Federal, que, já na vigencia da lei n. 1733 de 26 de Setembro do anno p. passado converteu o julgamento em diligencia, para mandar por accordam de 20 Novembro, tomar conhecimento e julgar de meritis.

Os fundamentos do recurso são, em resumo, os seguintes:

1.º Que as listas dos maiores contribuintes contém nomes de cidadãos não domiciliados no municipio, que um delles não sabe ler nem escrever; que na mesma classe ha nomes

em duplicata; alguns nomes não estão por extenso; que não está discriminada a somma paga;

2.º Que a commissão não funccionou no local designado por lei;

3.º Que os membros effectivos e supplentes eleitos pelo Conselho Municipal foram recusados pelo Presidente da Commissão, tendo funccionado outros designados por gente alheia ao Conselho;

4.º Que a Commissão não admittiu o fiscal apresentando por quatro eleitores do municipio, sob o pretexto de não ser alli domiciliado.

Em sua informação, o Presidente da Commissão não tendo tratado dos fundamentos do recurso, argumentou com a legislação no intuito de provar não ser este permittido, nem competente o recorrente, por não ser cidadão do municipio.

O que tudo ponderado:

Considerando que a admissão do recurso está julgada pelo Accordam do Supremo Tribunal Federal de 20 de Novembro de 1907 e consignada na Lei n.º 1733 de 26 de Setembro do mesmo anno;

Considerando que a Lei n.º 1269 de 15 de Novembro de 1904 no art. 36 e o Dec. n.º 5391 de 12 de Dezembro do mesmo anno, em igual artigo, permittem a qualquer cidadão interpor recurso contra a validade do alistamento, sem exigencia de domicilio ou de residencia do recorrente no municipio;

Considerando que dos fundamentos do recurso acham-se provados a não discriminação nas listas publicadas da somma paga pelos maiores contribuintes e a recusa do fiscal apresentado, impossibilitando por esta forma as reclamações dos interessados na organisação da Commissão e a fiscalisação dos trabalhos desta;

Considerando que não se provou ser o fiscal apresentado, Dr. Rodrigo Francisco Pereira, residente fóra do municipio, não procedendo o argumento de que foi qualificado jurado em Itambé, não só porque não trata-se de funcções que determine obrigatoriamente a residencia, como é por ser tambem jurado em Pedras de Fogo, onde é eleitor;

Considerando tudo isto e o mais que dos autos costa:

A Junta decide annullar toda a revisão eleitoral, procedida em Pedras de Fogo em 1907, por infracção do § 23 do art. 5.º do art. 19 e do § 1.º do art. 41 da Lei 1269 de 15 de Novembro de 1904 e do § 4.º do art. 5.º do art. 19 e § 3.º do art. 41 do Dec. n. 5391 de 12 Dezembro do mesmo anno.

Publique-se e façam-se a communicação legal. Sala das Sessões da Junta de Recurso no edificio do Governo Municipal da Parahyba do Norte, 12 de Março de 1908

(assignado)

VENÂNCIO NEIVA. Presidente da Junta e relator do feito — Francisco de Gouveia Nobrega — Trajano Americo de Caldas Brandão.

RECURSO N. 5

Por mudança de residencia o eleitor só póde ser eliminado a requerimento seu ou em face de documento que prove ter acceitado emprego ou exercer em outro municipio, funcção que determine

obrigatoriamente a sua residencia ahi.

Vistos, expostos e discutidos estes de recurso eleitoral, do municipio de Areia em que é recorrente Bento da Silva Pinto e recorrida a commissão de alistamento, delles se verifica que o recorrente interpoz perante esta Junta o seu recurso, fundado no art. 40 n. 1º da Lei 1269 de 15 de Novembro de 1904 e instruido com a certidão de fls.

Assim, considerando que a eliminação o eleitor só pode ter lugar nos restrictos termo do citado art. 40 n. 1 Lei n. 1269;

Considerando que o recorrente não requereu a sua eliminação, como consta da certidão de fls. e da informação do Presidente da Commissão eleitoral;

Considerando ainda , que não consta dos autos que o recorrente tenha acceito emprego, ou exerça funcção que determine obrigatoriamente a sua residencia em outro municipio, a Junta de Recurso dando provimento ao recurso manda que readmittido no registro eleitoral do municipio de Areia, o recorrente se ja considerando eleitor do mesmo municipio.

Faça-se a devida communicação e publicação.

Sala das sessões da Junta de Recurso no Edificio do Governo Municipal da Parahyba do Norte em 21 se Maio de 1908.

(assignado)

VENANCIO NEIVA. Presidente—Francisco de Gouveia Nobrega—Trajano Americo de Caldas Brandão, Relator.

MOEDA FALSA

DESPACHO DE PRONUNCIA

Vistos estes autos, etc.

Na villa de Soledade, em 23 de Agosto do anno p. passado, foram apprehendidas como falsas, das mãos de Manoel Lourenço da Silva, duas cedulas de 50$000, imitando as da 11.ª estampa do Thesouro Federal, sendo que uma estava em seu poder e outra havia-lhe sido restituida na occasião por Pedro Joaquim Januario, a quem passára a 16 do mez.

Lavraram-se autos de perguntas a Pedro Joaquim Januario, Manoel Lourenço da Silva e Tertulino Diniz de Maria, e de apprehensão das duas cedulas que pelo apprehensor supplente seccional Francisco Joapery da Nobrega foram assignaladas com a inscripção de—«falça»—em duplicata na face de cada uma.

Declarou Manoel Lourenço haver recebido taes cedulas de Joaquim Gomes de Araujo para compra de algodão, o que foi confirmado por Gomes, com a allegação de que recebera-as no mesmo dia da apprehensão em um dinheiro remetido por José de Vasconcellos & C.ª de Campina Grande, saldo da venda de uma partida de algodão, e que, sendo dia de feira, não tivera tempo de examinar o dinheiro ao distribui-lo por seus prepostos. Accrescentou que si aquellas duas cedulas eram falsas, tambem o seriam seis que exhibia da mesma estampa e procedencia. O supplente reconheceu as seis iguaes ás apprehendidas e como estas, tambem falsas; mas não assignalou a pedido de Gomes, que disse querer trazel-as para esta capital, onde, se fossem reconhecidas falsas, seriam inutilisadas; não tendo tomado nota da serie, estampa e numeração das cedulas exibidas, notas que, sem verificar, recebeu de Gomes no dia seguinte.

Tendo constado a José de Vasconcellos & C.ª que Joaquim Gomes allegara ter recebido

delles as cedulas apprehendidas como falsas, telegrapharam-lhe pedindo explicações, Respondeu lhes Gomes que as cedulas recebidas eram verdadeiras.

Ouvido em Juiso José de Vasconcellos e Silva, chefe daquella firma, declarou que effectivamente no saldo que remetteram a Gomes, tinham ido dez cedulas de 50$000 mas todas de lettras d'agua e verdadeiras.

No dia 24 de Agosto veio Gomes á capital, tendo sido, em virtude de seu offerecimento e de confiança, encarregado pelo supplente seccional de trazer ao juiz substituto, dr. Francisco de Gouveia Nobrega, não só os autos e as cedulas appreheendidas como as exhibidas. Allegando incommodo que privara-o de alcançar o trem de Campina Grande, Gomes deixou de vir por aquella cidade, vindo pelo trem de Alagoa Grande com 50 Kilometros baixo.

Disse Gomes que, chegando á capital e não tendo encontrado o doutor

Gouveia Nobrega, que havia ido ao engenho de um tio, apresentara as cedulas, em numero de dez, a Castro, Irmão & C.ª, os quaes, reconhecendo-as verdadeiras, acceitaram seis em pagamento; que apresentara as outras quatro a Antônio Rabelo & Filhos, que, mesma forma, acceitaram duas; tendo as mencionadas firmas fornecido recibos, como lhes foram pedidos, com especificação da serie, estampa e numeração das cedulas recebidas. Finalmente, Gomes, segundo uma de suas versões, entregou á circulação as duas cedulas restantes, ou segundo outra, deu-as á guardar a Antonio Camillo Soares para ulteriores averiguações e regressou para Soledade reconduzindo os autos de apprehensão.

Ali chegando disse ter-se sahido bem, por terem sido reconhecidas verdadeiras as cedulas e mostrou os recibos não só ao supplente seccional como a outras pessoas, recebendo parabens; mas não deu noticia dos autos.

Não se conformando com esta solução extrajudicial o dr. procurador da Republica requereu diligencias no sentido de ser compellido Gomes a apresentar ao juiso as cedulas apprehendidas e os autos.

Em consequencia voltou Gomes á capital, onde, a 23 de Setembro, foi ouvido pelo dr. Juiz substituto a quem apresentou as duas cedulas juntas aos autos as quaes em exame judicial foram reconhecidas verdadeiras. Quanto aos autos de que fora portador e que allegara ter reconduzido para Soledade, disse que déra busca em casa e não encontrara-os, mas que lá deveriam estar, compromettendo-se procural-os ainda.

Tendo o dr. procurador da Republica insistido pela apresentação dos autos, sob as penas da lei, o indiciado, em requerimento de 22 de Outubro, disse que «tinha razões para provar que os autos foram entregues ao juiz supplente seccional Francisco Joapery da Nobrega.»

Sues razões consistiam na troca de telegrammas entre o dr. juiz substituto e o seu supplente em Soledade.

Em vista de taes factos foi apresentada denuncia contra Joaquim Gomes de Araujo como incurso no artigo 17 da lei nº 1785 de 28 de Novembro de 1907 combinado com o artigo 338 do Cod. Penal e no artigo 326 do mesmo Cod.

O dr. procurador da Republica, com seu reconhecido zelo pela causa da justiça, tendo promovido as diligencias que precedem á denuncias e offerecido esta, acompanhou a formação da culpa.

O denunciado esforçou-se para provar que as cedulas apprehendidas são as mesmas apresentadas ao juiz substituto e reconhecidas verdadeiras; que os autos de apprehensão entregara ao suplente Joapery; que elle denunciado, gosando do melhor conceito, não era capaz da pratica dos crimes que se pretende tivesse cometido, e que, finalmente, é victima de perseguição do chefe governista local Claudino Nobrega, por causas, diversas e principalmente por forte competencia commercial, manifestando-se a perseguição até por meio de pressão aos que depuzeram de alguma forma favoravel a elle denunciado.

O dr. supplente seccional, que funccionou no processo por supeição do dr. juiz substituto, decretou a improcedencia da denuncia, por não considerar provados os crimes attribuidos ao denunciado, nem resultados indicios de má fé.

O que tudo examinado; e,

Considerando achar-se provado pelas diligencias precedentes ´á denuncia, por declaração do proprio denunciado introduzido na circulação, como authenticas, em Agosto do anno passado, na villa de Soledade, as duas cedulas de 50$000 apprehendidas em mãos de Manoel Lourenço da Silva;

Considerando que taes cedulas foram reconhecidas falsas pelo juiz que apprehendeu-as e por deversas pessoas que as viram e deram seus depoimentos;

Considerando que a jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal tem admittido esta fórma de corpo de delicto no crime de introdução de moeda falsa na circulação;

Considerando que as cedulas apprehendidas em Soledade não são as mesma apresentadas ao juizo substituto, como declararam o juiz apprehensor e as pessoas que viram umas e outras, notando até as differenças caracteiristicas entre as apprehendidas como falsas e entre as apresentadas e reconhecidas verdadeiras;

Considerando que as cedulas apprehendidas foram as assignaladas pelo proprio punho do apprehensor com a escripção de —«falça»—, em duplicata, na face de cada uma, tendo sido a palavra assignaladora escripta com — ç — no logar de — s —, e que nas apresentadas a inscripção foi feita no verso de cada uma e com — s —no logar proprio, por lettra que não foi reconhecida;

Considerando que pelo exame de fls. 244—245 v. verifica-se que as cedulas apresentadas e juntas a estes autos só tem vestigios de haverem sido autoadas pelo escrivão deste Juizo, Eutychiano Barreto, tendo sido rubricadas pelo supplente seccional desta capital, Francisco Coutinho, quando deveriam ter vestigios de outro autoamento, se fossem as qpprendidas em Soledade;

Considerando que a substituição das cedulas apprehendidas só interessava ao denunciado que, de posse dellas, facilmente poderia effectual-a;

Considerando que a substituição corrobora as provas de que eram falsas apprehendidas;

Considerando que a declaração do denunciado de que havia recebido as cedulas a 23 de Agosto, manifesta ainda a sua má fé, pois que uma havia sido passadda a 16;

Considerando que maliciosamente attribuiu o denunciado a procedencia das cedulas a José de Vasconcelloe & C.ª, tanto que em logar de demandar a cidade de Campina Grande para entender-se com elles a respeito, deixou aquella intinerario natural e muito mais commodo, vindo com viagem muito mais penosa, e, interpellado por elles, declarou-lhes serem verdadeiras as cedulas que havia recebido;

Considerando que, chegando á capital e não tendo encontrado o dr. juiz substituto, com qualquer outro funccionario da justiça federal dever-se-ia ter entendido o denunciado e não com particulares que, por mais respeitaveis, não tinham competencia para tomar conhecimento do caso;

Considerando que, quando tivessem sido reconduzidos os autos de apprehensão para Soledade com elles teriam ido as cedulas apprehendidas;

Considerando que dizendo ter reconduzido os autos de apprehensão para Soledade, ali chegando o denunciado nem siquer déra disto noticia ao supplente seccional que lh'os confiara para trazer;

Considerando que, só depois de intimado, sob as penas da lei, para apresentar aos autos em Juizo, foi que o denunciado declarou não havel-os encontrado em casa, onde deveriam

estar, vindo mais tarde com a declaração de que “tinha razões para provar havel-os entregue ao supplente seccional”;

Considerando que a mais de uma pessoa o denunciado confessou ter extraviado os autos, especialmente a Massillon Bonavides, quando, em 19 de Outubro encarregou-o de convidar um advogado, tendo autorisado Bonavides a dizer-lhe que havia feito desapparecer os autos de apprehensão, de acordo com o chefe local Claudino Nobrega;

Considerando que esta declaração mostra a malicia do empenho para obter-se certidão de telegrammas trocados entre o dr. juiz substituto e seu supplente, como si assistisse ao denunciado o direito de conhecer da correspondencia entre autoridades;

Considerando não ser verosimil que a entrega questionada dos autos se tivesse feito sem um documento que a comprovasse, ficando o entregador é espera da tróca eventual de telegramas que o eximissem da responsabilidade:

Considerando que a alludida tróca de telegrama não tem referencia aos autos questionados, pretendendo apenas o denunciado, que privava com os funccionarios publicos em Soledade, prevalecer-se da coincidencia com o intuito de confundir o caso;

Considerando que a competencia commercial e quaesquer choques de interesses sobrevindos entre o denunciado e Claudino Nobrega nunca chegaram ao ponto de inimizal-os, tanto que no regresso daquelle, da capital, dizendo ter-se sahido bem da questão das cedulas apprehendidas e exibidas, foi Claudino um dos primeiros a apresentar-lhe parabens;

Considerando que, ao contrario de perseguição, dos autos consta a grande proteção que ao denunciado prestaram Claudino Nobrega e seus amigos em Soledade, chegando ao ponto de indevidamente entregarem-lhe os primeiros elementos de prova de seu crime e de dizer Claudino que em defeza do denunciado chegaria até o sacrificio, si se convencesse de sua inocencia, protecção que só foi retirada, e não convertida em perseguição, quando Claudino e seus amigos convenceram-se não só da criminalidade do protegido, como que pretendia isentar-se, sacrificando outrem;

Considerando que não pode-se considerar pressão aos deponentes o facto de haver-se mostrado a um delles em Soledade a disposição legal em que incorria, se não depusessem a verdade, nem as allegações vagas de perigo si depuzessem em desacordo com o chefe local;

Considerando tudo isto e o mais que dos autos consta;

Não confirmo o despacho pelo qual o dr. supplente seccional decretou a improcedencia da denuncia de fls. 2-8 v. e julgo procedente a mesma danuncia para pronunciar, como pronuncio, o denunciado Joaquim Gomes de Araujo incurso no artigo 17 da Lei n.º 1785 de 28 de Novembro de 1907, combinado com o artigo 338 do Cod. Penal e no artigo 326 do mesmo Cod., como autor da introducção na circulação, em Agosto do anno p. passado, na villa da Soledade, de duas cedulas falsas, como authenticas, imitando as de 50$000 da 11.ª estampa do Thesouro Federal, e tambem como autor do desapparecimento dos autos de apprehensão com as duas alludidas cedulas apprehendidas em 23 daquelle mez em mãos de Manoel Lourenço da Silva, visto que se provas da autoria revestem-se dos mais evidentes indicios vehementes de má fé, embora verifique-se que anteriormente gosava o denunciado de bom conceito.

Sujeito o réo á prisão, livramento e custas, lançando-se o seu nome no ról dos culpados e passando-se em duplicata contra elle mandado de prisão, para cuja efectividade solicite-se, em reservado, do presidente do Estado, o auxilio da policia local.

Apure-se a responsabilidade do supplente seccional Francisco Joapery da Nobrega na entrega dos autos de apprehensão, com as cedulas apprehendidas, aquem tinha interesse em extravial-os e na não aprehensão das cedulas exibidas, assim como a responsabilidade de Claudino Nobrega nesse extravio.

Constando ser o réo collector das rendas federaes em Soledade, communique-se, em reservado, ao delegado fiscal do Thesouro Federal neste Estado, a pronuncia.

Passado em julgado este despacho, dê-se vista ao dr. procurador da Republica para, na forma da lei, offerecer o seu libello.

Parahyba do Norte 29 de Janeiro de 1910.

(Assignado)

VENÂNCIO NEIVA

TRAJANO AMÉRICO DE CALDAS BRANDÃO

A expressão — Estados diversos — a que se refere a lettra d) do art. 60 da Const. Federal não comprehende as nações extrangeira.

A qualidade de extrangeiro não determina a competencia da justiça federal, salvo nos casos fixados nas lettras f) e h) do art. 60 da cit. Constituição.

Vistos estes autos de acção de notificação entre partes: Autor Walter Jagemberg e Réos— Jayme Seixa & C.ª.

Walter Jagemberg, commerciante em Colonia da Allemanha, requereu em meio do corrente anno ao juiz federal nesta secção, que mandasse intimar Jayme Seixa & C.ª, desta praça, para no prazo de 6 dias e sob pena de desobediencia, lhe fazerem entrega de certos machinismos que constituiram o objecto de uma venda condicional, que os mesmo Jayme Seixa & C.ª fizeram ao sup. pelo preço de 19 contos de réis, que receberam em moeda corrente, uma vez que os vendedores não iniciaram o resgate de ditos machinismos pelo pagamento parcial de 1 conto de réis mensalmente, a contar de 15 de agosto de 1914 e a terminar a 15 de fevereiro de 1916, conforme se obrigaram no contracto que se acha junto a inicial, instruida ainda com a procuração de fls.

Jayme Seixa & C. foram intimados do pedido, conforme se vê da certidão de fls. II de que lhes foi dada contra o que receberam.

Na audiencia de 20 de maio o advogado e procurador de Walter Jagemberg accusou a notificação dos R. R. para entregarem no praso de 6 dias ao notificante, seu constituinte, os machinismos descriptos na escriptura publica de compra e venda, requereu que sob pregão, ficasse assignado o referido prazo de 6 dias para entrega sob pena de desobediencia e custas e se houvesse a notificação por accusada. O advogado do A. declarou que protestava por perda e damnos, que adviessem da má fé, dolo, móra ou de qualquer prejuizo de ordem moral ou material pelo procedimento dos notificados. Estes comparecerão por advogado e procurador que requereu que o A. extrangeiro prestasse fiança ás custas e depois se lhe desse vista dos autos e protestou por sua vez contra as perdas e damnos que sobreviessem a seus constituintes, que em suas officinas, onde têm os machinismos exigidos pelo mesmo A., uma vez que a notificação não se justifica por não ter assento em direito.

Conclusos os autos, o juiz federal em exercicio determinou audiencia especial para louvação de peritos no processo de fiança ás custas. E effectivamente na audiencia de 24 de maio por accôrdo das partes nomeou o juiz os arbittradores, que previamente intimados, prestaram o compromisso legal, seguindo-se o processo da fiança ás custa que foi afinal prestada conforme o termo de fls. 21 v. Em seguida, o advogado dos R. R. offereceu por contestação os embargos de fls. em que allega:

a) que o pedido do A. não assenta em direito, porque não se apoia em titulo legal de obrigação vencida, que lhe dê direito á acção;

b) que o documento, em que se funda o pedido, é um contracto de venda a retro ou condicional, para o pagamento de divida resultante de transacções mercantis e assim é um contracto insubsistente e nullo nos termos da art. 1.º do dec. 169 A de 19 de janeiro de 1890;

c) que sendo a venda constante da escriptura de fls. dependente de condições resolutiva com o prazo de 2 annos a terminar a 17 de fevereiro de 1916, durante o qual os R. R. eram obrigados a pagar em prestações mensaes de um conto de réis o total do resgate, não se deu o implemento da condição resolutiva por não haver ainda decorrido o alludido praso;

d) que depois de 17 de fevereiro de 1916 é que se poderia verificar a remissão dos machinismos vendidos e, no caso contrario, a tradição dos mesmos ao comprador;

e) que o A. para obter a venda a retro comprometteu-se a fornecer certas mercadorias aos R. R. para maior facilidade da remissão e que effectivado o contracto, não deu cumprimento a essa convenção;

f) finalmente, que a acção intentada não tem assento na legislação commercial e que por estes fundamentos é manifestamente improcedente. Os embargos estão instruidos com uma carta convenção;

Recebidos elles, foram contestados pelo mesmo A., que sustentou a propriedade da acção; que o contracto retrovendendo não se regula pela lei hypothecaria; que o contracto está vencido para todos os effeitos, porque ajustado o pagamento com prestações, não paga uma, as outras se consideram vencidas; que na interpretação das clausulas dos contractos deve-se ter em vista a doutrina de Pothier; e finalmente, que se o contracto fosse nullo, attenta e bôa fé do A., não poderiam os R. R. se recusar a restituição da importancia recebida de 19 contos de réis.

Posta a causa em prova, assignou-se na audiencia de 24 de junho a dilação probatoria e dentro della depuzeram duas testemunhas dos R. R..

O A. prescindiu do depoimento de duas testemunhas que não compareceram; e, estando encerrada a dilação, foram os autos conclusos ao juiz em exercicio, que determinou vista ás partes para as allegações finaes, que foram apresentadas pelo advogado do A. que sustentou o seu pedido, juntando a certidão do contracto e o conhecimento do pagamento do imposto a que é o mesmo sujeito. O A. fez nos autos o protesto de fls., que requereu para salvaguarda de direitos por se acharem os R. R. alienando bens clandestinamente.

O advogado dos R. R. offereceu suas allegações finaes, em cuja primeira parte sustenta a incompetencia da justiça federal para conhecer da especie dos autos, segundo a jurisprodencia do Supremo Tribunal Federal, e na ultima parte, desenvolveu os argumentos anteriores de defesa.

Tendo vista o dr. procurador da Republica emittiu seu parecer pela nullidade do feito por não se ter observado o processo da acção ordinaria prescripto para o caso de accôrdo com o art. 13 parte 3.ª do Decreto 3.084, de 5 de novembro de 1898.

Tendo se mandado sellar e preparar os autos pelo despacho de fls., consultou o escrivão sobre a base o pagamento da taxa judiciaria, uma vez que o valor do contracto, objecto da acção, é de 19 contos de réis, ao passo que no final da petição inicial deu o A. o valor de 5 contos.

Conclusos os actos, determinei que se fizesse o calculo sobre o valor do contracto de accordo com o art. 1.º letra a) do Decreto n.º 3312 de 17 de junho de 1899 e sobre esta base foi effectivamente paga a taxa judiciaria.

Sellados os autos, subiram á conclusão em data de 25 de novembro.

O que tudo devidamente examinado:

Considerando, que nas ellegações finaes dos R. R. foi indicada preliminarmente a nullidade do processo por incompetencia da justiça federal e desta nullidade se deve tomar conhecimento;

Considerando, que com quanto não se tenha allegado a incompetencia por excepção no momento opportuno, nem na contestação, todavia a nullidade resultante não ficou sanada por ser ella de natureza issupprivel e poder ser allegada em qualquer tempo art. 91 e 92 letra a) da Consolidação das leis da justiça federal Parte 3.ª;

Considerando que a incompetencia é materia de ordem publica, devendo os juizes e tribunaes pronucial a, mesmo quando não allega: Acc. do Sup. Trib. Federal de 4 de novembro de 1899 Direito vol. 81 pag. 56: Acc. do mesmo Sup. Trib. de 25 de outubro de 1899 jurisprudencia de 1899 pag. 121 — Bento de Faria notas ao art. 74 do Reg. 737 e Tavares Bastos, Consolidação das leis da justiça federal nota ao § 895;

Considerando, que não é prorrogavel a jurisdicção entre os juizes federaes e locaes arg. do art. 4.º da lei n.º 1939, de 28 de agosto de 1908; e assim;

Considerando, que as justiça federal e local mantem a jurisdicção que lhes é propria e peculiar, segundo os pricipios fixados nos art. 59, 60 e 61 da Const. Federal, Constituição e leis Estadoaes, por exigencia da natureza do regimen federativo e da harmonia constitucioanl;

Considerando, que a jurisdicção federal é, pela Const. de 24 de fevereiro, especial e de excepção, ao passo que a local é a commum e ordinaria para as causas em geral: Pedro Lessa § 12 do Poder judiciario;

Considerando, que a simples qualidade de cidadão extrangeiro não é sufficiente para gerar a competencia da justiça federal para processar e julgar as acções, em que elle tenha de figurar, mas é indispensalvel que as acções tenham a origem determinada na letra f) do art. 60 da Const. Federal;

Considerando, que ainda fóra deste caso, é indispensavel para determinar a referida competencia, que se suscite questão de direito internacional, civil ou commercial, — lettra h) do Cit. 60;

Considerando, que as expressão cidadãos de Estados diversos da lettra d) do cit. art. 60, não comprehendem os cidadãos extrangeiros, mas simplesmente os cidadãos dos diversos membros ou unidades da Federação Brasileira: Acc. do Sup. Trib. Federal de 6 de novembro e 24 de dezembro de 1912 (Diario Off. de 23 de abril e 1 de junho de 1913), de 13 de junho de 1914, (Revista Supremo Trib. Federal vol. 2.º pag. 362) e de 28 de outubro de 1915 sob n.º 2544 (Diario Off. de 27 de novembro de 1915).

Considerando, que no mesmo sentido, sustentando esta interpretação manifestou-se o sr. ministro, procurador geral da Republica, que affirmou que a tem mantido uniforme e invariavel o Egregio Supremo Tribunal Federal desde 3 annos: Parecer publico na cit. Revista pag. 361;

Considerando, que foi exclusivamente com assento na letra d) do art. 60 que foi intentada perante a justiça federal a presente acção por extrangeiro residente em Colonia da Allemanha contra cidadãos residdentes nesta capital;

Considerando, que, tendo-se em vista os preceitos constitucionaes e a jurisprudencia firmada pelo Supremo Tribunal Federal, é manifestamente incompetente a justiça federal para processar e jugar a causa de que trata;

Considerando tudo isto e o mais dos autos, julgo procedente a preliminar allegada da incompetencia para annullar, como annullo o processo, pagas as custas pelo A.

Publique-se e intime-se.

Parahyba, 20 de dezembro de 1915.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

Vistos os autos etc.

O dr. Miguel Santa Cruz Oliveira, advogado nesta capital, requereu em data de 7 do corrente, perante o Juizo Seccional, uma ordem de habeas corpus em favor do seu constituinte, o sr. Aurelio Henrique Filgueiras, cidadão brasileiro, residente nesta capital e fiel do thesouro da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional neste Estado, por ter elle sido preso no dia 3 e recolhido á de tenção em virtude de ordem do sr. Delegado Fiscal Sob o fundamento de ser o responsavel por um desfalque verificado em balanço na referida Delegacia Fiscal.

São fundamentos do pedido a falta de justa causa para a prisão e a incompetencia do Delegado Fiscal para decretal-a.

A petição esta instruida, com uma procuração, com a certidão do administrador da cadeia publica e com outra da Delegacia Fiscal.

Em despacho exarado na petição determinei que fosse o paciente apresentado na sala das audiencias pelas 11 horas do dia 10 do corrente e que se officiasse ao Delegado Fiscal, pedindo informações sobre os motivos que determinaram a prisão.

O sr. Delegado prestou immediatamente as informações necessarias, que constam do officio a fls. 12 dos autos.

Aberta no dia 10 a audiencia criminal extraordinaria compareceram o Dr. Procurador da Republica e o Administrador da Cadeia, acompanhado do paciente e do seu advogado.

Em seguida, qualificado o paciente foi ouvido o administrador da cadeia (auto de fls) e depois o paciente cujas declarações se acham no auto de fls 15.

Encerradas estas diligencias, suspendi a audiencia por 5 minutos, decorridos os quaes, teve a palavra o advogado do paciente que sustentou e desenvolveu com vastas considerações o pedido de habeas corpus com cujos fundamentos concordou afinal o Dr. Procurador da Republica para ser determinada a soltura.

O que tudo devidamente examinado:

Considerando que a prisão administrativa para os fins determinados no Decreto 657 de Dezembro de 1849 permanece em vigor no actual regimen (arts. 14 da lei 221 de 20 de Novembro de 1894 e 354 e 356 parte 2ª— do Decreto n. 3084 de 5 de Novembro de 1898);

Considerando que são condições da legalidade da prisão administrativa:

a) que tenha sido decretada pela auctoridades a que se referem os citados arts. da lei 221 e Decreto 3084;

b) que haja justa causa para ellas (disposições citadas);

c) que não exceda o maximo de tres mezes (idem).

Considerando que o Delegado Fiscal e o Inspector da Alfandega nos Estados são as auctoridades competentes para decretar a prisão administrativa dos responsavel pelos dinheiros e valores pertencentes a Fazenda Nacional ou que por qualquer titulo se acharem sob a guarda da mesma, nos casos de alcance, remissão ou omissão em fazer as entradas nos devidos prasos (disposições citadas e Acc. 3315 de 11 de Abril de 1914, do Supremo Tribunal Federal, Revista do mesmo, pag. 89 vol. 2. n. 2);

Considerando, que nos termos expostos, é justa causa para prisão administrativa daquelle que tiver á guarda legal de um cofre, o desfalque verificado nos dinheiros e valores a seu cargo;

Considerando, que no caso dos autos o Delegado Fiscal ,verificando, em balanço procedido de 3 de Março a 2 de Abril, o desfalque de 23.428$333, decretou a prisão administrativa do fiel Aurelio Henrique Filgueira, que se achava desde o dia 11 de Janeiro ultimo no exercicio pleno de thesoureiro, como substituto legal do thesoureiro effectivo, em goso de licença, uma vez que o mesmo fiel não entrou no prazo determinado, com a importancia do desfalque referido, (informação do Delegado Fiscal e auto de perguntas ao paciente);

Considerando que o fiel do thesoureiro embora sirva sob a responsabilidade deste (art. 16 do Decreto n. 5390 de 10 de Dezembro de 1904), desde que assume, como substituto legal do thesoureiro a direcção das Caixas, recebe e colloca os dinheiros e valores a seu cargo, tem alterado a sua situação juridica, creando responsabilidade propria e directa e por isto responde pela guarda d'aquelles dinheiros e valores;

Considerando que esta é a doutrina juridica decorrente da legislação em vigor e da jurisprudencia patria (Sentença de 26 de abril de 1900 do Juiz Federal na secção de Pernambuco — Direito vol. 82. pag. 523 Acc. do Supremo Tribunal Federal de 24 de maio

de 1899 — Revista de Jurisprudencia—vols. 8 e 9 de 1900 pag. 145);

Considerando, que em observancia a estes pricipios de direito o Supremo Tribunal Federal tem negado habeas corpus impetrado em favor de resposaveis por dinheiros e valores pertencentes a fazenda nacional, quando presos administrativamente (Pedro Lessa, — Do Poder Judiciario—pag. 276 e Octavio Bally—Manual de Jurisprudencia Federal pag. 289);

Considerando que a prisão decretada está no inicio de seu praso legal de duração;

Considerando, que não tem applicação á especte os Acc. do Supremo Tribunal Federal, de 23 de Janeiro e 3 de abril de 1897, citados na inicial do impetrante, por quanto o 1· refere-se a um auxiliar do escriptorio do Engenheiro Chefe do Districto Telegrafico em São Pulo, que não tinha qualidade juridica para conservar em sua guarda dinheiros recolhidos aos cofre da sub contadoria; e o 2· refere se a um escrivão da collectorai estadoal de Caicó, no Rio Grande do Norte que por supposta solidariedade com o collector alcançado, foi preso administrativamente quando foi verificado que elle não deu desfalque, como substituto do collecto referido o que bem ponderado não favorece o impetrante Jursp. do Supremo Tribunal vol. de 1897, pags. 3 e 22);

Considerando tudo isto e o mais que consta dos autos, e affastando-me do parecer do dr. Procurador da Republica, nego o pedido de habeas corpus, para ser o paciente mantido na prisão administrativa decretada pelo Delegado Fiscal.

Custas na forma da lei.

Intime se o impetrante e dê se sciencia ao dr. Procurador da Republica.

Parahyba, 12 de Abril de 1916.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

O DESFALQUE NA DELEGACIA FISCAL

Inserimos hoje a sentença do integro e illustre dr. Trajano Caldas, juiz seccional, concedendo habeas-corpus, ao sr. Aurelio Filgueira, fiel do thesoureiro da delegacia Fiscal.

Vistos estes autos. etc.

O dr. Miguel Santa Cruz Oliveira, advogado n'esta Capital, requereu em data de 22 do corrente, uma ordem de habes-corpus em favor do cidadão brasileiro, Aurelio Henriques Filgueira, fiel do thesoureiro da Delegacia Fiscal, o qual se acha preso administrativamente de ordem do Delegado Fiscal deste o dia 3 deste mez, sem que houvesse para isto justa causa, e, ainda sem que se houvesse formado culpa, havendo, d'esta arte, excesso de praso legal para a formação da mesma.

Instruida a petição inicial com diversos documentos, dispensei, como permitte o art. 116 § 5· do Regim. do Sup. Trib. Federal e observa O Helley no "Manual da Jurisp. Federal" n. 990 pag. 166, o comparecimento do paciente, que já havia sido qualificado e interrogado em anterior processo de habeas-corpus, em que deleguei a soltura por motivos outros, que não constituem os fundamentos, do actual pedido. E, assim tendo resolvido, solicitei informações necessarias ao dr. Juiz Substituto, que as prestou no officio de fls. 14. Em seguida dei vista dos autos ao dr. Procurador da Republica, que em longas considerações se manifestou pela concessão do habeas-corpus.

O que tudo devidamente examinado:

Considerando, que a formação da culpa nos crimes de peculato e outros deve ficar concluida no praso de 15 dias (art. 24 do decreto n· 2110 de 30 de setembro de 1909);

Considerando, que, com quanto a prisão administrativa possa legalmente durar até 3 meses, todavia, desde que a autoridade que a decretou, remette á justiça federal o preso com documentos que a fundamentam, a prisão administrativa perde este caracter para ficar subordinada aos principios communs do direito e poder ser examinada em face dos preceitos constitucionaes e os do direito judiciario;

Considerando, que a prisão para ser legal deve ser effectuada em flagrante delicto, ou em virtude competente, quer se trate da prisão preventiva, quer da que é decretada em virtude da pronuncia (Const. Federal art. 72 §§ 13 e 14 arts. 2, 79 e 80 do decreto n· 3034 de 5 de novembro de 1898);

Considerando, que nenhuma d'estas hypotheses occorreo, isto é, o paciente não foi preso em fragrante delicto, nem por mandado do juiz da culpa preventivamente ou em consequencia da pronuncia;

Considerando, que recebido o inquerito administrativo no dia 17 e transmittido immediatamente ao dr. Procurador da Republica, não offereceu este a denuncia no praso legal por deficiencia de elementos, que a fundamentem, tanto que requerem em juizo novas e complementares diligencias acerca do desfalque e sua autoria, tornando se, assim, o caso assas complicado e delicado;

Considerando, que a deficiencia de taes elementos não deve logica e juridicamente aggravar a situação do paciente preso desde o dia 3 do corrente, quando é certo que a lei garante a formação da culpa dentro do prazo de 15 dias;

Considerando, que o dr. Juiz Substituto informou que não decretou a prisão preventiva do paciente, mesmo porque até o momento actual não havia base para essa decretação (officio de fls. 14);

Considerando, que a informação do Juiz formador da culpa, ao mesmo tempo que justifica a attitude do dr. Procurador da Republica, requerendo novas diligencias para completa elucidação do facto criminoso, dá a nota decisiva da complexidade do caso em foco no Juizo Federal;

Considerando, que se o inquerito procedido na Delegacia Fiscal, que determinou a prisão administrativa do paciente não offerece base segura para a denuncia, que ligeiros elementos, podem fundamentar, tanto que novas deligencias se estão procedendo em juizo, com maioria de razão não pode dito inquerito fornecer base juridica para a prisão preventiva, que exige fundamentos de certa importancia (arts. 79 e 80 do Decreto n. 3084 parte 2ª0;

Considerando, que os interesses da Fazenda Nacional estão devidamente acautelados como affirma o Delegado Fiscal no officio junto por copia;

Considerando, que a concessão do habeas corpus não põe termo ao processo, nem obsta a qualquer procedimento judicial, que possa ter logar em juizo competente (art. 377 do Decr. n. 3084 parte 2·);

Considerando que estando manifestamente excedido o prazo da formação da culpa, pelos motivos apontados, não é legal a permanencia do paciente na prisão;

Considerando tudo isto, e tendo em vista o parecer do dr. Procurador da Republica, que acceito com restricções, e a informação do dr. Juiz Substituto, concêdo o habeas corpus, para que seja o paciente immediatamente posto em liberdade, sem prejuiso das diligencia iniciadas e ulteriror procedimento de direito.

Custas ex causa.

Recorro desta decisão para o Egregio Supremo Tribunal Federal, a quem subirão immediatamente os autos.

Parahyba, 26 de abril de 1916.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

A lei n. 1185 e decreto 5402 garantem o livre intercurso commecial dos productos de outros Estado ou estrangeiros contra qualquer perturbação ou ameaça de turbação á posse respectiva.

No mandado prohibitorio o processo a observar não é o da Ord. 3. 48., mas o especial da cit. lei 1185.

A confirmação do mandado presupõe o attentado á posse das mercadoria tributadas, não o auctorisando o simples direito de importar.

Visto os autos, etc.

Augusto J. Cavalcanti, commerciante estabelecido na cidade de Itabayanna, deste Estado, requereu com fundamento no art. 5 da lei 1185, de 11 junho de 1904, perante este juizo, em 25 de abril ultimo, um mandado prohibitorio, que lhe garanta não só os 469 volumes, inclusive 42 saccos de assucar, contra o imposto de incorporação cobrado pela lei orçamentaria n. 426, de 8 de novembro de 1915, deste Estado, em sua tabella B, art. 8, como tambem contra outra qualquer hypothese occorrente, ficando a A livre de tal imposto inconstitucional e tambem assegurado em seu direito de receber de outro Estados aguardente e mais productos, livrando-o assim da grande tubarção que tem soffrido e da ameaça imminente que está soffrendo com a cobrança do tributo illegal, que exige a cit. lei orçamentaria n. 426.

O mandado foi requerido perante este juizo por não haver em exercicio supplente de substituto federal no municipio de Itabayanna.

A inicial acha-se instruida com a procuração, com 13 conhecimentos da Great Western, com uma carta (doc. 1) com um memorandum de uma casa commercial (doc. n. 3).

Na referida inicial o A fez diversas considerações, tendentes á demonstração da inconstitucionalidade da lei n. 426, accentuando ao mesmo tempo, que a lei 1185, de 11 de junho visa proteger o commercio interestadual, tornando livre o intercurso de mercadorias nacionaes ou estrangeiras no paiz e amparar o possuidor d'ellas que se sinta ameaçado por lei estadual ou municipal, que lance impostos inconstitucionaes. Pediu no final que fosse o mandado intimado ao administrador da Mesa de Rendas de Itabayanna, ao Estado na pessôa de seu representante legal, para no praso de 3 dias apresentar embargos, dando se sciencia ao dr. procurador da Republica, comminando-se a pena de 5 contos de réis para cada desrespeito ao mandado e respondendo o Estado por perda e damno na presente causa que foi avaliada em 5 contos de réis para o effeito do paramento da taxa judiciaria.

Dentro no praso de 24 horas fiz expedir o mandado prohibitorio, cuja execução foi deprecada ao dr. juiz de direito da comarca de Itabayanna, onde foi o mandado cumprindo e devolvida a precatoria depois de decorrido o praso legal.

Em data de 8 de maio foram intimados o dr. procurador fiscal e dos feitos da Fazenda do Estado e o dr. procurador da Republica.

Na audiencia da 11 de maio o advogado do A accusou a intimação do mandado prohibitorio, requereu se assignasse o praso de 3 dias ao representante do Estado para offererecer embargos na fórma da lei 1185 e respectivo Regulamento, requerendo ainda, que a acção seguisse o curso regular das acções possessorias, em geral, fazendo neste intuito largas considerações. Tendo comparecido o dr. procurado fiscal e dos feitos da Fazenda, requereu que fossem juntos aos autos os embargos que offerecia por parte da Fazenda do Estado

no triduo legal que começou a correr desde a sua intimação na fórma da cit. lei 1185 3 Reg. 5402 de 25 de dezembro de 1914. E tendo em vista que o triduo para embargos estava a findar e que os embargos foram offerecidos nesta audiencia, indeferi o pedido de assignação de referido triduo, que começou a correr da data da informação, como decorre das disposições da lei 1185 e do Reg. reservando-me o direito de decidir outros pontos do requerimento do A em momento opportuno, e determinando se juntassem aos autos os embargos offerecidos.

Nestes embargos o dr. procurador fiscal procurou mostrar que não ha perturbação de posse, nem ameaça de turbação nas mercadorias do A e por outro lado que não se trata de impostos inconstitucionaes conforme a jurisprudencia dos tribunaes, e assim não ha fundamento para o mandado prohibitorio, sendo este recurso inadimissivel para se esquivar o A ao pagamento do imposto chamado de incorporação pela cit. lei estadual 426.

E finalmente allegou o embargante que em face do art. 414 do dec. 3084 parte 3ª, embargado o mandado, o preceito se converte em citação para seguir a acção o curso regular.

Os embargos estão instruidos com uma certidão do Thesouro do Estado.

Tendo vista dos autos o dr. procurador da Republica, manifestou-se pela confirmação do mandado prohibitorio expedido, desde que o processo correu segundo os preceitos da lei 1185 e seu Reg., não podendo as causas, porque a isto se oppõe a cit. lei 1185.

Sustentou ainda a legitimidade da intervenção do ministerio publico em todas as causas ex vi do art. 124 lettra (a e c) do dec. 384 parte 1ª combinado com o art. 926 parte 3ª do mesmo.

Determinado em 16 de maio, pelo despacho de fls. o preparo dos autos para julgamento somente em 9 do corrente mez foram effectivamente preparados e paga a taxa judiciaria, subindo á conclusão.

Relatados assim os autos, tomo conhecimento do requerimento feito pelo advogado do A na audiencia de fls. 33, no sentido de ser dada a marcha commum aos processos de manutenção e do mandado prohibitorio, instituidos pela lei 1185, de 11 de junho de 1904 e pelo respectivo Reg. n. 5402, de 23 de dezembro do mesmo anno, sustentando o advogado dito requerimento com abundantes considerações.

Divergindo deste modo de ver do ilustre advogado, penso e assim decido que o processo a seguir na acção de manutenção e interdicto prohibitorio, instituida para garantir contra impostos estaduaes ou municipaes, o possuidor de mercadorias nacionaes ou estrangeiras, quando constituirem objecto do commercio dos Estados entre si, não póde ser outro senão o que se observa neste juizo em obdiencia aos preceitos da cit. lei 1185 e respectivo Reg. e jamais o que a lei processual commum traça ás acções possesorias nos casos de turbação de posse ou de ameaça de turbação nas outras relações ordinarias da vida social.

A lei 1185 não visou as Ords. 48 e 78§3, como reguladora do processo da acção que ella instituiu. Do mesmo modo o dec. regulamentar n. 5402 nem fez referencia aquellas Ords. aliás consolidadas, pelo dec. 3084.

A lei 1185 traça um processo rapido, summarissimo, que se pode chamar administrativo, sem as formulas mais ou menos solennes, lentas ou morosas dos processos ordinarios e summarios.

A lei garantidora do intercurso livre das mercadorias nacionaes ou extrangeiras, quando objecto do commercio dos Estados entre si, como o estatue a Constituição Federal nos arts. 7 e 9 § 2º e 11 n. 1, até então sophismados na pratica, teve em vista fortalecer a execução dos alludidos dispositivos constitucionaes com providencias rapidas, energicas e promptas.

Considerando que é essencial para a concessão do mandado, quer de manutenção, quer prohibitorio, que o possuidor das mercadorias tributadas pela lei local, esteja turbado, ou ameaçado na posse de taes mercadorias (Acc do Sup. Trib. Federal, de 16 de maio de 1906, Direito, vol. 26, pag. 518, art. 5 da lei 1185, acc. de 29 de dezembro de 1914, Revista Juridica, anno 1º n. 1, pag. 80);

Considerando, que a lei 1185 e seu reg. 5402 tem por objectivo garantir o livre intercurso commercial dos productos de outros Estados ou estrangeiros, contra qualquer perturbação ou ameaça de turbação à posse respectiva (lei 1185);

Considerando, que o doc. n. 1, os conhecimentos ns. 1 a 13 e o doc. n. 3 pretende o A provar que tem de importar de Timbaúba, em Pernambuco, 469 volumes delles constantes, e teme ameaça de determinada na lei orçamentaria do Estado, n.426 de 8 de novembro de 1915 tabella B n. 8;

Considerando, que é fundado o receio de turbação da posse daquelas mercadorias em face do cit. dispositivo da lei orçamentaria n. 426, em seu transito até á incorporação á riqueza do Estado;

Considerando, que ao Estado é licito tributar taes mercadorias, depois que ellas se encorporem á massa geral de suas riquezas, guardando egualdade perfeita entre as tazas decretadas e a que os forem sobre similares de sua produção (art. 2 da lei 1185 e art. 3 do decreto 5.402);

Considerando, que a certidão que instrue os embargos oppostos pelo dr. procurador fiscal e feitos da Fazenda, não se refere evidentemente aos mesmos volumes constantes dos citados docs. e conhecimentos exhibidos pelo A, porque a diferença notavel na quantidade, isto é, 469 volumes constam de taes documentos e a certidão allude a 626 volumes, variando ainda quanto á qualidade, pois não constam dos documentos do A volumes de café e feijão;

Considerando, que o mandado, quer de manutenção, quer prohibitorio, instruidos pela lei 1185 não veio garantir o direito em geral, de importar mercadorias de outros Estados ou estrangeiros, tributados indebitamente, mas o possuidor dellas, turbado ou ameaçado na posse respectiva (acc. citados);

Considerando, que garantindo o transito das mercadorias pelo mandado expedido os impostos indebitamente lançados pela lei local serão definitivamente estudados e decididos sob o ponto de vista da constitucionalidade em acções outras, de que cogitam a lei 1185 e seu reg., tanto que o mandado, mesmo confirmado, tem caracter provisorio (arts. 10 da lei e 12 do seu reg.);

Considerando, tudo isto e o mais dos autos, confirmo o mandado prohibitorio expedido, para que livres de quaesquer embaraços por parte da Mesa de Rendas da cidade de Itabayanna, transitem até á sua definitiva incorporação á massa geral das riquezas do Estado os volumes, de que trata o mandado expedido, ficando sem effeito este na parte referente ao direito de importar livremente quaesquer mercadorias, de que o A não seja possuidor.

Pague o Estado as custas.

Publique-se e intime-se, deprecando-se a execução ao dr, juiz de direito.

Parahyba, 12 de junho de 1916.

TRAJANO AMERICO DE CALDAS BRANDÃO

Requerido o mandado de manutenção ou prohibitorio. é expedido dentro de 24 horas, intimado, é concedido o praso de 3 dias para embargos, a contar da intimação, só podendo

versae os embargo sobre falsidade do allegado.

Em seguida o juiz decidirá, confirmando ou não o mandado, cujos effeitos perderam até á sentença definitiva sobre a validade ou nullidade do imposto impugnado: arts. 5 a 10. da lei 1185 e 8 a 12, do dec. 1402.

Comprehende-se perfeitamente a razão de ser de semelhante processo, summarissimo e administrativo, desde que a lei visou pôr um paradeiro á guerra de tarifas, á lucta entre Estados, á represalias que se estavam originando com manifesto desrespeito á Const. Federal, e patente prejuizo da circulação da riqueza publica e livre transito da producção nacional e estrangeira.

A lei creou uma medida de occasião para fazer cessar promptamente esse estado de cousas, assás inconveniente ao desenvolvimento da riqueza publica, tanto que a propria lei dispõe que a confirmação do mandado tem o caracter provisorio, até que seja decidida a questão da constitucionalidade ou não do imposto impugnado.

A materia se discute amplamente, isto é, a constitucionalidade do imposto se debate largamente na acção petitoria ou especial a que alludem a lei 1185 e seu reg. nos arts. 10 daquella e 13, 14 e 15 deste.

Outro processo, que não esse, fere de frente os intuitos do legislador, expressos na cit. Lei 1185.

Os prasos restrictos de 24 horas para a expedição do mandado, quer de manutenção, que prohibitorio, de 3 dias para embargos, a natureza destes, o praso de 3 dias para a sentença que confirma ou não o mandado expedido, monstram claramente não só que o curso do processo deve ser rapido, como também que elle não comporta a discussão ampla de assumptos intrincados e de alta indagação, que ficam naturalmente reservados para as outras acções a que se referm a lei e seu regulamento.

Conhece se a materia prima facie, expede-se o mandado, garantidor da posse das mercadorias importadas, confirma-se-o ou não, e o processo fica terminado. O conhecimento amplo e a decisão definitiva da constitucionalidade do imposto tem logar naquellas referidas acções.

Taes são os fundamentos que auctorisam a marcha processual adoptada neste juizo.

Quanto á intervenção do dr. procurador da Republica, ella é prescripta em todas as causas da competencia da justiça federal: art. 124 da Consolidação, parte 1ª, além de que não tira ao processo o seu caracter de rapidez e de simplicidade.

E assim passando a tomar conhecimento do meritis:

Considerando, que o Estado, não pode crear imposto de transito pelo territorio de outro Estado, ou na passagem de um para outro, sobre productos de outro Estado da Republica ou estrangeiros e bem assim sobre os vehiculos de terra e agua que os transportarem (Art. 11 n. 1 da Const. Federal);

Considerando, que este dispositivo constitucional se acha fortalecido em sua execução pela lei 1185, de 11 de junho e reg. 5402, de 23 de dezembro de 1904, que garantem o possuidor das mercadorias nacionaes ou estrangeiras, que fôr perturbado ou ameaçado em sua posse, em consequencia de lei estadual ou municipal, que estabeleça impostos fóra das condições determinadas na cit. lei 1185;

Considerando, que taes mercadorias podem ser tributadas, quando constituirem objecto do commercio interno do Estado importador, e se acharem assim incorporadas á messa de suas riquezas, ao mesmo tempo que as taxas e tributos incidam também com a mais completa egualdade sobre as mercadorias similares de producção do Estado (art. 2º da lei n. 1185 e 3 do reg. 5402, Domingues Vianna, nota ao art. 11 n. 1 da Const. Federal);

Considerando, que é essencial para a concessão do mandado, quer de manutenção, quer prohibitorio, que o possuidor das mercadorias tributadas pela lei local, esteja turbado, ou

ameaçado na posse de taes mercadorias (Acc. do Sup. Trib. Federal, de 16 de maio de 1906, Direito, vol. 100 pag. 518, art. 5 da lei 1185, acc. de 29 de dezembro de 1914, Revista Juridica, anno 1º n. 1, pag. 80);

Considerando, que a lei 1185 e seu reg. 5402 tem por objectivo garantir o livre intercurso commercial dos productos de outros Estados ou estrangeiros, contra qualquer perturbação ou ameaça de turbação à posse respectiva (lei 1185);

Considerando, que com o doc. n. 1, os conhecimentos ns. 1 a 13 e o doc. n. 3 pretende o A provar que tem de importar de Timbaùba, em Pernambuco, 469 volumes delles constantes, e teme ameaça de turbação na posse delles em virtude da tributação determinada na lei orçamentaria do Estado, n. 426 de 8 de novembro de 1915 tabella B n. 8;

Considerando, que é fundado o receio de turbação da posse daquellas mercadorias em face do cit. dispositivo da lei orçamentaria n. 426, em seu transito até á incorparação á riqueza do Estado;

Considerando, que ao Estado é licito tributar taes mercadoras, depois que ellas se encorporem á massa geral de suas riquezas, guardando egualdade perfeita entre as taxas decretadas e a que os forem sobre similares de sua producção (art. 2 da lei 1185 e art. 3 do decreto 5.402);

Considerando, que a certidão que instrue os embargo oppostos pelo dr. procurador fiscal e feitos da Fazenda, não se refere evidentemente aos mesmo volumes constantes dos citados docs. e conhecimentos exhibidos pelo A, porque a differença notavel na quantidade, isto é, 469 volumes constam de taes documentos e a certidão allude a 626 volumes, ainda quanto á qualidade, pois não constam dos documentos do A volumes de café e feijão

Considerando, que o mandado, quer de manutenção, quer prohibitorio instruido pela lei 1185 não veiu garantir o direito em geral, de importar mercadorias de outros Estados ou estrangeiros, tributados indebitamente, mas o possuidor dellas, turbado ou ameaçado na posse respectiva (Acc. citados);

Considerando, que garantido o transito das mercadorias pelo mandado expedido os impostos indebitamente lançados pela lei local serão definitivamente estudados e decididos sob o ponto de vista da constitucionalidade em acções outras, de que cogitam a lei 1185 e seu reg., tanto que o mandado, mesmo confirmado, tem caracter provisorio (arts. 10 da lei e 12 do seu reg.);

Considerando, tudo isto e o mais dos autos, confirmo o mandado prohibitorio expedido, para que livres de quaesquer embaraços por parte da Mesa de Rendas da cidade de Itabayanna, transitem até sua definitiva incorporação á massa geral das riquezas do Estado os volumes, de que trata o mandado expedido, ficando sem effeito este na parte referente ao direito de importar livremente quaesquer mercadorias, de que o A não seja possuidor.

Pague o Estado as custas.

Publique-se e intime-se, deprecando-se a execução ao dr. juiz de direito.

Parahyba, 12 de junho de 1916.

TRAJANO AMERICO DE CALDAS BRANDÃO

JUÍZO SECCIONAL

Em sustentação ao despacho que deixou de receber a denuncia apresentada pelo Dr. Procurador da Republica, escreveu o Dr. juiz Seccional nos autos de recurso para o Supremo

Tribunal Federal as considerações que se seguem:

Cotejando a situação perfeitamente juridica de Aurelio Henriques Filgueiras, fiel, desde muito tempo, do Thesoureiro da Delegacia Fiscal, com os arts. 224 e 225 do Cod. Penal, não posso absolutamente descobrir as figuras dos crimes d'aquelles arts., em que o illustre Dr. Procurador da Republica, o reputa incurso.

O fiel do Thesoureiro é o seu substituto legal nas faltas e impedimentos: art. 16 combinado com o art. 35 nº 1º do Decreto nº 5390 de 10 de Dezembro de 1904.

Para exercer a funcção de substituto, não precisa de nomeação de Delegado Fiscal, como pensa o Dr. Procurador da Republica, por isto que elle a exerce por força da lei: disposições citadas.

Ainda, accentuando o Dec. nº 5390 o intuito de ser o fiel o substituto natural e legal do Thesoreiro, dispõe no art. 31, « que havendo mais de um fiel, o Thesoureiro, designará o que lhe deve substituir, só autorisando a designação de um empregado de sua confiança pelo Delegado Fiscal, quando faltarem simultaneamente o Thesoureiro e seus fieis.»

Nada mais eloquente para provar que o fiel do Thesoureiro é o seu substituto legal nas suas faltas e impedimentos quer de momento, quer de duração.

Demais, a funcção especial do Thesoureiro, que presta elevada fiança para cobrir não só a propria responsabilidade, como a de seus fieis, bem mostra que a sua substituição deve obedecer a critério differente da substituição dos outros empregados. O Contador, por exemplo, não pode ser substituido pelos primeiros escripturarios segundo a antiguidade, senão nos impedimentos de pequena duração, competindo ao Delegado designar substituto, quando o impedimento for prolongado: art. 26 do cit, Dec.

Igualmente a Consolidação das leis das Alfandegas faz disticção entre os impedimentos rapidos e os de certa duração para o effeito das substituições, menos com relação aos fieis do Thesoureiro, que são os seus substitutos legaes: § 5 do art. 67.

Ora, nestas condições, é claro que Aurelio Henriques Filgueiras assumiu e exerceu legalmente as funcções de Thesoureiro, como seu substituto, quando este entrou em goso de licença; e, assim, não pode por este facto ser considerado incurso nos arts. 224 e 225 do Cod. Penal, porque não só não arrogou se e effectivamente não exerceu sem direito emprego ou funcção publica, como ainda não entrou no exercicio do emprego sem ter satisfeito previamente as exigencias da lei para a investidura do mesmo.

João Vieira, commentando estes arts., diz: «é a figura do art. 224 do texto do Cod. Penal , caracterisada pelo facto de alguem, que, indevidamente, isto é, sem titulo legitimo, assuma ou exercite funcções publicas, sendo simples particular, ou mesmo empregado publico, que exerça funcções defferente d'aquellas, de que está legalmente revestido».

E com relação ao art. 225 «diz: icorrerá neste art. o individuo nomeado para um cargo publico, que sem fazer a affirmação ou tomar o compromisso de bem servir, ou não prestar a fiança, ou não der a caução, por exemplo, se a lei exigir, assumir, entretanto, sem comprir as formalidades legaes, o exercicio das funcções do cargo.» (Cod. Penal pag. 164 e 165).

Garraud, eminente professor de direito, quando trata da usurpação de autoridade publica e do exercicio illegal da autoridade publica, sustenta os principios acima citados: nº 1241 a 1243 pag. 155 e 158 vol. 4º do Droit Penal Français.

E' esta tambem a doutrina ensinada pelo Dr. Macedo Soares em notas aos arts. 224 e 225 do Cod. Penal, sob ns. 349 e 350 pags. 441.

Nestas condições, não se acham caracterisadas as figuras dos crimes daquelles arts., em que o Dr. Procurador da Republica entende haver incorrido o fiel do Thesoureiro da Delegacia Fiscal.

E nem mesmo as caracterisa a falta de communicações, a que illude o illustrado Orgão do ministerio publico, pois pela definição legal não é essa falta que constitue os crimes, ou concorre para a constituição dos crime referidos.

Por estes fundamentos deixei de receber a denuncia contra o fiel do Thesoureiro, Aurelio Henriques Filgueiras, que é o substituto legal e assim assumio e exerceu legalmente as funcções de Thesoureiro, no impedimento d'este por licença.

Assim, mantendo o despacho recorrido, mando que subam os autos, no praso legal, ao Egregio Supremo Tribunal Federal para a decisão do recurso interposto.

Parahyba, 1 de Setembro de 1916.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

SUSTENTAÇÃO DE DESPACHO AGGRAVADO
EGREGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Pouco tenho a accrescentar ao despacho aggravado, que reputo sufficientemente fundamentado para mostrar que nenhum aggravo foi feito ao aggravante.

Em regra, os embargos opostos á carta precatoria são conhecidos pelo juizo deprecante, salvo se versam sobre a incompetencia d'aquelle juizo ou a falta de formalidades extrinsecas, casos em que conhece o juizo deprecado, (art. 45 do decr. 3084 e 52 do reg. 737 de accordo com o ensino dos praxistas.

Ora, o aggravante allegou a imcopetencia do Juizo Seccional de S. Paulo e a falta de formalidades na precatoria por embargos de que tomei conhecimento e decidi pela manifesta improcedencia.

A incompetencia é uma excepção, cuja prova incumbe a quem a allega, ao excepiente— *Reus in exceptione actor est;* e com os embargos não foi exhibido documento algum, que tornasse evidente a excepção allegada.

A evidencia da incompetencia é condição indispensavel, para que o juizo deprecado conheça dos embargos oppostos á precatoria (Acc. do Supr. Trb. Federal de 6 de Julho de 1912, nota ao art. 45 do decr. 3084 annotado por T. Bastos, O. Kell y, Manual de Jurispr. Fed. nº 1661.

A competencia da justiça federal é manifesta, pois os casos d'essa jurisdicção estão taxados no art. 60 da Const. e dando-se a renuncia do foro, não pode haver prejuiso da jurisdicção federal em favor da local como pretende o aggravante.

Renunciando o foro federal do domicilio, o réu sujeitou se *ipso facto* ao foro federal do contracto, que é o de S. Paulo e nunca ao foro da respectiva justiça local.

Com a renuncia, as partes em litigio não perdem a situação de habitantes de Estados deversos.

Ainda por este lado é infundado o aggravo, tanto mais quanto não é hoje permittida a prorrogação da jurisdicção da justiça local em relação ás causas federaes, como determina o art. 4 da lei 1939 de 28 de Agosto de 19008, que revogou os arts. 16 do decreto 848 e 10 da lei 221.

Os casos de jurisdicção federal constituem materia constitucional, fora do alcance das leis ordinarias e ainda mesmo de vontade expressa ou tacita das partes, (Acc. de 8 de Abril de 1908 no vol. 108 do Direito pag. 221.

Como preterição de solemnidades extrinsecas allegou o aggravante a não transcripção, na carta precatoria, dos documentos que instruem a petição inicial. Ora, não ha disposição de lei que exija tal transcripção.

O art. 43 do decreto 3084 parte 3 exige que na carta precatoria citatoria se transcreva a petição inicial com o despacho *verbo ad verbum*.

Igual é a disposição do art. 109 combinado com o art. 202 da Consol. das leis do Proc. Civil de Ribas e differente não é a exigencia do art. 44 do Reg. 737.

Nenhum destes dispositivos manda transcrever os documentos que instruem a inicial.

Os que tratam do direito judiciario não ensinam outra cousa, como é facil de ver se em Moraes Carvalho Praxe Forem se ns. 184 a 187, Paula Baptista na Theoria e Pratica do Prec § 94, Pereira e Souza primeiras linhas proc. Civil § 110 e João Monteiro Prec. Civil § 87.

Ora, a carta precatoria embargada contem a transcripção *verbo ad verbum* da petição inicial e de seu despacho de accordo com as disposições legaes citadas e doutrina dos Precessualistas; e assim é claro que não se resente da falta da formalidade extrinseca, a que se refere o aggravante.

Em nenhum dos modos de se effectoar a citação, como seja por despacho, mandado, hora certa, edital, se exige a transcripção dos documentos que instruem a inicial.

E nem a contrafé da citação effectuada encerra tal exigencia. Exige-se, entretanto, a transcripção da petição inicial e despacho, leitura ou resumo de uma e outro.

As disposições legaes e a doutrina dos jurisconsultos não divergem e nem offerecem duvidas e hesitações.

Tendo em vista, pois, estas considerações, penso não haver feito aggravo ao aggravante; e assim, mantendo o despacho aggravado, mando que, no praso legal, subam os autos ao Egregio Supremo Tribunal Federal.

Parahyba, 29 de Setembro de 1916.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

JUIZO SECCIONAL

Publicamos em seguida a sentença, de hontem datada, em que o dr. Juiz seccional, negando provimento ao recurso interposto *ex-officio* pelo dr. juiz substituto, confirmou o despacho deste, que jugou improcedente a denuncia do dr. procurador da Republica contra o thesoureiro da Delegacia, Cel. Manoel H. de Sá Filho.

Sentença

Vistos os autos, em que é recorrente o Dr. Juiz Substituto e recorrido o Cel. Manoel Henriques de Sá, preliminarmente passo a tomar conhecimento da preterição allegada da audiencia do recorrido, na forma do art. 294 do Dec. 3084 parte 2ª.

A lei 515 de 3 de Novembro de 1898, em cuja conformidade devem ser processados o crime de peculato e outros (art. 23 do decreto 2110 de 30 de Setembro de 1909) determina no art. 3 que a formação da culpa será processada de accordo com os arts. 53 a 64 do decr. 848 de 11 de Outubro de 1890.

O art. 54 deste decreto manda observar o art. 96 que exige, que seja ouvido o denunciado ou querellado.

Accresce, que , no caso d'estes autos, o crime não pode ser considerado inafiançavel, desde que foi capitulado no art. 2º do decreto citado nº 2110.

Mas, a preterição d'aquella formalidade não foi precisamente allegada em momento opportuno, não prejudicou a defeza que se fez no correr do summario e menos o esclarecimento da verdade e por isto a considero supprida (art. 6 da lei 515 cit.).

E de *meritis:*

Considerando, que a pronuncia é a declaração feita por despacho do juiz instructor de que um individuo é responasavel como agente de um crime, prevenido e punido pela lei penal (Tratado das Provas por N. Paiva nº 410);

Considerando, que essa declaração deve ser fundada, quanto ao crime, na certeza de sua existencia, e, quanto á autoria, pelo menos, em indicios sufficientes ou vehementes, pelos efeitos de certa gravidade que produz a pronuncia;

Considerando, que a exigencia de indicios sufficientes ou vehementes é determinada pelos arts. 184 e 185 do Decr. 3084 parte 2ª, pelo ensino dos processualistas, P. Bueno no Proc. Crim. ns. 170 e seguimentos, João Mendes no Processo Crim. nº 305 e N. Paiva, obra citada ns. 410 a 433, e pela jurisprudencia do Supr. Trb Federal, entre outros, no Acc. 303 de 20 de Outubro de 1915 (Diario Official de 15 de Fevereiro ultimo pag. 2204, Manual de Jurisprudencia de Octavio Kelley nº 1708;

Considerando, quanto ao crime de peculato, que é duvidoso, que em face do decreto 2110 combinado com o decreto em vigor 657 de 5 de Dezembro de 1849, se possa dizer constituido o crime e, portanto, certa a sua existencia, quando o dinheiro é apresentado dentro do praso legal da prisão administrativa, pois pela disposição do art. 6 do cit. Decr. 657, só depois de não verificada a entrada do dinheiro no praso alludido, é que se presumirá commettido o crime e se mandará formar a culpa, e no caso dos autos a entrada do dinheiro se deu dentro do referido praso doc. a á fls. 109;

Considerando, que, como decidio perfeitamente o Dr. juiz substituto, no presente summario não se colhem senão vagas conjecturas contra o denunciado, para base de cuja responsabilidade criminal não surgem indicios necessarios; porquanto;

Considerando, que elle se achava desde 11 de Janeiro fóra do exercicio do cargo da Thezoureiro da Delegacia Fiscal por ter entrado no goso de um anno de licença, tendo o passado ao fiel, seu substituto legal na forma do art. 35 nº 1º combinado com o art. 16 do decreto nº 5390 de 10 de Dezembro de 1904;

Considerando, que na transmissão d'esse exercicio, não se effectuou o balanço regular com assistencia da junta de fazenda, no entanto foi elle realisado entre os dois, thesoureiro e seu fiel, o que, aliás, é permitido e praticado, e assim, de direito, o recebimento dos saldos, que deviam existir em 11 de Janeiro, se deu e consta dos lançamentos nas caixas, cal em seu relatorio a fls. 59 e seguintes dos autos;

Considerando, entretanto, que está verificado, que os saldos não entraram de uma só vez, mas em parcella, sendo de notar, que o fiel nenhuma reclamação fez a respeito, e quando o facto do recebimento parcellado, não affirmou que não tivesse recebido os mesmos saldos, monstrando se surprehendido com o resultado do balanço de 31 de Março;

Considerando, que os saldos recebidos eram lançados em uma relação, escripta pelo fiel que a sommou, não contendo tal relação assignatura alguma;

Considerando, que as rasuras e emendas nos livros particulares do Thezoureiro denuciado não podem constituir indicios contra elle, porque foram ellas feitas com o fim de pôr a escripturação de taes livros de accordo com a dos caixas da Repartição, em que por engano verificado, se fez, sob representação do escrivão respectivos e por despacho do Delegado Fiscal, o estôrno de certa somma, conforme se verifica dos depoimentos da

testemunhas, do interrogatorio do reccorrido e dos exames de fls. 89 e 101;

Considerando, que tambem não pode ser considerado indicio contra o denunciado o facto de, ás vezes, ir, já licenciado, á repartição, pois servindo o fiel sob sua responsabilidade, era natural e perfeitamente explicavel esse facto, porquanto não lhe podia ser indifferente o movimento da thesouraria, de que solicitava informações ao fiel;

Considerando, que tendo sido verificada no inquerito administrativo, procedido em virtude do resultado do balanço de 31 de Março, a responsabilidade do fiel em exercicio, não podia regulamente deixar de ser elle denunciado e não exclusivamente o thesoureiro licenciado;

Considerando, que se assim se tivesse procedido, se attenderia á conveniencia da indivisibilidade do processo, em que o facto reputado criminoso seria em resultado e examinado em todos os seus espectivos, modalidade circunstancias e complexidade;

Considerando, que tendo sido recolhida, no praso fixado pela Delegacia Fiscal a importancia do desfalque (fls. 109), ficou a Fazenda Nacional resarcida integralmente, e, assim, modificou-se a figura do decreto 2110, que passou a ser a do art. 2, em que desapparece a pena de prisão;

Considerando, que sem a com minação da pena de prisão o crime é d'aquelles, em que o reu se livra solto; (Manual de Jurisp. Fed. O. Kelley nº 1572, Acc. 308 de 2 de Setembro de 1911) e, assim, não poderá haver procedimento *ex officio,* só permittido nos crimes inafiançaveis (art. 407 § 3º do Cod. Penal);

Considerando tudo isto e o mais dos autos, nego provimento ao recurso interposto ex officio pelo Dr. juiz substituto para confirmar o despacho recorrido que foi proferido de acordo com a prova dos autos e principios de direito.

Façam-se as necessarias intimações.

Parahyba, 30 de Setembro de 1916.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO.

JUISO SECCIONAL

RECURSO DE PRONUNCIA

Sentença

Vistos os autos, etc.

Do despacho de fls. 530 a 545, que pronunciou, em 15 de Fevereiro ultimo, os denunciados cel. Manuel Henriques de Sá Filho, thesourerio da Delegacia Fiscal, José Lourival Mindello da Cruz e Alexandre Botelho Seixa, escripturarios, ex-thesoureiros interinos, e Aurelio Henreque Filgueiras, ex-fiel do Thesoureiro, como incursos nas penas dos arts. 326 § unico e 139 combinados com o art. 18 § 2º do Cod. Penal e impronunciou os denunciados Oscar Guerra Fontes, escripturario e Manuel Paulino e Oliveira, interpoz o dr. Juiz este juiso.

Intimado o despacho aos R. R., que se achavam presos preventivamente aos que o foram em consequencia da pronuncia (fls. 545 a 575), e junto aos autos o exame procedido por funccinarios da Cai a de Amortisação nas notas carbonisadas em consequencia do incendio da Delegacia Fiscal, foram, no praso legal de 5 dias, apresentadas pelos R. R. rasões de defesa com documentos, e, em igual praso, tambem produsio rasões o dr. Procurador Interino da Republica em sustentação do despacho de pronuncia, o que tudo se vê de fls. 576 a 615. Nas rasões, com que foi combatida a pronuncia, allegou-se preliminarmente a

nullidade do processo por incompetencia do juiz processante, e, *de meritis,* a improcedencia da denuncia á falta de elementos sufficientes de prova.

A ellegação de incompetencia surgiu nos autos após o encerramento da inquirição das testemunhas do summario, no triduo legal, que se seguio aos interrogatorios dos R. R. que, entretanto, compareceram com seus advogados desde o inicio.

Entretanto, é indiscutivel, que a excepção de incompetencia do juiz processante tem o seu momento juridico de allegação.

A propria naturesa do summario da culpa, que não supporta discussões largas e delongas inadequadas pois que n'ella se cogita apenas de constatar a existencia do crime e descobrir o seu autor para a accusação em processo mais amplo, repelle incidentes que o possam desviar de seu fim em bem da ordem social.

A incompetencia do juiz do summario, diz o eminente dr. João Mendes, no n. 301 do Proc. Crim. Bra. poderá ser allegada antes da inquirição das testemunhas, ou logo que o réo compareça em juiso, por conseguinte, após o auto de qualificação. Se o Juiz reconhecer a incompetencia, remetterá o feito á autoridade competente..., se não reconhecer a incompetencia, continuará o summario, como se ella não fôra allegada. Em todo o caso, será tomada por termo a alludida excepção dedicatoria, que seja offerecida verbalmenete ou por escripto.»

E' tambem a doutrina de P. Buono no n. 117 dos Apontamentos do Proces. Crim.

Esta doutrina é a que decorre de novo direito expresso: arts. 58 a 61 do Decr. 3084 de 5 Novembro de 1898.

Ora, os R. R. compareceram antes da inquirição das testemunhas, foram qualificados (fls. 1, 2 e seguintes) e nenhuma allegação fiseram quanto a incompetencia do juiz do summario no momento, em que é ella permitida (ct. Arts. 58 e 61 do Decr. 381); e, passado este momento, já loquiridas as testemunhas com assistencia dos R. R., não se podia mais allegar no summario a incompetencia e, portanto, no recurso da pronuncia inopportuna allegação.

Acceitando, como juridica a marcha processual observada de accordo com o art. 23 do Decr. 2110 de 30 de Setembro de 1909, passo a tomar conhecimento de *meritis*.

Dos autos está evidentemente verificado e aprovado, que o incendio, que devorou com assombrosa violencia a Delegacia Fiscal, predio archivo, valores em dinheiro e sello de consumo, papeis em andamento, livros, caixas, contas correntes e mais documentos da Repartição, Foi previamente concertado. O intuito criminoso da destruição da Repartição não deixa duvidas em face dos autos.

As portas, que davam accesso á Pagadoria e Casa Fonte, fechadas horas antes, encontravam-se abertas pois as liguêtas das fechaduras se achavam recolhidas ás respectivas caixas. Os 10 metros de pannos de algodão de toalhas felpudas, embebidos aquelles em kerosene e estas em gasolina, formando rastilho e dispostos de modo a contornarem a estante, em que se guardavam sellos adhesivos, com ramificação para outros pontos, provam evidentemente o plano criminoso: as vistorias de Fls. 76 a 80, 393, a planta schematica a fls. 392 são documentos de demonstração irresistivel.

Não soffre tambem contestação, que a destruição da Delegacia Fiscal pelo fogo foi obra exclusiva de funccionarios da Repartição (inquerito judiciario art. 8, inquerito policial a fls. 8 inquerito administrativo a fls. 28, summario da fls. 152) com fim de apagar vertigios, de destruir provas de irregularidades havidas e de crimes commetidos tão graves quanto o incendio, que abalou a sociedade parahybana e alarmou o paiz inteiro.

As circunstancias colhidas, por processo natural e logico de inducção, autorisam esta aformativa.

Urdido nas trevas e nas trevas praticado o crime, a sua existencia se acha plena e diretamente provada por elementos indiscutiveis e irrecusaveis de prova direta.

Outro tanto não se pode affirmar com relação a autoria do facto criminoso que não se conseguio reconstruir em toda a sua integridade.

A prova feita é toda circunstancial; mesmo as testemunhas que prestaram depoimentos, fundaram-nos em indicios e presumpções.

Foi baseado nesta prova, que o dr. Juiz Substituto julgou procedente a denuncia contra alguns dos denunciados, que, na phase do recurso *ex officio*, produsiram allegações de defesa.

A prova circunstancial reveste-se de alto valor, sobre tudo nos crimes mysteriosamente praticados.

A prova artificial, a prova pelo concurso de circunstancias é não só admissivel, mas indispensável em materia criminal.

Muitas veses o culpado procura a ausencia de testemunha, a obscuridade da noite, a solidão dos logares desertos para commeter o crime e gerir verdadeira desgraça, se o criminoso ficasse impune, por não haver testemunha presencial (Lagreze citado por N. de Paiva no Trt. Th o e Prat. das Provas pag. 119.

Em materia criminal, diz Bonnier, as presumpções, que vulgarmente se denominam indicios, tem uma extrema importancia porque, sendo muitas veses os delictos commertidos sem testemunhas, torna-se mister recorrer ás provas circunstancias, embora sejam inferiores ás provas directas (cit. N. Paiva pag. 124).

Outra não é a opinião de Mittermayer (Trat. da Prova em materia criminal pag. 343),quando affirma que a prova artificial ou pelo concurso de circunstancias, é absolutamente indispensavel em materia criminal e maior parece ser a sua importancia, desde que se chega a comprehender exatamente a natureza da prova em geral.

Não é tambem de despresar, quando se estudam factos mysteriosamente praticados, como o de que se trata, a opinião autorisada do eminente Proffessor de direito penal Hans Gross, quando no Guia Pratico para Instrução dos processos criminaes a pag. 42 diz:

«O Juiz deve, pelo contrario, considerar o facto em questão de uma forma mais profunda e pessoal; pois que tambem o crime, como todo o acto humano, tem a sua razão de ser, o seu desenvolvimento gradual, não aos saltos e aos pulos: e as acções, mesmo as criminosas de todos os individuos são como os fructos d'uma arvore, que tem necessariamente de nascer e cuja formação se explica com a natureza do organismo que os produziu.

«E da mesma forma como o naturalista, examinando um organismo para elle desconhecido, que viveu em epochas paleontologicas, pode reconhecer outros organismos, com que conviveu, assim tambem o Juiz por meio do exame dos factos deve descobrir por inducção as pessoas que delles tomaram parte «activas», as que foram victimas, as que constituem como que o ambiente, o «entourage» e por este deve interpretar os proprios motivos do facto e as razões porque se desenvolveu daquella maneira, as dificuldades encontradas, os factos que o precederam e a relação que elles tem com este e exactamente da mesma forma, como pelo facto se conhece a arvore que o produziu.

«E isto é ainda mais necessário, quando não existe uma só pessoa que tenha visto ou ouvido cousa alguma e falta por isto todo o fio conductor que seja seguro».

Estes principios acceitos por nossa legislação, que admitte a prova indiciais ou circumstnacial (art. 171 do Decreto 3084 parte 2ª), não podem ser olvidados no conhecimento do facto criminoso, que destruio a Delegacia Federal na primeira hora de 31 de dezembro.

A estes principios se ateve o Dr. Juiz Substituto ao proferir o despacho de pronuncia, ora

recorrido.

Indicios suficientes, segundo A. Bueno, nos Apontamentos sobre o Proc. Crim. n.º 170, indicios vehementes segundo o Dr. João Mendes, no Proc. Crim. Bra. n· 305, determinaram a pronuncia, que é simplesmente a declaração judicial de que sobre o denunciado pesam responsabilidades criminaes, que devem ser verificadas e acusadas em julgamento ordinario em que a defesa é mais ampla e completa segundo os principios geraes de direito.

As diversas circunstancias colligidas no correr do processo, as quaes fazem parte dos considerandos, que fundamentam o despacho recorrido, forneceo base sufficiente para a pronuncia dos R. R. Coronel Manoel Henriques de Sá Filho, José Lourival Mindell da Cruz, Alexandre Botelho Seixas e Aurelio Henriques Filgueiras, como incursos nas fls. 26 § unico e 139 conbinado com o art. 18 § 2· do Cod Penal.

As alterações produzidas e os documentos juntos por ocasião do recurso não destroem os indicios que fundamentaram o despacho de pronuncia, não sendo de desprezar as considerações que a respeito emitiu o D. Procurador Interino da Republica.

Allem disto, os processos anteriormente promovidos contra o thesoureiro effectivo e que terminaram pela impronuncia (certidão de folhas 420 seguinte) longe de destruirem o inicio, ora colhidos, augmentam as presumopções da responsabilidade criminal, porque attestam, que desde muito se levantam accusações contra a correção funccional d'aquelle thesoureiro.

Apesar de todos os esforços e actividades das autoridades não se conseguiu reconstruir o crime em toda a da integridade. Os execcutores, mandatarios não foram descobertos e nem mesmo se chegou á prova suficiente da subtracção muito provavel de sellos adhesivos em valor superior a 269 contos de réis (exame a folhas 381).

O processo, segundo o curso prescripto pela Lei n· 515, de 30 de novembro 1898, exigindo tempo no art. 23 Decr, 2120 de 30 de setembro de 1900 porquanto o facto criminoso verificado deixa ver o intuito principal de damnificar a Fazenda Nacional.

Por todos estes fundamentos e mais provas dos autos, denegando provimento ao recurso interposto, confirmo o despacho recorrido, quer com relação a pronuncia quer com relação a impronuncia decretadas.

Lance-se o nome dos R. R. no rol dos culpados, recomendando-se-os na prisão, em que se acham. E custas.

Dê-se vistos o Dr. Procurador Interino da Republica para offerecimento do libello.

Publique-se, intime-se.

Parahyba, 7 de março de 1917.

TRAJANO A. CALDAS BRANDÃO

PRESCRIPÇÃO

Vistos, etc.

O bel. João de Andrade Espinola, como advogado e procurador de José Cavalcante de Lacerda Cazé, requereu a fls. que fosse decretada a prescripção do crime de art. 17 da lei n. 1785, de 28 de novembro de 1907, combinado com o art. 338 do Cod. Penal, em que o seu constituinte fiel pronunciado por despacho do dr. Juiz Substituto, de 24 de outubro de 1908, confirmado pelo dr. Juiz Seccional, em grau de recurso, em data de 6 de novembro subsequente.

Fundamentando o pedido com largas considerações de direito, instruiu a petição inicial

sem a procuração de fls. com attestados de residencia permanente do réo no termo, firmados pelo delegado de policia e prefeito da cidade de Pombal e com a copia dos referidos despachos de pronuncia e sua confirmação. Ouvido o dr. procurador da Republica sobre a materia, opinou a fls. pelo deferimento do pedido nos termos de direito.

O que tudo examinado:

Considerando que a prescripção dos crimes é um instituto de interesse publico, tanto que pode e deve ser decretada *ex-officio*: art. 78 e 82 do Cod. Penal;

Considerando, que a prescripção da acção é subordinada, em regra, aos mesmo prazo que a da condemnação, e resulta exclusivamente do lapso de tempo deccorrido do dia, em que o crime foi commetido, interrompendo-se pela pronuncia: arts. 78 e 79 do Cod. Penal;

Considerando que o réo está pronunciado no art. 17 da lei citada n. 1785 combinado com o art. 338 do Cod. Penal e incurso na pena de 5 annos de prisão cellular no grau maximo: despacho de fls.;

Considerando que a pronuncia no cit. art. 17 da lei 1785 faz o réo incurso no crime de estellionato, de que o daquelle art. é u'a modalidade de ou figura, e como tal o réo é punido com as penas do estellionato: cit. art. 17;

Considerando que, nesta condições, não é applicavel ao réo a exigencia do art. 14 da lei 515 de 3 de novembro de 1898 quanto á permanecia no paiz, por não se tratar do crime de moeda falsa, mas de estellionato;

Considerando que o crime do art. 338 prescreve em 8 annos (art. 85 do Cod.) a contar da pronuncia: art. 79 do Cod;

Considerando que o réo se acha pronunciado ha mais de 8 annos, e, assim, sendo o maximo da pena 4 annos, o crime se acha manifestamente prescripto: cits. arts. 79, 85 e 338 do Cod. Penal;

Considerando tudo isto, e mais dos autos e o parecer do dr. procurador da Republica, com que me conformo, julgo prescripto o crime em que o réo foi pronunciado e mando que se dê baixa na culpa, fazendo-se as averbações necessaria no rol dos culpados e no processo original, pagas as custas.

Publique-se e intime-se.

Parahyba, 19 de abril de 1917.

TRAJANO A. CALDAS BRANDÃO

JUIZO SECCIONAL
DECISÃO DE *HABEAS-CORPUS.*

Vistos, etc.

O bel. Minguel Santa Cruz Oliveira, advogado nesta capital, impetra na petição de fls. 2 uma ordem de *habeas-corpus* favor dos cidadãos brazileiros. Alexandre Borecho Seixas e Alrelio Henriques Filgueira, acudio primeiro escripturario da Delegacia Fiscal, este ex-fiel do thesoureiro da mesma, ambos pronunciados com dous outros, como incursos nas penas dos arts. 326 § unico e 139 combinados com o art. 18 § 1º do Codigo Penal e todos eles recolhidos á prisão.

O intuito do impetrante é conseguir que os pacientes sejam submettido a julgamento antes que o Supremo Tribunal Federal decida o recurso do despacho de pronuncias,

interposto pelo alludidos dous outros os réos.

O pedido de *habeas corpus* originou se de ter eu determinado pelo despacho de fls. 6 v, que os autos aguardassem em cartorio a solução de recurso de pronuncia interposto por dous co réos, para que pudesse ser offerecido o libello.

O advogado viu nesse despacho um attentado ao direito de defeza assegurado no § 16 do art. 72 da Constituição Federal, e assim invocando o § 22 do mesmo art. recorreu ao *habeas-corpus.*

A petição está instruida dom os documento de fls. 5 e 6.

Tratando se de uma questão de direito, para cuja solução não influe o interrogatorio dos pacientes, dependendo do comparecimento, caso é familiado pelo § 5º do art. 116 do regimento do Supremo Tribunal Federal e ouvi o dr. procurador da Republica que opinou em seu parecer fundamentando de fls. pela denegação do *habeas-corpus*.

O que devidamente examinado:

Considerando que o recurso do despacho de pronuncia tem em vista dos arts. 195 e 337, parte 2ª do dec. n. 3084 de 5 de Novembro de 1898, effeito suspensivo, que impede que o processo seja remetido ao *jury* até apresentação do mesmo recurso ao juiz *a quo;*

Considerando, que o recurso de pronuncia deve subir nos proprios autos originaes em todos os cazos (arts. 129 do regimento do Supremo Tribunal Federal, 65 do doc. 848 e 56 da lei 221;

Considerando que o effeito suspensivo estende-se mesmo aos co réos que irão recorrerem:

a) porque, a interposição do recurso impede que o processo seja remetido ao jury, ao processo plenario (citado art. 337);

b) porque, sem que a pronuncia passe em julgado, não se pode offerecer o libello (arts. 66 do dec. 848 e 197 do dec. 3084);

c) porque o libello deve ser um só comprehendendo todos os réus pronunciados e dado o effeito suspensivo do recurso, mesmo interposto por um dos co réos, o libello não pode ser offerecido (art. 340 do reg. 120 e avizo de 23 de março de 1853);

Considerando que sendo o libello o inicio da instancia julgadora, do juizo plenario, sem que elle seja oferecido, não pode haver julgamento;

Considerando que tanto é esse o pensamento da lei, que não providenciou sobre o julgamento dos co-réos, que não interpuzessem recurso do despacho de pronuncia, como o fez terminante e expressivamente no caso de appellações criminaes, quando ha co-réos a julgar, determinando que suba a appellação em traslado á Instancia Superior, permanecendo na Inferior os autos originaes para o julgamento (art. 310 do citado dec. n. 308, parte segunda);

Considerando que a rasão de ser dessas disposições differentes em relação ao summario e ao plenario, está não só na natureza e fins dos processos respectivos, como ainda em que, antes da decizão do recurso de pronuncia, não se acha instituido o processo ordinario do julgamento;

Considerando tudo isto e de accordo com o parecer do dr. procurador da Republica, denego a ordem de *habeas-corpus* impetrada, para que os pacientes aguardem na prisão a decizão do recurso, pelos seus co-réos interposto e o subsequente julgamento.

E custas.

Publique-se e intime-se.

Parahyba, 23 de abril de 1917

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

— São prohibidos os impostos interestadoaes.

— A ameaça e a perturbação da posse das mercadorias, tributadas pela lei local, são reparadas pela lei 1185.

— Só em determinadas condições podem ser tributadas as mercadorias estrangeiras e as de produção de outros Estados.

— Para a concessão do mandado de manutenção é necessario o attentado á posse daquellas mercadorias.

Vistos os autos, etc. Iona & Companhia, representados por seu advogado e procurador, constituido pela procuração de fls., dizendo-se ameaçados na posse de 132 fardos de pelles de producção de outros Estados pela Recebedoria de Rendas desta Capital, que, em execução ao disposto no art. 3º § 3º n. 1 lettra D da lei n. 426 de 8 de novembro de 1915 (lei do orçamento), que estabelece o imposto de 3% sobre o valor official das guias de isenção ou despacho de qualquer producto de outro Estado, que por este transitar, tem processado o despacho de fls. para cobrar dos supplicantes a importancia de réis 3:600$300, inclusive addicionaes de 20%, requereram perante o juizo seccional, com fundamento no art. 5 da lei n. 1185 de 11 de junho de 1904 e art. 8º do respectivo Regulamento, a expedição de mandado prohibitorio em garantia da posse daquellas mercadorias, bem como do direito de importar livremente quaesquer outras de producção de outros Estados, que por este transitarem, como lhes é assegurado pelos arts. 7º n. 2 e 11º n. 1 da Const. Federal e disposições da cit. lei 1185. Os suplicantes pediram a comminação da multa de 10:000$000, a citação do dr. procurador fiscal e dos feitos da Fazenda do Estado e do dr. procurador da Republica.

A inicial foi instruida com a citada procuração, com o despacho em processo da Recebedoria, e diversos outros documentos das repartições da fazenda dos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, que mostram a origem dos productos questionados e além destes, os documentos da Mesa de Rendas de Cajazeiras deste Estado, que confirmam aquella procedencia. Entre estes documentos ha um da Mesa de Rendas de Timbauba do Estado de Pernambuco, relativamente a productos dali.

Deferindo o pedido, determinei a expedição do mandado prohibitorio, que foi intimado ao administrador da Recebedoria de Rendas desta Capital e foram feitas as citações do dr. procurador fiscal e do dr. procurador da Republica.

Designada uma audiencia extraordinaria, a requerimento dos A. A., effectuou-se ella no dia 16, tendo sido accusada a execução do mandado e as citações pedidas na inicial de 13 de Março.

O dr. procurador fiscal pediu vista para embargos na forma da lei, tendo comparecido igualmente o dr. promotor publico da comarca da Capital, que, allegando a sua qualidade de advogado dos interesses do Estado e da justiça, pediu ser admittido como assistente. O advogado dos A. A., em largas considerações procurou mostrar o nenhum fundamento do pedido do dr. promotor publico, accentuando que nas causas fiscaes a representação do Estado é feita pelo dr. procurador fiscal e dos feitos da fazenda. Depois de largamente discutida a materia decidi que a representação do Estado imcumbe ao dr. procurador fiscal e dos feitos conforme a legislação do Estado e especialmente a lei n. 310 de 8 de Novembro de 1907 além de que a natureza do processo instituido pela lei 1185 e respectivo Reg. não comporta a delonga e a complexidade que a figura juridica do assistente determina.

Tendo tido vista o dr. procurador fiscal no dia 16, offereceu a 21 os embargos de fls. em que allega preliminarmente a nullidade do feito e a improcedencia «de *meritis*» do mandado.

A fls. emitiu seu parecer o dr. procurador da Republica, que opinou pela confirmação do mandado em toda a sua plenitude. O que tudo devidamente examinado.

Considerando, que é prohibido ao Estado crear impostos de transito pelo territorio de outro Estado, ou em passagem de um para outro, sobre productos de Estado da Republica, ou estrangeiros e bem assim sobre vehiculos de terra e agua que os transportarem (art. 11 n. 1 da Const. Federal);

Considerando, que para efficaz garantia da disposição constitucional citada foi decretada a lei n. 1185 de 11 de junho de 1904 e expedido o Reg. n. 5402 de 23 de Dezembro do mesmo anno que protegem juridicamente o possuidor de mercadorias nacionaes ou estrangeiras, que fôr perturbado ou ameaçado em sua posse em consequencia de dispositivo, de lei estadoal ou municipal que estabeleça impostos fora das condições prefixadas na cit. lei 1185;

Considerando, que taes mercadorias só podem ser tributadas quando, constituindo objecto do comercio interno do Estado, se acham incorporadas á massa de suas proprias riquezas e ao mesmo tempo as taxas e tributos incidem com a mais completa igualdade sobre as mercadorias similares de producção do Estado, (art. 2º da lei 1185 e 31 do Reg. 5402, Domingues Viana nota ao art. 11 n. 1 da Const. Federal);

Considerando, que é necessario para a concessão do mandado, quer de manutenção, quer prohibitorio, que o possuidor das mercadorias tributados pela lei local esteja turbado ou ameaçado na posse dessas mercadorias; (Acc. de 26 de Maio de 1906). Dir. Vol. 100 pag. 526, Acc. de 29 de Maio de 1909 Revista de Direito vol. pag. 145, Acc. de 9 de Dezembro de 1914 Revista juridica anno 1º n. 1 pag. 8);

Considerando, que o documento n. 1 a fls. 9, que é o despacho processado na Recebedoria de Rendas desta Capital, prova a incidencia do imposto de 3% sobre o valor official de 132 fardos de pelles, em cabello de outros Estados, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, em transito neste, por onde têm de ser exportados para New York, docs. 1 a 12;

Considerando, que embora tenha aquelle doc. 1 o nome de guia de isenção, segundo o art. 3º § 3º n. 1 letra D, da lei orçamentaria do Estado sob o n. 426 de 8 de Novembro de 1915, é, ao contrario, manifestamente a prova da existencia do imposto de exportação sobre productos de outros Estados em transito por este, o que contravem os dispositivos do art. 9 n. 1 e § 2º e aos art. 11 n. 1 da Constituição Federal e da lei 1185 de 4 de Junho de 1904;

Considerando, que o cit. dispositivo da lei orçamentaria do Estado, em sua parte final nas expressões— «Este imposto só é applicavel aos productos dos Estados que tributam os productos deste em transito pelos seus territorios» traduz já a represalia e a guerra de tarifas entre Estados, com prejuizo do intercurso commercial, o que não se acha em harmonia com a Const. Federal e a propria natureza do regimen;

Considerando, que a permissão de imposição sobre o trafico interestadual, além de contrariar o espirito e os intuitos do regimen federativo, tem contra si a jurisprudencia norte-americana que é a luz e guia nestes assumptos (João Barbalho Commentario ao art. 9 da Const. pag. 36);

Considerando, que, nestas condições, é manifesta a ameaça de turbação da posse dos A. A. sobre os 132 fardos de pelles em transito por este Estado e quando evidentemente não se acham incorporados ao acervo de suas riquezas (lei n. 1185);

Considerando que, os A. A. pretendem que o mandado prohibitorio lhes garanta, alem da posse dos 132 fardos de pelles, na qual se acham ameaçados pelo despacho ou documento n. 1, o direito de importar livremente e de futuro qualquer outra mercadoria, de producção

de outros Estados, ou estrangeira que os mesmos A. A. aqui recebam em transito, perdurando os effeitos de dito mandado, em quanto vigorar o citado dispositivo da lei orçamentaria do Estado; mas,

Considerando, que a lei 1185 em seus dispositivos visa amparar e garantir simplesmente o possuidor de mercadorias de producção de outros Estados, ou estrangeira, com providencias e medidas promptas e urgentes e não o importador em geral, que não tiver posse em taes mercadorias (art. 5º da lei 1185 3 8 do reg. 5402);

Considerando que esta doutrina é firmada na jurisprudencia federal, quando decide que a acção de manutenção da lei n. 1185 é inadmissivel nos casos em que não ha turbação da posse das mercadorias importadas pelo Estado, quaesquer que sejam as allegações de inconstitucionalidade de tributação das mesmas mercadorias por lei do Estado importador (Acc. cit. do Sup. Trib. Federal de 29 de Maio de 1909 e Acc. de 8 de Maio de 1911 no Diario Official de 21 de Junho do mesmo anno);

Considerando, que, juridicamente, a mesma doutrina deve applicar-se ao mandado prohibitorio, que visa garantir o possuidor ameaçado e não o simples importador;

Considerando, que o poder judiciario é chamado a decidir sobre casos concretos e não a intervir sobre theses de direito ou possibilidades de violação de relações juridicas, como pretendem os A. A. em relação a importações futuras de mercadorias de producção de outros Estados, ou estrangeira, tanto mais quanto taes mercadorias podem ser tributadas mediante as condições estabelecidas nos arts. 2º, 3º e 4º da lei 1185 e arts. 2º a 7º do Decreto 5401;

Considerando que não pode ser estudada e examinada a materia dos embargos do procurador fiscal e dos feitos da fazenda por terem sido apresentados fóra do triduo legal; arts. 8 da lei e 10 do decreto 5402;

Considerando tudo isto e o mais dos autos e o parecer do dr. procurador da Republica, com o qual me conformo em parte, confirmo o mandado prohibitorio simplesmente em relação aos 132 fardos de pelles, constantes do despacho ou doc. sob n. 1 a fls. 9 dos autos, para que possam ser embarcados independentemente do pagamento do imposto de 3%, fixado no art. 3º n. 1 lettra D do orçamento do Estado, sob a pena pedida pelos A. A., ficando sem effeito o mandado na parte referente ao direito de importarem livremente os A. A. e de futuro outras mercadorias de producção de outro Estado ou estrangeira, em quanto vigorar o dispositivo cit. da lei orçamentaria do Estado, pagas por este as custas.

Publique-se e intime-se.

Parahyba, 27 de Março de 1916.

TRAJANO AMERICO DE CALDAS BRANDÃO

— Os mandados da lei 1185 de 11 de Junho de 1904 só podem ser concedidos, quando o possuidor das mercadorias tributadas pela lei local se acha ameaçado ou turbado na posse dellas, mesmo por penhora executiva movida pelo fisco estadoal.

— As medidas assecuratorias da citada lei 1185 devem ser requeridas, fóra da séde do juizo seccional, perante o supplente do juiz substituto em exercicio

na localidade.

Vistos os autos, etc.

Francisco Porpino, commerciante no municipio de Guarabira, allegando turbação na posse de 80 libras de velas de cêra branca, compradas no Estado de Pernambuco, em consequencia de uma penhora executiva, ordenada pelo juiz dos feitos da Fazenda do Estado, e porque essa penhora embarace o intercurso commercial daquella mercadoria e vise a cobrança do imposto, que pesa sobre a mesma de accôrdo com o art. 3º § 3º n. 14 da lei orçamentaria do Estado sob n. 458 de 24 de Novembro de 1916, requereu, em 26 de Abril, perante este juizo, que se expedisse o mandado de manutenção nos termos do art. 5º da lei n. 1185 de 11 de Junho e respectivo Reg. com fim de ser o supplicante garantido na posse da referida mercadoria, com comminação da multa de 500$000 e com a citação do dr. procurador fiscal e dr. procurador geral do Estado para apresentarem embargos de direito no praso legal.

Allegou ser inconstitucional aquelle dispositivo da citada lei orçamentaria por attentatorio dos arts. 7 n. 1 e § 2 e 72 § 2 da Const. Federal e da lei 1185.

Avaliando a causa em 500$000 o autor instruiu a inicial com os doc. de fls. 4, 5, 6, 7 e 8.

Expedido o mandado, foram feitas as citações e communicações necessárias.

A Fazenda do Estado pelos seus representantes offereceu os embargos de fls. 15, assignados pelo dr· promotor publico e com elles concordou o dr. procurador dos Feitos da Fazenda. Aos embargos acompanhou o doc. de fls. 2.

Nelles se allega a incompetencia deste juizo para expedição dos mandados da lei 1185, fóra de séde do juizo e a improcedencia da acção por alguns motivos e principalmente por ser constitucional o impugnado dispositivo da lei orçamentaria n. 458 que está organisado nos moldes da lei federal cit. n. 1185.

O dr. procurador da Republica emittiu o parecer de fls. opinando pela não confirmação do mandado expedido.

Em seguida foram sellados os autos e paga a taxa judiciaria, subiram á conclusão.

O que tudo devidamente examinado:

Considerando, que os mandados, prohibitorio e de manutenção, tem por objectivo legal garantir a posse de mercadorias de producção estrangeira ou dos Estados da Republica, quando ameaçada de turbação ou effectivamente turbada em virtude da lei estadoal ou municipal, que estabeleça sobre ellas impostos fóra das condições legaes (art. 5º da lei 1185 de 11 de Junho e art. 8.º do Reg. 5402 de 23 de Dezembro de 1904);

Considerando, que taes mandados só podem ser concedidos, quando o possuidor de mercadorias, tributadas pela lei local, se acha ameaçado ou turbado na posse dellas (accordam do Supremo Tribunal Federal de 26 de Maio de 1906—D. vol. 100 pag. 526, acc. de 29 de Maio de 1909—Rev. do Direito vol. 22 pag. 145, acc. de 9 de Dezembro de 1914—Rev. Juridica anno 1º n. 1 pag. 80—Octavio Kelly Manual de Jurisprudencia Federal n. 1408);

Considerando que não está provado, que a penhora executiva, effectuada sobre as 80 libras de velas de cêra branca, tenha tido por fim a cobrança de impostos lançados sobre as mesmas velas, mas, ao contrario, verifica-se do doc. de fls. 20, que a cobrança era relativa a 12 volumes de generos de estiva, pesando 772 kilos, para cujo pagamento se effectuou a referida penhora por mandado do Juizo dos Feitos da Fazenda do Estado;

Considerando, além disto, que não está verificada a procedencia, de Pernambuco, das velas penhoradas, que não se podem identificar simplesmente em face da factura de fls. 4, como bem ponderou o dr. procurador da Republica;

Considerando, ainda, que os mandados possessorios não podem ser concedidos, se a penhora movida pelo Fisco Estadoal recahir sobre bens, que não os tributados; e que é preciso, que o possuidor das mercadorias tributadas seja ameaçado ou turbado na posse de taes mercadorias, não bastando a allegação da inconstitucionalidade na turbação (acc. cits. Octavio Kelly Manual de Jurisprudencia Federal n. 1416, A. Resende, Acções possessorias n. 51);

Considerando, por outro lado, que as medidas assecuratorias da lei 1185 devem ser requeridas, fóra da séde do Juizo Seccional, perante o supplente do juiz substituto em exercicio na localidade (Art. 9º § unico do Reg. 542 e Acc. do Supremo Tribunal Federal Rev. vol. 2 n. 5 pag. 447);

Considerando tudo isto e o mais dos autos e o parecer do dr. procurador da Republica, deixo de confirmar o mandado expedido, pagas as custas pelo autor embargado.

Intime-se, depois de publicada, fazendo-se ao juiz dos Feitos da Fazenda do Estado a communicação da revogação do mandado.

Parahyba, 5 de Maio de 1917.

TRAJANO AMERICO DE CALDAS BRANDÃO

— São prohibidos os impostos interesta-doaes.

— A ameaça e a perturbação da posse das mercadorias, tributadas pela lei local, são reparadas pela lei 1185.

— Só em determinadas condições podem ser tributadas as mercadorias estrangeiras e as de producção de outros Estados.

— Para a concessão do mandado de manutenção ou prohibitorio é necessario o attentado á posse daquellas mercadorias.

Vistos os autos, etc.

Iona & Cia. commerciantes nesta praça, tendo de exportar para New York 85 fardos de pelles em cabello, marca R. B. C. com o peso 7075 Kilog., recebidos nesta Capital, em transito, dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, onde pagaram direitos de exportação para o estrangeiro, dizem-se ameaçados na posse de taes mercadorias em consequencia de disposição do artigo 3.º § 3.º n. 1 lettra D da lei orçamentaria do Estado n. 426 de Novembro de 1915, que manda cobrar a taxa de 3% sobre o valor official das guias de isenção ou despacho de mercadorias da mesma natureza contra a terminante disposição do art. 9 § 2. art. 11 n. 1 da Const. Federal.

Accrecentam ainda os A. A., Iona & Cia., que o final do cit. § 3.º n, D, art 3 daquella lei orçamentaria revela o espirito de represalia tributal ou de guerra de impostos entre Estados, quando dispõe que este imposto só é applicavel aos productos dos Estados que tributarem os productos deste Estado em transito pelos seus territorios.

Assim, os A. A. firmados nas disposições da lei 1185 de 11 de Junho de 1904 e Decreto n. 5402 de 23 de Dezembro de mesmo anno, requereram em data de 3 de Maio corrente perante esse juiso a expedição do mandado prohibitorio, que os garanta no direito de exportação, livre de quaesquer impostos estadoaes e nomeadamente o do cit. art. 2.º § 3.º n. 1 lettra D, da cit. lei orçamentaria, dos 85 fardos de pelles com as especificações já indicadas, sob a comminação da pena pecuniaria de dez contos de réis para o caso de desobediencia, e fazendo-se intimar delle o Administrador da Recebedoria de Renda desta capital e o dr. procurador fiscal e dos Feitos da Fazenda, tudo com audiencia do dr. procurador da Republica.

Avaliaram a causa para effeito do pagamento da taxa judiciaria na importancia de 10:000$000.

A inicial vem acompanhada da procuração por certidão a fls. 6, despacho n, 1, a fls. 10, docs. de fls. 11.ª a 25 dos autos, que provam o pagamento do imposto de exportação nos Estados, donde provieram os 85 fardos de pelles já mencionados.

Expedido o mandado, foi elle intimado, na forma requerida, em data á 2 de Maio.

Na audiencia de 4 o advogado dos A. A. accusou a expedição do mandado prohibitorio e sua intimação, ficando assignado o praso de 3 dias para embargos por parte da Fazenda do Estado. Presente o dr. procurador dos Feitos, requereu e obteve vista para embargos, que effectivamente offereceu no prazo legal.

Nestes embargos allegou a nullidade do processo por falta de citação do promotor publico da comarca da capital, que é, em 1.ª intancia, o representante legal do Estado em todas as causas que lhe dizem respeito, conforme os preceitos da Const. do Estado e da lei n. 310 de 7 de novembro de 1908.

E de *meritis* procurou mostrar, que se tratando da taxa de sello, que o Estado pode cobrar quanto aos actos emanados de seu governo e negocios de sua economia nos termos do art. 9 § 1.º n. 1 da Const. Federal, a lei orçamentaria n. 426 não fere absolutamente a mesma Constituição, pois que não cobra impostos de transito sobre mercadorias de producção de outros Estados, mas simplesmente a taxa de sello sobre o valor official das guias de isenção.

E assim, embargado o mandado, o preceito converte-se em citação para seguir a causa o seu curso natural, segundo o disposto no art. 414 do Dec. 3084 de 5 de Novembro de 1898 (parte 3).

Tendo vista dos autos o dr. procurador da Republica, emittiu o parecer de fls. no sentido de serem despresados os embargos pela improcedencia de sua materia.

Sellados e preparados os autos e paga a taxa judiciaria, subiram a conclusão para a sentença em data de 10 do corrente. O que tudo devidamente examinado: e preliminarmente.

Considerando, que o procurador fiscal e dos Feitos da Fazenda é o funccionario competente para representar o Estado em seus interesses economicos em face dos dispositivos da lei estadoaes n. 100 de 5 Novembro de 1897, art. 10 n. 310 de 21 de Novembro de 1908, art. 27 e 2 os quaes não entravam os preceitos da Const. do Estado, que confiando a representação dos interesses do Estado ao ministerio publico, delle faz parte com grande destaque o procurador fiscal dos Feitos da Fazenda.

Considerando, que esta interpretação é conforme a lettra e ao espirito daquellas leis estadoaes, verdadeiramente organicas e complementares da Constituição do Estado, e neste sentido tem sido sanccionada pela jurisprudencia judiciaria, politica e administrativa do Estado; e assim de meritis.

Considerando, que o Estado não pode crear imposto de transito pelo territorio de um Estado, ou na passagem de um para outro sobre producto de Estados da Republica, ou extrangeiro e bem assim sobre os vehiculos de terra e agua que os transportarem (art. 11 n. 1 da Const. Federal);

Considerando, que a effectividade do citado dispositivo constitucional está garantida pelas providencias promptas da lei n. 1185 de 11 de Junho e seu Decreto Regulamentar n. 5402 de 23 de Dezembro de 1904 que protegem o possuidor de mercadorias nacionaes ou extrangeiras, que for perturbado ou ameaçado de turbação em sua posse em consequencia de dispositivo de lei estadoal ou municipal, que estabeleça impostos fora das condições determinadas na cit. lei e Reg.;

Considerando, que taes mercadorias só podem ser tributadas, quando, constituindo objecto

do commercio interno do Estado, se acham incorporadas á massa de suas proprias riquezas e os tributos e taxas incidam em perfeita igualdade sobre mercadorias similares de producção do Estado (art. 2 da lei 1185 e 3º do Dec. N. 5402 art. 11 n. 1 da Const. Federal);

Considerando, que a expedição do mandado, quer de manutenção, quer prohibitorio, depende de se achar o possuidor das mercadorias tributadas pela lei local, perturbado ou ameaçado na posse dessas mercadorias (Acc. do Sup. Trib. Fed. de 26 de Maio de 1906 — Direito vol. 110 pag. 526. Acc. de 29 de Maio de 1909 Revista de Direito vol. 22 pag. 145 Acc de 9 de Dezembro de 1914, Revista Juridica Anno 1. n. 1. pag. 8, Domingues Vianna nota 13 ao art. 7 da Const. Federal;

Considerando, que o doc. n. 1 a fls. 10, o despacho iniciado, e as conferencias no verso dos docs. de fls. 11 a 15 (conhecimentos de pagamento de impostos de exportação em outros Estados) por funccionarios da Recebedoria desta Capital, indicam a ameaça de turbação a que estão expostos os A. A. quando á posse dos 85 fardos de pelles em cabello, marca R. B. C., pesando 17075 k. recebidos dos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco em transito neste Estado, por onde tem de ser exportados para New York;

Considerando, que o despacho e as conferencias são actos preliminares da exigencia do imposta de 3% fixado no art. 3.º § 3.º n. 1 lettra D) da lei orçamentaria n. 426 sobre o valor official dos referidos 85 fardos de pelles;

Considerando, que, embora a cit. lei chame imposto de sello ao que é alli fixado, elle é manifestamente, sob nome disfarçado, o imposto de transito sobre productos de outros Estados que tem de ser exportados neste Estado, o que contravem os dispositivos do art. 1 e § 2 e do art. 11 da Const. Federal, e da lei n. 1185 de 11 de Junho;

Considerando, que o cit. dispositivo da lei orçamentaria do Estado em sua parte final nas expressões;

«Este imposto só é applicavel aos productos dos Estados que tributam os productos deste em transito pelos seus territorios» traduz já a represalia e a guerra de tarifas entre Estados, com prejuizo do intercurso commercial, o que fere o espirito e os intuitos da Const. Federal e a propria natureza do regimen e contraria a jurisprudencia norte americana, que é a luiz e guia nestes assumptos na expressão de João Barbalho em commentario ao art. 9 da Const. pag. 36;

Considerando, que não procedem os argumentos do dr. procurador fiscal dos feitos da fazenda, que com grande esforço procura na especie defender os interesses do Estado, quando pretende amparar o imposto do art. 3 § 3.º n. 1 letra D) da lei orçamentaria á sombra do art. 9 § 1 n. 1 da Const. Federal, que garante ao Estado a decretação da taxa de sello quanto aos actos emanados de seu Governo e aos negocios de sua economia, porque a isto se oppoêm o art. 2 e seus ns. 1 e 2 e§ 1, e 2 do Decreto n. 3564 de 22 de Janeiro de 1900; e mais;

Considerando, que não se pode chamar acto emanado do governo do Estado e negocio de sua economia a tributação, sob qualquer titulo, de productos de outros Estado, quando tal tributação é peremptoriamente condemnada pelos preceitos já citados da Const. Federal e a autonomia do Estado deve restringir-se ao circulo traçado na referida Const. Federal nos precisos termos do art. 63; nestas condições;

Considerando, que é manifesta a ameaça á turbação da posse dos A. A. sobre os mencionados 85 fardos de pelle, em transito por este Estado, e quando evidentemente não se acham incorporados ao acervo de sua riquezas (Lei 1185 e Decreto 5402);

Considerando tudo isto e mais dos autos e conformando-me com o parecer do dr. procurador da Republica, confirmo o mandado prohibitorio expedido, para que possam ser embarcados para New York, independentemente de pagamento de qualquer imposto, sob qualquer

denominação, sem embaraço de qualquer natureza opposto pela Recebedoria de Rendas, os 85 fardos de pelles, com as especificações já mencionadas, sob pena de pagamento de 10 contos de réis, em caso de desobediencia, pagas as custa pela Fazenda do Estado.

Publique-se e intime-se.

Parahyba, 12 de Maio de 1916.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

— Os mandados da lei 1185 de 11 de Junho de 1904 só podem ser concedidos, quando o possuidor das mercadorias tributadas pela lei local se acha ameaçado ou turbado na posse dellas, mesmo por penhora executiva movida pelo fisco estadoal.

— As medidas assecuratorias da citada lei 1185 devem ser requeridas, fóra da séde do juizo seccional, perante o supplente do juiz substituto em exercicio na localidade.

Vistos os autos, etc.

Em 2 de Abril, Lino Gomes da Silva, commerciante no municipio de Campina Grande, requereu, perante este juizo, por intermedio de seu advogado e procurador, constituido na procuração de fls. 7 um mandado de manutenção, facultado pelo art. 5 da lei 1185 de 11 de Junho de 1904 e seu respectivo Reg. no intuito de garantil-o na posse de um fardo com 15 peças de algodão *Fratelli*, e 10 peças de madapolão (morim) compradas no Estado de Pernambuco, na qual foi perturbado por uma penhora executiva, determinada pelo juiz dos feitos da Fazenda do Estado, resultando dahi não poder o supplicante exercer livremente o seu poder sobre os referidos bens e manifesto embaraço ao intercurso commercial.

Allega ter tido a penhora por objectivo a cobrança do imposto fixado no n. 14 do § 5.º da lei orçamentaria do Estado, sob n. 458 de 21 de Novembro de 1916, e estende-se em considerações com o fim de mostrar, que aquelle dispositivo orçamentario é inconstitucional, porque o imposto alludido disfarçado sob o nome de imposto de mercadorias incorporadas é, na realidade, o tributo de importação, tanto que se pretende cobrar o imposto de mercadorias ainda existentes na casa do supplicante, o que fere o art. 1 n. 1.º da Const. Federal, alem de ferir tambem o art. 7 n. 2 e § 1.º da mesma Const. pela desigualdade com que é elle taxado, quando se trata do municipio da capital ou dos outros municipios do Estado.

Allega ainda, que o citado dispositivo orçamentario attenta contra os preceitos da lei 1185 em seus arts. 1 e 2 e respectivo Reg., que garantem o livre intercurso de mercadorias, estrangeiras ou nacionaes, quando objecto do commercio dos Estados da Republica entre si ou entre este e o estrangeiro, e que o alludido imposto não se enquadra na excepção do art. 2 da cit. lei 1185.

Termina pedindo que se fizesse a necessaria communicação ao juiz dos feitos da Fazenda e ao Procurador Fiscal, citando se o representante do Estado para, no prazo legal, offerecer os embargo de direito, comminando-se a multa de 600$000 no caso de nova turbação e avaliando a causa em igual quantia, com audiencia do dr. Procurador da Republica.

A inicial está instruida com a factura a fls. 4 e 5, com o mandado executivo a fls. 6, a procuração de fls. 7 e o auto de penhora fls. 8.

Expedido o mandado, foram feitas as communicações e citações requeridas, como consta de fls. 4 a 11.

O dr. Procurador Fiscal e dos Feitos da Fazenda offereceu os embargos de fls. 13, acompanhados do doc. de fls. 15, nos quaes allega a impropriedade da acção, a constitucionalidade do imposto impugnado, a incompetencia deste juizo para a expedição do mandado e a improcedencia da acção possessoria.

Tendo vista o dr. Procurador da Republica emittiu o seu parecer de fls.

Em seguida, sellados os autos e paga a taxa judiciaria, subiram elles á conclusão.

O que tudo devidamente examinado:

Considerando, que as medidas assecuratorias creadas pela lei n. 1185 de 11 de junho de 1904 são instituto de execução rapida e prompta , com que ella garante o livre intercurso commercial das mercadorias entre os Estados da Republica ou entre estes e o estrangeiro afim de se evitar qualquer embaraço nascido da decretação de impostos fora dos moldes constitucionaes regulados na citada lei e respectivo Reg.;

Considerando, que a expedição daquellas medidas assecuratorias, tanto o mandado prohibitorio, como de manutenção, presuppõe a ameaça de perturbação ou a perturbação effectiva á posse d'aquellas mercadorias em consequencia de impostos estaduaes ou municipaes decretados sobre as mesmas (Acc. do Sup. Trib. Federal, de 26 de maio de 1906 — Rev. de Direito vol. 22 pag. 145 — Acc. de 9 de Dezembro de 1914 — Rev. Juridica anno 1.º n. 1.º, pag. 89, Octavio Kelly — Manual de Jurisprudencia n. 1408);

Considerando, que o Autor não provou, que a penhora executiva procedida sobre as 15 peças de algodão Fratelli e sobre as 10 peças de madapolão (morim), tenha tido por fim a cobrança de qualquer imposto lançado sobre as mesma 15 peças de algodão e as referidas de madapolão, mas, ao contrario está provado em face da certidão de fls. 15, que a cobrança era relativa a 15 volumes de ferragens finas com 1057 kilgs., a 3 volumes de fazendas com 203 kilgs., a 3 volumes de generos não especificados com 140 kilgs., a 1 volume de estopa com 40 kilgs., e a 46 saccas de sal, e evidentemente a penhora não recahio sobre estas mercadorias, como se vê do respectivo auto a fls. 8 e 15 e da e propria petição inicial;

Considerando, que os mandados possessorios da lei 1185 não podem ser concedidos, se a penhora movida pela Fazenda Estadual recahir sobre bens que não os tributados; e que é preciso, que o possuidor das mercadorias tributadas seja ameaçado ou turbado na posse respectiva, não bastando que se allegue a inconstitucionalidade do imposto (Accs. citados, Octavio Kelly Manual cit. n. 1416, Resende — Acções Possessorias n. 54);

Considerando, que não tendo havido attentado á posse das mercadorias tributadas ou simples ameaça de attentado, a inconstitucionalidade do imposto impugnado só se pode discutir e decidir em acções outras, em momento determinado, como decorre da lei 1185 e de seu respectivo Reg., por isto que as medidas assecuratorias visam amparar e garantir, de momento, o intercurso commercial das mercadorias importadas de outros Estados ou do Extrangeiro;

Considerando, alem disto, que a simples exhibição das facturas de fls 4 e 5 não identifica as mercadorias penhoradas, como de procedencia de Pernambuco;

Considerando, por outro lado, que as medidas assecuratorias referidas, não só pelo fim a que se destinam, como pelo processo prescripto na lei 1185 e seu Reg., devem ser requeridas, fora da séde do juizo Seccional, perante o supplente do juiz substituto em exercicio na localidade (art. 9 § unico do Reg. n. 5402 de 23 de Dezembro de 1904, e Acc. do Supremo Tribunal de 4 de Junho de 1914 — Rev. do Supremo Tribunal vol. 2 pag. 447);

Considerando tudo isto, o mais das autos e o parecer do dr. Procurador da Republica, revogo o mandado expedido, pagas as custas pelo autor.

Publique-se e intime-se, fazendo-se communicação ao dr. Juiz dos Feitos da Fazenda da

Estado.

Parahyba, 7 de Maio de 1917.

TRAJANO AMERICO DE CALDAS BRANDÃO

JURISDICÇÃO CIVIL

As corporações religiosas podem livremente administrar e dispor dos seus patrimonios, sem quaesquer interferencias do Governo, por estar revogada em todo seu contexto a lei de 9 de Dezembro de 1830 ex-vi do art. 72 § 3.º da Const. Fed.

A Igreja Catholica Romana estando no dominio do direito publico territorial ou do direito privado sujeito as leis e jurisdicção ordinaria, não lhe é dado invocar o direito canonico para regular as relações juridicas sobre causas ou assumptos temporaes e que interessam a ordem social.

Recurso Extraordinario N.º119

Recorrente o abbade do Mosteiro de São Bento do Estado da Parahyba do Norte.

Recorridos Simplicio Hygino de Hollanda Caldas e sua mulher.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Accordam

Vistos, expostos e discutidos os presentes autos de recurso extraordinario, entre partes, como recorrente o abbade do Mosteiro de São Bento no Estado da Parahyba do Norte, e recorridos Simplicio Hygino de Holanda Caldas e sua Mulher.

Tendo sido dado em aforamento perpetuo o engenho "Maraú", naquelle Estado, pertencente ao Mosteiro de São Bento por escriptura publica passada em 19 de Abril de 1892; propondo acção de nullidade desse aforamento o abbade, que succedeu em sua dignidade áquelle que havia celebrado o contracto com Simplicio Hygino de Holanda Caldas e sua mulher, allegou: que ao tempo em que foi lavrada a escriptura; já o abbade seu antecessor se achava em estado de demencia por effeito da molestia de que veio a fallecer; que pela exiguidade do preço do fôro, continha o contracto lesão enorme; que, alem disso, foi o mesmo contracto effectuado sem licença do Governo; e que da mesma sorte dispensou-se para sua celebração a necessaria autorisação do poder eclesiastico.

Contestada a acção e seguindo ella o seu curso ordinario, foi declarado nullo o aforamento por sentença do juiz da 1.ª instancia.

Apellando, porem, dessa decisão os recorridos para o Superior Tribunal do Estado, foi reformada a mesma sentença no sentido de ser considerado valido o aforamento.

Sendo desta ultima que interpoz o abbade do Mosteiro de São Bento o presente recurso extraordinario, e pretendeu justificar por meio dos seguintes argumentos: que por força da lei de 9 de Dezembro de 1830, não podendo as ordens religiosas celebrar validamente quaesquer contractos onerosos translativos de dominio, sem licença do Governo, não foi esta restricção abolida pelo actual regimen politico; que o decreto n. 119 de 17 de Janeiro

de 1890, e o art 72 § 3.º, da Constituição Federal ampliando a capacidade civil das corporações religiosas, somente revogaram a legislação anterior na parte em que restringio a capacidade, quanto a acquisição de bens de raiz e não quanto a licença do Governo para a alienação; que, por outro lado, não podia ter essa emphyteuse constituida sem as formalidades canonicas; que o direito canonico tornando imprescindivel, para a validade de taes contractos, a licença do Pontifices, não bastando a dos ordinarios ou Abbades e dos Capitulos, foi, no entretanto, preterida essa formula substancial; que o direito eclesiastico tem actualmente plena execução, sem dependencia do poder civil; que com effeito, a Igreja Catholica é uma sociedade universal, perfeita e com todos os attributos da soberania—poder de governar, de legislar e de punir; que as nações catholicas ou não, reconhecendo essa soberania, continuam a considerar o Papa como um soberano e a Igreja como um Estado que entretem relações diplomaticas por meio de enviados juntos a Santa Sé; que assim sendo, com relação ao aforamento do engenho "Maraú" não podiam os tribunaes patrios deixar de applicar o direito canonico que é a legislação de um estado estrangeiro que, portanto, achando-se esta materia ex-vi do disposto na letra h do art. 60 da Constituição, virtualmente comprehendida na esphera da jurisdicção federal, dever-se-ia declarar insubsistente a decisão dos tribunaes do Estado da Parahyba do Norte, pela sua manifesta incompetencia *rationne materiae* para conhecerem da questão, cuja nullidade em tempo algum poderá ser sanada,—Ord. L 1.º tit. 5.º § 8.º, e que nestes termos era de esperar que fosse provido este recurso extraordinario.

Isto posto, e resolvida a preliminar de se tomar conhecimento do prezente recurso, em virtude do estatuido no art. 59 n. 3, § 1.º, letra a, da Constituição Federal, todavia lhe negam provimento.

A lei de 9 de Dezembro de 1830 em todo seu contexto e portanto ainda mesmo na parte que exigia licença do Governo para a alienação de bens das corporações religiosas não pode mais ser considerada em vigor.

Evidentemente, que dos percizos termos do § 3. do art. 72 da Constituição Federal, rezulta que as chamadas leis de amortização foram completamente revogadas, uma vez que ás associações religiozas é permittido se constituirem, sem dependencia do Governo observadas as disposições do direito commum.

E quando, por ventura, ainda se podesse erguer duvidas sobre esta interpretação, bastaria, para dissipal-as, invocar o elemento historico. Com effeito, por occasião de ser assumpto discutido no Congresso Nacional, foram substituidas no projecto da Constituição as expressões— "observados os limites postos pelas leis de mão morta" para "observadas as disposições do direito commum", salientando assim essa circumstancia de modo claro e positivo o pensamento do legislador constituinte de considerar abolidas as leis de excepção com a investidura da personalidade juridica que outorgou ás corporações religiozas.

Conseguintemente, taes institutos religiozos podem livremente administrar e dispor dos seus patrimonios, sem quaesquer interferencias do Governo federal.

E nem se dá tambem na especie vertente violação do art. 60, letra h, da Constituição. A Igreja Catholica Romana, quer sob o ponto de vista do direito internacional, quer sob o ponto de vista do direito publico de cada Estado, não pode pretender outra situação juridica, si não aquella que possa caber a qualquer outra igreja ou confissão religiozas.

Nem ella poderia actualmente, a despeito de sua admiravel consolidação, atravez de tantos seculos, solicitar nenhum outro privilegio, a não ser o gozo de certas regalias, em attenção ás condições particulares de seu desenvolvimento historico. Muito embora tenha o chefe da Igreja Catholica Romana a faculdade de prover livremente o seu governo, de communicar-se com todo o clero, de exercer poder legislativo e de fulminar pennas; é bem de ver que toda essa somma de poder constitue funcções eclesiasticas, meramente espirituaes, que

não se transtornando em attributos temporaes, não podem de modo algum assimilar a Igreja Catholica Romana a um verdadeiro Estado.

Não se contrapondo a esta doutrina o direito de representação que assiste á Igreja Catholica Romana, esta representação, que não é identica, como ensinam os modernos internacionalistas, ao direito de legação tem unicamente por objetivo manter e regular os assumptos pertencentes ao ministerio eclesiastico, ao culto e a todas as outras relações de caracter espiritual, que possam cahir sob a acção da autoridade civil e que devam ser regidas pelo direito publico interno de cada uma nação.

Assim, pois, estando a Igreja Catholica Romana no campo do direito publico territorial ou do direito privado sujeito as leis e jurisdicção ordinaria, não lhe pode ser permittido invocar o direito canonico para regular as relações juridicas sobre causas ou assumptos temporaes e que interessam a ordem social.

E condenam o recorrente nas custas.

Supremo Tribunal Federal, 7 de Agosto de 1897—Aquino e Castro, prezidente.—Bernardino Ferreira.—André Davalcante.—H. do Espirito Santo.—Pindahiba de Mattos.—João Pedro.—Pereira Franco.—Ribeiro de Almeida.—João Barbalho, vencido.—Americo Lobo, vencido, attentos os motivos com que fundamentei o voto proferido no julgamento do recurso extraordinario n.º 85, em tudo igual a este.

São corpos de mão morta, define-os Felicio dos Santos, no art. 173 do Projecto do Codigo Civil da Republica dos Estados Unidos do Brazil, as corporações e estabelecimentos publicos perpetuos, por tempo illimitado ou por prazo que exceda a 60 annos.

As corporações, diz o art. 166, são consideradas, ainda em relação a seus membros, como pessoas inteiramente distinctas, tendo seus direitos e obrigações proprias, e em consequencia.

1; os bens que pertencem ás corporações não pertencem a nenhum de seus membros, no todo ou em parte, nem a todos, nem ás pessoas em cuja utilidade foram creadas;

2; nenhum dos membros, ou todos, tem a obrigação de pagar as dividas da corporação, só os bens desta estão sujeitos ás suas dividas, (Vid as alineas 3.ª e 7.ª e o art. 172).

Isto posto, a evidencia hoje assignalada pelo Tribunal acha-se em diametral opposição com dous actos posteriores á promulgação da lei constitucional, o primeiro dos quaes é o projecto do Codigo Civil Brazileiro, contractado pelo Governo Provisorio da Republica, e o segundo é o instrumento authentico da interpretação dada ao art. 72, § 3.º, da suprema lei pelo Congresso Nacional, com sancção do Poder Executivo, isto é, a lei n.º 173—de 10 de Setembro de 1893, a qual, como mostra a epigraphe, regula a organização das associações que se fundarem para fins religiozos, moraes, scientificos, artisticos, politicos ou de simples recreio, nos termos do art.

E' do seguinte theor a dispozição do art. 23 do referido projecto, cuja leitura me inspirou o apello que da tribuna do Senado dirigi ao seu autor na sessão de 11 de Maio de 1893, disposição semelhante ao art. 174 e 176 do Projecto de F. dos Santos, e tão justa e necessaria que não incorreu em nenhuma censura de inconveniencia ou de inconstitucionalidade da parte das commissões que examinaram o projecto, nem da parte dos oradores que o discutiram: "Todavia as pessoas civis perpetuas não podem adquirir por titulo onerozo bens immoveis e devem converter os que lhe advierem gratuitamente em titulo da divida publica federal, dentro de um anno, contado da data da acquisição, sob pena de o perderem em beneficio da municipalidade, onde estiverem situados.

O mesmo prazo, e sob as mesmas penas, lhes é concedido para conversão em titulos da mesma especie dos bens moveis que possuirem ao tempo da execução deste codigo.

Em apoio da determinação ora trasladada, a lei interpretativa n.º 173 exclue evidentemente

de seu seio e do ambito do texto constitucional todas e quaesquer corporações de mão morta, porquanto permitte, no art. 3.º § 5·, que os bens pertencentes aos membros das sociedades que trata respondam pelas dívidas sociaes; institue no art. 9º, de par com a responsabilidade solidaria dos directores, ou administradores, a responsabilidade excepcional dos socios; manda no art. 11 que, dissolvida e liquidada a sociedade, salvo clausula estatuaria ou previa deliberação social, o saldo se partilhe entre os socios existentes, tornando-se vagos os bens só quando a associação perde todos os seus membros; equipara no art. 15 á sociedade civil as associações não registradas e assim reconhece em cada um dos seus socios um condominio e com possessão no patrimonio commum, inconciliaveis com a perpetua subrogação de pessôa e couzas, elemento caracteristico das corporações; finalmente, dispõe no art. 15 que as sociedades, a que se refere, possam revestir a forma, e então se rejam pela lei das sociedades anonymas, o que importa para os conventos um sacrilegio, e um impossivel para as sociedades perpetuas. Logo o art. 72, § 3·, da Constituição, Federal, devidamente interpretado pelos poderes politicos da Republica, não comprehende corporações.

O exemplo dos Estados Unidos da America do Norte mostra que a liberdade de associação e de culto casa-se perfeitamente com as leis de amortisação e, estabelecida no § 2· do art. 72 de nossa Constituição a plena igualdade das pessôa ante a lei, ali abolidos simultaneamente todos os privilegios, não se esquivam as Ordens Regulares ao imperio de uma regra juridica, que é o direito commum de todas as corporações, sejam religiosas ou sejam civis como misericordias, hospitaes e outras fundações.

Na lição de Paula Baptista (Compendio de Hermeneutica Juridica, § 23) as leis que proclamam novos principios e verdades sociaes destroem as antigas que estão em opposição com ellas e apenas representam o tempo que já passou.

Attente o Tribunal Federal nas consequencias que decorrem fatalmente de sua interpretação inductiva, que está em manifesto desacordo com a lei interpretativa e com dous projectos do Codigo Civil. Si é verdadeira a doutrina desta sentença assignada por nove juizes, de entre os quaes ha apenas dous vencidos, estão tambem revogadas virtualmente a Ord., livro 4, tit 87, e a lei de 6 de Outubro de 1835, cuja razão é a mesma, isto é, são permittidas as substituições além do 2· gráo, ou *ad infinintum Portuguez* tit. 3; art 1639 é nota; Coelho da Rocha, Direito Civil, § 719), e igualmente são permittidos e não restaurados os extinctos pela lei; os morgados, capellas e vinculos de qualquer natureza ou denominação e a instituição da alma por herdeira (lei de 9 de Setembro de 1769, § 21; assento de 29 de Março de 1907).

Sobreleva o espirito philosophico e juridico do decreto n· 110 A, de 7 de Janeiro de 1890 (a aurora da Republica), o qual prohibiu a intervenção da autoridade da União ou dos Estados federados em materia religiosa, consagrou a plena liberdade de cultos e extinguiu o padroado. mas, no art. 5·. sujeitou expressamente ao imperio das leis de amortisação as corporações de mão-morta, entidades moraes que o Estado alenta com o sopro de sua soberania, porem desfaz quando perniciosas ao organismo social.

Ate aqui me tenho occupado com a prohibição de adquirir immoveis a titulo oneroso e com a obrigação de converter em titulos da divida publica os bens de raiz que adquirirem a titulo gratuito, impostas, em geral, ás corporações; observo, com tudo, que no julgamento deste recurso se confundiu essa obrigação, com a prohibição quasi a authentica, em que, em particular, estão as ordens regulares em face da lei de 9 de Dezembro de 1830, de alhear seus bens ou de sobre elles celebrar contractos onerosos, sem previa licença do Governo.

Não vejo, no Pacto Federal nenhum texto contrario a essa disposição, antes me lembram uns artigos insertos no Diario Official, durante o governo do primeiro presidente da Republica, nos quaes se demonstrou irrefragavelmente que ainda vigora o artigo unico da lei de 9 de Dezembro, cuja providencia (a que não deixa de corresponder o art. 8.º da lei n. 173), filia-se á tutella que compete ao Estado sobre as pessôas incapazes.

Em verdade, o § 28 do art. 72 da Constituição (antinomico com o art. 70, n. 4, a cuja iliminação dará logar), extinguiu a incapacidade juridica dos frades, mas se esses se tornaram aptos para receber bens e dispor delles no proprio nome, jamais terão a capacidade de dispor dos bens dos conventos, de que são seus detentores, e cuja propriedade e posse pertence á Nação, incorporando-se ao seu patrimonio logo que se opere a vacancia.

Basta a espectativa deste evento para explicar, justificar e perpetuar a medida de ordem publica e economica, decretada na lei de 9 de Dezembro de 1830.

Foi presente o Sr. ministro procurador geral da Republica.

Considerando, que o reconhecimento do direito do Autor e o pagamento de seus vencimentos na forma pedida importam uma verdadeira indemnisação por perdas e damnos, resultantes de acto expoliador da Junta, ao mesmo tempo que constituem a affirmativa potencial dos preceitos da Const. de 21 de Fevereiro, relativos á independencia da magistratura local e a não retroactividade das leis;

Considerando, que os vencimentos, que o Estado do Pará paga ao Autor, representam a remuneração, legal pelos serviços, que ali presta á causa publica, e não é logico, nem juridico que possam ser convertidos em indemnização pelo attentado, que, em seus direitos, soffreu o Autor, como magistrado parahybano, de modo a eximir o Estado da Parahyba da obrigação de reparal-o;

Considerando, que a accumulação remunerada, de que falla o art. 73 da Const., não pode, nem deve ser applicada com tamanho rigor, que exclua toda e qualquer percepção simultanea de dinheiros publicos por um só individuo; é mister bem distinguir e restringir até onde vai a prohibição do preceito constitucional na especie sujeita (Accs. n.º 1344, 1158 e 1516 de 6 de Setembro, de 14 de Outubro e de 13 de Setembro de 1911, Octavio Kelley cit. Manual n.º 52);

Considerando, que o caso do Autor é especial, porque elle não exerce dous cargos publicos e sim um só no Pará, e, quanto ao outro de que é titular neste Estado, se acha na situação de facto, a que alludi anteriormente; e, assim devendo ser reparada essa situação e transformada em situação juridica por exigencia dos principios cardeaes da União, firmados na Const. Federal, não se lhe pode applicar, de modo algum, o cit. art. 73 por força da doutrina juridica, que tem sido expendida;

Considerando tudo isto, o mais dos autos e os principios de direito, com que me conformo, julgo procedente a acção intentada, para annular, como annulo por inconstitucional o decreto n.º 8 de 2 de Fevereiro de 1902, da Junta Governativa e declara o Autor, Juiz de direito da comarca de Mamanguape e assim condemno o Estado a pagar-lhe os vencimentos respectivos desde o acto que o destituio do cargo com os accrescimos que a evolução das leis judiciarias tenha trasido, ficando asseguradas todas as vantagens do cargo até que seja chamado ás funcções de magistrado no Estado ou regularmente aposentado, pagos os juros da mora e custas pelo Reu.

Publique-se e intime-se.

Parahyba, 10 de Maio de 1917.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

JUIZO FEDERAL

SENTENÇA.— ACÇÃO CAMBIAL

Vistos os autos, etc.

Magalhães, Rezende e Comp.ª, commerciantes na capital do Estado da Bahia, pretendem haver de F. Guimarães e Comp., desta praça, que são a mesma firma de Guimarães e Irmão, a importancia de 7:500$000, constante da lettra de cambio junta, vencida em 19 de Julho de 1916, e por isto pediram em 10 de Abril ultimo a expedição do mandado executivo, para que pagassem *in continenti* aquella somma, e, não o fazendo, se procedesse a penhora em bens sufficientes para o pagamento da divida, juros legaes e custas.

A petição foi instruida com a procuração, em que constituem advogado e procurador e a lettra de cambio, titulo da divida.

Expedido o mandado requerido foi elle cumprido, tendo se procedido a penhora com as devidas intimações, a qual foi accusada no dia 19 daquelle mez e assignado o prazo legal para embargos.

Pedindo vista dos autos, Francisco Fernandes da Silva Guimarães, por intermedio de seu advogado constituido na procuração de fls., offereceu como contestação, os embargos de fls., em que, negando que a firma — Guimarães e Irmão seja a mesma firma F. Guimarães e C.ª, declara que não se exime da responsabilidade, que assumio ao acceitar a lettra de cambio em nome da firma F. Guimarães e C.ª, mas que, depois de vencida a lettra alludida, os embargados autorisaram á firma desta praça Ribeiro Willcox e Comp.ª, a receber 200 saccos de assucar por saldo do saque, que assim ficou sem effeito, dando-se substituição da obrigação e alteração da transacção primitiva, cujo titulo, a lettra de cambio, não pode mais ser cobrado.

A Contestação se acha instruida com um telegramma, autorisando o recebimento dos referidos 200 saccos de assucar.

Recebidos os embargos, impugnaram os AA. a fls., 17, allegando que á acção cambiaria só é permittida a defesa, de que trata o art. 51 do dec. 2.044 de 31 Dezembro de 1908 e esta não assiste a firma accionada.

Posta a causa em prova na audiencia de 24 de Maio, foi assignada a dilação dentro da qual os RR. juntaram o doc. de fls. 21, e foi ouvida a testemunha Geraldo Von Shosten Junior.

Requerido pelos AA., que se chamasse o depoimento pessoal de Francisco Fernandes da Silva Guimarães, socio da firma F. Guimarães e Comp.ª, e feita a respectiva citação, deixou de comparecer na audiencia designada, pelo que foi comminada a pena de confesso.

Encerrada a dilação, como se vê da audiencia de fls., arrasoaram as partes no prazo legal.

E tendo falado, afinal, o Dr. Procurador da Republica, sellados os autos, e paga a taxa judiciaria, subiram á conclusão.

O que tudo devidamente examinado:

Considerando, que a lettra de cambio é um titulo de credito pessoal, lançado em circulação, com funcção economica determinada, propria e autonoma (art. 1.º do dec. 2044 de 31 Dezembro de 1908, Paulo de Lacerda «A Cambial» Preliminaes pags. 13 e seguintes, Saraiva «A Cambial» § 10 pag. 39);

Considerando, que assim juridicamente orientada, a lettra de cambio, quando objecto da acção executiva, só admitte defesa restrictamente determinada (art. 51 do cit. dec., Saraiva Obra cit. § 270, Paulo de Lacerda idem n. 427);

Considerando, que na especie dos autos não occorreu nenhum dos casos de defesa fundada no direito pessoal dos RR. contra os AA., em defeito de forma do titulo e na falta de requisitos necessarios ao exercicio da acção (citado art. 61 do dec. 2044); pois

Considerando, que a novação allegada pelos RR. não se verifica dos autos, porque não a fundamenta o telegramma de fls. 15, que apenas autorisa a uma 3.ª firma commercial a liquidar o debito dos RR., recebendo certo numero de saccos de assucar, como saldo;

Considerando, que dada essa simples proposta de commoda liquidação, os RR. não se prevaleceram della para se libertarem da divida, objecto da cambial, pagando-a nos termos propostos, e, ao contrario, persistiram na sua recusa, de pagamento, tanto que não o effectuaram (embargos de fls. 16 e depoimento de fls. 25 *in fine*);

Considerando, que, em taes condições, não se pode considerar aquella autorisação telegraphica, como uma novação de contracto, porque a isto se oppoem os principios reguladores da novação;

Considerando, que entre estes pricipios se destacam os que estabelecem, que a novação não se presume e que deve haver animo de novar (dont. e prat. das obrigações, Carvalho de Mendonça n. 343 pag. 412, Lacerda e Almeida. Obrigações § 86 pag. 395, Clovis Bevilacqua. Obrigações § 40, pag. 141, Cod. Civil, art. 1000);

Considerando, que o animo de novar deve ser claro e certo e resultar sem ambiguidade, nem equivoco possivel de uma convenção entre as partes (Acc. da Corte de Appellação de 1 de Julho de 1908, Revista de Direito vol. 10 pag. 102, Acc. da Corte de Appellação de 29 de Dezembro de 1913, Rev. de Direito vol. 34 pag. 369);

Considerando, que assim sendo, firme se acha a obrigação resultante da lettra de cambio, que não foi paga pelos RR. e nenhuma obrigação posterior illidio aquella, pois a pretendida novação não se constituiu, quer objectiva, quer subjectivamente;

Considerando tudo isto e o mais dos autos, rejeitando afinal os embargos de fls. julgo por sentença a penhora executiva e mando que se proceda nos termos ulteriores, pagas as custas pelos embargantes.

Publique-se e intime-se.

Parahyba 7 de Julho de 1917.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

JUIZO FEDERAL

Em petição do habeas corpus, requerida pelo Bel. João Marinho da Silva, em favor de Manuel Egydio Ferreira, proferiu o dr. Juiz Federal a seguinte decisão:

« Vistos os autos, etc. »

O Bel. João Marinho da Silva, advogado nesta capital, requereu perante este juizo, em 23 do detento mez, uma ordem de habeas corpus em favor de Manuel Egydio Ferreira, agricultor residente no Estado de Pernambuco, por se achar preso, ha 38 dias, na cadeia desta capital, já o tendo estado 15 na de Mamanguape, sem que para isto se tivessem observado as formalidades legaes, prescriptas no dec. n.º 39 de 30 de Janeiro de 1892, que regula a extradicção de criminosos entre os Estados de Republica.

A petição vem instruida com a certidão de que consta que o paciente foi preso á requesição do dr. chefe de Policia de Pernambuco, por se achar processado no municipio de Victoria daquelle Estado, como incurso nas penas do art. 356, combinado com os arts. 357 e 358 do Cod. Penal.

Designei o dia 26 para a apresentação do paciente e solicitei informação do dr. chefe de Policia que á prestou immediatamente e consta de fls. 6 destes autos.

O administrador da Cadeia foi ainda a fls. 7, e qualificado o paciente, respondeu as perguntas

[*] *NOTA:—Esta decisão foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.*

que constam do auto de fls. 8 e 9.

Das deligencias procedidas ficou patente, que o paciente foi preso no termo de Mamanguape em 31 de dezembro, sendo d'ahi remettido dias depois para o de Santa Rita, onde esteve recolhido á prisão, tendo dado entrada a 11 de Janeiro na Cadeia desta capital, onde permanece; que não precedeu á prisão a carta de extradicção, e, nem mesmo, até esta data, foi ella transmittida, tendo-se dado a requisição da prisão e a effectividade desta ha quase dois mezes, como consta da informação do dr. chefe de Policia. Em taes condições, é attentoria do n.º 7 e do seu § unico do art. 1.º do Dec. n.º 39 a permanencia do paciente em prisão. E como a illegalidade desta por perterição das formalidades do citado decreto sobre extradicção inter-estadual deve ser conhecida pelo Juiz Seccional em face do final do n.º6 do art. 1.º e doutrina dos Accordams n.º, 3016 de 8 de abril de 1912 e n.º 3209 de 29 de Junho do mesmo anno (Octavio Kelly, Manuel de jurisprudencia Federal n.º 817) , tomando conhecimento do *habeas corpus*, concedo a soltura e mando que se expeça o competente alvará em favor do paciente, si *por al* não estiver preso, dando-se conhecimento ao dr. chefe de Policia, pagas as custas.

Recorro desta decisão para o Engregio Superior Tribunal Federal, a quem subirão os autos immediatamente na forma da lei.

Façam-se as devidas intimações.

Parahyba, 27 de Novembro de 1917.—

(assignado)—

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

Funcção constitucional do habeas-corpus.

A garantia a direitos adquiridos só se estende a direitos patrimoniaes, mesmo quando ligados a funcção politica e não a materia puramente politica.

Só os alumnos das Escolas Militares do ensino superior têm o direito de voto, que o perdem, cessando a qualidade de alumno, desde que voltem á condição de praças de pret.

Vistos os autos, etc.

O bacharelando em direito Antonio Botto de Menezes, eleitor no municipio desta capital, desde março de 1918, foi posteriormente incluido no alistamento militar e sorteado para o serviço do exercito, a que se acha incorporado.

Entendendo que apesar de praça de pret, póde continuar a exercer o direito politico de voto, porque já o exercia antes do seu alistamento e sorteio, pediu a presente ordem de «habeas corpus» no intuito de ser-lhe assegurado o exercicio desse direito no pleito presidencial do dia 13 do corrente, tanto mais quanto é membro da mesa eleitoral da 2ª secção deste municipio.

Instruiu o pedido com o titulo de eleitor e com o edital do presidente da mesa referida, o qual se acha publicado no jornal "A União", que juntou.

Tendo vista o dr. procurador interino da Republica, emittiu parecer fundamentado no sentido de ser denegada a ordem por não ter provado a coação ou ameaça, e ainda por ser praça de pret.

E assim:

Considerando que o habeas-corpus ampara o individuo que soffre ou se acha na imminencia

de soffrer violencia ou coacção por illegalidade ou abuso do poder (art. 72, § 22 da Const. Federal);
Considerando que o requerente não provou que soffre violencia ou coacção, ou que está sob ameaça de soffrer nos termos do preceito constitucional, tanto que não indica a autoridade de quem receia a violencia ou coacção;
Considerando que o requerente pretende simplesmente que se declare que tem o direito de votar e de fazer parte da mesa eleitoral da 2.ª secção do municipio desta capital; mas,
Considerando que esta não é, na ausencia de violencia ou coacção, ou de ameaça dellas, a funcção juridica do «habeas-corpus»;
Considerando, por outro lado, que a situação actual do requerente é especial com a sua incorporação ao exercito nacional, como praça de pret, que pelo art. 70 § 1.º n.º 3 da Const. não tem o direito de alistar-se, e isto porque não tem o direito de voto;
Considerando, que , em assumptos puramente politico, como é o direito de voto, não se pode invocar o principio da garantia aos direitos adquiridos, porque este principio só resalva os direitos patrimoniaes, ainda mesmo quando ligados á funcção politica, conforme ensina Clovis Bovilaqua em notas ao art. 3.º do Cod. Civil (comment. vol. 1.º pag. 96);
Considerando que esta doutrina está de accordo com o texto do art. II n.º 3.º da Const. Federal, conforme se vê no commentario de Carlos Maximiliano em a bota 201, e além disto, como diz Clovis Bevilaqua no ponto citado, o estado politico transcende a ordem privada;
Considerando que deante destes principios que são tambem ensinados por João Barbalho em notas ao art. II n.º 3.º da Const. Federal, não se pode allegar direito adquirido no terreno exclusivo das leis politicas;
Considerando que em relação ás praças de pret, o principio constitucional dominante é que não têm direito de voto, exceptuados apenas os alumnos das escolas militares do ensino superior;
Considerando que o preceito constitucional deve prevalecer, porque contra elle não ha direito adquirido, que suppõe ter o requerente, em vista dos principios expostos;
Considerando que em relação ás praças de pret domina o principio da disciplina, dependencia e subordinação, que não se compadece com a liberdade necessaria ao exercicio do direito de voto e este é o fundamento da prohibição constitucional (Carlos Maximiliano comment. ao art. 70 § I n.º 3 da Const. Federal pag. 678);
Considerando que é tal o rigor d'estes principios, que os proprios alumnos das escolas militares perdem o direito de voto, desde que cessa a qualidade de alumnos e voltam á condição de simples praça de pret (Resol. de 1.º de agosto de 1902. Aviso de 5 de agosto do mesmo anno); Ordem do dia n.º 224 (Consultor Militar de Castello Branco vol. 1.º pag. 318);
Considerando tudo isso e tendo em vista o parecer do Procurador interino da Republica, denego a ordem de habeas-corpus.
E custas.
Intime-se.*
Parahyba, 12 de abril de 1919.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

Não é inconstitucional a lei municipal desta capital, que regula o fechamento dos estabelecimentos commerciaes e industriaes em dias e horas determinadas.

A prescripção de um anno não se verifica, desde que so começa a correr do acto, que constata a infracção da cit. lei.

A lei municipal, regulando tal materia, exerceu a sua funcção de ordem, inspecção e fiscalisação do

movimento commercial e industrial.

A acção intentada tem interessante aspecto social e juridico.

Não ataca a lei os preceitos constitucionaes.

Vistos os autos, etc.

Pela presente acção summaria especial pretendem os commerciantes Agrippino Moura e Silva, Velho de Mendonça e José Francisco de Moura e Silva, residentes nesta capital, que seja annullada a lei municipal n.º 91, de 6 de setembro de 1918, que determina o fechamento nos dias ordinarios, dos estabelecimentos commerciaes de venda em grosso, escriptorios e fabricas, ás 18 horas, e o dos estabelecimentos de venda a retalho e officinas ás 19 ½ e prohibe que aos domingos e feriados nacionaes se abram ditos estabelecimentos, salvo alguns em casos determinados especialmente.

A lei municipal também providencia sobre o fechamento de outros estabelecimentos, de casas de diversão, etc.

Allegam os A. A. que essa lei é inconstitucional, não só porque o conselho municipal não tem competencia para legislar sobre materia de direito civil, o que é privativo do Congresso Nacional (art. 34 n,º 23 da Const, Federal), como também porque a lei fere ainda direito garantido no art. 72 § 24 da citada Constituição; e para que lhes sejam assegurados os direitos firmados no estatuto constitucional e amparados os A. A. contra a imposição de qualquer penalidade, decorrente da lei municipal, intentam a presente acção com fundamento na Const. Federal, na lei 221, de 1894, e decreto 1939, de 1908, seguindo-se o processo legal com citação do prefeito, do procurador do Conselho Municipal, dos drs. promotor publico e procurador da Republica.

A inicial foi instruida com o instrumento de procuração, com 3 autos de infracção de posturas municipaes, conhecimento do pagamento do imposto de industria e profissão e um exemplar do jornal official "A União", em que vem publicada a lei municipal impugnada.

Feitas as citações pedidas, foi na audiencia de 16 de outubro proposta a acção, assignando-se o prazo legal para a contestação, que foi effectivamente offerecida pelo advogado do Conselho Municipal, que exhibiu a procuração de fls. 18.

Na audiencia de 23 seguiram-se, de accôrdo com o art. 364, do decreto 3084, os termos ulteriores da acção summaria especial, que ficaram encerrados com as allegações finaes de ambas as partes, que não produziram testemunhas, o que tudo se vê de fls. 21 a 26.

Em seguida falaram os drs. adjuncto do promotor publico e procurador da Republica que opinaram pela improcedencia da acção.

Paga a taxa judiciaria de accôrdo com o arbitramento feito, e sellados os autos, subiram á conclusão para o julgamento, no dia 30 de outubro.

E, assim, devidamente examinada a materia dos autos:

Considerando, que não prevalece a nullidade allegada, decorrente da prescripção da acção summaria especial, instituida pelo art. 13 da lei 224, de 1894 e art. 1.º da lei 1939, de 1908, pelo decurso de mais de anno da publicação da lei municipal n.º 91, de 6 de setembro de 1918, ora impugnada;

Considerando, que se a lei foi publicada ha pouco mais de anno, ella não é um mero acto administrativo, que venha ferir directamente a determinado individuo, mas applica-se e executa-se em relação á collectividade municipal;

Considerando, que, quanto aos A.A., a lei veiu feril-os em data de 28 e 29 de setembro e 7 de outubro ultimo, em que foram lavrados os autos de infracção ás fls. 4, 5 e 9 e só dessas datas em deante é que se poude verificar a lesão de direitos contra a qual estão

agindo os A. A. e assim é evidente, que a acção summaria não está prescripta; e

Considerando, que a taxa de inconstitucional, com que os A. A. pretendem invalidar o disposto da lei municipal, quanto ao fechamento dos diversos estabelecimentos commerciaes, industriaes, etc., não tem procedencia, porque não feriu elle nem o art. 31 n.º 23 nem o art. 72 § 24 da Const. Federal; portanto;

Considerando, que o Conselho Municipal, decretando a citada lei, não legislou sobre o direito civil, o que é privativo do Congresso Nacional (cit. art. 34 n.º 23), mas limitou-se a providenciar sobre materia de sua directa competencia, como a ordem, a inspecção, a fiscalização sobre o movimento commercial e industrial, o que se inclue no «police power» , que é a faculdade que tem o poder publico de oppor á liberdade do cidadão as condições necessarias para garantir a saúde, a vida e a segurança individual e os legitimos interesses, sobretudo dos menores e incapazes (Carlos Maximiniano (commentarios á Const. n.º 459);

Considerando, que o assumpto é de méra competencia do municipio, porque diz respeito ao seu peculiar interesse (art. 68 da Const. Federal e lei organica dos municipios n.º 424, de 28 de outubro d 1915);

Considerando, que nenhuma das disposições do Cod. Civil referentes á locação de serviços, foi violada pela lei municipal impugnada, como se verifica dos art. 1216 a 1226;

Considerando, que a lei impugnada não regulou contractos entre commerciantes e caixeiros, entre patrões e operarios, entre industriaes e auxiliares, não fixou horas de trabalho, limitando-se somente a determinar o fechamento, em certas horas, depois do sol posto, dos diversos estabelecimentos, o que visa o interesse geral, o descanço necessario aos que applicam a sua actividade e exgottam as suas energias na lucta pela vida, concorrendo assim a lei para a saíde e a hygiene publica;

Considerando, além disto, que aos domingos e dias feriados ou de festa nacional, a suspensão dos trabalhos e o descanço já estão implicitamente determinados nas leis federaes, que os instituiram (Decreto n.º 155 B de 14 de janeiro de 1890 e n.º 3 de 23 de fevereiro de 1891,) sendo que com relação aos domingos a jurisprudencia norte-americana já consagrou, que são constitucionaes as leis que prohibem o trabalho nas fabricas e estabelecimentos comerciaes em taes dias, que são destinados para descanço semanal pelas religiões, por motivo de hygiene (Carlos Maximiliano, obra cit. n.º 460);

Considerando, que acceitos e firmados estes principios não procede também a ferir a lei municipal o § 24 do art. 72 da Const. quanto ao livre exercicio da profissão moral, intellectual e industrial;

Considerando, que, por mais amplas que sejam as garantias asseguradas, ellas encontram restricções naturaes no legitimo interesse publico, como se verifica com a inviolabilidade do asylo, que não é absoluta, com o direito de propriedade, e em geral com os outros direitos que encontram limites em seu exercicio a bem da collectividade por exigencia da policia, hygiene e utilidade ou necessidade ou necersidade publica (§§ 10, 11 e 17 do cit. art. 72 de Const. Federal, João Barbalho e Carlos Maximiliano, commentarios respectivos);

Considerando, que a acção intentada tem um delicado aspecto social, digno de ponderação, que é o do natural interesse dos diversos auxiliares e cooperadores do commercio e da industria, e, assim, tanto quanto a Constituição permittir, esse interesse deve ser amparado e garantido, como um desdobramento evolutivo e implicito dos principios de liberdade, a que se refere o art. 78 da Const. Federal;

Considerando, que a Constituição de 24 de fevereiro tem a elasticidade necessaria ao desenvolvimento e expansão de todos os direitos e interesses geraes da communhão social, sem violação dos principios nella consignados, e, ao contrario como homenagem aos ideaes de ordem, de progresso, de liberdade e de justiça, que a inspiram:

Considerando tudo isto e o mais dos autos e preceitos de direito, com que me conformo, julgo improcedente a acção e condemno o A. A. nas custas.

Publique-se em audiencia e intime-se.

Parahyba, 5 de novembro de 1919.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

Na audiencia de hontem do Juizo Federal foi lida, pelas 12 horas, a sentença que o juiz desta secção ilustre dr. Caldas Brandão proferiu no processo sobre o incendio da Delegacia Fiscal.

Procedeu á leitura o sr. dr. Gouveia Nobrega, juiz substituto, a quem passara o exercicio o dr. Caldas Brandão, que ha dias se acha enfermo.

O edificio do Juizo achava-se repleto de pessoas que anciosas aguardavam o veredictum do egregio magistrado nesse caso de grande sensação.

Foram absorvidos o cel. Manuel Henriques de Sá Filho, Alexandre Botelho Seixas e Aurelio Figueiras e postos immediatamente em liberdade, e condemnado a 7 annos de prisão simples, custas e multas, Lourival Mindello da Cruz.

O procurador da Republica dr. Antonio Hortencio Cabral de Vasconcellos, não se conformando com a decisão do juiz, appelou da sentença para Supremo Tribunal Federal, para o fim de se estender aos absolvidos a pena imposta ao réo Lourival Mindello.

Achavam-se presentes todos os advogados dos accusados.

Damos abaixo a luminosa peça do integerrimo juiz federal deste Estado.

Vistos os autos, etc.

Em cumprimento ao venerando accordão de fls. 742 que confirmou o despacho de pronuncia, mandei que os autos fossem com vista ao dr. Procurador da Republica para a organização do libello accusatorio, que foi offerecido na audiencia de fls. 805, acompanhado de documentos tendo protestado o Dr. Procurador da Republica junto as justificações que se estavam processando.

Recebi o libello e determinei as providencias legaes para que se iniciasse o julgamento na audiencia de 12 de Setembro. Os R. R. tendo recebido copia do libello offereceram as contrariedades escriptas, que se vêm ás fls. 818, 821, 823 e 825, tendo sido instruida com documentos a do R. Cel, Manoel Henriques de Sá Filho e todas foram recebidas, tendo se determinado a citação das testemunhas nellas arroladas.

Na audiencia de 5 de Setembro o Dr. Procurador da Republica requereu que se designasse novo dia para o julgamento dos R. R. uma vez que não havia sido expedida carta precatoria para a notificação da testemunha, Dr. José Francisco de Moura Junior, funcionario do Thesouro Nacional. Requereu ainda que a bem da accusação fossem postos á sua disposição não só os autos do incendio, como outros que indicou.

E tendo vindo os autos á conclusão, decidi pelo despacho de fls. 880, que não era opportuno o momento para expedição de nova providencia, devendo iniciar-se o julgamento na

audiencia de 12, para isto designada. uma vez que havia sido requisitado o comparecimento da testemunha ao Sr. Ministro da Fazenda, na forma do art. 155 da Consolidação das Leis da Justiça Federal, parte 2ª, ficando, desde logo, á disposição do Dr. Procurador da Republica, os autos a que se referiu em seu requerimento.

Na audiencia de 12 de Setembro á fls. 885, presentes o Dr. Procurador da Republica e os R. R., acompanhados de seus advogados, verificou-se o comparecimento de diversas testemunhas da accusação e de defesa, tendo deixado de comparecer 2 destes e 4 daquella, sendo 1 do summario da culpa.

Immediatamente o Dr. Procurador da Republica, pedindo a palavra fez considerações no sentido de se adiar o julgamento por não constar que houvessem sido notificadas as testemunhas, Dr. José Francisco de Moura Junior, funcionario do Thesoureiro Nacional, residente no Rio e Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueiredo, residente nesta Cidade, por cujas notificações insistio. Este requerimento foi impugnado pelo advogado de um dos R. R., que procurou mostrarque no caso se devia expedir carta inquisitoria nos termos do final do art. 151 da Consolidação cit. parte 2ª, para que fossem ouvidas as testemunhas no juizo de sua residencia. No mesmo sentido manifestaram-se os advogados dos outros R. R.

Tomando conhecimento da materia do requerimento e de sua impugnação, decidi que se expedisse carta precatoria para a inquirição da testemunha Dr. José Francisco de Moura Junior, perante o Juizo Federal da 1ª vara do Rio sobre os artigos do libello, que devia ser transcripto na mesma precatoria; que, quanto á testemunha, Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueiredo, fosse notificada nesta Capital, onde o libello o diz residente.

Deixei de attender ao adiamento, porque os principios reguladores do julgamento perante o jury não tém *in-totum* applicação ao julgamento perante o juizo singular, que se rege por principios peculiares.

O jury, uma vez organisado, é indissoluvel e incommunicavel; e, alem disto, o principio economico, que se deve observar em todos os processos, impõe o aproveitamento das dilligencias já feitas e a não suspensão do julgamento desde logo, podendo-se sem juizo da accuzação e da defesa iniciar-se o julgamento com a leitura do processo que é longo e a inquirição de testemunhas que é morosa, levando-se o processo até onde fôr juridicamente possivel.

O Dr. Procurador da Republica protestou contra esta decisão em nome dos interesses da accuzação.

Em seguida o advogado do R. Te. José Lourival Mindello da Cruz, requereu que em face do art. 72 § 16 da Const. Federal se determinasse a separação do julgamento de seo constituinte.

Indeferi esse requerimento, não só em vista do principio economico, informativo do processo, a que alludi ha pouco, com ainda, porque a separação só é permitida nos julgamentos perante o jury, quando as partes não combinam nas recusações (Art. 224 da Consol. parte 2ª).

Em data de 13 foi expedida a carta precatoria para o Juizo Federal da 1ª Vara do Rio.

Aberta a audiencia do dia 13 não houve trabalho porque não compareceu o official da Guarda Nacional para acompanhar o R. Cel. Manoel Henriques, tendo sido marcada outra audiencia para o dia 14, em que com a presença das partes, iniciou-se a leitura do processo, que prosseguiu nas audiencias seguintes e ficou concluida no dia 20, em que foram os R. R. interrogados (fls. 909 e seguintes).

No dia 15 foi notificada a testemunha da accuzação, Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueiredo (art. de fls. 898).

Na audiencia de 21 iniciou-se a inquirição das testemunhas da accusação, tendo deposto o Inspector da Alfandega. E como a proposito de, documentos juntos pelo R. Cel. Manoel Henriques, não pudesse a testemunha saber si taes documentos eram de natureza dos que podem permanecer em poder do thesoureiro, por não tel-os visto, requereu o advogado que fossem exibidos: e, sendo a hora adiantada e avultado o numero de documentos, determinei que se fizesse a exhibição opportunamente, ficando encerrada a audiencia.

Na audiencia seguinte depoz a 2ª testemunha da accusação e em seguida determinei que se notificasse o Inspector da Alfandega para dizer sobre os Docs. a que se referiu o advogado do R. Cel Manoel Henriques na audiencia do dia 21.

Na audiencia de 24 foram exhibidos e verificados os documentos alludidos (fls. 949).

O advogado do R. José Lourival requereu que se requisitasse do Dr. Chefe de Policia o Livro Caixa Particular ao thesoureiro a que se referio a testemunha o Contador Francisco Eugenio, o que foi deferido.

Tambem requereu o Dr. Procurador da Republica, que se ouvissem sobre referencias feitas pela testemunha Francisco Eugenio, o Dr. João Suassuna e o ex-Delegado Fiscal Candido Borges, que foram testemunhas do summario: o que foi deferido quanto á testemunha Dr. João Suassuna, não o tendo sido quanto ao ex-Delegado Fiscal, que tendo sido notificado no Amazonas, não compareceu, alem do que já depoz diversas vezes e a nova notificação retardaria muito o processo, não se sabendo, si ainda continua naquele Estado.

Na audiencia do dia 25 requereu o advogado do R. Cel. Manoel Henriques, que se nomeassem peritos, que, examinando os documentos ha muito depositados em Juizo, reconstituissem a escripta das folhas de pagamento a pensionistas nos exercicios de 1912 e 1913, de modo a se apurar a existencia de algum pagamento illegal.

Requereu ainda que se requisitasse da Delegacia Fiscal o livro de folhas de pagamento referido para melhor facilidade de exame.

O Dr. Procurador da Republica manifestou-se de accordo com o requerimento, contanto que o exame fosse commettido a funccionarios da fazenda e requereu tambem que se requisitassem os destroços dos livros salvos do incendio, dos quaes possa constar a escripta de que se trata.

Estes requerimentos foram deferidos. Em seguida depoz uma testemunha da accusação.

Na audiencia de 26 determinei a notificação da testemunha Dr. João Suassuna para depor no dia 28 e nomeei peritos para o exame e reconstituição da escripta na forma anteriormente requerida.

Depoz tambem outra testemunha da accusação.

Na audiencia de 28, os peritos, sob compromisso legal, procederam ao exame requerido em face dos livros do exercicio de 1912 e documentos existentes em Juizo.

Pelo Dr. Procurador da Republica foi requerido que se ouvissem as testemunhas referidas, Dr. João de Andrade Espinola e Annibal de Brito, e assim o deferi.

Os peritos apresentaram o resultado do exame determinado.

Afinal depoz a testemunha, Dr. João Suassuna.

Na audiencia do dia 29 requereu o Dr. Procurador da Republica que fosse ouvido o negociante Francisco Navarro, a quem se referio a testemunha Horacio Fontes, Inspector da Alfandega e que esta fosse acareada com Annibal de Brito.

Deferi este requerimento. Depuzeram as testemunhas referidas Annibal de Brito e Dr. João Espinola.

Na audiencia de 3 de Outubro requereu o Dr. Procurador da Republica, que antes de ser inquerida a testemunha que se achava presente, fosse ella ouvida sobre se considerava-

se garantida para depor sem coacção; e que verificando-se o contrario, se adiasse indefinidamente o julgamento, fazendo o Dr. Procurador da Republica largas considerações a respeito.

Requereu ainda que fossem ouvidos o Cel. Candido Jayme e o Major João Vergara, não como testemunhas, mas como indiciados.

Tomando conhecimento do assumpto, indeferi o primeiro requerimento quanto á coacção da testemunha, porque o julgamento está correndo regularmente, com as garantias proprias de uma cidade civilizada e policiada, e porque as polemicas em jornaes entre particulares não têm os effeitos que se afiguram ao Dr. Procurador da Republica, que não fica inhibido de ouvir a respeito a testemunha quando tiver a palavra reinquiril-a.

E quanto á audiencia do Cel. Candido Jayme e major João Vergara, objecto do segundo requerimento, opportunamente será determinada. Em seguida depoz a testemunha Francisco Navarro, que foi acareado com a testemunha Horacio Fontes, tendo o Dr. Procurador da Republica desistido da acareação desta testemunha com Annibal de Brito. E por ter de funccionar, como Presidente da Junta de recursos eleitoraes e da Junta de Apuração da eleição federal, occorrida em 4 de Setembro adiei a audiencia para o dia 8 de Outubro. Nas audiencias de 8 e 10 depuzeram testemunhas de defesa do R. Cel. Manoel Henriques. Em data de 9 fiz juntar aos autos a precatoria devolvida perante o juizo da 1ª vara a testemunha da accusação Dr. José Francisco de Moura Junior.

Na audiencia de 11 requereo o advogado do R. Cel. Manoel Henriques a dispensa da inquirição das outras testemunhas de sua contrariedade; e tendo o Dr. Procurador da Republica impugnado o requerimento, decidi pela dispensa, attenta a amplitude do direito de defesa, assegurada na Constituição Federal. Tambem o advogado do R. Alexandre Seixas requereu a mesma dispensa com relação as testemunhas de sua contrariedade, o que foi ainda impugnada pelo Dr. Procurador da Republica e da mesma forma decidi pela dispensa. Em audiencia do dia 13 requereu o advogado do R. Aurelio Figueiras que suas testemunhas fossem ouvidas somente sobre o 8 item da contrariedade, e, não impugnando o Dr. Procurador da Republica, requereu que lhe ficasse assegurado o direito de reinquerir a testemunha. Attendi ao requerimento da defesa de accordo com o requerimento do ministerio, publico. Em seguida depuseram duas testemunhas. Na audiencia de 16 depuseram duas testemunhas da contrariedade do R. José Lourival Mindello da Cruz. Em seguida, o advogado requereu dispensa das outras testemunhas, o que foi impugnado pelo Dr. Procurador da Republica, que tambem requereu que se ouvisse a testemunha Carlos Lopes Machado, que depoz no summario da culpa.

A estes requerimentos deferi na forma da lei. Na audiencia de 17 foi ouvida a testemunha Carlos Lopes Machado conforme havia sido requerido anteriormente pelo Dr. Procurador da Republica. Fiz untar aos autos a precatoria devolvida pelo juiz Federal de Pernambuco, onde depoz uma testemunha da accusação. Em 18 foi junta ao processo uma das justificações, a que se reduziu o ministerio publico no final do libello. Na audiência de 19 o advogado do R. Cel. Manuel Henriques em longas considerações processadas a requerimento do Dr. Procurador da Republica, depois de offerecido o libello accusatorio, muito embora tenha o mesmo Procurador protestado no final do libello fazer aquella juntada, porque a isto se oppõem os arts. 199 do Dec. 3084 e 7 da lei 515. O Dr. Procurador fez varias considerações em contrario ao protesto daquelle advogado, que foi secundado pelo advogado do R. José Lourival.

O Dr. Procurador requereu, que fossem lidos os depoimentos das testemunhas, para cuja inquirição se expediu precatoria. Tomando conhecimento do protesto mantive o despacho, que havia mandado juntar as justificações, por haverem sido processadas com citação das partes e assistencia dos advogados respectivos, além de que o art. 202 da Consolidação parte 2.ª implicitamente o autorista. Determinei a leitura dos depoimentos pedidos. Em seguida o Dr. Procurador da Republica leu o libello e desenvolveu a accusação, que concluiu,

pedindo a condenação nos termos do libello.

Na audiencia do dia 20 requereu o advogado do R. Te. José Lourival que se transcrevesse no termo respectivo uma caderneta da Caixa Economica, pertencente a P. Cora de Hollanda, uma vez que do depoimento prestado pela testemunha Castello Branco Nunes e lido hontem ha referencia de ter agido com falsidade e seo constituinte, quando é certo que de tal caderneta não consta retirada de dinheiro por intermedio do mesmo seu constituinte Requereu ainda que achando-se a caderneta original, junta ao processo administrativo, ora na Delegacia Fiscal fosse elle requisitado para ser dita caderneta examinada em confronto com a que exibia. O Dr. Procurador da Republica requereu, que se nomeasse uma commissão para exame entre as duas cadernetas, das quaes e viciada a que se acha nos autos do processo e proceder-se ao exame, não podendo determinar a juntada aos autos do processo administrativo, por estar correndo seus tramites perante as repartições administrativas, além do que se junte nesta phase do julgamento um processo preparado sem audiencia dos implicados em irregularidades da Delegacia Fiscal. Em seguida teve a palavra o advogado do R. Alexandre Seixas, que desenvolveu longamente a defesa, concluindo pelo pedido de absolvição. Na audiencia de 22 nomeei 2 funcionarios de fazenda para o exame da caderneta de D. Cora de Hollanda, tendo o advogado do R. José Lourival apresentado alguns requisitos. O advogado do R. Aurelio Figueiras desenvolveu a defesa do seu constituinte e terminou pedindo a absolvição e que se juntasse aos autos o Diario Oficial de 12 de Abril deste anno em que vem publicada uma sentença do juiz Federal, Dr. Raul Martins. Determinei a juntada.

Na audiencia de 23 o advogado do R. Manuel Henriques desenvolveu a defesa de seo constituinte, cuja absolvição pedio, e exihibindo uma caderneta da Caixa Economica, pertencente a D. Anna Jacintha Henriques de Sá, requereu que fosse junta aos autos e se requisitasse sua substituição pela Delegacia Fiscal. Requereu que se juntassem aos autos as certidões que exhibia, o que deferi.

Os peritos incumbidos do exame da caderneta de D. Cora de Hollanda, apresentaram o laudo respectivo.

Na audiencia de 24 determinei que fosse remetida á Delegacia Fiscal afim de ser substituida a caderneta entregue na audiencia anterior pelo advogado do R. Cel. Manuel Henriques depois de sobre a mesma ser feito detido exame naquella Repartição.

O Dr. Procurador da Republica requereu que, com a caderneta, fosse remetida ao Delegado Fiscal um quesito que formulara, para ser respondido pelos peritos.

ssim o deferi. Em seguida o advogado do R. Té. José Lourival desenvolveu a defesa de seu constituinte, cuja summa escripta requereu, se juntasse aos autos, o que deferi por não haver preceito prohibitivo.

Na audiencia de 25, tendo recebido o exame procedido na Delegacia Fiscal sobre a caderneta de D. Anna Jacinta Henriques de Sá, determinei, que se procedesse pelos tabeliães Raphael Hermenegildo da Silveira e Severino Candido Marinho o necessario exame nas assignaturas de D. Anna Jacinta, lançadas em datas differentes, na mesma caderneta, em retiradas de quantias.

O Dr. Procurador da Republica requereu que fosse solicitada informação do advogado do R. Manuel Henriques sobre as condições em que fôra encontrada a caderneta alludida, uma vez que é a mesma que havia sido anteriormente requisitada pelo Delegado especial Francisco Castello Branco Nunes.

O advogado do R. Cel. Manuel Henriques impugnou a prestação de informações, porque o segredo profissional o inhibe de ser testemunha, além de que expoz por occasião da defesa o modo como foi encontrada a caderneta pela proprietaria D. Anna Jacintha.

Indeferi o requerimento em vista de constar dos autos o modo como foi achada a caderneta

por occasião da defesa expedida e hoje reproduzida na audiencia.

Em seguida, o advogado do R. Lourival Mindello desenvolveu a defesa terminando por pedir a absolvição.

Na audiencia de 26 requereu o Dr. Procurador da Republica que se procedesse a exame no livro Caixa Particular do Thesouro da Delegacia, o qual está depositado em juizo, afim de se verificar se em Janeiro de 1915 se achava em exercicio de Thesoureiro interino o R. José Lourival ou Aurelio Filgueiras, o que era reclamado pelo interesse da justiça.

O advogado do R. Manuel Henriques requereu que para maior authenticidade do exame da assignatura de D. Anna Jancitha Henriques de Sá, na caderneta em questão se admitisse a mesma Senhora a escrever perante o Juizo e peritos o seu nome, podendo tambem ser ella ouvida sobre o reapparecimento da caderneta.

Tambem os advogados de José Lourival e Alexandre Seixas requereram que fossem seus constituintes ouvidos sobre as presumidas irregularidades da mesma caderneta.

Estes requerimentos foram deferidos e procedidas as diligencias respectivas que foram juntas aos autos.

Na audiencia de 27 requereo o Dr. Procurador da Republica que fosse ouvido o escripturario da delegacia Fiscal, Oscar Guerra Fontes sobre referencias feitas pelo accusado José Lourival em seu auto de declarações, tendo sido designada para isto a audiencia de 29.

A respeito manifestou-se o advogado do R. Manuel Henriques, que apoiou o requerimento para melhor esclarecimento dos factos.

Na audiencia de 29 requereu o Dr. Procurador da Republica, que se consultasse o R. Cel. Manuel Henriques e se ouvisse D. Anna Jacintha sobre a rasura notada na caderneta de sua propriedade.

O advogado do mesmo R., ponderando que o accusado só podia responder ás perguntas legaes do interrogatorio, como já fez, declarou, entretanto, que o mesmo poderia prestar as informações pedidas; e, nesta accusação, declarou o accusado não ter visto semelhante rasura na caderneta.

Quanto a audiencia da proprietaria da caderneta, inderi o pedido por ter ella prestado informações no dia anterior, o que não impedia que posteriormente se procedesse quanto a vícios verificados.

Em seguida o Dr. Procurador da Republica desenvolveu a sua replica, continuando com a palavra para a audiencia seguinte.

Na audiencia de 30, prosseguiu o Dr. Procurador na replica e requereu que se juntasse aos autos um documento que exhibia.

Indeferi por se tratar de um processo feito em segredo da justiça e sem audiencia dos accusados.

Sendo a hora adiantada encerrei a audiencia, ficando com a palavra o Dr. Procurador da Republica.

Na audiencia de 31, presidida pelo Dr. Juiz Substituto, no exercicio pleno do cargo de Juiz Federal, requereu o Dr. Procurador da Republica desenvolvendo longas considerações que o julgamento recomeçasse, pois tendo o Juiz Singular de julgar de facto e direito, devia estar habilitado a fazel-o em face do allegado e provado.

O Juiz deixou de attender sobre o fundamento de que a Lei não veda que o julgamento iniciado por um Juiz possa ser concluido por outro em exercicio pleno.

Tendo o Dr. Procurador insistido em novas considerações a respeito e declarado que ia consultar a respeito e declarado que ia consultar a respeito ao Exmo. Ministro Procurador Geral da Republica, o Dr. Juiz Substituto adiou o julgamento por 24 horas.

Na audiencia de 1.º de Novembro o Dr. Procurador, por não ter recebido ainda a solução da consulta, insistiu no adiamento do julgamento, fazendo diversas considerações, além de se ter de proceder a uma satisfação de protesto maritimo.

O Dr. Juiz Substituto indeferiu o requerimento, sendo pelo Dr. Procurador declarado que protestara contra a decisão em salvaguardados interesses da justiça e que ia fazer a replica, começando do Artigo 1.º do Libello.

Com o modo de entender do Dr. Procurador manifestaram-se os advogados dos R. R. Tenente José Lourival, Alexandre Seixas e Aurelio Figueiras e de accordo com a decisão do Dr. Juiz Substituto o advogado do R. Cel. Manuel Henriques.

Na audiencia de 3 de Novembro, o Dr. Procurador da Republica deu sciencia ao Dr. Juiz Substituto da solução dada pelo Exmo. Ministro Procurador Geral á consulta, que fizera, abstendo-se de requerer qualquer providencia a respeito, deixando-a ao criterio do mesmo Juiz, que declarou acatar a solução, adiando o julgamento para o dia 5 em que procederia de accordo com a veneranda decisão.

Nas audiencias dos dias 5 e 6, por mim presididas, o Dr. Procurador da Republica prosseguiu na replica e os advogados dos recusados fizeram a treplica, concluindo aquelle pelo pedido de condemnação e estes pelo de absolvição.

Em seguida, achando-se terminados os trabalhos do julgamento, determinei, ao encerrar a audiencia, que os autos subissem a julgamento.

Antes, porem, de tomar conhecimento do merito da causa, devo affirmar que o processo seguiu o curso regular, tendo sido observados os principios de direita applicaveis a esta especie de julgamento.

Tive sempre em vista no preparo do processo e na decisão dos diversos incidentes occorridos, de que dão noticia os termos de audiencia, assegurar o pleno exercido da acção do Ministerio Publico e, ao mesmo tempo, a amplitude constitucional da defesa.

O libello comprehendeu os crimes de damno e incendio, verificados no despacho de pronuncia e mais ainda o de peculato, que o Dr. Procurador da Republica entendeu existir em face de documentos, que juntou e de justificações que protestou juntar.

E, achando-se o libello revestido dos requisitos legaes, o recebi, como fundamento do Juizo Plenario, tendo em vista, quanto á addição de um novo crime, que é isto permitido, quando se trata de crimes connexos ou estreitamente relacionados, como ensina Pimenta Bueno nos Apontamentos do Proc. Crim. Brasil. Pags. 111, n.º 194.

E' verdade não ser esta a doutrina mais liberal; entretanto entendi que tratando-se de facto tão grave, não devia estorvar a acção da justiça publica deixando de acceitar o libello com a addição de um novo crime, e obstando a que depois de offerecido elle, processasse a justiça justificações para completar-lhe a insttrucção.

As diligencias requeridas, que foram deferidas, visaram ora o interesse da justiça publica, ora o interesse da defesa.

Recusei, porem. á justiça publica juntar no final da replica documentos processados em segredo de justiça, como um relatorio sobre o incendio da Delegacia Fiscal, apresentado ao Ministerio da Fazenda por um seu Delegado Especial.

As garantias asseguradas á defesa não justificariam semelhante surpreza.

Mesmo depois de encerradas as inquirições das testemunhas da accusação e da defesa, houve, por occasião dos debates, necessidade de se proceder a exames e informações diversas, requeridas a bem da verdade, ora pela justiça publica, ora pela defesa.

Taes foram as occorrencias e incidentes havidos no processo do julgamento.

E assim, examinadas as peças dos autos e ponderadas as considerações desenvolvidas

pelas partes no debate oral, passo a tomar conhecimento das provas produzidas com relação a cada um dos accusados.

O incendio da Delegacia Fiscal foi proposital: verificou-o o summario com todas as suas peças de instrucção, e, de modo algum, illidio o plenario esta verdade.

A diligencias, realizadas até o summario, não conseguiram a reconstituição do facto criminoso em toda a sua integridade, como o affirmei no despacho de pronuncia.

Esta reconstituição tambem não se conseguiu operar na phase longa do plenario, em que o Dr. Procurador da Republica muito se esforçou para colligir provas necessarias ao reforço da accusação.

Visou o incendio destruir vicios e irregularidades de escripta, compromettedores de empregados da Repartição, ou apenas apagar vestigios da subtracção de sellos adhesivos na importancia superior a 269 contos, verificada no balanço procedido, horas antes do incendio, ou visou uma outra coisa?

O exame pericial de fls. 381 affirma a existencia de sellos adhesivos carbonizados, mas, no Recife descobriu-se excesso de sellos adhesivos em casas que eram autorizadas a vendel-os, verificando-se isto, após o incendio da Delegacia desta Capital.

Investigações e deligencias alli se procederam e nada de positivo se apurou a respeito.

Fez-se mesmo allusão a terem sido comprados sellos a alguem, vindo da Parahyba (inquerito junto ao libello).

Tambem no plenario, do depoimento da testemunha Francisco Gonçalves de Medeiros, Contador da Delegacia Fiscal, deprehende-se que os sellos foram subtrahidos.

Entretanto, nada ha de positivo e certo a respeito.

Si para a decretação da pronuncia, é indispensavel, que o juiz obtenha pleno conhecimento do crime e indicios vehementes de seo autor (arts. 184 e 185 da Consol. das Leis da Justiça Federal, Parte 2ª), é fóra de duvida, que tratando-se de plenario, da condemnação, não se pode absolutamente prescindir da certeza quanto ao facto criminoso.

E esta certeza não fornecem os autos quanto ao crime de peculato, articulado no libello pelo Dr. Procurador da Republica.

Nestes e em outros pontos permanece-se no campo das conjecturas e no terreno das presumpções e probabilidades.

Nos autos, continuam patentes os crimes de incendio e damno á Fazenda Nacional, capitulados no libello: a prova é a mais completa possivel.

Quanto a autoria, porem, o plenario nada avançou.

A prova é a circumstancial feita no sumario e sobre seu merecimento e alcance para o effeito da condemnação, é indispensavel que a estude segundo os principios de direito e a doutrina de mestres autorizados.

Era de crer que o effeito moral da pronuncia e das prisões realizadas contribuísse para a remoção da timidez provavel de se dizer á verdade, tratando-se de pessoa qualificada; era de esperar: que estimulado o civismo por aquella forma, se chegasse a completar a prova necessaria para a condemnação, com affirmativas claras, positivas, categoricas da responsabilidade dos accusados.

Este effeito, porem, não se produziu.

E' pois, indispensavel estudar a prova circumstancial para a prolação da sentença definitiva de absolvição ou de condemnação, cujos effeitos têm maior alcance e extensão que os do despacho de pronuncia.

As peças mais importantes destes autos são as vistorias de fls. 76 e 380 e a planta schematica a fls. 392.

Ellas constatam irrefragavelmente os crimes commetidos e, mais do que isto, pela força irresistivel da logica, apontam os criminosos funccionarios da Delegacia Fiscal e indicam precisamente o thesoureiro interino, Tenente José Lourival Mindello da Cruz, como centro de toda a acção criminosa.

As portas da Pegadoria e Casa Forte, fechadas horas antes, foram encontradas abertas pois as linguetas das fechaduras se achavam recolhidas ás respectivas caixas: citadas, vistorias e inquerito administrativo fls. 305, declaração do mesmo R. a fls. 118 A e 325, depoimento do Contador a fls. 205 e no inquerito judiciario.

A fls. 325 declarou o referido thesoureiro interino que, terminado o balanço, fechou os cofres e a Casa Forte em presença do Delegado Fiscal, Contador e outros funccionarios, levando comsigo todas as chaves.

Ora, aquelle thesoureiro não deu explicação sobre se encontrarem abertas as portas da Casa Forte, quando, dado o alarma do incendio, penetraram na Repartição o Contador e outras pessoas.

Tambem é uma circumstancia de alto alcance, que, chegando o R. José Lourival ao local do incendio, entregasse ao Delegado Fiscal as chaves do Cofre e não fizesse o mesmo com relação as da Casa Forte, que só pela manhã e depois de ter o R. se ausentado por horas, foram entregues por elle, ao voltar, á policia.

O R. entregou promptamente as chaves dos Cofres porque tinha certêza, de se acharem fechados, como na vespera os havia deixado.

O mesmo não fez com relação ás da Casa Forte, porque atordoava-o a certeza de se achar aberta a Casa Forte, que foi o ponto central da disposição dos rastilhos de fazendas embebidas em kerozene e gazolina, que deviam propagar o incendio pela Caixa Economica, Archivo e mais pontos da Repartição.

A prova circumstancial quanto a este accusado é plena e completa, não deixando duvida alguma quanto á sua responsabilidade criminal.

Os indicios são testemunhos mudos, mas por vezes de uma eloquencia assaz persuasiva e têm a dupla vantagem de ser incorruptiveis e de estar ao abrigo da suspeita de mentira (Bonnier et Lagrese cit. por Navarro Paiva Trat. da Prova nº 378.O indicio é tanto mais grave, quanto mais certa parece a lei, a relação necessaria entre o facto primitivo e o facto consequente desconhecido.

Se esta relação se acha plenamente justificada pela experiencia, se não se pode admittir, de modo algum, outra conclusão ou outra interpretação, a consciencia do juiz declara-se satisfeita e o raciocinio forma a convicção. (Mittermayer—Trat. da Prova pag. 362).

A prova circumstancial ou indiciaria, conforme a natureza das circumstancias ou indicios, pode gerar a convicção necessaria, a certeza juridica para fundamentar a sentença condemnatoria.

E não é a esta prova indiciaria a que se refere o art. 67 do Cod. Penal, que prescreve que nenhuma presumpção, por mais vehemente que seja, dara lugar a imposição de pena.

Qualquer que tenha sido o movel do crime, o R. José Lourival não foi extranho a elle, esteve a par de sua delineação, resolução e execção.

E no plenario, não conseguiu abalar os elementos de prova contra elle accumulados desde o summario, e assim a condemnação deve ser imposta, conforme a doutrina dos Accs. 493 de 4 de Novembro de 1911 e 511 de 20 de junho de 1912, Octavio Kelly, M. de Jurisp. Federal nº 397.

Quanto ao réo Aurelio Henrique Figueiras a quem o libello distribue o duplo papel de auctor intellectual ao lado dos outros co-réos, e de auctor material, passo a examinar as provas dos autos.

O autor ou autores materiaes do incendio e damno ficaram occultos na Repartição, pois não é acceitavel a hypothese de terem penetrado nella ao anoitecer porque, alem da guarda propria da Repartição, havia em frente á Delegacia Fiscal a guarda da Chefatura e da 1ª Delegacia de Policia e é bem movimentado o trecho da rua, onde era localizado o predio e tudo isto constitue obstaculo a qualquer escalada ou entrada no edificio pela janella que se encontrou aberta.

Nos autos não ha prova alguma ou indicio sequer de que o R. Aurelio Figueiras tenha ficado no interior da Repartição.

Depois de ter estado na Cidade retirou-se para sua residencia em Mandacarú, onde chegou ás 20 horas, mais ou menos, como se vê dos autos de perguntas a fls. 118 A. a 138 e isto é confirmado pelas duas testemunhas de defesa que depuzeram no plenario a fls. 1.044 e 1. 047.

Nestas condições é claro que o mesmo R. não ficou na Repartição, onde tivesse entrado, quando alli se procedia ao balanço, e monos poderia penetrar depois disto, quando está verificado, que ás 20 horas se recolhia elle á sua residencia, onde em ensaios de lapinha tocava violão até alta noite.

A sua responsabilidade, como autor material, fica dessa forma removida.

Tem-na como autor intellectual?

E' necessario examinar a prova circumstancial para verificar essa responsabilidade sob tal aspecto.

O accusado Aurelio Figueiras havia sido fiel de Thesoureiro e desse logar foi destituido depois de se ter verificado um desfalque de 20 e tantos contos de réis, quando estava no exercicio pleno de thesoureiro, em substituição ao effectivo, que se achava licenciado.

Com a prisão administrativa e o inquerito aberto na Delegacia Fiscal constatou-se a responsabilidade do fiel.

O desfalque verificado foi recolhido no prazo assignado de 60 dias pelo Thesoureiro effectivo, sob cuja responsabilidade civil servia o fiel na forma de direito e assim a Fazenda Nacional foi resarcida.

Este procedente é um indicio de gravidade contra o accusado, mas por si só não fundamenta a responsabilidade delle no caso do incendio.

Nenhuns outros indicios de importancia decorrem dos autos, que concorram com aquelle, formando uma cadeia racional e logica do modo a ficar constatado o interesse que pudesse ter o accusado no facto criminoso do incendio.

O indicio capital é o desfalque, mas esse tornou-se publico e notorio e foi objecto de um processo administrativo, após o qual a Fazenda foi indennizada.

Por este lado nenhum interesse podia ter o accusado no incendio.

As allegações do libello não ficaram provadas, de modo a gerar a convicção de que o R. Aurelio Figueiras tivesse cooperado como auctor intellectual do crime.

A assiduidade com que este accusado frequentava a Delegacia Fiscal, depois de demittido do cargo de fiel e a ida de José Lourival á casa de Aurelio Filgueiras na madrugada de 31 de Dezembro são outras circumstancias que por si sós ou conjunctamente com a circumstancia do desfalque, ao abrigo de duvidas e hesitações quanto á responsabilidade criminal do R. Aurelio Figueiras.

Quanto ao R. Alexandre Botelho Seixas não fornecem os autos elementos decisivos para a sua condemnação.

Levanta-se contra elle a retirada da quantia de 900$000 de uma caderneta pertencente a uma irmã do Pe. Mathias Freire, e que elle gasta desproporcionadamente a seus

vencimentos.

Mas aquella retirada não foi devida e plenamente apurada e o proprio Pe. Mathias Freire examinando o livro de movimento da Caixa Economica, declarou que a lettra parecia ser de Alexandre Seixas.

Foram feitas correcções na caderneta e precisamente não se chegou á certeza de ter havido fraude ou engano.

Si é verdade que o accusado Alexandre Seixas gasta em desproporção com seus vencimentos de 1º Escripturario, o que nem todas as testemunhas affirmam, havendo algumas de responsabilidade como o Contador da Delegacia Francisco Eugenio Gonçalves de Medeiros e o Dr. Procurador Fiscal João Suassuna, que apenas affirmam que elle traja decentemente, consta dos autos que esse accusado foi interessado em uma Empreza Cinematographica e ultimamente em um café de que auferiu proventos.

Tambem não está provado que elle, como Thesoureiro interino, tenha commettido qualquer desfalque fraudulento.

O que a respeito occorreu foi mero engano, como verificou o Thesoureiro Nacional que determinou a indemnisação por deducção mensal nos vencimentos, como dizem as testemunhas do summario e do plenario em sua maioria.

Ha ainda o indicio da remoção de um cofre velho da Thesouraria, para o Archivo.

Mas esta remoção ocorreu em tempo bem anterior ao incendio no mez de Abril, que não se pode attribuir que tal remoção visasse occultar no Cofre alludido combustiveis para o incendio.

É esse um indicio vago e remoto, e que se não concilia com a circumstancia que attribue o incendio á abertura do inquerito administrativo em 29 de Dezembro.

Tambem dos autos não fica absolutamente provado que este accusado tenha fornecido combustiveis e pannos de algodão para os rastilhos, como affirma o libello (testemunhas do plenario).

Ha, entretanto, a affirmativa de testemunhas do summario e do plenario, de que o accusado referido foi sempre um funccionario correcto no desempenho de seus deveres,(depoimento do Contador).

Nestas condições não encontro nos autos a base necessaria para a condemnação do accusado.

Quanto ao R. Cel. Manuel Henriques de Sá Filho passo a examinar as provas resultantes do processo.

No libello estão mencionadas as circumstancias, das quaes a justiça publica faz decorrer a responsabilidade deste accusado, que, é preciso notar, achava-se fóra do exercicio do cargo de Thesoureiro ha quasi um anno.

São muitas as circumstancias apontadas no libello, mas é força notar que ellas não revestem o caracter de gravidade ou antes o caracter de indicios necessarios, ou, ao menos proximos, alem de que muitos delles não poderam ser provados.

Não tem o caracter de indicio as retiradas de dinheiro da Caixa Economica nas proximidades do incendio, desde que é a posse da caderneta o titulo de propriedade.

Queimado o dinheiro dos cofres publicos, nem por isto o possuidor da caderneta estaria com o seu dinheiro perdido: o seu titulo de propriedade permaneceria a despeito de tudo.

E se se quisesse converter em indicio a retirada de dinheiros, este indicio só poderia ser a favor do R. que assim demonstrava ser extranho ao incendio projectado.

Quanto a permanencia do accusado 2 ou 3 dias na estação balnearia, consta dos autos,

que para ahi se dirigira em convalescença de grave molestia que o collocara ás bordas do tumulo, e assim, esta circumstancia não tem o valor que lhe empresta o libello.

Ainda se articula contra o R. Cel. Manuel Henriques com o caracter de indicio comprometedor a posse pelo accusado de documentos que, devendo achar-se na Repartição e, por consequencia, entregue ás chammas do incendio, foram depois exhibidos pelo R. a titulo de defesa.

Sobre taes documentos manifestaram-se as testemunhas Horacio Fontes, Inspector do Thesouro, no plenario, de que consta um exame feito por aquelle (fls. 916, 933 e 949).

O R. exhibiu alguns documentos (fls. 595 a fls. 605) que conservava em seu poder, e o fez para mostrar que estranho foi ao arranque da fl. 7 do Caixa de 1914.

Da folha arrancada devia constar uma despesa de 22 contos ou pouco mais e para demonstrar essa despesa exhibiu os referidos documentos.

Ha, entretanto, entre elles um de data posterior á da escripturação daquella parte do Caixa, mas é de valor insignificante em relação ao total, pois representa uma despesa de 312$000.

Ora, não era de certo pela subtração de tal quantia que o R. praticaria o arranque, que é mais natural attribuir a manobras dos incendiarios para desviar a attenção da justiça como allegou o accusado em seu interrogatorio no plenario.

Alem daquelles documentos o mesmo R. depositou um Juizo, mais de dez mil, que conservava em seu poder, poristo que não havia, ultimado a sua prestação de contas (fls. 606).

Do que depuzeram o Inspetor da Alfandega e o Contador e do exame procedido (cits. fls. 916, 923 e 949) ficou apurado que tais documentos são do Thesoureiro até a respectiva prestação de contas, e depois disto é que passam para o Archivo da Repartição.

A caderneta da Caixa Economica são titulos particulares que se conservam em poder de seus proprietarios; e assim o facto de não terem sido attingidas pelo incendio, as que pertenciam a pessôas da familia do R. não constitue indicio de criminalidade contra o mesmo.

A quasi totalidade de proprietarios de cadernetas teve as suas salvas do incendio, porque as conservava em seu poder.

Alem disto a substituição das Cadernetas da Caixa Economica effecctuou-se em virtude de edital da Delegacia Fiscal que, após o incendio, chamou os proprietarios dellas para essa substituição; e por esta razão foram substituidas as que pertenciam a pessoas da familia do R., como as de muitos outros proprietarios.

Consta dos autos o motivo por que deixou de ser substituida uma caderneta pertencente a uma irmã do accusado Cel. Manuel Henriques, a qual tendo sido encontrada posteriormente, foi exhibida em Juizo na audiencia do julgamento (a fls. 1.272).

De todas as indagações procedidas não ficou, de modo algum, provado que essa caderneta representasse uma fraude.

Emittida em 1889 com o recolhimento da importancia de 4 contos de reis, em favor de uma irmã do accusado, tendo-se realizado as operações ordinarias a respeito, não ha motivo para crêr que quem recolheu naquelle anno a importancia de 4 contos, não pudesse recolher, passados tantos annos, em 1915, a quantia de dez contos de reis.

As duvidas levantadas quanto á authenticidade das assignaturas da proprietaria da caderneta, em retiradas da datas differentes, desappareceram com os exames procedidos e as informações e indagações realizadas não autorisam a considerar-se fraudulento aquelle recolhimento de 10 contos de reis (fls. 1.269 a 1. 290).

Ainda não ficou provada a allegação do libello, de que se não poude verificar se o dinheiro encontrado carbonizado num dos cofres era verdadeiro ou falso.

Os exames procedidos nesta Capital e no Rio de Janeiro, á requisição deste Juizo, não deixam duvida sobre ser verdadeiro o dinheiro carbonizado (fls. 51, 76 e 566).

Seria circumstancia de alta gravidade o facto a que allude o libello, de ter o R. respondido em 1910 a 1911, por emprestimos de dinheiros publicos; e em 1916, por outro peculato pelo desfalque de 20 e tantos contos,

Mas essa circumstancia perde tal gravidade, desde que o R. foi despronunciado pelo Juiz federal de então e a respectiva sentença foi unanimemente confirmada pelo Egregio Supremo Tribunal em Acc. n.º 256 de 13 de Abril de 1912.

Tambem foi o mesmo R. impronunciado no processo instaurado em 1916, e não se deu recurso da decisão pelo procurador interino da Republica.

Quanto a este facto occorreu a circumstancia de se achar em exercicio de Thesoureiro, não o R. Cel. Manuel Henriques, mas o fiel Aurelio Figueiras, cuja responsabilidade ficou apurada no inquerito administrativo, e que, entretanto, não foi denunciado,

Deste desfalque, a que já alludi anteriormente, foi resarcida a Fazenda Nacional.

Destaca-se no libello, como circumstancia de gravidade a tomada de contas do mesmo R. na qual foi omittido o movimento da Caixa Economica.

A isto se referem algumas testemunhas do summario; mas no plenario ficou verificado que se não deu tal omissão, como se vê do depoimento do Contador Francisco Eugenio e sobretudo da certidão do Tribunal de Contas a fls. 736, de que contas foi devolvido por motivos outros, que não autorizam a allegação de fraude.

Quanto á tomada de contas está nos autos o testemunhos do 1.º escripturario João Honorato Pereira Leal, no summario e no plenario, de que se verifica que a prestação de contas comprehendia a gestão de R. como Thesoureiro até 1913, e que os livros e papeis consultados por aquelle escripturario encarregado do processo se achavam sem vicios.

Accresce ainda que o R. requereu a tomada de contas do periodo de 1 de Janeiro a 7 de Abril de 1914, ao deixar o exercicio por ter entrado no goso de licença (fls. 1.247).

E essas tomadas de contas requeridas pelo proprio R. são circumstancias favoraveis ao mesmo.

A circumstancia da passagem de dinheiro falso na propria Repartição é de tão alta gravidade, que por si só, seria decisiva de responsabilidade.

Mas, iniciadas a requerimento do Dr. Procurador da Republica em fins de 1914, as diligencias necessarias, nenhuma base para procedimento se conseguio até que, em 1916, a requerimento do Procurador interino da Republica, foram archivadas taes diligencias (fls. 1.245).

Finalmente reputo indicio favoravel ao accusado Cel. Henriques de Sá a circumstancia de ter o R. José Lourival, então thesoureiro interino, occultado a guia de recolhimento de Itabayanna na importancia de quasi 6 contos, por ter de passar o exercicio ao Thesoureiro effectivo, o R. Manuel Henriques de Sá.

Si houvesse entre elles solidariedade para os crimes de defraudação a Fazenda Nacional, não haveria necessidade de ser occultada a guia e da apropriação do dinheiro que ella representava, para preencher no cofre o vacuo, deixardo pelo desfalque que deu o referido thesoureiro interino José Lourival.

Tal é o peso, o valor das provas com relação a cada um dos R. R. E assim.

Considerando, que a prova indiciaria é perfeita, quando o facto que se quer provar,

resulta necessariamente, como causa de effeito, de um ou varios indicios considerados em seu conjuncto (Astolfo Resende—Rev. do Direito —Vº 8º Pag, 56);

Considerando que com relação ao R. Tenente José Lourival Mindello da Cruz, a sua responsabilidade criminal está plenamente verificada em face da prova acima apreciada, julgo provado o libello e procedente a accusação para julgal-o incurso nos Arts. 326 § unico e 239 do Cod. Penal, e assim o condemno á pena de 7 annos de prisão simples nos termos do Art. 66 § 3º e 409 do mesmo Cod. á multa de 20º, e custas devendo cumprir a pena na Cadeia desta Capital.

Quanto, porem, aos R. R. Aurelio Henriques Figueiras, Alexandre Botelho Seixas e Cel. Manuel Henriques de Sá Filho;

Considerando, que são fracas as provas quer a testemunhal, quer a circumstancial, que ficou enfraquecida com as provas produzidas e desenvolvidas no plenario;

Considerando que a prova testemunhal é de ouvida vaga e que a circumstancia é constituida por indicios remotos, insufficientes para fundamento de uma sentença condemnatoria:

Considerando, que, comquanto deva haver o maximo rigor, em se tratando de crimes, como o de incendio, esse rigor o desenvolvi até a pronuncia para mais discussão e conhecimento no plenario, todavia esse rigor não pode chegar ao ponto de se sacrificarem os principios fundamentaes de direito com relação á defesa e a prova necessaria á condemnação;

Considerando, que no crime de incendio propositál deve se procurar o responsavel naquelles a quem o crime aproveita, e dos autos não ficou, de modo claro e decisivo, verificado que o incendio aproveitasse a esses accusados, e assim o *cui prodest* só deve ser tido como indicio de alta relevancia e proximo ou necessario, quando o interesse ficar razoalvelmente provado;

Considerando tudo isto e mais dos autos, julgo não provado o libello e improcedente a accusação contra estes R. R. e mando que se lhês expeça alvará de soltura se por al não estiverem presos e custas na forma da lei.

Publicada, intime-se.

Parahyba, 27 de Novembro de 1917.

TRAJANO A. DE CALDAS BRANDÃO

Todas as testemunhas affirmam que, ora um denunciado, ora o outro e ora os dois simultaneamente introdusiram dinheiro falso na circulação.

Um dos principaes elementos constitutivos do crime capitulado no art. 241 do Codigo Pen. é o dolo.

O Dr. Chefe de Policia do Estado, em officio que em 25 de Maio deste anno, dirigiu ao M. Snr. qr. Juiz Federal, communicou que o 1.º Delegado de Policia, do Termo do Espirito Santo perseguindo taes individuos que passaram notas falsas, prendera o de nome Genuino Ernesto de Oliveira que naquella data punha á disposição da Justiça Federal e bem assim cento e sessenta e duas notas falsas de cinco mil reis, apprehendidas aos referidos individuos.

O Dr. Juiz Federal mandou que o officio do Dr. Chefe de Policia, as notas reputadas falsas e o preso fossem apresentados a este Juizo que, fazendo autoar o officio e as notas, mandou dar vista dos autos ao Dr. Procurador da Republica.

Dessas notas somente duas estão juntas aos autos, as demais em numero de cento e sessenta, emmassadas separadamente dos autos, a estes acompanham sempre.

Precedendo requerimento do Dr. Procurador da Republica, procedeu-se a exame em cada uma das citadas notas de cinco mil réis e todas foram julgadas e declaradas falsas pelos peritos nomeados e compromissados, fls. 11 á 14.

De acordo com o requerimento do Dr. Procurador da Republica, foi feito ao preso Genuino Ernesto de Oliveira o auto de perguntas de fls. 16 á 20.

Para melhor se accentuar a criminalidade dos autores do crime de que vamo-nos occupando, foi recommendado ao supplente deste Juizo, no Espirito Santo, a requerimento do Procurador da Republica, que ouvisse sobre o facto criminoso os cidadãos Honorio José de Mello, Manoel Rodrigues de Carvalho, Francisco Cesar, Francisco Pereira da Silva e Luiz Francisco de Paula Cavalcante, sendo juntos aos autos os documentos de fls. 23 á 26.

O supplente, acima referido, fez, alem das diligencias que lhe foram pedidas, autos de qualificação e interrogatorio ao preso Genuino que assistiu a todas as diligencias, contestando todos os cidadãos que eram ouvidos, embora não se tratasse ainda da formação da culpa.

A reclamação feita pelo então indiciado Genuino na petição de fls. 49 á 52, foi, no despacho de fls. 54 julgada improcedente.

O Dr. Procurador da Republica, tendo vista nos autos, denunciou de Genuino Ernesto de Oliveira e José Antonio Rosas, como incursos nas penas do art. 241 do Cod. Pen.

Acceita a denuncia, foi decretada a prisão preventiva dos denunciados, tornando-se effectiva somente em relação á Genuino, conforme vê-se das declarações do denunciado preso e do administrador da Cadeia no verso de fls. 55.

O denunciado Rosas não foi preso ainda por achar-se foragido em logar não sabido.

Segue-se o summario de culpa, tendo sido inqueridas cinco das seis testemunhas arroladas na denuncia. Não foi inquerida a de nome Salustino Gonçalves de Farias, porque conforme certidão de fls. 61v, não existe na circumscripção alguem com tal nome, prescindindo o Dr. Procurador da Republica, em seu parecer de fls., da inquerição de mais testemunhas.

A inquerição das alludidas cinco testemunhas, precedendo precatoria de fls. 58 á 60, foi feita pelo 1.º Supplente deste Juizo, no Municipio do Espirito Santo com assistencia do Ajudante, interino, do Procurador da Republica e do denunciado Genuino e á revelia do denunciado Rosa, fls. 57 á 73.

FRANCISCO DE GOUVEIA NÓBREGA

Em seo despacho de fls., o supplente seccional do Espirito Santo diz que a demora havida no cumprimento da precatoria foi por motivo imperioso e independente de sua vontade.

Feito o interrogatorio ao denunciado Genuino, fls. 75, o Dr. Procurador da Republica, em sua promoção, convencido da criminalidade dos denunciados, opinou para que fosse julgada procedente a sua denuncia.

O que tudo visto e examinado;

Considerando que as testemunhas são unanimes na affirmação de terem os dois denunciados, ora um, ora outro, ora os dois simultaneamente introduzido dinheiro falso na circulação;

Considerando que quasi todas as testemunhas são contestes na affirmação de que os denunciados, passando dinheiro falso, agiam de ma fé;

Considerando que o denunciado Genuino de Oliveira cahiu em diversas contradições, ora dizendo, auto de fls. 16, que no Sapé só passára uma das dose notas falsas, que, de bôa fé recebera do denunciado Rosas, entregando as outras onze ao Delegado de Policia, ora dizendo, auto de fls. 43, que alli dera em troco duas dessas notas e outras no Pilar, entregando as nove restantes ao Delegado;

Considerando mais que a 3ª e 5ª testemunhas dizem que o denunciado Genuino passara dinheiro falso ainda a negociantes do Sobrado e Antas, do Municipio do Espirito Santo, accrescentando a 3ª testemunha que do denunciado Rosas recebera uma nota falsa;

Considerando que um dos principaes elementos constitutivos do crime de introduzir na circulação moeda falsa ou falso papel de credito publico é o dolo e este resalta á sociedade não somente do depoimento a de todas as testemunhas, como das contradições em que cahiu o denunciado Genuino e da fuga precipitada do denunciado Rosas, alijando de si a prova material do crime, um maço de notas falsas, quando, descoberto como criminoso, correu;

Considerando, finalmente, tudo mais que dos autos consta, julgo procedente a denuncia de fls. 2 á 3, para pronunciar, como pronuncio, os denunciados Genuino Ernesto de Oliveira e José Antonio Rosas, como incursos nas penas do art. 241 do Cod. Pen.

Lançando os nomes dos réos no ról dos culpados e feitas as intimações legaes, expeça-se mandado de prisão contra o réo solto.

No passo da lei, o Escrivão faça estes autos subirem á conclusão do M. Sr. Dr. Juiz Federal para quem recorro deste meo despacho.

Parahyba, 24 de Agosto de 1905.

FRANCISCO DE GOUVEIA NÓBREGA

O despacho supra foi confirmado não só pelo Juiz de instancia immediatamente superior, como em graos de recurso interposto pelo réo Genuino de Oliveira, pelo Supremo Tribunal Federal e passou em julgado.

«Os crimes contra a propriedade da mesma forma que tem seus pontos de contacto, tem tambem a sua distincção visivel.

O estellionato distingue-se do furto; porque neste a

propriedade é subtrahida contra a vontade do possuidor, e naquelle ella é entregue por seo proprio dono, llaqueado em sua natural vigilancia e boa fé.

O peculato caracterisa-se pelo subtrahi-mento dos dinheiros publicos e por o agente do crime pratical-o no exercicio de funcções publicas.

Em 28 de Setembro de 1904 o Thesoureiro da Repartição dos Correios, neste Estado, Pedro de Albuquerque Maranhão, officiou ao Administrador de sua repartição, Dr. Alfredo Deodato de Andrade Espinola, fl., que examinando suas notas particulares, verificou que dellas não consta o lançamento da quantia de um conto setecentos e vinte e seis mil tresentos e dez réis, procedente de Mamanguape, lançamento este que, emendado, vê-se no protocollo de valores da quarta secção da referida repartição postal.

O Administrador dos Correios, tomando providencias a respeito da gravidade do facto, ouviu o Inspector commissionado pela Directoria Geral na repartição postal desta Capital, José Henrique Aderne, fls., e este solicitamente ordenou as devidas pesquisas afim de apurar as devidas responsabilidades de quem de direito, nomeando peritos que procederam aos exames de fls.

Abriu rigoroso inquerito administrativo, fls., terminando seu processo em minucioso relatorio, fls., que foi seguido de um outro, feito pelo Administrador dos Correios, concluindo ambos pela responsabilidade do ex-praticante dos Correios Alipio Augusto de Mello, o que feito, aquella administração remeteu o processo que administrativamente instaurou, ao M. Sr. Dr. Juiz Federal que, ouvindo o Dr. Procurador da Republica e a requerimento deste ordenou a conclusão dos autos a este Juizo que fel-os voltar ao Dr. Procurador da Republica que, por sua vez, requereu a diligencia procedida em virtude do despacho de fls. Feita, nos termos da lei, essa diligencia, como se vê de fls., foram os autos com vista ao Dr. Procurador da Republica que offerceu a denuncia de fls., pedindo a punição do ex-praticante Alipio Augusto de Mello, como incurso nas penas do art. 221 do Cod. Pen. por ter praticado o crime de peculato.

Procedeu-se ao summario da culpa em que o denunciado, acompanhado de seu advogado, foi ouvido em todos os termos até apresentar sua defesa constante de fls.

Qualificado o denunciado, foram ouvidas as seis testemunhas arroladas na denuncia.

Ainda a requerimento do mesmo Dr. Procurador da Republica, foram ouvidos o Thesoureiro dos Correios, Pedro de Albuquerque Maranhão, o praticante Alfredo Nielsen de A. Soares e bem assim confrontados a testemunha José Machado da Silva e o referido Thesoureiro, fls.

Ainda para esclarecimento do crime articulado na denuncia, foram ouvidos os funccionarios do Correio Manoel Heliodoro M. da França, Affonso J. Teixeira e Taurino R. da Silva, fls.

Feito o interrogatorio ao réo, apresentou este sua defesa, fls. em que allega que a denuncia é improcedente por falta de provas; que jamais de seos termos pode-se deprehender a existencia do crime de peculato e sim o de estellionato capitulado no art. 338 § 5.º do Cod. Pen.; que todas as testemunhas abonam sua reputação como incapaz de utilisar-se de dinheiros publicos; que nos correios é habito raspar-se livros; que o Thesoureiro da mesma repartição é homem desmemoriado e sujeito a repetidos equivocos; que alli se dão constantemente desaparecimentos de recibos e avisos, havendo muito relaxamento de assignatura dos mesmos, accumulados em dias successivos; que o facto da raspagem não importa dólo de sua parte, que pode explicar o facto por equivoco na occasião da conferencia; que, finalmente, si ha culpado, este não é elle denunciado a quem não cabe guardar os dinheiros alli entrados e do protocollo consta ter o Thesoureiro dos Correios os

recebido.

Ouvido o Dr. Procurador da Republica, este, em sua promoção de fls., com desenvolvidos argumentos bateu a defesa e sustentou a denuncia.

O que tudo visto, examinado etc;

Considerando que não tem procedencia a desclassificação do crime, capitulado na denuncia para a figura do art. 338 § 5º do nosso Cod. Pen. — que os crimes contra a propriedade da mesma forma que têm seus pontos de contacto, têm tambem a sua distincção visivel; que o estellionato distingue-se do furto, porque neste a propriedade é subtrahida contra a vontade do possuidor e n'aquelle ella é entregue por seo proprio dono, illaqueado em sua natural vigilancia e bôa fé; da mesma forma que o peculato caracterisa-se pelo subtrahimento dos dinheiros publicos e pelo agente do crime pratical-o no exercicio das funcções publicas do mesmo agente e, no caso vertente, é incontestavel, que os dinheiros entrados na repartição dos Correios, transitaram pelas mãos do denunciado; que em qualquer dessas modalidades do crime seu agente se move por dólo ou artificio de fraude; resulta, pois, que a denuncia firmou bem sua classificação articulada na defesa. Isto posto;

Considerando que do exame dos presentes autos resalta que não procede a defesa quando pretende attribuir a autoria do crime arguido na denuncia ao Thesoureiro dos Correios, uma vez que dos autos só se verifica que da parte deste funccionario houve negligencia e mesmo desmazelo;

Considerando que, como confessa o proprio denunciado, fls, recebidos no dia 7 de Agosto do anno passado dez valores na secção competente dos Correios, o denunciado que os protocollou, omitiu o de numero 398, procedente de Mamanguape, com a importancia de 1:726$310, não sabendo explicar o motivo dessa omissão;

Considerando que silenciou sobre esse facto até que surgisse reclamação e, com o aparecimento desta, o mesmo denunciado, sem procurar justificar-se ou atribuir a culpa ao Thesoureiro da Repartição, viciou o livro dos protocollos com raspagens, emendas e addição de algarismos, declarações citadas e exame de folhas, o que induz a crer em sua má fé;

Considerando que a prova testemunhal não soccorre a defesa do denunciado, ao contrario, a primeira testemunha affirma a culpabilidade daquelle, depoimento cit. da 1.ª test; a terceira testemunha em seo depoimento de fls. affirma que vio o denunciado receber os registrados com valores, entre os quaes estava o subtrahido; e que as demais testemunhas, diante das circumstancias colhidas nos autos e de suas proprias declarações, não podem innocentar o denunciado;

Considerando ainda que do estudo minucioso dos autos resulta a convicção de que o denunciado é autor do crime articulado na denuncia, pois são vehementes os indicios e, nesta conformidade, elle não pode deixar de defender-se no plenario e, se não o fossem, essa condição só seria indispensavel para o facto da condemnação;

Considerando, finalmente, tudo mais que dos autos consta, julgo procedente a denuncia para pronunciar como pronuncio, o denunciado Alipio Augusto de Mello nas penas do art. 221 do Cod. Penal.

O Escrivão lance o nome do réo no rol dos culpados e contra o mesmo expeça mandado de prisão.

Feitas as necessarias intimações subam estes autos, no praso da lei, á conclusão do M. Snr. Dr. Juiz Federal para quem, na forma da lei, recorro deste meo despacho.

Este Juizo espera ser relevado da falta havida pela demora no preparo deste processo, para q qual não concorreu, como se verifica dos autos.

Parahyba, 3 de Março de 1906.

FRANCISCO DE GOUVEIA NÓBREGA

JUSTIÇA FEDERAL DA PARAHYBA

Habeas-Corpus

Vistos e examinados estes autos em que o bacharel Miguel Santa Cruz Oliveira, advogado nos auditorios desta Capital, requereu uma ordem de habeas-corpus preventiva em favor do dr. Franklin Dantas Correia de Góes, bacharel Augusto Santa Cruz Oliveira, academico João Duarte Dantas, José Torres Dantas, coronel Sergio Dantas Correia de Góes, Manoel Dantas Correia de Góes de Netto, major Ignacio Dantas Correia de Góes, Plinio Dantas Saldanha, Lafaiete Dantas, capitão Anatolio da Costa Rego Monteiro, coronel Deusdedit Villar de Carvalho e major Homéro Villar, os primeiros proprietarios e residentes na comarca de Alagôa do Monteiro e os dois ultimos na de S. João do Cariry, deste Estado.

Allega o requerente em seu pedido que os pacientes estão ameaçados de coação em sua liberdade por motivo de pronuncia em diversos processos cujos crimes verificados são de ordem politica, sendo uns directamente oriundos do movimento revolucionario que em Maio e Junho do anno passado teve logar neste Estado e os outros consequentes do mesmo movimento: que o constrangimento de que estão ameaçados em sua liberdade é illegal, devendo ser concedida a ordem pedida; que esses crimes, apezar de praticados em epochas diversas, são todos connexos, obedecendo ao mesmo plano politico, sujeitos a jurisdição federal, de maneira que um não pode ser desmembrado dos outros para o effeito de sua apreciação em juizo.

Para fundamentar seu pedido, o impetrante junta certidão de sete pronuncias proferidas pelo dr. Juiz Municipal do Termo do Teixeira, da comarca de Alagôa do Monteiro, contra os pacientes e outros, que não estão incluidos em um só processo e juntou mais, fls. 8, a publica forma de um telegrama expedido da cidade de Patos, deste Estado, á redação do "Estado da Parahyba", recebido em 27 de Maio de anno p. passado e assignado por alguns dos pacientes no qual disem seus signatarios, estava iniciado o movimento revolucionario no Estado.

Cita o impetrante em apoio de seus argumentos diversos autores e accordãos do Supremo Tribunal Federal.

Os crimes porque respondem os pacientes são conforme a citada certidão, os seguintes:

1.º Assassinato do soldado de policia João das Chagas e tentativa de assassinato contra o delegado de policia do Teixeira capitão Antonio Bento Leite de Andrade e seus companheiros capitão Quintino Leite Ferreira de Albuquerque e Firmino Soares Cavalcante, em 8 de Maio do anno passado, no logar Logradouro do termo do Teixeira, achando-se pronunciados, como autor mandante da execução desses crimes o bacharel Augusto Santa Cruz Oliveira e, como mandatarios, cinco individuos cujos nomes não figuram entre os pacientes, fls. 22 a 22 v.

2.º Assassinato de João Ramalho de Luna Lima, em 12 de Março de anno p. passado, no

logar Poços, do termo de Teixeira: estão pronunciados por esse crime o dr. Franklin Dantas e oito individuos não contemplados, como pacientes, na petição inicial, fls. 27 a 28 v.

3.º Assassinato do policial Justiniano Dias do Nascimento, em 12 de Março do anno passado, no logar S. João do termo de Teixeira: estão pronunciados pela pratica desse crime o bacharel Augusto Santa Cruz e seis outros individuos não incluidos entre os pacientes a que se refere a petição inicial, fls. 20 e 21.

4.º Extorção de dinheiro e outros objectos, effectuada em 4 de Maio do anno passado: estão pronunciados por esse crime, como incursos nas penas dos art. 356 e 357 do Cod. Pen. o capitão Ignacio Dantas C. de Goes e sete outros individuos não contemplados como pacientes na petição inicial, fls. 24 e 25.

5.º Crimes diversos por occasião da passagem de um grande grupo armado e chefiado pelos drs. A. Santa Cruz e Franklin Dantas, em demanda de Patos, Santa Luzia e outras localidades do Estado, pelo termo do Teixeira, resultado desses crimes a pronuncia dos referidos chefes e de diversos outros individuos, em numero de quarenta e nove, que lhes eram subordinados, inclusive o coronel Sergio Dantas Netto, Laffayete Dantas, Plinio Dantas, Ignacio Dantas, Anatolio Monteiro, Deusdedit Villar e Homero Villar, referidos na petição inicial. Esses crimes, attribuidos aos pacientes e outros na pronuncia de fls. 14 v a 19, foram commettidos quando elles se dirigiram á cidade de Patos, onde iniciaram sua reacção a que se refere o cit. telegramma de fls.

6.º Foram pronunciados como incursos nas penas do art. 356 do Cod. Pen. por factos delictuosos que se deram em Junho do anno passado nos logares Açude de Dentro e Conceição, do termo do Teixeira, José Tores Dantas e outros, em numero de quinze, estes não incluidos na petição inicial, fls. 10 v. a 11 v.

7.º Por crime de tentativa de morte na pessoa do inspector Manoel Cassiano de Araújo, em Açude de Dentro, aos 16 de Setembro do anno passado, foram pronunciados Sergio Dantas e cinco companheiros que não figuram como pacientes, na petição inicial, fls. 30 a 32.

O que tudo, visto e examinado e considerando que desde meiado, approximadamente, de Abril do anno passado, quando a este Estado chegou o coronel do exercito nacional José Joaquim do Rego Barros para, não só nesta capital como em diversas localidades do Estado, fazer pessoalmente a propaganda de sua candidatura ao mandato de Presidente do Estado, até 22 de Junho do dito anno, quando se effectuou a respectiva eleição, operou-se no Estado seria agitação politica, obedecendo os aguadores ao intuito de, por meios violentos e até criminosos, obstar que fosse eleito Presidente deste Estado um candidato que não fosse da sua feição;

Considerando que esse movimento reaccionario foi iniciado na cidade de Patos, em 24 de Maio do anno p. passado, o que, além de ser geralmente sabido em todo Estado, fls. 8, no qual são lidos entre outros, os seguintes diseres “iniciamos a acção tomando hontem Patos”:

Considerando que os crimes de que trata o despacho de pronuncia de fls. 14 a 19 são connexos aos que foram praticados na cidade de Patos e outras localidades do Estado, tendo-se em consideração o fim para que foram perpetrados e a intenção e numero dos delinquentes;

Considerando que pelas autoridades estaduaes já foram considerados de ordem politica os crimes commetidos pelos pacientes em Maio do anno passado, na cidade de Patos e villas de Santa Luzia do Sabugy, Soledade, Taperoá e de S. João do Cariry;

Considerando que, attento esse modo de ver, é incompetente o juiz municipal do Teixeira para processar os responsaveis pelos crimes connexos com os que foram commetidos em Maio do anno passado, em Patos e outras localidades, crimes a que se refere o

despacho de fls. 14 v a 19. Mas,

Considerando que os crimes a que se refere os despachos de pronuncia de fls. 10v a 11v, 20v e 21, 22 a 23v, 24 e 25, 27 e 28 e 30 a 52, não só pelo numero de delinquentes como pelas circumstancias de que se cercaram, quando seus autores os praticaram são communs e á justiça local apurar as responsabilidades de quem nelles as tivesse;

Considerando que os crimes a que se referem as pronuncias de fls. 20 e 21, 22 e 23, 27 e 28 e 30 a 32 foram commetidos quando no Estado reinava a costumeira paz e tanto assim foi que, tendo sido commetido um desses crimes em 8 de janeiro do anno passado, no dia 30 do mesmo mez se procedeu com toda regularidade, no Teixeira , como em todo Estado, á eleição para um senador e cinco deputados federaes, o que evidentemente demonstra normalidade da epocha de perpetração de taes crimes.

Considerando que os crimes capitulados nos despachos de fls. 10 e 11 e 24 e 25 não se revestem dos caracteristicos que a lei exige nos crimes politicos, tanto mais quando entre os individuos por elles responsaveis, encontram-se alguns como Mãesinha, Paes e outros que ha annos têm seus crimes registrados no cadastro dos criminosos de tristes celebridades;

Considerando que, julgar politicos ou com estes connexos os crimes a que se refere o sexto considerando, fôra dar-lhes umas qualidades que não pode se ajustar á boa hermeneutica juridica, pois o que se verificou da apreciação das denuncias e pronuncias de fls. é que pequenos bandos em dados pontos do termo do Teixeira tornaram-se infractores da lei penal, sem que executassem em plano politico manifesto em acto escripto ou facto que caracterisassem uma conspiração ou sedicção;

Considerando finalmente o mais que consta dos autos, concedo aos cidadãos dr. Franklin Dantas Correia de Goes, bacharel Augusto Santa Cruz Oliveira, José Torres Dantas, João Duarte Dantas, Sergio Dantas Correia de Goes, Manoel Dantas Correia de Goes Neto, Plinio Dantas Saldanha, Laffayette Dantas, Anatolio da Costa Rego Monteiro, Dausdedit Villar de Carvalho e Homéro Villar, a impetrada ordem de habeas-corpus para que cesse qualquer constrangimento que, em virtude do despacho de pronuncia de fls. 14 v a 19, possa haver contra os mesmos e denego a ordem pedida para os cidadãos drs. Franklin Dantas Correia de Goes e Augusto Santa Cruz e Oliveira e José Torres Dantas, Sergio Dantas Correia de Goes e Ignacio Dantas Correia de Goes, para que estes, na conformidade do que estatue o art. 454 do cod. do Proc. Crim. deste Estado, promovam sua defesa perante os Tribunaes do Estado, quanto aos despachos de pronuncia de fls. 10v a 11v, 20v e 21, 22 a 23v, 24 e 25, 27 e 28, e 30 a 32, por se tratar de crime commum.

Publique-se, intime-se e communique-se ao Dr. Chefe de Policia do Estado e ao dr. Juiz Municipal do Teixeira para conhecimento deste despacho e cumprimento de seus effeitos.

Custas ex-causa.

Recorro, na forma da lei, deste meu despacho para o Supremo Tribunal Federal.

Parahyba, 18 de Março de 1913.

(Assignado) — Francisco de Gouveia Nóbrega

Recursos Eleitoraes

Para ser eleitor é necessario que se saiba ler e escrever, não bastando saber somente assignar o nome

Na falta de certidão dos registros, valerá a justificação em que testemunhas digam circumstanciadamente sobre a idade.

Vistos estes autos, entre partes, recorrente Manoel Elias da Silva, recorrida a Commissão Eleitoral do Catolé do Rocha.

Considerando que quando a lei exigio que para ser eleitor era preciso saber ler e escrever, o legislador teve em vista que o individuo de facto o soubesse tanto que fez preciso que a petição seja de proprio punho e com todos os dizeres das qualidades necessarias para se ser eleitor, não querendo somente que se soubesse assignar o nome, como muitos o fazem, sem saber lêr nem escrever, como parece se dá com o requerente;

Considerando que a prova da idade deve ser feita pelos meios estabelecidos em direito — certidão de baptismo, certidão de registro civil, e na falta destas, por justificação perante auctoridade judiciaris, onde duas ou mais testemunhas afirmem circumstanciadamente conhecer e saber a idade do justificante, guardadas as formulas de uma justificação regular, e não o simples dito de saber ser o justificante de maior idade, sem determinar porque o sabe. Por tudo isto julgamos improcedente o recurso para que prevaleça a decisão recorrida.

Parahyba, 3 de Abril de 1913

FRANCISCO DE GOUVEIA NÓBREGA — P.
João Americo de Carvalho — R.
Manoel Deodato H. de Almeida

Os contribuintes do imposto sobre propriedade rural fazem parte da commissão de alistamento.

O conselho municipal deve se reunir em numero igual de conselheiros effectivos e supplentes para eleger os seus representantes na commissão de alistamento.

Vistos e attentamente examinados estes autos do recurso eleitoral, n.6, procedente do municipio do Espirito Santo deste Estado e nos quaes é recorrente o Bacharel Alcides Ferreira Baltar e recorrida a Commissão de revisão do alistamento eleitoral do corrente anno n'aquelle municipio.

Considerando que para composição da commissão recorrida os contribuintes do imposto sobre propriedade rural foram preteridos pelos de industria e profissão;

Considerando que essa preterição é substancial infracção do disposto no art. 41 da lei n. 1269 de 15 de Novembro de 1904;

Considerando que no municipio do Espirito Santo houve, como se evidencia dos autos fls. 13v e 15, em 1912, ultimo exercicio financeiro definitivamente encerrado quando as listas dos maiores contribuintes foram remettidos ao Presidente da Commissão recorrida, lançamento do imposto sobre propriedade rural e assim é que o Governo do Estado vendeu em hasta publica o imposto sobre cria de gado para ser arrecadado n'aquelle anno;

Considerando que o Egrejo Supremo Tribunal Federal, em anterior Accordam proferido em recurso eleitoral do mesmo municipio do Espirito Santo, considerou o imposto sobre cria de gado como de propriedade rural;

Considerando que a Municipalidade do Espirito Santo tributa e arrecada impostos sobre

propriedades ruraes, officio de fls. 15;

Considerando que o Conselho Municipal do Espirito Santo não se reunio em numero igual de conselheiros effectivos e supplentes quando teve de eleger seus representantes na Commissão recorrida, citado art. 41 da citada lei n. 1269;

Considerando, finalmente, o mais que consta dos autos, a junta de Recursos Eleitoraes dicide, unanimemente, annullar toda revisão do alistamento eleitoral feita no corrente anno no municipio do Espirito Santo. Publique-se e communique-se.

Sala das Secções da junta Eleitoral de Recursos, no Paço do Governo Municipal da Capital do Estado da Parahyba em 3 de Abril de 1913.

Francisco de Gouveia Nóbrega — R.
João Americo de Carvalho
Manoel Deodato H. de Almeida

DOUTRINA

CRIMES CONTRA A SAÚDE PUBLICA

ANTÔNIO GUEDES
Juiz Federal

Em nossa legislação penal a incriminação dos fatos contrarios á saude publica tem passado por modificações bem sensiveis.

O codigo da Monarquia não regulava o assunto, deixando assim que leis especiais ditassem as regras a respeito dessa parte do direito penal.

O codigo da Republica, porém, seguiu orientação diferente, pois que no titulo que capitula os delitos contra a tranquilidade pública incluiu os que têm por objetividade juridica a saúde pública. Esses, segundo a conceituação legal, eram os seguintes:

I — O exercicio ilegal da medicina;

II — A pratica do espiritismo, da magia e da cartomancia;

III — O exercicio do oficio de curandeiro;

IV — Expor a venda ou ministrar substancias venenosas em desacôrdo com os regulamentos sanitarios;

V — Substituir um medicamento por outro, alterar o receituario ou empregar medicamentos alterados;

VI — Envenenar fontes e viveres destinados a consumo;

VII — Alterar a potabilidade da agua de serventia comum ou particular;

VIII — Alterar ou falsificar substancias alimentares;

IX — Expor a venda viveres alterados ou falsificados.

O codigo penal, no capitulo III do titulo III disciplinava lacunosamente os fatos contrários á saúde pública. Além disso, a penalidade prescrita para certos delitos, como por exemplo o da venda de toxicos e entorpecentes, si é que o art. 159 a êles se referia, era por demais benigna. Multa, apenas.

Como causassem alarma os perigos sociais decorrentes do comercio de generos alimenticios falsificados e de substancias venenosas e entorpecentes, o legislador acudiu com os decretos ns. 3.987, de 1920 e 4. 294, de 1921.

A derrogação do codigo penal, nessa parte, era medida reclamada pela profilaxia social. Crearam-se figuras novas de criminalidade; disciplinaram-se melhor as modalidades dos crimes contra a saude pública, as penas prescritas passaram a ser mais severas. A reforma tornou inafiançavel o crime de falsificação de generos alimenticios e de medicamentos, ao qual se cominou mais a pena de prisão; previu a hipotese de alguem vender, expor a venda, ministrar ou conduzir, como portador ou empregado, substancias venenosas entorpecentes.

O governo revolucionario, sempre preocupado com o bem do povo, não esqueceu o grave e momentoso problema da saude pública. E' assim que o chefe do Governo Provisorio, por decreto n.º 19. 604, de 19 de janeiro dêste ano, alterou a legislação então vigente, introduzindo-lhe disposições, mais coercitivas e que ao mesmo tempo disciplinam com mais amplitude a material penal em apreço.

As falsificações e fraudes dos generos alimenticios, subclasse dos crimes contra a saude pública, formam o objeto do referido decreto.

ANTÔNIO GALDINO GUEDES

Na atualidade, pois, de nosso direito penal é crime contra a alimentação pública fabricar, dar e vender ou expôr a consumo generos alimenticios falsificados ou fraudados, mesmo que não haja acontecido algum dano a saude pública.

O decreto a que me refiro esclarece, especifica, define o que deve considerar falsificação e fraude. Em varios incisos ao art. 1.º, o decreto dispõe que são generos alimenticios falsificados ou alterados:

I — os que tenham sido misturados ou acondicionados com substancias que lhes modifiquem a qualidade ou reduzam o valor nutritivo, desde que não sejam claramente apregoadas ou modificações que os tornam de qualidade inferior;

II — aquêles dos quais se tenha retirado, no todo ou parte, um dos elementos de sua constituição normal, ou substituido por outros de qualidade inferior e não se tenha claramente assinalado essa depreciação;

III — os que tenham sido coloridos, revestidos, aromatizados ou adicionados de substancias estranhas, com o fim de ocultar qualquer fraude ou deterioração ou lhes atribuir melhor qualidade do que realmente tenham;

IV — aquêles que tenham sido substituidos, no todo ou em parte, aos indicados no recipiente ou que na sua composição, pêso ou medida diversifiquem do enunciado nas marcas, rotulos, preconicios ou declarações do interessado;

V — os que contenham ingredientes nocivos á saude ou sejam constituidos, no todo ou em parte, de produtos animais degenerados ou decompostos para a alimentação humana.

A legislação revolucionaria tráz duas modificações de grande vulto na punição dos crimes contra a alimentação pública.

A primeira delas é que o citado decreto comina para tais delitos as penas do crime de estelionato, do art. 338, do codigo: — prisão celular por um a quatro anos e multa de cinco a vinte por cento sobre o valor do objeto do crime.

A outra alteração introduzida diz respeito a competencia para o processo e julgamento dos crimes contra a alimentação pública.

Até ha pouco tempo, era á justiça estadual que competia o conhecimento de tais delitos. O decreto n.º 20.106, de 13 de junho do corrente ano, porém, dispõe no art. 18 que são da competencia da Justiça Federal os crimes previstos pelo decreto n.º 19.604, de 19 de janeiro de 1931.

Como se vê, os crimes contra a alimentação pública, isto é, a falsificação e a fraude de generos alimenticios, são agora da alçada da Justiça Federal.

JUÍZO SINGULAR

Sentença

Crime de moeda falsa. Valor probante da confissão feita perante a policia. Indivisibilidade da confissão extra-judicial qualificada. Desclassificação do delito.

Vistos os presentes autos de ação criminal, em que é autora a justiça publica e réu José Camêlo de Melo, deles consta o seguinte:

O dr. procurador da Republica denunciou o mencionado individuo como incurso no art. 11 do decreto legislativo n.º 4.780, de 27 de dezembro de 1923, com apoio nas investigações policiais procedidas no municipio de Guarabira, deste Estado, das quais, segundo alega o

representante do ministerio Publico, ficou apurado:

I — Que em dias de novembro de 1927, o referido José Camêlo adquiriu em Rio Tinto, do municipio de Mamanguape, varias cedulas falsas;

II — Que, de posse de tais cedulas, fê-las introduzir na circulação, no municipio de Guarabira, em dias de março de 1928, utilisando-se, para isso, dos serviços do co-réu Bernardino Mariano Cardoso que deu em pagamento, por compras feitas, duas dessas cedulas, do valor de 20$000, sendo encontradas em seu poder mais duas, as quais foram apreendidas, examinadas e consideradas falsas, todas elas;

III — Que o denunciado José Camêlo confessou o delito, o mesmo fazendo o seu co-réu Bernardino.

Recebida a denuncia e instaurado o sumario, foram inqueridas as testemunhas arroladas, pelo dr. juiz de direito da comarca de Guarabira, em falta de suplentes do substituto, com citação dos denunciados. A instrução correu á revelia e concluida ela, foram os acusados pronunciados e confirmado o despacho da denuncia.

Preso o réu José Camêlo, intimado da pronuncia, da qual não recorreu, mandei dar vista ao dr. procurador seccional, para o libelo. Oferecido este na audiencia de 19 de agosto ultimo, deixei de recebê-lo, pelos motivos expostos no despacho de fls. 51 verso a 52 verso. Oferecido outro, pelo dr. procurador interino, e recebido, o réu não o contrariou no prazo legal, pelo que se seguiu a designação de audiencia para o plenario de julgamento, que teve logar a 23 do corrente, conforme se vê do termo a fls. 66 e seguintes.

O dr. procurador pediu a condenação do acusado José Camêlo no gráo maximo do art. 11 do decreto n.º 4.780, de 1923, alegando estar provado o delito com o concurso das agravantes da premeditação e do motivo reprovado. Afirmou que se tratava de réu confesso e analisou as demais provas dos autos.

O acusado, por seu advogado, pediu a absolvição, argumentando que a sua confissão lhe fôra extorquida pela policia, para concluir pela negativa do facto criminoso.

Isto posto; e

Considerando Que foram observadas, no curso do presente processo todas as formalidades legais;

Considerando que em poder de Bernardino Mariano Cardoso, co-réu nestes autos, foram apreendidas duas cedulas do valor de 20$000, serie 48 A, estampa 13 A;

Considerando que mais duas notas do mesmo valor, serie e estampa, foram apreendidas pelo delegado de policia de Guarabira, as quais horas antes haviam sido dadas pelo mencionado Bernardino, em pagamento de compras, que fizera, de generos alimenticios, no estabelecimento comercial da testemunha João Bandeira Pequeno, no logar Barra do Cuité, e de um carneiro, adquirido no logar Areia Branca, da mulher da testemunha João Francisco Fernandes, conhecido por João Branco;

Considerando que essas quatro cedulas foram consideradas falsas pelos exames de fls. 6 e 62;

Considerando que, ouvido pela policia, Bernardino afirma ter recebido essas cedulas do réu José Camêlo de Melo, que lhe encarregou de as passar, sob promessa de pagamento e com recomendações de procurar fazê-lo fóra da cidade e povoações, para maior segurança do designio criminoso;

Considerando que essas declarações de Bernardino foram feitas livre e expontaneamente, em presença de varias das testemunhas do sumario. E são tanto mais dignas de credibilidade quanto coincidem, em todas as suas particularidades, com os demais elementos de informação colhidos nos autos;

Considerando que, interrogado, por sua vez o réu José Camêlo tambem confessou que,

efetivamente, havia encarregado Bernardino de passar as cedulas apreendidas, prometendo-lhe recompensa;

Considerando que tais afirmativas do acusado José Camêlo são, em absoluto, concordes com as de seu co-autor e com os demais fatos apurados nos autos, formando assim elementos de convicção que desfazem qualquer duvida, que porventura se tenha, sobre a verificação juridica do delito na sua materialidade e em sua autoria;

Considerando que não procedem as alegações do réu José Camêlo, no plenario, dando a sua confissão como produto de violencia da policia. Tanto é gracioso esse argumento, que as testemunhas do sumario, dos quais, a terceira, a quarta e a quinta, presentes ao interrogatorio do acusado, asseguram que ele narrou o fato sem a menor coação. E nem essa confissão póde ser tida como fruto exclusivo do arbitrio da autoridade que fez o inquerito, porquanto está corroborada pelo depoimento de Bernardino e coincide com as demais provas dos autos;

Considerando que a jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal tem firmado doutrina juridica no sentido de que "a confissão do réu, presenciada, na policia, por pessôas que, em juizo, declaram ter sido ela livre e sem coação alguma, e comprovada pela apreensão e exame das cedulas, e pela declaração de um co-réu, constitue prova bastante para a sua condenação" (Acórdão de 4 de julho de 1930, na apelação criminal n.º 1.079, do Estado do Rio, in "Diario da Justiça de 30 de setembro de 1930). Essa doutrina é confirmada pelo Acórdão de 18 de junho de 1930, na revisão criminal n.º 2.846, que se vê na "Revista de Direito", vol. 96, pag. 548, e pelo de 6 de julho de 1931, na apelação criminal n.º 1.121, do Estado de S. Paulo, conforme se depreende das notas taquigrafadas que acompanham o aludido Acórdão, publicadas no "Diario da Justiça" de 18 de agosto ultimo. Galdino Siqueira, no seu "Curso de Processo Criminal", pag. 318, n.º 397, ensina que a "confissão feita no inquerito é uma prova imperfeita ou incompleta, por isso que lhe falta a condição de ser produzida em juizo competente. Mas, se fôr livremente feita, si o fato nela reconhecido, além de verosimel, concordar com as circunstancias apuradas no processo, e se, lhe vindo prestar apoio, concorrer outra prova imperfeita, por exemplo o depoimento de uma só testemunha, ou indicios propriamente ditos, teremos, então, uma prova composta, bastante para fundar a certeza plena";

Considerando que, ao contrario do que acontece na processualistica civel, no crime a regra é a divisibilidade da confissão. Mas, si, como no caso dos autos, se trata de confissão qualificada, licito não é ao juiz dividi-la, cindi-la, para dar como provado o que convém a acusação e desprezar a parte que fornece o réu. (Galdino Siqueira, Curso, n.º 266, pag. 197; F. Whitaker, Jury, n.º 205, secção IV, pag. 177).

Considerando que, o réu José Camêlo, ao confessar que mandara passar as cedulas por Bernardino, explicou que as havia recebido, não só as apreendidas como outras mais, ao todo onze, na povoação de Rio Tinto, em pagamento do preço de venda de um milheiro de folhetos de versos que editara; ignorando então que se tratava de papel-moeda falso. E adiantou que voltando á sua residencia, dias depois, mandou comprar mercadorias em casa de seu irmão Agripino Camello, com uma das notas ficando então apurada a cedula "não era bôa";

Considerando que, tais declarações, o acusado acrescentou que para evitar prejuizo foi que se resolveu a mandar passar as quatro cedulas restantes, mas só a esse tempo ciente da falsidade delas;

Considerando, á vista da exposição dos fatos feita pelo réu, que o crime por ele narrado é o de restituição de moeda falsa á circulação e não o de introdução, delitos esses muito diferentes na sua conceituação legal e para os quais o legislador estabeleceu penas muito diversas. Assim, desprezar a parte da confissão, em que o acusado diz haver recebido as cedulas como verdadeiras, seria cindir arbitrariamente essa confissão, dividi-la discricionariamente, para dar como confessado delito diverso do que declarou o réu existir;

Considerando, além do mais, que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que "não estando provado dos autos, por meios diretos ou indiretos, que o introdutor das cedulas falsas na circulação as tivesse recebido como tais, presume-se que as recebera de bôa fé e que, se depois as passou a alguem, fê-lo para evitar o prejuizo" (Acórdão n.º 684, de 2 de abril de 1919. O. Kelly, 4.º Suplemento, n.º 1.139); e mais: "desclassifica-se o crime dêsde que os elementos do processo fazem concluir que o ato do agente teve por fim, não um proveito ilicito, mas tornar-se do prejuizo advindo da devolução que lhe foi feita de uma cedula falsa". (Ac. n.º 846, de 18 de dezembro de 1920, O. Kelly, idem, n.º 1.140;

Considerando que acerca das agravantes articuladas no libelo — a premeditação e o motivo reprovado — a logica e a doutrina são infensas ao reconhecimento delas em especie como a dos autos. Em Acórdão de 24 de abril de 1929, na apelação criminal n.º 1.058, "Diario da Justiça" de 24 de setembro de 1930, o Supremo Tribunal decidiu que não se justificava no caso de agravante da premeditação, que se devia considerar elementar de um crime essencialmente doloso como o de moeda falsa. E dado mesmo que assim não seja, não está provado, nos autos, que haja decorrido o espaço de tempo minimo de vinte e quatro horas, entre o designio de restituir as notas á circulação e os atos de execução desse crime. Quanto ao motivo reprovado, não se tem duvida de que essa agravante seja elementar no crime de moeda falsa. (Acórdão do S. T. Federal, de 28 de outubro de 1929, na apelação criminal n.º 1.049, Revista de Direito", vol. 98, pag. 90). Na hipotese em apreço, o crime que é do art. 12 do decreto n.º 4.780, de 1923, se origina precisamente do fato, que a lei reprova, de cedulas falsas a circulação;

Considerando tudo isso e o mais que dos autos consta:

Julgo procedente o libelo, mas sómente em parte, por considerar o réu José Camêlo de Melo incurso, não no gráu maximo do art. 11, combinado com o art. 8.º do decreto n.º 4.780, de 27 de dezembro de 1923, e sim no gráu médio do art. 12 do citado decreto n.º 4.780, e em consequencia condena-lo, como condeno, á multa equivalente a doze vezes e meia o valor das cedulas apreendidas, perda das mesmas e custas do processo.

Ponha-se o acusado em liberdade, ex-vi do disposto no art. 405, parte 2.ª, do decreto n.º 3.084, de 5 de novembro de 1898, oficiando-se nesse sentido ao dr. secretario da Segurança Publica.

E, findo o prazo legal do recurso, sem ele, sejam os autos feitos com vista ao dr. procurador da Republica, para promover o processo de liquidação da pena de multa imposta.

Registre-se, publique-se e intime-se.

João Pessôa, 28 de setembro de 1931.

ANTÔNIO GALDINO GUEDES
Juiz Federal

JUÍZO SINGULAR

JUSTIÇA FEDERAL

A QUESTÃO DA ILHA DO TIRIRI

Sentença

A "Companhia Industrial Cimento Brasileiro", com séde no Rio de Janeiro, sociedade anonima constituida por assembléa geral de 16 de agosto de 1890, por seu gerente, cidadão João Domingos dos Santos, requereu a "citação do Estado da Paraiba, na pessôa de seus

representantes legais, para na primeira audiencia dêste juizo ver-se-lhe propor uma ação ordinaria, por meio da qual pretende reivindicar todos os seus bens que foram depositados em poder do mesmo Estados, ou, na falta dêstes, haver o valor pecuniario correspondente, perdas, danos, lucros cessantes, juros e custas".

Deduzindo a sua intenção, alega a autora (inicial a fls. 2-7):

I — Que fundou uma fabrica de cimento na ilha do Tiriri, tendo realizado o capital de 700:000$000, em 3.500 ações, de 200:$000 cada uma.

II — Que o capital realizado e mais 200:000$000, tomados em debentures, foram empregados na aquisição de maquinas e accessorios, construção de edificios, aforamento da ilha e em tudo o mais quanto se tornou necessario á fabrica, que funcionou por algum tempo e produziu cimento de otima qualidade;

III — Que tendo o capital se tornado insuficiente para maior desenvolvimento da futurosa industria nascente, ela autora obteve do então presidente Alvaro Machado, com autorização da Assembléa Legislativa, um emprestimo de 600:000$000, em apolices da divida publica, no valor de 1:000$000 cada uma, as quais foram emitidas em 4 de agosto de 1896;

IV — Que, para garantia desse contrato, a autora hipotecou ao Estado da Paraiba o estabelecimento fabril da ilha Tiriri, o domino util desta, todas as construções, maquinas, materias, acessorios e bemfeitorias, conforme escritura lavrada a 7 de agosto do referido ano, em notas do tabelião José Bezerra;

V — Que êsse contrato de emprestimo, celebrado entre ela autora e Estado réu de nada serviu á Companhia, porque, ingentes que foram os esforços empregados mesmo assim as apolices não tiveram curso nem cotação alguma, nas praças do pais;

VI — Que apesar disso o Estado "ficou feito depositario de todos os bens hipotecados, de todo o acervo da empresa", por determinação do presidente Gama Mello, pois este, por oficio de 25 de maio de 1898, mandou a Diretoria de Obras Publicas assumir administração da fabrica de cimento, depois de inventariado o respectivo material;

VII — Que o valor do estabelecimento fabril era o seguinte: 5 grandes edificios e outras construções — 400:00$000: maquinismos adquiridos na Europa — 860:000$000; dominio util da ilha — 100:000$000; lucros cessantes, a contar de 18 de dezembro de 1901, a razão de 50:000$000 por ano — 1. 400:000$000. Ao todo — 2.760:000$000;

VIII — Que o presidente Valfredo Leal, arbitrariamente, decretou a caducidade do aludido contrato de emprestimo, violado assim o direito dela autora, resultante da bilateralidade do pacto, sujeito ás regras comuns de direito, porque o Estado, em tais casos, apesar de pessoa juridica de direito publico, se equipara aos particulares para responder pelas obrigações contratuais assumidas;

IX — Que o direito reclamado por ela autora não está prescrito, porque "as apolices da divida publica só começam a prescrever da data em que sai publicado o respectivo convite de resgate". E adianta que tendo o governo fixado o resgate á razão de 6:000$000 por ano, só com cem anos da emissão se o completaria. Além disso — acrescenta — "a suplicante prefere a tudo mais a restituição do deposito de todos os seus bens, de todo o seu acervo

em poder do Estado, sendo principio de direito que não corre prescrição a favor do depositario;

X — Que hoje ela autora "está pronta para restituir as apolices emitidas, as põe mesmo á disposição do réu, sendo por isso justo que o Estado da Paraiba lhe entregue todo o acervo confiado á sua guarda";

XI — Que a ação de reivindicação cabe a quem tem o dominio da causa, contra quem quer que a possúa ou simplesmente a detenha;

XII — Que deve o Estado da Paraiba ser condenado a restituir-lhe as cousas constante do acervo descrito, ou o valor correspondente, isto é, 2.760:000$000, porque, além do mais de direito, o depositario é obrigado a ter na guarda e conservação da cousa depositada o cuidado e a diligencia que costuma ter com o que lhe pertence, bem como a restitui-la com todos os frutos e acrescidos, quando o depositante lho exigir;

XIII — Que toda a Paraiba sabe que os bens inventariados e depositados em poder do Estado foram servidos, utilizados e consumidos pelo mesmo Estado, ou sob sua responsabilidade, cabendo-lhe assim responder por perdas e danos, porque o codigo civil dispõe que não poderá o depositario, sem licença do depositante, servir-se da cousa depositada.

A causa foi aforada na justiça federal, por entender a autora que, tratando-se de litigio entre um Estado da União e pessoa domiciliada em outro Estado, a competencia era do poder judiciario federal, ex-vi do disposto no art. 59-60,n.º 3, letra d, da Constituição reformada.

Citado o Estado na pessoa de seus representantes, em audiencia de 11 de abril de 1929 foram essas citações acusadas e assinado do prazo para o contestação do pedido, seguindo-se longa explanação do advogado da autora, acerca das atribuições dos membros do ministerio publico estadual para a representação judicial da Fazenda do Estado.

O réu, no termo assinado, veiu com a declinatoria fori de fl. 69, na qual pediu se reconhecesse incompetente a justiça federal para decidir a especie ajuizada, por isso que não estava provado o dominio da autora no Rio de Janeiro. A exceção foi impugnada a fls. 74 e 77, juntando a exceta três documentos.

Posta em prova a declinatoria, as partes nada requereram. Com o parecer a fls. 84 e 85, foi a exceção rejeitada pelo despacho de fls. 86. Intimadas as partes, agravou do interlocutorio a Fazenda do Estado.

Minutado e contraminutado o recurso, com o despacho mantendo a decisão agravada subiram os autos a instancia superior.

O egregio Supremo Tribunal Federal negou provimento ao agravo, confirmando assim o despacho que declarara competente a justiça federal (fls. 103).

Descendo os autos a esta instancia, mandei cumprir o julgado, em virtude do que, na audiencia de 10 de abril do corrente ano, foi assinado ao réu, Estado da Paraiba, novo prazo para a contestação.

No prazo legal assinado, veiu o réu, representado pelo dr. procurador geral do Estado, com a contestação de fls. 120 a 124, na qual alega:

I. Que a "Companhia Industrial Cimento Brasileiro" já não existe ha muitos anos, sendo por isto ilegitimo o suposto representante que figura na causa e ilegitimos os seus poderes;

II. Que não póde ter personalidade juridica, uma sociedade anonima, constituida em 1890, cuja assembléa só reuniu quatro vezes, durante quarenta anos, extraordinariamente, apesar de determinação expressa da lei e dos seus estatutos: sociedade essa que "se constituiu unicamente para fabricação de cimento e ha cerca de quarenta anos não fabrica uma grama desse produto; que já em 1892 se declarava em dificil situação e nomeava uma

comissão para liquidar o seu ativo e passivo;

III. Que ainda mesmo que se admita a existencia atual dessa sociedade, não está ela em juizo legalmente representada, porquanto dispõe a lei que as sociedades anonimas se representarão judicialmente por seus administradores, que serão dois ou mais, sendo que, no caso dos autos, o cidadão João Domingues dos Santos é "solitario";

IV. Que ainda por outro motivo legal João Domingues não póde representar a sociedade, porque dela não é administrador. E acrescenta que não permitindo a lei que o mandato de administrador va além de seis anos, salvo o caso de reeleição, acontece que o aludido João Domingues foi reeleito, pela ultima vez, na assembléia extraordinaria realizada em 1920;

V. Que a ação proposta é "incompetente e impropria", pois a autora ora fala em reivindicar bens, ora os declara constituidos em deposito, sendo que para uma e outra hipotese são diferentes as normas legais e respectivas ações;

VI. Que o Estado não está na posse dos bens pretendidos pela autora, bens esses que a propria Companhia proprietaria deles abandonou-os, ha mais de trinta anos;

VII. Que a "Companhia Industrial Cimento Brasileiro" tornou-se devedora do Estado, pela importancia de 600:000$000, em apolices destinadas a "produzir o numerario necessario á movimentação da fabrica, já então parada, isso em 1896";

VIII. Que não tendo conseguido, por meio das apolices, ou outro qualquer, recurso com que financiar ao menos a conservação e vigilancia do material da fabrica, foi esta confiada entregue a firma Paiva Valente & Cia., a qual, algum tempo depois, abriu mão do encargo, alegando que a Companhia autora não lhe pagava nem o credito anterior, nem as despesas com a guarda e conservação da fabrica;

IX. Que a firma aludida, fundando-se em que o Estado era maior credor da empresa, comunicou ao governo a resolução que tomara. Em razão disso e dos constantes apelos da Companhia, no sentido de qualquer providencia temporaria, da parte do governo, sem onus para o Estado, que resguardasse o acervo da fabrica de cimento, a Diretoria de Obras Publicas passou a custear a "conservação e vigilancia da fabrica," até 1900, quando foi extinta essa repartição, acontecendo então que a fabrica ficasse ao "abandono", porque a Companhia não deu mais "sinal de vida";

X. Que o Estado, apesar de ser credor hipotecario da Companhia não estava obrigado a "dispender com pessoal e material para a conservação do patrimonio abandonado e para o que não havia assumido compromisso algum";

XI. Que qualquer ação acerca do patrimonio da Companhia está prescrita, pelo decurso do lapso de tempo dentro do qual poderia ter sido tentada.

E conclúe pedindo que seja julgada nula a ação, pelos motivos alegados, ou a autora carecedora da ação, com condenação nas custas.

Replicando a autora por negação, proferi o despacho ordinario sobre a dilação probatoria, que foi assinada na audiencia de 28 de maio. Antes disso, como tivesse entrado em execução o decreto n.º 19.910, de 23 de abril, a autora requereu a nomeação de arbitros que procedessem a avaliação da causa, para a dedução e consequente pagamento da taxa judiciaria. Indeferi esse requerimento, cujas razões eram especiosas, porquanto na inicial se havia dado á causa o valor de 2.760:000$000. E sobre esta base mandei fazer o calculo, que atingiu a importancia de 3:120$000, e intimar a autora para o devido pagamento, sob pena de perempção do feito.

Paga a taxa, (fl. 125 verso), proseguiu-se na ação.

A autora requereu designação de dia para prova testemunhal. Depuzeram duas testemunhas, a fls. 131-133 e 136-140, tendo sido requerido, por ela, a juntada aos autos do depoimento ad perpetuam rei memoriam de fls. 510 a 160.

O dr. procurador geral do Estado requereu o depoimento pessoal de João Domingues dos Santos, o qual foi prestado e se acha a fls. 141-144.

A autora e o réu juntaram documentos no curso da dilação. Encerrada esta, foram os autos com vista ao advogado da autora, para razões finais, e, em seguida, ao dr. procurador geral. As alegações da autora se acham a fls. 162-167; as do réu, a fls. 190-196.

A Companhia juntou nove documentos.

Nas razões, as partes desenvolvem os argumentos contidos na inicial e na contestação, os quais já sumariei linhas atrás.

Mandei dar vista ao dr. procurador da Republica, selar e preparar os autos, que, em seguida, me vieram conclusos para julgamento.

Assim relatada a materia da causa, tomados na devida consideração os motivos da ação e os fundamentos da defesa, passo a justificar a decisão.

A autora, segundo se vê da certidão a fl. 11, se constituiu sob a forma de sociedade anonima e a denominação de "Companhia Industrial Cimento Brasileiro" por assembléia realizada a 16 de agosto de 1890, no Rio de Janeiro.

O capital, que a ata diz fixado e realizado, foi de 700:000$000, em 3.500 ações, do valor de 200$000 cada uma.

Como e em que condições legais se constituiu essa sociedade? De que modo foi subscrito e realizado o seu capital? Como tem ela funcionado?

A autora constituiu-se, por assim dizer, de um jato, sem formalidades preliminares. Não ha, nos autos, noticia de atos e providencias que costumam preceder a instituição de uma sociedade anonima. Adotou, como meio de organização, a assembléia de subscritores; mas nota-se, desde logo, que não houve prospectos nem subscrição publica — recurso legal de que lançam mão os fundadores para obtenção do capital necessario.

Já isso não é de causar tanta estranheza, porque o que é mais singular é que a autora é uma sociedade anonima que se formou sem fundadores.

A junta Commercial do Rio de Janeiro forneceu as certidões de registro dos atos e documentos constitutivos da sociedade. Por essas certidões (fls. 11 a 24) ninguem chega a saber quais foram os fundadores da companhia. A ata de assembléia geral constituinte não os menciona, não lhes refere os nomes. Relata que no dia, mês e ano já aludidos, ao meio dia, na rua do Ouvidor, n.º 30, presentes os comendadores, doutores, engenheiros e comerciantes, cujos nomes relaciona, foi aclamado presidente um dêles, que convidou para secretarios dois outros. A ata diz mais: a) que o presidente fez declarações de que o objetivo da reunião era ouvirem os acionistas a leitura dos estatutos e discutirem as suas clausulas; b) que foi dispensada a nomeação de avaliadores para os bens que entravam in natura para a realização do capital; c) que tambem fôra dispensado o deposito da decima parte do capital em dinheiro subscrito.

Custa crer que tais cousas estejam escritas na ata: — a dispensa de avaliação, por peritos, do apport in natura e do deposito da decima parte do capital. Mas estão.

Analisem-se esses fatos, separadamente, á luz dos principios legais e da doutrina juridica. Comecemos pela questão dos fundadores.

Temos como essencial, na constituição das sociedades anonimas, a existencia dos fundadores; mesmo é de razão natural que não haverá a creatura sem o creador. Os fundadores são os ideiadores da associação de capitais; os promotores da formação da sociedade. Si o meio escolhido é, em vez da escritura publica, a assembléia de subscritores, como no caso em apreço, os fundadores redigem os prospectos e os estatutos, lançam a

subscrição, recebem as primeiras entradas de capital, fazem o deposito dos dez por cento, celebram contratos, praticam emfim todos os atos tendentes a incorporar a sociedade. Si, materialmente, a existencia deles é indispensavel, sob o ponto de vista de direito não se compreende, em regra, sociedade anonima sem incorporadores.

Quem prestará contas aos primeiros administradores da sociedade? Quem assume, perante o publico, a responsabilidade pelos atos de constituição da sociedade? Quem responde pelas obrigações contratadas para constitui-la? São os fundadores, escreve Carvalho de Mendonça. E o reputado mestre acrescenta:

"Ha um preceito que estabelece a responsabilidade solidaria dos fundadores pelos atos que praticam, desde o dia em que concebem a ideia da sociedade, até o em que esta, já constituida, é registrada e seus atos organicos são publicados. E esse preceito é de ordem publica". (Tratado de Direito Comercial, vol. 3, pags. 319 e seguintes, ns. 909, 910, e 917).

Si não existem fundadores, quem recebe as primeiras entradas obrigatorias dos socios? Quem ha de passar os recibos provisorios dessas entradas? Quem faz o deposito exigido por lei, da decima parte do capital? A "Companhia Industrial Cimento Brasileiro", não se sabe como, resolveu todas essas dificuldades. E' verdade que se pode chegar a conclusão de que todos os que assinaram a ata de 16 de agosto de 1890 são fundadores e subscritores. Admitamos isso. Mas fica-se por saber quem teria de firmar os recibos das prestações iniciais dos acionistas, quem teria de prestar contas documentadas aos primeiros administradores, como quer a lei, e outras cousas mais, cuja rigorosa observancia a legislação estabelece.

O capital da empresa foi fixado em 700:000$000, todo subscrito e logo realizado, segundo diz a ata, sendo em dinheiro apenas 24:000$000. O restante, 676:000$000, em bens. Quem conferiu esses bens, não se apura dos estatutos, nem da ata. Entretanto, é isso uma exigencia bem justificada, porque o acionista que entra com capital em natureza está impedido de votar na assembléia de aprovação da avaliação desses bens. Carvalho de Mendonça, op. cit, vol. 3, n.º 981, diz:

"Não podem os subscritores votar, por si e como procuradores de outros, sobre a avaliação dos bens ou direitos que conferiram".

Varios dos subscritores assinaram a ata e os estatutos como procuradores. Admite-se em direito que o subscritor possa comparecer por procurador; mas essa permissão está condicionada á exigencia, determinada pela doutrina juridica, de que os instrumentos de mandado, nos casos de constituição por assembléia, devem ser arquivados com os demais documentos, atinentes á organização da sociedade. Si, porém, a sociedade organizou-se por escritura, as procurações ficarão arquivadas em cartorio. Na especie vertente, isso não se faz, nenhuma procuração foi arquivada na Junta Comercial, com a ata, estatutos, etc.

Nota-se ainda que não fez parte dos documentos levados a registro na Junta a lista dos subscritores. No emtanto, as leis que regem as sociedades anonimas exigem essa formalidade.

Nos estatutos, art. 4.º (fl. 13 verso) se diz que o capital foi realizado do seguinte modo: maquinas e utensilios, 240:000$000; material de construcção e obras em construcção, 148:000$000; aforamento da ilha Tiriri, 88:000$000; cessão de privilegio, 200:000000; dinheiro, 24:000$000. Vê-se daí que a realização do capital foi mixta, isto é, imoveis, direitos (o privilegio) e dinheiro.

E como procederam os subscritores, em relação ao conferimento desses bens, na assembléia constituinte? A fls. 12 (certidão da ata) lê-se:

"Pelo mesmo sr. presidente foi acrescentado que conforme os aludidos estatutos os

valores que constituiam o acervo social constavam desses estatutos assinados e aprovados pelos srs. acionistas, entendendo assim dispensavel a nomeação de avaliadores; avaliação essa creada pela lei para garantir o direito das minorias; entretanto se algum sr. acionista entendesse necessario teria de proceder-se a eleição da respectiva comissão, o que ouvido pela assembléia por ela foi declarado unanimemente dispensar-se essa formalidade".

Eis aí um caso interessante, registrado nos anais judiciarios. Uma assembléia de acionistas superpondo-se ás determinações legislativas, á doutrina jurídica, á jurisprudencia dos tribunais, aos precedentes taxativos e imperiosos das leis sobre sociedades anonimas, dispensando precisamente aquilo que a legislação prescreve como essencial nas formalidades constitutivas do anonimato.

O egregio comercialista já citado, Carvalho de Mendonça (vol. 3, pag. 371, n.º 976) doutrina:

"Não basta a declaração do valor dos bens feita nos estatutos ou no contrato social. As entradas, as prestações em bens, somente serão admitidas pelo valor em que forem estimadas por louvados e depois de aprovada a avaliação pela assembléia geral".

Em outra secção (n.º 546) ensina:

"Si a sociedade em formação não reveste a forma anonima, pouco importa que a contribuição de cada socio para o capital social seja de diferente valor e consista em cousas diversas, porque essa desigualdade pôde ser compensada pela diferença na participação dos lucros e perdas. As vezes, a variedade das contribuições torna-se até elemento de exito para as sociedades assim organizadas. São os socios que, no contrato social, dão valor ás cousas que conferem. Podem livremente estimá-las, sendo-lhes facil não constituir a sociedade si ha exagero ou fraude por parte dos outros contratantes. O mesmo não pode se dar nas sociedades anonimas. O valor atribuido nos estatutos ou no contrato social, ás cousas e direitos, que os acionistas oferecem para o pagamento das ações subscritas, verifica-se por louvados, cuja avaliação fica sujeita a aprovação da assembléia geral"

Cesare Vivante, notavel comercialista italiano, na sua obra — **Instituzioni di Diritto** Commerciale, edição Ulrico Hoepli, Milano, 1910, pag. 85, n.º 37 — referindo-se aos sottoscritori, doutrina que:

Se taluno conferisce nella societá cose mobili o immobili invece di danaro, vuole (a lei) che il loro valore sia stimado da periti e accertato dall'assembléa generale dei soci, affinehé non si constituisca il patrimonio della societá com valori fittizi ed esagerati".

Vaja-se agora o que foi feito acerca do deposito da decima parte do capital. Na certidão da ata (fl. 17 verso) lê-se:

"Afinal pelo sr. presidente foi dito que achando-se constituido e realizado todo o capital social não havia logar a juntar o deposito de dez por cento exigido pelas leis vigentes (sic), e satisfeitas as demais exigencias legais dava por instalada a companhia".

Temos assim o presidente da assembléa constituinte arrogando-se faculdade ditatorial de dispensar precisamente aquilo que êle mesmo afirma que a lei vigente exigia. Si isso não fosse suplantar a lei, seria firmar o principio absurdo de só haver necessidade de deposito do decimo do capital quando não houver capital.

O eminente professor de direito comercial na Universidade de Roma, já citado, escreve:

"Per tradurre in realtá l'obligazione personale dei sottoscrittori, la legge loro prescrive di versare in contanti tre decimi delle azioni sottoscritte nella cessa dei depoditi e prestiti o presso un instituti di emissione legalmente costituito. Questa prova salvará l'impresa dalle sottoscrizioni fatte alla leggera da persone insolvibili, e piú ancora da coloro che sogliono sottoscrivere le azioni col solo proposito di speculare

immediatamente sulla loro rivendita". (Instituzioni, pag. 86, n.º 37).

Carvalho de Mendonça doutrina:

"Para que a sociedade anonima se possa constituir é essencial que a decima parte em dinheiro do capital subscrito seja depositada, a credito da companhia em formação, num banco de emissão ou noutro sujeito á fiscalização do governo, ou que para este fim a esta se sujeitar". (Tratado, vol. 3, pag. 356, n.º 956).

Quer o direito brasileiro, quer o direito italiano, exigem o deposito. Apenas, como diferença, se verifica que este estabelece a entrada de 30%, emquanto entre nós o deposito deve ser de 10%.

Até aqui, como argumentos para fundamentar a decisão, têm sido analisados atos que se pretendem á constituição da "Companhia Industrial Cimento Brasileiro". Examinar-se-ão, em seguida, fatos atinentes ao funcionamento dessa sociedade.

Do documento a fl. 10 e do depoimento pessoal de João Domingues dos Santos (fls. 141 a 144), que se diz diretor-gerente da "Companhia Industrial Cimento Brasileiro", vê-se que a ultima assembléia realizada pela sociedade anonima autora foi a 12 de junho de 1920. Essa mesmo foi extraordinaria, porque dos autos não consta que a autora tenha, uma vez siquer, reunido em assembléia ordinaria, em cumprimento do disposto no art. 17 dos seus estatutos, segundo os quais essas assembléias seriam em março de cada ano, e das prescrições das leis organicas do anonimato comercial.

Outra circunstancia interessante, pelo espirito de novidade que encerra, quer do ponto de vista administrativo das sociedades anonimas, quer pelo que diz respeito ás suas leis organicas, é que João Domingues dos Santos, no seu depoimento a fls. se diz diretor da "Companhia Industrial Cimento Brasileiro" ha quarenta anos. E acrescenta que além dele não ha outro diretor, neste Estado nem fóra dele, da mesma Companhia.

E' principio de direito comercial que as funções dos diretores ou administradores das sociedades anonimas se caraterizam pela temporariedade.

Depois de explicar que os administradores ora são nomeados no ato constitutivo, ora são eleitos pelas assembléias, Vivante acrescenta:

"Nell'un caso come nell'altro sono temporanei. La legge favorisce la brevitá dell'ufficio perché vi sia la sicurezza che gli amministratori godano la fiduzia degli azionisti". (Op. cit., pag. 93, n.º 39)

Carvalho de Mendonça, discorrendo sobre o periodo de tempo para o exercicio da administração das sociedades anonimas, conclue:

"Como se vê os administradores são temporarios". (Tratado, vol. 4, pag. 35, n.º 1.163).

Ora, João Domingues dos Santos, como êle proprio o afirma, em seu depoimento, foi eleito diretor-gerente em 1920, não tendo havido de então para cá outra assembléia que o reelegesse. Logo, pelos autos, o referido cidadão é gerente da "Companhia Industrial Cimento Brasileiro" ha onze annos ininterruptos, sem reeleição.

Não poderá haver, parece-nos, outro caso forense em que, como neste, os principios de ordem publica e social que formam a estructura juridica das sociedades anonimas, tenham sido tão rudemente sacrificadas, tão flagrantemente violados.

"O periodo de tempo para o exercicio da administração regula-se no contrato social ou nos estatutos, não devendo durar mais de seis anos, nem ser menor de doze mêses". (Carvalho de Mendonça, vol. 4, pag. 34, n.º 1.169).

E' também o que prescreve a legislação em vigor. Ninguem ignora que, pelo nosso direito, as sociedades anonimas não podem ter menos de dois administradores.

"Não é permitido um só administrador, ainda que sob o nome de gerente. Temeu-se colocar

a sorte da sociedade nas mãos de uma só pessoa". (C. de Mendonça, vol. 4, pag. 34, n.º 1.168).

No caso **sub-judice**, temos a infração confessa dêsse preceito de lei e de doutrina. O cidadão João Domingues dos Santos é, no seu dizer, o unico diretor ou administrador da "Companhia I. Cimento Brasileiro". Não ha outro — acrescenta êle — nem dentro do Estado nem fora dele.

Isto posto, e

Considerando que foram observadas, no curso dêste processo, as formalidades que lhes são essenciais;

Considerando que a justiça federal é a competente para decidir a controversia ajuizada por fôrça do Acordão do egregio Supremo Tribunal Federal, a fl. 103, calcado no art. 59-60, n.º III, letra d. da Constituição reformada;

Considerando que ao tempo em que foi organizada a "Companhia Industrial Cimento Brasileiro" vigoravam sobre sociedades anonimas a lei n.º 3.150, de 4 de novembro de 1882, o decreto n.º 8.821, de 30 de dezembro dêsse mesmo ano e o decreto do governo provisorio n.º 164, de 17 de janeiro de 1890, ainda hoje vigentes, pois que foram consolidados no decreto n.º 434, de 4 de julho de 1891; Considerando que constituida, como foi, em agosto de 1890, a autora tinha de se amoldar as prescrições do citado decreto n.º 164, de janeiro dêsse mesmo ano;

Considerando que o art. 3.º do referido decreto preceituava que as sociedades anonimas não se podiam constituir, definitivamente, sinão depois de subscrito todo o capital social e efetivamente depositada, em algum banco, ou em mão de pessoa abonada, á escolha da maioria dos subscritores, a decima parte em dinheiro do valor de cada ação;

Considerando mais que o n.º 2, paragrafo 1.º, do mencionado art. 3.º dispunha que nas sociedades ou companhias que se constituissem por assembléia fosse perante ela exibido o documento do deposito da decima parte capital;

Considerando ainda que o mencionado art. 3.º, no seu paragrafo 2.º prescreve que as prestações ou entradas que consistissem não em dinheiro, mas em bens, cousas ou direitos, só seriam admitidas pelo valor em que fossem estimadas por três louvados nomeados pela assembléia geral dos acionistas na primeira reunião, acrescentando que a sociedade anonima não se reputaria legalmente constituida sinão depois de aprovada pela assembléia a dita avaliação;

Considerando tambem que o paragrafo 4.º do citado artigo estabelecia que as sociedades anonimas não entrariam em funções, nem poderiam praticar validamente ato algum, sem que tivessem arquivado na Junta Commercial, ou no Registro de Hipotecas onde não existe aquela, entre outros documentos de sua constituição, a lista de subscritores com os seus nomes, numero de ações e respectivas entradas e a certidão do deposito da decima parte do capital;

Considerando que, conforme está provado dos autos, á saciedade, não foi feito, por qualquer interessado na incorporação da "Companhia I. C. Brasileiro", o deposito dos dez por cento, de sorte que o conhecimento dêsse deposito não foi presente aos acionistas na assembléia constituinte, nem arquivado na Junta Comercial;

Considerando, por outro lado, que os bens conferidos pelos subscritores não foram avaliados por louvados eleitos em assembléia preparatoria e sim somente estimados nos estatutos, com evidente violação da lei em vigor;

Considerando que o paragrafo unico do art. 6.º, do citado decreto n.º 164, de 1890, cominava a pena de nulidade, de pleno direito, á companhia ou sociedade anonima que se constituisse sem os requisitos e formalidades do art. 3.º, paragrafos 1.º e 2.º, — formalidades e requisitos

esses desprezados pelos fundadores ou incorporadores da autora, que assim incorreu na pena estatuida;

Considerando que repugna á consciencia juridica do julgador acolher as pretenções de uma sociedade comercial que se organizou com o mais flagrante desrespeito á lei e ao direito pertinente a sua formação e funcionamento.

Si a aquisição de personalidade juridica, donde decorre a faculdade de pleitear o restabelecimento ou reparação de um direito que se reputa violado, só póde admitir nos termos sob os quais a lei a condiciona, resulta daí que, para as sociedades anonimas, a transgressão de suas regras institucionais tira-lhes a capacidade de agir judicialmente contra terceiros.

Tanto é assim que no agravo interposto pela Companhia de Loterias do Estado da Bahia, o Supremo Tribunal Federal, negando provimento ao recurso, o fez sob o fundamento de que;

"Não tendo a agravante provado que em sua constituição observou as condições impostas pelo decreto n.º 434, de 1891, não pode ser considerada pessôa juridica de direito privado para o efeito de acionar a terceiros, como no caso pretendeu" (Acórdão de 24 de maio de 1922. Revista de Direito, vol. 67, pag. 505).

As "condições impostas" a que se refere o Acórdão citado são as mesmas do decreto n.º 164 de 1890, pois que foram consolidadas no de 434 de 1891.

A Corte de Apelação, por Acórdão de 29 de março de 1894 (Revista de Direito, vol. 12, pag. 530) também decidiu que:

"A inobservancia das formalidades prescritas para a constituição das sociedades anonimas determina a nulidade dessa constituição, de pleno direito".

E acrescenta que:

"A nulidade de pleno direito e absoluta dos contratos póde ser proferida mesmo " ex-officio" pelo juiz".

O eminente mestre Carvalho de Mendonça nos ensina que:

"A constituição das sociedades anonimas, diversamente da organização das sociedades com outras fórmas, é rodeada de exigencias legais, sob pena de nulidade e responsabilidade civil e penal dos fundadores, com o fim de oferecer aos subscritores e credores as garantias de seriedade, exito e honestidade da empresa". (Vol. 3, pag. 318, n.º 907).

E mais adiante (n.º 998, pag. 385) acrescenta:

"E' nula a sociedade anonima que se constituir : 3.º — Mediante deliberação de assembléia geral sem as formalidades seguintes: e) a exibição do documento probatorio do deposito da decima parte do capital. 4.º — Sem que o valor dos bens, cousas ou direitos, com que entram os acionistas á conta de capital, seja determinado por três louvados e aprovado pela assembléia geral. Todas essas nulidades pag. 309, n.º 1.000) são de pleno direito e absolutas. São de ordem publica, porque visam não sómente a proteger os socios e terceiros, contra os atos dos fundadores, como ainda salvaguardar o credito publico, facilmente exposto a perigo pela emissão e circulação de titulos de sociedades viciadas. Não podem ser ratificadas, nem sanadas, nem relevadas pelo juiz".

Considerando que ainda mesmo que não procedessem os motivos de nulidade acima apontados para fundamentar a conclusão da sentença, isto é, admitindo-se a existencia de personalidade juridica ou a constituição legal da "Companhia Industrial Cimento Brasileiro", teriamos a outra questão preliminar ventilada nos autos pelo réu e pelo dr. procurador seccional — a incapacidade de João Domingues dos Santos para estar em juizo como representante da aludida empresa;

Considerando que a legitimidade da parte, “qualidade ou faculdade legal da pessôa poder por si ou por outrem figurar em uma relação juridica, ativa ou passivamente” (Galdino Siqueira) constitue objeto de exceção das chamadas peremptorias;

No caso dos autos, é claro que o cidadão João Domingues dos Santos já não tem qualidade para figurar em juizo, acionando terceiros em nome da mencionada Companhia. São fatos, constantes dos autos, a cujas consequencias juridicas não póde fugir o outorgante da procuração a fls. 8. Tendo sido reeleito, pela ultima vez, em assembléia extraordinaria de 1920 e ainda hoje alegando a qualidade de administrador da autora, torna-se de evidencia matematica que o referido João Domingues se presume exercendo o cargo de diretor-gerente ha onze anos.

Tal presunção é, porém, inoperante. O decerto n.º 164, de 1890, em vigor ao tempo em que foi incorporada a “Companhia Industrial Cimento Brasileiro”, no seu art. 9.º dispunha que as “sociedades ou companhias anonimas seriam administradas por mandatarios temporarios , não podendo cada mandato exercer o prazo de seis anos”.

E Carvalho de Mendonça (vol. 4, pag. 35, n.º 1.169) tratando do assunto, ensina:

“Os estatutos não podem contrariar o preceito legal quanto ao maximo do tempo da gestão dos administradores. Si designam mais de seis anos, os administradores consideram-se eleitos pelo prazo legal, sendo nulos os atos praticados depois desse tempo”

Considerando que não procede a argumentação contida nas razões finais da autora, no sentido de que a questão da personalidade juridica ou existencia da “Companhia Industrial Cimento Brasileiro” está decidida pelo Acórdão de fls. 103. Nesta decisão, o egregio Supremo Tribunal outra cousa não fez sinão decidir qual o fôro competente para ser tratada a causa. Nem se comprehende que fizesse mais do que isso, pois que, segundo as regras da processualistica, na exceção de incompetencia não se decide “de meritis”, não se resolve materia estranha, não se vai além da necessidade de fixar a competencia do juizo, objeto da controversia judiciaria que motivou o recurso.

E’ verdade que quando opôs a exceção e minutou o recurso, o procurador do Estado levantou duvidas, discutiu mesmo a existencia da autora. Mas, a tal proposito, frisa o Acórdão que esse assunto “respeitava antes á legitimidade da instancia do que a “ declinatoria fori”.

Considerando que si a autora juntou aos autos documentos para prova de sua existencia, é por esses mesmos documentos que se verifica que essa existencia é precaria, irregular, apenas de fato, pois que provém de ato organico nulo de pleno direito, por inobservancia de formulas e requisitos legais;

Considerando que a sentença do ex-juiz Caldas Brandão, da qual tanto se vale a autora, proferida em ação de reivindicação da ilha Tiriri, movida por ela contra Felis de Belli Junior, não se decidiu hipotese identica a destes autos. Nessa sentença, o doutor magistrado apenas entendeu que a autora não estava dissolvida pelos meios processuais regulares, como realmente não o está ainda. Mas considerar que uma sociedade comercial não foi dissolvida judicialmente não importa em sentenciar que a sua organização não é nula, que quando de sua incorporação não foram preteridas formalidades legais essenciais. E, no presente feito, é justamente a nulidade de organização que, preliminarmente, faz objeto da contestação do réu e do parecer do presente do ministerio publico federal;

Considerando, pois, que têm o apoio do direito e da prova dos autos as preliminares levantadas pelo procurador geral do Estado e pelo procurador da Republica, de nulidade da sociedade anonima autora:

Julgo nula, por vicios de organização, a “Companhia Industrial Cimento Brasileiro”, e, em consequencia — anulo ‘ab-initio” o presente processo.

Custas “ex-lege”.

Publicada, registre-se e intime-se. João Pessôa, 9 de novembro de 1931 — Antonio Galdino Guedes.

ANTÔNIO GALDINO GUEDES
Juiz Federal

DOUTRINA

A SIMULAÇÃO NOS CONTRATOS DE TRABALHO

ANTÔNIO GALDINO GUEDES
Pres. do Conselho Regional do Trabalho da Região

Uma mentalidade reacionária, bem pronunciada, se bem que em minoria, reponta aquí e acolá, no meio da grande massa dos empregadores. Possuem-na os "burgueses de alma árida", no dizer do Manoilesco, para os quais o principio fundamental da teoria do Estado deveria ser a neutralidade nos conflitos econômicos. Querem eles que o poder público tenha por função, apenas, proteger-lhes os interesses egoistas.

São os inconformados com os postulados da política social brasileira. Os principios de humanidade, a missão tutelar de assistência e previdência ao trabalhador, são-lhes pesados encargos, obstáculos incômodos ao gozo da vida, embaraços á expansão das proprias conveniencias. Norteados pela obsessão do enriquecimento rapido, á custa, em boa proporção, do suor alheio, recorrem a expedientes escusos, quando não desrespeitam, acintosamente, as normas de justiça social.

O horário de serviço — essa absurda exigência de oito horas somente, por dia, racionam eles — é-lhes nociva. O empregado bem que poderia trabalhar doze horas, ou mesmo um pouquinho mais. Pois não lhe pagam ordenados?! Férias, salário mínimo, quotas para os Institutos, indenização por despedida, estabilidade, carteira profissional?... Quanta imposição descabida!

A reação contra tais preceitos de legislação social gera a simulação e a fraude nas relações de emprego. Recorre-se a manobras que disfarcem, para uso externo, as características do contrato de trabalho. A inventiva desses intoxicados do liberalismo econômico *tout court* encontrou, no contrato de sociedade de capital e indústria, um refúgio amigo contra a inclusão das leis sociais nos seus domínios.

E esses contratos de sociedade se têm feito, por aí afora, possivelmente com uma continuidade que está a pedir repressão. Em suas cláusulas, astuciosamente arranjadas, o empregador figura de sócio capitalista. O empregado, o que assina a sentença de sua própria condenação a um horário interminável de trabalho; aquele que renuncia o direito a férias; o preposto que perderá o direito á indenização quando empurrado portas a fora; esse banca o sócio de indústria.

Não se apercebem, os maquinadores de contratos fictícios, que a malícia não suplanta, para sempre, a lei, cujo império terá de ser restabelecido, hoje ou amanhã.

Dentre as modalidades de sociedade comercial, a de capital e indústria é a única que pode comportar a má fé de uma simulação contratual, com o intuito de burlar a lei sobre as relações de emprego. á sua conceituação doutrinária e legal, de sociedade comercial em que, como elementos de integração contratual, um dos pactuantes entra com o capital e o outro apenas com o trabalho, ajusta-se bem o embuste destinado a disfarçar um contrato de emprego num contrato de sociedade.

No dispor das cláusulas quanto ao sócio de indústria, é que o disfarce se denuncia ao exame dos mais avisados.

O pseudo contrato de sociedade não poderá estipular que os lucros do negócio caibam todos ao sócio capitalista. Tal estipulação, flagrantemente leonina, seria nula, por contrariar a essência das sociedades comerciais. Se, ao invés, o chamado sócio capitalista omitisse a cláusula de partição dos lucros, seguir-se-ia que o sócio de industria teria direito á metade deles; ou a uma quota igual á do sócio de menor capital, quando mais de um os solidários.

Já se vê que assim não convem á fraude contratual. Que fazem então os mistificadores desses contratos de trabalho disfarçados em contrato de sociedade de capital e industria? Convencionam, porque a isso são obrigados, uma quota de lucros para o sócio de indústria, mas tão íntima, tão baixa, que nunca chegue a superar o salário ajustado. Há ainda outros ardis, jeitosamente introduzidos no contrato.

A sociedade ou será de duração indeterminada ou a pequeno prazo. Verificado que a quota, calculada sobre os lucros, excede o salário, o prejuízo será pequeno, porque o prazo de vigência do contrato estará a pique de seu termo. A modalidade preferida, julgo eu, deve ser a de prazo indeterminado, porque, em assim sendo, permite a lei a rescisão do contrato a qualquer tempo, a arbítrio de qual das partes que tenha nela interesse.

Tais contratos não merecem a qualificação de atos jurídicos, que possam obrigar á parte em cujo prejuizo foram celebrados, pelo menos no que interessa ao direito do trabalho.

A simulação pode definir-se como sendo um embuste com as aparências de ato jurídico, com o objetivo de lesar terceiros ou de fraudar a lei. Clovis define-a: “uma declaração enganosa da vontade, visando produzir efeito diverso do ostensivamente indicado”. Martinho Garcez, em *Nulidade dos Atos Juridicos*, a conceitua como um “ato fictício com o propósito de encobrir ou dissimular a expressão real da vontade”.

Como vício de direito quando maliciosa, a simulação torna o ato simulado incapaz de produzir o efeito visado, por isso que haverá ou intenção de prejudicar terceiro, ou de violar disposição de lei.

Na hipótese figurada, a simulação não pode ser qualificada de inocente. O ato não prejudica a terceiro, é certo; mas, constitue fraude contra a lei.

Dir-se-á que, nos contratos simulados, só os terceiros prejudicados ou os representantes do poder público poderão pleitear-lhes a nulidade. A tese é certa. Não se admitiria, eu o sei, ante o dispositivo terminante do código civil, que um dos contratantes fosse demandar, contra o outro, a nulidade de um ato fraudulento concluido entre ambos. Teria de alegar a própria fraude, para dela tirar proveito, o que é inconcebível, repugna ao direito.

Mas isso só tem cabimento na justiça comum, a pedido de uma das partes e em ação direta, destinada ao pronunciamento da nulidade do contrato. Na justiça do trabalho, a situação deve ser encarada por prisma diferente, tendo-se em conta a ação que lhe é atribuida.

Suponhamos que o falso sócio capitalista, na realidade o empregador, pretendendo despedir o empregado, sócio de indústria fictício, dê como rescindido o contrato de sociedade de duração indeterminada. Sem aviso prévio, sem férias, sem indenização alguma, sem respeito mesmo á estabilidade, quando seja caso, pode o chamado sócio de industria ser posto na rua de dia para a noite.

Cabe a esse ex-sócio reclamar a intervenção protetora da justiça do trabalho, com o objetivo de lhe ser reconhecida a qualificação profissional de emprego, vítima de despedida injusta, com direito ás vantagens que lhe são asseguradas pela legislação social? Entendo que sim.

As leis trabalhistas são de ordem pública; o seu império interessa á coletividade e ao regime; devem, por isso, ser aplicadas sem temores e vacilações, onde e como quer que sejam elas violadas.

"Ce n'est plus la volonté impérieuse et autonome de l'individu, sentencia Georges Gurvitch, em Le temps présent et l'idée du droit social, mais l'élément purement objctif de l'union, de la communion, de la fonction sociale, de l'euvre commune á accomplir, qui prédomine dans le droit ouvrier d'aujurd'hui."

A justiça do trabalho não cuida de interesses patrimoniais, nem pode deter-se ante os pressupostos caducos de um individualismo jurídico, que teima em não se conformar com a política social de nossos dias.

A socialização do direito refaz a ordem jurídica, se não anulando, de todo, pelo menos amortecendo as lutas de classes, neutralizando os choques econômicos, integrando o capital e o trabalho num regime de colaboração e harmonia, de modo que aquele não se alimente, até a exhaustão, das energias deste.

Quando os empregados reclamem a ação tutelar da nova justiça, esta intervirá sem considerações de ordem privada. Se os direitos de um trabalhador, definidos na legislação social, são amputados por meio de atos jurídicos fraudulentos, simulados, porque há de a magistratura do trabalho deter-se, respeitando essas trapaças?

Atente-se em que o empregado não vai pleitear, por ação apropriada, direta, a nulidade do contrato simulado, em que foi parte. Não o poderia fazer, ainda que o quisesse, não só porque a justiça do trabalho para tanto seria incompetente "*ratione materiae*, como tambem porque, em qualquer juizo, lh'o impediria o disposto no art. 104 do Código Civil.

Distribuida a reclamação e iniciado o processo de instrução, é de ver-se que a defesa consistirá em articular, preliminarmente, a incompetência da justiça do trabalho. O reclamado sustentará que o reclamante era um sócio que se retirou, em virtude do término do prazo contratual ou, se fôr esta outra a hipótese, de rescisão unilateral do contrato. Se não o tiver feito, desde logo, na petição de reclamação, o reclamante replicará que esse alegado contrato foi o produto de uma simulação, fraudulenta, pois que tinha por finalidade evitar a aplicação da legislação social, ardil a que tivera de sujeitar-se pela necessidade de prover á subsistência.

Se a prova traduzida for convincente de simulação, pode a Junta, julgando-se competente, e sem propriamente decretar a nulidade do contrato (o que não lhe competiria), não o reconhecer, entretanto, no tocante ao fato que desfigurou a relação de emprego entre o reclamante e o reclamado.

A prova não será tão dificil, como á primeira vista poderá parecer. Se é certo que o dolo, a coação, a fraude e a simulação não se presumem, não o é menos que a prova destes vicios dos atos jurídicos pode fazer-se por meios indiretos. Haverá, infalivelmente, em cada caso concreto, provas circunstanciais, indícios pelo menos, através dos quais o embuste se atrae.

Para exemplificar. Ao chamado sócio de indústria não cabia, nos lucros uma quota cujo percentual fosse compativel com a posição de sócio, ou tão baixo que incide na desconfiança de que, na realidade, se tratava de simples ordenado de empregado. O lançamento, na escrituração, das importancias recebidas, poderá concorrer para demonstrar a verdadeira finalidade das retiradas mensais do sócio de indústria. Em geral, as retiradas dos sócios lançam-se em conta particular; o pagamento a empregados leva-se a débito de despesas gerais.

Sabe-se que é diferente o tratamento que se dão, entre si, os sócios, do que é dispensado por estes a empregados do estabelecimento. Outros indícios, bem veementes, descobrem-se ainda nos serviços a cargo dos sócios de indústria. O sócio capitalista não comentará,

a um verdadeiro sócio de indústria, execução de serviços por forma idêntica a que usará em se tratando de empregado.

Faltará, enfim, á falsa empresa mercantil, o impulso animador da *affectio societatis*, um espontaneo e vivo espírito de colaboração, o traço marcante da cooperação ecconômica, virtual nas empresas mercantis, visando o enriquecimento comum. O simulado sócio de indústria cumprirá apenas, com maior ou menor dedicação, conforme resulte de suas qualidades pessoais, os seus deveres de verdadeiro empregado que o é.

A lei de nacionalização do trabalho é outra das que são burladas pelos fazedores de contratos simulados. Procuram, esses trapaceiros, contornar a exigência dos dois terços de trabalhadores nacionais.

O panorama das questões de trabalho, examinado sob certos aspectos, apresenta-nos detalhes curiosos. Ao lado da nascente indústria do aviso prévio, com que empregados inescrupulosos exploram empregadores de boa fé, está prosperando a indústria das falsas sociedades mercantis, de que se servem empregadores desalmados para explorar empregados necessitados de ganharem a vida.

A justiça social, porém, não se concilia com esses expedientes tortuosos. Há de proscrevê-los das relações do trabalho, toda vez que houver oportunidade.

JUIZO SINGULAR

HABEAS-CORPUS

Em favor de Severino da Costa Nogueira, Pedro Pereira Pinto, Agenor Costa e Manuel Balbino, o dr. Antonio Bôto de Menezes, advogado nos auditorio dêste Estado, requer uma ordem de habeas-corpus, cujos fundamentos passo a expor.

O impetrante alega, na petição de fls. 2:

Que no dia 6 do corrente, o paciente Severino da Costa Nogueira, proprietario de um caminhão, conduzia o seu carro de Alagôa Nova para Campina Grande, com uma carga cujo transporte contratara com Vital Pereira de Almeida;

Que no aludido caminhão seguiam com o mesmo destino os demais paciente, sendo um deles, o de nome Agenor Costa, ajudante de chauffeur e os restantes, Pedro Pereira Pinto e Manuel Balbino, apenas passageiro do veiculo;

Que ao se aproximarem do logar Riachão, receberam todos voz de prisão da parte do sargento Manuel Eloi, da Força Publica do Estado;

Que o dr Arquimedes Souto Maior, juiz de direito de Campina Grande, comarca em que ocorrera a prisão, instruiu ao aludido sargento que “regressasse a Alagôa Nova afim de lavrar a flagrancia”, o que efetivamente foi feito;

Que o auto de flagrante lavrado contra os pacientes pelo sub-delegado de policia de Alagôa Nova “aberra das normas legais pela sua virtual impropriedade, foi lavrado contra as prescrições regulares de direito, além da insubisistencia da propria flagrancia pela falta de justa causa que a determinasse”;

Que não se podem incluir como criminosos o chauffeur que desempenhava o seu oficio e passageiros que viajavam licitamente”.

Interrogados os pacientes (fls. 15 a 18), reproduzem êles as alegações de fato da petição de habeas-corpus. Solicitadas informação ao dr juiz substituto, de seu oficio a fl. 20 conta:

Que os pacientes, juntamente com vital Pereira de Almeida e Antonio Campos se acham denunciados por crime de furto de material de estrada de ferro de propriedade da União;

Que foram êles autuados em Flagrante pelo subdelegado de policia de Alagôa Nova quando, Subtraido o aludido material, o conduziam para Campina Grande, onde seria vendido a Antonio Campos.

Indo os autos com vista ao dr. procurador seccional, o seu parecer a fls. 21 verso a 22 é pelo indeferimento do pedido de habeas-corpus.

Assim exposta a materia sub-judice; e

Considerado, que efetivamente, como se vê do auto de prisão por certidão a fls. 5 usque 13, os pacientes Severino da Costa Nogueira, Pedro Pereira Pinto, Agenor Costa e Manuel Balbino se acham presos desde o dia 6 do corrente mês de junho, sendo que os primeiros cinco dias estiveram recolhidos á cadeia da vila de Alagôa Nova e no dia 11 foram removidos para a desta capital;

Considerando que os pacientes foram presos pelo sub-delegado de policia do referido municipio, quando viajavam um caminhão de propriedade do paciente Severino da Costa Nogueira, poucos momentos antes carregado com material da estrada de ferro construcção, pertencente á União;

Considerando que, consistindo o flagrante delito, segundo ensina J. Mendes, no seu Direito Judiciario Brasileiro, pag. 235", na prisão do delinquente no mesmo momento em que pratica o crime ou acaba de pratica-lo, ou enquanto foge perseguido pelo clamor publico, no caso corrente é indubitavel que houve flagrancia;

Considerando que, na hipotese em apreço, entre a ação delituosa (subtração e condução do material) e a prisão dos pacientes não houve solução de continuidade que possa gerar duvida ácerca do fato na sua atualidade e nos seus agentes;

Considerando que a alegação feita pelos pacientes de que não tomaram parte no crime, cujo responsavel unico — dizem — é Vital Pereira de Almeida, sendo êles apenas, uns, passageiros, e outros, chauffeur e ajudante do caminhão, não pode ser apreciada no curso de um processo de habeas-corpus, que não comporta o exame e decisão de questões dessa natureza e cuja carateristica principal deve ser a celeridade;

Considerando que os argumentos de que se socorrem os pacientes só na instrução criminal ou sumario de culpa poderão ser tomados em consideração;

Considerando que os pacientes não se queixam de demora no andamento do processo que lhes move a justiça publica federal, por delito inafiançavel aliás, tal é a hiptese do § 4.º do art. 330 do Codigo Penal;

Considerando o mais que dos autos consta:

Denego a ordem de habeas-corpus impetrada e condeno os pacientes nas custas.

João Pessôa, 26 de junho de 1931.

ANTÔNIO GALDINO GUEDES

JUIZO SINGULAR

JUSTIÇA FEDERAL

AGRAVO DA COMPANHIA I. CIMENTO BRASILEIRO NA AÇÃO CONTRA O ESTADO DA PARAIBA

Sustentação do Despacho Agravado

A sociedade anonima "Companhia Industria Cimento Brasileiro" recorre da sentença que, considerando-a nula, por vicios de organização, não lhe reconheceu personalidade juridica

para vir a juizo contra terceiros e em consequencia anulou ab-ovo o processo da ação proposta contra o Estado da Paraiba.

O recurso interposto não tem, de forma alguma, procedencia juridica.

A legislação em vigor ao tempo em que o agravante simulou constituir-se (decreto n. 164, de 1890) preceituava que as sociedades anonimas não se organizariam, legalmente, sem que fôsse efetivamente depositada a decima parte em dinheiro do valor de cada ação (art. 3.º). Em seguida, prescrevia que o documento do deposito da decima parte do capital seria exibido perante a asembléa constituinte. Mais ainda. Exigia que as entradas ou prestações consistentes em cousas ou direitos só seriam admitida pelo valor fixado por louvados, escolhidos em assembléa, essa avaliação, a sociedade se reputava legalmente constituida (art. 3.º, § 2.º).

Prevendo a transgressão desses dispositivos, o citado decreto estatúe (art. 6.º, § unico) que é nula, de pleno direito, a sociedade anonima que se constituir sem as aludidas formalidades de deposito da decima parte do capital e de avaliação, por louvados, com a aprovação da assembléa, dos bens conferidos á conta do capital subscrito.

Ora. no caso dos autos, foi isso, precisamente, o que ocorreu. Os incorporadores da autora não depositaram cousa alguma; o documento de deposito legal, por isso mesmo que não existia, não foi presente á assembléa geral constituinte; a avaliação aos bens, trazidos para a realização do capital, foi dispensada pelos interessados subscritores. Emfim, o mais acentuado derrespeito á lei reguladora da especie. Por isso, tratando-se de uma nulidade de pleno direito, de ordem publica, a pronunciei, para o fim de não reconhecer a "Companhia Industrial Cimento Brasileiro" com capacidade juridica para acionar a Fazenda do Estado.

Na minuta de recurso, a agravante sustenta que sentença é ofensiva dos art. 79, 80 e 156 da consolidação das leis sobre sociedades anonimas (decreto n.º 434, de 4 de julho de 1891).

O primeiro desses artigos apenas dispõe que as sociedades anonimas, devidamente constituidas não poderão entrar em função, nem praticar áto algum, validamente, sem que tenham arquivado os documentos e papeis de sua constituição. E entre tais menciona (n. 3) a certidão de deposito da decima parte do capital subscrito.

O art. 156, cujas disposições a agravante diz também ofendidas pela sentença recorrida, prescreve que supôsto dissolvidas, as sociedades anonimas se reputam continuar a existir para os átos e operações da liquidação.

Ora, a decisão recorrida não contesta isso, nem sentenciou o contrario do que estabelece o principio legal. Ademais, a sentença de que se agrava nada tinha que decidir quanto a liquidação da autora. Nem isso foi objeto de controversia, que o julgado tevesse decidido de um modo ou de outro; nem o poderia ser, porquanto a Fazenda deste Estado, terceiro nos negocios da Companhia, não é acionista, como ainda não tem interesse algum na liquidação de seu ativo e consequente partilha.

A agravante não demonstrou como e porque a sentença agravada ofendeu os dispositivos citados na interposição do recurso.

Muito ao contrario do que sustenta a agravante, a sentença recorrida não afirma que a "lei exige todo o capital subscrito". Em primeiro logar, não se confunda o que seria erro imperdoavel em direito comercial subscrição com realização de capital, na incorporação das sociedade anonimas.

A subscrição integral do capital fixado no áto organico ou institucional da sociedade é rigorosamente exigida "é condição essencial para se constituir a sociedade". Carvalho de Mendonça. Tratado, vol. 3.º n.º 932.

A realização do capital, porém, é cousa diversa. Não se exige a integralização imediata das ações subscritas; a lei permite entradas parciais. Mas os subscritores estão obrigados a uma entrada ou prestação inicial minima de dez por cento, sobre o valor das ações tomadas.

A sentença recorrida também não sustentou a absurda tése de que uma sociedade comercial de outro tipo juridico, não se pudesse transformar em anonima. Comtanto que se verifiquem o numero minimo de sete socios e se observem as demais exigencias legais.

A agravante atribui ainda á sentença recorrida o dislate de ter sustentado que as sociedades anonimas não se podem organizar com o capital somente em bens. Em nenhuma passagem da sentença afirmamos semelhante cousa, tanto mais fóra de proposito quanto o capital da autora, segundo os seus estatutos formou com bens (676 contos nos termos da ilegal avaliação feita) e dinheiro (24 contos).

Quanto ao deposito da decima parte do capital subscrito, o patrono da agravante, notavel advogado que é, sabe bem que a jurisprudencia e a doutrina juridica, a partir dos ensinamentos de Lafaiete, quando ralator no Senado do Impero, do projeto que foi convertido na lei 3.150 de 1882, cujas disposições passaram para o dec. 164, de 1890, e 434, de 1891, têm firmado o principio de que a exigencia legal do deposito da decima parte "se refere ao capital em dinheiro subscrito, e não ao constante de valores em natureza" (C. de Mendonça, vol. 3.º, n.º 958).

Que isso dizer que, no caso dos autos, tendo sido subscrito o capital com uma parte em dinheiro (24 contos), pelo menos a importancia correspondente a 10% sobre tal quota de capital deveria ter sido depositada.

A minuta de recurso certamente não encontrou argumento para combater a sentença, na parte em que sobre a falta de avaliação, na fórma determinada por lei, dos bens conferidos, e não em que alude ao não arquivamento das procurações.

Ante as considerações expostas e cada vez mais convencido de que a decisão recorrida tem por si o apoio do direito aplicavel ao caso sub-judice e da doutrina juridica pertinente ao caso concreto; mantenho o despacho agravado.

Subam os autos no prazo legal, á Secretaria do Supremo Tribunal Federal, com ciencia das partes.

João Pessôa, 27 de novembro de 1931.

ANTÔNIO GALDINO GUEDES

JUIZO SINGULAR

JUSTIÇA FEDERAL

Com a certidão fiscal de fl. 3, a Fazenda Nacional, por seu procurador nesta accção, requereu que se expedisse mandado executivo fiscal contra Genesio Silva, chauffeur, residente nesta Capital, para compeli-lo ao pagamento da quantia de 648$000, proveniente de materiais para automoveis, fornecidos pelo governo federal.

Expedido o mandado pela importancia de 686$120, o principal acrescido das custa do Juiz, foi o executado dele intimado, ut certidão a fl. 6 verso. Decorrido o prazo legal sem que fosse efetivado o pagamento, procedeu-se a penhora em um automovel Ruggby, chapa A 51, de propriedade do executado, que assinou o termo de deposito.

Acusada a penhora, o reu fez juntar procuração (fl. 8) e pediu vista para embargar. Dentro no prazo assinado, ofereceu os embargos de fl. 10, acompanhados do doc. de fls. 11 a 15, nos quais alega:

I) Que á ação é nula, por não caber no caso o executivo fiscal, por isso que a quantia cobrada não provém nem de impostos nem de multa;

II) Que a inscrição da divida aberra de todas as normas administrativas, porque o fornecimento de material para automovel não é divida de natureza fiscal;

III) Que a divida é iliquida, porque a sua inscrição se fez em virtude de oficio do governo do Estado, autoridade absolutamente incompetente.

Impugnado os embargos, o dr. procurador sustenta:

I) Que não procedem os embargos, visto como o mandado e a penhora se acham revestidos das formalidades legais;

II) Que a divida provém de compromissos do devedor para com a Fazenda Nacional, em virtude de despesas feitas pelo governo com o automovel penhorado;

III) Que não procedem as alegações de embargante quanto a imporpriedade da ação, pois sendo a divida liquida e certa cabe pâra a sua cobrança o executivo fiscal, conforme tem decidido o Egregio Supremo Tribunal Federal;

IV) Que liquida e certa a divida que consistir em soma fixa e determinada e ficar provada por certidões autenticadas extrahidas dos livros repectivos, donde consta a inscrição.

Assim contrariados os embargo, vieram-me o autos conclusos. Isto posto; e:

Considerando que, conforme se vê da certidão fiscal ajuizada e do documento de fls. 11 a 15, junto aos embargos, a divida pela qual é acionado o embargante executado provém de fornecimento de material para automovel, feito pelo governo federal por ocasião da subversão da ordem em Recife, em outubro do ano passado;

Considerando e consta dos autos (certidão da Delegacia Fiscal, a fl. 12) que a inscrição da divida acionada foi feita por ordem do delegado fiscal, em virtude de oficio sob n.º 2.751, de 10 de dezembro do ano findo, do interventor federal neste Estado, remetendo á Delegacia processos de requisição e solicitando que pelos meios regulamentares fosse promovida a cobrança das quantias devidas;

Considerando, á vista do exposto, que a divida que se está exigindo judicialmente de Genesio Silva, mesmo que se a admita como liquida e certa, não é de natureza estrictamente fiscal;

Considerando que não só nos termos da legislação vigente (decreto n.º 10.920. de 20 de maio de 1914, art. 77), como da anterior á Fazenda Nacional só compete a via executiva tratando-se de dividas ativas liquidas e certas que provierem: a) de alcance dos responsaveis; b) dos tributos, impostos, contribuições lançadas e multas; c) dos contratos, ou de outra origem, posto que não rigorosamente fiscal, quando disposição expresse de lei ou contrato assim o autorizar;

Considerando que a divida acionada não se enquadra, por sua natureza, nas hipoteses das letra A e B, nem tambem está provada dos autos que ela se tenha originado de contrato celebrado entre o executado e a Fazenda Nacional;

Considerando que não ha nenhuma disposição expressa de lei, do conhecimento deste Juizo, atribuindo a via executiva fiscal ás dividas de fornecimento qual a dos autos;

Considerando afinal que o Egregio Supremo Tribunal Federal tem jurisprudencia pacifica e reiterada acerca do assunto.

Julgo procedentes os embargos de fl. 10, a autora carecedora da ação proposta e em consequencia anulo ab-initio o processo, condenando-a nas custas.

Passe-se mandado de levantamento da penhora, publicando-se e registrando-se esta e intimando-se as partes da presente decisão, da qual recorro ex-officio para o Supremo Tribunal Federal, a cuja Secretaria sejam os autos remetidos.

João Pessôa, 17 de março de 1932.

ANTÔNIO GALDINO GUEDES

Confirmada unanimemente pelo Supremo Tribunal Federal na sessão de 3 de maio deste ano.

JUIZO SING U L A R
JUSTIÇA FEDERAL

Habeas-Corpus

O dr. Hortensio Ribeiro advogado nesta capital, impetra a este juizo uma ordem de habes-corpus em favor de Eulalia de Luna Freire, ex-agente dos Correios em Serra Redonda, neste Estado, com os seguintes fundamentos: I) Sob acusação de se achar incursa na letra a, art. 1.º do decreto n. 4.780, de 1923, a paciente foi presa e recolhida á cadeia publica desta capital no dia 1.º de outubro do ano passado; II) que essa prisão foi efetuada á requisição do delegado fiscal, tendo sido esgotado o prazo legal sem que fosse iniciada contra a paciente qualquer ação penal III) que, na conformidade da jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal, (e cita varios acórdãos), as prisões administrativas não poderão exceder de três mêses, cabendo o remedio extraordinario do habeas-corpus, não só no caso em que a prisão administrativa perdure além do limite legal, como na hipotese em que haja excesso de prazo para a formação da culpa.

Recebendo a petição, que veiu acompanhada de uma certidão da Cadeia Publica, mandei autua-la e designei o dia seguinte para o interrogatorio da paciente, cuja apresentação solicitei ao dr chefe de policia. No mesmo despacho mandei que o escrivão certificasse, em forma narrativa, o que constas se do cartorio do juizo acerca da culpa e do processo da paciente.

Em seu interrogatorio a paciente diz que foi recilhida a cadeia desta capital no dia 2 de outubro do ano findo, tendo sido presa em Alagôa Grande, deste Estado, por ordem do delegado geral.

Acrescenta que o motivo dessa prisão foi um desfalque que se verificou na agencia do Correio, em Serra Redonda, onde éla era agente.

Dando cumprimento ao despacho de fls. 6, o escrivão certificou:

I) Que a cinco de outubro, sob registro n. 6.640, foi posto na Repartição dos Correios um maço oficial, contendo o inquerito sobre o fato praticado por Eulalia de Luna Freire e enderessado á Comissão de Correição Administrativa;

II) Que êste juizo fez passar, em 29 de dezembro, ao Procurador Especial junto á Comissão de Correição, um telegrama solicitando-lhe que informasse si, além de outros, tambem remetidos, o processo ou inquerito sobre o caso de Serra Redonda havia sido já objeto de deliberação da Comissão;

III) Que, em resposta ao despacho aludido, foi transmitido a êste juizo um telegrama informado que o processo contra a paciente Eulalia, havia sido remetido ao sr. ministro da Viação, em cumprimento de deliberação tomada pela Comissão;

IV) Que a quatro de janeiro do corrente ano, o juizo seccional dirigiu novo despacho ao

Procurador junto á Comissão, entregando a remessa de varios processos enviados á Junta Revolucionaria (entre os quais o da paciente), afim de que a justiça comum fizesse efetivas as suas atribuições, quanto a aplicação das penas não impostas pela comissão.

Com o intuito de acumular elementos de convicção, determinei oficiasse ao diretor regional dos Correios o Telegrafos, solicitando que informasse se tinha conhecimento de haver a Comissão aplicado á paciente alguma pena. Com o oficio de fls. 11, o diretor informou que ignorava; mas acrescentou que Eulalia de Luna Freire havia sido exonerada do cargo de agente dos Correios por decreto de 20 de novembro de ano passado.

Mandei em seguida dar vista ao dr. procurador da Republica, cujo parecer se acha a fls.

Em seguida vieram-me os autos conclusos para a decisão.

Mas entendi de pedir novos esclarecimentos ao Procurador da Comissão, para o que converti o julgamento em diligencia. O procurador informou a mesma cousa, isto é, que o processo contra a paciente fora remetido, em 28 de outubro, ao Ministerio da Viação afim de fossem tomadas ("as medidas administrativas e aplicaveis na especie") (fls. 14). Resolvi mais pedir ao sr. ministro da Viação que informasse se haviam sido impostas á paciente Eulalia as penas preventivas no decreto que criou a Comissão de Correição Administrativa, isto a 17 de março ultimo.

Com a informação de que não fora até então respondida a solicitação feita, o escrivão, o fez os autos conclusos.

Ante o exposto; e:

Considerando que a paciente se acha recolhida á cadeia publica desta capital desde o dia primeiro de outubro do ano passado, como se vê da certidão de fls. 5, á disposição do dr. delegado fiscal. Computando-se o tempo da prisão, tem se que já decorreram mais de seis meses;

Considerando que as prisão administrativas têm por finalidade acautelar os interesses da Fazenda Publica, compelindo os funcionarios peculatarios a entrarem com as quantias em que estiverem alcançados, ou a restituir os valores que tiveram desviado. Mas não se segue dai que possam durar indefinidamente; tento assim que o art. 356, letra b parte II, do decr. 3.084, de 1896, consolidando disposições anteriores, prescreve" que o periodo de duração de tais prisões não poderá exceder de 3 mêses";

Considerando que a detenção pessoal da paciente já excedeu do duplo o prazo legal, sem que medida fiscal de exceção tenha produzido o desejado efeito: — a indenização da Fazenda Nacional, e sem que justiça comum tivesse pedido impor a pena restritiva da liberação, em que porventura tenha éla incorrido;

Considerando que na atualidade do nosso direito judiciario e na conformidade da jurisprudencia pacifica e reitérada dos nossos tribunais, as prisões administrativas, apezar de não revestirem o caracter de pena criminal, se excederem de três mêsses constituem constragimento ilegal, remediavel por habeas-corpus;

Considerando, por outro lado, que a restrição feita ao habeas-corpus pela lei organica do Governo Provisorio (decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930), (§ unico do art. 5.º) só tem aplicação aos crimes que estejam sob a alçada do tribunais especiais. Essa disposição justifica-se como imperativo da justiça revolucionaria. Sem éla, o poder judiciario poderia vir a anular a ação daquela justiça, alem do provavel atrito entre as duas justiças. De tais premissas, tira-se a conclusão muito logica, inabalavel, de que si em determinados caos cessou ou já se fez efetiva a justiça de exceção ou dos tribunais especiais, nada mais, explica a permanencia da restrição imposta ao poder judiciario, na concessão de habeas-corpus;

Considerando que outra não pode ser a interpretação, pondo-se em o caso dos autos e a

disposição referida, pois do contrato chegariamos ao absurdo de não haver remedio juridico para a situação anomala da paciente, presa indefinidamente, muito além do prazo legal e sem culpa formada depois de julgada pela justiça revolucionaria;

Considerando que essa exegese é tanto aceitavel quanto entre as atribuições da atual Comissão de Correição Administrativas não se compreende a de impor pena restritiva da liberdade, mas apenas sanções e medidas de caracter politico ou administrativo, como se infere do disposto no art. 6.º do decreto n. 20.424, de 21 de setembro de 1931. Acresce que as penas de direito comum poderão ser aplicadas pela justiça ordinaria, independendo uma das custa (Dec. cit., art. 7.º). E assim não haverá logar o choque entre as duas justiças, não existirá a possibilidade de vir uma a anular as decisões da outra. Na especie dos autos, esse perigo é tanto mais remoto quanto já a Comissão de Correição julgou o processo da paciete, remetendo-o, em seguida, ao Ministerio da Viação, para aplicação da pena de carater administrativo;

Considerando que essa sanção já foi imposta, segundo se depreende da informação do diretor regional dos Correios e Telegrafos, a fls. 11, por decreto de 20 de novembro do ano passado;

Considerando o mais de direito aplicavel á hipotese dos autos: Defiro o pedido de folhas duas para conceder em favor da paciente Eulalia de Luna Freire a impetrada ordem de habeas-corpus, sem custas por se tratar de pessôa miseravel. Oficie-se ao dr. chefe de policia solicitando-lhe que mande pôr a paciente em liberdade, se por al não estiver presa. Recorro da presente decisão para o egregio Supremo Tribunal Federal, na forma da legislação em vigor. O julgamento deste feito foi retardado pela demora no recebimento das informações pedidas. Intime-se

João Pessôa, 11 de abril de 1932.

ANTÔNIO GALDINO GUEDES

Nota — A decisão foi confirmada, unanimemente, pelo Supremo Tribunal Federal.

Pronuncia

Vistos estes autos de ação penal em que é autora a justição Federal e réu H. R. e A. T. de B.:

O dr. Procurador da Republica, na secção deste Estado denunciou dos réus, á fl. 1-A por incidencia na sanção do art. 16 ultima parte do dec. n. 4.780, de 27 de dezembro de 1923, como responsaveis por introdução, de estampilhas falsas do sêlo adesivo federal.

A responsabilidade dos denunciados decorria, no dizer da denuncia, do inquerito que a instruiu, mandado proceder pelo sr. inspector da Alfandega, para apurar as causa da diferença, para menos, notada na estatistica da venda do sêlo adesivo no ano de 1929, em relação ao de 1928.

Das diligencias então, resultara a constatação da existencia de apreciavel numero de estampilhas falsas, derramadas nesta praça, sendo apreendidas, pela comissão nomeada, 357 documentos aos quais estavam apostas 404 dessas estampilhas, dos valores de $600 e 1$000.

A falsidade foi constatada em exames procedidos na Casa da Moéda, corroborados por outros que, a requerimento do mesmo Procurador, foram procedidos neste juizo, a fls. 70, a 72, 77 a 79 v. e 80 a 81 v., deste autos.

Dos depoimentos colhidos no citado inquerito administrativo resultava que os sêlos apostos aos documentos apreendidos provinham ora de H. R., ora de A. T. de B., por troca, compra ou emprestimo. Daí o oferecimento da denuncia contra esses indiciados, recebida a qual, teve logar a instrução preparatoria em que, depois de qualificados os mesmo indiciados, foram ouvidas seis testemunhas numerarias arroladas e uma referida.

Interrogados os R. R., pediram o prazo legal para suas defesas, o que lhes foi deferido e, por seus advogados, ofereceram as que se vêem ás fls. 140 a 144 e 159 a 169, ambas acompanhadas de documentos e nas quais podem impronuncia, alegando insubsistencia dos exames procedidos, falta de prova de suas responsabilidades no crime que lhes é imputado e do dólo, essencial á sua caracterização.

A's fls. 193, oficiou o dr Procurador Seccional opinando por que voltassem aos autos os processos de infração instaurados na alfandega, quando da apreensão dos documentos selados com estampilhas reputadas falsas, o que foi deferido e, juntos os enviados por essa repartição, teve nova vista, elaborando o parecer de fls. 327 a 330, após o que me vieram os autos conclusos.

Tudo visto e devidamente examinados:

O delito narrado na denuncia, no seu especto material, está plenamente comprovado pelos exames feitos neste juizo a fls. 70 a 72 a 79 v e 80 a 81 v., destes autos, cujos resultados corroboram os procedidos na Casa da Moéda e constantes dos autos de infração de fls. 196 a 325, além de outros que, depois de apensos a estes autos, foram, após os exames procedidos neste juizo, devolvidos á repartição de origem, como se verifica do requerimento e despacho de fls. 82 e v. e certidão de fls. 83.

Contra tais exames não prevalecem as alegações dos R. R., nomeadamente as que os argúem de insubsistentes por terem sido feitos por funcionarios publicos, dependentes, visto como a nomeação deste obedeceu á imperativa disposição do art. 146, do dec. n. 3.084, de 5 de novembro de 1898, parte segunda, que prescreve que, havendo, no logar, profissionais ou pessôas peritas que percebam vencimentos dos cofres da União, sejam estas, de preferencia, chamadas para fazerem os corpos de delito.

De igual modo, não subsistem as alegações de não terem sido os exames feitos por

FLODOARDO LIMA DA SILVEIRA

técnicos, de vez que, á parte os procedidos na Casa da Moéda, contra os quais a arguição evidentemente não se dirige, sabido que é precisamente aquêle departamento que congrega os melhores elementos materiais e técnicos para a pericia, na especie, são tais alegações da mesma improcedencia no tocante aos exames feitos neste juizo, visto como foram para êles escolhidos o tesoureiro e outro funcionario da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, neste Estado, pessôas que, pelo trato quotidiano com as estampilhas federais, não pódem deixar de ser consideradas, nos Estados, peritas na materia e si peritas no rigoroso sentido não fossem, ainda assim á sua função nos exames não os invalidaria, pois que o art. 145, do cit. dec. n. 3.084, tratando do corpo de delito, estabelece que; na falta de peritos e profissionais na materia, devem ser nomeadas, pela autoridade que o presidir, pessôas entendidas e de bom senso, requisitos esses que os peritos nomeados, na especie, satisfazem, em razão de suas funções na citada repartição fiscal, quando ao primeiro requisito e, quanto ao segundo, porque de outro conceito não gosam.

Com peritos assim legalmente nomeados, os exames foram feitos tambem com observancia do preceituado pelo cit. art. 145, concluido os louvados, em fórma clara e precisa, pela falsidade dos sêlos apostos aos documentos apresentados, falsidade decorrente não só da diferença de côr entre estes e os verdadeiros, mas tambem porque "a linha perpendicular que fecha o retangolo á esquerda da estampilha é cheia, isto de alto a baixo, ao passo que nas verdadeiras a mesma linha é interrompida" (autos de exames a fls. 71, 79 e 81).

Desse modo, contrariamente ao que pretendem os denunciados, os peritos dão positivas e detalhadas razões das conclusões a que chegaram e, diversamente, ainda, do que argúem os mesmos denunciados, assim concluiram depois de examinadas e comparadas as estampilhas, como se expressa no texto de cada um dos autos de exame, a fls.

Com referencia á autoria do delito exposto na denuncia e materialmente constatado, verifica-se pelos elementos de prova existentes nos autos, que as estampilhas contrafeitas proviram, ora do denunciado H. R., ora do denunciado A. T. de B.

A primeira testemunha, a fls. 91 e seguintes, depõe que as estampilhas consideradas falsas encontradas apostas a documentos existentes em seu estabelecimento comercial, foram obtidas, umas, de A. T., quando, tendo este de lhe pagar determinada quantia, de que era devedor, propusera fazê-lo em sêlos adesivos federais e, outras, do caixa da firma Wharton Pedrosa S. A., desta praça, o qual, por sua vez, depondo a fls. 119 v. (4.ª testemunha), declara provirem elas do estabelecimento de H. R., por cujo empregado, Raul Rabelo, fôra êle testemunha, diversas vezes, procurando para trocar sêlos de $600, por outro de 1$000, alegando esse empregado possuir seu chefe grande quantidade de estampilhas daquêle valor.

A segunda testemunha, depondo a fls. 112, declara que as estampilhas falsas encontradas em seu cartorio, lhe foram cedidas por Ovidio Lopes de Mendonça, quando passava uma escritura em que este era interessado, o qual, ao depôr ás fls. 115 (3.ª testemunha), declara que tais estampilhas lhe foram oferecidas por A. T. num encontro de contas que com êle fizera e no qual as recebera como dinheiro.

A quinta testemunha declara tambem ter adquirido de A. T. os sêlos que, apostos a documentos, lhe foram apreendidos como falsos.

A sexta, finalmente, depõe, ainda, que, ao lhe ter H. R. de fazer pequeno trôco, alegara não possuir moéda, no momento, tendo oferecido sêlos adesivos federais, o que a testemunha aceitou, por estar sempre precisando de tais estampilhas, em sua função de tesoureiro da Imprensa Oficial. Refere, ainda, a testemunha que, no mesmo momento em que recebera de H. os referidos sêlos, este lhe oferecera outros, na importancia de duzentos mil réis, alegando tê-los em quantidade, adquiridos em uma transação.

Identicamente ao que apurou o sumario de culpa, constatou o inquerito administrativo de fls., em que depuzeram cerca de 30 testemunhas, egual procedencia das estampilhas

falsas apreendidas.

Ouvidos nesse inquerito e ao se defenderem nesse juízo, os denunciados não negam que tais estampilhas tenham procedido de suas mãos, limitando-se um a dizer que as recebeu do outro, e reciprocamente, em transações de que prometeram apresentar documentos, o que não fizeram.

E' concludente, pois, que os denunciados possuiam estampilhas falsas; que as introduziram na circulação, como decorre das varias que foram apreendidas daquela procedencia e que o fizeram cientes da falsidade, conclúi-se, á evidencia, do fato de não terem dado cabal explicação do modo como as obtiveram, limitando-se, como ficou exposto e se vê dos autos, a dizerem que as receberam um do outro, em transações que nenhum dos dois confirma, cumprindo observar ainda, em comprovação do dólo com que agiu o denunciado A. T. de B., a circunstancia insistentemente referida pela testemunha Ovidio Lopes de Mendonça, nos varios depoimentos que prestou, no inquerito administrativo e nestes autos, antes e durante o sumario de culpa, de que, ao lhe oferecer A. T. as estampilhas depois verificadas falsas, dissera, sob pergunta dessa testemunha, que procurava indagar de sua procedencia, que as obtivera de Frederico Neiva, funcionario da Alfândega, em um encontro de contas, para, tempo depois, quando começaram a circular os boatos da existencia de estampilhas falsas, nesta capital, declarar o mesmo A. T., interpelado por aquela testemunha, que obtivera as estampilhas de H. R. que, por sua vez, as adquirira a "um cidadão cujo nome não declinou. (dep. a fls.)

Já o Supremo Tribunal Federal, no acordão de 20 de junho de 1928, em que se refere á jurisprudencia dessa Egregia Côrte, em decisões anteriores, decidiu que "cométe o crime de moéda falsa e deve ser condenado como tal, quem tendo em seu poder cientemente cedulas falsas, não explica de modo iniludivel a positivar a sua inocencia, a procedencia das mesmas". (Rev. Dir., vol. 91, pag. 283).

Ante os principios já assentados em nosso direito, não poderiam prevalecer os argumentos tendentes a acobertar os denunciados da responsabilidade da infração delituosa que lhes é imputada, com as alegações de que as estampilhas falsas de que tratam estes autos são de semelhança perfeita com as verdadeiras.

Ao contrario, é isso essencial á perfeita caracterização do crime, não só porque assim élas têm mais facil curso, mas tambem porque quando a falsificação, por muito grosseira, é perceptivel á primeira vista, o crime é de estelionato, como decide o acórdão do Sup. Trib. Fed., de 4 de agosto de 1909:

"A introdução na circulação de moéda cuja falsidade é tão ostensiva que possa ser conhecida á primeira vista, é punida com as penas do estelionato". (Galdino Siqueira, Dir. Pen. Brasileiro, parte especial, pag. 330).

Ainda:

"E' condição essencial para o crime de moéda falsa, que a moéda imitada possa circular, possa passar de mão a mão sem inspirar desconfiança, que tenha a aparencia de verdadeira". (Ac. do Sup. Trib. Fed., de 31 de dezembro de 1909. Op. e loc. cit.).

E no recente acordão de 8 de outubro de 1930:

"Como é corrente em direito, é essencial ao crime de moéda falsa, qualquer que seja a modalidade por que êle se apresente, que as moédas contrafeitas ostentem as aparencias das verdadeiras, de modo a poderem circular, induzindo ao engano publico em geral ou os homens dotados de relativa lucidez ou regular perspicacia".

"Si, porém, as cedulas ou moédas ditas falsas, tal soma de aparencias não conseguem manifestar — por consistirem em grosseiro esboço, de modo a só aos em absoluto desatentos ou aos diminuidos mentais poderem iludir, ainda que logrem circulação, dadas certas circunstancias, poderão caracterizar outro crime, mas, nunca o que entre nós

recebe a denominação de moéda falsa". (diario da Justiça, de 23 de novembro de 1930, pag. 6.882).

A prova colhida é, pois, suficiente para constatar que em fins do ano de 1928 e começo do de 1929, notadamente no ultimo trimestre daquêle ano e primeiro deste ultimo, em ação constante, como se colhe dos documentos apreendidos, estampilhas falsas do sêlo adesivo federal foram introduzidas na circulação nesta capital, e que indicios mais que veementes existem de que por essa introdução são responsaveis criminalmente os denunciados H. R. e A. T. de B., os quais ás provas indiciarias, juridicamente completas, do dólo com que agiram, não opuseram defesa idonea. E o prejuizo decorrente de sua ação é patente, não só para a Fazenda Nacional, como para os particulares que utilizaram os sêlos contrafeitos, necessarios que foi revalidá-los.

Com referencia ás pessoas que usaram tais estampilhas, nada apurou o sumario que induzisse indicio de ação criminosa, por não se ter provado que as utilizassem cientes da falsificação e dolosamente.

Em face do exposto, do mais que dos autos consta e principios de direito aplicaveis á especie:

Julgo procedente a denuncia, para pronunciar, como pronuncio, os réus H. R. e A. T. de B., incursos na sansão do art. 16, do dec. n. 4.780, de 27 de dezembro de 1923 (introdução, na circulação, de estampilhas falsas do sêlo adesivo), combinado com o art. 18, § 1.º do Cod Penal, e os sujeito a prisão, acusação e livramento. O escrivão lance os nomes dos réus no ról dos culpados e expeça contra êles os competentes mandados de prisão, cumprindo, no mais, o seu regimento. Custas na fórma da lei.

Estando os réus soltos, subam estes autos ao M. M. dr. Juiz Seccional, no prazo de 24 horas, para os efeitos referidos no art. 41, do cit. dec. n. 4.780, independentemente de intimação, como preceitúa o art. 43, do mesmo decreto.

Este processo foi demorado pelos motivos que se verificam dos autos, notadamente pela ausencia dos juizes desta secção, por mais de 4 mêses, circunstancias todas essas anteriores ao exercicio do signatario desta.

João Pessôa, 6 de abril de 1931.

FLODOARDO LIMA DA SILVEIRA
Juiz Substituto Federal

Parecer do Procurador da Republica, em uma justificação produzida no juizo Federal, a proposito da equiparação do Collegio Diocesano da Parahyba ao Gymnasio Nacional.

O deduzido na petição de fls. 2 induz a crer que o objectivo da presente justificação é a equiparação do Collegio Diocesano da Parahyba, ao Gymnasio Nacional, para o fim de gosar, aquelle estabelecimento, das vantagens consignadas no Dec. n.º 3491, de 11 de Novembro de 1899; o que ainda pode ser corroborado pelos termos da petição dirigida e esse Juizo, pelo Exmº. Sr. Bispo Diocesano, requerendo a avaliação, que teve logar, dos predios em que funcciona, actualmente, o referido estabelecimento (Doc. de fls. 4.)

Assim sendo cumpre dizer que, não obstante haver-se justificado e mesmo deduzido, sinão cumpridamente, como pretende o illustre signatario do parecer de fls. 16, ao menos de modo a póder julgar-se por sentença, ainda assim, entedemos que a prova constante dessa mesma justificação, não reune toda as condições exigidas pelo art. 5.º do cit. Dec. n. 3491; por quanto de todo o justificado, não ficou plenamente demonstrado achar-se de accordo com a lei, a organisação scientifica do já referido estabelecimento. Para isto, não basta, por ventura, a simples affimativa das testemunhas inqueridas, aliás, dubias, quanto

á naturesa d'esta, organisação, como se deprehende do facto, bem caracteristico, de não conhecerem os programmas de ensino, adoptados para o Gymnasio Nacional (art. 1º. n. 3, do cit. Dec.), segundo se vê das respostas aos itens da petição de fls. 2.

Alem d'isto, é força confessar, não comprehendemos como o Collegio Diocesano da Parahyba, fundado e orientado pelo Meretissimo « depositario unico de todos os direitos reaes e pessoaes, relativos a Mitra» (petição de fls. 2, item 1.º) achando-se até bem pouco sob a direção da Reitoria do Seminario Episcopal, (documento de fls. 6), e, por conseguinte, destinado á funcção peculiar de iniciar, ou proporcionar aos candidatos ao sacerdocio o preparo e educação religiosa respectiva, possa ministrar, com vantagem para as instituições legaes do paiz, o ensino leigo, tal como preceitúa a Constituição Federal, art. 72. § 6.º.

E, quando assim não fosse, continuando, como deve continuar, o mesmo Collegio, ainda na hypothese de ser equiparado ao Gymnasio Nacional, adstricto ao regimen da Diocese, por força de sua instituição — uma tal circunstancia, perguntamos, não estabeleceria verdadeira relação de dependencia entre a Igreja Parahybana e o Governo da União, contra o dispositivo expresso da Constituição Federal, art. 72 § 7.º ?

Assim o entendemos; e, ainda por esse motivo quer nos parecer que a presente justificação não póde ser adaptada ao fim presupposto.

Que a equiparação do Collegio Diocesano da Parahyba ao Collegio Nacional, seja uma condição de progresso e desenvolvimento das lettras patrias, tambem não o acreditamos; uma vez que, convenientemente apparelhado e equiparado ao Gymnasio Nacional, aqui funcciona o «Lyceu Parahybano», que preenche, de sobejo, o fim a que se destina, não podendo, provavelmente, com prejuiso bem grave para o Estado, bem assim, para a União, supportar a poderosa competencia desse novo instituto de ensino, que pretende levantar-se com o caracter de official, apoiado no incontestavel prestigio da Mitra, vindo, talvez, disputar a preeminencia, ao menos, para os adeptos da fé christã (que são innumeros) áquelle tradicional Estabelecimento de instrução secundaria, que tanto nos honra, não só pela comprovada idoneidade do respectivo corpo docente, como ainda pela distinção com que se tem salientado, algures, parahybanos illustres, ali iniciados nos segredos da sciencia.

Concluindo, opinamos, todavia, que, apesar das considerações expedidas, simplesmente dictadas pelo sentimento do dever, que nos impõe a ardua missão de pugnarmos pela fiel execução da Constituição e Leis Federaes, a presente justificação poderá ser julgada por sentença, se assim o entender o Meritissimo Dr. Juiz Seccional, para que produza os devidos e legaes effeitos, compativeis com a sua força probante, segundo o ponto de vista enfrentado.

PROCURADOR
ANTÔNIO HORTÊNCIO CABRAL DE VASCONCELOS

Parahyba, 4 de Junho de 1906.

O Procurador da Republica
ANTONIO HORTENCIO C. DE VASCONCELLOS

A companhia Industrial Cimento Brasileiro propôs a presente reivindicação com o fim de rehaver do Estado da Paraiba a importancia de 2.760 contos, relativa ao acervo entregue ao Estado, lucros cessantes e o dominio da ilha de Tiriri.

Contestando, o Estado da Paraiba levantou as preliminares de ilegitimidade de parte, nulidade da sociedade anonima, impropriedade e prescrição da ação.

Ilegitimidade da Parte

O sr. João Domingues dos Santos apresenta-se como diretor da referida Companhia, para cujo mandato diz ter sido reeleito em 1920, e nesse carater outorgou poderes ao ilustre advogado que assina a petição inicial.

Entretanto, é sabido que o mandato dos administradores das sociedades anonimas só pode ter a duração de seis anos, sendo nulos todos os atos por eles praticados além desse periodo.

Ora, o sr. João Domingues confessa em depoimento pessoal nos autos que a ultima assembléia de "sua" sociedade anonima se realizou em 1920, por onde se conclui que nem a hipotese de uma reeleição se poderia imaginar para o caso.

Vê-se daí que, quando em 1929 o sr. Domingues outorgou poderes ao seu advogado para a propositura da presente ação já havia de ha muito perdido o mandato que se arrogava, sendo, por consequencia, PARTE ILEGITIMA.

Dada a procedencia dessa preliminar será tempo perdido o que se gastar em discutir sobre o amago da controversia. (Jorge Americano).

Entretanto, por amôr á argumentação, passemos ás outras preliminares.

Nulidade da Sociedade Anonima

A constituição das sociedades anonimas depende de exigencias legais, sob pena de nulidade e responsabilidade civil e penal dos fundadores. Entre essas exigencias se incluem a avaliação das cousas, bens ou direitos com os quais os subscritores realizam as suas ações (dec. n.º 434 de 4 de julho de 1891, arts. 17, 73 e 77) e o deposito da decima parte em dinheiro do capital subscrito (dec. cit. arts. 65, 66, 67, 68 e 69).

As referidas formalidades, como observa Carvalho de Mendonça, são de pleno direito e absolutas. São de ordem publica, porque visam não somente proteger os socios e terceiros contra os atos dos fundadores, como ainda salvaguardar o credito publico, facilmente exposto a perigo pela emissão e circulação de títulos das sociedades. Não podem ser ratificadas nem relevadas pelo juiz. Qualquer pessoa a quem interessar a sua declaração a póde arguir ou propor independentemente da prova de prejuiso (Tratado de Direito Comercial — vol. III, n.º 1000). Os estatutos da Companhia contêm expressamente a dispensa tanto de uma como de outra formalidade, embora reconhecessem que as leis vigentes as exigiam.

Não ha duvida que só por isso a S. A. Companhia Industrial Cimento Brasileiro é fundamentalmente nula, mas antes de decretada essa nulidade pelos maios regulares é força convir que ela existe.

Impropriedade da Ação

A impropriedade da ação tambem é manifesta, porque não se reivindica aquilo sobre o que já se tem o dominio. Ha anos autos uma sentença em virtude da qual desde 1924 a Companhia está reintegrada no dominio util da ilha de Tiriri.

PROCURADOR
SYNÉSIO GUIMARÃES

E o que é mais curioso é que se pretende do Estado o mesmissimo dominio readquirido em 1924 e que se dez perdido em 1900.

A Prescrição

Por ultimo, o Estado da Paraiba alega a prescrição da ação acrescentando que o protesto interposto para interrompê-la data de 1926, nove anos depois da vigencia do codigo civil. E' verdade que o nosso codigo não tem como o alemão disposição expressa a respeito, mas, como nota Spencer Vampré, não tendo o codigo resolvido expressamente as questões sobre a prescrição começada no dominio das leis anteriores e ainda não terminadas em primeiro de janeiro de 1917, devemos procurar as soluções na teoria geral do direito civil.

A duvida sobre a retroatividade da prescrição já se encontra porém, solucionada pela doutrina que não considera direito adquirido a prescrição apenas começada.

Fixou-se, então, a regra de que estando em curso uma prescrição e instituindo o Codigo outra mais curta, começa-se a contar esta a partir da vigencia do codigo, salvo, se o lapso de tempo que faltar para terminar a prescrição em curso fôr mais curto que o prazo da nova prescrição instituida. E' aliás essa a disposição do Codigo Civil alemão. (art. 169, da Introd.).

Ora, a lei nova que instituiu a prescrição quinquenaria para as ações contra a Fazenda Estadual tem prazo mais curto que o lapso de tempo carecedor para a consumação da prescrição que contra a Companhia corria em favor do Estado, logo, em primeiro de janeiro de 1917 começou a correr a nova prescrição.

Em conclusão, pensamos que está realmente prescrita a ação reivindicatoria tão contraditoriamente exposta nos presentes autos.

Não têm fundamento as alegações de que se trata de um deposito necessario e por isso mesmo não corra a prescrição a favor do depositario.

Esse deposito desde logo improcede pelo seu objeto, de vez que se trata de bens imoveis por sua natureza e destino.

"Deposito é o contrato pelo qual uma pessôs recebe um OBJETO MOVEL alheio com a abrigação de guardá-lo em seguida". (Clovis Bevilaqua).

Depois, a propria autora não distingue precisamente a modalidade do DEPOSITO NECESSARIO, que diz VOLUNTARIAMENTE assumido pela parte.

"Não se trata de " deposito voluntario" (art. 1265 do C. C.), escreve o notavel advogado que subscreve as razões finais de folha 65 v., mas do "deposito necessario", aquele que se realiza em desempenho de obrigação legal por ocasião de calamidade, ou contra o saque, violencia, destruição, consequentes de eventualidade imprevista pelo dono".

Da maneira que, se houvesse deposito não se saberia se o deposito seria legal ou miseravel.

A hipoteca que havia entre o Estado e a autora não o levaria á obrigação do deposito legal, nem ha noticia nos autos de alguma calamidade que imprevistamente o obrigasse ao deposito chamado miseravel.

Carecem, portanto, de fundamento as alegações que a A. nesse particular levanta para avitar a prescrição arguida.

Pelo expedido se impõe a conclusão negativa do pedido articulado na inicial pela Companhia Industrial Cimento Brasileiro.

S. M. J.

João Pessôa, 20 de outubro de 1931.

SYNESIO PESSÔA GUIMARÃES

Razões Finais Apresentadas pelo Dr. Mauricio Furtado, Procurador Geral do Estado

Meritissimo Julgador:

Muitos gestos humanos e deshumanos nos teem impressionado pelo arrojo, bem poucos pela coragem com que ora se vem á face da justiça, em nome de uma sociedade anonima que não é mais do que um senhor João Domingues ou de um senhor João Domingues que quer por fina força ser uma sociedade anonima defender supostas relações de direito, tão lendarias e grotescas, que mais parecem passes de espiritismo profissional.

Afirmava-se que a "Sociedade Anonima Companhia Industrial Cimento Brasileiro", por seu Diretor Gerente, pretendia reivindicar do Estado da Paraiba a Ilha Tiriri com uma fabrica montada, lucros cessantes e muitas cousas mais, no valor de quasi 3.000 contos de réis.

Iamas entrar resolutos na discussão dessa reivindicatória; abrindo nervosamente o nosso Lafaiete, quando, ao abrir dos autos, se nos deparáram as coisas mais extranhas e incriveis. Que vimos? — Não ha sociedade anonima, nem séde, nem diretoria, nem gerencia, nem coisa nenhuma!

Tudo invenção, tudo fantasia! Fantasia e astucia com que ha tempos e sob ameaças de demandas, se vem assediando o Govêrno do Estado com propostas de negociatas indefensaveis.

Relutou o Govêrno. O espetro não desanimou; ei-lo em fim no Pretorio. Mas arrasta-se com lentidão e insegurança de quem ameaça com armas descarregadas.

Vejamos a historia comovente desse malassombrado juridico.

Em agosto de 1890, estava o Rio de Janeiro no auge do celebre Ensilhamento. Foi isso uma "febre de sociedades anonimas " que, a despeito da tutela do Estado, quanto á organização, se tornam por toda parte, do País, uma horrenda industria de falsos "financistas, jogadores e sicofantas", interessando não raro a politicos inescrupulosos e por vezes a comerciantes de bôa fé mas inhabeis, o que teria arrastado as praças do Brasil" a um abismo economico e financeiro", si a tempo não acudira o Govêrno com o Decreto de 4 de julho de 1891.

E' o que nos diz Fernão Mendes em seu parecer apresentado ao Senado em 1919, sobre o projeto Inglês de Souza ao Codico Comercial.

"As reclamações continuavam insistentes, afirma o notavel comercialista, e o desmoronamento economico e financeiro se anunciava temeroso quando as praças do Brasil deram o espetaculo extraordinario de que foi notavel exemplo a do Rio de Janeiro, de 1889 a 30 de julho de 1891".

As operações de bolsa, continúa, o jogo cambial, toda a sorte de atos inexplicaveis para com certos nomes acatados como representando tipos de honra, de carater e de prudencia, deram ao Rio de Janeiro um formidavel exemplo de alucinação, de auri sacra fames, absurda e insaciavel, que o Govêrno da Republica provocado principalmente pelo Ministro da Fazenda, Conselheiro Araripe, entendeu dever providenciar com urgencia. "Periodo de loucura, acrescenta o fundador das Escolas Livres, em que rarissimos foram os nomes que se salvaram do descredito, e bem poucos conseguiram evitar a mais desoladora ruina".

Pois bem; foi justamente nessa época (1890) que se pretendeu fundar uma sociedade anonima com o pomposo nome de "Companhia Industrial Cimento Brasileiro", cujo capital consistia pela maior parte em certa maquinaria morta, arcabouço de pessima fabrica que apenas tivera estertores de funcionamento em 1888, e menos de 4% em dinheiro, (si dinheiro havia), importancia que não chegava para as instalações de escritorios!

E deu-se por fundada a sociedade, embora os desrespeitos mais flagrantes á legislação vigente. As prescrições mais sabias da lei, justamente as que, para cautela do publico, visavam evitar o dólo, a simulação, a fraude, foram postas á margem, porque, embora as sociedades desse genero se destinem a mobilizar capitais, aquela, que os não possuia, só tinha uma finalidade: Tomar dinheiro emprestado.

A tal sociedade se diz constituida em agosto de 1890, "com o capital realizado de 700 contos". (fls. 11 e 14 v.) e com o fim exclusivo de reanimar a velha Fabrica da Ilha de Tiriri, de fogo morto desde 1888.

Em 1892, tratava a companhia de mudar a sua séde para esta capital, onde a fabrica permanecia inanimada. Entretanto, já se dizia em "Assembléia Geral Extraordinaria", (Não ha noticia de nenhuma assembléia geral ordinaria, a despeito das prescrições legais e da exigencia do art. 17 dos Estatutos), já diziam os acionistas "que a Companhia, como se demonstra pelo balancete extraido em 31 de julho, (1892), estava em serias dificuldades financeiras, para continuar a exploração de seu objeto" (Fls. 21)

Efetivamente a "exploração desse objeto" que está bem positivado no art. 13.º dos Estatutos, isto é, arranjar dinheiro emprestado, já não era coisa facil então, como vimos.

Em 1896, a Companhia desenganada do credito de seus acionistas, teve ronha de empurrar o Estado da Paraiba na dansa desaprumada das aventuras cambiais. E conseguiu do Govêrno o célebre empréstimo por apolices de que adiante nos ocuparemos. Esse emprestimo teve a garantia hipotecaria e hipotetica da Ilha onde os ferros velhos continuavam dormindo "sob a vigilancia tremenda" dos credores.

Mas voltemos á original constituição dessa sociedade anonima.

Está na ata da fundação, ás fls. 11 a 17, que "ficava dispensada a avaliação do bens que constituiam o acervo social" (fls. 12) e que "não havia logar o deposito de 10% exigido pelas leis vibentes" (Sic.).

Entretanto, essas leis vigentes diziam taxativamente: — E' nula de pleno direito a sociedade anonima na qual se admitirem, á conta de capital, bens, cousas ou direitos, sem serem por valor determinado por três louvados" (Decr. n. 8.821, de 1888, art. 34, e Decr. n. 164, de 17 de janeiro de 1890, art. 6.º § unico).

E quanto ao deposito de 10%: — "As sociedades anonimas não se podem definitivamente constituir, sinão depois de subscrito o capital social todo, e efetivamente deposita em um banco de emissão, ou em outro sujeito á fiscalização do govêrno, ou que para esse fim se sujeitar a éla, á escolha da maioria dos subscritores, a decima parte em dinheiro do capital subscrito". (Lei n. 3.150, de 1882, art. 3.º, Decr. n. 8.821. do mesmo ano, art. 24; Decr. n. 164, de 17 de janeiro de 1890, art. 8).

Como, pois, conceber-se que uma sociedade anonima com capital constituido de bens que não foram avaliados, e sem o deposito previo da decima parte desse capital? A lei não estabelece exceção de especie alguma a essa regra cuja infração é insuprivel porque "a preterição das solenidades prescritas na formação das sociedades anonimas induz nullidade de pleno direito, que não pode ser relevada pelos juizes, nem sanada pelas partes interessadas". (Ac. da Côrte de Apel., em 19 de set. de 1892, in O Direito, vol. 60, pag. 113; G. Cardoso — Cod. Com. Anot., 1.ª Ed. pag. 412).

Mas ha melhor. A séde social da C. I. C. B., segundo os Estatutos, éra no Rio de Janeiro, (fls. 13 v.). Em 18 de abril de 1892, uma assembléia geral extraordinaris, (essa sociedade

só teve assembléias extraordinarias), transferiu a séde "para a capital do Estado da Paraiba do Norte, que seria tambem o fóro para todos os seus contratos e ações judiciais que dos mesmos se pudessem originar". (Ata ás fls. 19). E posteriormente, sendo a séde aqui na Paraiba, eis que se reúne lá no Rio de Janeiro outra assembléia extraordinaria. (essa foi mesmo extraordinaria!) e declara mudada para ali a séde , novamente, e lá mesmo arquivou-se a ata.

Nada mais curioso. A séde podia ser aqui ou acolá. Mas as tais assembléias "extraordinarias" tinham que funcionar sempre no Rio.

Ainda mais. Diz a lei: — "O mandato de administrador não pode durar mais de seis anos", (ct. Decr. n. 434, art. 97). E o sr. João Domingues afirma no seu depoimento pessoal — "Que além dêle depoente não ha outro diretor neste Estado nem fóra dele, da mesma Companhia". (Autos, fls. 142).

A lei estabelece: — "O mandato de administrador não pode durar mais de seis anos", (ct. Decr. n. 434, art. 97, § 1.º). E o sr. Domingues declara com enfase: — "Que é de fato diretor da Companhia Industrial Cimento Brasileiro" ha cerca de quarenta anos", (dep. pess., fls 141 v.).

Sucessivas reeleições? E' preciso não esquecer que o art. 8.º dos Estatutos só permitia a reeleição de diretores que deveriam ser em numero de três, durante os primeiros seis anos. (V. autos, fls. 14, v.).

Interpelado sobre este assunto, o sr. João Domingues limitou-se a dizer "que a disposição dos Estatutos só permitindo a reeleição de diretor nos primeiros seis anos, foi alterada ao que lhe parece". (Dep. pess., fls. 142, v.).

Diz mais o sr. Domingues "que foi eleito pela assembléia extraordinaria realizada em 1908 e reeleito por uma realizada em 1920; e que a assembléa de 1920 foi a ultima realizada pela Companhia autora". (Dep. pess., fls. 142). E' incompreensivel que o sr. João Domingues seja diretor "ha quarenta anos, tendo sido eleito em 1908"; mas o que é evidentemente impossivel é que o sr. João Domingues seja atualmente diretor por uma eleição de 1920, porque a isto se opõe a lei que diz: — "O mandato de administrador não pode durar mais de seis anos".

E quanto a caução? — O sr. Domingues esqueceu inteiramente que nenhum administrador de sociedade anonima pode entrar em exercicio sem caucionar, por si ou por outrem a responsabilidade de sua gestão com o numero de ações fixado nos Estatutos. (Decr. n. 434, art. 105 e art. 11 dos Estatutos).

Não fantasiavamos, pois, quando dissemos — não ha sociedade anonima, nem séde, nem diretor, nem gerente, nem coisa alguma. Tudo ficção, astucia, simulação.

Posto não muito valorizado, todavia não é original o expediente de simular sociedades anonimas, forjar atas, inventar diretores, imaginar sédes. Que importa a lei? Nunca houve lei mais rigorosa nem mais cheia de penalidades do que a lei eleitoral. O resto já se sabe.

E, 1924 escrevia Candido Mendes de Almeida: — "Ha neste momento em plena cidade do Rio de Janeiro, um exemplo flagrante da simulação de uma sociedade anonima sem acionistas, e até sem proprias cautelas das ações que, sendo ao portador, ficaram durante quatro anos depositadas em um banco, sob um só nome, sem execeção de nenhuma, nem mesmo para justificar a caução dos pretensos e ficticios diretores, que nunca foram eleitos e que nenhuma, prova autentica podem exibir da legalidade de sua investidura". E adiante: — "Patenteada a inconcebivel fraude de durante quatro anos haver sido simulada a existencia ficticia dessa sociedade anonima, com diretores falsos, que nunca prestaram caução, com balanços falsos em que figuram cauções de cautelas depositadas em outro nome no Banco Português — chega-se ao cumulo de ser publicada uma ata fraudulenta de uma assembléia inexistente". (Rev. Legisl. e Jurisp. do Brasil, vol. X, agosto de 1924,

pags. 106 e 107).

* * *

Em 1890 a Companhia nada tinha feito em beneficio da fabrica que foi então penhorada por diversos credores de Recife, (cert. fls. 45, v.).

Em 1896 apareceu nesta capital do dr. Luiz Felipe Alves da Nobrega munido de uma publica forma da ata de outra assembléa geral extraodinaria, (fls 34). Devo dizer aquir que, conforme notou Candido Mendes, a publica forma é o documento preferido por tais empresa que não agem " por via de certidão como determina o art. 91 de Dec. 434).

Esse dr. Luiz Felipe apresentava-se como diretor da Companhia e tambem procurador do sr. João Domingues dos Santos que se dizia ser o outro diretor, embora a publica forma da tal ata dissesse que o outro diretor era o dr. José Pinto de Oliveira. (fls. 35).

Mas, com poderes ou sem êles, o ladino representante logrou obter que o governo do Estado emitisse 600 contos de apolices para emprestar á fantastica empresa. E isto não admira, porque no Rio de Janeiro, tambem "os falsos diretores de sociedades anonimas eram admitidos a contratar com a Prefeitura Municipal", (C. Mendes, idem, ibdem).

Com 45 contos dessas apolices, a Companhia conseguiu animar os credores de Pernambuco, que logo adormeceram. (v. cert. fls. 146).

20 contos, isto é, 20 apolices foram entregues a Paiva Valente & C.ª desta praça, "para garantia das despesas de conservação do estabelecimento" (Idem). As restantes 535, dizia a Companhia, ninguem as quis, por mais que as anunciasse o Jornal do Commercio".

Vem daí a falta de numerario e consequente impossibilidade da Companhia continuar a explorar o seu objeto, razão que o sr. João Domingues tem por muito ponderosa para cobrar do Estado os tais lucros cassantes na importancia de 1.400 contos...

De como raciocina o sr. João Domingues: — A Fabrica Tiriri paralizou em 1888; em 1889 constituiu-se uma sociedade anonima para explorar essa fabrica, o que nunca poude fazer porque nunca achou quem lhe emprestasse dinheiro; em 1896, a sociedade já desenganada, valeu-se do Estado; mas o Estado tambem não tinha dinheiro e emprestou por apolices; as apolice não tiveram curso, porque não acharam preço no mercado; destarte a sociedade ainda desta vez não conseguiu os capitais com que teria montado uma linda fabrica que naturalmente lhe daria muito lucro; perdeu-se esse lucro; quem é o responsavel pela perda? — Certamente o Estado da Paraiba, conclui o sr. Domingues.

Quanto ao material da velha fabrica abandonada, o sr. Domingues ainda é mais incisivo. Diz êle: — "Emquanto a Companhia cuidava de fazer dinheiro com os titulos supra", (as apolices do Estado), os depredadores da fortuna alheia roubavam, devastavam a ilha do Tiriri, séde da fabrica, e dali conduziam caldeiras, as telhas, os tijolos, portas da casas desmoronadas pelos ladrões". (Razões finais, fls. 162 v.).

Assim acabou-se inteiramente a velha fabrica Tiriri que ficou reduzida ao chão da ilha, pois até as casas, como diz o sr. Domingues, foram desmoronadas pelo ladrões.

Mas, estando a ilha abandonada, dela se apoderou o italiano Felix de Belli, proprietario vizinho, que sustentava ter ali direitos dominias oriundos de uma sesmaria concedida em 27 de novembro de 1613, a Antonio Fernandes Brandão.

Agóra veja-se o melhor: Em 1924, o mesmo sr. João Domingues dos Santos, autor nesta ação de reivindicação, alegando que conservava o dominio util da ilha Tiriri, da qual pagava fóra ao governo federal, (cert. fls. 80), propôs ação de reivindicação contra Felix de Beli. E obteve sentença favoravel do então juiz federal dr. Caldas Brandão, como se vê dos documentos por êle proprio juntos aos autos, (fls. 78 e 168). Vêja-se a conclusão da sentença: — "Considerando tudo isto e o mais dos autos, julgo procedente a ação intentada pelo diretor gerente da Companhia Industria Cimento Brasileiro, improcedente a oposição

e assim condeno o réu e a opoente, na forma do pedido, á entrega do dominio util da Ilha Tiriri, á retirada da ligação artificialmente feita a outras ilhas, entregando êles tambem os rendimentos, lucros cessante e danos que se liquidarem e custas".

Agora quer João Domingues reivindicar novamente o dominio util da mesma Ilha Tiriri, contra o govêrno deste Estado!. E a atual reinvindicação baseia-se em atos que se dizem praticados pelo governo em 1896!. Alega-se, que o Estado "tinha o deposito necessario da Ilha, por ser credor hipotecario"!.

Cabe aqui o que afirmou um notavel advogado, ao ter noticia da presente ação: — "A reivindicação da Ilha Tiriri, juntando quem a pretende uma sentença, seria imbecil si não traduzisse a malicia de se pretender que o julgador ignorasse coisas tão comesinhas."

Ninguem se iluda! O autor pretende perdas e danos, mas porque sabe que essa ação, por melhor que fosse o seu direito, está prescrita, cumulou o seu intento com uma reividicatoria que de modo algum lhe pode assistir, pelos motivos que éle mesmo se encarregou de provar.

Verificado assim o despauterio da reivindicação, vejamos por outro lado, si cabe ao Estado qualquer responsabilidade pelo fracasso da Companhia e consequente desaparecimento de sua ferramenta.

Como vimos, a Companhia dizia-se constituida em agosto de 1890, como o capital realizado de 700 contos de réis, tendo por unico fim a fabricação de cimento na Ilha Tiriri.

Mas em 1896, a Companhia não tinha conseguido dar um passo nesse sentido, já devia á firma Paiva Valente & C.ª, desta praça a quantia de vinte contos de réis, só de conservação e vigilancia da Ilha. (Cert. fls. 146).

A insolvencia, portanto, da Companhia datava de sua fundação.

Naquele ano de 1896, a Companhia que em agosto recebera do Estado as famosas apolices do emprestimo obtido, já no mês de novembro oficiava ao fiscal do govêrno, dizendo que não podendo continuar por falta absoluta de recursos imediatos a serem feitas despesas com o pessoal de conservação dos maquinismos e edificios da fabrica, rogava a Companhia, a fim de salvaguardar não só os seus iteresses, como tambem os do Estado da Paraiba, a quem fôram hipotecados todos os seus bens, qualquer providencia temporaria, que sem ser onerosa para o Estado, contribuisse porém para resguardo daqueles bens". (V. cert. ás fls. 145, v.). Entretanto o sr. João Domingues que assinava esse e outros oficios, tem a coragem de vir hoje afirmar "que o Estado da Paraiba para maior garantia do contrato de emprestimo por apolices, ficou feito depositario de todos os bens hipotecados, de todo o acervo da empresa! (Pet. in., fls. 3, item 8.º).

Por outro lado, Paiva Valente & C.ª comunicavam ao govêrno que, em virtude de nada ainda haverem recebido para as despessas que, havia muito, vinham fazendo com a vigilancia da Ilha Tiriri, tinham resolvido abandoná-la de vez.

O govêrno do Estado, então, tomando medidas meramente policiais, mandou fazer a vigilancia da Ilha, com o que dispendia 150 a 180 mil rés mensais, (cert., fls. 147 a 148).

Mas, quando o govêrno determinou esse policiamento da Ilha, em que estado se encontrava o material da velha fabrica?

E' o proprio João Domingues que nos responde com o documento que juntou ás fls. 153 a 155 destes autos. E´ o depoimento autentico de um dos funcionarios encarregados do exame — "Que quando com os seus companheiros de comissão a que acima se referiu, foi á Ilha Tiriri onde era a fabrica de cimento, encontrou muito estrago nos edificios ou casas da fabrica, as portas destas todas escancaradas, caçambas, tudo desorganizado, e até a propria casa de residencia estava com as portas escancaradas; que aquelas benfeitorias, ao que pensa êle testemunha, já estavam abandonadas, e que quando ali foi

não encontrou pessôa alguma que estivesse vigiando aquilo". (Fls. 155)

A "criminosa desidia" a que se refere o Autor, não partiu, como se vê, do govêrno do Estado.

Extinta mais tarde a Repartição de Obras Publicas, que de ordem do govêrno, se encarregára do policiamento da Ilha Tiriri, continuou esta no estado de abandono em que a deixara a Companhia.

Pois é justamente esse abandono que o sr. João Domingue denomina de "deposito necessario, aquele que se realiza em desempenho de obrigação legal, por ocasião de calamidade, ou contra o saque, violencia, destruição consequentes de eventualidade imprevista pelo dono", (fls. 165).

Ante o que vimos, é simplesmente infantil a afirmativa de que os estragos de Tiriri foram consequentes de eventualidade imprevista pelo dono!

Em 1906, o govêrno do Estado decretou a caducidade das apolices emitidas em favor da Companhia, ficando assim sem objeto a hipoteca que esta fizera em favor do Estado. (Decr. n. 300 de 1 de agosto).

Desse ato o sr. João Domingues "teve então ciencia pela leitura da folha oficial", (dep. pess. fls. 142, v.).

E' por conseguinte, puramente imaginario tudo quanto se arquitetou para arrancar ao Estado uma elevada soma, a titulo da absurda indenização.

O protesto, porém, foi interposto e intimado em 26 de julho de 1926, isto é mais de nove anos, depois de ter entrado em vigor o Codigo Civil.

Ora, o Cod. Civil diz no Art. 178, § 10.º — Prescreve em cinco anos toda e qualquer ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, (N. VI), e a ação por ofensa ou dano causado ao direito de propriedade,(n. IX).

A prescrição quiquenal, pois, estava consumada ha muito tempo.

Em suma, sustentamos , com mais firme apoio na prova do autos:

A ilegitimidade da parte que figura como autor na presente causa, é evidente;

A nulidade absoluta da sociedade anonima que Autor diz representar, é patente;

A impropriedade da ação de reivindicação diante da sentença de fls. 78 e 168 dos autos, é indiscutivel;

A prescrição da ação de indenização que por ventura coubesse, está irremediavelmente consumada.

De meritis, pela conclusão da defesa.

Justiça

João Pessôa, 10 de outubro de 1931.

MAURICIO DE MEDEIROS FURTADO
Procurador Geral do Estado